

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Rafaela Queiroz Ferreira Cordeiro

***NOMINAÇÕES, VOZES E PONTOS DE VISTA SOBRE A LOUCURA NA E PELA
MÍDIA: da reforma psiquiátrica ao boom das doenças mentais***

Recife
2017

RAFAELA QUEIROZ FERREIRA CORDEIRO

***NOMINAÇÕES, VOZES E PONTOS DE VISTA SOBRE A LOUCURA NA E PELA
MÍDIA: da reforma psiquiátrica ao boom das doenças mentais***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na linha de pesquisa da Análise do Discurso, para a obtenção do título de Doutora em Letras na Área de Linguística.

Orientadora: Dóris de Arruda Carneiro da Cunha

Coorientador no exterior: Clive Thomson

Recife
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

C794n Cordeiro, Rafaela Queiroz Ferreira
Nominações, vozes e pontos de vista sobre a loucura na e pela mídia: da reforma psiquiátrica ao boom das doenças mentais / Rafaela Queiroz Ferreira Cordeiro. – Recife, 2017.
477 f.: il., fig.

Orientadora: Doris de Arruda Carneiro da Cunha.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2017.

Inclui referências e anexos.

1. Nominação. 2. Vozes. 3. Pontos de vista. 4. Discurso. 5. Loucura. I. Cunha, Doris de Arruda Carneiro da (Orientadora). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017-101)

RAFAELA QUEIROZ FERREIRA CORDEIRO

**NOMINAÇÕES, VOZES E PONTOS DE VISTA SOBRE A LOUCURA
NA E PELA MÍDIA: Da Reforma Psiquiátrica ao Boom das Doenças
Mentais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras da Universidade Federal de Pernambuco
como requisito para a obtenção do Grau de Doutor
em LINGUÍSTICA em 15/3/2017.

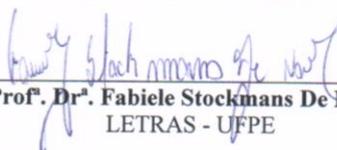
TESE APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Doris de Arruda Carneiro da Cunha
Orientadora – LETRAS - UFPE



Prof. Dr. Severina Sílvia Ferreira
PSICOLOGIA - FACHO



Prof. Dr. Fabiele Stockmans De Nardi
LETRAS - UFPE



Prof. Dr. Sheila Vieira de Camargo Grillo
LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS - USP



Prof. Dr. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes
COMUNICAÇÃO SOCIAL - UFPE

Recife – PE
2017

Esta tese é dedicada àqueles que convivem com alguma doença. O meu desejo é que todos saibam que *a doença é uma fala*. Uma *fala* que precisa ser *escutada*, *discursivizada* e *simbolizada*.

AGRADECIMENTOS

São muitos os agradecimentos. E não poderiam ser menos, pois foram muitas as conversas, os telefonemas, os encontros com pessoas queridas que me ajudaram nem que fosse com uma sugestão pontual e que, por isso, fizeram a diferença durante a escrita desta tese.

Ao CNPq e à CAPES pelas bolsas concedidas durante o Doutorado e o Doutorado Sanduíche, respectivamente.

Aos meus pais, Dirac Moutinho Cordeiro e Fátima Queiroz Ferreira Cordeiro, pelo amor incondicional.

As minhas avós Terezinha Cordeiro e Lúcia Queiroz pelo amor, carinho e cuidado que têm comigo, cada uma a sua maneira.

Ao meu avô Sidrack de Holanda Cordeiro: pelo amor que nutriu durante a sua vida ao conhecimento, ao aprendizado e à academia. Foi rápido nosso encontro nesta vida, mas guardo para mim essa mágica lembrança.

Aos meus irmãos Thiago Queiroz, em especial pelas numerosas conversas sobre psicanálise, e Lorena Queiroz, e as suas respectivas companhias, Sâmya Vieira Ferreira e Diogo Rodrigues da Silva, a quem tenho muito carinho.

A minha mais nova família: Arlete Lellys e Denys Lellys. Obrigada pelo caloroso acolhimento.

Ao meu amor e companheiro Rafael Lellys.

As minhas amigas e cuidadoras Josiana Maria Batista e Maria Neuma dos Santos.

A jade, minha companheira, que se foi e deixou muita saudade; e a Victoria, pelo amor incondicional.

A minha orientadora Dóris de Arruda Caneiro da Cunha, pelas orientações e correções cuidadosas da tese, pela confiança, pelo companheirismo, pelo cuidado e pelo afeto que sempre teve comigo, desde a graduação.

A Clive Thomson, por ter aceitado me orientar com tanto carinho, mesmo sem nunca ter me conhecido. A sua postura ética é digna de admiração. Agradeço-lhe ainda, em especial, pelas discussões que realizamos sobre o *corpus*.

As maravilhosas companhias da academia que trago para a minha vida: Karina Falcone, Cristina Teixeira, Nelly Carvalho, Fabiele De Nardi, Evandra Grigoletto, Benedito Bezerra, Stella Maris, José Rodrigues, Brenda Carlos de Andrade, Anco Márcio, Ricardo Postal André Sena, Ricardo Mello, Inara Ribeiro Gomes e Heitor Rocha.

A Rita Zozzoli, Sílvia Ferreira, Sheila Grillo, Fabiele De Nardi e Isaltina Gomes, por terem aceitado avaliar esta tese.

Aos meus afetos do colégio: Roberta Regis, Rebeka Jacques, Paty Magalhães, Danielle Miglioli, Lavínia Rocha, Aída Alcoforado, Luana Menezes, Luciano Cavalcanti, Leonardo Lima e Aníbal Vale.

Aos meus xodós de estudo e de farra das duas graduações: Monique Vitorino, Nadiana Lima, Sônia Virgínia, Clara Catanho, Hérica Karina Cavalcanti de Lima, Jaciara Gomes, Saionara Brito, Ana Areias, Heber Costa, Juliana Andrade, Flávia Botelho, Rita Kramer, Marina Costa, Renata Lobo, Andrezza Silva, Rebeka Maciel, Bruno Andrade, Mariana Araújo, Mariana Queiroga, Tássia Spinelli, Jorge Rodrigues e Airles Ribeiro.

A Juliane Aguiar, pela força e coragem no enfrentamento de um dos muitos diagnósticos a ela imputados pelas experiências da vida.

A Camila Emanuele Souza, Paloma Amorim e Amanda Borba, meu agradecimento por tê-las encontrado nesta vida.

Aos meus tios e primos: sintam-se abraçados e agradecidos.

Aos meus colegas da Intersecção Psicanalítica do Brasil (IPB) pela carinhosa acolhida: Anna Falcão, Márcia Gaioso, Goretti Vasconcelos e Arnaldo Caldas.

A Maria Alice Corti, uma das minhas mestras da dança, que com tanto carinho me acolheu desde a minha infância.

As minhas colegas do ballet, em especial a minha professora Nelma Guerra, que, com muito bom humor e alegria, me ensinam que não existem limites para a dança.

A Lígia Bittencourt: minha mestra, professora de yoga e amiga.

Aos novos amigos que fiz no Canadá: Javiera Sáez MacGuire, Tassia Peçanha Obeidi, Tatiane Ribeiro de Souza, Samuel Jardim e Mariana Neves.

Ao meu programa de Pós-graduação pelo apoio durante o Doutorado e o Sanduíche. Um agradecimento em especial a Diva Rego e Jozaías Santos pelo carinho.

As minhas primeiras experiências de estágio no jornalismo: à equipe da SX Brasil e à da TV Jornal (SBT Brasil) agradeço pela oportunidade de aprendizado.

Aos meus médicos, especialmente a Geraldo de Sá-Carneiro.

À (instituição) *Ronald McDonald House* por me permitir resgatar experiências que insistem em se presentificar.

Por fim, não sendo possível citar todos, agradeço ainda àqueles que, de alguma forma — seja afetiva, intelectual ou academicamente — ajudaram-me na elaboração deste trabalho. A todos vocês a minha gratidão.

Ventana sobre el cuerpo

La Iglesia dice: *El cuerpo es una culpa*. La
ciencia dice: *El cuerpo es una máquina*. La
publicidad dice: *El cuerpo es un negocio*. El
cuerpo dice: *Yo soy una fiesta*.

Eduardo Galeano
(*Las palabras andantes*)

RESUMO

Desde a eclosão da reforma psiquiátrica até hoje, observamos, na mídia, uma atribuição de diversos nomes para variadas “doenças mentais”, a invenção de outras e uma medicalização da vida que é cada vez mais exibida. Ora, as palavras revelam muito daquele que diz. Desse modo, esta tese tem por objetivo estudar *a construção discursiva da/sobre a loucura* na e pela mídia, a partir da análise da circulação de nomações que dizem o sujeito *louco, doente, em surto, com transtorno*. Para isso, partimos de três hipóteses: i) a circulação de uma variedade de nomações da psicopatologia na mídia não implica um rompimento com os pontos de vista dominantes de outrora sobre a “doença mental”; ii) a circulação das nomações revela um embate entre vozes sociais e pontos de vista; iii) a circulação das nomações psicopatológicas na mídia constroem dialogicamente múltiplos sentidos, podendo haver pontos em comum na leitura. Tal estudo teve por base a triangulação do *corpus* a partir de três questões, referentes a três esferas discursivas tomadas pela mídia para noticiar acontecimentos: a da *política*, a do *cotidiano (policial)* e a da *saúde*. As questões que nos guiaram foram: i) como se constroem e se defendem diferentes *pontos de vista* sobre a loucura na mídia, a partir do contexto da reforma psiquiátrica?; ii) como é representado discursivamente o sujeito ora nominado como *louco, doente mental, em surto*, com algum *transtorno, distúrbio, criminoso*?; iii) como a circulação das *nomações* da esfera *psicopatológica* na mídia representa discursivamente os sujeitos? Cada questionamento busca investigar a construção discursiva sobre a chamada loucura e/ou doença mental em diversos acontecimentos por meio das noções: *nomação, vozes e pontos de vista*. O *corpus* foi, assim, recortado a partir dessas esferas discursivas, pois os discursos produzidos em torno da loucura/doença parecem circular nelas com mais frequência. Para fundamentação teórica, retomamos estudos de Bakhtin (1993b, 2015) e Volochínov (1926, 1930) sobre a linguagem, de Siblot (1998, 2007) e Moirand (2007a, 2009a) sobre o ato de nominar, de Bakhtin (2005) e Authier-Revuz (2004b, 2007) sobre as vozes, de Bakhtin (2003c) e François (2012a, 2012b) sobre o ponto de vista, de Foucault (1979c, 2010c, 2012b) sobre a loucura e as relações de poder, de Lacan (1985, 1998b) sobre o desejo e o gozo, entre outros. Além de *nomação, vozes e ponto de vista*, as noções de *memória* (BAKHTIN, 2003c; PÊCHEUX, 1999), *representação do discurso outro* (AUTHIER-REVUZ, 2015), entre outras, foram retomadas, uma vez que o ato de dar nome leva-nos a investigar sobre os sentidos construídos e as práticas discursivas representadas. Dentre alguns resultados, observamos que o uso de determinadas palavras, como *distúrbio* ou *transtorno* ao invés de *loucura* e *doença mental*,

pode interferir na forma que os sujeitos recebem os objetos do discurso; a convocação de vozes, como a da *polícia*, para falar sobre crimes, se dá num processo de hibridização com a da *psiquiatria*; o ponto de vista é dinâmico, sua construção ocorre ao longo do tempo e espaço, e ele não é representado necessariamente num único direcionamento valorativo.

Palavras-chave: Nomenclatura. Vozes. Pontos de vista. Discurso. Loucura. Mídia.

ABSTRACT

From the outbreak of the psychiatric reform to the present, we have seen in the media an assignment of several names for various “mental illnesses”, the invention of others and a medicalization of life that is increasingly exhibited. The words reveal a lot of the one who says them. Thus, this doctoral dissertation aims to study *the discursive construction of/on madness* in and by the media, from the analysis of the circulation of names that categorize this subject as *mad, mentally ill, in outbreak, with some disorder*. For this, we started from three hypotheses: i) the circulation of a variety of psychopathology names in the media does not imply a rupture with the once dominant points of view on the “mental illness”; ii) the circulation of names reveals a conflict between social voices and points of view; iii) the circulation of psychopathology names in the media construct multiple meanings dialogically, and there may be points in common in the reading. This study was based on a *corpus* triangulation from three questions, which refer to three discursive spheres taken by the media to report events: *politics, daily news (crime) and health*. The questions that guided us were: i) How are different *points of view* constructed and defended about madness in the media from the context of the psychiatric reform? ii) How is the subject discursively represented as *mad, mentally ill, in outbreak, with some disorder, disturbed and criminal*? iii) How does the circulation of the psychopathological names discursively represent the subjects in the media? Each question seeks to investigate the discursive construction of the so-called madness and/or mental illness in various events through the notions: *names, social voices and points of view*. The *corpus* was thus taken from these discursive spheres, since the discourses produced around madness/mental illness seem to circulate there more often. As theoretical foundation, we based on studies of language by Bakhtin (1993b, 2015) and Volochínov (1926, 1930), of the act of naming by Siblot (1998, 2007) and Moirand (2007a, 2009a), of voices by Bakhtin (2005) and Authier-Revuz (2004b, 2007), of points of view by Bakhtin (2003c) and François (2012a, 2012b), of madness and power relations by Foucault (1979c, 2010c, 2012b), and of desire and *jouissance* by Lacan (1985, 1998b). In addition of *the act of naming, social voices and points of view, memory* (BAKHTIN, 2003c; PÊCHEUX, 1999), *representation of the discourse of the other* (AUTHIER-REVUZ, 2015), among others, have been resumed, since to name something leads us to investigate the constructed meanings and the discursive practices represented. Among the results, we observed that the use of certain words, such as *disorder* or *disturbance* instead of *madness* and *mental illness*, may interfere in the way

subjects receive the objects of the discourse; the social voices evoked to talk about crimes, such as the *police's*, takes place in a process of hybridization with the *psychiatry*; the point of view is dynamic, its construction takes place over time and space, and it is not necessarily represented in a single evaluative direction.

Keywords: Names. Social voices. Points of view. Discourse. Madness. Media.

RÉSUMÉ

Depuis le début de la réforme psychiatrique, nous observons, dans les médias, une attribution de noms variés pour plusieurs « maladies mentales », l'invention d'autres maladies et une médicalisation de la vie qui est de plus en plus montrée. Les mots utilisés révèlent d'ailleurs beaucoup de ceux qui les emploient. Ainsi, cette thèse vise à étudier *la construction discursive de la folie* dans les médias à partir de l'analyse de la circulation des nominations qui disent le sujet *fou, malade mental*, au cours d'une *crise*, avec un *trouble*. Pour cela, nous avons établi trois hypothèses: i) la circulation des nominations de la psychopathologie dans les médias n'implique pas une rupture avec les vues dominantes de jadis sur la « maladie mentale »; ii) la circulation des nominations révèle un affrontement entre des voix sociales et des points de vue; iii) la circulation des nominations de psychopathologie dans les médias construit dialogiquement de multiples significations, et il peut y avoir des points communs dans la lecture. Cette étude a été basée sur la triangulation du *corpus* à partir de trois questions qui se réfèrent à trois sphères discursives prise par les médias pour rapporter des événements: la *politique*, les *faits divers (police)* et la *santé*. Les questions qui nous ont guidés étaient: i) comment les différents *points de vue* sur la folie dans les médias sont construits et défendus dans le contexte de la réforme psychiatrique? ii) comment le sujet est discursivement représenté comme *fou, malade mental*, au cours d'une *crise*, avec un *trouble, désordre, criminel*? iii) comment la circulation des nominations psychopathologiques représente discursivement les sujets dans les médias? Chaque question cherche à étudier la construction discursive de la soi-disant folie et/ou maladie mentale dans divers événements à travers les notions de *nomination, voix* et *points de vue*. Le *corpus* a ainsi été découpé à partir de ces sphères discursives, puisque les discours produits autour de la folie/maladie semblent circuler en elles plus fréquemment. Pour le fondement théorique, nous avons repris des études de Bakhtine (1993b, 2015) et Volochinov (1926, 1930) sur le langage, de Siblot (1998, 2007) et Moirand (2007a, 2009a) sur la nomination, de Bakhtine (2005) et Authier-Revuz (2004b, 2007) sur les voix, de Bakhtine (2003c) et François (2012a, 2012b) sur le point de vue, de Foucault (1979C, 2010c, 2012b) sur la folie et les relations de pouvoir, et de Lacan (1985, 1998b) sur le désir et la jouissance, entre autres. Au-delà de la *nomination, la voix* et le *point de vue*, les notions de *mémoire* (BAKHTIN, 2003c; PÊCHEUX 1999) et la *représentation du discours autre* (AUTHIER-REVUZ, 2015) ont été reprises, puisque l'acte de nommer nous amène à étudier les significations construites et pratiques discursives représentées. Parmi

certaines résultats, nous avons observé que l'utilisation de certains mots, tels que le *désordre* au lieu de la *folie* et de la *maladie mentale* peut affecter la façon dont les sujets reçoivent les objets du discours; la convocation des voix, comme celle de la *police*, pour parler de la criminalité, se produit dans un processus d'hybridation avec la *psychiatrie*; le point de vue est dynamique, sa construction a lieu au fil du temps et de l'espace, et il n'est pas nécessairement représenté dans une seule direction évaluative.

Mots-clés: Nomination. Voix. Points de vue. Discours. Folie. Media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 01 – Categorias centrais para a análise	127
Esquema 02 – O estudo do ato da nomeação na mídia	130
Esquema 03 – Nomações empregadas nas cartas 1, 2 e 3.	215
Quadro 01 – Representação do ponto de vista das cartas 10, 11, 12, 13 e 14.	231
Esquema 04 – Posicionamento das cartas 10, 11, 12, 13 e 14 quanto à coluna de Gullar	229
Esquema 05 – Nomações empregadas nas cartas 10, 11, 12, 13 e 14	231
Esquema 06 – Triangulação do <i>corpus</i>	362

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS (do *corpus*)

- CMF *Corpus* do caso em que é reportado que uma mãe é suspeita de matar suas filhas
- CPO *Corpus* do caso Paula Oliveira
- CRP *Corpus* que envolve o debate sobre a reforma psiquiátrica a partir da coluna de Ferreira Gullar
- CTH *Corpus* referente ao estudo da circulação das nomações da esfera psicopatológica a partir do debate sobre a existência ou não do TDAH
- CAV *Corpus* variado que contém notícias diversas

Os trechos analisados são indicados a partir de um número associado à sigla que representa cada parte do *corpus*. Essa numeração segue uma ordem crescente. Por exemplo, os fragmentos sobre o caso Paula Oliveira citados e analisados na introdução são indicados a partir de CPO-01, CPO-02, CPO-03 etc. e assim sucessivamente. Quando há a necessidade de retomar algum excerto já analisado, indicamos o número de tal fragmento e a página em que ele se encontra na tese.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS (das vozes)

DD	Discurso direto
DI	Discurso indireto
DIL	Discurso indireto livre
MA	Modalização autonímica
MAE	Modalização autonímica de empréstimo
MDS	Modalização do dizer como discurso segundo/Modalização como discurso segundo
RDA	Representação do discurso outro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
<i>Da dissertação à tese</i>	18
<i>Contexto geral da pesquisa: questões-problema, hipóteses e o corpus</i>	29
<i>São as questões que nos levam ao corpus ou é o corpus que nos leva às questões?</i>	40
<i>Escolha da temática investigada na esfera midiática</i>	52
<i>Resumos dos capítulos</i>	56
<i>Diálogos entre linguagem, discurso e mídia</i>	60
1.1 BAKHTIN, LINGUAGEM E ALTERIDADE	61
1.2 FOUCAULT, RELAÇÕES DE PODER E ÉTICA	65
1.3 FREUD, LACAN E O PAPEL DA LINGUAGEM	69
1.4 A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DO ACONTECIMENTO NA MÍDIA	75
1.4.1 Algumas análises da <i>representação discursiva</i> do acontecimento midiático	93
1.5 O AGENDAMENTO MIDIÁTICO E SUA RELAÇÃO COM A CIRCULAÇÃO DOS DISCURSOS	99
1.5.1 O agendamento da <i>reforma psiquiátrica</i> promovido pelo texto de Gullar	105
1.5.2 O agendamento do <i>caso Paula Oliveira</i>	110
1.5.3 O agendamento do <i>caso da mãe suspeita de matar suas filhas</i>	114
1.5.4 O agendamento do <i>TDAH</i>	119
1.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	125
2 RECORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO: NOMINAÇÃO, VOZES E PONTOS DE VISTA	126
2.1 NOMINAR É UM ATO/ATIVIDADE ÉTICA E DISCURSIVA	131
2.2 NOMINAR NA DIMENSÃO DA ALTERIDADE	142
2.3 NOMINAR ENTRE A REFLEXÃO E A REFRAÇÃO E OS JOGOS DE PODER	151
2.4 O SUJEITO DIZ A SI MESMO NO DIZER OUTRO E PARA O OUTRO	170
2.5 A MEMÓRIA DIALÓGICA NA NOMINAÇÃO	185
2.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	195
3 OS PONTOS DE VISTA CONSTRUÍDOS SOBRE A LOUCURA E A DOENÇA MENTAL A PARTIR DA REFORMA PSIQUIÁTRICA	196
3.1 OS PONTOS DE VISTA DA SEGREGAÇÃO E/OU EXCLUSÃO E DA PERICULOSIDADE E/OU MEDO	204

3.2 DOS ECOS DIALÓGICOS DO TEXTO DE GULLAR ÀS CARTAS DOS LEITORES: A REFORMA, A DOENÇA E O DOENTE MENTAL	213
3.3 CONSIDERAÇÕES <i>PARCIAIS</i>	232
4 A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DO SUJEITO PELAS VOZES SOCIAIS: ORA LOUCO, ORA EM SURTO, ORA	
<i>CRIMINOSO</i>	235
4.1 A REPRESENTAÇÃO DOS PERSONAGENS DOS <i>FAITS DIVERS</i>	243
4.1.1 O caso <i>Paula Oliveira</i>	245
4.1.2 O caso da <i>mãe suspeita de matar suas filhas</i>	280
4.2 CONSIDERAÇÕES <i>PARCIAIS</i>	305
5 A CIRCULAÇÃO DAS NOMINAÇÕES DA ESFERA PSICOPATOLÓGICA NA MÍDIA	317
5.1 AS <i>NOMINAÇÕES</i> QUE DIZEM O TDAH	328
5.1.1 <i>Da indispensabilidade do discurso do objeto à angústia-gozo</i>	348
5.2 CONSIDERAÇÕES <i>PARCIAIS</i>	354
CONSIDERAÇÕES, POR ORA, FINAIS	356
<i>Dois pontos a se retomar: o corpus e o referencial teórico</i>	356
<i>O tema, as três questões-problema e as hipóteses</i>	361
REFERÊNCIAS	367
<i>Referências bibliográficas</i>	367
<i>Referências do corpus restrito</i>	387
ANEXOS	392
<i>Anexo A</i>	393
<i>Anexo B</i>	401
<i>Anexo C</i>	426
<i>Anexo D</i>	446
<i>Anexo D</i>	461

1 Introdução

Da dissertação à tese

Esta tese tem como propósito central investigar como se dá a *construção discursiva da/sobre* a chamada *loucura* na e pela mídia, a partir da análise da circulação de nomações que dizem o sujeito *louco*, *doente mental*, em *surto*, com algum *transtorno*¹. Neste trabalho, damos prosseguimento à pesquisa já iniciada no mestrado sobre o movimento dialógico das *nominações* (SIBLOT, 1998; MOIRAND, 2009a), a *representação do discurso outro* (RDA) (AUTHIER-REVUZ, 2015 [2001]) e a *circulação* de determinados *discursos* em detrimento de outros, elementos constitutivos da construção discursiva do acontecimento agendado² como o da “ordem do dia”. É importante afirmar, contudo, que tal prosseguimento se dá a partir de outros dados, novas questões e análises, os quais, como podemos ver durante a leitura da tese, a começar por esta introdução³, atravessam as fronteiras do campo da Linguística, no qual se insere esse mesmo trabalho.

Na dissertação, analisamos o *caso Paula Oliveira*⁴ e como as representações desse evento e dos protagonistas envolvidos foram construídas e reconstruídas ao longo do momento discursivo. Ao final, dentre os resultados obtidos, notamos que esses movimentos dialógicos atuam fundamentalmente na construção discursiva do que é noticiado na mídia. Ora, nominar o caso como *selvageria x xenofobia x uma farsa*; Paula Oliveira, a principal envolvida, a partir de *brasileira agredida x cidadã brasileira x pernambucana*; e os agressores através de *skinheads x simpatizantes nazistas x Partido Político Suíço Nacionalista*, por exemplo, não são escolhas aleatórias. Não nos cabe afirmar, contudo, se é um ato com implicações conscientes⁵ ou se essas palavras foram escolhidas aleatoriamente ou

¹ Essas palavras em itálico foram escolhidas porque aparecem, de alguma forma, “associadas” à palavra-chave *loucura*. Todavia não podemos deixar de considerar que as expressões *loucura*, *doença mental*, *transtorno* e *distúrbio* parecem “pertencer” a discursos distintos. Por exemplo, a expressão *loucura* parece-nos proveniente do discurso popular, do senso comum, enquanto *transtorno* e *distúrbio*, do discurso da medicina. É importante, contudo, lembrar que estudamos a circulação dessas palavras a partir dos usos dos sujeitos e não operamos com elas abstraídas destes.

² Fazemos referência aqui, de maneira geral, à teoria do agendamento (MCCOMBS; SHAW, 1972), a qual trabalha com a ideia de que a mídia pauta quais assuntos são importantes para o nosso dia a dia. Para essa discussão, cf. o capítulo 2.

³ Como se pode ver ao longo da introdução, ela já se configura como o primeiro capítulo da tese, ao incluir também teoria, metodologia e análises do *corpus*.

⁴ A partir do dia 12 de fevereiro de 2009, é reportado na mídia nacional e internacional que uma advogada brasileira grávida foi atacada na Suíça por três homens que pareciam *skinheads* (CORDEIRO, 2011).

⁵ Este papel não cabe ao linguista.

através de critérios linguístico-discursivos que norteiam a modalidade da escrita jornalística. No entanto, lembramos que parece nunca haver palavras suficientes e “adequadas” que identifiquem tal objeto do discurso como *X* ou *Y*. Somos sujeitos⁶ sociais, constituídos de linguagem, de valores, de desejos⁷. Guiados pelo olhar do outro (e do grande Outro), sempre há “algo” que parece estar lá, que poderá advir do Real⁸, como se se apresentasse de fora, em um plano “extra-linguístico”, para além do que podemos articular.

No entanto, podemos afirmar que quando dizemos alguma coisa a alguém, nós partimos de um *ponto de vista*⁹: como diz Siblot (2007), não dizemos as coisas “por elas mesmas”, mas falamos do mundo e o fazemos *por e no* “nós”. E, nesse dizer, exprimimos um (ou mais) ponto(s) de vista que, além de orientar a representação discursiva¹⁰ de algo ou alguém de um jeito ao invés de outro, não é estável ao longo do tempo e espaço. Por isso, aquele discurso que comporta um tom mais *sensacionalista* em um momento pode não mais o ter em um período seguinte. E isso se dá devido a sua contingencialidade: se nós a cada instante nos modificamos no grande diálogo da vida vivida que, por sua vez, é incompleto (BAKHTIN, 1993 [1919/1921]), mesmo que *um ato, uma atividade* se repita poucos segundos depois, o ponto de vista será novo e diferente e comportará um outro viés valorativo. O pensamento, a palavra, o discurso sempre vem acompanhado de um tom, de um valor axiológico. Uma palavra pensada, pronunciada, um ato realizado, recebe um acento e adquire um tom emotivo-volitivo em cada situação e relação entre o *eu* e o *outro*: “viver significa ocupar uma posição axiológica *em cada momento da vida*, significa firmar-se axiologicamente” (BAKHTIN, 2003e [1920-1923], p. 174, grifo nosso).

⁶ É importante apontar que a noção de *sujeito* não é isenta de problemas e discussões. Nós a “delimitamos” a partir da articulação que fazemos entre as perspectivas teóricas que fundamentam este trabalho — mais especificamente no capítulo 2.

⁷ Embora Bakhtin não fale em “desejos”, em *Para uma filosofia do ato e O autor e a personagem na atividade estética*, o pensador russo inclui o emotivo-volitivo ou emocional-volitivo no discurso. Além disso, em virtude do nosso objeto de estudo, não temos como não mencionar — a partir do ponto de vista da psicanálise partilhado por nós — que a linguagem é estruturalmente um espaço de desejos que se relaciona à castração simbólica do sujeito.

⁸ Para Lacan (1953/1955 apud EVANS, 1996b, p. 162-163), o Real é o registro que representa o irrepresentável da língua e o que não cessa de se inscrever nela: “o real é ou a totalidade ou o instante esvanecido” (LACAN, 2005b, p. 45). Ora, nem todas as práticas são discursivizadas, pois existe essa parcela do Real, a qual não nos é possível representar, discursivizar, dizer.

⁹ Segundo Bakhtin (2002b [1937-1938/1973], p. 361), qualquer que seja o “objeto”, nós, diante dele, o interpretamos, isto é, “o incluímos não só na esfera da existência espaço-temporal, mas também na esfera semântica”. Ou seja, o processo da interpretação apresenta e é guiado por, pelo menos, uma apreciação, um ponto de vista.

¹⁰ Quando falamos em *representação*, estamos tomando essa noção como sinônimo de *construção* ou *elaboração discursiva*, tendo em vista que a representação faz parte de um processo interpretativo que envolve os movimentos de reflexão e refração. Fazemos referência a essa discussão no capítulo 1 da tese.

Para François¹¹ (2012b), há um movimento indefinido de retomada que parece parar mais por razões acidentais; numa confrontação, por exemplo, pensamos que nada pode mais ser produzido porque o trabalho de reflexão sobre o objeto do discurso teria então terminado. Todavia o ponto de vista pode ser caracterizado por uma motivação espacial e temporal: do *lugar*¹², em que eu estou, em um determinado *momento*, eu *reflito* a minha forma de perceber tal objeto de discurso. O ponto de vista referido por esse autor como uma *metáfora visual* está ligado à ideia de *cronotopo* trazida por Bakhtin (unidade *espaço-tempo*)¹³. Por exemplo, o lugar que ocupo diante de uma casa, de um rio, de uma montanha — na frente, atrás, de lado — reflete a forma como vou vê-la ou vê-los. E isso se dá a partir de um lugar único, existencial, axiológico, que ocupamos no mundo. Assim, duas pessoas que compartilham as mesmas posições de classe ou ideias políticas podem perceber os mesmos textos de diferentes formas; ou, ao contrário, com diferentes posicionamentos sociais, elas podem “ler” os mesmos textos de maneira semelhante. Ao lado dessa realidade em comum, há uma diferença de ponto de vista: no que é o comum (*comunidade*) existe o diferente (*diferença*) e vice-versa. E, ainda, retomando Bakhtin (2003a [1970-1971]), entrevemos também nesse autor esse jogo do ponto de vista: no enunciado, temos o *dado* e o *criado*, ou seja, a partir do dado, algo novo e não reproduzível relacionado com um valor passa a existir.

Portanto, quando os veículos de comunicação analisados¹⁴ trataram a protagonista a partir da nomenclatura *advogada pernambucana*, embora ambos apresentassem a mesma materialidade linguística-discursiva¹⁵, construíram efeitos de sentidos diferentes. Esse “mesmo” dado não é só diverso porque não somos semelhantes, mas, em especial, porque, partiram de pontos de vista distintos e convocaram discursos que estabeleceram diferentes

¹¹ François (2012a, 2012b) escreveu muitos trabalhos sobre o *ponto de vista* a partir de uma perspectiva fenomenológica, cuja definição é apresentada e discutida ao longo da tese, mais especificamente no capítulo 2.

¹² O lugar refere-se não apenas ao espaço físico, mas inclui também os espaços axiológicos que ocupamos ao longo da vida.

¹³ Bakhtin (2002b [1937-1938]) toma o *cronotopos* das ciências matemáticas e da teoria da relatividade de Einstein para abordar a relação indissociável entre o espaço e o tempo concretos. Para o pensador russo, o espaço penetra no movimento do tempo e os índices do tempo transparecem como a quarta dimensão do espaço. Assim, o espaço e o tempo dão sentidos ao processo histórico. Embora Bakhtin tenha estudado o cronotopo como uma categoria conteudística e formal da literatura, essa noção é usada por nós para falar de outras esferas da cultura, como a midiática, pois é na expressão espaço-temporal que se dá a forma da existência do homem; ou seja, cada momento da vida está impregnado de valores cronotópicos. Ademais, como afirma Amorim (2008), a noção de cronotopo pensada por Bakhtin refere-se a uma produção da história (temporalidade) que, articulada a um lugar, traz uma concepção específica do homem.

¹⁴ Os veículos foram a *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Commercio* e o *20 minutes* (CORDEIRO, 2011).

¹⁵ De acordo com Pêcheux (1999, p. 53), “a recorrência do item ou do enunciado pode também [...] caracterizar uma divisão da identidade material do item: sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva”.

relações de poder: a FSP, por exemplo, passa a empregar essa denominação quando o evento tem uma reviravolta e Paula Oliveira deixa de ser a vítima da narrativa. Já o JC, ao oscilar entre *pernambucana* e *brasileira* ao longo do momento discursivo, toma uma palavra pela outra, o que pode indicar um acento ora sobre a nacionalidade ora sobre a naturalidade da protagonista; seja retomando o uso de *brasileira* em constante circulação na mídia, ou de *pernambucana*, possivelmente em uma tentativa de aproximar o público que é leitor desse jornal — afinal o veículo é de Pernambuco. Por que então dizemos que há efeitos de sentido diferentes no uso do mesmo termo *pernambucana* pela FSP e pelo JC? Ora, os estereótipos¹⁶ são discursos que circulam e se inscrevem como verdadeiros, marcando a existência de um objeto de discurso a partir de apenas *um* ponto de vista¹⁷ que foi construído como o legítimo, o único, o certo; e, depois de um longo tempo, parecem se tornar estáveis, canônicos, verdades — que, como havia dito Nietzsche (1873), foram esquecidas como *um dia* inventadas — e, por isso, até “obrigatórios” aos olhos de um povo. No entanto, nesse último caso, observamos um outro sentido da expressão *pernambucana* a partir do contexto em que o veículo de comunicação se insere; enquanto que naquele jornal, do sudeste, o uso desse termo pode ser vinculado ao acento dado à memória discursiva¹⁸ que habita a palavra, a saber, a de um povo tido como “inferior” porque migrou de uma região sócio-historicamente caracterizada pela pobreza em busca de emprego em outros espaços, principalmente no sul e no sudeste do Brasil¹⁹.

¹⁶ Segundo Barbéris (1998), o estereótipo é um “retrato” não só negativo, mas colocado ao extremo. Quando uma entidade supervalorizada nas representações sociais é acrescida de descrédito, por exemplo, ela tende a se transformar bruscamente em desvalorização, sem se estabilizar em uma posição mediana. É o que ocorre com Paula Oliveira: no início, como vítima de um crime xenofóbico, ela é representada socialmente como a imigrante que merece ser bem tratada e que é bem vinda conforme da imprensa (CORDEIRO, 2011, p. 95-96), a partir do uso de denominações como *uma advogada brasileira de 26 anos, a advogada, que é branca, ela mora no país* [na Suíça] *legalmente, brasileira grávida e brasileira agredida* (ibidem, p. 137); posteriormente, quando a polícia suíça atribuiu a Paula Oliveira a culpa do crime e da história contada, sua imagem é *pesada* de descrédito, passando a ser nominada por meio de palavras como *doente, farsante, que simulou ataque, pernambucana* (acentado dado pela FSP) e *víctime présumée (suposta vítima)* (CORDEIRO, 2011, p. 125-126).

¹⁷ Como sabemos, as notícias são produzidas por diferentes jornalistas em momentos também diversos. Apesar disso, pensamos que existe uma *estabilidade* no ponto de vista, discussão essa que é continuada mais adiante (cf. as páginas 151, 152 e 153). Em outras palavras, embora cada ponto de vista seja singular, além das noções do *dado* e do *criado* (BAKHTIN, 2003a [1970-1971]), as de *enunciado* e *signo* nos permitem pensar também sobre a existência de um ponto de vista (majoritário) do jornal. O enunciado e o signo ideológico (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]) na relação com a constituição da consciência humana podem ajudar a entender o que afirmamos, tendo em vista que o signo ideológico é social e histórico, mas ganha contornos próprios ao ser apropriado pelo discurso interior dos sujeitos.

¹⁸ Memória discursiva esta que habita os usos como um *interdiscurso* que, mesmo no “esquecimento” (ORLANDI, 1999), nos afeta e é de conhecimento geral.

¹⁹ É importante afirmar ainda que os efeitos de sentidos diferentes ocorrem também devido à singularidade, às competências, aos *backgrounds* dos sujeitos, entre outros elementos. E mais: cada um pode ler diferentemente de acordo com o tempo, o propósito, o ponto de vista adotado no tempo-espaço em que se dá a leitura etc.

Ao final, as nossas análises foram divididas em “três focos discursivos”, pois, conforme o desenvolvimento do caso, observamos que, embora tenhamos trabalhado com um “mesmo” evento discursivo, determinados pontos de vista, discursos e vozes guiaram a construção do ocorrido a partir do acento dado a alguns temas levantados e do silenciamento de outros. Assim, ao longo do momento discursivo, o caso é representado, de maneira geral, como (i) um “ataque” chocante, brutal, de grande violência, contra uma mulher grávida (um típico *fait divers*); (ii) um embate político e diplomático entre o Brasil e a Suíça, instaurando discussões como intolerância a estrangeiros, com valores nacionalistas por parte dos brasileiros; e (iii) a “reviravolta” do evento, cuja gravidez “simulada” e o ataque “forjado” são postos em questão. Pensamos, contudo, agora, na possibilidade de um outro deslocamento enunciativo dado ao caso e a Paula Oliveira, afora esses três citados, que foi pouco acentuado na cobertura dos jornais e que, por sua vez, deixou-nos uma marca de inquietação. Quase ao mesmo tempo em que se afirmava que não havia tido o ataque, o discurso sobre a/da loucura inscreve-se. Dizemos aqui que *inscreve-se* porque é através de algumas vozes convocadas para falar *por ela* que Paula é registrada nesse espaço axiológico, como observamos em alguns excertos abaixo:

CPO-46 “Doente”²⁰

CPO-47 Em nota aos jornais suíços, o SVP chamou Paula de “visivelmente doente”, e o caso de “escândalo insuflado por jornalistas estrangeiros”. (HUMBERTO, C. Corregedor só age se for acionado. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Brasil, Coluna, 14 fev. 2009)

CPO-107 Suíços perplexos com versão da brasileira

CPO-108 Quando, na semana passada, veio a público a história contada pela pernambucana Paula Ventura de Oliveira, 26 anos, o Brasil foi contaminado por um clima de indignação que chegou até ao presidente da República. Agora, depois de, na sexta-feira, a polícia de Zurique desmentir a versão de Paula, é a vez dos suíços ficarem perplexos. “As pessoas foram pegadas de surpresa e não acreditam no que está acontecendo. Até mesmo os jornalistas estão consternados”, observa o carioca Alexander Thoele, repórter da Rádio Suíça Internacional, há oito anos morando em Berna, a capital suíça.

CPO-109 Thoele esteve na estação ferroviária de Stettbach, em Dubendorf, onde Paula afirma ter sido agredida por três skinheads neonazistas na noite da terça-feira 9. “É uma área movimentada, onde há muitas residências”, resume o carioca. Segundo ele, nenhum morador da região viu algo no dia do suposto crime. “Pelo contrário, quase fui agredido quando realizava entrevistas. As pessoas dizem que é invenção de Paula, que ela é louca e que uma coisa daquela não poderia ter acontecido no local”, explica Thoele (3). (GADÉLHA, W. Suíços perplexos com versão da brasileira. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 18 fev. 2009)

²⁰ Os sublinhados nos excertos analisados ao longo da tese são sempre nossos.

CPO-151 JC – O lúpus que acomete sua filha traz muitos transtornos à vida dela?
CPO-152 OLIVEIRA – O lúpus é uma doença que jornalista tem, advogado tem, diplomata tem. Ela é tratada por reumatologistas e não por psicólogos ou psiquiatras – inclusive na Suíça. Muita gente diz que ele pode causar alucinações, mas isso é uma coisa que qualquer pessoa pode ter. Distúrbio psicológico não é causado exclusivamente por lúpus. O tratamento é feito com corticoide ou quimioterapia. Há algumas restrições, como não tomar sol e não comer sal. Radiação ultravioleta pode causar manchas avermelhadas na pele. E não comer sal porque, com o lúpus, a retenção de líquido é maior e a pessoa pode ficar inchada. Ela descobriu quando era adolescente, a empresa onde ela trabalha já sabia disso quando ela concorreu à vaga.
CPO-153 JC – Ela teve algum transtorno psicológico?
CPO-154 OLIVEIRA – Nunca. Nunca fui chamado na escola, na faculdade ou em delegacia porque minha filha estava causando problemas. Ela nunca causou problema algum para mim, de trocar tapa ou coisas do gênero. É uma pessoa tranquila. (OLIVEIRA, P. Vou ao extremo por minha filha. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Entrevista (concedida a Wilfred Gadêlha), 21 fev. 2009)

A partir dos trechos acima, notamos que as nomações *doente*, *visivelmente doente* (entre aspas), *louca*, *lúpus*, *distúrbio psicológico* e *transtorno psicológico* circularam na mídia por meio de diferentes vozes que não fazem parte da esfera da medicina psiquiátrica, a qual, por sua vez, se constituiu ao longo da história, como o campo do saber detentor da racionalidade do sujeito (FOUCAULT, 2010f [1961b]). Todavia observamos nos trechos acima que a *loucura* é discursivamente constituída por diferentes vozes: a do colunista a partir da tomada de posição do partido político suíço SVP (CPO-46 e CPO-47) sobre a protagonista; a do próprio SVP (CPO-46 e CPO-47); a do repórter carioca através do enunciador genérico representado pelo povo suíço (CPO-109); a do pai Paulo Oliveira (CPO-152 e CPO-154), que, por sua vez, retoma diferentes discursos para justificar o seu ponto de vista, quais sejam, reumatologistas, psicólogos, psiquiatras (CPO-152) e, não menos importante, o senso comum (CPO-152); e a do jornalista que conduz a entrevista (CPO-151 e CPO-153). É interessante notar o seguinte: cada uma dessas vozes constroem a experiência da *loucura* a partir de diferentes pontos de vista que modificam o estatuto dos objetos do discurso, a saber, de *Paula*, do *crime* e da *doença*.

No primeiro excerto sublinhado, por exemplo, o colunista apoia o seu discurso no enunciado entre aspas²¹ do partido suíço que, ao nominá-la de *visivelmente doente* nega a

²¹ Segundo Authier-Revuz (2004c [1982]), o uso das aspas indica uma das formas de heterogeneidade mostrada. O sujeito pode usá-las para se afastar do dito aspeado — isentando-se da responsabilidade por dizer tais palavras, apontando que aqueles dizeres pertencem a outrem — para comentar as palavras marcadas — aderindo, refutando, questionando o dizer entre aspas — entre outros. Naqueles trechos (CPO-46 e CPO-47), observamos que o colunista, ao aspear *doente* e *visivelmente doente*, está de sobremaneira acentuando a menção de tais palavras, conferindo a elas um estatuto outro (autônomico). Damos continuidade à análise desse trecho no capítulo 4.

“verdade” produzida “por e para ela”²² e a sua história. O mesmo ocorre no segundo, quando Paula é novamente excluída por meio do discurso reportado pela notícia que, ao associar *invenção, louca e uma coisa daquela* (CPO-109), constrói metonimicamente Paula e sua narrativa apelando para a memória já-dita sobre a doença como sinônimo de *zombaria e ridicularização*. Já no terceiro fragmento, o pai de Paula realiza o movimento contrário, afirmando positivamente a *filha, o lúpus e o distúrbio* através da legitimação da coocorrência da doença entre grupos representados como socialmente favoráveis — *jornalista, advogado e diplomata*²³ (CPO-152). Contudo, ao mesmo tempo em que ele constrói um ponto de vista socialmente positivo dos acometidos pela doença — porque os atores convocados atuam nas esferas do saber da *mídia, do direito e da diplomacia* —, ele desliza na memória que faz parte do imaginário já-construído sobre o transtorno psicológico, quando indagado pelo jornalista se Paula teve algum transtorno. Então, ele responde: “Nunca. Nunca fui chamado na *escola, na faculdade* ou em *delegacia* porque minha filha estava causando problemas. Ela nunca causou *problema* algum para mim, de *trocar tapa* ou *coisas do gênero*. É *uma pessoa tranquila*” (CPO-154, grifos nossos). Ao nominá-la como *uma pessoa tranquila*, Paulo Oliveira elabora um discurso de defesa da filha que *tropeça* na imagem discursiva comum que há sobre o sujeito diagnosticado como doente mental, comumente associado a um sujeito que, por meio da doença, torna-se agressivo e violento²⁴. Isso mostra os embates que existem entre os sentidos das palavras no discurso de Paulo Oliveira que ora constrói Paula *com lúpus, distúrbio psicológico*, mas também com *uma coisa que qualquer pessoa pode ter*, afastando-se do ponto de vista comum sobre o sujeito diagnosticado como doente mental. Porém, ao mesmo tempo em que elabora essa representação discursiva sobre o distúrbio a partir de sua filha, o pai convoca a *escola, a universidade e a polícia* para respaldar o seu discurso. Logo, quando Paulo Oliveira toma a doença mental como um objeto discursivo que é comum a

²² “Por e para ela” está entre aspas porque esta “verdade” atribuída a Paula foi apresentada majoritariamente por outros atores sociais, como o seu pai e a sua madrasta.

²³ Esses grupos constituem algumas vozes sociais que são evocadas pelo discurso do pai para validar a sua enunciação e o seu ponto de vista.

²⁴ A associação do signo de periculosidade ao sujeito diagnosticado como doente mental é muito antiga e foi acentuada por Lombroso (1835-1909). Em Albrecht (1910), que é um criminologista da mesma época, encontramos um panorama geral das hipóteses e dos trabalhos daquele médico italiano, os quais são ora positivamente valorizados pelo criminologista, ora refutados a partir de alguns estudiosos que ele cita. É importante apontarmos aqui que existem muitas críticas aos trabalhos de Lombroso, que nós compartilhamos, como: (i) às associações estabelecidas a partir de uma base anatômica-morfológica — tamanho, espessura e peso do crânio, diâmetro da testa, formato da orelha etc. — a serem reconhecidas nos sujeitos como “marcas” de tipos de criminosos; (ii) a identificação da prostituta como um tipo criminoso; (iii) a defesa da “feiura”(sic) como um traço de degeneração; (iv) a caracterização dos chamados insanos como aqueles que apresentam mais frequentemente “marcas de degeneração” (sic) do que os criminosos comuns; entre outras.

qualquer sujeito, ele evoca os discursos daquelas esferas do saber que são axiologicamente legitimadas como vozes reguladoras, imperativas da ordem e da vigilância do que está fora da norma; e, por isso, retorna ao discurso cristalizado sobre a doença, no já-dito, que é colocado na “inviolabilidade” do dizer daquelas instituições e não em outros lugares. Em outras palavras, é como se o sujeito operasse a resistência a partir do que os mesmos poderes investem.

Ora, as palavras usadas por Paulo Oliveira *refletem e refratam* os efeitos de sentidos já-ditos evocados a serem construídos no discurso e isso pode estar relacionado também ao movimento das *relações de poder* (FOUCAULT, 1979b [1977a], p. 5): “o que está em questão é o que *rege* os enunciados e a forma como estes se *regem* entre si para constituir um conjunto de proposições *aceitáveis* cientificamente [em outras palavras, proposições tidas como as “legítimas” e portadoras de “credibilidade” em uma dada sociedade]” (grifos nossos). Então o que se coloca aqui, a partir do enunciado de Paulo Oliveira supracitado, é a forma como ele defende o seu ponto de vista a partir de discursos que historicamente funcionaram — e talvez *ainda* funcionem — como produtores de efeitos de verdade. São esses efeitos que regem o enunciado de Paulo Oliveira, constituindo-o como aceitável e verossímil, uma vez que as instâncias dadas são responsáveis pela regulamentação e sanção dos enunciados acolhidos como espaços do “verdadeiro”. No entanto, isso é construído por meio de ofensivas e contra-ofensivas, da circulação de determinados “efeitos de poder que circulam entre os enunciados” (FOUCAULT, 1979b [1977a], p. 5). Ora, o poder também ganha materialidade linguística, enunciativa e discursiva por meio das forças centrípetas e centrífugas que se encontram presentes no signo (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]), estratificando os discursos não apenas nas centrípetas, como se poderia imaginar, mas também nas centrífugas: o poder é produtivo, constitui os saberes e atua na produção do discurso — embora o poder “aparente” funcionar como uma instância negativa e, quando “materializado” nas engrenagens sociais, oculte a possibilidade de mudança, o movimento e o jogo que lhe é constitutivo. E todo esse jogo aponta para a relação que existe entre os valores sociais, os comportamentos e os estilos de vida que, enraizados na linguagem como formas “típicas” de pensar vão se cristalizando como verdades, “metáforas gastas” pelo uso como as chama Nietzsche (1873), ou ainda, regimes de verdade comuns a uma sociedade. Então, a estratificação interna da linguagem promovida pelo embate entre as forças centrípetas e centrífugas, a produção e a circulação dos regimes de verdade e as relações estabelecidas entre os jogos de poder vão assim produzindo determinadas linguagens e discursividades e regulando o funcionamento

dos enunciados. Além disso, a alimentação dos discursos tomados a partir dos pontos de vista hegemônicos, seja por meio da sua retomada e da sua circulação em variadas esferas ao longo do tempo, os fortalece, tornando os pontos de vista que a eles foram relacionados predominantes, formas majoritárias e “absolutas” de se pensar, difíceis de resistir a essas formas e de se “deslocar” delas.

Assim, todo esse movimento de não coincidência discursiva sobre o sujeito que é *louco*, tem *distúrbio* ou *transtorno* ocorre, a partir de distintas vozes, no mesmo momento discursivo²⁵ e no mesmo veículo de comunicação. Isso se dá porque o ponto de vista não é estático, mas elaborado dialogicamente, ao longo do tempo e espaço sócio-histórico (FRANÇOIS, 2012a, 2012b), sendo também *emotivo-volitivo* (BAKHTIN, 2003e [1920-1923]) — as palavras carregam afetos e desejos e não só uma memória do já-dito, mas, também desses desejos e afetos. Na vida, decidimos a partir dos muitos outros; como um feixe de relações, enunciamos uma palavra não em um vácuo ou em um vazio axiológico, mas tendo em vista o outro e sempre a partir de um ponto de vista que também é elaborado dialogicamente. Enquanto signo ideológico por excelência, a *palavra*²⁶ é habitada pelo outro, prestando-se a numerosos propósitos comunicativos. Caracterizada pela capacidade de neutralidade ideológica que a permite figurar e circular em diversas esferas sociais (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]), a força e o poder da palavra, que Volochínov²⁷ toma como material ideológico²⁸, provêm do fato de que ela carrega, além dos tons dos

²⁵ Segundo Moirand (2007c [2001]), quando a imprensa trata de assuntos de forma constante, retomando-os a partir de diversas questões, permitindo que outros gêneros e vozes — além das notícias e dos jornalistas, por exemplo — passem a comentar sobre o ocorrido, estamos diante de um *momento discursivo*. A título de exemplo, apontamos *o caso da vaca louca*, analisado pela autora, que é retomado por meio de debates que envolvem o *embargo*, a *descoberta científica*, a *nova regulamentação*, entre outras, em gêneros os mais diversos e por diferentes atores sociais ao longo da veiculação do caso pela mídia.

²⁶ Segundo Sériot (2010), a *palavra*, na teoria dialógica, também pode ser enunciado ou discurso. Isso se dá também em virtude das numerosas interpretações e traduções realizadas das obras de Bakhtin e seus pares ao longo do tempo.

²⁷ Demos preferência à grafia do nome de *Volochínov* com *ch* e acento agudo no *í* ao longo da tese, exceto nas citações de alguns comentadores que grafam seu nome de outra forma.

²⁸ Enquanto Bakhtin fala mais em *axiológico*, Volochínov usa mais *ideológico* nas traduções brasileiras e francesas. Destacamos que, para Volochínov, a ideologia não era entendida estritamente a partir da perspectiva da “luta de classes”. Em uma nota de rodapé do texto *¿Qué es el lenguaje? (O que é a linguagem?)*, Volochínov (1993, p. 224) afirma que “por ideología entendemos todo el conjunto de los *reflejos* y de las *interpretaciones* de la realidad social y natural *que suceden en el cerebro del hombre*, fijados por medio de palabras, diseños, esquemas u otras formas *signicas*” (grifos do autor). *Tradução nossa*: “por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade natural e social que ocorrem no cérebro do homem fixados por meio de palavras, desenhos, esquemas e outras formas *signicas*”. Uma interessante discussão sobre o uso do termo ideologia por Volochínov é trazida por Sériot (2010) na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]).

sujeitos²⁹ que a empregam, uma ampla memória social. Logo, ao dar nome a alguém ou a algum objeto, faço-o conforme o lugar que ocupo no Ser-evento (BAKHTIN, 1993 [1919/1921]), considerando o já-dito e a memória social presente nas palavras e nos discursos — memória esta que vai sendo construída pelos sujeitos nas retomadas cotidianas das palavras e dos discursos. E, acima de tudo, há diversos pontos de vista porque os objetos e a realidade são múltiplos e as pessoas compreendem diferentemente os objetos, as coisas, os outros, os sujeitos, o mundo e a si próprio.

De antemão, pensamos que essa representação enunciativa sobre Paula Oliveira se configuraria como um outro deslocamento discursivo³⁰ que construiria o evento a partir de um novo enfoque. Porém, ao longo do momento discursivo, notamos que lidávamos mais com uma *ausência* do que com uma *presença* desse interdiscurso³¹ sobre a/da loucura que foi atribuído à protagonista — que permanece calada, sem voz, como esteve desde o início da construção jornalística do caso. Observamos também que, a partir dessa última³² representação discursiva atribuída a Paula Oliveira, o caso se evanesce discursivamente e some das páginas dos jornais. Não sabemos se isso se dá em virtude da atribuição dessa *outra* nomeação e representação subjetiva da protagonista; ou se, após tamanha repercussão, o desfecho³³ dado ao ocorrido “convence” (o jornalista?, o público-leitor?), sendo suficiente para a mídia colocar um fim naquele momento discursivo. E, de fato, não temos como sanar essa dúvida, uma vez que isso também pode ter se dado não apenas por uma motivação única: será que não há mais espaço na mídia para o caso, porque ela agora é representada como *doente, louca, com distúrbio psicológico* ou *algum transtorno psicológico*? Ora, a própria dita

²⁹ Bakhtin emprega ao longo das suas obras os termos *ser* e *homem* e (quase) nunca *sujeito*. Contudo podemos compreender a sua concepção desse ser nos textos iniciais — tais como *Para uma Filosofia do Ato* (1993 [1919/1921]) e *O autor e a personagem na atividade estética* (2003e [1920-1923]) — e no conjunto geral de seus escritos.

³⁰ Ao invés de três focos discursivos apresentados na dissertação (CORDEIRO, 2011), nos perguntávamos, ao longo da tese, a partir de novos dados e análises aqui apresentados, se estaríamos diante de quatro, ao considerar uma representação que levanta a possibilidade de “loucura” de Paula Oliveira. No entanto, no decorrer das análises, ficamos mais inclinados a pensar que aquela representação atribuída à protagonista vai sendo justaposta àquela de ter cometido um crime.

³¹ Segundo Orlandi (1999, p. 64), “a memória — o interdiscurso [...] — é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer”. Assim, tomamos que as palavras são atravessadas pelo *interdiscurso* porque existe o já-dito, existem dizeres já dados, que carregam as palavras de memória e de valor.

³² Dizemos *última* porque, a partir de então, não se aborda mais o caso, salvo por algumas exceções e retomadas pontuais para contextualizar acontecimentos que a mídia trata como semelhantes — o que auxilia na construção de uma memória social e discursiva sobre imigrantes brasileiros no exterior.

³³ Isso porque as histórias não têm um “necessário” fechamento; somos nós — e, neste caso, os veículos midiáticos — quem o damos. Não podemos deixar de lembrar também que esses acabamentos são dados a partir de determinados pontos de vista e se constituem por uma provisoriedade.

“grande” mídia, diante da velocidade dos “acontecimentos” e das informações que a ela interessa “reportar”, toma alguns pontos de vista como prioritários durante a cobertura que constrói do caso, podendo dar lugar a outros nos momentos seguintes.

Contudo, para nós, esse acontecimento permanece aberto quanto às questões que se colocam e que são fundamentais para a elaboração dessa tese, as quais são apresentadas detalhadamente mais adiante. Ressaltamos ainda dois pontos: (i) que esse é o cenário que nos levou a pensar sobre a experiência e a prática que é construída discursivamente da e sobre a “loucura” na mídia como uma forma de representação da alteridade³⁴ no mundo atual; e que, após leituras e pesquisas realizadas por nós da imprensa cotidiana e especializada³⁵, as “doenças mentais”³⁶ têm recebido muita atenção e exposição midiática, uma vez que os nomes atribuídos a elas vêm se tornando cada vez mais recorrentes na linguagem cotidiana dos meios de comunicação. E, para além disso, (ii) que o estudo da nomenclatura vai além das pesquisas que articulam *linguagem, discurso e mídia*; pois o ato de nominar funciona como uma operação argumentativa, relacional, que vai além da denominação dita lógica referencial. Ele insere-se nas discussões atuais, as quais já perpassam a esfera jurídica, sobre quais formas são consideradas “mais adequadas” e “politicamente corretas” do dizer sobre o outro. Pensamos, assim, que há uma maior preocupação em demarcar esse outro dentro de um “ideal” da ética e dos trâmites da lei, o que nos faz pensar que é por meio do estudo das nomenclaturas — que, por sua vez, vai além do próprio estudo dos nomes (VENIARD, 2013) — que podemos entender como estão se desenrolando os embates políticos, sociais e individuais entre os sujeitos, os quais nem sempre têm “consciência” dos conflitos que atravessam os dizeres.

³⁴ Quando falamos em *alteridade*, estamos tomando essa noção na perspectiva bakhtiniana que a concebe como o horizonte intersubjetivo que funda a relação, qual seja, do *eu para mim*, do *eu para o outro* e do *outro para mim*. A discussão sobre essa noção é feita no primeiro e segundo capítulos.

³⁵ Da “grande” mídia jornalística — incluindo aí diferentes jornais —, da imprensa especializada, com suporte também *on-line* — tais como as revistas *Psique, Mente e Cérebro* e *Superinteressante* — e da *on-line* com seus *blogs* e redes sociais na internet.

³⁶ Colocamos geralmente as palavras “loucura” e “doença mental” entre aspas ao invés de repetirmos constantemente as expressões *chamada doença mental/loucura* ou *dita doença mental/loucura*. As aspas servem porque queremos dizer que, para existir uma doença mental, é preciso, de alguma maneira, de um diagnóstico do psiquiatra que assim determina que um sujeito tenha tal doença.

Contexto geral da pesquisa: questões-problema, hipóteses e o corpus

A sociedade brasileira tem passado por numerosas transformações³⁷ não apenas nos âmbitos político e econômico, mas também no tocante às esferas da saúde³⁸, do jornalismo e da judicialização³⁹ da vida⁴⁰. A partir dessas condições contextuais, observamos o aparecimento de movimentos que reivindicam mudanças e procuram abrir espaços de discussão na sociedade, tal como o movimento antimanicomial da saúde mental, o qual promoveu a reformulação da assistência psiquiátrica no país (AMARANTE, 1992; LOBOSQUE, 2001) e pôs um fim na internação de caráter asilar. Outro movimento que destacamos aqui, embora não seja necessariamente definido como tal com um propósito específico, mas cujas paulatinas mudanças reconfiguram outro cenário de atuação, é o do jornalismo brasileiro⁴¹. Não menos importante, mais recentemente, os meios de comunicação do país, em especial, os *sites* e *blogs* dos jornalistas mantidos de forma independente, sem necessária vinculação com os grandes conglomerados da informação, têm ampliado as vozes sociais e ganhado espaço entre os leitores da sociedade brasileira, oferecendo outros pontos de vista sobre as notícias construídas na chamada “grande” mídia⁴². Ao lado desses jornalistas,

³⁷ Quando falamos em *transformações*, remetemos às modificações estruturais que vem ocorrendo no país ao longo do tempo e espaço desde o fim da Ditadura Militar, em especial por volta dos anos 80, no tocante à saúde, e dos anos 90, com a difusão da internet no Brasil.

³⁸ Segundo Lobosque (2001), no fim da década de 1980, ocorrem importantes movimentos relacionados ao campo da saúde pública, como o da Reforma Sanitária. A partir de então, a saúde passa a ser direito e dever do cidadão e cria-se o Sistema Único de Saúde (SUS).

³⁹ De acordo com Bezerra (2012), o direito está cada vez mais presente em situações antes resolvidas sem a presença do judiciário. Podemos citar, por exemplo, os conflitos entre vizinhos e familiares nos quais os sujeitos recorrem à esfera/ao dispositivo da lei para solucionar as contendas, tais como as questões relativas ao assédio, em variadas instâncias, e ao *bullying*.

⁴⁰ Essas esferas são aqui apontadas porque se sobressaem e se inter-relacionam no nosso estudo, como é mostrado ao longo da introdução.

⁴¹ É interessante refletir também sobre o que aponta Zanin (2015, s/p) a respeito da criação e do avanço dos veículos de comunicação no Brasil e da chegada da internet. Para o autor, “o surgimento e o crescimento dos veículos de imprensa brasileiros coincidem com mudanças importantes na ordem do poder político, desde o início da imprensa em nosso país e por todo o século XX – abertura dos portos e transferência da família real, Independência, República, Estado Novo, redemocratização, golpe militar/ditadura, re-redemocratização. Eis que na segunda metade dos anos 90 a internet chega de vez ao Brasil. E desde então a internet só vem se difundindo cada vez mais. Isso veio a mudar tudo por aqui. [...] A internet chegou trazendo o outro lado, trazendo uma variedade de fontes de informação a que antes um cidadão comum nunca poderia ter acesso. [...] A internet é a esperança de um futuro onde a informação seja compartilhada e distribuída de modo que qualquer cidadão possa formar sua própria opinião. Hoje, com a internet, todos podemos ser cinegrafistas, diretores, editores, atores e donos do nosso próprio canal, com nossa própria programação de rádio ou TV”.

⁴² Desde o tempo da ditadura, a dita “grande” mídia no Brasil funciona a partir de concessões do governo. Com o fim desse regime, a “nova constituição brasileira tirava do presidente o poder de dar concessões, então, antes que [essa] entrasse em vigor, Sarney deu 90 concessões” (MUITO ALÉM DO CIDADÃO KANE, 1993). E, embora a lei brasileira não permita que o veículo de comunicação esteja nas mãos de políticos, há muitas irregularidades no cumprimento da lei. Pois todos aqueles grupos políticos beneficiados durante aquele período e o governo de

articulistas, comentadores, entre outros, deparamo-nos também com cidadãos que ingressam no processo de construção discursiva do que é postado na mídia, posicionando-se no espaço público.

Ora, com a grande possibilidade de “abertura” ao discurso que circula nos jornais promovida pela internet⁴³, qualquer sujeito pode explicitamente intervir nessa circulação e representação discursiva do que está sendo noticiado, por meio dos já citados *blogs*, das redes sociais e dos portais *on-line*. Assim, hoje nos parece que a internet favorece um contexto mais amplo que, *teoricamente, abriria* aos cidadãos a possibilidade de intervir no funcionamento midiático. Dizemos *teoricamente e abriria* (no futuro do pretérito) porque alguns estudiosos⁴⁴ sugerem que as pessoas estão mais “propensas” a comentar sobre certos assuntos em determinados espaços caracterizados por apresentar o “mesmo” ponto de vista, sufocando alguns debates, ao invés de promoverem a discussão a partir do *diverso*, da possibilidade de *não concordância* de pontos de vista entre os sujeitos e da deliberação. Dessa forma, “mascara-se” o caráter democrático que a internet se propõe a promover, como argumenta Ribeiro (2011, s/p):

Mas a maior esperança que muitos tiveram, inclusive eu, foi que a internet se mostrasse uma grande ágora, o espaço de uma cidadania global, um fórum de democracia quase direta. [...] *Ora, o que lamento é que, ao contrário do esperado, o espaço virtual exponha pouca divergência e pouca reflexão. Quase sempre, escreve num blog quem compartilha as ideias do blogueiro. Esse é o primeiro problema. A internet é democrática porque torna mais fácil surgir a divergência, limita o quase monopólio da mídia tradicional, impressa ou não – mas a divergência que ela admite está no confronto entre os sites, não dentro de um site que seja, ele mesmo, democrático. Ou seja, a internet é democrática porque encontramos URLs para todos os gostos – mas não porque algum portal abrigue uma discussão inteligente sobre um assunto de relevo. A democracia dela está em que os vários lados têm como e onde se expressar. Mas não está na tolerância. A internet é democrática na luta entre os sites – não dentro deles, embora alguns tentem, heroicamente, fazer funcionar a democracia do debate e do respeito mútuos (grifo nosso).*

Sarney — que assumiu a presidência após a morte de Tancredo Neves — tornaram-se donos da televisão e da rádio no nosso país. Destacamos ainda que, mesmo hoje, boa parte das concessões dadas, as quais têm prazo de validade que pode ser ou não renovado, têm uso majoritariamente comercial, vivendo das receitas dos grandes patrocinadores e, desse modo, em defesa dos interesses deles.

⁴³ “A internet não criou – nem piorou – o humano. Ela apenas *revelou* como nunca antes. Ela deu-nos a conhecer. Antes não sabíamos o que pensava o vizinho ou o caixa do banco ou o sujeito que nos cumprimentava na padaria. Agora, ele *grita* na internet – e, mais do que grita, exhibe todo o seu inferno. Passeia o time completo, com titulares e reservas, de seus ódios e preconceitos. Na internet, *o humano perdeu o pudor de suas vísceras*. Ao contrário, em vez de ocultá-las, passou a exibí-las como um troféu de autenticidade” (BRUM, 2014, s/p, grifos nossos).

⁴⁴ Para maiores informações, conferir a pesquisa publicada por Hampton, Rainie, Lu, Dwyer, Shin e Purcell (2014) chamada *Social media and the ‘Spiral of Silence’*.

Não podemos afirmar ainda, ao certo, se isso se dá na mídia brasileira, como, por exemplo, nos comentários dos leitores nos portais de internet, embora, diante de um cenário “relativamente” novo que a internet nos proporciona, já existam alguns estudos e pesquisas nesse campo⁴⁵. De qualquer forma, pensamos que o ambiente virtual e a sua popularização representam, sobremaneira, um avanço no debate acerca dos assuntos pautados pelos meios de comunicação, em especial, aqueles sob a égide dos veículos hegemônicos. Assim, mesmo que seja cedo para afirmar que as redes sociais podem não cumprir com a “promessa” de abertura democrática no embate “possível” entre pontos de vista distintos, elas têm apresentado, ao longo destes últimos anos, um maior acesso à informação. Isso é o que Lemos (2011, s/p) nos permite pensar:

A rede ampliou a esfera pública de forma pronunciada. Mais do que isso, na medida em que a inclusão digital avança no Brasil, passa a participar dela um contingente enorme de pessoas que jamais teve voz, exceto pelo procedimento formal do voto. Vale lembrar que o Brasil tem hoje 109 mil lan houses, o que contrasta com suas 2,5 mil salas de cinema, 5 mil bibliotecas públicas ou 2,6 mil livrarias. A lan house é um espaço público utilizado hoje em grande escala pelas classes C, D e E. Não dá para desprezar a presença crescente da base da pirâmide nas novas mídias. E isso terá um impacto cada vez maior na política⁴⁶.

Se o advento da internet permitiu instaurar formas outras de se relacionar — por meio de novos contratos sociais, menos regras de polidez, variadas condutas linguísticas etc. — incorporadas à continuidade das atividades cotidianas, é provável que, com a ampliação da esfera pública a um público diversificado, o processo de reflexão sobre o conhecimento, as práticas sociais, os paradigmas e discursos “cientificamente” válidos possa se intensificar através da extensão e importância adquiridas por esses novos espaços na difusão da informação, como é o caso das redes sociais. Embora seja cedo para concluirmos isso, talvez não seja, todavia, para apontar que nesse contexto a notícia, a reportagem e o artigo de opinião ainda se caracterizam como gêneros que mais “concentram” e “difundem” pontos de vista como tipos de “conhecimentos” entre as sociedades, pois é por meio do *agendamento* da mídia (MCCOMBS; SHAW, 1972) do que é pautado que se define o que será alvo de circulação, retomadas e comentários. E por esse motivo o jornalismo continua a se tornar cada vez mais onipresente na vida cotidiana das pessoas, além de ter no Brasil um forte caráter

⁴⁵ Citamos Cunha (2004, 2009, 2011, 2012, 2013) como exemplo de algumas investigações realizadas nesta área. Com base na teoria/análise dialógica da linguagem, a pesquisadora traz importantes contribuições para a discussão sobre os pontos de vista na internet, inclusive sobre a violência verbal nesse espaço.

⁴⁶ Trecho da entrevista realizada por Patrícia Fachin (2011).

denunciativo (DINES; VOGT; MELO, 1997). Dessa forma, ele tem um papel fundamental seja para modificar, seja para manter o cenário do país, movimento que se dá num amplo embate de pontos de vista e relações de poder.

Com respeito ao movimento antimanicomial da saúde mental, observamos que, desde a reforma psiquiátrica proposta por Franco Basaglia, na Itália⁴⁷, existe um debate sobre qual a forma mais apropriada de atender ao sujeito “doente mental” ou “portador de transtorno mental”, resguardando os direitos e deveres dele, visto agora como um cidadão. É interessante notar que, embora a luta contra o paradigma manicomial e o hospital psiquiátrico tenha início no século XIX, prevalecem atualmente discussões sobre quais seriam as opções mais adequadas de tratamento, o uso discriminado ou não de medicamentos, assunto “pautado” em alguns veículos de comunicação internacionais, como no *The New York Times*, dos EUA, e no *The Guardian*, do Reino Unido⁴⁸, jornais que figuram entre os de destaque em circulação mundial (OS 100 MAIORES..., 2013; OS 10 MELHORES..., 2010; SITES..., 2010). O tema da saúde mental, portanto, tem sido alvo de movimento e incômodo para diversos grupos sociais e não mais só aquele da reforma. Incômodo este que os impede de ficarem calados e, assim, mostram-se *querendo falar*, nos comentários e artigos postados, nas cartas à redação, nas colunas dos jornais, respaldando os seus pontos de vista com narrativas em que expõem suas experiências com a “doença mental”. O que nos leva, então, a refletir sobre a atualidade dessa temática.

Para contextualizar o cenário da experiência manicomial no Brasil, Amarante (1992, 2003), Lobosque (2001), Passos (2009a) e Brito (2011) oferecem reflexões esclarecedoras a

⁴⁷ Segundo Passos (2009b, p. 134-135), a desinstitucionalização italiana foi mais conflituosa e multifacetada do que a de outros países europeus, como Inglaterra e França: seu caráter polêmico se deve “ao fato de ser um projeto de redefinição da psiquiatria em sua função social, muito mais que a mera reforma de um modelo de gestão de serviços”. Esse processo ocorreu, de fato, a partir de 1961, quando Franco Basaglia assumiu a direção do Hospital Provincial Psiquiátrico de Gorizia, introduzindo a comunidade terapêutica. Entre algumas características importantes do processo italiano apontadas pela estudiosa, destacamos que: (i) o embate se deu no contexto da psiquiatria pública, uma vez que a ação e a responsabilidade sanitária eram do Estado; (ii) o movimento da Psiquiatria Democrática — grupo que resultou da experiência de Gorizia —, por ter priorizado a luta contra o manicômio e a revisão jurídico-normativa, rápido se expandiu pelo país; (iii) o processo foi construído e expandido por meio “da desmontagem *interna* da instituição, e não a partir do estabelecimento de uma política geral idealizada por administradores ou ideólogos profissionais” (grifo da autora); (iv) a Lei italiana 180, ao integrar o tratamento da doença mental à legislação sanitária, desvinculou o estatuto de periculosidade associado ao dito doente; (v) instalou-se a discussão sobre a responsabilidade do doente diante de suas ações; (vi) restituiu-se ao usuário o direito de voto; e, enfim, (vii) o objetivo norteador era de uma reforma que promovesse a transformação da base social.

⁴⁸ Esta é a impressão que temos a partir da leitura feita desses jornais nos últimos anos. Observamos, inclusive, que em alguns deles são oferecidos espaços temáticos ou seções para algumas discussões relativas à área — como saúde mental, uso de medicamentos e diagnósticos de doenças — tais como *Anxiety* no *The New York Times* e *Mental Health* no *The Guardian*.

partir de uma retrospectiva histórica desse movimento. De acordo com esses pesquisadores, as políticas a favor de uma reforma psiquiátrica tiveram início no país por volta dos anos 1970, embora só tenham ganhado força, como diz Brito (2011), a partir dos anos 1980. Conforme Passos (2009a), naquele período dá-se início à luta contra as instituições psiquiátricas após várias discussões provocadas em congressos brasileiros então promovidos, como: o *V Congresso Brasileiro de Psiquiatria*, em Santa Catarina, ocorrido em 1978; o *I Congresso do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM)*, em São Paulo, em 1979; e o *III Congresso Mineiro de Psiquiatria*, em Belo Horizonte, também nesse ano.

Entre as reivindicações fomentadas destacam-se as do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) que, em 1987, cria o lema *Por uma sociedade sem manicômios*. Segundo Lobosque (2001), nos anos 80, o MTSM teve grande importância porque politizou a reforma psiquiátrica e fez grandes críticas ao modelo representado pelo hospital psiquiátrico, com o objetivo de extinguir os manicômios, compreendidos como mecanismos de opressão — tais como os cárceres e as fábricas. Temos também nesse período outros importantes movimentos relativos à saúde pública, como a reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS)⁴⁹. A saúde torna-se, desse modo, uma área pioneira⁵⁰ de atenção, modernização e investimento pelo Estado, passando a ser concebida como “direito do cidadão e dever do Estado” (LOBOSQUE, 2001, p. 16). Continuando esse percurso dos avanços ligados à saúde no país, a partir dos anos 90, o movimento antimanicomial passa a ganhar corpo e, então, a ser organizado em âmbito nacional e de forma autônoma. Isso é um aspecto importante principalmente porque, para Lobosque (2001), o movimento passa a ser constituído não só pelos trabalhadores da saúde mental, mas também pelos seus usuários.

Desde então, a reforma psiquiátrica tem sido apontada como o auge do debate das políticas públicas de saúde mental, e como um marco social, político e ideológico que implica em mudanças no tratamento desse sujeito dito portador de algum distúrbio ou transtorno. Assim, pensar a reforma como a fortalecedora desse debate se dá porque é a partir dela que

⁴⁹ De acordo com Amarante (1992), em 1979 ocorre o *I Simpósio de Política de Saúde da Câmara dos Deputados*. Esse encontro foi um marco histórico-político, pois lá foi apresentado o projeto original do Sistema Único de Saúde (SUS) pelo CEBES (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde) (CEBES, 1980 *apud* AMARANTE, 1992). Esse documento foi um dos primeiros a analisar e a denunciar a política de saúde mental no país e teve grande repercussão.

⁵⁰ Isso se dá a partir de um deslocamento na esfera da saúde pública: o interesse sai então do enfoque de combate à doença para a sua prevenção, deslocamento que se fortalece na medida em que se cria o SUS. Com esse deslocamento prático e discursivo — a saber, de uma *prática de cura* para uma de *prevenção* —, a medicina aproxima-se da vida particular de cada sujeito. E, nisso, alguns padrões de disciplinarização desse sujeito vão sendo construídos e internalizados, como as noções de *saudável* e *higiênico*.

passa a se propor (i) outro tratamento discursivo na forma de nominar o sujeito “doente mental”, a qual considera agora a dimensão da subjetividade dele⁵¹; (ii) medidas de tratamento fora do espaço asilar, a partir da extinção progressiva dos hospitais, manicômios e da criação paralela de serviços substitutivos; (iii) formas de socialização em que se busca o consentimento do sujeito diagnosticado para engajar-se em seu próprio tratamento, o que aponta para a presença e produção dele no espaço da cultura (LOBOSQUE, 2001). Segundo a pesquisadora Onocko-Campos (2015, s/p), “a luta pela Reforma Psiquiátrica se inscreve nos grandes movimentos republicanos do Brasil do século XX que ainda desejamos sustentar no século XXI”.

Nesse cenário, a reforma traz em seu bojo a falência do paradigma manicomial, demandando “novas” formas de se pensar esse mesmo sujeito nominado doente. Ora, se no percurso da reforma psiquiátrica brasileira existiu não só um conflito social e político, mas, e principalmente, um embate discursivo, simbólico e filosófico com implicações na esfera *prática* das políticas públicas de saúde sobre o tratamento daquele diagnosticado como doente mental — e, não menos, na esfera *discursiva*⁵² de como é nominado — esse momento do debate nos parece importante para o Brasil. Pois, a partir dele, as concepções de *loucura*, bem como as formas de tratá-la, apontariam para novas relações entre o sujeito usuário (do sistema de saúde) e a doença mental, com implicações nas formas de representá-lo, classificá-lo, agrupá-lo, dizê-lo. E, como a mídia brasileira tem passado por muitas transformações promovidas pela abertura da internet, em especial das redes sociais, pensamos que essas implicações poderiam trazer mudanças na forma do jornalista/editor/articulista/comentador e do leitor nominar e elaborar discursivamente a *loucura*, a *doença mental* e, em retorno, no movimento dialógico, o *outro*, o *mundo* e a *si mesmo*. Ademais, desde a eclosão da reforma até os tempos de hoje, observamos também, ao longo da mídia, uma atribuição de diversos nomes para variadas doenças chamadas mentais, a “invenção” de outras e uma medicalização da vida vivida que é cada vez mais exibida.

⁵¹ Conforme Lobosque (2001, p. 37), a reforma psiquiátrica promoveu também uma troca na forma de nominar este sujeito de *doente mental* para *portador de sofrimento mental*. Para ela, embora a segunda seja mais adequada, esta ainda apresenta uma ambiguidade: “o sofrimento mental não é alguma coisa que se porta, como um câncer ou uma deficiência física; não é algo que ocorre acidentalmente a alguém; ainda que desencadeado por acontecimentos cuja conta pode lançar-se ao acaso, será sempre uma resposta do sujeito”.

⁵² Fazemos essa afirmação a partir do que expõe Brito (2011, p. 14) quando diz que a “política da reforma faz uso de estratégias discursivas com a proposta de combater às práticas vigentes, [...] na medida em que combate palavras como *manicômio*, *hospício*, *doente mental* e *loucura*” (grifo nosso).

Enfim, a partir dessas condições contextuais, elaboramos as nossas questões-problemas que são agora apresentadas. Para essas questões, tomamos em consideração três esferas discursivas que fazem parte das abordadas pela mídia — da *política* (a partir do tema da reforma), da *polícia* ou do *cotidiano*, da *saúde* — em que o discurso da/sobre a loucura tem circulado com mais frequência. Abaixo de cada uma das perguntas, inserimos as suas justificativas e os recortes analíticos que fizemos.

I. Como se constroem e se defendem os diferentes *pontos de vista* sobre a loucura na mídia, a partir do contexto da reforma psiquiátrica?

Essa questão é para nós fundamental pelo seguinte: a reforma psiquiátrica, como o nosso “pano de fundo”, não se define só como uma modificação técnica ou assistencial que leva à extinção dos hospitais psiquiátricos e manicômios judiciários — o que por si só já é, para muitos, um grande avanço diante do cenário da saúde mental pública no país. Além de postular a substituição dessas instituições “asilares” por um modelo diverso, ela propõe legitimar a inserção social do chamado doente mental em uma tentativa de desestigmatizá-lo e incluí-lo como cidadão comum de direitos. Assim, o projeto antimanicomial se apresenta como

um *projeto comprometido com a saúde pública*, logo com a sua proposta fundamental de construção de um *sistema único de saúde*. Trata-se de um projeto onde o *resgate da cidadania* não tem como dissociar-se da *consideração da subjetividade* — tornando falsas, portanto, as relações que estabelecem oposição entre individual e coletivo, sujeito e cultura. Trata-se de um projeto que aponta para uma *intervenção na cultura*, tendo a *recriação das ideias sobre a figura do louco* ao mesmo tempo como objetivo e efeito de sua implementação. Trata-se de um projeto que exige verdadeiramente, para sua existência e vigor, a participação e a *organização da sociedade* — particularmente, dos trabalhadores de Saúde Mental, dos usuários e seus familiares, dos movimentos sociais, das entidades e instituições envolvidas na luta pela cidadania e pelos direitos humanos. Trata-se, enfim, de um *projeto político* — posto que exige da gestão pública um compromisso com uma *transformação real na estrutura da sociedade* em que vivemos (LOBOSQUE, 2001, p. 155, grifos nossos).

As expressões por nós grifadas demarcam o caráter singular das propostas apontadas pelo movimento da reforma: *projeto comprometido com a saúde pública*, *sistema único de saúde*, *resgate da cidadania*, *consideração da subjetividade*, *intervenção na cultura*, *recriação das ideias sobre a figura do louco*, *organização da sociedade*, *projeto político*, *transformação real na estrutura da sociedade*. Embora o movimento antimanicomial tenha se fortalecido a partir da adesão de diferentes grupos sociais ao longo das últimas décadas —

ganhando, inclusive, relativo espaço e voz na mídia por meio de denúncias de hospitais que não cumpriram com a regulamentação proposta pela Lei Paulo Delgado⁵³ —, ainda é preponderante a tensão que existe entre os setores conservadores da sociedade, que se manifestam, em sua maioria, contra a atuação da lei; e as vozes que se mostram a favor de um espaço político e social que garanta o exercício da subjetividade daquele que é dito louco. Sendo assim, a reforma psiquiátrica nos parece ainda como um *evento discursivo à deriva*. E, por isso, a reforma psiquiátrica foi deslocada do foco principal do nosso estudo, sendo analisada em um conjunto mais amplo de discursividades.

Após pesquisas e levantamentos feitos em alguns periódicos brasileiros, observamos que a reforma psiquiátrica não se caracterizou, na época de sua publicação, como um *momento discursivo* na mídia (MOIRAND, 2007a), visto que, logo após a sua oficialização, a partir da publicação da Lei Paulo Delgado (nº 10.216), em 6 de abril de 2001, não houve uma veiculação em massa sobre o assunto nos meios de comunicação. É importante, a esse respeito, abrir um parêntese e trazer as noções de *evento* e *momento discursivo* conforme os estudos sobre a mídia realizados por Moirand (2007a, 2007b, 2007c [2001], 2008, 2009a, 2009b). Para ela, o movimento de circulação dos discursos na e pela mídia ajudam na construção do “fato”⁵⁴ como um “evento discursivo”⁵⁵ (MOIRAND, 2007a, 2008). No entanto, nem todo “fato” veiculado pela mídia instaura um movimento de circulação intensa dos discursos. Nesse caso, apenas alguns acontecimentos tornam-se eventos discursivos. Associada a essa noção, ela traz a de *momento discursivo*, o qual, como já foi definido⁵⁶, caracteriza-se por se manifestar em uma ampla variedade de gêneros de discurso — icônicos, verbais etc. — e pela heterogeneidade de vozes convocadas pela mídia. Desse modo, para a pesquisadora, alguns eventos discursivos constituem um momento discursivo, mas não todos. Então, para que o evento se constitua como um momento, ele deve apresentar uma heterogeneidade de vozes, ou seja, numerosas falas reportadas, emprestadas, evocadas ou simplesmente imaginadas, de diversos grupos sociais que se entrecruzam na mídia; e uma difusão em massa de imagens ou textos.

⁵³ Isso faz parte de uma constatação nossa a partir das leituras que realizamos sobre o tema ao longo da mídia, em especial desde o ano de 1970 até os dias atuais.

⁵⁴ Tomamos “*fatos*” entre aspas porque não estamos de acordo com o uso comum dessa palavra na esfera jornalística. Fazemos referência a essa discussão e ao uso de “acontecimento” ao invés de “fato” no capítulo 1 da tese.

⁵⁵ Fazemos a diferenciação entre “*fato*”, *acontecimento* e *evento* (discursivo) no capítulo 1 da tese. Cf. a partir da página 79.

⁵⁶ Cf. a nota de rodapé 25 na página 23.

Logo, embora a reforma psiquiátrica não tenha se constituído como evento e momento discursivo na “grande” mídia na época da sua oficialização, observamos que, oito anos depois, houve um período de grande discussão sobre o tema. Isso se deu na *Folha de S. Paulo*, a partir da publicação, no dia 12 de abril de 2009, da coluna assinada por Ferreira Gullar, cujo título foi *Uma lei errada*. Mesmo que a publicação tenha se dado em um único jornal, o autor, ao escrever um texto com um ponto de vista contrário à reforma, questionando a sua validade e o seu funcionamento, apresenta-se como pai de dois filhos esquizofrênicos para defender o seu posicionamento axiológico, falando portanto desse lugar discursivo de quem é conhecedor da vivência da “doença mental”. É interessante notar que, daquela data até o dia 2 de agosto do mesmo ano, deu-se início a uma movimentação intensa de discursos sobre a reforma e o tratamento do chamado doente mental a partir de uma heterogeneidade de vozes e variedade de gêneros discursivos — tais como notícias, comentários, cartas à redação e artigos de opinião. Assim, mesmo que a reforma *per si* não tenha gerado, quando efetivada a partir da lei, uma ampla discursividade para abordá-la, ela se tornou uma espécie de *evento* — junto com a *própria coluna* de Ferreira Gullar —, na medida em que várias vozes, a partir de diversos lugares sociais e pontos de vista, passaram a falar sobre a reforma em gêneros de discurso diversos⁵⁷.

Logo, delimitamos o estudo da primeira questão-problema a este *corpus*. Isso porque, a partir do embate de nomeações, pontos de vista e vozes sociais em torno da lei e de sua eficácia, na dita “grande” mídia, reavivado pelo texto de Gullar, observamos como o sujeito chamado *louco* ou *doente mental* vai sendo construído ao longo do debate gerado pelo artigo na FSP, e quais discursos, representações e memórias vão sendo evocadas⁵⁸.

Para essa primeira questão da pesquisa, analisamos, portanto, um *corpus* cujo recorte temporal vai do dia 12 de abril de 2009, data da publicação da coluna *Uma lei errada* de Ferreira Gullar, até o dia 20 de agosto do mesmo ano. O período de tempo dedicado para a coleta do *corpus* foi, então, de cinco meses, pois, após o dia 20 de agosto, notamos uma mitigação do debate sobre a *lei*, a *reforma*, o *tratamento mais adequado ao chamado doente mental* etc. que nos pareceu ter sido instigado pelo texto do escritor. Coletamos, para tal, além da coluna de Gullar, cartas à redação, artigos de opinião, notícias e comentários *on-line* publicados na *Folha de S. Paulo* — periódico em que se deu esse debate — no período

⁵⁷ Essa discussão será retomada no capítulo 1.

⁵⁸ Pensamos que *falar* da reforma não significa exatamente *falar só sobre ela*. Pode-se, a partir dela, falar sobre outra(s) coisa(s).

citado⁵⁹. Assim, é interessante destacar que, a partir do diálogo que foi estabelecido sobre o assunto, a reforma psiquiátrica parece se tornar, naquele instante, um evento discursivo; e os sujeitos “dão indícios”, no debate sobre a efetividade ou não da reforma, de seus pontos de vista sobre a “doença mental”.

Em seguida, passamos a nossa segunda questão-problema, a saber:

II. Como é representado discursivamente o sujeito nominado como *louco, doente mental, em surto, com algum transtorno, distúrbio, criminoso*?

Esse questionamento é tão fundamental quanto complementar ao anterior pelo seguinte motivo: temos observado, ao longo dos assuntos agendados pela mídia, uma circulação intensa de nomeações, através de vozes de distintos grupos sociais⁶⁰, que inscrevem o sujeito a partir do discurso da e sobre a “loucura”. Em muitos *faits divers*, por exemplo, o sujeito é ora louco, ora criminoso, em constante suspeita⁶¹, pois se duvida que ele não tenha a saúde mental íntegra, já que não obteve de antemão o diagnóstico psiquiátrico. Podemos citar, a esse respeito, o caso Paula Oliveira, por exemplo: no final, ela foi passando de criminosa a louca. Nesse sentido, não é incomum depararmos com a atribuição de patologias aos atores dos eventos pela voz da polícia, do jornalista ou da *doxa* — essa última a partir dos comentários dos leitores — antes mesmo do posicionamento social da voz do psiquiatra.

Essa segunda pergunta da pesquisa, então, leva-nos ao espaço privilegiado da tese, pois é nas narrativas dos acontecimentos tomados pelos meios de comunicação que os vários atores sociais se posicionam. Para essa reflexão, analisamos dois eventos discursivos que foram alvo de polêmica ao longo da mídia: o *caso Paula Oliveira*, na fase “final” de sua abordagem pela mídia; e o outro em que é reportado que uma *mãe é suspeita de matar suas filhas*. Nesses dois eventos, é interessante notar como se dá o entrelaçamento entre as discursividades que evocam o discurso da loucura — no primeiro basicamente como *distúrbio psiquiátrico* e, no segundo, *surto psicótico* — dentro de um contexto de duplo desvio da norma, a saber, o crime e a “insanidade” mental. Além disso, a partir da análise das nomeações atribuídas aos sujeitos, podemos observar a circulação de discursos

⁵⁹ Em virtude da quantidade de textos, são trazidos apenas os mais relevantes para o nosso estudo.

⁶⁰ Essas vozes, por sua vez, estão alinhadas ao discurso da empresa jornalística.

⁶¹ E, assim, transita por várias subjetividades.

institucionalizados, pertencendo a um fundo aperceptivo comum de interpretação, como no tocante ao *gênero feminino*.

Assim, para essa questão, o recorte temporal do nosso *corpus* se estendeu aos 24 meses subsequentes à publicação de cada um dos casos⁶². Sobre o de Paula Oliveira, selecionamos notícias, cartas à redação, coluna, entrevista, entre outros, publicadas a partir de 14 de fevereiro de 2009 no *Jornal do Commercio*, na *Folha de S. Paulo*, no jornal suíço *20 minuten (on-line)*, na revista *Veja*, em alguns *blogs*⁶³ e portais da internet, tais como *Uol* e *GI* (globo.com). Contudo destacamos que só analisamos o material que traz o tema da doença e do distúrbio à tona. A respeito do caso da *mãe suspeita de matar suas filhas*, coletamos notícias e comentários *on-line* postados a partir de 16 de setembro de 2013. Dentre os veículos selecionados, temos os portais *Terra*, *Uol*, *GI* (globo.com) e o jornal *Folha de S. Paulo*. Destacamos que, dentre os textos analisados de ambos os casos, trazemos aqui apenas os mais importantes para o nosso objeto de estudo.

Por fim, partimos para a nossa terceira questão-problema:

III. Como a circulação das *nominações* da esfera *psicopatológica* na mídia representa discursivamente os sujeitos?

Para fundamentar essa questão, retomamos, inicialmente, o que diz Pereira (2013, p. 38):

[...] cada vez mais, é fundamentalmente através da linguagem especializada da psiquiatria que não apenas nomeamos nossos padecimentos emocionais, mas, sobretudo, os concebemos. Decididamente, não entramos mais “na fossa”, não atravessamos “crises existenciais”, nem sofremos subjetivamente da “opressão ideológica capitalista”. Cada vez mais, nossas vivências psíquicas, das mais banais às mais turbulentas, portam espontaneamente as marcas do discurso médico-psiquiátrico, independentemente da propriedade de seu uso técnico.

⁶² Pelo próprio funcionamento de notícias do tipo *fait divers*, não é comum que o periódico continue a comentar sobre o acontecimento um ano depois da sua veiculação na mídia, salvo algumas exceções. O caso Paula Oliveira, por exemplo, o qual se caracteriza como um *fait divers* diferenciado — por ser também um evento e momento discursivo —, teve repercussão intensa nos meios de comunicação no período inicial que eclodiu o evento, a partir de 12 de fevereiro de 2009. No entanto, mesmo após o desfecho apresentado, encontramos ainda algumas publicações na mídia a seu respeito posteriormente, como a notícia intitulada *La Brésilienne auto-mutilée doit quitter la Suisse* (LA BRÉSILIENNE..., 2010), veiculada em 11 de março de 2010, e o artigo de opinião *Enquetes, sondagens e a agenda de debates da ciberpolítica* (SEGURADO; CHAIA, 2010), publicado em 12 de outubro de 2010, entre outros.

⁶³ Há, no entanto, uma postagem do *blog na pele* que data do dia 13 de fevereiro de 2009.

A reflexão proposta pelo psiquiatra e psicanalista reforça a questão por nós levantada, pois hoje nota-se a recorrência de situações instauradas por diferentes “subjetividades” construídas a partir das nomações de algumas doenças. Por exemplo, não dizemos mais que estamos agitados ou “na fossa”, como disse Pereira (2013), mas “hiperativos” e em “depressão”; ou, muitas vezes, que vivemos numa “ansiedade” e “hiperatividade” constante. Esse processo de categorização para representar a si e ao outro a partir de uma “propriedade” ou de um “aspecto” que pode se inscrever no corpo se revela no estudo do dialogismo da nomação. E, por sua vez, a retomada dessas nomações da esfera da psicopatologia como uma forma discursiva de se dizer e de se identificar como *tal* sujeito pode se dar em função da forte influência da circulação desses discursos científicos que a mídia traz nas suas narrativas cotidianas. No entanto, não é como se esse movimento dialógico de categorização e representação do sujeito a partir dessas nomações não existisse antes. O que há atualmente é um movimento intenso de normatização da *doença*, da *diferença*, da *alteridade*, a partir de novos modos de nominar. Segundo Bezerra (2012), alguns nomes de doenças surgem em contextos específicos e depois desaparecem, como é o caso da histeria, comum na época de Freud. Bezerra (2012) ainda afirma que, além das “novas” doenças de hoje, há patologias que derivam de comportamentos socioculturais tidos como “normais” na maioria da sociedade ocidental — *o transtorno desafiador de oposição* usado para nominar crianças que não respeitam os mais velhos e não querem fazer o dever escolar, por exemplo —, enquanto outras simplesmente apresentam uma mudança que ele chama de vocabular, como é o caso da *psicose maníaco-depressiva* que, devido à carga negativa e de periculosidade comunicada pela terminologia, passou a ser chamada pela psiquiatria de *transtorno bipolar*.

Ora, a constante circulação desses nomes na mídia e a inter-relação que essa última proporciona entre as esferas da vida pública e privada estimulam esse movimento de psiquiatrização da vida vivida que tem origem na “psicopatologização do mal estar-subjetivo” (IANINI; TEIXEIRA, 2013). Nesse cenário, o sujeito conduzido pelo discurso da psicopatologia se constitui discursivamente por esse signo da *doença* como se ela viesse a ser uma “categoria necessária” para o dizer; pois parece-lhe não pode “existir” sem essa *nomação*. Essa tal “categoria necessária” não deixa de indicar uma *diversidade* nesse processo de nomação e representação, porque é a voz da medicina psiquiátrica, a partir das nomações das “doenças mentais”, que leva o sujeito a se identificar e a ser identificado como sujeito por meio do nome da doença e do discurso produzido sobre ela. Por exemplo, ao dizer (CTH-74) “Tenho 26 anos e há exato 1 mês descobri ser portadora do TDA (*o meu é*

sem o H mesmo, sou o subtipo *desatento*)” (Blog *TDAH-reconstruindo a vida*, comentário anônimo, 24 jul. 2012, grifos nossos) ou (CTH-26) “*Sou a TDAH mista sonhadora-faladeira*. Existem os TDAH que não param quietos fisicamente” (Revista *SuperInteressante*, comentário de R. M. R. S. sobre a matéria *Minha vida sem foco*, jul. 2012, grifo nosso), cada sujeito identifica-se como pertencente a um tipo de grupo a partir de uma propriedade que é representada pelas características da doença. Nesses dois casos, a identificação se dá a partir de um agrupamento ainda menor que o do TDAH: em (CTH-74) há um “traço” não compartilhado, *a desatenção*, e em (CTH-26) são apresentados os subtipos do dito transtorno, cujo traço *sonhador-falante* diferencia a enunciadora dentro do grupo geral.

Esse processo que tem sido intensificado a partir da massificação dos discursos dos DSMs (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*)⁶⁴ e da importância atribuída à indústria farmacêutica — não é à toa que o discurso perpetuado por esta última vem adquirindo relevância na medida em que se propõe um tratamento aos chamados doentes mentais fora do espaço asilar —, nos fez pensar que o transtorno é parte de um discurso atributivo, uma forma de representação, que o sujeito é levado a dar de si mesmo ou ao outro, embora isso muitas vezes não pareça ser perceptível para ele mesmo. Por isso, nos propomos a saber como essas nomeações estão configurando situações que permitem ao sujeito discursivamente se construir, se representar como sujeito. Para tal, escolhemos analisar o *transtorno de déficit de atenção e hiperatividade*, mais especificamente, alguns textos publicados na mídia após ter sido divulgado, em 2 fevereiro de 2012, que o pai do TDAH, o psiquiatra norte-americano Leon Eisenberg declarou, no leito da sua morte, em 2009, que a doença foi inventada. Isso intensificou o debate em torno da existência ou não da doença, e muitos sujeitos passaram a dar depoimentos sobre as suas experiências como *portadores de TDAH*⁶⁵. Ademais, nessa mesma época, muitos *blogs* passaram a publicar que a doença seria uma farsa, ao ponto de a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA) escrever uma carta de esclarecimento à sociedade sobre o transtorno, condenando a “mídia jornalística não especializada” (CARTA..., 2012) por veicular material sobre o assunto de forma inapropriada e por muitos afirmarem que o dito transtorno “não existe”.

Desse modo, para essa questão, a coleta do *corpus* se deu a partir de 2 de fevereiro de 2012, quando passou a ser noticiado que o pai ou o “inventor” do TDAH “revelou” que essa

⁶⁴ *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (tradução oficial).

⁶⁵ Esses depoimentos foram dados em *blogs* e em alguns portais de veículos de comunicação que trouxeram textos sobre o TDAH.

doença não existia. Foram coletados textos que travaram o debate sobre esse distúrbio e sobre a existência ou não dessa doença, tais como: a matéria intitulada *Minha vida sem foco* da reportagem de capa sobre o TDAH publicada na revista *Superinteressante* em julho de 2012, disponibilizada no site desse periódico, e acompanhada dos respectivos comentários dos leitores; o artigo de opinião *Eu confesso, o TDAH é uma mentira!*, publicado no *blog TDAH-reconstruindo a vida*, em 24 de julho de 2012, e os respectivos comentários dos leitores; o artigo de opinião intitulado *Por que as crianças francesas não têm Déficit de Atenção?* postado no *blog Cultivando o Equilíbrio*, no dia 16 de maio de 2013; e, por último, a matéria *Um outro lado da história do TDAH*, publicada no *blog Cultivando o Equilíbrio*, em 19 de maio de 2013, também seguida dos comentários dos leitores. Esse material foi coletado de 2012 a 2014. Dentre esses textos, e em virtude da quantidade de comentários, trazemos apenas os mais importantes para as análises do objeto de estudo.

Desses questionamentos-problemas, apontamos agora as nossas hipóteses de trabalho. É importante ressaltar que elas se inter-relacionam e complementam e são analisadas ao longo de toda tese. Enfim, as hipóteses são:

- I. A circulação de uma variedade de nomações da psicopatologia, na mídia, não significa que há um rompimento com os pontos de vista, as “fórmulas estereotipadas” e os discursos dominantes de outrora sobre a “loucura” ou “doença mental”⁶⁶.
- II. A circulação das nomações revela um embate entre diversas vozes sociais e pontos de vista que ora respaldam os discursos hegemônicos de outrora, ora os refratam ou ora os respaldam-refratam.
- III. A circulação das nomações da psicopatologia na e pela mídia constrói dialogicamente múltiplos sentidos para os sujeitos, os acontecimentos ou os objetos de discurso dos quais tratam e as próprias palavras empregadas, embora possa haver pontos em comum na leitura.

Destacamos ainda que a partir da articulação dos três questionamentos-problemas da pesquisa com as hipóteses, nós definimos os objetivos específicos, pois, como pode ser

⁶⁶ Tais como de segregação e/ou exclusão, periculosidade e/ou medo, condenação e/ou acusação, zombaria e/ou ridicularização, entre outras. Essas palavras são marcadas pelo *e/ou* porque muitas vezes parecem estar associadas. Por exemplo, quando é trazido no discurso a noção de periculosidade, para alguns ela evoca a de medo; a de segregação, a de exclusão, e assim por diante. Além disso, alguns desses discursos perpassam as análises do *corpus* inseridas ao longo da tese. Ademais, algumas dessas estruturas são retomadas por nós a partir do entrecruzamento das discussões de Foucault (2010c [1964], 2010e [1961a]) com as de Calligaris (2006).

notado mais adiante, as questões são problematizadas na discussão teórica e na análise. Antes de apresentá-los, retomamos o nosso propósito geral que é analisar como se dá a *construção discursiva da/sobre a loucura* na mídia e, por conseguinte, na sociedade, a partir da análise da circulação das *nominações* que dizem o sujeito *louco, doente mental, em surto*, com algum *transtorno*. Tendo em vista esse objetivo geral, formulamos os específicos, a saber:

- I. Investigar como circulam os discursos e são construídos os *pontos de vista* sobre a “loucura” ou “doença mental” na mídia, a partir da “desconstrução” do paradigma manicomial promovida pela reforma psiquiátrica.
- II. Examinar como circulam e são empregadas pelas várias *vozes* sociais, na mídia, as *nominações* que dizem o sujeito chamado de *louco, doente mental, em surto, com transtorno*, para entender como as formas de representação desse sujeito são elaboradas discursivamente.
- III. Analisar como se dá a representação discursiva do sujeito, na mídia brasileira, a partir da *nominação TDAH*.

Logo, compreender os *pontos de vista* a partir da circulação de determinadas *nominações*, dos *discursos* e das *vozes* convocadas pode levar a se chegar o mais perto possível de como os sujeitos estão concebendo o outro, a diferença, a alteridade, revendo, muitas vezes, os espaços axiológicos que ocupam. Afinal, como diz Amarante (2001), “a forma de uma sociedade lidar com a loucura implica *uma tomada de posição* em relação a toda diferença, diversidade, alteridade⁶⁷” (s/p, grifo nosso).

*São as questões que nos levam ao corpus ou é o corpus que nos leva às questões?*⁶⁸

Apesar de estarmos diante de um recorte que parece, à primeira vista, arbitrário e heteróclito, não há clareza sobre o que seria determinado como um *corpus* “correto” a ser analisado em uma tese de doutorado, por exemplo. Refletir sobre como constituir um *corpus* a partir de uma grande quantidade de arquivos selecionados ao longo do doutorado⁶⁹ nos faz

⁶⁷ Essa declaração de Amarante foi feita ao comentar sobre a obra *Experiências da Loucura*, de Ana Marta Lobosque (2001).

⁶⁸ Gostaria de destacar aqui a importância das discussões com Clive Thomson sobre este tópico.

⁶⁹ Foi selecionado ao longo do doutorado um extenso arquivo composto de acontecimentos e gêneros discursivos os mais diversos. Ao todo, deparamo-nos com cerca de 400 textos. Todavia, desse material, novos recortes foram sendo feitos até se chegar ao projeto de *corpus* final, apresentado nesta tese.

pensar sobre (1) o papel que o *pesquisador-analista* assume diante do seu objeto de estudo⁷⁰; (2) qual o caminho teórico-metodológico que se apresenta como o mais “adequado” para a pesquisa e isso nos leva inevitavelmente a escolhas, decisões e recusas; e (3) como, ao estruturar um *corpus* constituído de *gêneros de discurso* variados — coletados em momentos diferentes e pertencentes a esferas também diversas — este *projeto de corpus* interfere na constituição sócio-histórica da memória coletiva sobre a loucura e a doença mental e sobre os acontecimentos midiáticos⁷¹, os quais são partilhados pelos sujeitos.

Dizemos *projeto de corpus* porque este é um *projeto*, entre muitos outros, que foi construído a partir de um ou mais pontos de vista, da mobilização de noções teóricas, experiências, conflitos e, (porque não?), desejos, angústias e afetos; porque indica um comprometimento pessoal e profissional com um “esboço” analítico que tenta se realizar e se materializar no próprio discurso; porque nunca haverá garantia de exaustividade e acabamento por permitir a construção de sentidos diversos quando em contato com outros sujeitos pesquisadores, outras vivências e diversos objetivos, referenciais teóricos e métodos analíticos; e, por fim, porque o *corpus* e a análise são sempre uma tomada de posição, *uma perspectiva* diante de textos que “não estavam [originariamente] destinados a serem congregados” (JAPIASSU, 1975, p. 16), mas que foram unidos por nós a partir das relações mobilizadas entre a loucura e a não-loucura, doença e não-doença. Essas relações, por sua vez, se presentificam em uma *tensão* de bases existencial, social, econômica, política, histórica e epistemológica dada pelo usos e não-usos entre as palavras que “*empregamos*” *para falar (ou não)*, mas que também *falam sobre nós e nos falam*.

A esse respeito, abrimos um parêntese para a discussão de Japiassu (1975), que nos permite pensar sobre a figura do *pesquisador-analista*, muito relevante para essa tese. A partir da análise que o autor faz sobre a imagem do *cientista*, questionamos se a sociedade, de maneira geral, partilha na atualidade o imaginário do pesquisador das ciências humanas como aquele que dá algum tipo de “voz” ao objeto estudado, o domina, o esclarece, o “desmistifica”, o aproxima do leitor leigo. Conforme esse estudioso, nós somos levados a acreditar, de maneira geral, que o cientista é um indivíduo do saber inteiramente racional,

⁷⁰ Segundo Aranha e Martins (1986), a ciência não é um saber neutro e “desinteressado”. Aliás, a razão é histórica, mutável, sendo construída na existência humana. Ademais, os dados “recolhidos” para a análise do pesquisador nunca aparecem como dados “brutos”, como afirmam as autoras, tendo em vista que eles são sempre passíveis de interpretação.

⁷¹ Usamos algumas vezes a expressão *acontecimentos midiáticos* na medida em que nem todos os acontecimentos são trazidos para o público pela mídia, isto é, são (re)elaborados discursivamente e veiculados pelos meios de comunicação. Fazemos referência a essa discussão no capítulo 1.

objetivo, livre das influências pessoais, sociais e históricas. Porém se passarmos a refletir sobre tal sujeito, inserido nas suas atividades diárias, notaremos que ele não passa de um sujeito real, concreto, como qualquer outro, e que não está livre das condições sócio-históricas em que se insere. Ou seja, pode-se até existir, por parte do pesquisador, uma busca por um ideal de “ética de uma objetividade” no trabalho a que se dedica. No entanto, seja qual for a esfera de estudo, esse sujeito trabalha a partir de normas históricas, nunca neutras, que podem se alterar — e, de fato, se modificam — ao longo do tempo e espaço. Isso significa que, para o autor,

em matéria de ciência, não há objetividade absoluta. [...] A imagem do mundo que as ciências elaboram de forma alguma pode ser confundida com uma espécie de instantâneo fotográfico da realidade tal como ela é percebida. De uma forma ou de outra, ela é sempre uma *interpretação*. Se há objetividade na ciência, é no sentido em que o discurso científico não engaja, pelo menos diretamente, a situação existencial do cientista. A imagem que dele temos é a de um indivíduo ao abrigo das ideologias, dos desvios passionais e das tomadas de posição subjetivas ou valorativas. No entanto, trata-se apenas de uma *imagem* (JAPIASSU, 1975, p. 10-11, grifos do autor).

Logo, trazendo o que o autor expõe para a nossa discussão, não há como não deixar as nossas marcas interpretativas e os rastros das tensões que se estabeleceram — e ainda se dão — na criação do *corpus* e, em um âmbito mais amplo, ao longo da *pesquisa*. Pois é da nossa posição única na vida (BAKHTIN, 1993 [1919/1921]) — inserida na história, porque nunca a-histórica — que tentamos olhar os textos pesquisados. Textos esses que nunca são exauridos, totalizados e acabados. E é tendo em vista esse inacabamento, antes de tudo existencial, que o pesquisador-analista deverá elaborar os seus “olhares” sobre a pesquisa. Ora, retomando o que diz Amorim (2008, p. 98) sobre a pesquisa em ciências humanas, “o texto do pesquisador não deve emudecer o texto do pesquisado, deve restituir as condições de enunciação e de circulação que lhe conferem as múltiplas possibilidades de sentido”. Então, seja a atividade do cientista nas ciências exatas e de saúde, seja a do pesquisador nas Humanas, esse sujeito insere-se em um movimento que inclui transformações na relação de alteridade, um devir em construção, apoiado numa exotopia (BAKHTIN, 1993 [1919/1921], 2003e [1920-1923]); e nunca de fusão entre nossos olhares e aqueles outros com os quais interagimos no *corpus* ou de *fazer calar* o texto outro, selado pelo olhar interpretativo do pesquisador, como afirma Amorim (*idem*).

Para continuar a discutir a questão levantada neste tópico, não menos importante para a pesquisa, recorreremos inicialmente a Bakhtin (2003b [1959-1961], 2005 [1929/1963]) e ao

conceito de *dialogismo*. Segundo o pensador russo, a relação dialógica se estabelece entre os sujeitos e os enunciados na comunicação, atravessando todo o campo do pensamento do homem quando não é abstraído da sua eventicidade, da vida. Cada palavra *pensada* leva em conta não só o fundo aperceptivo do sujeito que a retoma: ela é sempre orientada para o outro, o contexto social e a história; pode sobrepor-se a outros sentidos guardados na memória dos usos; encontra-se com algumas vozes e evoca pontos de vista. O coenunciador a recebe ativamente, podendo acolhê-la, rejeitá-la — em uma variedade de possibilidades de respostas — a partir da relação que mantém com aquele sujeito que a enunciou, o objeto do discurso, os enunciados. Logo, o dialogismo é a atitude fecunda do evento da vida que caracteriza a originalidade, pluralidade e complexidade das nossas relações. Essa noção tão cara aos estudos de Bakhtin (2003b [1959-1961], 2005 [1929/1963]) leva-nos a pensar que não há um movimento estrito de um *corpus* em direção às perguntas, ou vice-versa, mas um diálogo constante, não menos conflituoso, que se estabelece entre as *perguntas*, o *corpus* e as *teorias*. Por isso afirmamos que, a partir do que foi dito por Brait (2009, p. 159), o nosso *corpus* não se configura “como um conjunto de textos diacronicamente observados, mas colocados em relação dialógica”. O conceito de dialogismo, então, é de grande valia para explicar o ponto de partida da pesquisa: longe de uma perspectiva linear ou unilateral, de um material aparentemente homogêneo, representado por apenas um só gênero ou evento discursivo, a história produzida pelo homem é um devir, em construção, lacunar, descontínua, intermitente e interrompida, mas fundamentalmente em diálogo. Como afirma Foucault (1979a, p. 14), “a história [...] é o próprio corpo do devir”.

Ora, ainda se observa nas ciências humanas, embora com menor força, a presença de teorias como a do evolucionismo social (GIDDENS, 1991) que constroem uma imagem linear, unitária, “pacífica” e totalitária da história, cujos acontecimentos podem ser relatados por meio de um único enredo. E, por meio dessa visão, acaba-se concebendo também entre as ciências uma visão de um tipo de *corpus* que é “específico”⁷² a se pesquisar. No entanto, se existem histórias várias ou uma pluralidade de “historicidades”, os caminhos que conduzem o pesquisador a propor um *corpus* ao invés de outro inserem-se num conjunto de decisões constituídas por encontros e desencontros, mas que não fogem a uma arbitrariedade, isto é, dos sentidos que o sujeito lhe atribui. Além disso, se a história é marcada por discontinuidades e não por aquela concepção totalizante de outrora, como discute Foucault

⁷² Referimo-nos ao *corpus* logicamente concatenado e ordenado, cuja organização tende a ocultar as tensões entre ele e o pesquisador.

(1979b [1977a]), porque não considerar também que podem existir diversas narrativas e pontos de vista que levam o sujeito a conceber a *doença* e a *saúde* e não apenas um trajeto de tom evolutivo cuja origem e fim não são incertos?; e, ainda, por que não problematizar uma pesquisa cujo contexto é constituído pela presença desse movimento? Portanto, se a história e os acontecimentos que a fundam não correspondem a uma imagem tranquila e continuísta (FOUCAULT, 1979b [1977a]) por que então não propor um estudo que considere acontecimentos específicos que, embora aparentemente pontuais, constituem as historicidades do que está em porvir? Essas questões nos permitiram elaborar a trajetória do *corpus* acima apontada, a qual não se ancora, como se pode perceber, em um momento determinado, mas a partir das lutas cotidianas, na base do debate que, trazido pela mídia, se estabelece em um jogo de pontos de vista e de poder.

Destacamos, por ora, que este estudo foi para nós um grande desafio, em especial porque as sociedades ocidentais têm passado por um constante processo de reflexividade de suas práticas discursivas e institucionais, movimento que tem se intensificado na atualidade com a instantaneidade na troca da informação. Conforme aponta Giddens (1991, p. 39), apesar de a reflexividade ser uma característica de toda ação humana, a consistente monitoração do comportamento e de seus contextos na vida social moderna à luz da informação nova altera constitutivamente o caráter dessas práticas, pois “em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las”. Logo, essa constante revisão das convenções aplicadas a todas as atividades humanas, em virtude da suposição da reflexividade indiscriminada, impede a estabilidade do conhecimento e de sua prática. Foi — desde a formação das sociedades (pós)modernas — e continua sendo no *hoje* que notamos o seguinte: aqueles discursos antes tidos como legítimos e “portadores da verdade absoluta” não têm se apresentado mais como “porta-vozes” de muitas das nossas ações. E isso vale para aquelas famosas disciplinas como a física e a química, que eram partícipes de um grupo de verdades cientificamente válidas — e ainda, antes destas, o discurso filosófico, que no passado era tomado como superior aos demais (BIRMAN, 2011). Isso não é uma questão de não existir um mundo social estável a ser conhecido, mas de que o próprio conhecimento do *estar* nesse mundo contribui para seu caráter instável ou mutável, uma vez que nenhum saber é mais associado à certeza de algo dado, certo, confirmado, já que logo depois ele pode deixar de existir e ser contestado.

Assim, grandes paradigmas têm entrado em falência e a reflexividade da modernidade subverte a razão. Diante de tudo isso, as pessoas em geral têm buscado outros alicerces para

sustentar suas escolhas. A construção do *eu*, por exemplo, é parte fundamental de um projeto cuja parte elementar reside nessa reflexividade citada por Giddens (1991): o sujeito acaba identificando-se com o que acredita ser sua “identidade” ou “representação” a partir das “opções” que são “fornecidas” por alguns discursos, em especial, por aqueles que ainda acumulam o *status*, mesmo que instável, de *ciência*. Desse modo, o sujeito submete-se a conhecimentos e situações discursivas criadas por esses discursos e disponibilizadas ao público como *verdadeiros*. É também por isso que existem tantos livros e revistas para os quais um dos papéis principais é de orientar e aconselhar os sujeitos a serem “tais” sujeitos e não outros — como estratégias de normalização. Então, a circularidade do conhecimento social e a reflexão sobre a natureza da própria reflexão são mecanismos fundamentais à atualidade porque se ligam à (des)confiança que os sujeitos ainda guardam em relação aos sistemas peritos (GIDDENS, 1991), em especial citamos aqui o da *medicina* e o da *jurisdição*, mencionados no início da introdução. Além disso, é interessante notar o seguinte: por maior que seja o risco de um conhecimento dado ser examinado à luz de novas informações, a sensação de segurança acerca do que é dado traz também vantagem ao sujeito que está imerso em um caudal de inseguranças sobre *quem é, com quem se identifica, quais escolhas* deverá tomar na sua vida.

Todavia é interessante notar que, diante dessa intensa reflexividade, a esfera da psicopatologia parece ganhar destaque. Bezerra (2012) explica que a psicopatologia é o campo que estuda o sofrimento psíquico. Não é só uma atividade “científica”, pois diz respeito também à vida cotidiana. Nesse sentido, é um exercício constante de demarcação de toda sociedade sobre *normalidade, diferença e patologia*, e não há como não participar desse processo, pois recorremos ao “vocabulário” psiquiátrico, absorvemos conceitos, palavras, para dar nomes às relações e situações, para nos definirmos, para dizer sentimentos — nomações que usamos também para nos aproximarmos de nós mesmos e do outro. Isso pode ser percebido, por exemplo, no excerto a seguir retirado da coluna *Uma lei errada* de Ferreira Gullar e na sétima carta enviada ao jornal *Folha de S. Paulo* em resposta ao texto do escritor, respectivamente:

CRP-06 Havia, naquela época, um deputado petista que aderiu à proposta, passou a defendê-la e apresentou um projeto de lei no Congresso. Certa vez, declarou a um jornal que “as famílias dos doentes mentais os internavam para se livrarem deles”. E eu, que lidava com o problema de dois filhos nesse estado, disse a mim mesmo: “Esse sujeito é um cretino. Não sabe o que é conviver com pessoas esquizofrênicas, que muitas vezes ameaçam se matar ou matar alguém. Não imagina o quanto dói a um pai ter que internar um filho, para salvá-lo e salvar a família. Esse idiota tem a

audácia de fingir que ama mais a meus filhos do que eu”. (GULLAR, F. Uma lei errada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Ilustrada, Coluna, 12 abr. 2009).

Carta 7

CRP-29 “Curiosamente, o termo cretino - usado por Ferreira Gullar para classificar o proponente da Lei da Reforma Psiquiátrica - é um antigo diagnóstico psiquiátrico que nomeia os portadores de cretinismo, retardo mental causado pelo hipotireoidismo congênito.

CRP-30 Os periódicos nos indicam que também o diagnóstico que Gullar informa ser o de seus filhos — a esquizofrenia — tem sido usado com frequência como xingamento. Esse contrassenso oculto evidencia a natureza obscura do estigma e revela como pode ser escorregadio redigir sobre o campo polêmico que é o dos cuidados públicos nessa área.

CRP-31 Penso que o articulista poderia conhecer um pouco mais sobre os familiares satisfeitos com os espaços de excelência que existem dentro da reforma da saúde mental - sim, eles existem, e tendem a não estar nos serviços particulares.

CRP-32 Sua energia direcionada para a revogação da lei poderia ser mais produtiva se ele viesse a reivindicar a expansão necessária dessa excelência para o maior número de cidadãos brasileiros.” (TÓFOLI, L. F. Doutor em psiquiatria pela Universidade de São Paulo. Fortaleza, CE) (HOSPITAIS psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 14 abr. 2009)

Nos trechos acima, os termos *cretino*, *esquizofrenia* e *idiota* colocam em cena, como mostra o comentário trazido pelo psiquiatra (CRP-29 a CRP-32), os diferentes usos que os sujeitos têm feito dessas expressões. Constituindo inicialmente o jargão da psiquiatria — elaboradas por uma clínica especializada em estabelecer diagnósticos para as “doenças mentais” —, essas palavras passaram a circular frequentemente na esfera do cotidiano, sendo muitas delas proferidas como críticas e enunciados negativos dirigidos ao outro. Na análise que fazemos, o emprego dessas palavras pelo psiquiatra é feito para manter um distanciamento valorativo quanto ao uso que Ferreira Gullar (CRP-06) faz delas e, desse modo, o médico posiciona-se em relação ao *texto* do escritor, à *linguagem*, à *reforma* e a chamada *doença mental*, identificando-se como pertencente a um ponto de vista diferente do de Gullar. Para tal, o médico inicia seu texto fazendo a análise de algumas dessas expressões. Ele aponta que o termo *cretino*, o qual designa o diagnóstico de *cretinismo*, é usado pelo escritor como xingamento. Ao mesmo tempo, cita que Gullar faz uso de *esquizofrenia* como a doença dos seus filhos, porém o psiquiatra afirma que esse termo é também usado por outros indivíduos com o mesmo propósito do escritor quanto ao uso de *cretino*. E, embora não seja feita referência ao emprego de *idiota*, usado pelo colunista como um xingamento, essa expressão também retoma uma outra doença, a saber, a *idiotia* — por isso o realce que damos a essas três palavras e aos seus usos pelos sujeitos no dia a dia.

De maneira geral, a resposta que o médico escreve ao colunista — e, por conseguinte, ao jornal — coloca em discussão o seguinte: os termos *cretino* e *esquizofrenia*, apesar de

comumente ligados a um sentido específico, histórico, destacado da sua rede de memória como reiterável, “essencial” e “porta-voz” que definiria o seu uso, a saber, a indicação de uma “doença mental” na esfera da psiquiatria, esse sentido por si só ou essa tal “literalidade” dada pelo significado da palavra inexistem. As palavras são enunciados concretos, atos intersubjetivos, constitutivos da interação verbal e sócio-ideológica. Atravessadas por discursos, retomadas por variadas vozes, as palavras constroem um *sentido possível* relacionado ao acento apreciativo, ao contexto e ao horizonte social da comunicação entre os sujeitos. Ora, como já era dito por Volochínov (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929], p. 137), “aqueles que [...] procurando definir o sentido de uma palavra atingem o seu valor inferior, *sempre estável e idêntico a si mesmo, é como se quisessem acender uma lâmpada depois de terem cortado a corrente*. Só a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz da sua significação” (grifo nosso). Logo, o leitor na sua carta elabora o seu ponto de vista a partir das representações sociais que, para ele, legitimam o uso daqueles nomes, contrapondo-se ao ponto de vista do escritor. E, para refutar o que expõe Gullar, o médico aponta as *falhas* no uso que Ferreira Gullar — e alguns periódicos — fazem de determinadas expressões: “esse *contrassenso oculto evidencia a natureza obscura do estigma e revela como pode ser escorregadio* redigir sobre o campo polêmico que é o dos cuidados públicos nessa área” (CRP-30, grifo nosso). O nosso grifo leva-nos a refletir também sobre critérios como *objetividade* e *parcialidade*, ainda considerados *máximas* para determinadas epistemologias, as quais, muitas vezes, apontam que reivindicar determinados sentidos para com os quais as palavras remeteriam fosse fazer “justiça”. Mas perguntamos o seguinte: fazer justiça a quem? Àqueles que são nominados? Ao campo do saber-fazer que constrói nomeações para dizer esse outro? Às políticas públicas da reforma que solicitam uma mudança discursiva no tratamento dos ditos doentes? Pois bem, Nietzsche (2003 [1874], p. 52) há muito tempo dizia que “objetividade e justiça não têm nada a ver uma com a outra”. Contudo nos parece aqui que o realce é dado a uma teórica adequabilidade no emprego daqueles termos, cuja significação vinculada ao discurso científico privilegiaria uma dita objetividade e faria justiça ao seu uso. E é desse ponto de partida que o psiquiatra defende o seu ponto de vista, se contrapondo a Gullar: aquele fala do lugar de poder da ciência, enquanto o escritor maranhense usa tais nomeações como xingamentos — usos que remetem ao espaço das práticas discursivas cotidianas do “homem comum” (FREUD, 1974 [1930], p. 30). Isso aponta para a discussão que fazemos entre os *usos* dessas nomeações, “originárias” da *esfera psiquiátrica*, e os *usos* delas em *práticas discursivas cotidianas* as mais diversas, debate que

faz parte da psicopatologia e que diz muito sobre como o sujeito pensa a respeito da *alteridade, doença e subjetividade*.

Assim, mesmo no mundo no qual os objetos se apresentam mais como discutíveis, em que algumas metanarrativas perdem força, cujas referências antigas e cuja tradição são desconstruídas, o discurso científico — como supracitado — continua ainda a perpetuar o valor “absoluto”, de pretensa objetividade, como se imune à discussão e não aberto a outros pontos de vista. E é por isso que, mesmo diante de uma reflexão e incerteza indiscriminada sobre o conhecimento produzido, hesitamos menos em nos categorizar a partir dos conceitos da medicina, em especial, da psiquiatria. Nesse pano de fundo, vamos construindo nossas vidas, moldando comportamentos e ações; e, como diz Pinheiro (2014, s/p), produzindo sintomas:

Acho que cada época, cada cultura, produz os seus sintomas. Quando a sexualidade era muito cheia de tabus e proibições, evidentemente que a histeria virou uma coisa prevalente, porque era o sintoma que de alguma maneira ia contra isso e apontava para a sexualidade. Tenho impressão que a depressão não é diferente. Ela é uma expressão de resistência a uma sociedade de consumo, a uma sociedade voltada para as performances: o homem de sucesso, o homem que é capaz de brilhar na sua carreira, quando tudo vira um grande acontecimento. E, por outro lado, o mundo dava referências muito estáveis para as pessoas. Você até poderia ir contra essas referências, mas existiam normas do que eram um bom pai, um bom filho, um bom trabalhador, o que era uma pessoa de bem, que hoje não se usa mais. Existiam referenciais morais, e da instituição familiar, sem dúvida, que pareciam muito estáveis e eram dados de fora para dentro. Isso é o que me interessa. O mundo hoje foi demolindo essas categorias e as referências passaram a ser internas: cada um decide o que é bom e o que é mau. Isso não está mais fora do sujeito, está dentro dele (grifos nossos).

Retomamos o ponto de vista de Pinheiro (2014) porque ela toca em algumas reflexões já aqui instaurada, porém no terreno da psicanálise. Como a autora afirma — e com a qual concordamos em parte —, muitos dos referenciais de outrora “pareciam muito estáveis”, porque o mundo dos séculos XVIII e XIX com que lidávamos era muito diferente do que é hoje. Segundo Hacking (1990), a avalanche de números, a erosão do determinismo e a invenção da normalidade, incorporadas à Revolução Industrial, levaram à criação de categorias que definiram novas classes de pessoas com propósitos estatísticos e, por que não dizermos, de controle populacional. E isso trouxe consequências nas formas como concebemos os outros, as quais esse filósofo chamou de *making up people*.

Então, mesmo diante da falência de certos paradigmas e determinadas metanarrativas, da dúvida sobre o conhecimento perito que constantemente se renova a partir da reflexividade — aspectos trazidos por Giddens (1991), Bezerra (2012), dentre outros —, essas referências

internas são também construções discursivas, formas que o sujeito vem estabelecendo como modos de dizer a si próprio; pois o sujeito é também uma construção social e, por isso, não fala só na sua “individualidade”. Logo, não podemos afirmar que as referências dos sujeitos sejam apenas internas. Dotado de um inconsciente, ele faz parte da história e enuncia a partir do espaço da alteridade. Ele estabelece sentidos sempre no espaço social, histórico, relacional. Por isso, muitas das categorias tidas pela autora como “internas” são interpretações coletivamente elaboradas, mas que, pela intensa discussão sobre o conhecimento, aliada às performances, à produtividade, à vigilância, ao espetáculo⁷³, ao individualismo e, não menos importante, à *geração dopamina* (associada à ditadura da felicidade), têm levado o sujeito a buscar categorias — não mais fundadas necessariamente pela religião e pela lei⁷⁴, por exemplo — que possam dizê-lo de um jeito que lhe permita situar-se no valor socialmente aceito do que é difundido (atualmente) como o estatuto “normal”. Atividade essa que faz parte da busca pelo sujeito de uma ética “própria”.

Ora, o debate sobre a ética é muito antigo, mas não deixa de se atualizar no *hoje*. Pois pensar na ética que o sujeito busca — ou que a ele parece se impor como a verdade de si — é pensar acima de tudo em como conduzir as relações que mantemos (FOUCAULT, 1980) ou (acreditamos manter) com as verdades. O tempo de hoje, diz Birman (2005, p. 7), não dá mais lugar ao pensamento no universo da utopia, pois a ideia de sociedade é circunscrita ao mercado, ao neoliberalismo e à globalização: “em tudo isso, a *solidariedade* se esvazia como valor, na medida que aquela supõe a existência de uma sociedade e não a rivalidade absoluta do mercado, onde impera a lei do salve-se quem puder” (grifo do autor). Esse psicanalista ainda explica que se anuncia o fim das ideologias, já que é a ciência e a tecnologia que são positivadas e produtivas. São esses traços que estão constituindo o nosso registro social, moral, dito coletivo, que também é caracterizado por Roudinesco (2011, p. 10) da seguinte forma:

Nossa época é individualista e pragmática. Goza com o instante presente, a avaliação, o determinismo econômico, as estatísticas, o imediato, o relativismo, a segurança. Cultiva o repúdio ao engajamento e às elites, o desprezo pelo pensamento, a transparência, o gozo do mal e do sexo perverso, a exibição do afeto e das emoções contra um fundo de explicação do homem por seus neurônios ou genes. Como se uma causalidade única permitisse dar conta da condição humana.

⁷³ Retomamos essa noção a partir de Debord (2003 [1967]).

⁷⁴ Estamos tratando do contexto ocidental, em especial o brasileiro.

O que Roudinesco afirma no trecho acima dialoga com o que Debord (2003 [1967]) havia exposto, embora a partir de outro campo do conhecimento, sobre o que chama de *sociedade do espetáculo*. De acordo com esse pensador, as relações sociais presentes na sociedade capitalista — caracterizada pela divisão de classes e, notadamente, pelo viés neoliberal — se dão mediante a produção e o consumo em larga escala de mercadorias e imagens espetacularizadas. O espetacular é, segundo o que expõe o autor, o modelo da vida socialmente dominante, seja na publicidade, na informação, na propaganda e no consumo, pois o espetáculo é a finalidade da prática social. Ou ainda: “o espetáculo⁷⁵ é, ao mesmo tempo, parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação” (DEBORD, 2003 [1967], p. 14). A partir desse estudioso, podemos entender que a espetacularização do sujeito seja pela via da indústria cultural, seja, por exemplo, pela via da produção de um discurso “científico” sobre a sua subjetividade, distancia-o das relações *eu-outro* que dão conta do caráter vivente, relacional e histórico do sujeito. Assim, com a paulatina degradação do seu potencial alteritário, expressão que retomamos de Birman (2005)⁷⁶, o indivíduo entrega-se a experiências mais próximas e auto-centradas em um eu “solitário”; e, como a psicanalista caracteriza, a experiências de tom individualista, pragmático, que se atém ao gozo momentâneo, ao seguro e ao concreto. E se, como já preconizava Nietzsche (2003 [1874], p. 69), “o que se entregava outrora para a igreja concede-se agora, mesmo que parcimoniosamente, à ciência”, atentamos para que não só os gostos e os comportamentos são homogeneizados: divergindo em partes do que afirma Pinheiro (2014), pensamos que o potencial de produção simbólica da experiência psíquica de cada um parece ser cada vez mais (pré-)determinado ou influenciado pela esfera da biotecnologia, embora estejamos lidando com um impasse, uma indeterminação, diante da ausência de referências.

⁷⁵ É interessante notar que encontramos em Lacan (2005a [1963], p. 68-69) a noção de *pulsão escópica*: “[nessa pulsão] [...] o sujeito encontra o mundo como espetáculo que o possui. Ele é aí a vítima de um logro, pelo qual o que sai dele e o enfrenta não é o verdadeiro *a*, mas seu complemento, a imagem especular, (*i*)*a*. Eis o que parece ter caído dele. O sujeito é arrebatado pelo espetáculo, regozija-se, esbalda-se”. Assim, o sujeito, cativo que é ao olhar fomentado pelo Outro dessa cadeia de produção de imagens espetaculares, é mergulhado nessa relação do desejo desejado — nunca completamente gozado. Porém quando há a privação do olhar desse Outro, por qual seja o motivo, essa trama que o “conduz” à pulsão escópica se desfaz. Com a queda do *objet a*, o objeto do desejo, ele volta à angústia mais básica.

⁷⁶ Uma das consequências relacionadas à passagem da modernidade para a pós-modernidade é o empobrecimento do potencial alteritário do sujeito, o qual se relaciona também com as mudanças na maneira que o indivíduo lida e concebe a *doença*. Segundo Birman (2005), esta não é mais vista como *sofrimento*, o qual pressupõe um apelo e uma demanda ao (cuidado do) outro. O sujeito de hoje (da pós-modernidade) lida com a *dor* como auto-centrada em si próprio, que encontra eco nas somatizações do seu corpo, e, assim, mostra-se mais distante de uma ética intersubjetiva em que o *outrem* seria indispensável para o seu cuidado e para a inscrição da dor no registro Simbólico.

Desse modo, essa reflexão permite-nos indagar sobre (i) quais práticas discursivas guiam as relações que estabelecemos com o “eu” e os outros, (ii) quais limites e valores um povo estabelece em uma dada época, (iii) quais fronteiras são atribuídas pela racionalidade dominante. E essa discussão vai muito além de tratar das identidades que uma cultura constrói como “boas” ou “más” representações, socialmente aceitas ou não, toleradas ou não. As três questões-problema propostas levam-nos a pensar sobre as trajetórias atuais da ética e a identificar quais estruturas — em geral apresentadas como fixas ou pouco móveis — impelem-nos a aderir a determinadas experiências como socialmente favoráveis, inseridas numa moralidade que, logo assimilada, é pouco discutida. Mesmo que os caminhos por nós traçados pareçam estar distantes daquele ideal do *solidário* pelo coletivo, tomar que o pensamento é “pensante” e dinâmico, e que o fazer científico pode ser *um* pensar sobre a vida, a postura assumida diante do objeto de pesquisa nos oferece a possibilidade de fomentar deslocamentos e transformações sobre aqueles “modelos” socialmente determinados como “legítimas” formas de pensar. E, nisso, há a semente da ruptura, do desvio. Pois o pensar de outra maneira é acreditar no diverso, no fazer a diferença para tornar-se, como disse Foucault (1980, s/p) “diferente do que se é”. É em grande parte por isso que apresentamos o objeto pesquisado a partir de condições teóricas e históricas que não pressupõem uma unidade no plano das coisas, já que as histórias, longe de continuidades, são apresentadas como constituídas por pontos de deriva e não por inícios. Como escreveu Nietzsche (2003 [1874], p. 52),

pensar a história como objetiva é o trabalho silencioso do dramaturgo, a saber, pensar tudo conectado, tecer o esporádico no todo — por toda parte, sob a pressuposição de que uma unidade do plano nas coisas deve ser alcançada quando ela não estiver presente. Assim, o homem estende a sua teia sobre o passado e o doméstico, assim se expressa seu impulso artístico, mas não o seu impulso para a verdade, para a justiça.

Enfim, tendo em vista o propósito adotado, esta tese se divide em *duas* partes: apresentamos, inicialmente, além desta introdução, dois grandes capítulos teóricos, os quais continuam a discussão sobre o nosso objeto de estudo, já aqui iniciada, mas contendo também análises do *corpus*; em seguida, três capítulos analíticos que dão continuidade às análises aqui já iniciadas. Estes, inclusive, também apresentam teorizações, as quais são feitas a partir do material analisado. Por último, trazemos as *Considerações, por ora, finais*, as quais se destinam a articular alguns resultados obtidos por meio das análises realizadas, apontando quais perguntas permanecem em aberto, quais estudos se abrem a partir de então e a

possibilidade de se construir pontes entre pesquisas que, partindo da linguagem e do discurso, envolvem a mídia, a psicanálise, os estudos sociais, entre outros. Destacamos que o desdobramento das análises, na segunda parte da tese, em três capítulos, se deu conforme as questões-problema levantadas, a saber, o papel da nomenclatura na construção discursiva sobre a “loucura” ou “doença mental”.

Apontamos ainda que, em virtude da impossibilidade de apresentar todos os textos selecionados, dividimos o *corpus* em *ampliado* e *restrito*: o primeiro engloba todo o material coletado referente às três esferas discursivas do *corpus*; o segundo faz parte do recorte realizado no que foi compilado em função das discussões e questões teóricas aqui delineadas. Isso se deu porque, retomando o que nos afirma Cunha (2012), tanto a extensão como o conjunto dos textos analisados nos obriga a fazer certas escolhas metodológicas. Assim, o *corpus* restrito⁷⁷ é o único apresentado no corpo desta tese e, em especial, nas análises. Ele é trazido tanto nos capítulos teóricos quanto em cada um dos (três) capítulos (analíticos) que a ele se refere. Ademais, apresentamos os textos que compõem o *corpus* restrito nos anexos A, B, C, D e E, inseridos ao final da tese.

Escolha da temática investigada na esfera midiática

Para fundamentar a escolha deste tema e relacioná-lo ao estudo da nomenclatura e dos discursos que circulam na esfera da mídia, retomamos algumas reflexões, a fim de aprofundá-las e justificar a realização desta pesquisa. De antemão, partimos de algumas ideias trazidas por Pessotti (1999, p. 7) na obra *Os nomes da loucura*.

Quem estuda a trajetória histórica do conceito de loucura, da antiguidade até o início do século XIX, ou após a instituição da clínica psiquiátrica, já no século dos manicômios, constata facilmente dois fatos. Primeiro, observará que o conceito básico de loucura varia pouco, da antiguidade até o presente: ela é a perda da autonomia psicológica (implicando perda da liberdade e do autogoverno), seja porque a razão se perde ou se perverte, seja porque a força do apetite atropela o controle racional do comportamento. Segundo, notará que, ao lado dessa permanência da noção fundamental de loucura, o número das espécies ou subespécies atribuídas à loucura varia muito de um período a outro. Principalmente depois do século XVII.

⁷⁷ Ainda como questão metodológica, deixamos de lado outros jornais e veículos de comunicação impressos e *on-line*; embora reconhecendo a importância de outros materiais para a pesquisa, não nos seria possível ampliar ainda mais o *corpus* analisado neste trabalho.

O autor analisou um *corpus* descritivo e classificatório construído a partir dos textos escritos pelos alienistas desde a época de Hipócrates (377 a.C). Sua afirmação leva-nos também a duas reflexões: primeiro que, de maneira geral, ao longo da história e até os dias atuais, busca-se explicar incansavelmente a chamada loucura a partir de um lugar e um posicionamento axiológico fundado na perda de uma racionalidade, em um desequilíbrio da razão. Segundo que, mesmo não desconsiderando a riqueza do seu trabalho, é importante pensar que as numerosas sociedades do ocidente ao oriente, por exemplo, não são homogêneas e, assim, apresentam variações na forma de conceber o que é *loucura*, *razão* e *racionalidade*. A *loucura*, por sua vez, também pode se modificar ao longo do tempo, em um “mesmo” espaço social, uma vez que o ponto de vista é dinâmico e contingente (FRANÇOIS, 2012b), as palavras que dizem o mundo são polissêmicas e plurivalentes (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]) e os sujeitos historicamente singulares, insubstituíveis e inacabados. A partir de um olhar sempre único e singular que caracteriza o lugar que ocupam, os sujeitos marcam seu excedente de visão (BAKHTIN, 1993 [1919/1921]) diante do outro, do mundo, do objeto do discurso⁷⁸. Por isso, há por um lado semelhanças e, por outro, também há diferenças⁷⁹ entre os discursos que caracterizam o funcionamento moral, ético, normativo e disciplinador das culturas.

A esse respeito, a obra *A louca e o santo* (CLÉMENT; KAKAR, 1993) levanta uma interessante discussão sobre a variação da noção de *loucura*: embora Madeleine e Ramakrishna⁸⁰ apresentem os mesmos sintomas, eles são tratados de forma distinta. A primeira, internada em Paris, é concebida como louca; já aquele que reside na Índia é reconhecido como um santo. Tudo isso nos leva a pensar que a trajetória histórica da *loucura* é ainda maior do que Pessotti (1999) traz e apresenta variações entre as sociedades ao longo da história, embora tenha sido a partir do momento em que a medicina, então detentora do saber sobre a loucura, tornou-a doença mental, inserindo-a em um processo de homogeneização. E, assim, fomos nos apossando dessa tal “loucura” ou, nas palavras de Foucault (2010e [1961a], p. 163), “a reduz[imos] a um fenômeno natural, ligado à verdade do

⁷⁸ Segundo Bakhtin (2003e [1920-1923]), o homem está situado fora desse outro. É, então, a partir da minha posição exotópica, que determino e “concluo”, mesmo que por um breve instante, esse outro. Minha palavra é “exigida” em virtude da minha distância concreta e plena em relação ao outro.

⁷⁹ Como postula François (2012a), o ponto de vista engloba o comum e o diferente.

⁸⁰ O livro aborda as trajetórias desses dois indivíduos a partir do momento em que uma é diagnosticada como louca e, o outro, caracterizado como santo. Isso é feito a partir de duas perspectivas teórico-metodológicas distintas, cada qual se detendo na análise de um dos personagens: a da psicanálise, guiada por Sudhir Kakar, e a da filosofia, por Catherine Clément.

mundo”. Passando agora a palavra para Roudinesco (2007, p. 125), a qual retoma Foucault (2010f [1961b]) para apresentar a importância do trabalho desse pensador francês em virtude do novo olhar que atribuiu à loucura, destacamos com ela que

[...] Foucault tinha construído seu sistema de divisões [...] para enfatizar que toda época organiza sua utopia, isto é, seu olhar sobre a loucura. Nesse aspecto, fazer surgir uma alteridade recorrente da loucura na história das sociedades humanas também significava fazer emergir o que todo olhar sobre a loucura supõe de utopia.

É, portanto, este olhar ou olhares sobre a loucura, presentes na nossa sociedade, que desejamos alcançar, uma vez que a utopia não está na ilusão de que os sentidos possíveis estão sempre lá, já dados, e que outros, diferentes, não têm espaço e possibilidade de sustentação. Por isso, compreender alguns movimentos discursivos da linguagem da mídia na constituição dos acontecimentos que são tomados como objetos das suas narrativas, nos permite identificar quais as representações que os sujeitos constroem e retomam para se posicionar sobre o que está sendo noticiado, operando recortes, deslocamentos, construções e sentidos sobre a “realidade”. Mas, e principalmente, isso nos leva a entender como a sociedade concebe o sujeito que é diverso, a alteridade, o outro, através da representação da “loucura”, “doença mental”, das ditas patologias e dos seus sujeitos no dia a dia. E, alargando ainda mais a discussão, por que não dizer que a doença, a loucura e a normalidade — e os olhares sobre elas — não passam de pontos de vista dos estudiosos que foram — e são — adotados como modos específicos de pensar por um grupo de pessoas? Pontos de vista que se inserem em diferentes relações de poder, uma vez que, como disse Foucault (2003b), a passagem da *loucura* para *doença mental* não é apenas uma nova qualificação, mas uma tomada de poder, porque a primeira também passa a ser objeto de um discurso que aspira a “cientificidade” (psiquiatria) e que funda maneiras de intervenção no louco e doente (FOUCAULT, 1979d [1975b]).

Como apontamos, o nosso objetivo não foi, contudo, fazer um estudo comparativo entre as diversas sociedades e culturas, uma vez que situamos nosso propósito central em compreender como as concepções e representações sobre a “loucura” são construídas discursivamente. E por que o estudo deste objeto se deu *na* e *pela* mídia? Por dois motivos. Primeiro (motivo), porque a loucura e suas representações já têm sido estudadas por várias disciplinas: medicina, saúde pública, literatura, artes plásticas, fotografia, história, direito; do ponto de vista dos pacientes internados, das famílias, dentre outros. Contudo são poucas as investigações realizadas a partir das questões da linguagem *na* e *pela* mídia — esta, inclusive,

se nos apresenta como uma *instituição agenciadora discursiva*⁸¹ de grande importância na atualidade.

Para nós, a mídia é uma grande agenciadora discursiva (segundo motivo) porque estimula a circulação de enunciados que vai muito além dos acontecimentos que “traz” ao seu público: os discursos são retomados, modificados pelas pessoas nas conversas cotidianas, sem necessariamente apresentar alguma “relação” com o assunto que gerou essa discursividade. A mídia é, além da literatura, uma importante instituição que traz para si uma variedade de esferas de discursos, isto é, uma gama de espaços discursivos da sociedade, do Direito à Medicina, da Física à Astrologia. Ademais, esse agenciamento discursivo se dá porque a mídia está inserida numa rede dialógica interdiscursiva e interlocutiva⁸²; “alimentando-se” de discursos passados e ainda em porvir (BAKHTIN, 2005 [1929/1963]), ela constrói discursivamente os assuntos, os acontecimentos e as imagens das pessoas, representando-os discursivamente para o público às vezes de maneira conflituosa. O jornalista, na instância maior do jornal, é um dos grandes responsáveis por construir os mais variados tipos de acontecimentos na vida das pessoas, contribuindo para a elaboração de uma *memória*⁸³ partilhada na sociedade, criando ou retificando estereótipos e estigmas sociais e influenciando na forma de nos relacionar e nos identificar com o outro. Dessa maneira, os acontecimentos “noticiados” vão sendo constituídos por diferentes pontos de vista — mas todos aqueles são submetidos aos da empresa de comunicação⁸⁴ —, responsáveis por construir várias imagens daquilo que torna o acontecimento do dia.

Ora, sabemos que as nomeações não são neutras e que os textos jornalísticos não são representações “puras” ou “imparciais” como se os seres e os objetos fossem dotados de uma essência ou um *a priori*. As notícias, assim como outros textos, constroem imagens, concepções, práticas discursivas, que levam as pessoas a constituírem continuamente ou a redefinirem os discursos que as permitem se identificar e se reconhecer como tais. Dizer-se *doente* ou *normal* não remete apenas ao campo da ciência, mas leva-nos a questões que envolvem a linguagem, a alteridade, o poder, o saber, a ética, os valores, os desejos. Como afirmou Lobosque (2001), as formas de exclusão relativas à loucura resumem e expressam

⁸¹ Noção introduzida na dissertação de mestrado (cf. CORDEIRO, 2011).

⁸² De acordo com Cunha (2011), alguns gêneros do discurso se voltam mais para o conteúdo do texto retomado enquanto outros mais para a interação.

⁸³ Memória que é, inclusive, retomada pelos seus leitores, aderindo, refratando ou aderindo-refratando os pontos de vista adotados pela mídia.

⁸⁴ Ao mesmo tempo, não podemos deixar de lembrar que os jornalistas trabalham na linha ideológica dos donos das empresas de comunicação e, assim, fazem aquilo que está no “permitido”.

formas muito poderosas também de exclusão operantes em nossa cultura. Por isso este estudo é relevante, pois também pode ajudar a compreender os mecanismos e as formas de exclusão que vêm sendo discursivamente tecidas no nosso país.

Ademais, esse estudo nos leva à compreensão de outras atividades vinculadas ao funcionamento da mídia, tais como:

- (i) A mídia constrói discursivamente os acontecimentos e os sujeitos a partir do tratamento dado pelos veículos de comunicação. Ela pode transformar alguns daqueles em acontecimentos da “ordem do dia” (teoria do agendamento) e/ou, ainda, em eventos e/ou momentos discursivos.
- (ii) A mídia é responsável por contribuir na elaboração de uma memória social (interdiscursiva e interlocutiva) a partir do emprego de determinadas expressões, da associação de certas imagens discursivas e do ponto de vista adotado por certas vozes.
- (iii) Determinadas discursividades e vozes são responsáveis por construir o sujeito dito *louco*, *doente mental*, com algum *transtorno*, em *surto*, o qual muitas vezes transita por várias subjetividades.

Destacamos ainda a importância de se estudar esse tema a partir dos *discursos* e das *nominações* que os meios de comunicação convocam e trazem para si, adotando alguns pontos de vista e afastando-se de outros, porque, a partir da análise dos movimentos e da circulação das nominações da esfera da psicopatologia na mídia, fazemos uma reflexão sobre como a sociedade brasileira está construindo a normalidade, o patológico, as variadas patologias ou transtornos, entre outras questões.

Resumos dos capítulos

Gostaríamos, por fim, de ressaltar que, nesta tese, tentamos fazer uma reflexão multifacetada sobre a *nominação* a partir de noções e ideias diversas, indispensáveis para a nossa reflexão pessoal. Assim, a discussão já tem início aqui, na *introdução*, seção que funciona metodologicamente para nós como um espaço de apresentação, articulação e debate sobre as questões centrais da pesquisa. Embora a introdução não seja classificada como um “capítulo” pela metodologia de pesquisa, ela é apresentada nesse formato, o que significa que as discussões teóricas e analíticas percorrem toda a tese, não em forma de “blocos” —

capítulos teóricos x capítulos analíticos —, mas em fluxos, como *teoria-análise, análise-teoria*.

No primeiro capítulo, o espaço é dedicado à discussão e articulação de algumas teorias, apresentando uma breve contextualização de alguns pilares do nosso estudo, tais como Bakhtin, Foucault e Lacan. Embora existam diferenças entre eles, nossa proposta é apontar algumas de suas contribuições e tentar articular um diálogo entre eles. Em seguida, passamos a discutir como entendemos a noção de *representação discursiva*, a qual implica que não há necessariamente “fatos”, mas acontecimentos que, quando mediados, podem se tornar eventos e momentos discursivos. Posteriormente, tratamos do *agendamento* midiático, da relação dessa noção com a *circulação dos discursos*, dos conceitos de *acontecimento, evento e momento discursivo*; e, por meio das reflexões sobre essas noções, fazemos uma leitura analítica do *corpus*.

No segundo, retomamos algumas discussões elaboradas por Siblot e Moirand sobre o ato de *nominar*. No entanto, essa retomada é feita da seguinte forma: caracterizamos a nomeação não só a partir do que esses dois teóricos expõem, mas também por meio de noções outras que contribuem para entender o funcionamento desse ato na esfera da mídia. *Dialogismo, alteridade, memória, vozes e pontos de vista* são algumas noções trazidas por eles para problematizar a nomeação. Já outras — como *forças centrípetas e centrífugas, relações de poder e desejo* — não aparecem “explicitamente” nas reflexões dos linguistas franceses, mas são discutidas nesse capítulo porque são importantes para a reflexão e a análise do *corpus* da pesquisa. Além disso, discutimos outras noções inter-relacionadas as que foram citadas, como a de *heterogeneidade constitutiva e mostrada, ética, modos de subjetivação e gozo*, e levantamos questões ainda pouco discutidas na perspectiva da nomeação, como a responsabilidade do *ato ético* do indivíduo nesse processo. E isso é feito a partir dos diálogos que estabelecemos entre Bakhtin, Foucault, Lacan, Authier-Revuz, François, Nietzsche, além de outros. Queremos deixar claro que isso não é feito com fins de *teorizar por teorizar* ou de apenas ampliar a categoria central (nomeação): em virtude do *corpus*, outras noções mostraram-se pertinentes. Isso significa que vamos além das trajetórias que marcam os estudos de Siblot e Moirand, mas lembrando que eles fazem parte também dos nossos “pontos de partida”. Destacamos ainda que nesses dois capítulos teóricos já trazemos análises do *corpus*, as quais damos continuidade nos capítulos que se seguem, e uma tentativa de síntese da discussão a partir do tópico *considerações parciais*.

No terceiro, quarto e quinto capítulos, a *loucura* e *doença mental* é discutida a partir das esferas da *política*, da *policial* e da *saúde* respectivamente. Em outras palavras, damos continuidade à análise pormenorizada do nosso *corpus*⁸⁵ a partir do estudo das *nominações*, das *vozes* e dos *pontos de vista*. No final de cada um deles, fazemos uma breve recapitulação de algumas discussões sob o tópico chamado *considerações parciais*. Por fim, articulamos essas considerações parciais em um último capítulo, a qual intitulamos *considerações, por ora, finais*. Apresentamos, todavia, algumas dessas considerações a seguir.

Dentre alguns resultados, observamos, no terceiro capítulo, que o ponto de vista de cada um é construído dialogicamente, ao longo do tempo e espaço sobre o escritor (Ferreira Gullar), a sua coluna (*Uma lei errada*) e os objetos do discurso (a reforma psiquiátrica, a “doença mental” e o sujeito supostamente *louco* ou *doente*). Além de contingencial e *relacional*, o ponto de vista também se constrói a partir da evocação de experiências particulares do sujeito. Desse modo, a prática da “doença mental” representa uma fala *legítima* para tratar do objeto do discurso. Nos casos *Paula Oliveira* e *da mãe suspeita de matar suas filhas*, analisados no quarto capítulo, dois resultados nos parecem sobremaneira relevantes. O primeiro é sobre a representação variável e incerta das protagonistas dos *faits divers*. Além de *acusada* e *suspeita*, representações muitas vezes construídas numa mesma notícia, se associam outras como *doente*, *com distúrbio* ou *em surto*, as quais circulam num processo de hibridização com a linguagem da medicina. O segundo diz respeito ao acento dado ao gênero feminino. Nesse tipo de notícia — marcada pelo tom de excepcionalidade trazido pelos crimes, pelos escândalos e pelas polêmicas — o espaço da insanidade vai se “justapondo” ao caráter dessas protagonistas como uma representação valorativa. Aliás, as falas delas são pouco escutadas. Suas vozes quase não são citadas, a não ser por meio de outras vozes, como a da *polícia*, a do *delegado* e a da *medicina*. No quinto capítulo, apontamos que a discussão sobre o TDAH, empreendida pelos leitores, é significativa para compreendermos como o sujeito da atualidade está sendo construído pela doença. Além disso, foi possível observar determinados *movimentos de nomeação* através do próprio transtorno e da relação que os sujeitos estabelecem com o medicamento (a *ritalina*, por exemplo); e dar

⁸⁵ Gostaríamos de fazer ainda um breve comentário geral sobre o *corpus*. Em virtude do seu tamanho, foi necessário desconsiderar imagens, fotos e alguns outros detalhes que compõem o contexto de cada material. Essa opção não reduz em nenhuma medida o cuidado e a atenção detida no trabalho analítico, uma vez que lidamos, a partir da perspectiva bakhtiniana, com enunciados concretos, abstraindo-os *o mínimo possível* dos seus contextos. Dizemos *o mínimo possível* porque, de qualquer maneira, lidar com um *corpus* grande nos leva inevitavelmente a necessidade de fazer recortes, seleções e escolhas.

início a reflexões sobre a necessária ancoragem de uma classificação patológica para que os sujeitos se sintam como sujeitos com *uma presença* no mundo.

Do ponto de vista teórico, temos alguns avanços, tais como: a construção do *ponto de vista* no discurso é dinâmica, relacional e contingencial. A sua representação é, assim, sujeita a variações ao longo do mesmo tempo e espaço. Desse modo, em um mesmo discurso, os sujeitos podem *concordar e discordar parcialmente* a respeito dos objetos levantados e, ao fazer isso, alguns tentam estabelecer fronteiras no próprio discurso para marcar em quais momentos se dá a adesão e refutação, com ressalvas ou não. Sobre a *nominação*, é importante apontar que, embora exista uma *dimensão relativamente estável* acerca dos usos, em virtude também da memória que eles carregam, as palavras continuam a produzir variados sentidos no emprego que as pessoas fazem delas. Ademais, do nosso ponto de vista, não há como separar o estudo do dialogismo da nominação das *vozes sociais*; pois as palavras são trazidas e retomadas por meio de numerosas *vozes*. Algumas delas, inclusive, tentam “aprisionar” os sentidos em que certas palavras são usadas. Contudo as palavras não tratam de um *objeto que é mudo*, mas circulam na vida e são empregadas pelos sujeitos em planos axiológicos distintos e por meio de pontos de vista, desejos e afetos que também podem ser diversos.

Nessa discussão, a noção de *memória* ganha presença fundamental. Sobre ela, há aspectos a se mencionar que contribuem para estudos futuros. Além de *dialógica* — em virtude de, numa mesma palavra, existirem numerosas vozes e discursos —, a memória é *cronotópica* — por variar no espaço-tempo em que se dá o uso da palavra —, *exotópica* — é retomada e construída pelos sujeitos a partir dos espaços que ocupam na vida —, *afetiva* — pois, além de transportar um tom emotivo-volitivo, está impregnada de emoções daquele que a usa —, dentre outros aspectos citados ao final desta tese. É pela importância que atribuímos a essa noção no estudo da nominação que nos foi possível observar o acento dado ao gênero feminino na construção midiática dos *faits divers*, acento este que nos levou à representação sócio-histórica elaborada entre o *feminino* e a *histeria*. Essa recorrência deve, inclusive, ser alvo de estudos e projetos em porvir. Ademais, também se faz necessário investigar, em trabalhos que continuem nessa linha de pesquisa, os movimentos dialógicos e discursivos em torno da construção de gêneros como *comentários de leitores* e *faits divers*, os quais nos parecem precisar ainda de um maior aprofundamento analítico.

Diálogos entre *linguagem, discurso e mídia*

Enfatizamos, inicialmente, que os teóricos citados ao longo deste referencial — tais como Nietzsche, Foucault, Lacan, Authier-Revuz, Siblot, entre outros — são apresentados de forma articulada à perspectiva principal adotada por nós — de Bakhtin e seus pares —, uma vez que o objetivo é relacionar algumas ideias trabalhadas por cada um sem perder de vista as questões que guiam nosso trabalho, levantando alguns pontos de contato, sem acentuar suas divergências⁸⁶. Estudar o que cada um propõe é sobremaneira estimulante, mas há um risco que corremos de “apagar” as suas peculiaridades, promovendo uma homogeneização ou uma pasteurização das suas ideias. Desse modo, ao fazer essa inter-relação teórica, não deixamos de considerar as particularidades, as especificidades e os contextos sócio-históricos das reflexões e dos objetivos apresentados por cada um e, em especial, de Bakhtin, Foucault e Lacan⁸⁷, sem “forçar aproximações ou converter uma teoria em outra” (SARGENTINI, 2006, p. 184), mas ampliando o olhar sobre o nosso objeto de estudo⁸⁸. Contudo, tomando do próprio Bakhtin (2003d [1924], p. 195), nem sempre é possível realizar na prática esse “ideal metodológico”. Por isso, este referencial teórico é marcado também por hesitações, indecisões e dificuldades. E, mesmo diante dessa “ousadia” e do risco que dela advém, não queremos deixar de fazer valer “marcadamente” algumas de nossas heterogeneidades constitutivas. Começamos então com as reflexões de Bakhtin e seus pares⁸⁹.

⁸⁶ E isso nem seria possível de ser realizado aqui em pormenores, pois já seria um outro “trabalho”.

⁸⁷ E, embora falemos aqui mais marcadamente de Lacan, não queremos restringir o campo da psicanálise a ele — nem poderíamos! — e nem minimizar a importância de Freud. Segundo Roudinesco e Plon (1998b, p. 452), “o lacanismo só existe por se constituir historicamente como um freudismo [...]. Por isso, só pode fundar-se acrescentando o próprio nome de Freud a sua trajetória e suas instituições”.

⁸⁸ Esta breve contextualização se restringirá a esses três pensadores. Primeiro, porque boa parte dos outros teóricos retomados nesta fundamentação dialogam com os estudos de um deles (Bakhtin) ou de um e outro (como é o caso de Authier-Revuz, pois a autora baseia-se em Bakhtin e Lacan). Segundo, em virtude das problematizações e dos desenvolvimentos das ideias de cada um que, à primeira vista, “parecem” não dialogar. É preciso muito cuidado em citar os três autores em um mesmo referencial teórico. Logo, tentamos manter seus pontos de vista; mas lembramos ao mesmo tempo que, como propõe Bakhtin (2003d [1956-1961], 2005 [1929/1963]) e Authier-Revuz (2004c [1982], p. 26), os sentidos são produzidos nas situações dialógicas instauradas pelos textos, sentidos que, por sua vez, não estão prontos.

⁸⁹ Evitamos na tese o uso da expressão *Círculo de Bakhtin*, pois ela é crivada de polêmica, sendo contestada por alguns pesquisadores, entre eles, Sériot (2010, p. 16), o qual defende que essa nomenclatura pressupõe um Bakhtin que era “mestre”, enquanto os outros integrantes eram seus “discípulos”. Segundo o francês, “l’expression « Cercle de Bakhtine » est une invention tardive et une dénomination apocryphe. Elle n’a jamais été employée par qui que ce soit à l’époque dudit « Cercle ». Elle engendre, du simple fait d’être proférée comme une évidence, l’illusion rétrospective que M. Bakhtine aurait été une sorte de leader, de chef charismatique d’un groupe à la stabilité institutionnelle reconnue. Elle contribue à l’édification du mythe, du Grand Récit [...]”. *Tradução nossa*: “a expressão ‘Círculo de Bakhtin’ é uma invenção tardia e uma denominação apócrifa. Ela nunca foi usada por qualquer um na época do dito ‘Círculo’. Ela gera, do simples fato de ser proferida como uma evidência, a ilusão retrospectiva que M. Bakhtin era uma espécie de líder, um líder carismático de um grupo de reconhecida estabilidade institucional. Ela contribui para a construção do mito, da

1.1 Bakhtin, *linguagem* e alteridade

Para alguns estudiosos do pensamento bakhtiniano, como Faraco (2006), um dos grandes pilares que fundamenta a reflexão ética, estética e filosófica empenhada pelos russos — Bakhtin (1895-1975), Volochínov (1895-1936), Medviédev (1892-1938), entre outros — é o papel que atribuem à linguagem nas relações humanas. De acordo com a perspectiva adotada pelo grupo, o ser humano não é algo dado *a priori* ou primário, dotado de uma essência, mas constituído nas relações (FARACO, 2006, 2013), produzido e significado nelas. As relações sociais, a alteridade, os outros são o ponto de partida, a saber, o primado de constituição do homem na vida vivida; pois o homem não existe fora da relação com o outro, que, por sua vez, se dá por meio da linguagem. Desse modo, o destaque que atribuem ao caráter intersubjetivo e à constituição sócio-histórica da linguagem — aspectos retomados e elaborados ao longo do tempo a partir dos diversos fios temáticos que conduzem as numerosas obras desses autores — é o nosso ponto de partida. Em outras palavras, esse é o arcabouço teórico, tão bem fundamentado pelos russos, cujas noções de *ato/atividade*, *alteridade*, *dialogismo*, *palavra*, *ponto de vista* e *vozes* são relevantes porque nos fazem pensar sobre o processo de construção discursiva dos “fatos” na mídia. E, não menos importante, a *nominação*, reflexão esta que parte do social, do concreto, dos usos, das práticas e que considera o caráter responsivo, avaliativo e coparticipativo do sujeito.

Essas noções são encontradas logo nos primeiros textos escritos por Bakhtin há mais de 90 anos, como *Para uma filosofia do ato* (1919/1921)⁹⁰, *O autor e a personagem na atividade estética*⁹¹ (1920-1923), *O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária*⁹² (1924) e *O discurso no romance*⁹³ (1934-1935). E será a partir dessas posições mais centradas nas questões éticas e estéticas que iniciamos a nossa reflexão, por vários

Grande História [...]”. Assim, apesar de existir uma imagem “idealizadora” sobre o dito círculo, o que havia era um grupo de amigos que partilhavam discussões e interesses em comum. O próprio Bakhtin (1973, p. 144) trata desse assunto em uma terceira rodada de conversas com Duvakin, quando afirma o seguinte: “[...] tive notoriedade somente nos círculos muito restritos. Ao meu redor tinha um círculo que era chamado de ‘o círculo de Bakhtin’... Isso, ultimamente escrevem muito isso. Incluo nele antes de mais nada Pumpianski, Medvedev Pavel Nikolaevich, Volochínov”. Além dessa questão, há controvérsias sobre a autoria de sua obra, as quais, por sua vez, não são pertinentes para a nossa discussão. Por agora, consideramos como de Bakhtin apenas as obras publicadas sob seu nome e não sob os nomes dos seus pares, embora existam muitas inter-relações entre seus textos. Essa perspectiva é endossada por estudiosos da teoria/análise dialógica, como Faraco (2006), François (2014, 2016) e Cunha (2011).

⁹⁰ Tomamos as datas das obras mencionadas de Faraco (2006).

⁹¹ A primeira tradução dessa obra feita do francês para o português tem o título *O autor e o herói*.

⁹² Esses três primeiros livros citados formam um “conjunto” de escritos filosóficos e estéticos, escritos na primeira metade da década de 20.

⁹³ Embora nessa última a discussão esteja centrada na literatura e na linguagem.

motivos, tais como: (1) a importância das duas primeiras obras citadas, as quais promovem uma discussão filosófica, ética e estética pouco debatida pelos analistas do discurso e, em geral, ainda contemplada de forma insuficiente pela ética e estética atual; (2) as filiações entre os temas que surgem pela primeira vez nesses escritos (HOLQUIST, 1993), sendo retomados e desenvolvidos ao longo da existência de Bakhtin e seus pares; (3) a análise da prosa romanesca também oferece-nos reflexões esclarecedoras sobre a *palavra* e a *multivocalidade*. Contudo enfatizamos que as discussões são feitas também a partir de outros escritos — e não poderia ser de outra forma, dada a natureza dialógica do pensamento bakhtiniano —, como *Problemas da poética de Dostoiévski* (1929/1963) e àqueles dos seus pares, como *Discurso na vida e discurso na arte* (1926), *Marxismo e filosofia da linguagem*⁹⁴ (1929-1930) e *A construção da enunciação* (1930) de Volochínov, entre outros, os quais trazem considerações para o estudo do discurso e da nomenclatura. Isso significa que tomamos o Bakhtin da “ética e estética”⁹⁵, isto é, daquele período inicial, e o chamada teoria/análise dialógica do discurso.

Lembramos ainda que estamos diante da impossibilidade de nos debruçar sobre o grande constructo elaborado por esses pensadores, em virtude da sua extensão, das incontáveis elaborações teóricas e do caráter inacabado do seu pensamento. Ao mesmo tempo, não poderíamos deixar de nos favorecer pelo “não-fechamento” conceitual e pelo “entrecruzamento” das suas noções; uma vez que, como afirma Brait (2008), os conceitos elaborados pelo grupo possuem a dimensão de um pensamento em aberto, cuja retomada e inacabamento se relacionam, por sua vez, com o movimento dinâmico da própria linguagem. Para além disso, acreditamos que as discussões empreendidas nas suas obras lançam um olhar sobre o processo de constituição discursiva do mundo vivido.

Ora, a contribuição teórica das obras de Bakhtin, Volochínov e Medviédev é imensa. Muitos são os especialistas de numerosas áreas que se debruçam sobre os escritos do que

⁹⁴ Apesar das discussões sobre a autoria da obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, optamos por referenciá-la pela expressão *Bakhtin/Volochínov* (2006 [1929]). Isso é feito ao longo da tese, pois enquanto o texto da edição americana/inglesa e a recente tradução francesa em edição bilingue russo/francês (VOLOŠHINOV, 2012) atribui só a Volochínov o livro escrito, perspectiva que compartilhamos; as edições brasileiras atribuem a Bakhtin e Volochínov a autoria da obra citada. Desse modo, optamos por colocar uma barra “/” entre os nomes dos dois russos para não entrar em conflito com a referência bibliográfica da edição brasileira citada no final da tese. Aliás, gostaríamos de destacar que a dúvida sobre a autoria desse livro é “sanada” indiretamente por Bakhtin (1973) na segunda rodada de conversas com Duvakin (2012, p. 80):

“D: Mas onde se encontram?”

B: Encontrávamos-nos em Leningrado, à noite; me apresentaram ele [Ivánov] ali... o caso é que eu tinha um amigo íntimo, Volochínov... é autor do livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, livro que, digamos, atribuem a mim”.

⁹⁵ Escrevemos dessa forma apenas para deixar claro de qual “Bakhtin” estamos partindo, uma vez que, como afirma Cunha (2011, p. 117-118), “há diferentes ‘Bakhtins’ e diferentes desenvolvimentos de suas ideias nos diversos contextos de recepção”.

alguns chamam de “Círculo” de Bakhtin, tais como: linguistas e analistas do discurso, filósofos, psicólogos e psicanalistas, cientistas sociais, pedagogos, aqueles que se dedicam aos estudos culturais, do cinema, das artes visuais e teólogos (THOMSON, 2012b). Bakhtin é, como afirma Thomson (2012a), “um pensador único no século XX”, o qual nos permite levantar importantes questões sobre o valor, a crítica literária, a ética e a estética. Logo após a Revolução Bolchevique, na Rússia, por exemplo, Bakhtin e seus pares discutem sobre *qual a relação entre a arte e a vida e se a literatura é capaz de dar conta da realidade social*; ou, trazendo para a nossa discussão, com outras palavras, se a arte dava conta da vida e, desse modo, poderia representar a vida vivida. Questionamentos deste tipo, por sua vez, trouxeram para nós muitas inquietações sobre o papel do jornalismo como esfera que contribui para a “representação” da vida e, em especial, como o jornalista tem exercido o seu papel. E, embora Bakhtin tenha formulado aquelas questões ainda jovem, esse pensador⁹⁶ formula diferentes respostas ao longo da sua vida⁹⁷. Ora, isso não poderia ser diferente diante da postura que o próprio russo assume ao falar do inacabamento do vivido: sem “respostas” fechadas, acabadas e prontas, o processo de reflexão do teórico se deu em um constante devir — porque é assim a vida — e não em uma cadeia fragmentária de atos isolados.

Tratando-se especificamente de Bakhtin, podemos afirmar que, de maneira geral, encontramos diversos objetos de estudo em debate, o que pode ser visualizado em três grandes momentos⁹⁸: no primeiro, a questão da linguagem ainda não é diretamente seu objeto, uma vez que as reflexões do russo se dão sobre a ética, a estética, a crise do mundo teórico, entre outras, levantadas a partir dos textos filosóficos voltados para a estética; já no segundo, a linguagem passa a ser trazida à tona através da perspectiva literária e das análises feitas da obra de Dostoiévski e Rabelais; no último, o debate sobre a linguagem é feito por meio de uma teoria do romance. Assim, podemos observar que existiam variados interesses, os quais nos permitem também fazer perguntas sobre o nosso contexto de estudo que é o da *mídia*. Embora Bakhtin e seus pares não tenham discutido explicitamente sobre os meios de

⁹⁶ Fazemos referência a Bakhtin como “pensador” ao invés de outros termos, uma vez que o próprio se dizia de tal forma, como podemos notar na primeira conversa entre Duvakin e Bakhtin (2012, p. 45):

“D: O senhor era mais filósofo que filólogo?”

B: Filósofo, mais que filólogo. Filósofo. E assim permaneci até hoje. Sou um filósofo. Sou um pensador”.

⁹⁷ Conforme Thomson (2012a), Bakhtin pensava que a literatura abordava muito mal a realidade social. Aos 20/25 anos, para o russo havia uma distância entre a arte, a literatura e a realidade social, isto é, a literatura parecia ser um mundo autônomo em relação ao mundo social.

⁹⁸ Esta divisão é apenas um quadro amplo de como foram se “desenvolvendo” as discussões de Bakhtin, as quais destacavam diferentes objetos de estudo, e não tem fins de diminuir ou “classificar” o seu trabalho em “fases”. Para além da inter-relação entre as suas obras, consideramos que o caráter do pensamento bakhtiniano é dialógico e, por isso, não lidamos com uma “segmentação” ou um pensamento estático.

comunicação, esses teóricos elaboraram um pensamento e arcabouço teórico filosófico que pode nos auxiliar na análise do funcionamento deles. De antemão, destacamos que uma análise nessa perspectiva não tem o objetivo de “descaracterizar” o papel da mídia ou traçar um movimento polarizador — por exemplo, de um lado, a indústria cultural é perversa, impulsionadora do consumo e alienante; de outro, a mídia é o quarto poder, responsável por “denunciar” os problemas sociais e dar (supostamente) uma “voz” aos oprimidos. Não estamos de pleno acordo com essas duas perspectivas citadas, embora seja interessante mencionar que elas circulam como representativas de dois pontos de vista assumidos diante da atuação e do papel da “grande” mídia.

Tendo em conta que o sujeito é constituído por múltiplas vozes e discursos, cujo dizer é naturalmente heterogêneo, vamos de encontro às noções de *verdadeiro* e *falso*, as quais estão profundamente enraizadas no paradigma ocidental racional. Isso porque atribuímos importância ao caráter histórico e situado da produção discursiva do sujeito que, a partir de seus pontos de vistas, constrói e avalia os “fatos” que serão transformados em “notícias”. Como já dizia Foucault (1980, s/p),

[...] não acredito nessa cantilena da decadência, da ausência de escritores, da esterilidade do pensamento, do horizonte fechado e morno. Acredito, ao contrário, que há pleora. E que não padecemos do vazio, mas de muito poucos meios para pensar tudo o que ocorre. Há então uma abundância de coisas a saber: essenciais ou terríveis, ou maravilhosas, ou cômicas, ou minúsculas e capitais simultaneamente. Reclamamos sempre que os meios de comunicação de massa entopem a cabeça das pessoas. Nessa ideia, há misantropia. Creio, ao contrário, que as pessoas reagem; quanto mais se tenta convencê-las, mais elas se interrogam. *A inteligência das pessoas não é uma cera moldável. É uma substância que reage.* O desejo de saber mais, e melhor, e outra coisa cresce à medida que se quer entupir as cabeças das pessoas (grifo nosso).

Concordamos em parte com o que apresenta Foucault (1980), pois só uma parte das pessoas reage, duvida, questiona, o que está dado e apresentado. Para muitos, a verdade está materializada em um já dado, em um “fato” que, por assim ser nominado, constitui uma verdade em si mesma. No entanto, isso não significa que o ser humano não represente uma possibilidade de transformação. Ora, o que o pensador destaca é o quão somos — acima de tudo, como potencialmente somos — agentes de transformação; mesmo que usemos, na nossa opinião, tão pouco dessa potência. E isso porque as relações que estabelecemos com o e no mundo, fundadas pelo que acreditamos e tomamos como “verdades”, são construídas a partir de palavras nunca neutras, nunca “ingênuas”, mas internamente estratificadas e saturadas de conflitos. Ao dizer um enunciado, o homem traz consigo uma réplica, já dizia Bakhtin (2015 [1934-1935]), porque, a cada palavra que falamos, “entrevemos” outras, tomamos algumas,

recusamos outras e, ao fazer isso, as contaminamos com tons de crítica, repúdio, autoafirmação, persuasão. E, embora estejamos num momento de acúmulo de informação, em que esta parece cada vez mais funcionar como um *narcótico*⁹⁹ — seja para as mídias que a difundem, seja para os sujeitos que ativamente a recebem — e uma *obrigação ética*¹⁰⁰, Foucault defende que a mídia “não entope a cabeça das pessoas” e que estas não vivem numa esfera do vazio. Assim, a informação leva os sujeitos — e trazendo o que o pensador expôs para os dias de hoje — a *reagir, a participar* dos acontecimentos noticiados — através das mídias sociais e dos *blogs* — e a *desejar* mudanças nas estruturas. É, portanto, por acreditar que se faz necessário discutir mais sobre o sujeito de *linguagem*, de *desejo*, de *resposta*, nos estudos de comunicação do nosso país, que buscamos compreender o agir, que sempre é avaliativo, do jornalista na mídia (brasileira), com base numa semântica discursiva (MOIRAND, 2007a, 2008) que se volta para o estudo dos usos situados da palavra, da enunciação e do discurso.

Fechando esse parêntese e voltando para a contextualização dos nossos teóricos, retomamos o porquê de Foucault (1926-1984) ser relevante para este estudo.

1.2 Foucault, *relações de poder e ética*

Afora os muitos “Bakhtins”, também tivemos numerosos “Foucaults”: o da arqueologia do *saber*¹⁰¹, o da genealogia¹⁰² do *poder* e o da *estética* da existência¹⁰³. Suas problematizações, para além de diversificadas, se situavam em torno de temas como *razão e loucura, vida e morte, discurso, punição, sexualidade e sujeito* que, segundo Birman (2011), se constituíram como pontos-chaves da tradição ocidental, do Renascimento à Modernidade.

⁹⁹ Fazemos referência aqui à *disfunção narcotizante* como uma das consequências sociais dos meios de comunicação de massa, conforme apontada por Merton e Lazarsfeld (2011 [1969]).

¹⁰⁰ Dizemos uma *obrigação ética* porque muitos cidadãos consideram que é necessário estar “bem” informado para exercer a cidadania e atuar sócio e politicamente nas tomadas de decisões das esferas sociais e públicas. De maneira geral, notamos que há um receio sobre o estar “desinformado”, estigma que, não sendo positivado pela nossa sociedade, não é bem visto. Por isso, muitas vezes escutamos a defesa de tal axioma: “é preciso se informar para agir e se posicionar”.

¹⁰¹ De acordo com Gregolin (2004), Foucault tem o interesse de retirar do campo das ciências humanas as certezas já estabelecidas, deixando “falar” o discursivo, o lugar em que se manifesta a alteridade de cada fato discursivo. Continuando o que a autora expõe, destacamos que é na *Arqueologia do Saber* (1969) que o pensador francês busca apanhar o sentido do discurso enquanto acontecimento, ou seja, o acontecimento discursivo.

¹⁰² Falando em termos “foucaultianos”, nosso estudo apresenta-se mais próximo do domínio da genealogia, embora insistamos que essa separação é apenas didática.

¹⁰³ Segundo Muchail (2004, p. 9), “os estudiosos de Foucault, como também ele próprio, reconhecem, com certo consenso, uma repartição possível dessa trajetória em três momentos”.

Embora ao longo da sua vida tenha havido mudanças nos temas, deslocamentos teóricos e na cronologia da pesquisa, suas “problematizações” guardam relações e pontos em comum e podem ser compreendidas como “três momentos da trajetória [...] [do filósofo] em um mesmo conjunto, sem, contudo, escamotear suas diferenças”, como bem apresenta Muchail (2004, p. 19). Assim, de maneira geral, podemos dizer que o filósofo francês dedicou boa parte de sua vida a problematizar aquelas experiências que não eram “bem vistas” pela sociedade porque, excluídas da historicidade e da visão positivista e continuísta considerada pela “Grande História” — é proposital o uso das letras maiúsculas — tais experiências estavam “destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas” (FOUCAULT, 2003a [1977a], p. 206)¹⁰⁴. E isso pode ser observado a partir dos seus pontos de partida: é da *loucura*, do *crime*, que aborda a *razão*, a *lei*.

Além da variedade de temas, esse pensador subverteu as ordens estabelecidas para pensar o conhecimento, o *fazer-saber*, subvertendo não só as perguntas, mas modificando a ordem daquelas. Foi sua tamanha ousadia intelectual que o levou a pensar não em “encontrar” algo que parecia estar “escondido”, “velado”, “oculto”. Mas, ao contrário, era, para ele, nas relações que os sujeitos mantinham com os saberes, os poderes e consigo mesmo que havia as “pistas” sobre como nós produzimos conhecimentos e práticas sociais e discursivas. Esse caráter de “subversão” da ordem do perguntar e o destaque dado para as relações que os sujeitos estabeleciam com as epistemes é ressaltado por Manoel Barros da Mota (2011, p. VII):

Construída sob o signo do novo, a obra de Michel Foucault subverteu, transformou, modificou nossa relação com o saber e a verdade. A relação da filosofia com a razão não é mais a mesma depois da *História da loucura*. Nem podemos pensar da mesma forma o estatuto da punição em nossas sociedades. A intervenção teórico-ativa de Michel Foucault introduziu também uma mudança nas relações de poder e saber da cultura contemporânea, a partir de sua matriz ocidental na medicina, na psiquiatria, nos sistemas penais e na sexualidade. Pode-se dizer que ela colabora para efetuar uma mudança de episteme, para além do que alguns chamam de pós-estruturalismo ou pós-modernismo.

¹⁰⁴ É interessante apontar que Bakhtin também tinha uma preocupação especial pelo diverso. Entre as críticas que Bakhtin (2015 [1934-1935]) faz à Estilística Tradicional, por exemplo, está a supervalorização da poesia em detrimento da prosa romanesca, gênero que foi considerado esteticamente “inferior”, por muito tempo, à poesia. Além disso, o pensador russo propõe o estudo do discurso como um fenômeno social, inseparável dos aspectos emocional-volitivo e axiológico. Aliás, em seu estudo sobre o romance, ele emprega o conceito de *heterodiscurso*, o qual se refere à existência de variados falares sociais e não apenas a de uma língua nacional. No romance, assim como na vida, não há uma linguagem única, peremptória e incontestável. Ela é estratificada e dividida em linguagens diversas. Por isso o romance, que tem como objeto de representação verbal e literária o homem que fala e sua fala (BAKHTIN, 2015 [1934-1935]), não pode ignorar as línguas múltiplas que o circundam.

Criticando a grande historicidade, isto é, a visão histórica a partir de uma perspectiva linear, voltada para a tradição e blocada em monumentos¹⁰⁵ (BIRMAN, 2011), o pensador francês não só não era alheio àqueles temas, como tornou-os objetos de estudo da filosofia, reinscrevendo o próprio espaço do campo filosófico, como expõe Chaves (2011). Perguntado porque trabalhava no campo das relações entre o *saber* e o *poder*, por exemplo, embora “cuidadoso” quanto às questões e respostas de tom “biográfico”, Foucault (2012b [1974], p. 20) se serve da própria relação vivida diante das técnicas e dos campos do saber, dos processos e mecanismos do poder, para apontar o porquê do interesse pelo estudo do conhecimento ligado às instituições, ao social e ao político:

Vou lhe dar uma razão que eu próprio não aceitaria e não daria, caso se tratasse de outra pessoa. Mas, como sempre falamos mal de nós mesmos, invocarei razões biográficas. Terminei meus estudos. Depois, vivi na Suécia, na Polônia e na Alemanha onde, por uma série de razões, sempre fui estrangeiro. Além disso, não sou nem médico nem profano, não sou propriamente um historiador, mas interesso-me pela história. Não sou de fato um professor, pois, no Collège de France, temos a obrigação de fazer apenas certo número de conferências por ano. *Portanto, é possível que o fato de haver sempre vivido, digamos, no limite exterior das relações entre saber e poder levou-me a tais preocupações* (grifo nosso).

¹⁰⁵ Isso se deu provavelmente num movimento de retomada de algumas considerações feitas por Nietzsche (1844-1900), uma vez que este último foi de grande relevância para as teorizações de Foucault. Veja o que diz Nietzsche (2003 [1874], p. 25): “se o homem que quer criar algo grandioso precisa efetivamente do passado, então ele se apodera dele por intermédio da história monumental; em contrapartida, quem quer fincar pé no familiar e na veneração do antigo cuida do passado como o historiador antiquário; e somente aquele que tem o peito oprimido por uma necessidade atual e que quer a qualquer preço se livrar do peso em suas costas carece de uma história crítica, isto é, de uma história que julga e condena. Alguns infortúnios são causados pela transplantação impensada destas árvores: o crítico sem necessidade, o antiquário sem piedade, o conhecedor do grande sem o poder do grande, são tais árvores alienadas de seu solo materno natural e, por isto, degeneradas”. Embora Foucault (1979a, p. 17-22), no tratamento que deu à perspectiva genealógica, aponte críticas ao fazer histórico de forma mais “diluída”, o pensador francês também faz referências mais pontuais, como à noção do (i) *supra-histórico*, da (ii) *história monumental* e da (iii) *história-antiquário* respectivamente em: “de fato, o que Nietzsche não parou de criticar desde a segunda das *Considerações Extemporâneas* é esta forma histórica que reintroduz (e supõe sempre) [(i)] o ponto de vista supra-histórico: uma história que teria por função recolher em uma totalidade bem fechada sobre si mesma a diversidade, enfim reduzida, do tempo; uma história que nos permitiria nos reconhecermos em toda parte e dar a todos os deslocamentos passados a forma da reconciliação; uma história que lançaria sobre o que está atrás dela um olhar de fim de mundo. Essa história dos historiadores constrói um ponto de apoio fora do tempo; ela pretende tudo julgar segundo uma objetividade apocalíptica; mas é que ela supõe uma verdade eterna, uma alma que não morre, uma consciência sempre idêntica a si mesma [...] [(ii)] [o que Nietzsche] chamava de ‘história monumental’. [...] [era a] história que se dava como tarefa restituir os grandes cumes do devir, mantê-los em presença perpétua, reencontrar as obras, as ações, as criações segundo o monograma de sua essência íntima. Mas, em 1874, Nietzsche criticava essa história inteiramente devotada à veneração por obstruir as intensidades atuais da vida e suas criações. [...] [(iii)] Um pouco mais tarde – já em *Humano, Demasiadamente Humano* – Nietzsche retoma a tarefa antiquária [já trabalhada em *Segunda Consideração Intempestiva*], mas em direção inteiramente oposta. Se a genealogia coloca, por sua vez, a questão do solo que nos viu nascer, da língua que falamos ou das leis que nos regem, é para clarificar os sistemas heterogêneos que, sob a máscara de nosso eu, nos proíbem toda identidade” (grifo do autor).

Ao longo de sua vida, foram muitas as obras e os ângulos das perguntas que levaram Foucault a transitar por numerosos conceitos, os quais destacamos aqui *acontecimento*, *relações de poder*, *efeitos de verdade*, *sujeito* e *ética*. Segundo Oksala (2011, p. 121), “enquanto seus estudos genealógicos anteriores investigaram os modos como redes de poder/saber constituíram o sujeito, em seu trabalho posterior a ênfase incide sobre o papel do próprio sujeito na moldagem de si”. Porém, ainda neste “último” Foucault, mais conhecido por trabalhar uma *estética* voltada para a *existência*, e não menos criticado por pensar numa ética criativa do sujeito, o pensador continua a questionar as relações de poder, mas sob a perspectiva de um sujeito que pode explorar a possibilidade de ser um *outro* a partir de uma filosofia que encoraje a “proliferação da diversidade e da singularidade” (OKSALA, 2011, p. 124). Isso nos leva a pensar, a partir de problematizações diversas, que encontramos trajetos entre um Bakhtin e um Foucault preocupados em *re-pensar* temas como a ética, a vida e o homem.

E isso não é tudo. Foucault tinha uma relação ambígua com a psicanálise, às vezes criticando-a — como quando afirma que esta não lhe parece ser “um corte total e radical em relação à psiquiatria” (FOUCAULT, 2012b [1974], p. 21) e, para além disso, apontando esses dois campos¹⁰⁶ como coexistindo na sociedade de hoje por meio de “um sistema de divisão de atribuições, de consultas e de apoio mútuo” (ibidem, p. 22). Mas também não deixa de tomar a importância de Freud (1856-1939), o qual, na opinião do francês, tinha inscrito a loucura no campo do discurso (BIRMAN, 2011). Por exemplo, em um belíssimo ensaio sobre a relação próxima estabelecida entre a *água* e a *loucura* no ocidente, Foucault (2010d [1963], p. 208) explica alegoricamente que a psicanálise traz ao homem dito louco “uma lenta tomada de consciência” por fornecer-lhe o *ar* que é “o elemento no qual as palavras se propagam”. Esse pensador afirma ainda que as duchas e os banhos sempre foram empregados pela medicina asilar do século XIX. Contudo, a partir de Pinel, o elemento *água* torna-se representante da confissão da loucura, seja por meio (i) da dor trazida pela enxurrada, (ii) da humilhação, (iii) da redução do sujeito a um forçado silêncio, enfim, (iv) do castigo já que, decretada pelo médico, a água só é interrompida quando aquele sujeito assume e se arrepende do pecado que é a sua própria loucura.

¹⁰⁶ Embora Foucault faça referência ao termo *campo* e Bakhtin, *esfera*, pensamos que há mais semelhanças que diferenças entre essas noções e, assim, nesta tese, usamos uma pela outra, sem fazer distinções entre elas.

1.3 Freud, Lacan e o papel da linguagem

A respeito de Freud, citado acima a partir de Foucault, se faz necessário uma breve contextualização sobre o conjunto de ideias criado por esse médico austríaco. Segundo Roudinesco e Plon (1998a), o *freudismo*¹⁰⁷ é um sistema de pensamento aliado a um método terapêutico, o qual traz a noção de inconsciente que exclui qualquer ideia de uma “sub” ou “supra” consciência. E, no tocante a isso, Foucault concorda com Freud quanto à existência do inconsciente¹⁰⁸ humano, pois o sujeito não é o *cogito* cartesiano (REVEL, 2005). Essa escola de pensamento, ainda segundo Roudinesco e Plon (1998a), baseia-se em uma teoria da sexualidade que se estende a todas as formas sublimadas da atividade humana — não redutível à simples atividade sexual ou a suas transgressões —, e na apreensão da relação terapêutica em termos da transferência¹⁰⁹. O tratamento é feito a partir da fala, o que aponta

¹⁰⁷ Bakhtin e seus ditos pares conheceram algumas formulações do pensamento freudiano. Além disso, é importante apontar que Volochínov faz uma leitura contrária a vários pontos do freudismo, o que lhe rendeu um livro, sob esse mesmo nome, em 1927. Como expõe Faraco (2006, p. 84-85), “em seu livro *Freudismo* (1927), ele desenvolve uma exposição crítica de vários aspectos da teoria freudiana. Reconhece sua magnitude e seu caráter inovador. Reconhece também a complexidade do mundo psíquico e os conflitos que o atravessam (e, nesse sentido, é herdeiro de Freud). Recusa, porém, com base em argumentos sociológicos de certa inspiração marxista, o modo como Freud teoriza sobre esse mundo, em especial, o viés fisiológico e subjetivista que, segundo Voloshinov, sustenta a psicanálise freudiana. Para ele, o psiquismo é fundamentalmente linguagem e, por isso, socioideológico”. Embora tais críticas feitas pelo russo estejam mais relacionadas ao “nascidouro” da psicanálise, momento em que notamos um Freud ainda guiado por um tom biologicista, no decorrer dos estudos propostos pelo austríaco, outros deslocamentos teóricos são operados e, por isso, entendemos que há sim um diálogo produtivo entre as ideias bakhtinianas e as psicanalíticas. Aliás, podemos afirmar ainda que, mesmo no início da psicanálise, já observamos nas obras de Freud a consideração dos processos psíquicos a partir da linguagem. Desse modo, podemos fazer uma crítica sobre a crítica de Volochínov e propor que o sujeito sócio-histórico não é incompatível com o sujeito psicanalítico. Ademais, defendemos a necessidade de se realizar estudos que se debrucem sobre essas vertentes, uma vez que, como o próprio Faraco (idem) afirma, ambos os olhares consideram “a alteridade, a heterogeneidade, o conflito, a singularidade e, em especial, a linguagem — mesmo que em planos teóricos diferentes”.

¹⁰⁸ Segundo Simanke (2008, p. 56-60), o conceito de *inconsciente* de Freud recebeu influência de Schopenhauer. Embora não tenha empregado o termo “na sua forma substantiva”, Schopenhauer apresenta a noção de *vontade* como “a essência íntima” e “indestrutível” do homem, dotada de um caráter cego, desprovida de consciência, a qual daria origem à constituição e representação dos objetos no mundo. A consciência, por sua vez, seria uma mera superfície da mente, a qual não se tem o conhecimento do interior. “[...] se Schopenhauer não formula propriamente um conceito de inconsciente, sua Filosofia traz, pelo menos, diversos elementos que interessam profundamente à história desse conceito, uma vez que atribui a fatores inconscientes um papel preponderante na mecânica do mundo e coloca a representação e a consciência na dependência da Vontade, como aquisições tardias, contingentes e quase sempre superficiais e subordinadas”. E mesmo que Schopenhauer não empregue *vontade* a partir do que Freud havia denominado como “um sistema psíquico dotado de leis próprias de funcionamento”, é o seguidor do primeiro, o filósofo Eduard von Hartmann, em sua obra *Filosofia do Inconsciente* (1869), quem emprega essa forma substantiva e sistemática do conceito, embora ainda a partir de uma perspectiva metafísica do inconsciente. Para além disso, Szelényi (2009) traz, a partir de Freud, que o inconsciente vem da teoria da repressão, a qual tem semelhança com as ideias defendidas por Nietzsche.

¹⁰⁹ De acordo com Roudinesco e Plon (1998d), essa noção, introduzida por Freud e Ferenczi, tornou-se, assim como a de inconsciente, importante para o tratamento realizado na psicanálise, a ponto de ser empregado como um instrumento de cura durante o processo. A partir da observação de que a transferência existia em todas as relações humanas — por exemplo, *professor x aluno* e *médico x paciente* — Ferenczi notou que o analisando

para o papel que o discurso tem na elaboração que o sujeito faz seja das chamadas doenças da *alma* — tais como a psicose e melancolia —, dos *nervos* — a conhecida neurose — e da *sexualidade*, isto é, a perversão. Esse sistema de pensamento ganhou tamanha importância que sua influência não ficou restrita aos estudos da medicina, da psicologia e da psicopatologia, por exemplo. Como Roudinesco e Plon (1998a, p. 281) ressaltam, “o freudismo marcou as artes e os campos do saber que lhe eram preexistentes (psicologia, psiquiatria, filosofia, história, religião, literatura, pintura) e todos os que se constituíram ao mesmo tempo que ele e se formularam perguntas equiparáveis (antropologia, sexologia, criminologia, linguística)”.

Freud foi, assim, um daqueles pensadores que continuou a revolucionar os diversos campos do saber. Revolução, aliás, que continua a acontecer — e é necessária — nos dias de hoje, quando boa parte das práticas discursivas permanecem funcionando prioritariamente sob a égide do biológico¹¹⁰. Conforme disse Montagna (s/d, p. 48), “a obra de Freud foi peça fundamental para as transformações na vida do século XX”. Ora, esse psicanalista austríaco¹¹¹ pensou e ainda nos faz pensar, por exemplo, mesmo que indiretamente, sobre a noção de *sujeito*, não sobredeterminado por um biológico, mas influenciado pelo *meio*, cuja relação com aqueles em seu entorno (pai, mãe¹¹², pessoas com quem convive, entre outras) é fundamental para o processo de desenvolvimento (emocional) saudável do indivíduo. De fato, a revolução sobre a noção de sujeito já havia sido iniciada com Copérnico (1473-1541) e a sua teoria heliocêntrica — a terra gira em torno do sol e não mais o contrário, o modelo geocêntrico, como propusera Ptolomeu (90 d.C.-168 d.C.). O deslocamento do indivíduo de um “centro”, de uma espécie de egocentrismo e superioridade também em relação aos outros

inconscientemente colocava o analista numa posição parental. De maneira geral, a transferência designa um processo no qual os desejos inconscientes do analisando referentes aos objetos externos passam a se repetir, durante a relação analítica, no analista, o qual é colocado na posição desses objetos. A partir disso, deve-se buscar as origens inconscientes das manifestações que invadem a transferência. Posteriormente, Lacan (1953, p. 50) afirma que “[Freud] [...] viu muito bem que a transferência é a própria realização da relação humana sob sua forma mais elevada, a realização do símbolo, que está ali desde o início, e que está igualmente no final de tudo isso. O começo e o fim são sempre a transferência”. A importância dessa noção que, assim como o inconsciente, articula as várias vertentes de estudo da psicanálise, é realçada por Montagna (2011, s/p): “a transferência é uma espécie de atualização do passado com o objetivo de permitir que o presente se instale. A análise permite que o passado fique no passado e a pessoa viva no presente. Essa é a libertação”.

¹¹⁰ Falamos *prioritariamente* porque a obra de Freud abarca o ser humano em seus contextos biológico, psíquico e social (MONTAGNA, s/d, p. 50).

¹¹¹ Freud nasceu em Freiberg, na região da Morávia, a qual pertencia ao Império Austríaco, por isso que dizemos que ele era austríaco. Porém, se Freud tivesse nascido nos dias de hoje ele seria considerado tcheco, em virtude da Morávia constituir atualmente a República Tcheca.

¹¹² A partir de novas necessidades clínicas, fazemos referência hoje às *funções materna e paterna*, e não mais à figura estrita de uma mulher e de um homem exercendo necessariamente os papéis da mãe e do pai, respectivamente.

animais — aqui notadamente influenciada pelas ideias do evolucionista inglês Charles Darwin —, é aprofundado quando o psicanalista, ao propor um *inconsciente*, o qual controla com maior intensidade a consciência (ROTH, s/d), apresenta um sujeito *falho*, da ordem da sexualidade, movido por *forças pulsionais* (*pulsão de vida e pulsão de morte*).

Em sua obra *Estudos sobre a histeria* (1893-1895), por exemplo, em coautoria com Breuer, a partir do método catártico¹¹³ (hipnose) é defendido o ponto de vista de que a sexualidade parece desempenhar um papel fundamental na histeria, seja como fonte de traumas psíquicos, seja como para as ideias recalçadas da consciência. Há um ponto de extrema importância que é levantado durante a leitura dessa obra, o qual destacamos: a *fala* tem desde o início um papel preponderante, pois é através da elaboração verbal do processo psíquico originalmente ocorrido e do afeto que o acompanha que o sintoma histérico então desapareceria. E mesmo que esse processo fosse constituído inicialmente a partir da hipnose, ao longo do tratamento das chamadas históricas, Freud acaba por abandoná-lo¹¹⁴, assumindo cada vez mais o método associativo. De qualquer maneira, a ideia que pomos em evidência é sobre a saída necessária que o afeto “estrangulado” deve encontrar através da fala. No caso de Anna O., por exemplo, Breuer e Freud (1893-1895, p. 34) explicam como a mente dela ficava aliviada após dar “expressão verbal” aos complexos de representações simbólicas associadas a um ou vários traumas, eliminando os sintomas.

¹¹³ Conforme Freud (BREUER; FREUD, 1893-1895, p. 85), “esse método era claramente baseado na possibilidade de os pacientes, em seu estado alterado de consciência [sonambulismo], terem acesso às lembranças e serem capazes de identificar ligações que não pareciam estar presentes em seu estado de consciência normal”.

¹¹⁴ É interessante apontar que já durante o tratamento da Sra. Emmy von N., Freud começara a notar que não devia interrompê-la durante o processo em que ela elaborava as lembranças e as representações simbólicas que àquelas foram sendo associadas, o que pode ser notado em alguns momentos do relato do psicanalista sobre a sua conduta clínica: “quando, há três dias, ela se queixara pela primeira vez do seu medo dos hospícios, eu a havia interrompido após sua primeira história, a de que os pacientes eram amarrados a cadeiras. *Vi então que nada tinha ganho com essa interrupção e que não posso me furtar a escutar suas histórias com todos os detalhes até a última palavra*” (BREUER; FREUD, 1893-1895, p. 58, grifo nosso). Há outros momentos também em que o psicanalista observa e pontua, a partir do que a paciente expõe, a importância de uma fala livre: “Ela tivera alguns sonhos de horror. Os pés e braços das cadeiras se haviam transformado todos em cobras; um monstro com bico de abutre estraçalhava e comia todo o seu corpo; outros animais selvagens saltavam sobre ela etc. Passou então a outros delírios com animais, que, contudo, qualificou acrescentando: ‘Isso foi real’ (não um sonho): como (numa ocasião anterior) ela fora apanhar um novelo de lã e era um rato que saía correndo; como estivera fazendo uma caminhada e um grande sapo saltara de repente sobre ela, e assim por diante. *Compreendi que minha proibição geral fora ineficaz* e que teria de afastar dela suas impressões assustadoras uma a uma. Aproveitei também a oportunidade para lhe perguntar por que ela sofria de dores gástricas e de onde provinham. (Creio que todos os seus acessos de zoopsia [alucinações com animais] são acompanhados de dores gástricas.) Sua resposta, dada a contragosto, foi que não sabia. Pedi-lhe que se lembrasse até amanhã. *Disse-me então, num claro tom de queixa, que eu não devia continuar a perguntar-lhe de onde provinha isso ou aquilo, mas que a deixasse contar-me o que tinha a dizer*. Concordei com isso e ela prosseguiu, sem nenhum preâmbulo [...]” (ibidem, p. 58-59, grifos nossos).

Já em *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*, Freud (1901) aproxima-se mais, digamos, por assim dizer, do “discursivo”, ao abordar os atos falhos, os esquecimentos, os lapsos de fala, entre outros, sob uma nova ótica: não a do viés do erro ou da irracionalidade, mas como manifestações e conflitos que escapavam e “chegavam” ao nosso consciente. Para Lacan (1901-1981), um de seus “discípulos”, o trocadilho, a ambiguidade, o lapso eram vistos como algo produtivo e não atribuído ao equívoco. O psicanalista francês, inclusive, ao fazer uma releitura das obras de Freud, se reconheceu na doutrina fundada por esse austríaco. Na perspectiva de Roudinesco e Plon (1998b), o francês se diferencia de outras vertentes da psicoterapia por permanecer com a fala como o lugar exclusivo do tratamento psíquico do sujeito, retomando importantes noções trabalhadas por Freud, tais como o *inconsciente*, a *sexualidade*, a *transferência*, a *repetição*, o *recalque* e a *pulsão*. Para além disso,

os discípulos e sucessores de Freud (sobretudo Karl Abraham, Melanie Klein e seus alunos) foram os primeiros a elaborar uma clínica da loucura. Jacques Lacan, por seu lado, foi o único dentre os herdeiros de Freud a realizar uma verdadeira reflexão filosófica sobre o estatuto da loucura. Desde 1932, preconizou em sua tese que o saber psiquiátrico fosse repensado segundo o modelo do inconsciente freudiano e, em 1946, comentou a famosa frase das *Meditações*, sustentando que a fundação do pensamento moderno por Descartes não excluía o fenômeno da loucura (ROUDINESCO; PLON, 1998c, p. 479).

Assim, Lacan registrou a loucura como elemento constituinte do sujeito¹¹⁵. E, ao inscrever esse fenômeno no cerne da subjetividade humana, o francês reformulou a metapsicologia freudiana, conforme Roudinesco e Plon (1998b). Nessa reformulação, há o destaque para o papel da linguagem, pois, para Lacan, a obra freudiana deveria ser interpretada com o apoio de referências linguísticas. De acordo com Jorge (s/d, p. 9), Lacan mapeou as questões trazidas por Freud a partir de um olhar oferecido por Saussure no *Curso de Linguística Geral*: “Lacan lê Freud por meio da ótica de Saussure e evidencia que ambos trilham caminhos que se cruzavam em pontos essenciais”. Ao fazer isso, introduziu uma *filosofia do sujeito*, do ser, no freudismo e pensou o inconsciente não mais num modelo do

¹¹⁵ Freud também não fazia uma divisão entre “loucos” e “sãos”, mas constantemente afirmava que as neuroses fazem parte em graus variados da vida de todos. Na obra *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*, Freud (1901) tenta mostrar o quanto o inconsciente está presente em todos, isto é, o quanto cada um de nós é dividido porque existe o inconsciente que emerge no cotidiano; uma vez que cometemos atos falhos e temos sintomas. Isso é um dos sinais da existência do inconsciente. Assim, tal livro oferece interessantes discussões sobre alguns processos psíquicos, os quais nos fazem pensar em como há proximidades entre os estados de uma suposta *normalidade x loucura*.

biológico, sob forte influência do darwinismo, mas pelo viés linguístico¹¹⁶. É por isso que tornou-se famosa a sua afirmação sobre *o inconsciente como estruturado pela linguagem*.

Sua primeira intervenção na psicanálise se dá por volta de 1936 quando elabora o *stade du miroir*, isto é, uma teoria sobre alienação e autorreconhecimento (LOURENÇO, s/d). *A teoria do estádio do espelho*, como foi traduzido em português, se divide em três estágios: no primeiro, a criança não reconhece seu próprio corpo. Para ela, há uma confusão entre o “seu corpo” e o da mãe. No segundo, ela começa a despertar para o reflexo no espelho como sendo uma imagem. No terceiro, passa a entender que a imagem é o seu corpo, o que lhe permite dar início ao processo de autorreconhecimento e de identificação como sujeito. Por sinal, Lacan entende que o sujeito é estruturado pela linguagem, pelo outro e pelo discurso, o que nos permite ressaltar que para o francês é importante pensar o sujeito doente da contemporaneidade que muitas vezes sente-se impelido a falar nos *divãs públicos da mídia*¹¹⁷. O psicanalista, aliás, levou mais longe a relação do sujeito com a mãe, já trazida por Freud, mas foi nos *Nomes-do-Pai* que notou a deficiência simbólica do sujeito (LACAN, 2005a [1963]) e a origem da psicose, que foi muito importante para os seus estudos. Para além disso, Lacan (2005b [1953]) categorizou de *simbólico, imaginário e real* os três registros essenciais da realidade humana por ele postulados. Embora não tenham sido discutidas explicitamente por Freud, essas noções são encontradas ao longo da sua obra. De maneira bem geral, observamos que, como afirma Jorge (s/d, p. 9), a primeira noção está mais relacionada ao inconsciente; a segunda, ao narcisismo (a Teoria do Espelho) e, a terceira, à pulsão de morte.

Portanto, Lacan instituiu um sistema de pensamento e não parou (nem para) de nos surpreender, dando continuidade àquela revolução do pensamento já iniciada por Freud, elaborando novas noções não para ultrapassar aquelas estudadas pelo austríaco, mas para repensá-las, retomá-las e propor novas leituras das obras daquele: “[...] não há apreensão mais completa da realidade humana que a feita pela experiência freudiana, e que não podemos deixar de retornar às fontes e apreender esses textos em todos os sentidos da palavra” (LACAN, 2005b [1953], p. II). Para entendermos esse movimento interpretativo e de retorno a Freud, recorreremos a Roudinesco (2011), a qual traz informações esclarecedoras sobre o

¹¹⁶ Não é que Freud não tenha feito referência à linguagem. Ao contrário, esta é uma dimensão primordial destacada pela psicanálise, trazida por ele a partir do conceito de inconsciente (JORGE, s/d).

¹¹⁷ Usamos essa expressão para pensar sobre alguns veículos que parecem exercer um papel de “escuta” ora “aberto” ao longo da mídia, como *blogs*, redes sociais, *twitters*, fóruns etc. Não entramos aqui na discussão sobre os interesses que os meios de comunicação de maneira geral têm quando “endereço” uma possível “escuta” a alguns sujeitos — *alguns* sim, porque apenas algumas vozes têm espaço legitimado conforme o funcionamento, a especificidade e os interesses de cada veículo.

contexto de vida de Lacan. Segundo a psicanalista, nascido no começo do século XX, ele viveu as duas grandes guerras, presenciou importantes movimentos, como gaullismo, comunismo, Maio de 68, entre outros que marcaram a França por volta dos anos 50 e 70. Ainda segundo a autora, havia, nesse contexto, o projeto de melhorar, com base na razão e no progresso de uma República igualitária, a saúde dos que possuíam os chamados distúrbios psíquicos. E é exatamente nesse período que Lacan ergueu obstinadamente a “bandeira” de Freud defendendo que “o avanço freudiano era o único horizonte possível das sociedades democráticas, o único capaz de apreender todas as facetas da complexidade humana: o pior e o melhor” (ibidem, p. 15). Assim, compartilhamos do ponto de vista de Roudinesco (2011, p. 12) que aponta as condições contextuais que levaram Lacan, de uma forma ou de outra, a prosseguir com um sistema de pensamento que rompe cada vez mais as fronteiras dos campos do saber e propõe leituras cada vez mais próximas do cotidiano do sujeito:

Esse Lacan soube anunciar o tempo que veio a ser o nosso, prever a ascensão do racismo e do comunitarismo, a paixão pela ignorância e o ódio ao pensamento, a perda dos privilégios da masculinidade e os excessos de uma feminilidade selvagem, o advento de uma sociedade depressiva, os impasses do Iluminismo e da Revolução, a luta mortal entre a ciência erigida em religião, a religião erigida em discurso da ciência e o homem reduzido a ser biológico: ‘Em muito breve, seremos atropelados’, ele dizia em 1971, ‘por problemas segregativos que serão tachados de racismo e que consistem no controle do que se passa no nível da reprodução da vida, em criaturas que acabam, em virtude do que falam, por ter todos os tipos de problemas de consciência...’.

É importante destacar ainda que a linguagem tem um papel preponderante na reflexão de Bakhtin e Volochínov. E, embora não apareça explicitamente nas discussões filosóficas iniciais das obras de Bakhtin, esse tema passa a ser o elemento nuclear que une a variedade de interesses apresentados pelo grupo (FARACO, 2006). A esse respeito, acreditamos que a questão da linguagem é também o elemento que permite Lacan re-trabalhar as discussões trazidas por Freud, cuja importância atribuída ao papel que a linguagem possui na estruturação do nosso inconsciente permitiu-lhe dar novas direções aos estudos da psicanálise. Ademais, se a fala é o “instrumento” principal usado para se chegar mais perto da “verdade” do desejo do sujeito, as palavras usadas e o próprio ato de nominar são fundamentais no processo da clínica analítica.

Enfim, não é uma tarefa fácil falar desses teóricos, muito menos relacioná-los em virtude não só da pluralidade das trajetórias do pensamento, mas pela diversidade de temáticas e pelas abordagens dadas. Além disso, eles são, acima de tudo, *pensadores*, porque eles nos fazem *pensar*, conforme nos diz Thomson (2012a); a leitura de suas obras permitem-

nos levantar questões diversas não apenas porque esse era o “movimento” operado por cada um deles diante dos interesses que se colocavam a investigar, mas também pelo caráter reflexivo, inacabado e “em desenvolvimento” dos seus textos de maneira geral. Entre seus pontos em comum e as suas divergências, muitas dúvidas são colocadas. Suas retomadas nos lembram que a vida é uma batalha de pontos de vista e que os estudos assim se constituem, sendo possível inventar e pensar diferente. E não é nesse inacabamento existencial que nos constituímos? Como a capacidade do pensamento de se inovar poderia então não ser dinâmica se o movimento da vida se dá em um constante vir a ser? Ademais, Bakhtin, Foucault¹¹⁸ e Lacan compreendem nossas balizagens teóricas porque eles participam de um conjunto de discursividades que pensam o sujeito na relação com o outro, embora cada um elabore essa relação diferentemente a partir dos propósitos e objetos de estudo que se propuseram a analisar. Por sinal, a respeito dos dois últimos, Randal (2014) afirma que eles são importantes para o nosso campo de estudo também pelo seguinte: Foucault está mais preocupado com a emergência dos saberes, do saber-poder e, assim, volta-se para o “conteúdo” dos discursos, as palavras “faladas”. Já Lacan, para a relação única que cada discurso estabelece em cada ato de fala; uma vez que, na nossa opinião, a posição que a palavra ocupa no discurso é relevante — são diferentes formas que os sujeitos estabelecem na comunicação.

1.4 A representação discursiva do acontecimento na mídia

Já é sabido que o jornalismo¹¹⁹ não garante um livre acesso a tudo aquilo que ocorre no mundo, como afirma Neveu (2006). Também é lugar comum a discussão de que a mídia não é isenta de valores e, por isso, critérios como transparência, fidelidade e imparcialidade, antes caros a sua prática, não são mais justificativas de credulidade sobre o que está sendo noticiado. Há, contudo, um debate ainda em aberto e que aqui damos um espaço maior de importância conforme as questões levantadas e tendo em vista o *corpus*: é a partir do ponto de vista da empresa em que trabalha que o profissional seleciona, recorta e reorganiza os acontecimentos da vida. Mas não de qualquer *vida*: afora os interesses que existem pelas

¹¹⁸ Mencionamos, contudo, que não estamos “alheios” às correntes que tomam Bakhtin e Foucault como “fraudes”. Enfatizamos, porém, que não compartilhamos com esses pontos de vista. Para algumas opiniões a respeito, ver Zenkine (2014) e Kimball (2007) respectivamente.

¹¹⁹ Quando tratamos do *jornalismo* e do *jornal*, estamos tomando esses nomes de maneira ampla e estendendo a discussão para a atuação do profissional de comunicação no processo de construção ou representação discursiva dos acontecimentos.

personalidades que toma como influentes e pelas vozes que representam os grupos sócio-historicamente legitimados em uma dada cultura, há alguns tipos de indivíduos que raramente aparecem nas notícias. A não ser quando necessários, como efeitos de determinadas representações discursivas de certos acontecimentos — da ordem do lugar do que se chama de *não-razão* — que solicitam uma explicação à margem, fronteira, que configure o ocorrido como mais palatável e *verossímil*. Podemos citar como um desses tipos, aqueles que são nominados como *louco(a)*, *doente mental*, em *surto*, com algum *transtorno*. Nomações, aliás, que carregam, para muitos, tanto uma forte carga de dor, sofrimento e comisseração, como descrédito; pois há, na nossa sociedade, um senso comum sobre os ditos *loucos* e *doentes mentais* como aqueles que não sabem a diferença entre a dita *fantasia* e a dita *realidade*, conforme discussão feita por Sagan (1996). Ora, Birman (2005, p. 6) afirma que “é a *pobreza* do desejar e do fantasiar [...] que é *paradigmática* da contemporaneidade. Diante disso, a função do desejo, que é o de afastar e de proteger o sujeito da iminência da morte, está ostensivamente manca e em frangalhos” (grifos do autor).

Esse gesto interpretativo sobre o pensar comum ao sujeito contemporâneo localiza a fantasia em um espaço “encarcerado”, pouco permitido, que se relaciona, por sua vez, com uma concepção gnosiológica compartilhada pelo homem atual. Bakhtin (2003e [1920-1923], p. 81) explica que, em tal concepção, lidamos com uma consciência única, a qual “cria e forma seu objeto somente enquanto objeto e não enquanto sujeito, e o sujeito não passa de objeto para ela. Não se compreende, não se conhece o sujeito apenas como objeto”. Assim, trazendo o que o russo expõe para o debate iniciado no parágrafo acima, a experiência da loucura não é vivenciada através do *eu-outro*, mas a partir de estereótipos, preconceitos, estigmas e representações naturalizadas na linguagem que se tornam o senso comum e o imaginário social da coletividade. Tomando o que Bakhtin (1993b [1921/1922]) expõe sobre o *ato* e a *singularidade* do indivíduo, podemos ir ainda mais longe e pensar o seguinte: o sujeito que tem a sua individualidade e experimenta, como qualquer um de nós, a vida vivida de dentro, de maneira única, desaparece, é mitigado ou apagado quando se privilegia um tipo de teoria do conhecimento a todo custo e não o sujeito enquanto partícipe do acontecimento da vida¹²⁰. E isso implica, inevitavelmente, um retorno ao que discutíamos anteriormente: ora, não existem “fatos” a serem relatados, como se esses detivessem por conta a voz absoluta de

¹²⁰ A discussão sobre o domínio da ciência *na* e *sobre a* vida é recorrente antes mesmo da época de Bakhtin. Nietzsche (2003 [1874], p. 8-9), por exemplo, já afirmava que “uma vida dominada desta maneira não é certamente muito valiosa porque é muito menos vida e assegura muito menos vida para o futuro do que a vida outrora dominada não pelo saber, mas pelos instintos e pelas poderosas imagens ilusórias”.

um *real*, ou ainda, como se houvesse uma realidade independente do ponto de vista do sujeito ou, em se tratando da mídia, do jornalista. O que há são acontecimentos que vão sendo criados, construídos e representados pelos vários sujeitos envolvidos — ora, é assim que lidamos com a vida: ela se constitui como um conjunto de acontecimentos inacabados. E, nesse processo, outros fatores, como o desejo, o afeto, o medo, as expectativas e as experiências também vão *conduzir* o sujeito na elaboração do noticiado. Dizemos *conduzir* porque existem ainda os interesses impostos aos jornalistas, como as razões da ordem do econômico, do político e da moral social.

Como explica Bakhtin (1993 [1919/1921], 2003e [1920-1923]) nos explica, a vida não está fechada, acabada: ela sempre é um porvir, um vir a ser, em constante movimento, constituído por ações singulares que são concretas e realizáveis na vida vivida. No entanto, o jornalista, ao trazer o tal acontecimento, atua no ocorrido, atribuindo o que podemos chamar aqui de “momentâneos acabamentos”, porque, alguns minutos depois, outras relações poderão ser necessárias para dizer o ocorrido, sendo necessário recriar um outro cenário, manifestar outras vozes e discursividades. E, nesse processo, o profissional interage com o que reporta, toma posição sobre o que está sendo noticiado e sobre os participantes. Assim, ao entrar em contato com o acontecido as pessoas e a mídia em geral passam a “individualizá-lo” socialmente, incorporando-o a sua experiência de mundo. Só que pelo fato de a mídia estar no “poder” de trazer narrativas¹²¹ sobre alguns acontecimentos para os leitores, ela parece mediar o “real” e o apresenta como parte de uma “ruptura” da ordem das coisas, produzindo efeitos de sentidos diversos. É dessa forma que os profissionais da mídia são considerados também como *atores dos acontecimentos* que noticia e das *narrativas* que elabora; narrativas estas nas quais o acontecimento aparece como “intrinsecamente” ligado a elas — sendo por tudo isso que afirmamos a necessidade de se pensar sobre o *ato avaliativo* do jornalista.

A notícia é, portanto, uma construção social que integra, ao se constituir como tal, um diferente horizonte axiológico — não é mais o mesmo do sujeito que do acontecimento participou. Os planos da vida vivida são reordenados de forma a “isolar” a singularidade (BAKHTIN, 1993 [1919/1921]) do sujeito e do acontecimento, condensados em um modo

¹²¹ Mesmo quando falamos em *narração*, seja na esfera da mídia ou não, pensamos — e tratamos de tal assunto livremente nesta nota — que o texto narrativo não pode se caracterizar como um “relato” ausente de argumentação. Como se sabe, muito frequentemente os tipos textuais se misturam. Sabe-se ainda que há vários tipos de narrativas e, por isso, não nos cabe fazer uma definição estrita. Contudo, de maneira geral, não sendo “livre” das influências e condições do sujeito que as (re)tomam e (re)escrevem, percebemos que as narrativas construídas na mídia se caracterizam também como um “bem” simbólico, discursivo e cultural que se relaciona a uma ou a várias histórias que envolvem interesses, ideologias, afetos e desejos do sujeito; e a atividades como a de informar, argumentar, contar, historicizar e representar o que toma como acontecimento noticiável.

novo, diverso, cuja ótica daquele que escreve e constrói o acontecimento será o fio condutor do leitor. Nesse processo, notamos que o ato dinâmico de atribuir palavras às coisas está estritamente vinculado à necessidade de marcar o espaço alheio. Embora nem sempre seja vista desta maneira, *nominar* incorpora uma responsabilidade que baliza o meu agir responsável. As minhas ações, palavras e discursos completam o outro, pois eu o contemplo a partir dos elementos que lhe são transgredientes, inacessíveis a ele por causa do lugar que ele ocupa diante de mim¹²². Ora, a partir do meu *excedente de visão* (BAKHTIN, 2003e [1920-1923]), tenho acesso ao outro: eu “completo” o horizonte do outro e nomino-o, mas sempre do *meu lugar*. Essa ideia do excedente de visão como elemento que permite a *contemplação-ação* e *dizer o outro* guia-nos para a reflexão sobre o processo de constituição do mundo operada pelos aparelhos midiáticos: ao “relatar um fato”, o fazemos a partir de um (ou mais) ponto(s) de vista, de um espaço e um tempo que ocupo em tal momento histórico. No entanto, ao fazer isso, eu seleciono o que mais convém — a empresa em que trabalho e a mim —, tendo em vista a imagem que tenho do outro e o horizonte cultural do jornal. Durante esse processo, só dou conta de alguns atos operados pela compenetração do sujeito do acontecimento, isto é, o meu dizer vai acentuar o que considero axiologicamente como mais relevante. As palavras empregadas, por exemplo, vão exercer papéis diversos, como orientar a do jornalista com o horizonte concreto do outro — porque os nomes vêm das bocas dos outros e não são retirados do dicionário ou da gramática —, dar acabamento à ação do outro, atribuir valores e tons *emotivo-volitivos* diversos — como de lamento, consolo, ajuda, ironia, polêmica, vitória, desastre. Isso se dá porque, seja qual for o espaço e o momento, há sempre o *emotivo-volitivo* e o *axiológico* no enunciado concreto.

A emoção, o juízo de valor, a expressão são estranhos à palavra da língua e surgem unicamente no processo do seu emprego vivo em um enunciado concreto. Em si mesmo, o *significado* de uma palavra (sem referência à realidade concreta) é extra-emocional. Há palavras que significam especialmente emoções, juízos de valor: “alegria”, “sofrimento”, “belo”, “alegre”, “triste” etc. Mas também esses significados são igualmente neutros como todos os demais. O colorido expressivo só se obtém no enunciado, e esse colorido independe do significado de tais palavras, isoladamente tomado de forma abstrata; por exemplo: “Neste momento, qualquer alegria é amarga para mim” — aqui a palavra “alegria” recebe entonação expressiva, por assim dizer, a despeito do seu significado. Contudo, o acima exposto nem de longe esgota a questão. Esta é bem mais complexa. Quando escolhemos as palavras no processo de construção de um enunciado, nem de longe as tomamos sempre do sistema da língua em sua forma neutra, lexicográfica. Costumamos tirá-las de *outros* enunciados e antes de tudo de enunciados congêneres com o nosso, isto é, pelo tema, pela composição, pelo estilo [...] (BAKHTIN, 2003c [1952-1953], p. 292, grifos do autor).

¹²² Lacan (1998a) também fala da incompletude do sujeito.

Ora, todo esse processo de elaboração do que vou contar de uma história não seria diferente para um jornalista que, ao partir de um “dado” ou de um “fato” (sic), age e interage com o ocorrido construindo-o num espaço axiológico singular. Aqui cabe-nos perguntar: *como eu vivencio a ação de outra pessoa?* Eu vivencio-a de dentro, a partir da minha realidade axiológica e dos muitos outros que se encontram em mim. Não há uma realidade neutra, que diz por si só: ela é determinada por axiologias, pois a nossa relação com o mundo se dá através de signos¹²³ que, por sua vez, só atribuem sentido no plano social. É por isso que, quando assistimos diferentes emissoras de jornalismo, deparamo-nos — às vezes “mais explicitamente” — com distintas versões de um mesmo acontecimento: os sujeitos vão “interpretá-los” de acordo com numerosos elementos envolvidos, tais como a partir das intenções do coenunciador, dos contextos apresentados no processo de comunicação, dos acentos atribuídos, das representações sociais levantadas, das memórias evocadas, das afetividades associadas ao acontecimento e aos personagens representados, das expectativas criadas diante do noticiado, entre outros.

A esse respeito, Bakhtin (1993 [1919/1921], p. 50) já antecipava essa discussão em *Para uma filosofia do ato* sob uma outra ótica, quando abordava a inexistência de um “dado” que fosse puro, surgido de um nada:

O puro dado não pode ser realmente experimentado. Na medida em que eu esteja realmente experimentando um objeto, mesmo que eu faça isso em pensamento, ele se torna um momento mutante do evento em processo da minha experiência (pensamento) com ele, isto é, ele assume o caráter de algo-ainda-para-ser-alcançado. Ou, para ser exato, ele é dado a mim dentro de um certa unidade de evento, na qual os momentos daquilo que-é-dado e daquilo que-é-para-ser-alcançado, daquilo que-é e daquilo que-deve-ser, do ser e do valor, são inseparáveis. Todas essas categorias abstratas são aqui momentos constituintes de um certo todo vivo, concreto, palpável (intuível) e único - um evento.

Portanto, o “discurso” divulgado na mídia que descreve o “fato” (sic)¹²⁴ como único, um dado empírico da “realidade” que está aí, e diz que o jornalismo simplesmente o “relata” e

¹²³ Lacan (2005b [1953]) define o signo como a função inter-humana do símbolo.

¹²⁴ Entre as definições da palavra “fato”, encontramos estas no dicionário *Houaiss* ([1958] 2012, s/p): “1. ação ou coisa que se considera feita, ocorrida ou em processo de realização; 2. aquilo que acontece por causas naturais ou não, dependentes ou independentes da vontade humana; ocorrência, sucesso; 3. ação consistente em algo; 4. *algo cuja existência pode ser constatada de modo indiscutível*; e 4.1 *informação apresentada como baseada numa realidade objetiva*” (grifos nossos). De maneira geral, notamos que os manuais de redação trabalham (implicitamente) com a noção de “fato” derivada do senso comum e, em especial, com as definições 4 e 4.1 citadas, as quais remetem a um acontecimento “dado” da ordem do “real”. Isso pode ser notado, por exemplo, em algumas instruções trazidas por esses livros, como em: “11 - Nunca se esqueça de que o jornalista funciona como *intermediário* entre o fato ou fonte de informação e o leitor. [...] 20 - Faça textos *imparciais* e *objetivos*. *Não exponha opiniões, mas fatos*, para que o leitor tire deles as próprias conclusões” (MARTINS FILHO, 1997,

o “reproduz”, abstrai o ato das práticas sociais que o geram e os sujeitos da natureza intersubjetiva e dialógica que o constitui. Contudo, nas notícias¹²⁵, cada elemento presente é elaborado discursivamente a partir dos nomes empregados, dos pontos de vista, dos tons volitivos, das várias imagens evocadas, das linguagens inseridas, das vozes, da memória que dialoga com um já-dito e que entreveem um porvir. Esse conjunto de sentidos em interação no texto jornalístico torna-o um espaço de constante embate axiológico que influencia as formas de agir e pensar dos sujeitos (teoria do agendamento), estruturando em contra retorno muitas das práticas sociais de boa parte da população. Pensamos também, inclusive, que os veículos de comunicação também atuam na constituição temporal de um *passado, presente e futuro* dos acontecimentos na vida dos sujeitos. Ora, o discurso jornalístico, como o histórico, pertence às memórias (PERRET, 2000), ou seja, delas faz parte e nelas se constitui.

Em outras palavras: ao invés de “fato”, optamos por falar em “acontecimento”, haja vista que os “fatos” não são dados *a priori*, mas construídos discursivamente pelos sujeitos como “acontecimentos” *os mais diversos*, refletindo e refratando pontos de vista variáveis. Dizemos *os mais diversos* porque os acontecimentos que ocorrem no mundo, noticiáveis ou não, se tornam acontecimentos *outros* quando noticiados, uma vez que são representados ou construídos a partir de elementos variáveis — como vozes, nomeações e discursos que podem divergir ao longo do mesmo tempo, espaço e sujeito. Para continuar a falar em acontecimento, vamos fazer uma alusão ao que discute Veniard (2013). Embora a autora, ao tratar da análise da nomeação na mídia, use basicamente o termo *evento*, ao invés de *acontecimento*, ela define de forma bastante ampla a noção e nos faz refletir sobre o que consideramos *acontecimento*. Segundo a linguista francesa, um evento é uma “entidade” composta por variados “fatos” — as aspas são nossas —, existente no espaço social como integrado à vida de uma comunidade, a qual podemos referir pela linguagem. Para ela, os sentidos atribuídos ao (que chama de) evento não vem apenas das relações estabelecidas pelos

p. 16-17, grifo do autor); e “*entre um fato e uma declaração prefira o primeiro*. Descrever um fato com correção e inteligência exige sensibilidade, informação sobre o assunto e conhecimento do idioma” (NOVO MANUAL..., 1996, s/p, grifo nosso).

¹²⁵ Citamos preferencialmente *notícias* tendo em vista que esse é um dos gêneros jornalísticos em que mais se atribuem noções como exatidão, clareza e factualidade. Isso pode ser notado em algumas definições dadas a esse gênero, como: “*puro registro dos fatos, sem opinião*. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia. Não use desses expedientes” (NOVO MANUAL..., 1996, s/p, grifo nosso), “a reportagem pode ser considerada a própria essência de um jornal e difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A notícia, de modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e consequências [...]” (MARTINS FILHO, 1997, p. 254, grifo nosso) e “o relato de uma série de fatos, a partir do fato mais importante ou interessante; e, de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante” (LAGE, 2006, p. 17, grifos nossos).

participantes e pelo jornalista, mas por toda a comunidade. Assim, a partir de Veniard (2013), consideramos que lidamos com *acontecimentos* e não “fatos” na esfera da mídia. Desse modo, podemos refletir mais adiante sobre o surgimento do evento discursivo e a análise do discurso jornalístico ou do que dele emerge.

Assim, para nós, antes de um evento (discursivo)¹²⁶, há um acontecimento. A mídia trabalha com questões ou acontecimentos, pois *um* acontecimento é *uma* representação ou uma elaboração discursiva que se dá pontualmente em um espaço e em um tempo específicos, e nunca é um índice que *indica* uma realidade. Em um acontecimento, tanto os leitores — especializados no tema abordado ou não —, como as pessoas em geral, na medida em que interagem com o que está sendo noticiado, atribuem sentidos ao acontecimento, o qual não é mais aquele que foi construído pelo jornalista e nem ainda o mesmo que ocorreu “inicialmente” em algum espaço. Isso porque antes do acontecimento emergir na mídia¹²⁷, ele já é *um outro*; embora seja com essa “emergência” que nós ingressamos “mais significativamente” numa construção discursiva e coletiva do acontecimento — que vai dos envolvidos, das testemunhas, dos repórteres, dos entrevistados, até os leitores, os comentaristas, os professores, os pesquisadores (acadêmicos ou não), entre outros.

Então, é assim que pensamos na atuação da mídia diante dos acontecimentos: para nós, ela simplesmente não “noticia” um “acontecimento”. Ela o constrói, o representa ou o elabora¹²⁸. E, ao fazer isso, cria outros acontecimentos (discursivos) numa atividade que é interativa. Além disso, pensamos também que poucos acontecimentos são midiáticos, ou seja, são levados ao público pelos veículos de comunicação. Afirmamos isso porque existem os valores compartilhados pelas organizações burocráticas¹²⁹ dos meios de comunicação, as axiologias socioculturais dos profissionais, os critérios de noticiabilidade adotados pelos veículos, o peso da condição econômica, além de outros fatores, os quais podem variar de empresa para empresa, dentro delas próprias, de jornalista para jornalista, ao longo do tempo

¹²⁶ Essa noção é discutida detalhadamente mais adiante. Cf. a partir da página 91.

¹²⁷ É importante não deixar de citar que a mídia também lida com acontecimentos que não ocorreram “espontaneamente” no mundo, chamados de “rotinizados” (TRAQUINA, 2005c), os quais são criados para serem veiculados pelos meios de comunicação, como a visita do Ministro da Saúde a um hospital com doentes no dia mundial da AIDS. Esses tipos de acontecimentos — dia mundial da AIDS, mês contra câncer de mama, de próstata, de pele etc. — são criados comumente por órgãos internacionais, instituições diversas, agentes sociais, entre outros.

¹²⁸ Desse modo, fazemos uso, em alguns momentos, na tese, do termo *representação*, em outros, *elaboração* ou *construção*. Ou seja, usamos tais palavras como sinônimas.

¹²⁹ Segundo Traquina (2005a), os veículos de comunicação também se constituem como organizações burocráticas porque apresentam uma estrutura que se divide entre departamentos e posições jornalísticas diversas, requerem profissionalizações, seguem certas rotinas, funcionam dentro de um ciclo temporal, exigem um ritmo específico, entre outros.

e espaço. Dito de outra maneira, há um número variado de condições que são consideradas fundamentais para tomar alguns acontecimentos e transformá-los em textos noticiosos. Tais condições envolvem também a noção do *valor-notícia*.

Segundo Traquina (2005c), os valores-notícia se constituem como o elemento central da cultura jornalística. Tal “padrão” se caracteriza por um conjunto de valores em que os profissionais do campo jornalístico se baseiam para selecionar os acontecimentos do “mundo real” e transformá-los em notícias. Embora esse agrupamento não seja necessariamente homogêneo, ele é dotado de uma certa estabilidade e previsibilidade compartilhadas entre os veículos. Isso tem respaldo a partir do que expõe o autor citado ao avaliar o que foi “notícia” por três momentos históricos que percorrem quase quatro séculos, a saber, do XVII ao XX. A análise de tal percurso o leva a afirmar que os valores-notícia têm variado muito pouco. Desde o aparecimento das *folhas volantes*, que antecedem o dos jornais, os assassinatos, as celebridades, os milagres, as abominações, as catástrofes, os acontecimentos bizarros — os quais também podem constituir o insólito, isto é, aquilo que produz espanto, maravilha e surpresa —, o caráter internacional do assunto, como guerras, a notoriedade do ator principal do acontecimento, os homicídios, os milagres, as “feiticeiras”, entre outros, foram categorias que serviram à noticiabilidade durante as primeiras décadas do século XVII. Esses critérios voltam a ser notados nos veículos impressos que surgiram nos anos 30 e 40 do século XIX, tais como no *New York Sun*, o qual agregava aos assuntos políticos e econômicos, “histórias de crime, escândalos, tragédias, notícias que o homem comum achava interessante ou divertidas” (TRAQUINA, 2005c, p. 67). Para chegar aos anos 70 do século XX, o autor supracitado revisita o estudo de Gans¹³⁰ (1979 apud TRAQUINA, 2005c) que, a partir da análise de três emissoras de televisão (*CBS*, *ABC* e *NBC*) e de duas revistas informativas (*Newsweek* e *Time*) norte-americanas, demonstra e resume, ao final, três grandes categorias de notícia: (i) as atividades relacionadas ao governo, (ii) os crimes, os escândalos e as investigações e (iii) os protestos, os desastres e o insólito¹³¹.

¹³⁰ Traquina (2005c) traz outros pesquisadores e acadêmicos para discutir a noção do valor-notícia. Todavia nos detemos apenas no percurso apontado para destacar que os julgamentos sobre o que é ou não noticiável pouco mudaram com o tempo. Além disso, debater o conjunto de valores-notícia exigiria um maior aprofundamento, que não será feito para não perdermos o fio condutor da discussão da tese.

¹³¹ O estudo de Gans (1970 apud TRAQUINA, 2005c, p. 68) aponta também a relevância do valor da notoriedade do ator principal do acontecimento. É interessante citar que, segundo o autor, “as pessoas não conhecidas só são notícias quando: a) são manifestantes, grevistas ou amotinados – indivíduos que fazem barulho ou provocam tumultos; b) são vítimas de desastres, naturais ou sociais, em particular, na televisão, quando há imagens fortes; c) são transgressores das leis ou da moral; d) são praticantes de atividades invulgares”.

Um ponto fulcral que merece relevo nesse debate é o inventário de critérios de noticiabilidade que Traquina (2005c) apresenta e com o qual partilhamos. Dividindo-o em *valores-notícia de seleção* — os quais se decompõem em *substantivos* e *contextuais*¹³² — e *valores-notícia de construção*, o autor respalda o que já havia dito Wolf (1999) acerca do conjunto desses valores. Para Wolf (1999, p. 195-199), em primeiro lugar, tais fatores funcionam de forma complementar: “são as diferentes relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores/notícia, que ‘recomendam’ a selecção de um facto”. Em segundo, tais condições de noticiabilidade participam de operações posteriores à seleção, pois inserem-se em todo o processo de produção jornalística da notícia. Essa classificação, antes de ser definida como abstrata e organizada, constitui uma “lógica de uma tipificação que tem por objectivo atingir fins práticos de uma forma programada e que se destina, acima de tudo, a tornar possível a repetitividade de certos procedimentos”. Ademais, “funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser *realçado*, o que deve ser *omitido*, o que deve ser *prioritário* na preparação das notícias a apresentar ao público” (idem, grifos nossos). Então, mesmo que esses critérios estejam sujeitos às mudanças — conforme o tempo e o espaço, a localidade do veículo de comunicação, a cultura profissional de uma determinada empresa, a organização do trabalho, entre outros elementos —, eles conferem uma certa estabilidade às práticas de *seleção*, *ordenação* e *elaboração* do material que é noticiado¹³³.

Assim, conforme Traquina (2005c), os valores-notícia de *seleção* do tipo *substantivo* se subdividem em: (i) *morte*, o que explica o negativismo do mundo jornalístico, (ii) *notoriedade do ator* principal do acontecimento, pois, “como no tempo das ‘folhas volantes’, a celebridade ou a importância hierárquica dos indivíduos envolvidos no acontecimento tem valor como notícia” (TRAQUINA, 2005c, p. 79), (iii) *proximidade* geográfica e/ou cultural, (iv) *relevância*, tendo em vista que acontecimentos tidos como importantes causam impacto na vida das pessoas e/ou da nação, (v) *novidade*, (vi) *tempo*, o qual pode ser utilizado como

¹³² Podemos resumir, a partir de Traquina (2005c, p. 78), os tipos de critérios de *seleção* da seguinte forma: enquanto os *substantivos* estão relacionados às características do acontecimento que se tornará midiático, ou seja, a “sua importância ou interesse como notícia”, os *contextuais* dizem respeito ao contexto de produção e realização das notícias.

¹³³ Podemos inter-relacionar essas “práticas de *seleção*, *ordenação* e *elaboração* do material que é noticiado”, citadas acima como dotadas de uma certa estabilidade, à noção de *conteúdo temático do gênero* tal como é desenvolvido por Medviédev (2012, p. 196): “cada gênero é capaz de dominar somente determinados aspectos da realidade, ele possui certos princípios de seleção, determinadas formas de visão e de compreensão dessa realidade, certos graus na extensão de sua apreensão e na profundidade de penetração nela”.

“gancho” para justificar falar de novo sobre um assunto¹³⁴ e/ou para dar noticiabilidade a tal tema que permanece como valor-notícia durante um tempo mais dilatado, (vii) *notabilidade*¹³⁵, (viii) *inesperado*, ou seja, aquilo que subverte a rotina, (ix) *conflito* ou *controvérsia*, o que pode incluir tanto a violência física como a simbólica, e (x) *infração*, isto é, transgressão das regras, critério que aponta para a relevância do crime como um acontecimento recorrente nos meios de comunicação e, ainda, que pode se associar ao escândalo. Já sobre os de *seleção* do tipo *contextual*, o autor supracitado pontua como condições: (i) a *disponibilidade*, que remete à “facilidade” possível de fazer a cobertura de um acontecimento, (ii) o *equilíbrio*, o qual está relacionado à quantidade de notícias sobre um assunto X que já existe ou existiu há pouco tempo, (iii) a *visualidade*, isto é, se possui elementos visuais¹³⁶, (iv) a *concorrência*, que se liga à busca pelo “furo” ou pela exclusividade, e (v) o *dia noticioso*, que diz respeito à rivalidade que existe entre os próprios acontecimentos.

Quanto aos valores-notícia de *construção*, caracterizados como os critérios de seleção dentro do acontecimento, os quais norteiam o que será incluído no produto final da notícia, Traquina (2005c, p. 91-93) categoriza os seguintes: (i) a *simplificação*, que remete a “tornar a notícia menos ambígua, reduzir a natureza polissêmica do acontecimento”, (ii) a *amplificação*, porque quanto mais ampliado for o acontecimento, mais chances terá de ser notado pelo público, (iii) a *relevância*, pois apresentar tal acontecimento como relevante para a vida das pessoas é o mesmo que dizer que ele tem significado para a vida delas, (iv) a *personalização*, que remete ao acento do elemento “pessoa” na notícia, como “estratégia para agarrar o leitor porque as pessoas se interessam por outras pessoas”, (v) a *dramatização*, a qual implica no “reforço do lado emocional, a natureza conflitual” e (vi) a *consonância*, que se traduz na “inserção da novidade num contexto já conhecido, com a mobilização de ‘estórias’ que os leitores já conhecem”.

É interessante apontar que Traquina (2005c) reflete sobre o papel que esses critérios têm na construção de um consenso em torno da sociedade. Dito de outra maneira, os profissionais que atuam na esfera jornalística operam na construção dos acontecimentos a

¹³⁴ Por exemplo, os aniversários dos acontecimentos midiáticos e as datas comemorativas relacionadas a determinados assuntos.

¹³⁵ Conforme Traquina (2005c), há diversos registros da notabilidade, isto é, formas de tornar o acontecimento mais “notável”, a saber: (a) a quantidade de pessoas envolvidas e, dentre essas, se há “famosos” nomes incluídos, (b) a inversão, isto é, o oposto do dito “normal”, (c) o insólito, (d) a falha, como a encontrada nos acidentes de avião, e (e) o excesso/a escassez, a exemplo de um estado de tempo que foge da ordem do comum.

¹³⁶ Esse critério tem grande relevância no meio televisivo.

partir do que é “aceitável” consensualmente em dada sociedade e tido como legítimo. Isso nos leva a afirmar que mesmo ao apresentar pontos de vista opostos sobre um acontecimento, tais posicionamentos são comumente conduzidos por uma *práxis* estratégica e ritualizada por pressupostos “explícitos” ou “implícitos”¹³⁷ dos valores-notícia; e por máximas como “objetividade”, “neutralidade” e “imparcialidade” que pressionam o jornalista a produzir e a representar a informação dentro de uma dada estrutura. Em outras palavras, estamos longe de condições marcadas por uma arbitrariedade. Sem mencionar, ainda, a organização e a política editorial de cada empresa, a qual influencia marcadamente esse inventário de condições, seja ao organizar espaços temáticos dentro do produto jornalístico, como a abertura de seções, seja dando prioridade a certo assunto. Tudo isso torna mais difícil, em especial na “grande” mídia, a tarefa daquele que pretende introduzir interpretações, digamos, “fora do olhar comum”; e apresentar “olhares” mais distantes da ordem do “legitimado” sobre os acontecimentos mediatizados. Afirmar isso, contudo, não significa desconsiderar que cada notícia não seja uma construção distinta e que carregue traços daquele que o escreveu. Porém, para além das diferenças, observamos que existe uma recorrência a respeito dos valores que norteiam a prática jornalística quanto a um acontecimento, e não outro, que é tomado como o eleito a ser noticiado; e quanto a sua construção diante do público.

Diante do que foi exposto, podemos reiterar que nem todo acontecimento é mediatizado. De fato, poucos são os acontecimentos que o são, embora seja muito através deles que “conhecemos” o que ocorre (discursivamente) no mundo a partir de olhares e pontos de vista diversos¹³⁸. No entanto, esse “conhecimento” é, acima de tudo, uma (re)construção ou (re)elaboração, ou seja, é através do acontecimento mediatizado, isto é, do acontecimento agora tornado notícia, que ingressamos discursivamente na (re)construção da(s) realidade(s). Pensamos que apontar a(s) realidade(s) como (re)construções sociais é direcionar nossa discussão, novamente, para a linguagem e o seu papel fundamental. Pois, o tempo todo, a partir da linguagem e do nosso lugar axiológico, estamos (re)construindo e compartilhando as numerosas realidades¹³⁹, as quais também contribuem para as transformações que ocorrem nos usos linguísticos e nas práticas discursivas que, por sua vez, transforma a *práxis*. Com base em nosso *corpus*, podemos exemplificar as múltiplas

¹³⁷ “*Implícitos*” porque, muitas vezes, esses valores são internalizados pelos jornalistas durante a atividade e o trabalho diário no veículo de comunicação.

¹³⁸ As mídias alternativas, como os *blogs* e as redes sociais, nos parecem ter um papel de destaque a esse respeito.

¹³⁹ Tratamos dessa relação dialógica entre *linguagem* x *realidade* de forma breve, já que tal discussão exigiria também um maior aprofundamento teórico e, assim, acabaríamos nos distanciando do nosso objeto de estudo.

possibilidades dessa intrínseca relação — a saber, entre as práticas da linguagem e as que se realizam no mundo —, as quais podem ser impulsionadas por meio do pano de fundo da esfera midiática, como: (i) o aparecimento de neologismos, (ii) o estímulo ao uso ou desuso de expressões, (iii) a adesão de atitudes e práticas, (iv) a aprovação ou negação de certos valores e comportamentos e (v) a incitação a mudanças sociais. Importante, agora, comentar sobre cada item citado antes de prosseguir com a discussão.

Com relação ao (i) aparecimento de neologismos, podemos citar, por exemplo, a abreviatura *TDAH*. Segundo Rohde et al. (2000, p. 7), “as primeiras referências aos transtornos hipercinéticos na literatura médica apareceram no meio do século XIX. Entretanto, sua nomenclatura vem sofrendo alterações contínuas”. Atualmente, notamos que essa nova denominação, atribuída a um dos chamados transtornos, caracterizado pela tríade dos sintomas de “desatenção, hiperatividade e impulsividade” (idem), tem sido largamente difundida pelos DSMs (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*)¹⁴⁰ e pela dita “grande” mídia, tornando-se de uso comum pelos sujeitos. Ora, para além desse neologismo que parece ter surgido “para ficar”, pois essa expressão linguística¹⁴¹ encontrou espaço no linguajar cotidiano do povo, há o seguinte: nominar alguém ou a si próprio como portador(a) de TDAH não diz respeito apenas a uma forma de falar de si mesmo ou de outrem, mas advém de condições sociais e subjetivas que nos compelem a nos aceitar como sujeitos “atomizados”, sem diferenciações e com poucas ou nenhuma limitações. Ora, nossa sociedade é extremamente debilitada. A medicina oferece-nos uma alta dose de paliativos em forma de consumo de remédios/narcóticos que aumentam a insegurança do sujeito em se firmar como um ser *outro*, diferente do que é instituído como integrante imagístico de uma dada cultura. Então, não seria relevante questionar se não haveria alguma correlação entre um mundo capitalista atual, excessivamente midiaticizado, veloz, utilitarista e pragmático — que vai se consolidando entre os séculos XIX e XXI —, e sujeitos hiperativos, impulsivos e/ou desatentos? Ou, ainda, um pouco diferente: será que a justificativa de uma necessária vinculação entre o mundo atual com a existência do TDAH não seria uma maneira de camuflar que a sua popularização se dá em virtude da quantidade massiva de diagnósticos, financiados pela indústria farmacêutica, os quais levariam o transtorno a fazer parte do conhecimento diário das pessoas? E se, agora, com o grande número de sujeitos marcados (no campo do dito “orgânico” e/ou no da organização pulsional e responsiva do sujeito) por tais

¹⁴⁰ *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (tradução oficial).

¹⁴¹ Fazemos referência nesse momento ao uso do nome *TDAH* o qual tem sido alvo de debate e de modificação na forma de chamá-lo desde o seu surgimento (cf. a nota de rodapé 183 na página 119).

sintomas não levaria à necessidade de se criar, na língua, tal tipo de categorização? Essa nomenclatura surge, desse modo, no encontro da produção de *saberes e poderes*, e passou a circular nos meios de comunicação.

Quanto ao (ii) estímulo ao uso ou desuso de expressões, observamos que palavras como *louco* e *doente mental*, para se referirem ao dito sujeito com alguma “falta” de sanidade mental, vem caindo em desuso, ao longo do tempo na mídia. Na nossa pesquisa inicial nos bancos de dados de alguns jornais *on-line*, notamos que há, atualmente, nos veículos de comunicação, pouca recorrência no emprego desses termos. Paralelamente, nos parece que as palavras da “ordem do dia” são *transtorno* e *distúrbio*. Tal percepção encontra respaldo no que afirmam Amarante e Torre (2010), os quais dizem que essas últimas palavras são agora as adotadas pela psiquiatria. Como muitos dos discursos que circulam na dita “grande” mídia legitimam os pontos de vista adotados por essa esfera médica, o uso crescente dessas últimas nomenclaturas encontra respaldo e adesão pelos veículos de comunicação. E isso pode se dar sem o “conhecimento” dos falantes quanto aos usos ou desusos dos termos supracitados; embora o contrário possa ocorrer, a saber, a partir do conhecimento partilhado sobre os usos dessas palavras, o que é verificado na análise do nosso *corpus*¹⁴².

Sobre a (iii) adesão de atitudes e práticas, partimos de Lobosque (2001), a qual postula que nosso antigo código civil expressava a absoluta incapacidade dos chamados *loucos*. Desse modo, o estado facilitava (e estimulava) as práticas de interdição e curatela, além das internações nos manicômios judiciários. Como sabemos, a partir da oficialização da reforma psiquiátrica com a Lei nº 10.216, também conhecida como Lei Paulo Delgado, em 2001, a prática que é generalizada e incentivada é a do cuidado do sujeito com dito transtorno pela família e em casas de acolhimento como os CAPS. A internação, além de não ser a mais incentivada, é trazida como o último recurso e não mais o primeiro, isto é, apenas quando for necessário. A esse respeito, pode-se observar o Art. 4º dessa lei: “A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes” (BRASIL, 2001). E, apesar de ainda notarmos que essas (novas) condições não se efetivaram como uma mudança estrutural no Brasil (CORDEIRO, 2013) — em razão, a nosso ver, de uma forte onipresença dos discursos que defendem um retorno às antigas práticas asilares de encarceramento —, notamos que discursos que denunciam a não efetivação da reforma, marcados pelo tom de combate ao antigo sistema, têm ganhado um espaço, mesmo que tímido, na dita “grande” mídia. A presença e a circulação dessa

¹⁴² Cf. a discussão da página 165 até 170 do capítulo 2.

discursividade em tal esfera também ajuda a estabelecer, entre os sujeitos — jornalistas, leitores, telespectadores, entre outros —, uma visibilidade e conscientização para se aderir a essa nova prática de tratamento do chamado doente mental.

A respeito da (iv) adesão ou negação de certos valores e comportamentos, destacamos que, com o crescimento e a difusão da indústria farmacêutica, o uso de medicamentos tem prevalecido como solução “ótima” para os ditos transtornos¹⁴³. Para Safatle (2003, p. 22), “haveria uma articulação perversa entre o fechamento dos asilos, a redução dos gastos públicos em saúde mental e um triplo processo de reforço da posição da psiquiatria”. E nesse processo que o autor caracteriza de “triplo” — “marcado pela medicalização, pela institucionalização crescente das discussões através da hegemonia da American Psychiatry Association (APA) e pela tecnicização crescente dos diagnósticos” (idem) —, passamos a aderir a linguagem dos ditos transtornos, oferecida pela psiquiatria, como *o discurso* que rege o cotidiano. Ou seja, ao aderirmos a linguagem desses diagnósticos e ao propagá-la pelos veículos de comunicação, de certo modo, passamos a adotar e a compartilhar com os valores dessa esfera e, acima de tudo, a construir discursos que se materializam mais na ordem do corpo físico e do orgânico, e menos na de uma “estrutura” psíquica. Além disso, esses discursos atributivos não passam apenas a nos representar como sujeitos, mas vão se tornando “refúgios”, espaços e justificativas que nos ajudam a vivenciar a dor, a perda e o sofrimento.

Por fim, chegamos ao último item, a saber, (v) à incitação a mudanças sociais. Conforme afirmam Piccinini e Oda (2006, s/p), a Lei nº 10.216 “expressa o resultado de intensos debates e embates entre representantes de entidades corporativas de profissionais de saúde, de associações civis, de usuários e familiares, de grupos políticos e do governo”. Ou seja, pensamos que a reforma psiquiátrica pode ter se firmado com essa lei, publicada em 6 de

¹⁴³ Cf. a discussão trazida por Rohde et al (2000, p. 9-11) na seção que se detém sobre o tratamento do TDAH. Observe o que os autores dizem em um trecho: “A modalidade psicoterápica mais estudada e com maior evidência científica de eficácia para os sintomas centrais do transtorno (desatenção, hiperatividade, impulsividade), bem como para o manejo de sintomas comportamentais comumente associados (oposição, desafio, teimosia), é a cognitivo-comportamental, especialmente os tratamentos comportamentais. Entretanto, os resultados recentes do MTA (ensaio clínico multicêntrico, elegantemente desenhado, que acompanhou 579 crianças com TDAH por 14 meses divididas em quatro grupos: tratamento apenas medicamentoso, apenas psicoterápico comportamental com as crianças e orientação para os pais e professores, abordagem combinada e tratamento comunitário) demonstram claramente uma eficácia superior da medicação nos sintomas centrais do transtorno quando comparada à abordagem psicoterápica e ao tratamento comunitário. Entretanto, a abordagem combinada (medicação + abordagem psicoterápica comportamental com as crianças e orientação para os pais e professores) não resultou em eficácia maior nos sintomas centrais do transtorno quando comparada a abordagem apenas medicamentosa. A interpretação mais cautelosa dos dados sugere que *o tratamento medicamentoso adequado é fundamental no manejo do transtorno* [...]. Cerca de 70% dos pacientes respondem adequadamente aos estimulantes e os toleram bem. *Essas medicações parecem ser a primeira escolha nos casos de TDAH sem comorbidades e nos casos com comorbidade com transtornos disruptivos, depressivos, de ansiedade, da aprendizagem e retardo mental leve*” (grifos nossos).

abril de 2001, e, assim, se caracterizar como o “ápice” de um discurso que propõe a desconstrução do paradigma manicomial até então vigente. No entanto, antes disso ocorrer, houve embates políticos e filosóficos sobre a necessidade de se modificar a assistência à saúde mental no país e garantir os direitos do sujeito diagnosticado como doente mental. Tais discussões inserem-se em um processo muito anterior, o qual vem sendo construído ao longo do tempo, desde a década de 70. Essas questões podem ser refletidas a partir das discussões levantadas pelos Congressos de Psiquiatria e pelo Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (LOBOSQUE, 2006), através dos vários decretos e projetos de lei que foram sendo publicados ao longo da história do Brasil (PICCININI; ODA, 2006) e, na nossa opinião, por meio dos textos noticiosos publicados a partir desse período. Mesmo não sendo muitos, eles denunciavam a precariedade da situação que os ditos doentes mentais se encontravam¹⁴⁴.

É importante lembrar que, após citar tais itens, embora façamos referência principalmente aos gêneros jornalísticos nesse debate, tal destaque se dá porque é na mídia e por ela que tornamos (mais) *públicas* as (re)construções — parciais e sociais — sobre o mundo¹⁴⁵. Em outras palavras, é como se lidássemos, na mídia jornalística, com um acontecimento (discursivo) que “surge” a partir de um outro. Isso porque o acontecimento midiático é sempre um ponto de vista e por essa razão que torna-se *um outro*. Essa assertiva, por sua vez, nos leva a afirmar também que as realidades compartilhadas socialmente são percebidas pelos sujeitos de forma diversa; pois, além do destaque que damos ao caráter intersubjetivo da linguagem na construção das realidades, esse movimento envolve a memória, as experiências, as pulsões e os desejos de cada sujeito.

Diante do que expomos, é necessário destacar que essa discussão não tem por interesse retirar a legitimidade do jornalista na sua profissão e nem de desqualificar os gêneros dessa esfera, como a notícia. Nosso intuito é de situar e refletir sobre a perspectiva que adotamos quanto a esse gênero e ao papel fundamental que o profissional tem na interpretação do mundo; e, desse modo, poderemos colaborar na construção de uma *hermenêutica da mídia*. Pois, conforme Stam (2010 [1989], p. 334): “o papel de uma hermenêutica radical da mídia de massa seria promover a conscientização de todas as vozes transmitidas pela mídia de massa, indicar tanto as vozes da hegemonia ‘fora da tela’ quanto as vozes contestatórias que são abafadas ou suprimidas”. Desse modo, não seria interessante

¹⁴⁴ Tal afirmação decorre de nossas buscas e leituras de materiais jornalísticos sobre a temática da saúde mental no país por cerca de 30 anos antes da promulgação da lei da reforma.

¹⁴⁵ Mas isso não nos impede de afirmar que, se nos constituímos como sujeitos e elaboramos o mundo nas atividades, conforme Bakhtin (2003c [1952-1953]), essa discussão pode ser ampliada e incluir outras linguagens, como a fotográfica, a cinematográfica, e gêneros como o *post* de internet etc.

pensarmos, a partir do que expõe Stam (2010 [1989]), os textos informativos dos veículos de comunicação como *construções processuais de uma enunciação situada*? Pensar nessa perspectiva não é, de forma alguma, retirar a dimensão da responsabilidade daquele que escreve nessa esfera. Se uma enunciação ou um discurso pode assumir dois ou mais pontos de vista ao mesmo tempo¹⁴⁶, então, situar o lugar de onde se fala é, ao contrário, acentuar nesse mesmo trabalho o caráter ético e político do sujeito que dele faz parte.

Além desses dois traços, destacamos que uma *hermenêutica da mídia* tem como ponto de partida o papel da linguagem na construção dos eventos sociais. Ao colocarmos em relevo o caráter intersubjetivo e a constituição sócio-histórica da linguagem, trazida pelo pensamento bakhtiniano, tomamos a mídia ora como *discurso*, ora como *agenciadora discursiva*. Entendê-la a partir dessas duas formas têm várias consequências para produzirmos uma compreensão sobre esse aparelho ideológico e, em menor escala, sobre o papel da imprensa. Pois, como bem afirma Moirand (2007a, p. 1), o objetivo de “ler” a imprensa não se resume apenas ao de informar: “C’est également de comprendre le traitement médiatique des événements et de comprendre le sens social que les médias donnent à voir des faits qu’ils relatent, constructions auxquelles on est quotidiennement et largement exposé sans même l’avoir cherché”¹⁴⁷.

Assim, a mídia é um *discurso* que produz efeitos de verdade e se insere em tomadas e relações de poder — noções essas que veem de Foucault (1979b [1977a], 2009a [1971]). Ao mesmo tempo, é uma grande *agenciadora discursiva* porque, ao engendrar discursos, torna-se o lugar de encontro entre culturas, vozes, nomes e pontos de vista, os quais, se entrecruzam no tratamento que é dado a diferentes momentos e acontecimentos. Refletir sobre esse mesmo entrecruzamento é discutir como a mídia se torna um espaço de encontro entre discursos que, como afirma Moirand (2007a), no espaço público, “na realidade”, não se encontrariam. Além disso, entender como se dá esse entrecruzamento, a partir também da noção da representação do discurso outro (RDA) (AUTHIER-REVUZ, 2015 [2001]), nos permite entender o porquê da circulação, produção e representação de algumas vozes, relações de sentido e pontos de vista, e não outros, no tempo e espaço. Podemos citar, como exemplo, as associações entre discursos que representam o dito doente mental (I) no lugar-comum da marginalização social, ou (II) a partir do imaginário de um potencial criminoso, ou (III) por meio do pano de fundo de um movimento “progressista” que a ciência encabeça, a partir dos DSMs, ao oferecer aos

¹⁴⁶ Como afirma Stam (2010 [1989], p. 335, grifo do autor), “uma dada enunciação ou discurso pode ser progressista e regressista *ao mesmo tempo*”.

¹⁴⁷ “É igualmente o de compreender o tratamento midiático dos eventos e o sentido social que as mídias dão sobre os fatos que eles relatam, construções as quais somos cotidianamente e em grande parte expostos sem sequer procurar por isso” (MOIRAND, 2007a, p. 1, tradução nossa).

sujeitos um *roll* de nomeações de novas doenças que os “possibilitam” se representar como “diversos” sujeitos¹⁴⁸.

Enfim, diante dos processos de produção noticiosa, consideramos que o papel do pesquisador de mídia é compreender que o campo de atuação do jornalismo, por exemplo, não se restringe a *informar*, de um lado, *opinar* de outro, como categorias dicotômicas. Uma e outra não necessariamente se separam. Ademais, esse mesmo papel pode ser dado a conhecer também para os profissionais de comunicação e aos leitores. Seja a notícia, a reportagem, o artigo de opinião — sem descartar o estilo composicional, o conteúdo temático e os propósitos geradores de cada gênero —, estamos diante de um espaço de exposição e interação discursiva, argumentação, defesa de pontos de vista e construção de memórias sociais sobre os acontecimentos, os sujeitos e os assuntos representados.

Isso posto, nos compete agora tratar sobre o que tomamos por *evento discursivo*. Pois, embora a diferenciação entre *fato* e *acontecimento*¹⁴⁹ e a explanação sobre as condições de noticiabilidade¹⁵⁰ — que nos levou, por sua vez, a comentar sobre o *acontecimento midiático* — tenham sido fundamentais para compreender o que norteia o campo do jornalismo no tocante à elaboração daquilo que se dá no mundo e que vira notícia; precisamos, a esse respeito ainda, explicar como entendemos o evento *na* e *da* mídia. A noção *evento discursivo* foi cunhada por Moirand (2007a, 2007c [2001], 2008) a partir de trabalhos e pesquisas que envolvem o estudo da mídia com base, entre outros, em textos de Bakhtin e da ADF. Segundo a pesquisadora francesa, só há um evento (discursivo) quando um “fato” — um acontecimento, na nossa opinião — promove uma circulação intensa de discursos. Este, quando difundido em uma variedade de textos verbais e não-verbais e manifestado por uma heterogeneidade de vozes sociais — reportadas, emprestadas, evocadas ou mesmo imaginadas —, torna-se também um *momento discursivo*.

Un fait ne devient en effet un événement qu’à travers la circulation des discours qui le construit, ce qui ressortit a cette intentionnalité collective (dont parle Searle, 1995), et qui repose sur des conventions linguistiques propagées par la chaîne ininterrompue des discours produits par la société¹⁵¹ (MOIRAND, 2008, p. 11).

¹⁴⁸ (I) Como faz Ferreira Gullar em seu texto (cf. cap. 3), (II) conforme observamos nos casos Paula Oliveira e no da mãe suspeita de matar suas filhas (cf. cap. 4) e (III) assim como o uso disseminado e banalizado do nome TDAH, ao longo da mídia, como parte de um conjunto de representações (cf. cap. 5), respectivamente.

¹⁴⁹ Cf. as páginas 79, 80 e 81.

¹⁵⁰ Cf. da página 81 à 85.

¹⁵¹ “Um fato somente se torna, com efeito, um evento através da circulação dos discursos que o constrói, que pertence a esta intencionalidade coletiva (falado por Searle, 1995), e que tem base nas convenções linguísticas propagadas por uma cadeia ininterrupta de discursos produzidos pela sociedade” (MOIRAND, 2008, p. 11, tradução nossa).

Si certains faits deviennent des événements, cela se manifeste par une diffusion massive d'images ou de paroles dans les médias des sociétés actuelles. Il en est ainsi du monde physique et des catastrophes naturelles (voir *les Carnets du Cediscor 1*). Mais un tremblement de terre, un cyclone, des inondations ou des incendies... ne donnent lieu à une intense production discursive dans les médias (ce que j'ai appelé un « moment discursif » – Moirand 2007a pour une synthèse) que s'ils deviennent des événements de société, par exemple lors du Tsunami de décembre 2004 en Asie¹⁵² (MOIRAND, 2007a, p. 2).

On prend alors pour objet d'étude le surgissement massif d'une production intensive, et sémiotiquement, textuellement, énonciativement hétérogène, dans les médias, ici la presse quotidienne nationale française, autour de faits qui vont devenir des « événements ». C'est ce que j'ai appelé un « moment discursif » (Moirand, 2007), qu'il s'agisse d'un fait physique (tremblement de terre, éruption volcanique, tsunami...) ou de faits « sociaux »: la crise de la vache folle, les controverses autour des OGM, la grippe aviaire, la crise des banlieues de l'automne 2005, les Jeux Olympiques de 2008 en Chine, la crise financière, etc. Un moment discursif se traduit dans les médias par une production massive de genres différents, eux-mêmes constitués de discours divers (discours transcrits, repris, rapportés, évoqués, imaginés...), y compris parfois à l'insu des énonciateurs¹⁵³ (MOIRAND, 2008, p. 12).

Assim, a partir do que essa autora expõe e tendo em vista os estudos de mídia apontados anteriormente sobre os critérios de noticiabilidade, tomamos que apenas alguns acontecimentos midiáticos se constituem eventos discursivos e se tornam momentos discursivos. Por esse motivo insistimos que as expressões *fato*¹⁵⁴ e *factualidade* não são pertinentes para nortear uma hermenêutica da mídia ou mesmo a *práxis* dessa esfera: inserida na cadeia ininterrupta da comunicação verbal (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]), naturalmente dialógica, a mídia opera conforme algumas vontades de verdades, interdições e sistemas de exclusão para controlar e organizar os seus discursos (FOUCAULT, 2009a [1971]). Ao termos acesso a essas discursividades produzidas pelos meios de comunicação, observamos que se veiculam matizes e alguns aspectos do que ocorreu. Logo, não é possível

¹⁵² “Se certos fatos tornam-se eventos, isso se manifesta por uma difusão maciça de imagens ou falas nos meios de comunicação das sociedades atuais. Esse é o mundo físico e das catástrofes naturais (ver os *Cadernos do Cediscor 1*). Porém um terremoto, um ciclone, uma inundação ou um incêndio... somente dão lugar a uma intensa produção discursiva nos meios de comunicação (o que chamei de “momento discursivo” – ver Moirand, 2007a para um síntese) quando eles se tornam eventos de uma sociedade, por exemplo, o Tsunami de dezembro de 2004 na Ásia” (MOIRAND, 2007a, p. 2, tradução nossa).

¹⁵³ “Tomamos como objeto de estudo neste momento o surgimento maciço de uma produção intensiva e semioticamente, textualmente e enunciativamente heterogênea nas mídias, aqui a imprensa diária francesa, em torno de fatos que se tornarão “eventos”. Isso é o que chamo de um “momento discursivo” (Moirand, 2007), o qual se trata de um fato físico (terremoto, erupção vulcânica, tsunami...) ou de fatos “sociais”: a crise da vaca louca, as controvérsias em torno das OGM [organismo geneticamente modificado], a gripe aviária, a crise dos subúrbios no outono de 2005, os jogos olímpicos de 2008 na China, a crise financeira etc. Um momento discursivo se traduz nas mídias por uma produção massiva de gêneros diferentes, eles mesmos constituídos por discursos diversos (discursos transcritos, retomados, reportados, evocados, imaginados...), incluindo, por vezes, o enunciativo, mesmo que sem o seu conhecimento” (MOIRAND, 2008, p. 12, tradução nossa).

¹⁵⁴ Mesmo quando usamos essa expressão, ela vem acompanhada de aspas, o que marca o nosso distanciamento.

se ter acesso a um “todo” ou a uma “totalidade”¹⁵⁵; em virtude da heterogeneidade dos sujeitos, teremos uma multiplicidade de visões de mundo. Ou ainda: apenas visões de mundo *específicas*! Pois, como afirmara Gramsci (1916, s/p), o jornal é uma mercadoria, aparentemente inocente, cuja leitura diária “vai injetar no espírito do leitor *os modos de sentir e de julgar* os fatos da atualidade política que mais convém aos produtores e vendedores de papel impresso” (grifo nosso).

Logo, esse estudo nos dá pistas de quais acontecimentos são “noticiáveis”, quais efeitos de sentidos estão sendo construídos nas narrativas elaboradas de tais acontecimentos, isto é, como estão sendo tratados, quais memórias são articuladas nesse processo e quais nomações, a partir de certas vozes ¹⁵⁶ convocadas, estão articulando determinadas representações. Ora, para isso, é necessário também observamos as formas da língua e como os materiais coletados, no caso os textos midiáticos, se articulam; pois, como afirma Moirand (2008), as mídias constituem espaços de encontro entre os discursos que veem dos outros e não apenas de interações entre os enunciadores. Ela é o lugar da interação entre os discursos que circulam, se enunciam e se encontram. Desse modo, “ler” o que sai na mídia, o acontecimento midiático e os eventos discursivos é uma tarefa que mobiliza também as memórias e as histórias dos acontecimentos, dos sujeitos e das mídias; e os discursos que a autora chama de “transversais”, os quais se inscrevem nas palavras e nas construções enunciativas, atravessando o texto.

1.4.1 Algumas análises da *representação discursiva* do acontecimento midiático

Para continuar esse debate, passamos a comentar o caso da *mãe suspeita de matar suas filhas*¹⁵⁷. Uma leitura do título, lide e sublide de duas notícias já nos permite notar que o mesmo acontecimento é discursivamente representado de maneira diversa, porém com muitas semelhanças:

¹⁵⁵ Os meios de comunicação constroem discursivamente um acontecimento a partir de representações sobre os eventos — já passados e inscritos na memória — e as pessoas, muitas vezes aparentando dominar uma visão globalizadora sobre aquele e atribuindo-lhe uma unidade meramente “teórica”.

¹⁵⁶ Fazemos referência ora ao termo *vozes* ora ao de *RDA*, expressamente empregado por Authier-Revuz (2015 [2001]). Conforme a autora, não se necessariamente reporta um discurso outro, mas o *representa*. Ou seja, mesmo que se reporte uma voz, isso já é uma representação. Da mesma maneira, Bakhtin já fazia referência a isso quando afirmava que as vozes são acima de tudo representações.

¹⁵⁷ Detemo-nos de forma pormenorizada na análise desse caso e da sua construção na mídia no capítulo 4.

CMF-01 Mulher suspeita de matar as duas filhas continua internada em São Paulo

CMF-02 Giovanna Victorazzo teria sido asfixiada pela própria mãe [Legenda]¹⁵⁸

CMF-03 A corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53 anos, indiciada pela morte das filhas adolescentes no último final de semana continua internada no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP), para onde foi levada após ser encontrada pela polícia. Segundo o plantão policial do 14º DP (Pinheiros), onde a ocorrência foi registrada, a acusada permanecia em coma e não havia previsão de alta. Assim que deixar o hospital, a corretora deverá prestar depoimento.

CMF-04 Após essa primeira fase, ainda segundo a polícia, o caso deverá ser encaminhado para o 51º DP, no Butantã. As irmãs, Paola Knorr Victorazzo, 13 anos, e Giovanna Knorr Victorazzo, 14, foram encontradas mortas no sábado na casa onde moravam, no Butantã, na zona oeste de São Paulo. Segundo a Polícia Militar, a mãe das vítimas confessou o crime a policiais militares, que invadiram a residência na rua Doutor Romeu Ferro para impedir que ela cometesse suicídio. O cão da família também foi morto pela agressora. (MULHER suspeita de matar as duas filhas continua internada em São Paulo. Portal *Terra*, São Paulo, Polícia, Notícia, 16 set. 2013, às 10h18, atual. às 13h24)

CMF-11 Mãe suspeita de matar as filhas passará por avaliação de psiquiatra

CMF-12 A corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53, suspeita de matar as duas filhas adolescentes e depois tentar suicídio passará nesta segunda-feira (16) por novos exames psiquiátricos. Ela está presa desde ontem (15) no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo, na zona oeste de SP.

CMF-13 De acordo com a assessoria de imprensa do hospital, ela será avaliada no pronto-socorro da Lapa, onde já passou por exames ontem (15). (MÃE suspeita de matar as filhas passará por avaliação de psiquiatra. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 16 set. 2013, às 10h58)

Ao tomar fundamentalmente como objeto o papel da linguagem na construção dos eventos, nossa reflexão trata a mídia como um espaço de encontro entre discursos produzidos por diferentes comunidades, as quais não se limitam ao mundo das mídias, como defende Moirand (2008, 2007a). A partir de uma leitura horizontal, nas duas notícias acima, observamos que basicamente os discursos da polícia (em MDS) (CMF-03 e CMF-04) e do hospital (também em MDS) (CMF-13) se cruzam com o discurso da mídia que é, de forma sucinta, contido e representado nos títulos *Mulher suspeita de matar as duas filhas continua internada em São Paulo* (CMF-01) e *Mãe suspeita de matar as filhas passará por avaliação de psiquiatra* (CMF-11). Do primeiro para o segundo texto, cuja diferença de publicação é de 40 minutos, o acento se desloca de *mulher* para *mãe*, mas permanece no ato de *matar*. Como o tratamento dado aos acontecimentos evoluem, assim como a nossa compreensão discursiva

¹⁵⁸ Cada legenda inserida na notícia acompanha uma foto que é trazida ora numa coluna vertical ora numa horizontal ao texto. A localização dessas fotos nos textos desse *corpus*, a partir da inserção das legendas, é “aproximada” e não exata. Ademais, as fotos recorrem em boa parte das notícias e são dadas, geralmente, como vindas das redes sociais.

sobre os eventos, notamos que a novas informações que surgem — *passará por avaliação de psiquiatra* (CMF-11) e *tentar suicídio* (CMF-12) — no texto posterior entram em contato com as representações discursivas e sociais que já estão estocadas na nossa memória sobre esses tipos de casos, a saber, o *agente*, o *crime* e a *motivação*.

Numa leitura vertical, notamos, todavia, que a agente é representada de forma semelhante: no primeiro texto, é construída por meio das nomações *mulher, suspeita (de mulher suspeita* (CMF-01)), *corretora de imóveis* (CMF-03), *acusada* (CMF-03), *mãe* (CMF-04) e *agressora* (CMF-04) respectivamente; no segundo, a representação feita dela é basicamente por *mãe, suspeita* (de *mãe suspeita* CMF-11) e *corretora de imóveis* (CMF-12). Quanto ao ato e à motivação, percebemos que *matar as filhas* (CMF-01, CMF-11 e CMF-12) é seguido por um destaque, apenas na notícia posterior, que se dá no título, de uma informação anteriormente não mencionada, a saber, *passará por avaliação de psiquiatra* (CMF-11). Retomado também no lide — “[...] *passará nesta segunda-feira* (16) por novos exames psiquiátricos” (CMF-12) —, esse enunciado dialoga com o discurso da psiquiatria que, mesmo sem aparecer na notícia, atravessa e dialoga com o que afirma o jornalista. Ou seja, mesmo sem uma necessária convocação da voz do psiquiatra, aquele interdiscurso é aludido no segundo texto e responde ao apelo e ao tom dado pelo jornalista ao caso, que passa a ter não só um caráter insólito, mas adquire uma configuração que remete ao imaginário social de um sujeito (des)culpabilizado por uma possível doença mental.

A construção discursiva da imagem da *protagonista* e do *caso* também pode ser explicada à luz do pensamento de Bakhtin (1993b) através da sua abordagem filosófica sobre o ato, o Ser-evento, a vida vivida. Para esse teórico, o sujeito é único e incompleto, no evento da existência. Devido à singularidade do lugar único que cada um ocupa na existência (BAKHTIN, 1993b), o outro, fora de mim, do meu tempo e do meu lugar, enforma a minha ação, interpretando-a, atribuindo novos pontos de vista sobre ela, marcando o seu excedente de visão diante de mim e dele mesmo. Assim, cada ato realizado por nós é completado pelo outro, pelos seus tons e posicionamentos. Só que, a partir desse novo olhar trazido pelo jornalista — poderíamos ainda dizer pelo médico, pela polícia, pelos ex-colegas de Mary Vieira, pelo leitor e assim por diante — o “mesmo” ato se situará em contextos e planos axiológicos diversos.

Observe, agora, o título, lide e sublide da notícia a seguir:

CMF-75 Para polícia, mãe matou filhas após surto ou por estar endividada

CMF-76 A polícia paulista investiga a hipótese de uma corretora imobiliária de 53 anos ter matado duas filhas na zona oeste em razão de um surto psicótico ou por estar com dívidas, sem condições financeiras para criar as jovens. [Lide]

CMF-77 Mary Vieira Knorr, mãe das duas adolescentes, continuava ontem internada e presa no Hospital Universitário. (PARA POLÍCIA, mãe matou filhas após surto ou por estar endividada. (Com colaboração do Agora). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 17 set. 2013, às 03h00)

Ora, nesse texto, as duas justificativas são diferentes, mas parecem não estar numa “necessária” separação, constituindo-se, assim, em um único episódio, ou seja, como um único episódio que pode ter origem em dois atos. Embora a notícia apresente que a mãe estava endividada e seguia com investigação por estelionato, a voz da polícia aponta uma motivação fora do seu campo do saber e caracteriza o ato dela através de outra diretriz volitivo-emocional. Isso traz implicações nas formas como as pessoas leem, identificam e constroem a personagem e o que aconteceu. Logo, tanto o uso de nomações para dizer e representar Mary Vieira e o ocorrido, e os discursos das vozes convocadas contribuem para construir discursivamente o caso de forma polêmica e contraditória. É importante nessa análise refletir também sobre o constante emprego de expressões como *surto*, o que revela a assimilação desse tipo de expressão em diversas esferas — polícia e mídia — para elaborar discursivamente os atos sem explicação plausível ou com explicação do tipo insólito. Nisso, o leitor é levado a ler o ocorrido motivado pelo ato cometido e pelo o que está lá, nos textos, que vão sendo sucessivamente construídos. E Bakhtin (2003c [1924b], p. 4) é novamente esclarecedor nesse ponto quando afirma que “na vida não nos interessa o todo do homem, mas apenas alguns de seus atos com os quais operamos na prática e que nos interessam de uma forma ou de outra”. Há ainda outros recortes e contornos feitos em relação à protagonista, os quais são explorados e discutidos no capítulo 4, em que nos detemos com profundidade na análise desse caso.

No final do caso Paula Oliveira¹⁵⁹, observamos que a protagonista é representada de forma diversa em duas notícias que tratam do depoimento dado por ela à justiça. Isso é evidenciado na abertura de cada texto, especialmente nos títulos, subtítulos, lides e sublides abaixo:

CPO-175 » SUÍÇA

CPO-176 Pernambucana depõe na Justiça

¹⁵⁹ A abordagem final desse evento também é analisada de forma pormenorizada no capítulo 4.

CPO-177 *Paula Oliveira, 26, que se diz vítima de neonazistas, prestou seu primeiro depoimento oficial ontem. Ela disse não se lembrar de ter admitido farsa sobre o caso*

CPO-178 ZURIQUE (Suíça) – Paula Oliveira, a pernambucana de 26 anos, que provocou um escândalo ao enviar para o Brasil fotos de seu corpo cheio de cortes, alegando ter sido atacada por neonazistas na Suíça – uma farsa, segundo a polícia suíça – prestou ontem o seu primeiro depoimento na Justiça em Zurique. Mas o sigilo foi total.

CPO-179 Nem as autoridades suíças nem o advogado da brasileira revelaram o essencial: se ela corroborou a confissão que fez à polícia de Zurique, de que mentiu, ou se manteve a versão inicial, de que foi agredida. “Agora não vamos dar respostas.... Por favor”, pediu o advogado, Roger Müller, à equipe da TV Globo, que conseguiu captar a primeira imagem da pernambucana, entrando às pressas no carro, na saída da Promotoria Pública de Zurique. (PERNAMBUCANA depõe na Justiça. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 28 fev. 2009)

CPO-184 **Paula Oliveira depõe em tribunal na Suíça**

CPO-185 **Brasileira deve manter versão de ataque realizado por três neonazistas, afirma advogada de defesa**

CPO-186 A brasileira Paula Oliveira prestou depoimento ontem no prédio do Tribunal de Justiça de Zurique, na Suíça, conforme reportagem da Rede Globo. Paula se manteve calada na saída do tribunal.

CPO-187 Antes do depoimento, a advogada Renata Cavalcanti Sonneveld, que trabalha no escritório contratado para defender Paula, havia afirmado à Folha que ela manteria a sua versão. A brasileira diz que foi atacada por três neonazistas no último dia 9, numa estação de trem perto de Zurique, e que a agressão a fez perder os gêmeos que esperava. “Ela mantém a sua versão”, diz Renata. (PAULA Oliveira depõe em tribunal na Suíça. *Folha de S. Paulo* (de Genebra e da redação), São Paulo, Cotidiano, Notícia, 28 fev. 2009)

Nas duas notícias veiculadas no dia 28 de fevereiro de 2009, lidamos com um acontecimento que é representado de forma diversa: de um lado, há uma *pernambucana* (CPO-176, CPO-178 e CPO-179) *que se diz vítima de neonazistas* (CPO-177); de outro, temos uma *brasileira* (CPO-185, CPO-186 e CPO-187) que foi *atacada* (CPO-187). No primeiro, o caso é nominado como uma *farsa* (CPO-177 e CPO-178) e um *escândalo* (CPO-178); no segundo, um *ataque* (CPO-185) e uma *agressão* (CPO-187). Tais palavras são significativas. Elas conduzem à interpretação pelo leitor do evento por meio da apreciação e do tom volitivo-emotivo com o que o jornalista elabora o caso. Nelas ressoam outras vozes além da do autor da notícia, que constrói o evento numa ordem e acentuação diferentes, num movimento temporal também distinto: enquanto na notícia do JC o jornalista já traz no lide a representação do relato do ocorrido atribuído a Paula — “Paula Oliveira, a *pernambucana* de 26 anos, *que provocou um escândalo ao enviar para o Brasil fotos de seu corpo cheio de cortes, alegando ter sido atacada por neonazistas na Suíça – uma farsa*, segundo a polícia suíça [...]” (CPO-178, grifos nossos) —, na da FSP, embora esse “mesmo” relato seja

representado de forma bem diversa, isso só se dá efetivamente no final do sublide: “A brasileira diz que foi atacada por três neonazistas no último dia 9, numa estação de trem perto de Zurique, e que a agressão a fez perder os gêmeos que esperava” (CPO-187, grifos nossos).

Os dois textos supracitados representam o personagem, o evento e o momento discursivo final — o qual se relaciona com o depoimento de Paula Oliveira — diversamente. Em outras palavras, a construção discursiva do acontecimento se dá a partir de uma espécie de um ponto espaço-temporal discursivo que não parece ser o mesmo. Como havia dito Bakhtin (2002b [1937-1938/1973], p. 361), “qualquer fenômeno, nós, de alguma forma, o interpretamos, ou seja, o incluímos não só na esfera da existência espaço-temporal, mas também na esfera semântica. Essa interpretação compreende também um elemento de apreciação”. Assim, na primeira notícia, a informação nova do depoimento da protagonista — informação esta que motiva a publicação da notícia que dá andamento a cobertura sobre o caso — é trazida, em segundo plano, no sublide (CPO-179). Essa informação é encaminhada após a breve narrativa que o jornalista faz sobre o evento (CPO-178), acentuada a partir das palavras *escândalo* (CPO-178) ou *farsa* (CPO-177) associadas ao relato daquela *que se diz vítima de neonazistas* (CPO-177). Na segunda, o acento no lide é, de fato, para a novidade sobre o evento, a saber, o depoimento dado por Paula Oliveira (CPO-186). Nesse texto, o evento é apenas posteriormente (no sublide) representado pelo jornalista a partir de uma enunciação marcada em DI: “A brasileira diz que foi atacada por três neonazistas no último dia 9, numa estação de trem perto de Zurique, e que a agressão a fez perder os gêmeos que esperava” (CPO-187). Interessante notar que essa enunciação tornou-se, ao longo do momento discursivo, *genérica* porque serviu, ao longo da mídia, como *um lugar-comum* para retomar o evento¹⁶⁰.

As duas notícias nos permitem dizer que lidamos diariamente com representações discursivas construídas pela mídia — momentâneas, inacabadas e parciais — e não com os acontecimentos. Na reflexão sobre o autor-criador x o autor-indivíduo da obra e o mundo representado x o mundo representante, Bakhtin (2002b [1937-1938/1973]), afirma que eles coexistem, se entrelaçam, se permutam e se contrapõem por meio de inter-relações que não

¹⁶⁰ Percebemos que alguns enunciados se tornam tão recorrentes na cobertura de determinados casos que eles passam, quando trazidos nos textos jornalísticos ou nas falas dos sujeitos comuns, a se tornar *uma nomenclatura mais expansiva* atribuída ao acontecimento, caracterizando-se como uma “longa” *palavra-evento* (MOIRAND, 2007b). O enunciado mencionado, por exemplo, quando retomado em eventos futuros, ativa as memórias dos sujeitos sobre o caso Paula Oliveira, mas o faz integrando-o à enunciação do jornalista e, de maneira geral, ao do ouvinte/leitor.

são simples. Dito de outra forma, o acontecimento no mundo e o que está sendo representado no texto coexistem e se relacionam no cotidiano da vida das pessoas. Há, portanto, entre o que está sendo representado e o que ainda está na ordem das práticas efêmeras do mundo fios dialógicos que se tocam.

Por fim, a partir das reflexões feitas por Moirand¹⁶¹ (2008, 2007a) sobre o evento e o momento discursivo na mídia, colocamos também em relevância a flexibilidade e maleabilidade dos discursos que podem se reconfigurar nos novos acontecimentos representados. E, quando isso é feito, as memórias dos usos já desgastados daqueles discursos, enunciados e palavras de uma língua, em uma dada sociedade, são retomadas e passam a atravessar os discursos que tratam desse novo objeto. É assim que a circulação discursiva contribui para construir e constituir os acontecimentos. Ademais, se há diferentes maneiras de *dizer algo*, há também numerosas formas de *fazer circular um discurso*. Compreender como pode se dar — e como se efetivamente se dá — essa circulação de enunciados é pensar nas relações que cada sociedade estabelece com os numerosos sujeitos e mundos sociais. E é nesse sentido que trazemos a noção de *agendamento* midiático, tão estratégica para a tese quanto as de *evento* e *momento discursivo*.

1.5 O *agendamento* midiático e sua relação com a circulação dos discursos

Para a maioria das pessoas, a dita “grande” mídia continua a ser a principal fonte de informação e detentora do status do *quarto poder*. Porém a cristalização dessas ideias como lugares-comuns na coletividade é algo relativamente recente que marca o começo do século XXI. Pois, em 1972, quando os pesquisadores norte-americanos McCombs e Shaw engajaram-se em uma pesquisa que os levaram a hipotetizar sobre a função do *agenda-setting* (agendamento) da mídia, o paradigma vigente daquela época, como esclarece Traquina (2001, p. 13), apontava para “a ideia de que o poder dos mídia era reduzido e os seus efeitos limitados”. Observe o que expunham os autores americanos sobre o estudo:

Perhaps this hypothesized agenda-setting function of the mass media is most succinctly stated by Cohen [1963, p. 13], who noted that the press “may not be successful much of the time in telling people what to think, but it is stunningly successful in telling its readers what to think *about*.” While the mass media may have little influence on the direction or intensity of attitudes, it is hypothesized that

¹⁶¹ Cf. as citações da autora nas páginas 91 e 92.

*the mass media set the agenda for each political campaign, influencing the salience of attitudes toward the political issues*¹⁶² (MCCOMBS; SHAW, 1972, p. 177, grifos dos autores).

Em outras palavras, esses teóricos partiram do senso comum daquela época para elaborar a hipótese da sua pesquisa, a saber, que os meios de comunicação organizariam uma agenda para cada campanha política, influenciando a proeminência das atitudes em torno de questões políticas. Ou seja, para McCombs e Shaw (1972), na medida em que a mídia organizaria uma agenda política durante a campanha eleitoral, ela influenciaria na tomada de decisões sobre determinados assuntos políticos trazidos pela campanha. E, apesar de não haver na época uma definição comumente estabelecida do que era notícia, já existia uma norma profissional a respeito das principais notícias diárias. Tendo em vista que as principais notícias são muito influenciadas pelo uso difundido dos serviços informativos essenciais, como os jornais (concorrentes) e a televisão, os autores concluíram que os eleitores tendem a compartilhar a composição proposta pelo agendamento midiático.

Duas décadas após a publicação desse trabalho, os pesquisadores norte-americanos revisitaram a teoria do agendamento e analisaram bem aquela asserção de que a mídia poderia não ter tanto sucesso em dizer *o que* as pessoas devem pensar, mas muito em dizer aos seus leitores o que pensar *sobre*. De fato, os acadêmicos passaram a sustentar que havia uma influência da mídia não só no *sobre*, mas também no *como*. Conforme Traquina (2005b, p. 16), “a teoria do agendamento sublinha uma forte mudança no paradigma dominante da teoria dos efeitos dos *media* e significa uma redescoberta do poder do jornalismo não só para seleccionar os acontecimentos ou temas que são noticiáveis, mas também para enquadrar estes acontecimentos e/ou temas” (grifo nosso). Logo, a noção de *agenda-setting* inicial torna-se mais ampla e leva-nos a refletir sobre outras noções inicialmente não postuladas nesse estudo, como, na nossa opinião, sobre as relações de poder que se estabelecem entre os atores sociais nessa esfera e entre os discursos que circulam de um acontecimento a outro.

De maneira geral, para Traquina (2001, p. 20), os estudos do agendamento incluem basicamente aqueles do campo de produção jornalística. Ou seja, a agenda midiática desses estudos são a *agenda dos mídia noticiosos*, a saber, a relativa ao conteúdo jornalístico:

¹⁶² “Talvez esta função hipotética do agendamento dos meios de comunicação de massa seja mais sucintamente afirmada por Cohen [1963, p. 13], que observou que a imprensa ‘pode não ter muito sucesso na maior parte do tempo em dizer às pessoas o que pensar, mas é incrivelmente bem sucedida em dizer aos seus leitores *sobre* o que pensar’. Enquanto os meios de comunicação podem ter pouca influência sobre a direção ou a intensidade de atitudes, pode-se levantar a hipótese que *a mídia define a agenda de cada campanha política, influenciando a importância das atitudes em torno de questões políticas*” (MCCOMBS, SHAW, 1972, p. 177, grifos dos autores, tradução nossa).

Quase todos os estudos do agendamento operacionalizam o conceito de agenda midiática com a utilização de dados baseados em análises dos conteúdos da produção do campo jornalístico, as notícias dos jornais e os noticiários televisivos, ou seja, a produção jornalística, e não no conteúdo de toda a programação midiática.

Desse modo, ao falarmos sobre mídia, mesmo que de forma mais ampla, estamos nos referindo e nos detendo mais concentradamente nas relações entre agentes e instituições, que têm o papel ou a responsabilidade (direta ou indireta) de elaborar a *informação* e trazê-la ao público. Esse produto específico da informação, contudo, é muitas vezes criado. Em outras palavras, há “acontecimentos” que não necessariamente ocorreram no mundo dito “real” — o que parece uma contradição em função do próprio uso do termo “acontecimento” que deriva do *inesperado* ou da *eventualidade* do ocorrido —, mas que são criados, agendados e intervêm na formação da agenda pública midiática e na agenda de cada pessoa. Pois, como se sabe, o campo jornalístico tem a necessidade de levar acontecimentos ao público, mesmo que esses ainda não tenham acontecido. Foi o caso do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), carro-chefe do segundo mandato do ex-presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva. Esse programa, antes mesmo do seu lançamento oficial, que se deu no dia 22 de janeiro de 2007, já havia se tornado um acontecimento midiático (CORDEIRO, 2007). Um outro exemplo, agora no tocante ao social, é o depoimento que a apresentadora de televisão Maria das Graças Xuxa Meneghel fez no quadro *O que vi da vida* do programa *Fantástico*¹⁶³, no dia 20 de maio de 2012, sobre o abuso sexual que sofreu na infância e adolescência. Quatro dias depois, alguns veículos divulgaram que a repercussão foi tão grande — como podemos observar em *Revelação...* (2012), documento que faz parte da *Agência Patrícia Galvão* — que houve um aumento significativo no número de denúncias. Conforme Rodrigues (2012), esse acréscimo foi de 30%: “Somente nos dois primeiros dias desta semana, o Disque Direitos Humanos – Disque 100 recebeu 285.051 mil ligações”.

É por isso que Traquina (2001) afirma que há uma crescente presença de *pseudo-acontecimentos*, os quais se constituem como aqueles que são criados para atender determinadas necessidades ou certos propósitos¹⁶⁴. Isso é recorrente em diversas instâncias, tanto na política, como na econômica, social e cultural. Ou seja, ao lado dos acontecimentos ou das questões que a mídia torna notícia, há o acontecimento que eclode ou que é gerado por discursos postos em circulação, pois se relacionam tanto às exigências enraizadas em diversas

¹⁶³ O *Fantástico* é um programa de TV brasileiro veiculado pela emissora *Rede Globo* todos os domingos à noite. Além de trazer entrevistas e quadros diversos, visa, entre os seus propósitos, reunir e destacar os acontecimentos jornalísticos considerados mais importantes da semana.

¹⁶⁴ Cf. a nota de rodapé 127 da página 81, a qual traz essa discussão.

situações (sociais, políticas, econômicas e culturais) de uma sociedade como se liga às influências mútuas das formas de fazer *o jornalismo*. A respeito daquele primeiro exemplo supracitado, observamos em Cordeiro (2007) que o PAC, mesmo sem ter sido lançado, ao já ter se tornado notícia, gerou uma circulação intensa de discursos ao longo da mídia, mobilizando outros partidos, representantes políticos, economistas, empresários e trabalhadores a se posicionar e a criar outros ditos pseudo-acontecimentos para “abafar” ou mitigar o valor do anterior (o PAC), como a polêmica sobre a venda de ações de bancos e dos benefícios do INSS. Isso nos aponta para os resultados e as reflexões dos estudos de McCombs e Shaw (1972) e Traquina (2001) sobre a importância da relação ente as agendas políticas e as jornalísticas; uma vez que as estratégias dos partidos políticos durante as campanhas eleitorais lançam temas que se tornam acontecimentos noticiosos e passam a ser retomados na discussão pública, atuando na formação da agenda jornalística.

Sobre o segundo exemplo dado acima, a notícia publicada pelo site da revista *Exame* (*Exame.com*) apresenta dois motivos pelo aumento do número de denúncias no ano de 2012 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da qual o Disque 100 faz parte, além da intensificação da divulgação do serviço de denúncia, em virtude do *Dia Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, a repercussão do depoimento dado pela apresentadora teve grande impacto (RODRIGUES, 2012). Na época, é reportado em diversos veículos que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes chegou a convidá-la para participar de uma audiência pública, na Câmara dos Deputados, com o fim de discutir casos de abusos contra menores (CPI..., 2012). Ressaltamos, a partir desse exemplo, dois aspectos. Primeiro, a criação de uma data para fomentar a discussão do tema — o dia 18 de maio —, permite o agendamento da discussão sobre a exploração sexual contra crianças e adolescentes nesse mesmo período todo ano. Segundo, o uso da imagem de uma celebridade, a partir de sua experiência pessoal, para tratar publicamente sobre o tema. Não é indiferente que a entrevista dada por ela é veiculada no dia 23 desse mesmo mês. E embora essa mesma personalidade atuasse desde 2008 em diversas campanhas para a Secretaria de Direitos Humanos, o que não é de todo modo sabido pelo público, o conjunto desses dois fatores fortaleceram a criação de um dito “pseudo-acontecimento”, nos termos de Traquina (2001). Ou, ainda mais importante para nossa análise, contribuiu para agendar e mobilizar o público a tratar do tema na mídia e no seu cotidiano.

Há ainda numerosos exemplos sobre acontecimentos antecipados, criados ou “não ocorridos” ao longo da mídia jornalística brasileira. Os que citamos parecem ser parte de um agendamento direto e mais “estratégico”, e influenciados por uma conjuntura política, econômica e social do país. No entanto, existem aqueles acontecimentos que se tornam noticiáveis — ou voltam a aparecer na mídia — através da geração de discursos que passam a circular por causa de um *acontecimento X* que se tornou um *evento discursivo*. Esses acontecimentos ditos “menores”, do tipo x1, x2 etc., são questões, assuntos ou “subtópicos” que, de forma indireta ou secundária, se relacionam ao evento que o engendrou, mas ganham autonomia de noticiabilidade. Isso é muito frequente a partir de eventos discursivos que se tornam também momentos discursivos, como podemos observar em algumas reflexões de Moirand (2007a, 2007c [2001], 2008). E, em especial, na nossa opinião, em temas relativos à saúde e as novas ditas doenças, quando geradas por um acontecimento tornado público. Podemos citar o caso da morte do ator norte-americano Robin Williams. Ocorrida no dia 11 de agosto de 2014, a suspeita era de um suicídio motivado por depressão (ATOR..., 2014). Nesse período — por volta de agosto ao mês de setembro desse ano —, a doença voltou a adquirir status de noticiabilidade e retorna à cena do agendamento na mídia nacional e internacional, sendo representada em vários veículos, jornais e por diversas vozes como um acontecimento presente e, assim, “presentificado” na atualidade.

Assim, tais exemplos corroboram a importância de se estudar o agendamento midiático numa perspectiva discursiva. Embora eles não façam parte diretamente do nosso *corpus* — o qual é discutido nessa perspectiva mais adiante¹⁶⁵ —, constituem parte da nossa experiência teórica e prática de leitura e análise dialógica do funcionamento da mídia. Logo, o estudo das representações ou construções discursivas do que é tomado como acontecimento noticiável pelos meios de comunicação é fundamental para nós que compreendemos a mídia como a esfera que permanece sendo uma das mais importantes da atualidade no agendamento e agenciamento de discursos. Nesse panorama, associar as noções de *agendamento* e *momento discursivo* é relevante para nosso estudo por variados motivos. Primeiro, porque, conforme expomos, entendemos a mídia como agenciadora de uma rede discursiva¹⁶⁶, a qual, a partir de

¹⁶⁵ Cf. os tópicos das numerações 1.5.1, 1.5.2, 1.5.3 e 1.5.4 apresentados a partir da página 105.

¹⁶⁶ É interessante notar que a mídia jornalística, inserida na dita “grande” mídia, como uma importante agenciadora discursiva que é, muitas vezes retoma discursos aparentemente sem relação temática com o assunto tratado, marcando o acontecimento em um contexto axiológico diverso e o representa a partir de outro ponto de vista — que, embora aparente ser o único, não o é.

determinados posicionamentos¹⁶⁷, representa e orienta a maneira como esse chamado “real” chegará até nós. Contudo o que a mídia chama de “real” é sempre constituído a partir de um lugar único de quem escreve, com seus valores. Segundo, em virtude de tais noções nos auxiliar a colocar em evidência análises que consideram a circulação dialógica do acontecimento que está sendo tratado na mídia, movimento esse que permeia os fios horizontais e verticais do discurso. Terceiro, pela vantagem que há na constituição de um *corpus* midiático que considera não apenas um gênero discursivo:

L'avantage de cette constitution des corpus, c'est de pouvoir disposer d'un éventail de genres différents, ce qui permet de relier les observables rencontrés au fil des pages et des doubles pages dans le temps long de l'événement: un éditorial rapporté à une série générique d'éditoriaux n'a pas le même «sens» qu'un éditorial rapporté aux autres genres produits sur cet événement¹⁶⁸ (MOIRAND, 2008, p. 12).

Assim, conforme Moirand (2008), existe uma diferença em analisar um único gênero e um conjunto de materiais sobre um mesmo assunto. Pois, quando articulados, eles oferecem outras perspectivas, olhares e sentidos produzidos sobre o mesmo objeto de estudo. É por isso que as noções de evento e momento são produtivas. Dizemos isso não só porque elas permitem agregar distintos gêneros, mas porque, conforme Moirand (2007c [2001], 2008) e Veniard (2013), permitem constituir o *corpus* sob outras bases além dos traços sociológicos, situacionais ou referenciais, enfatizando o discursivo e as relações. Isso é considerar a esfera da mídia e os estudos que dela partem e nela se situam numa perspectiva mais ampla que parta da materialidade linguística, mas que abarque o discursivo, o filosófico, o social.

Logo, analisar a representação dos atos, sujeitos, objetos de discurso, dizeres, acontecimentos, eventos etc., a partir dos discursos que se entrecruzam na esfera midiática, leva-nos a acionar as noções de agendamento, evento e momento discursivo. Essas noções são pontos de partida para elaborar um *corpus* “exploratório” — este último termo é de Moirand (2008) — mesmo que, ao final das análises, nos deparemos com um acontecimento que não se constitua como um evento discursivo, ou um evento que não se configure como um

¹⁶⁷ Estes posicionamentos englobam os pontos de vista do editor da empresa, das publicidades que a subsidiam e dos seus públicos-alvo, sendo este último de grande relevância, pois é necessário que o leitor se identifique com o que será noticiado e comentado no periódico, aderindo axiologicamente aos discursos dos sujeitos que lá falam; caso contrário, poderão deixar de fazer parte do público da empresa e se identificar com outros meios de comunicação.

¹⁶⁸ “A vantagem desta constituição do corpus é de poder dispor de um inventário de gêneros diferentes, o que permite associar as observações encontradas nos fios das páginas [simples] e nas páginas duplas, ao longo do tempo, de um [determinado] evento: um editorial reportado em um série genérica de editoriais não tem o mesmo ‘sentido’ que um editorial reportado com outros gêneros produzidos sobre este evento” (MOIRAND, 2008, p. 12, tradução nossa).

momento, ou uma família de eventos que marca um momento discursivo etc. Quaisquer que sejam os resultados alcançados, eles não diminuem o trabalho investigativo, já que a pesquisa pode muito bem ultrapassar o que propõe o seu próprio autor-pesquisador.

Desse modo, também nos parece pertinente aprofundar sobre o que o agendamento produz em termos de mudança no acontecimento que se torna um evento e/ou um momento discursivo¹⁶⁹. Isto é, como essas três noções, quando articuladas num estudo que tem por base as relações dialógicas, contribuem para melhor entendermos (i) a influência dos critérios de noticiabilidade que constituem a agenda de uma comunidade jornalística e levam-na a tomar um acontecimento como *noticioso*; (ii) os processos de seleção e construção dos acontecimentos que se tornam notícias numa dada sociedade; (iii) o porquê de existir tantas semelhanças na construção dos acontecimentos; (iii) como o agendamento pode contribuir na geração de um evento ou momento. Se, como afirma Traquina (2001, p. 14), o estudo sobre os valores-notícia integram o paradigma do agendamento, o qual se insere, por sua vez, na literatura do *newsmaking*, estamos integrando a “uma análise sociológica dos processos de produção das notícias”, as noções de dialogismo, discurso, representação, nomeação e memória que constituem as de evento e momento.

1.5.1 O agendamento da *reforma psiquiátrica* promovido pelo texto de Gullar

O alcance da coluna de Ferreira Gullar intitulada *Uma lei errada* foi tão grande a ponto de ser alvo de retomadas não apenas na *Folha de S. Paulo*, mas também pontualmente em outros veículos de comunicação. Podemos citar, como exemplo, a entrevista com Gerardo de Araújo Filho, médico e psiquiatra, publicada na revista *Cult*, em que lhe é dirigido, entre outras questões, o seguinte enunciado pela entrevistadora: “O poeta Ferreira Gullar disse, em alguns artigos, que é contra a lei, porque as pessoas não saberiam — como ele — o que é conviver com familiares esquizofrênicos...” (ARAÚJO FILHO, 2011). Assim, de antemão, se colocarmos em “paralelo”, por exemplo, a *reforma psiquiátrica* e a *publicação do DSM-V*

¹⁶⁹ Destacamos que, embora essa investigação perpassasse as fronteiras da tese, ela representa uma discussão significativa que surge durante o entrecruzamento das leituras do *corpus* com o referencial teórico. Esse ponto é, inclusive, levantado e citado na introdução (cf. a alínea (i) da página 56). Assim sendo, evidenciamos que os tópicos a seguir (1.5.1, 1.5.2, 1.5.3 e 1.5.4) tocam nessa discussão, a qual é levantada a partir dos materiais que analisamos, o que nos auxilia a entender o funcionamento discursivo do *corpus*. Contudo, muito antes de exaurir esse tema, nos preocupamos neste momento em observar como a articulação entre o agendamento, o evento e o momento discursivo vai surgindo nas análises.

(*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*)¹⁷⁰, chegaremos a algumas observações: apenas o segundo trouxe uma intensa produção discursiva na mídia, sobre a psiquiatrização da vida cotidiana por numerosos leitores em gêneros os mais diversos. E se colocarmos o acento sobre o nível discursivo de apreensão de um evento (MOIRAND, 2007a, 2007c [2001]; VENIARD, 2013), podemos afirmar, conforme a discussão introdutória desta tese, que o primeiro assunto tornou-se alvo de *agendamento* pela *Folha de S. Paulo* ao longo de um mês, a partir da publicação da coluna de Ferreira Gullar.

Logo, mesmo que a reforma psiquiátrica tenha sido retomada ao longo dos anos na dita “grande” mídia para comemorar a sua realização, para apontar o que já foi feito, o que ainda precisa fazer, denúncias, entre outros subtemas, notamos que ainda existe um silenciamento sobre esse assunto na mídia. Esse silenciamento foi, de certo modo, “rompido”, ou mitigado, pelo agendamento diário do texto de Gullar, o que aponta para o papel de certas vozes e, não necessariamente só a do jornalista, que, a partir do “*direito da palavra*” na mídia, permite inscrever determinados acontecimentos na *ordem do dia*, agenciando-os no espaço ao longo de um tempo. Podemos ilustrar o que afirmamos com uma reflexão de Foucault (1980, p. 1), reportada por Christian Delacampagne do *Le Monde*, sobre um certo uso publicitário que os filósofos fazem do uso do *nome* deles na mídia:

[...] o que se diz conta menos do que a personalidade daquele que fala. E mesmo esse tipo de crítica sobre o domínio da mídia pode ser desvalorizado - pode inclusive alimentar aquilo que ele busca denunciar - se é proferido por alguém que, sem o querer, já ocupa um lugar no sistema da mídia -, o caso de M. Foucault. *É preciso então, para romper com esses efeitos perversos e tentar fazer ouvir uma palavra que não possa ser banalizada em função do nome de quem ela procede, decidir-se a entrar no anonimato* (grifo nosso).

Foucault (1980), ao pedir que a entrevista a ser concedida ao *Le Monde* fosse em caráter de anonimato, acaba por estabelecer uma discussão em torno do papel da voz que é *valorizada pelo sistema da mídia*: ao invés da crítica, do tom denunciativo, passa a alimentar as engrenagens do artifício, de caráter espetacular. A mídia acaba por não romper com a circularidade de determinados pontos de vista (sobre os objetos discursivos) que alimentam e resguardam determinadas estruturas mantidas no poder. O que queremos dizer com tudo isso é o seguinte: a autoridade da voz daquele colunista, a saber, de Ferreira Gullar, não só deu legitimidade a um tema outrora afastado da *agenda-setting* da chamada “grande” mídia —

¹⁷⁰ Estamos nos referindo ao quinto volume do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (tradução oficial).

salvo exceções, como quando havia a polêmica a ser abordada por trás de acontecimentos correlacionados —, mas foi responsável por ingressar tal assunto em uma cadeia discursiva, constituindo uma *memória interdiscursiva midiática* (MOIRAND, 1999), em que a reforma passa a participar do processo interpretativo de novos eventos. Ou seja, ao invés de mitigar o alcance e o potencial axiológico da reforma psiquiátrica, à qual o escritor se contrapõe, o texto torna-se fundamentalmente uma *peça mestra*.

De qualquer maneira, pensamos que a reforma psiquiátrica ganha a dimensão de evento discursivo na mídia a partir da coluna de Ferreira Gullar. Além disso, consideramos que o texto desse autor tornou-se um marco discursivo na discussão sobre a reforma. Ora, no domingo, dia 19 de abril, uma semana depois da publicação do texto, é notificado pelo próprio periódico, no *Painel do Leitor* (TEMAS, 2009), que o artigo do poeta encontra-se entre os temas mais discutidos pelos leitores. Além de configurar no segundo lugar do *ranking* da discussão da semana, o veículo recebeu 84 mensagens direcionadas à discussão sobre a lei da reforma alimentada por Gullar. Em outras palavras, tal publicação também configurou-se como um *evento discursivo*, uma vez que tanto o texto opinativo quanto o assunto tratado geraram uma produção discursiva intensa no periódico, além de ter ecoado também em outros veículos¹⁷¹.

No entanto, observamos que a linha argumentativa do texto ganha uma dimensão maior que o assunto (a reforma psiquiátrica) do qual trata. A esse respeito, é preciso trazer algumas ressalvas: primeiro que, diante da autoria, da divulgação e do tom polêmico gerado pela coluna, o que lhe confere uma visibilidade diante do público geral e do grupo de leitores específicos do periódico, o acontecimento da Lei Paulo Delgado que oficializou a reforma (tópico do texto) parece não ascender ao primeiro plano, o que nos permite pensar que a reforma psiquiátrica é um *evento discursivo*, mas à deriva¹⁷². Ou seja, de antemão, é um evento de “menor dimensão” que a própria publicação do texto, mas que, a considerar as historicidades produzidas em torno da reforma, esta última ganha importância e destaque para ser discutida, gerando uma produção discursiva para *falar dela*.

¹⁷¹ De antemão, podemos apontar o blog do *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial* (NEPS), o qual traz uma resposta da *Associação Brasileira de Saúde Mental* (ABRASME) ao escritor no dia 20 de agosto de 2009 (RESPOSTA..., 2009), uma entrevista do médico, psiquiatra e diretor da AME-Psiquiatria (Ambulatório Médico de Especialidades) de São Paulo, Gerardo Araújo Filho, concedida à revista *Cult* (PAOLA; FILHO, 2011), a qual faz referência ao posicionamento do poeta em uma das perguntas dirigidas ao médico, entre outros. Todavia, em trabalhos futuros, poderemos nos deter na investigação sobre se o debate instaurado por aquele texto de Gullar, na *Folha de S. Paulo*, provocou o agendamento da discussão sobre a reforma e o cuidado ao chamado doente mental em outros veículos de comunicação da dita “grande” mídia, no período supracitado, e não apenas na mídia especializada.

¹⁷² Estamos retomando e desenvolvendo a discussão iniciada na introdução. Cf. da página 32 à 35.

Segundo, embora tenha ocorrido o agendamento sobre a reforma, a partir da veiculação de notícias, editorial, cartas à redação, comentários *on-line* e colunas (em resposta a de Gullar), ao longo de uma determinada periodicidade ¹⁷³, na *Folha de S. Paulo*, observamos que a reforma, além de ter se tornando um evento, mesmo que com uma menor dimensão, esse assunto não parece ter ganhado a configuração de um *momento discursivo*. Contudo só podemos afirmar isso ao certo tendo em vista algumas explicações em torno de como essa noção é definida por Moirand (2008, p. 12-13):

Le démarrage d'un moment discursif se repère généralement dans la presse à la présence du fait à la une et à sa reprise en pages intérieures, *reprise qui se manifeste par la présence d'une diversité de genres différents* réunis souvent sur une même page ou double page (photos, infographies, articles d'information, articles de commentaires, éditoriaux, encadrés didactiques, dessin de presse, etc.). Un fait largement signalé à la une (titre central, photo, renvois en pages intérieures) *dans plusieurs quotidiens* peut devenir le point de départ d'un moment discursif. Mais c'est bien entendu *la répétition dans le temps de sa présence* en une et en pages intérieures dans différents quotidiens qui permet de décider s'il s'agit d'un moment discursif qui deviendra « un événement », et qui laissera des *traces dans les discours ultérieurs produits* lors de nouveaux événements (le 11 septembre de la finance, un petit mai-68 des banlieues...), voire dans des familles d'événements ¹⁷⁴ (MOIRAND, 2008, p. 12-13, grifos nossos).

Dentre os termos por nós grifados — *a presença [do evento] em uma diversidade de gêneros diferentes, em variados jornais, a repetição durante o tempo de sua presença e que deixará vestígios nos discursos posteriores produzidos pelos novos eventos ou pelas famílias de eventos a porvir* —, observamos que, à primeira vista, a discussão sobre (i) a reforma levantada pelo texto de Gullar e (ii) o seu próprio texto se caracterizariam como um *momento discursivo*, diante da relação *espaço nacional x espaço internacional*, de pequena extensão e magnitude. Mesmo que tenha ocorrido uma produção e circulação massiva de discursos sobre (i) e (ii), em diferentes gêneros, numa determinada temporalidade, e que tenha deixado

¹⁷³ Este debate foi mais presente durante o mês de abril de 2009, tendo em vista a proximidade temporal em que se deu a publicação da coluna do poeta (12 abr. 2009). Posteriormente, a discussão se esvazia e torna-se mais esparsa, todavia ainda se mostra presente a retomada do tema associado à imagem de Gullar até aproximadamente agosto do mesmo ano na *Folha de S. Paulo*.

¹⁷⁴ “O início de um momento discursivo se marca geralmente na imprensa pela presença de um fato que é retomado em uma ou várias páginas interiores [do jornal], *retomada que se manifesta pela presença de uma diversidade de gêneros diferentes*, muitas vezes reunidos sob uma mesma página ou página dupla [de um jornal] (fotos, infográficos, notícias, artigos de opinião, editoriais, materiais didáticos, charges etc.). Um fato amplamente divulgado (com título central, foto, referências em páginas internas) *em vários jornais* pode se tornar o ponto de partida de um momento discursivo. Mas é evidentemente *a repetição ao longo do tempo* em uma ou várias páginas diferentes que permite decidir se um momento discursivo vai se tornar “um evento” e que deixará *vestígios nos discursos posteriores produzidos* por ocasião de novos eventos (o 11 de setembro das finanças, um pequeno maio de 68 dos subúrbios...), ou de famílias de eventos” (MOIRAND, 2008, p. 12-13, grifos nossos, tradução nossa).

vestígios enunciativos — já que notamos a sua retomada no tratamento que a mídia dá a outros acontecimentos —, tal debate se concentra basicamente em um mesmo periódico e não sai das fronteiras nacionais.

No entanto, embora a aprovação da lei criticada por Ferreira Gullar tenha se dado por volta de 8 anos antes, parece-nos interessante pensar mais além, uma vez que a publicação da coluna do poeta maranhense, ao retomar esse assunto e provocar muita discussão, estimula os sujeitos a se posicionarem e a falarem sobre a reforma. Arbex (2013, p. 228-229), no livro *Holocausto Brasileiro*, também faz referências ao texto do poeta, não só para comentar o tom da crítica trazida por Gullar à reforma, mas para demarcar o debate acirrado pelo texto. Para a autora,

a ira do poeta dividiu o país ao meio e provocou reação imediata entre os defensores da reforma, sob alegação de que ela era resultado de mais de trinta anos de luta contra modelos de internação asilar que transformam pacientes em prisioneiros. [E continua:] *com o debate novamente aquecido, o tema da saúde mental voltou à baila no país* (grifo nosso).

Desse modo, se colocarmos em primeiro plano a *produção discursiva intensa e diversificada* e a *heterogeneidade de vozes*¹⁷⁵, gerada pelo texto, não seria possível facilmente descartar a proeminência do texto e do tema trazido por ele. Por isso, pensamos que o texto do poeta pode não ter se tornado um momento discursivo conforme definição da pesquisadora francesa. Porém, mesmo se situando em um periódico nacional e pouco passando dessas mesmas fronteiras, não há como negar o desdobramento discursivo que ele engendra, além do apelo enunciativo que convoca, constituindo, assim, um marco discursivo de importância na história da reforma, na própria história do autor como sujeito, escritor e pai, na do tratamento discursivo sobre a saúde mental na mídia brasileira e na da construção cultural do outro sujeito dito como doente mental.

Isso posto, parece-nos relevante apontar que o agendamento ocasionado pelo texto mencionado é sobremaneira produtivo para refletirmos sobre outras formas de concebermos o momento discursivo na imprensa, considerando também as condições culturais imagísticas de uma dada sociedade. A partir dessa discussão, podemos pensar também sobre *tipificações* de eventos e momentos discursivos na mídia, assim como já se discute sobre essas tipificações quanto aos acontecimentos noticiados (TRAQUINA, 2005c); e, ademais, sobre o papel que

¹⁷⁵ Essa característica do momento discursivo foi citada anteriormente. Cf. Moirand (2008, p. 12) nas páginas 91 e 92.

algumas vozes legitimadas pela esfera midiática apresentam na geração de um evento discursivo. Por exemplo, na reforma psiquiátrica, a fala de Ferreira Gullar publicada na *Folha de S. Paulo*, periódico que faz parte da chamada “grande” mídia¹⁷⁶ e que “concentra” o discurso político, econômico, conservador e hegemônico do país. E, no caso Paula Oliveira, que tratamos a seguir, isso se dá por meio do pai da protagonista através do blog do jornalista Ricardo Noblat publicado em *O Globo*.

1.5.2 O agendamento do caso Paula Oliveira

Podemos resumir o agendamento do caso Paula Oliveira da seguinte forma: ocorrido no dia 9 de fevereiro, tornou-se um acontecimento midiaticizado a partir do dia 12 do mesmo mês. Um *fait divers* inicial, de tom insólito, mas que, em função da repercussão dada pela mídia, ganhou notoriedade nacional e internacional, gerou uma difusão em massa de discursos, incitou uma heterogeneidade de vozes sociais que passaram a comentar sobre o caso — em jornais, *blogs*, redes sociais etc. — e passou a ser retomado ao longo da mídia brasileira e europeia em gêneros icônicos e verbais diversos — como em notícias, fotos, artigos de opinião, colunas, cartas e comentários *on-line*. Tal caso, caracterizou-se, assim, como um evento e momento discursivo conforme exposto por Moirand (2007a, 2007c [2001], 2008).

O agendamento de um evento pode se dar de forma variada. Pode-se citar, no caso Paula Oliveira, por exemplo, notícias sobre *xenofobia* durante a “cobertura” construída. Ao publicar essas outras notícias, os jornalistas recordam esse caso, construindo, assim, uma memória interdiscursiva midiática sobre temas variados, como: (i) o imigrante que vai morar fora do seu país natal, (ii) o preconceito contra o imigrante que reside no estrangeiro, (iii) o imigrante brasileiro, (iv) o imigrante que é positivamente valorizado — e, desse modo, “bem-vindo” a ser relatado — pela mídia, (v) os imigrantes que reporta(ra)m ataques e/ou agressões quando habitavam no exterior, (vi) crimes envolvendo imigrantes, entre outros.

Em duas notícias relacionadas ao agendamento do caso Paula Oliveira, por exemplo, uma intitulada *Relatos de falsos ataques já levaram a condenações na Alemanha e na França* (CPO-115) e a outra *Suspeitos de agredir brasileiros são presos* (CPO-193), o acento é colocado na questão do gênero feminino. Enquanto a primeira relata dois episódios de falsos

¹⁷⁶ A dita “grande” mídia brasileira é representada principalmente pelos veículos de 5 famílias, a saber: *Folha, Estadão, Globo, Jornal do Commercio* e *Veja*. Fizeram parte das nossas análises a *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Commercio*, a revista *Veja*, os portais *Uol* e *Yahoo*, entre outros.

ataques tidos como os de maior repercussão na Europa, a segunda se detém em apontar dois casos de brasileiros agredidos no exterior. O interessante é que embora as notícias sejam publicadas em veículos e períodos distintos — aquela, da *Folha de S. Paulo*, é de 20 de fevereiro de 2009 (CPO-115) e esta, do *Jornal do Commercio*, é de 12 de março de 2009 (CPO-193) — o dialogismo entre os textos e o caso Paula se dá por meio do contraponto que eles direta e indiretamente constroem. Ou seja, na primeira, o objeto do discurso são *ataques* que, assim, como os de Paula, foram *falsos* e de grande *repercussão*. Além disso, a semelhança entre os dois episódios trazidos pelo jornalista não reside apenas nos elementos de cada uma das histórias que expõe, mas também pelas protagonistas citadas:

CPO-115 Relatos de falsos ataques já levaram a condenações na Alemanha e na França

CPO-116 O relato de falsos ataques de neonazistas ou skinheads já levaram a condenações na Europa. Os dois episódios de maior repercussão ocorreram em 2007, na cidade alemã de Mittwaida, e em 2004, nos subúrbios de Paris.

CPO-117 Em novembro de 2007, Rebecca Katzschmann, então com 17 anos, alegou ter salvo uma criança, filha de imigrantes, de um ataque de nazistas. Disse que quatro homens marcaram uma suástica em seu quadril. O caso repercutiu e Rebecca recebeu um prêmio. Depois, a Justiça condenou a jovem a prestar 40 horas de trabalhos sociais, alegando que havia indícios suficientes de que Rebecca havia desenhado a suástica no próprio corpo. Além disso, a criança que ela teria salvo não estava na cidade no dia do suposto ataque.

CPO-118 Um episódio que causou constrangimento para o governo francês foi o falso ataque relatado por Marie-Leonie Leblanc, à época com 23 anos, em um trem do subúrbio de Paris, em julho de 2004. Ela inventou que fora atacada por “jovens africanos negros e árabes”, que a teriam espancado, rasgado suas roupas, cortado seu cabelo e desenhado suásticas no seu corpo por acharem que ela tinha origem judaica.

CPO-119 Jacques Chirac, então presidente da França, foi a público pedir a investigação para punir os criminosos.

CPO-120 Confrontada pela falta de testemunhas e ausência de imagens no circuito interno de TV do trem, Marie confessou ter inventado o incidente - e alegou que não esperava tamanha repercussão. Ela disse que desenhou as suásticas com a ajuda do namorado. Foi condenada a quatro meses de detenção por inventar um crime imaginário e a dois anos de tratamento psiquiátrico. (FLOR, A. Relatos de falsos ataques já levaram a condenações na Alemanha e na França. (Da reportagem local) *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 20 fev. 2009)

Um ataque nazista, uma criança que é filha de imigrantes, uma suástica desenhada no corpo, a repercussão adquirida e depois o suposto ataque, de uma história (CPO-117); um ataque, em um trem no subúrbio, por “jovens africanos negros e árabes”, com espancamento, roupas rasgadas, suásticas desenhadas, com motivação preconceituosa, gerando repercussão (CPO-118) e, depois, a confissão sobre o incidente, o crime imaginário, a condenação e o tratamento psiquiátrico (CPO-120), da outra. Afora esses elementos, as protagonistas citadas são também jovens mulheres (CPO-116). Na segunda notícia a seguir, intitulada *Suspeitos de*

agredir brasileiros são presos (CPO-193), observamos também, a partir de uma leitura horizontal, semelhanças com o caso Paula Oliveira, tais como: sessão de espancamento de dois brasileiros (CPO-196), ataque com motivação racista (CPO-196), agressão a dois brasileiros que falavam em português no momento do ocorrido (CPO-196), o uso da nomenclatura *selvageria brutal*¹⁷⁷ para representar o acontecimento (CPO-199), entre outros. No entanto, diferentemente do que é apontado no texto anterior, os protagonistas são dois jovens brasileiros:

CPO-193 » INGLATERRA

CPO-194 Suspeitos de agredir brasileiros são presos

CPO-195 *Segundo informações do cearense Shane Braga, espancado junto com um amigo por uma gangue de 20 jovens no domingo em Bristol, a polícia deteve quatro jovens e reforçou as rondas na região*

CPO-196 A polícia britânica prendeu ontem quatro jovens suspeitos de participar da sessão de espancamento de dois brasileiros em Bristol, cidade de 550 mil habitantes no sudoeste da Inglaterra e a 118 quilômetros de Londres, na madrugada de domingo. Segundo o cearense Shane Moraes Braga, 28 anos, e o capixaba Márcio Toso, 30, a motivação do ataque que sofreram teria sido racismo, já que os dois amigos conversavam em português no momento da agressão, na Crow Lane, uma via do bairro de Henbury.

CPO-197 Segundo disse Braga ao Jornal do Commercio, por telefone, as detenções lhe foram informadas por um funcionário do Consulado-Geral do Brasil em Londres, que está acompanhando o caso. “O pessoal do consulado está falando com a polícia constantemente e tem me passado informações que nem os policiais me disseram, como essa da prisão”, afirmou o cearense, que tem parentes no Recife e morou na capital pernambucana por um ano.

CPO-198 Braga disse que dois dos detidos são garotas que iniciaram a agressão. “Elas deram outra versão à polícia, mas um investigador me disse que não acredita no que elas disseram. Os outros dois presos são indivíduos que nos espancaram”. enfatizou o cearense, sem dar detalhes do que a polícia lhe confidenciou. “Eles dizem que algumas informações não podem vir à tona para não atrapalhar as investigações”, alegou.

CPO-199 A região de Henbury tem sido alvo de episódios de espancamento, roubo e estupro. Câmeras de vídeo foram instaladas na Crow Lane em janeiro do ano passado, em uma parceria entre comerciantes e moradores do bairro e a Prefeitura de Bristol. Segundo Braga, que mora com a esposa, o filho dela, de 7 anos, e a filha dele, de 5, em um flat de dois quartos no primeiro andar de uma galeria de lojas na avenida, essas câmeras registraram a agressão que ele e Toso foram vítimas. “Eles foram identificados pelas imagens. O investigador que viu o filme me disse que são 15 minutos de selvageria brutal. Mas eles não me deixaram ver as imagens”, contou o cearense, que trabalhava como vendedor mas está desempregado.

CPO-200 Ele lembrou o caso da pernambucana Paula Oliveira, acusada de ter simulado um ataque neonazista em Zurique, na Suíça, no mês passado. “As imagens registraram o que eu e Márcio sofremos. É brincadeira dizer que estamos mentindo. Só se eu e ele saímos no tapa”, ironizou.

CPO-201 Braga disse que os hematomas e escoriações no seu rosto estão sarando. “Agora eu estou menos inchado. Aliás, agora está tudo bem. Está cheio de polícia

¹⁷⁷ Essa nomenclatura circulou durante o primeiro momento do caso Paula Oliveira (CORDEIRO, 2011) como uma das retomadas feitas ao evento.

aqui, finalmente”, contou. De acordo com o jornal Bristol Evening Post, a polícia do distrito de Avon e Somerset, onde fica Henbury, reforçou o policiamento na área para coibir o que chama de “comportamento antissocial” dos jovens do bairro.

CPO-202 O cearense diz que, apesar disso, não se sente seguro e ainda não sabe se vai se mudar do bairro com a família. “Os policiais me dizem que está tudo bem, mas eles vão passar duas, três noites, uma semana ou um mês por aqui. E depois? Quando essas pessoas forem soltas? Meu rosto e meu endereço está na imprensa, na TV, nos jornais. Não sei de verdade ainda como agir”.

CPO-203 Toso e Braga foram agredidos na madrugada de domingo por cerca de 20 jovens ingleses. Eles tiveram roubados a chave dos seus carros e ainda o laptop de Toso. (GADÉLHA, W. Suspeitos de agredir brasileiros são presos. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 12 mar. 2009)

É interessante notar, primeiramente, que essa notícia foi publicada um mês depois de eclodir o caso Paula Oliveira (12 fev. 2009), o qual estava ainda no auge da sua cobertura, o que, de certo modo, auxiliou a promover o agendamento de temas semelhantes, como o da agressão reportada acima. Em segundo lugar, essa agressão é construída como *verdadeira* e nela se menciona dois brasileiros; dentre eles, um traz à tona a memória do caso Paula Oliveira a partir do enunciado: “Ele lembrou o caso da pernambucana Paula Oliveira, *acusada de ter simulado um ataque neonazista* em Zurique, na Suíça, no mês passado” (CPO-200, grifo nosso). Essa rememoração do caso é feita, contudo, para instituir veracidade ao relato do ataque que se detém o texto, o que pode ser observado pela fala seguinte de um dos agredidos: “As imagens registraram o que eu e Márcio sofremos. *É brincadeira dizer que estamos mentindo*. Só se eu e ele saímos no tapa’, ironizou” (CPO-200, grifo nosso). O segmento grifado em itálico, dotado de tom irônico, alude ao caso Paula Oliveira como não verdadeiro e, ao fazer isso, argumenta a favor do ponto de vista dos brasileiros. Essa lembrança é feita para delimitar o espaço deles como um ataque que, embora possa ter tido uma motivação xenofóbica como o de Paula Oliveira, tem provas (imagens) como um atributo verídico enquanto o dela não.

Como sabemos, as relações dialógicas não se dão apenas entre os enunciados de um único texto ou ao longo da cobertura de um evento e um momento discursivo, mas no tratamento e na retomada de acontecimentos porvir. Ora, enquanto nessa notícia a agressão é dada como *realizada*, na anterior, o objeto tratado se resume aos *falsos ataques* inventados por *duas mulheres jovens*. Se os meios de comunicação têm, na nossa opinião, um papel fundamental na cristalização de valores, conceitos e estereótipos, reforçando pontos de vista e formas específicas de pensar, a associação de *falsos ataques* com *duas mulheres jovens* naquele texto e da *agressão* como *ocorrida contra dois jovens brasileiros* (*falsos ataques* → *duas mulheres jovens* X *agressão* → *contra dois jovens brasileiros*) não contribuiria para agendar a circulação de um discurso que acentua o gênero feminino nesses tipos de

acontecimentos?¹⁷⁸ Observemos, ainda nessa segunda notícia, o que um dos agredidos afirma no terceiro parágrafo:

CPO-198 Braga disse que dois dos detidos são garotas que iniciaram a agressão. “Elas deram outra versão à polícia, mas um investigador me disse que não acredita no que elas disseram. Os outros dois presos são indivíduos que nos espancaram”, enfatizou o cearense, sem dar detalhes do que a polícia lhe confidenciou. “Eles dizem que algumas informações não podem vir à tona para não atrapalhar as investigações”, alegou. (GADÉLHA, W. Suspeitos de agredir brasileiros são presos. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 12 mar. 2009)

Há nesse trecho, em DD entre aspas, uma separação dos agentes da agressão por meio das nomações: *garotas*, de um lado, e *indivíduos*, de outro. Notamos aí um deslizamento de sentidos na forma de dizer o agressor que têm implicações nas formas de caracterizar os sujeitos, as vítimas, os agressores e as relações sociais. Isso porque a escolha dos sujeitos convocados e de certas falas que dizem (ou aludem a) um outro, além das formas que são (reportadas e) representadas, são elementos que têm influência no ato de nominar e na responsabilidade sobre a construção e retomada (futura) dos acontecimentos ao longo do seu tratamento nos meios de comunicação. Para Moirand (2007a), o ato de dar nome às coisas é a primeira operação de linguagem que surge ao enunciar sobre esse mesmo objeto. Logo, a evolução da abordagem e os enfoques discursivos que cada acontecimento apresenta se insere num agendamento discursivo maior, pois a mídia como uma grande agenciadora discursiva, ao trazer um assunto o representa geralmente por meio de nomes e relações discursivas que já estão estabilizadas em uma dada sociedade. Desse modo, os fios dos discursos que circulam ao longo de diferentes acontecimentos se tocam e atuam consideravelmente não só como gatilhos de memória para os acontecimentos passados, mas como pontos de partida para representar uma nova pauta. Por isso afirmamos que a dita “grande” mídia — a qual pertence boa parte dos meios de comunicação que monopolizam uma sociedade — parece ser mais o lugar de uma nova repetição de relações discursivas de outrora.

1.5.3 O agendamento do *caso da mãe suspeita de matar suas filhas*

Destacamos, inicialmente, que esse caso se caracteriza por ser um *fait divers* comum. Além disso, notamos que, por gerar, na época da sua publicação — a partir do dia 16 de setembro de 2013 —, uma circulação intensa de discursos e uma difusão em massa de textos

¹⁷⁸ Essa questão é abordada com mais profundidade no capítulo 4.

verbais e não-verbais — esse *fait divers* trouxe imagens dos integrantes da família, incluindo filhas e mãe, da casa e do velório —, tendo também se constituído num *evento discursivo*. No entanto, não se tornou um momento discursivo, pois tal evento foi veiculado basicamente no gênero *notícia*. Quanto à heterogeneidade de vozes, elemento que também caracteriza o evento como um momento discursivo, observamos que, embora exista uma convocação de vozes “aparentemente” diversificadas, de grupos sociais variáveis ¹⁷⁹, o caso é falado majoritariamente a partir da polícia, da justiça e de alguns de seus representantes. Ou seja, não notamos uma heterogeneidade multiforme — definida por Moirand (2006) como *semiótica*, *enunciativa* e *genérica* — durante o desenvolvimento do tratamento dado ao caso e, dessa forma, não lidamos com um momento discursivo. Além disso, esse mesmo caso é veiculado mais especificamente entre os veículos de comunicação que pertencem a dita “grande” mídia brasileira, ou seja, não há vozes que fazem parte de comunidades internacionais.

De qualquer maneira, acrescentamos ao que diz Moirand (2006) sobre a necessária heterogeneidade para caracterizar um *evento em momento discursivo* que a própria forma de fazer referência ao caso e de nominá-lo traz dificuldades também em torná-lo um tal momento: lidamos com uma ausência de uma nomenclatura que especifique, *particularize*, o acontecimento e *singularize* a protagonista. Embora a pesquisadora francesa não trate especificamente do que apontamos, pensamos que essa ausência, inclusive, dificulta a retomada, por diversos grupos sociais, desse caso especificamente para falar sobre ele. Em resumo, trata-se de um *fait divers* e se constitui apenas como um evento discursivo, que se estabelece, contudo, como um *evento* pertencente ao âmbito do “comum”, pois o acontecimento que envolve *crime, família, mãe, mortes e filhos* apresenta frequentemente critérios de noticiabilidade que certamente têm influência na formação da agenda jornalística. Desse modo, lidamos com um *tipo de evento discursivo* que, mesmo sendo um acontecimento

¹⁷⁹ Notamos, ao longo da cobertura dada ao evento, a evocação das seguintes vozes: a da polícia militar, a do plantão policial do 14° DP, a do tenente Santana, a da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), a do delegado Olívio Gomes Lyra (do 14° DP), a do filho mais velho Leon Gustavo Knorr de Carvalho, a da assessoria de imprensa do hospital universitário da USP, a de um vizinho de Mary Vieira Knorr, o qual não quis ser identificado, a da vizinha Nanci Petrus, a do guarda-noturno da rua, a de testemunhas, a do corpo de bombeiros, a do Instituto Médico Legal (IML), a de uma amiga de Mary (sem identificação), a do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (Creci-SP), a do advogado da família paterna José Paulo Arruda, a das amigas das adolescentes, a de um adolescente de 14 anos reportado como o melhor amigo de Giovanna (sem identificação), a de ex-colegas de Mary, a de legistas, a do advogado de Mary Vieira Knorr Lindenberg Pessoa de Assis, a do ex-marido e pai das meninas Marco Antônio Victorazzo, a dos peritos da Polícia Técnico-Científica, a do delegado Gilmar Pasquini Contrera — é o titular do distrito policial que investiga o caso —, a de vizinhos de Mary, a dos peritos do Instituto de Criminalística (IC), a da Defensoria Pública de São Paulo, a do Ministério Público, a da promotora Mildred de Assis, a da juíza Lizandra Maria Lapenna e a do promotor Rogério Leão Zagallo.

outro e disso deriva seu efeito de novidade, é construído a partir de um “enquadramento” e um conjunto de avaliações, representações e relações discursivas semelhantes, que se repetem, circulam e que muitas vezes ultrapassam os atores envolvidos¹⁸⁰. E isso traz implicações na forma de nominar o caso, o qual é enunciado a partir de acentos em atributos, categorias e estruturas enunciativas recorrentes. Como consequência, tais atributos, categorias e estruturas são proeminências na agenda desse tipo de acontecimento, o qual é percebido pelo público como apenas mais um evento que envolve *mães, crimes e filhos*.

Desse modo, assim como o caso Paula Oliveira, também notamos que esse evento provocou o agendamento de outros acontecimentos que foram representados de forma semelhante, principalmente quanto ao acento no tocante às imagens discursivas da *mãe* ou *mulher* ao nominar a protagonista¹⁸¹ do ocorrido logo no título. Observe, a esse respeito, dois *faits divers* agendados nesse período:

CMF-91 SP: mãe e 4 filhos são encontrados mortos em apartamento

CMF-92 Cinco pessoas da mesma família foram encontradas mortas no final da noite dessa segunda-feira dentro do apartamento onde moravam em Ferraz de Vasconcelos, na região metropolitana de São Paulo. O imóvel fica localizado na rua Masato Sakai, segundo informações da Polícia Militar.

CMF-93 As vítimas são a mãe e os quatro filhos. Segundo informações preliminares da polícia, não há marcas de tiro ou sinal de agressão nos corpos, e a perícia esteve no local durante a madrugada para investigar o incidente. A mãe foi encontrada no quarto, enquanto os filhos – três meninas, de 17, 11 e 7 anos, e um menino, de 13 -, foram encontrados no banheiro, na sala e no quarto do apartamento.

CMF-94 O namorado da mulher, um boliviano que esteve com a família durante a noite de domingo, deixou o local junto com a filha. Depois de ligar várias vezes ao apartamento, desde o início da manhã de segunda, sem ser atendido, o companheiro foi até o local por volta de 23h, e encontrou a porta fechada. Ele então olhou pela janela e viu as duas crianças mais novas na sala. O companheiro chamou o síndico e ambos arrombaram a porta, quando encontraram toda a família morta.

CMF-95 Segundo a rádio CBN, a Polícia Militar afirmou que nada estava revirado no apartamento, e não houve vazamento de gás, de acordo com as informações preliminares. Foram encontrados, no entanto, fezes e vômito em alguns cômodos. O caso já está sendo investigado pela Polícia Civil.

CMF-96 Os corpos das vítimas foram encaminhados para o IML de Suzano, onde eram necropsiados. (SP: MÃE e 4 filhos são encontrados mortos em apartamento. Portal *Terra*, São Paulo, Polícia, Notícia, 17 set. 2013, às 04h49, atual. às 11h41)

CMF-97 MS: mulher é presa por tentar matar a filha de 3 anos com veneno para rato

CMF-98 Uma mulher foi presa em flagrante em Cassilândia (MS), a 338 quilômetros da capital, por furto e tentativa de homicídio. Ednalva Leonel de Jesus, 28 anos, tinha planejado matar a filha de três anos e, em seguida, se matar. À polícia, ela

¹⁸⁰ Os atores envolvidos nos *faits divers* são frequentemente pessoas desconhecidas pelo público em geral.

¹⁸¹ Essa discussão é abordada no capítulo 4, mais especificamente a partir da numeração 4.1.2 que começa na página 280.

contou que tinha “cansado de viver e sofrer e que a sua mãe gostava mais do irmão do que dela”.

CMF-99 O investigador da Polícia Civil Telmo Figueiró descobriu a intenção da mulher e frustrou o plano. De folga, o policial andava pela cidade quando foi avisado pelo proprietário de um supermercado que Ednalva, com uma criança no colo, furtou do estabelecimento um pacote de veneno para rato e saiu dizendo que iria matar a filha e cometer suicídio.

CMF-100 Figueiró comunicou o fato ao plantão da polícia e passou a seguir a mulher. Ela foi abordada na praça São José. Quando percebeu a presença do policial, Ednalva tentou jogar a bicicleta em que estava na frente dos carros que passavam na rua.

CMF-101 O investigador conseguiu detê-la e verificou que a mulher carregava o pacote de veneno de rato altamente potente. Ednalva está presa temporariamente na Delegacia de Polícia Civil de Cassilândia, onde aguarda transferência para o presídio. Já a criança foi entregue ao Conselho Tutelar. (MS: MULHER é presa por tentar matar a filha de 3 anos com veneno para rato. Portal *Terra*, São Paulo, Polícia, Notícia, 17 set. 2013, às 12h02)

É importante, antes de comentar esses dois *faits divers*, retomar a reflexão que Traquina (2001, p. 30) faz sobre o agendamento e a notícia em tela. Para o autor português, a notícia é uma elaboração, isto é, um documento que, tornado público, se realiza na confluência com o acontecimento: “as notícias são construções, narrativas, ‘estórias’”. Ou seja, tratar o acontecimento como aquele que cria a notícia e esta como a que, por sua vez, também elabora o acontecimento não diminui o valor desse gênero e nem agrega a ele o caráter de texto fictício. Mas, por outro lado, nos permite reconhecer que a seleção e definição do que será noticiado passa a existir como *um discurso* que figura na agenda jornalística e que se insere num projeto de texto cuja interpretação já vem, ao longo da memória da mídia, sendo elaborada. Destacamos ainda que aqueles acontecimentos que não se transformaram em assuntos e discursos públicos permanecem no nosso espaço experiencial da vida. Já aquilo que é construído como notícia torna-se parte de uma coletividade e surge como uma das variáveis que constroem as nossas experiências no mundo.

Portanto, esses *faits divers*¹⁸², veiculados durante o auge do caso em que nos detemos, aponta para quais acontecimentos, assuntos e problemáticas são tomados como os mais relevantes para serem constituídos em notícia. Em outros termos, a noticiabilidade desse tipo de acontecimento, que passa a ter uma existência discursiva e pública, oferece uma explicação de quais temas são importantes e figuram na agenda jornalística de certa sociedade; e quais os sentidos “pretendidos” a serem produzidos. Naqueles dois acontecimentos acima, os fios dialógicos dos discursos sobre o *crime* se conectam a outros discursos e representações acentuados pelas palavras *mãe, filhos, mulher, filha, mortes, prisão, veneno* nos dois títulos.

¹⁸² Citamos esses dois *faits divers*, mas muitos outros poderiam ser apontados nesse espaço, isto é, durante o período de noticiabilidade do caso da mãe suspeita de matar suas filhas.

Tais textos são extremamente dialógicos e nos dizem muito sobre como concebemos as estruturas, as relações e os papéis sociais. Pois, além dessas duas notícias tratar de crimes, na segunda, quando a mãe é acusada de tentar matar a filha, a nomeação atribuída a ela é principalmente a de *mulher*.

Além disso, enquanto o jornalista, no primeiro texto, praticamente faz uma narrativa descritiva do acontecimento a partir de dados coletados pela Polícia Militar, pela rádio CBN e pela Polícia Civil, modalizando essas vozes em poucos momentos (CMF-92, CMF-93 e CMF-95); no segundo texto, parece que estamos lidando com uma breve “historieta”, cujo protagonista principal é o investigador da Polícia Civil Telmo Figueiró. Ou seja, a narrativa é contada a partir do ponto de vista policial, visão de mundo que é, por sua vez, abarcada pelo escritor do texto. De maneira geral, isso não é novidade. Pois os *faits divers* são trazidos pela mídia a partir da valorização do olhar da disciplina, da norma, da coerção, características representadas mais marcadamente pelos dispositivos penal e da justiça. Além disso, essas notícias acabam por colocar em pauta os nossos confrontos cotidianos, representados não só sob a ótica do cerceamento: parte-se do *espetáculo*, atravessa-se a *vigilância* e chega-se as relações entre *os sujeitos e as verdades*. Estas últimas, por exemplo, no segundo texto, são construídas pelo discurso que a própria acusada denuncia: “À polícia, ela contou que tinha ‘cansado de viver e sofrer e que *a sua mãe gostava mais do irmão do que dela*’” (CMF-98, grifo nosso). Nessa enunciação, ela denuncia a vida, a família e as relações que a estruturam, as quais vão construindo algumas das experiências que o sujeito faz de si. No caso acima, no dizer dela, não houve outra possibilidade de existência. Colocado entre aspas, o jornalista se afasta da fala de Ednalva Leonel de Jesus, enquanto se aproxima do ponto de vista da polícia, cuja fala é trazida de forma indireta no texto.

Destacamos, por fim, que a importância do gesto de apresentar esses dois *faits divers* se dá não só para enfatizar o que parece ser o “óbvio”, a saber, que o sensacional tem um agendamento mais seguro na dita “grande” mídia. No entanto, é nessa “obviedade” que notamos que o agendamento é muito produtivo para compreendermos quais discursos constituem uma maneira de ser de uma sociedade; e como nos apropriamos dos discursos que são gerados pela circulação desses pequenos acontecimentos. Pois, de um lado, tais acontecimentos, marcados pelo crime e pelo caráter insólito, na história do surgimento da mídia, têm tido uma grande visibilidade. Porém, ao mesmo tempo que essa visibilidade é dada de forma excessiva, de outro, essa “visibilização”, feita sob o jogo das relações de poder, produz efeitos de sentido que “invisibilizam” os sujeitos neles envolvidos quando esses são desconhecidos. É, em geral, assim que lidamos com a “repetição” de uma agenda discursiva

que, sob a novidade de um acontecimento que acabou de eclodir, convoca linhas de força que aproxima *crimes, famílias, mães, mulheres*. E embora seja necessário novos estudos a esse respeito, podemos arriscar e pensar que, talvez, os discursos que acentuam ora o *gênero feminino* ora o *papel social de mãe* no espaço da transgressão é uma recorrência e apresenta uma circularidade nos dias atuais.

1.5.4 O agendamento do TDAH

Nos dias de hoje, o “ter saúde” torna-se um estado cada vez mais impossível de se alcançar. O *transtorno de déficit de atenção e hiperatividade* (TDAH), como sabemos, constitui uma das numerosas tipificações feitas pela ciência sobre os sintomas, os comportamentos e as ações do sujeito. Embora essa nomenclatura seja alvo de discussão desde o seu surgimento no século XX¹⁸³, notamos que, nos últimos anos, o TDAH passou a ganhar destaque na agenda midiática, circulando com mais frequência principalmente a partir do ano 2000. Houve, contudo, um momento que consideramos importante tanto para a história social do TDAH quanto para a sua história na mídia. Isso se deu, ironicamente, a partir da declaração da sua *não existência*. No ano de 2009, o psiquiatra infantil norte-americano Leon Eisenberg, tido como o “pai” ou um dos “criadores científicos” dessa “doença”, declarou, em uma entrevista, sete meses antes da sua morte, que o transtorno havia sido inventado. Embora ele tenha morrido em 2009, sua declaração sobre a não existência desse dito transtorno foi reportada e divulgada pela revista alemã *Der Spiegel* apenas no dia 6 de fevereiro de 2012, numa matéria escrita pelo jornalista Jör Blech. Isso é, pelo menos, o que boa parte das fontes afirmam:

The claim that Dr. Eisenberg asserted “ADHD is a fictitious disease” is reproduced on countless web sites as something he said “seven months before his death in his last interview” which would place the date of his utterance around February 2009. When documentation for the putative quote is provided, it references an article (often described as a “cover story”) published in the German weekly *Der Spiegel* on 2 February 2012¹⁸⁴ (MIKKELSON, maio 2013, atual. 14 mar. 2015, s/p).

¹⁸³ Segundo Holland e Higuera (2015), foi apenas com a publicação da revisão do *DSM-III* — em português, o terceiro volume do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* —, em 1987, que a nomenclatura TDAH — em inglês, *ADHD attention deficit hyperactivity disorder* — foi efetivamente criada e atribuída ao transtorno. Antes disso, o TDAH já havia sido chamado de *hyperkinetic impulse disorder* (*transtorno impulsivo hipercinético*), no *DSM-II*, que data de 1968, e *ADD* ou *attention deficit disorder* (*transtorno de déficit de atenção*), na primeira edição do *DSM-III* de 1980.

¹⁸⁴ “A alegação de que Eisenberg afirmou que ‘TDAH é uma doença fictícia’ é reproduzida em numerosos sites como algo que ele disse ‘sete meses antes de sua morte, em sua última entrevista’, o que colocaria a data do enunciado por volta de fevereiro de 2009. Quando a documentação para a suposta citação é fornecida, se faz

No entanto, é importante ressaltar que esta afirmação “ADHD is a fictitious disease”¹⁸⁵ não aparece isoladamente, mas dentro de uma matéria que trata sobre (i) o aumento de doenças mentais na Alemanha, principalmente do da depressão, (ii) o estigma que esse nome ainda carrega, (iii) o constante “apelo” que *burnout*¹⁸⁶ tem entre as pessoas ao invés de *depressão*, entre outras questões. O autor do texto, Jörg Blech, é um crítico atuante das indústrias farmacêuticas. E, conforme entendemos no texto (BLECH, 2012), ele se posiciona contra a intensa patologização atual que se dá dos sentimentos, das emoções e dos hábitos que decorrem da rotina exaustiva que desenvolvemos durante nossa vida. O livro desse autor, intitulado *Inventing disease and pushing pills: pharmaceutical companies and the medicalisation of normal life*¹⁸⁷ e publicado em 2006, também nos fornece indícios do seu ponto de vista e de como o tema foi abordado na matéria. De maneira geral, notamos que tal declaração foi lida isoladamente, sem considerar os valores compartilhados pelo autor e o contexto da discussão sobre doenças mentais levantado. Na impossibilidade de reportar todo o texto, replicamos apenas alguns trechos que correspondem ao enunciado da controvérsia supracitado:

One out of every ten 10-year-old boys already takes an ADHD drug daily. But the scientific father of ADHD has followed the explosion of prescriptions with growing horror. Leon Eisenberg took over the management of psychiatry at the prestigious Massachusetts General Hospital in Boston and became one of the most famous psychiatrists in the world. In his last interview, seven months before his death from prostate cancer at the age of 87, he distanced himself from his youthful indiscretion. A tall, thin man with glasses and suspenders opened the door to his apartment in Harvard Square in 2009, invited me to the kitchen table, and poured coffee. He said that he never would have thought his discovery would someday become so popular. **“ADHD is a prime example of a fabricated disorder”, Eisenberg said. “The genetic predisposition to ADHD is completely overrated.”**

Instead, child psychiatrists should more thoroughly determine the psychosocial reasons that can lead to behavioral problems, Eisenberg said. Are there fights with parents, are there are problems in the family? Such questions are important, but they take a lot of time, Eisenberg said, adding with a sigh: “Prescribe a pill for it very quickly”¹⁸⁸ (BLECH, 2012 apud MIKKELSON, maio 2013, atual. 14 mar. 2015,

referência a um artigo (muitas vezes descrito como uma ‘história de cobertura’) publicado no semanário alemão *Der Spiegel*, em 2 de fevereiro de 2012” (MIKKELSON, maio 2013, atual. 14 mar. 2015, s/p, tradução nossa).

¹⁸⁵ “O TDAH é uma doença fictícia” (tradução nossa).

¹⁸⁶ *Burnout* é um termo em inglês que se refere a um esgotamento físico e mental geralmente em virtude de uma rotina intensa profissional. É chamada em português de *síndrome do burnout*.

¹⁸⁷ *Inventando doenças e empurrando pílulas: empresas farmacêuticas e a medicalização da vida cotidiana* (tradução nossa).

¹⁸⁸ “Um em cada 10 meninos de dez anos já toma diariamente um medicamento para o TDAH. Mas o pai científico do TDAH seguiu a explosão de prescrições com um horror crescente. Leon Eisenberg assumiu a gestão da psiquiatria no prestigiado Massachusetts General Hospital em Boston e tornou-se um dos mais famosos psiquiatras do mundo. Em sua última entrevista, sete meses antes de sua morte por câncer de próstata, aos 87 anos, ele se distanciou de sua jovem indiscrição.

s/p, grifo do autor).

Na transcrição livre em inglês acima, nos parece nítido o porquê de tal declaração ter sido alvo de controvérsias: ela contribuiu para polarizar ainda mais a discussão sobre o TDAH entre aqueles que, de um lado, defendem uma posição de que o diagnóstico é um constructo social e, assim, não é legítimo como ferramenta para a prática clínica (RAMOS, 2014). Enquanto, de outro, há aqueles que defendem o ponto de vista oposto, isto é, que existe uma base científica que sustenta a realidade do diagnóstico, como traz Ramos (2014). O importante a ser destacado para esta tese é que, desde a publicação da matéria na revista alemã, o nome do psiquiatra e a sua afirmação sobre o TDAH têm sido retomados e veiculados ao longo da dita “grande” mídia internacional e nacional, o que gerou um intenso agendamento sobre o TDAH, conforme podemos perceber no excerto a seguir:

The alarmed critics of the Ritalin disaster are now getting support from an entirely different side. The German weekly *Der Spiegel* quoted in its cover story on 2 February 2012 the US American psychiatrist Leon Eisenberg, born in 1922 as the son of Russian Jewish immigrants, who was the “scientific father of ADHD” and who said at the age of 87, seven months before his death in his last interview: “ADHD is a prime example of a fictitious disease”¹⁸⁹ (NESTOR, 2013, s/p).

A partir de leituras e análises da veiculação do TDAH na mídia, notamos que a divulgação desta declaração “*ADHD is a prime example of a fictitious disease*” leva os mais diversos sujeitos — jornalistas, médicos, pacientes, entre outros — a discutir sobre o transtorno. E mesmo que esse debate não tenha sido gerado de forma imediata e tenha se dado a longo prazo, a publicação da *fala do psiquiatra* torna-se um marco discursivo na história social do TDAH e na do próprio TDAH na mídia. Embora esse transtorno tenha sido pauta de

Um homem alto e magro com óculos e suspensórios abriu a porta do seu apartamento na Harvard Square em 2009, me convidou para a mesa da cozinha e serviu café. Ele disse que nunca imaginava que a sua descoberta algum dia se tornaria tão popular. TDAH é um excelente exemplo de um transtorno fabricado, disse Eisenberg. **‘A predisposição genética ao TDAH é completamente superestimada’.**

Ao invés disso, psiquiatras infantis devem determinar mais detalhadamente quais são as razões psicossociais que podem levar a problemas comportamentais, disse Eisenberg. Existem brigas com os pais, existem problemas na família? Essas questões são importantes, mas levam muito tempo [para serem respondidas], disse Eisenberg, acrescentando com um suspiro: ‘Prescreva uma pílula para ele muito rapidamente’” (BLECH, 2012 apud MIKKELSON, maio 2013, atual. 14 mar. 2015, s/p, grifo do autor, tradução nossa).

¹⁸⁹ “As críticas alarmantes sobre o desastre da Ritalina estão agora recebendo apoio de um lado completamente diferente. O semanário alemão *Der Spiegel* citou na sua reportagem de capa do dia 2 de fevereiro de 2012 que o psiquiatra norte-americano Leon Eisenberg, nascido em 1922, filho de imigrantes judeus russos, que era conhecido como ‘o pai científico do TDAH’, tinha dito aos 87 anos de idade, sete meses antes da sua morte, na sua última entrevista, que o ‘TDAH é um exemplo excelente de doença fictícia’ (NESTOR, 2013, s/p, tradução nossa).

agendamento ao longo dos anos¹⁹⁰, assim como outros transtornos, consideramos que a fala do psiquiatra norte-americano funda um acirrado debate em torno da cientificidade da doença — e quando se aponta a ausência ou não de *cientificidade*, abarca-se por extensão as noções de *validade*, *legitimidade* e *existência*. Desse modo, na nossa opinião, lidamos com enunciados que fomentam uma querela que é parte da conjuntura social e da pauta midiática atual, pois o TDAH já vem aparecendo ao longo dos anos na dita “grande” mídia. No entanto, aquela declaração funda um evento e momento social e discursivo dentro da própria abordagem do TDAH na mídia. Para explicar isso, abrimos um parêntese e fazemos um paralelo com o *Prozac*¹⁹¹ que, como a *Ritalina*, provocou também uma mudança social e, ao nosso ver, discursiva. E, a partir dessas medicações, a *depressão* e o *TDAH* se configuraram como *palavras-chaves*. Quando retomadas ao longo da mídia, elas trazem formulações, sentidos, imagens, memórias que ecoam e atravessam os objetos tratados nos textos, e dialogam com atos, discursos e contextos que marcaram (e marcam) uma coletividade. *Geração Prozac*, no passado, e hoje, *Geração Ritalina* são nomações indicadoras de um tempo, um momento e um espaço. Elas construíram (e constroem) referências discursivas sobre as épocas — mesmo que essa memória coletiva seja mais marcada em certas sociedades que em outras.

Fechando esse parêntese, tratemos desse assunto no contexto brasileiro. Aqui, examinamos que a circulação do TDAH a partir da alusão daquela declaração se deu principalmente ao longo do ano de 2013. Enunciados como o “TDAH não existe” (4.320 resultados no *google.com*), o “TDAH é uma mentira” (688 resultados no mesmo site), o “pai do TDAH declara-se mentiroso” (317 resultados no portal de buscas citado), entre outros, passaram a circular para retomar o evento da publicação dessa fala. Em virtude da polêmica e do debate gerado, o qual se deu principalmente em sites de revistas e jornais *on-line*, fóruns e *blogs* nacionais e internacionais, a *Associação Brasileira do Déficit de Atenção* (ABDA) junto com a *Associação Brasileira de Psiquiatria* (ABP) escreveram um manifesto para se pronunciar sobre o assunto. O texto, veiculado em três línguas (português brasileiro, inglês e

¹⁹⁰ Numa breve pesquisa do nome TDAH no *google.com*, notamos que dos anos 1980 até 2014 houve um aumento de mais de 233% nos resultados que trazem alguma referência a esse transtorno: de 1980 até 1990, encontramos 67 resultados; de 1990 até 2000, 1.460; de 2000 até 2010, 125.000; e de 2010 até 2014, num período de apenas 4 anos, deparamo-nos com mais que o dobro dos últimos 10 anos, a saber, 156.000. Destacamos, contudo, que esses números devem ser lidos tomando-se em consideração que o aumento também se dá em virtude da maior propagação de informações promovida pela acessibilidade da internet. Além disso, a título de curiosidade, essa busca não levou em conta as nomações anteriores dadas ao dito transtorno.

¹⁹¹ Cf. o capítulo 2, páginas 191 e 192.

espanhol), ainda teve apoio de mais de 25 entidades brasileiras, as quais também assinaram a carta.

Brasília, 13 de julho de 2012.

Carta de Esclarecimento à Sociedade sobre o TDAH, seu diagnóstico e tratamento.

Recentemente, uma série de matérias sobre o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) tem sido veiculada pela mídia jornalística não especializada. Em boa parte dessas matérias, profissionais apresentados como especialistas em saúde e educação (embora seus currículos informem não terem publicações científicas sobre o assunto) transmitem opiniões pessoais como se fossem informações científicas. Pior, suas opiniões não refletem os conhecimentos atuais sobre o transtorno, que é reconhecido pela Organização Mundial da Saúde e sobre o qual constam centenas de publicações em bancos de dados (<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/>) descrevendo claramente as graves consequências nas esferas acadêmica, familiar, social e profissional. Tais opiniões equivocadas são nocivas para pacientes, familiares e para a população como um todo.

*A afirmação de que o TDAH “não existe”, de que os medicamentos aprovados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária para o tratamento desse transtorno são “perigosos” e tornam as crianças “obedientes” é, na melhor das hipóteses, expressão pública de ignorância em relação ao tema, investigado cientificamente de modo extenso por pesquisadores de todo o mundo, muitos deles brasileiros. Na pior das hipóteses, configura crime porque veicula informações erradas sobre tema de saúde pública. Incontáveis Associações Médicas ao redor do mundo já se posicionaram não deixando dúvidas sobre a validade do TDAH. Tais matérias induzem os leitores à falsa conclusão que há dúvidas não apenas quanto à existência do TDAH, como sobre os benefícios do tratamento medicamentoso. Obviamente, tais textos jamais citam qualquer artigo científico, nenhum dado de pesquisa, demonstrando os tais efeitos “perigosos” ou graves. E, numa prova incontestável da natureza parcial e enganosa, em desrespeito aos princípios básicos do jornalismo, deixam de citar centenas de artigos científicos que documentam fartamente os benefícios, a eficácia e a segurança dos medicamentos usados no tratamento do TDAH. Recentemente, um grande estudo publicado no mais importante jornal Inglês de Psiquiatria documentou que o metilfenidato é a medicação mais eficaz em Psiquiatria e uma das mais eficazes em toda a Medicina. Os sintomas que caracterizam o TDAH não são comportamentos infantis comuns, meras variações da normalidade, que médicos, pais e professores querem “controlar”. Seria o mesmo que dizer que diabetes é um mero aumento de açúcar no sangue, uma simples variação do normal observado na população. Noventa e cinco por cento das crianças e adolescentes não tem a intensidade e gravidade de sintomas que os portadores de TDAH, do mesmo modo que 90% dos adultos não têm níveis elevados de açúcar. Diagnósticos são frequentemente estabelecidos pela intensidade e gravidade. A lista é grande: hipertensão arterial, glaucoma, osteoporose, hipertireoidismo, etc. Todos eles, à semelhança do que ocorre no TDAH, cursam com graves consequências para o indivíduo. *Proposições do tipo “quem não esquece alguma coisa de vez em quando?” ou “quem não responde impulsivamente de vez em quando?” são, além de superficiais, irrelevantes: todos os sintomas do TDAH ocorrem em frequência e intensidade não observada em indivíduos normais*¹⁹² (CARTA..., 2012, grifo nosso).*

¹⁹² Uma versão mais extensa desta carta também foi veiculada na mídia. Optamos, no entanto, por apresentar neste espaço o texto reduzido e que está disponível ao público a partir do site da ABDA.

Os enunciados em itálico apontam para uma tripla direção do texto: ele se dirige ao objeto *TDAH*, aos discursos alheios sobre esse objeto, divulgados *pela mídia jornalística não especializada* e à declaração que o *“TDAH não existe”*. Além disso, o acento dado ao TDAH é o de um distúrbio que está inscrito num espaço axiológico de um sujeito que é normal: “todos os sintomas do TDAH ocorrem em frequência e intensidade não observada em indivíduos normais” (CARTA..., 2012). Observamos também que a carta da instituição coloca o enunciado “A afirmação de que o TDAH ‘não existe’” (CARTA..., 2012) em circulação, o que gera uma movimentação e mobilização de sujeitos e discursos que se posicionam sobre a fala do psiquiatra norte-americano. Essa declaração é feita na forma de alusão, inclusive, porque não explicita que foi proferida por ele; deparamo-nos, assim, com uma *alusão*. Para Authier-Revuz (2007), a alusão é um fenômeno relacional que apresenta riscos de não ser compreendida pelo leitor e de ser proferida sem que o enunciador se dê conta. Ao não demarcar a declaração, a instituição acaba por ecoar na carta não só o discurso do médico, mas também um outro discurso, a saber, aquele que combate o ponto de vista dos que não acreditam na doença. Ou seja, na afirmação *“TDAH não existe”* ressoa mais que um discurso, mais que uma voz, suscitando e despertando um debate já antigo que surge agora num novo contexto.

Esse debate em torno do dito transtorno faz parte de um conjunto de discursividades ainda maior que vem sendo alimentado pelos meios de comunicação, em especial desde a publicação dos últimos DSMs — o DSM-IV-TR em 2000 e o DSM-V, 2013. Tanto a massificação dos discursos desses manuais como a importância dada à indústria farmacêutica têm sido alvo constante de agendamento. E isso tem fundamento se considerarmos a base ideológica camuflada pelo discurso científico que é sustentado nesses manuais. Para Ianini e Teixeira (2013), o DSM se nutre e extrai sua potência do *protesto*, pois as numerosas renovações periódicas de suas listagens não são só uma atualização de doenças já existentes, acréscimo de “novas”, exposição de outros fatores de risco etc. Tais renovações são uma forma do manual prover respostas às queixas e reclamações do público profissional e usuário. Ora, “se Lacan tem razão ao dizer que ao protestar contra uma situação, entramos no discurso que a condiciona, é porque, assim fazendo, indicamos as correções que tornam essa situação mais *suportável*” (IANINI; TEIXEIRA, 2013, p. 27). Ou ainda, a situação *parece ser a mais suportável* porque a interdição da diferença e a validação de um único tipo de sujeito tem sido propagada desde a lepra, a inquisição, passando pela psiquiatria e até pela psicanálise (com suas neuroses e psicoses), mas que agora traz uma sensação de incluir e tolerar essa diferença. Disso podemos afirmar que o DSM emerge numa rede de relações e jogos de poder, com um

olhar normalizador que tem apoio integrado de diversos campos do saber, como a ciência, a política e a economia; e o TDAH é um dos muitos discursos atributivos dos “novos” ditos transtornos que atuam na regulação das linguagens, dos discursos, dos corpos.

1.6 Considerações *parciais*

Enfim, é por meio da perspectiva de uma semântica discursiva adotada neste trabalho, a qual considera a análise dialógica das palavras, dos usos, dos discursos, que tomamos o processo de representação (construção) discursiva na mídia como um ato/uma atividade que engloba o agir avaliativo do jornalista na midiatização dos acontecimentos. É importante, desse modo, pensar que as construções dos textos, a representação dos discursos outros (RDA), o apagamento de algumas fontes enunciativas, o emprego de determinadas nomações, a circulação de certos discursos, entre outros aspectos, se inserem num jogo de relações sociais, discursivas e de poder, mesmo que isso não seja tão claro para aquele quem escreve. Nesse contexto de análise, é preciso ainda considerar uma hermenêutica da mídia que investigue as regularidades discursivas entre os tipos de acontecimentos noticiados, as possibilidades de tipificação de eventos e momentos discursivos a partir do que caracteriza Moirand (2007a, 2008); e, ainda, a relação deles com a noção de *agendamento*.

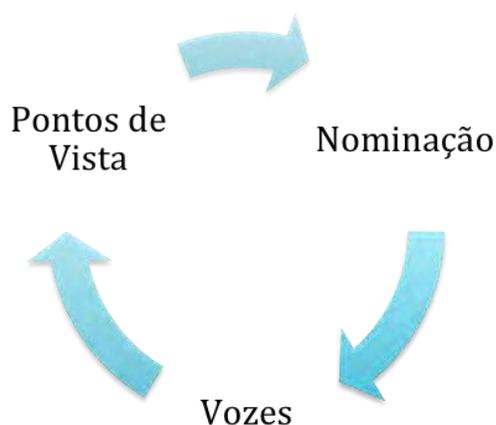
Logo, para investigar as representações discursivas sobre a loucura e a doença mental se faz necessário ampliar o raio de análise e avançar não só sobre o que “aparentemente” está dado, visível, alocado *na* e *a partir da* reforma psiquiátrica. Mas abarcar também, nesse momento sócio-histórico, acontecimentos agendados que se tornaram eventos discursivos; e que, ao atravessar embates nos dizeres do noticiado e das personagens envolvidas, constroem efeitos de representação diversos associados a nomes como *doença mental, loucura, transtorno, distúrbio, surto* e *TDAH*. Isso pode se dar através das vozes dos veículos de comunicação, dos atores sociais convocados (ou não) para falar e da própria sociedade — leitora-autora/ouvinte-autora/telespectadora-autora — que toma posições variadas sobre esse “mesmo” assunto, como mostram as notícias, os textos de *blogs* e os comentários postados nos sites noticiosos. Por tudo isso, vamos nos deter nos próximos capítulos em algumas categorias que acreditamos ser relevantes na representação discursiva dos acontecimentos e, para além disso, estão mutuamente associadas, a saber: *nominação, vozes e pontos de vista*.

2 Recorte teórico-metodológico: *nominação, vozes e pontos de vista*

Antes de apresentar as noções específicas as quais nos detivemos, é necessário apresentar uma distinção quanto ao uso do termo *nominar*. Optamos pelo uso de *nominar* por alguns motivos. Primeiro, por fazer referência não só ao ato comum de dar um nome, mas por remeter esta atividade como a que consiste também em dizer um nome *ao que não tem nome*. Ora, a nominação é também uma tentativa de “palatizar” o objeto, tornando-o parte do campo do possível e removendo-o do do impossível. Então, do nosso ponto de vista, a nominação se caracteriza como um processo marcado pelo novo, pela singularidade do sujeito, pelos desejos e afetos. Nominar algo revela muito daquele que nomina, embora a nominação nem sempre seja uma escolha consciente e, assim, revela mais ainda o ponto de vista de quem atribui o nome. Ademais, como é discutido mais adiante, a nominação abarca as memórias dos usos e dos discursos. Terceiro, para demarcar o nosso estudo como aquele que se diferencia também do da lexicografia. E, ainda, por essa opção de uso marcar o nosso posicionamento teórico de uma *semântica discursiva* (MOIRAND, 2007a, 2008), a qual vem sendo discutida desde Cordeiro (2011). Essa linha teórica é embasada pela noção do dialogismo bakhtiniano, o qual pressupõe que a produção dos sentidos se dá nos usos concretos das palavras e na circulação delas de uma esfera a outra, de um contexto a outro, de um grupo social a outro, de uma época a outra (BAKHTIN, 2005 [1929/1963]) e assim por diante.

Passemos, assim, a tratar de algumas noções específicas, as quais nos ajudaram a demarcar e recortar metodologicamente o *corpus*. De fato, foi a partir dele que categorias centrais como as de *nominação, vozes e pontos de vista* emergiram, as quais fundamentam a nossa análise. Elas são estudadas em inter-relação conforme o esquema inserido abaixo, uma vez que a própria noção de *nominar* já nos leva, inevitavelmente, as outras duas supracitadas:

Esquema 01 – Categorias centrais para a análise



Pensamos que o ato de nominar se dá como um dizer sobre o *eu*, o *outro* e o *mundo*. E, de maneira geral, o panorama teórico de Siblot (1998) e Moirand (2009a)¹⁹³, que teorizam sobre o ato de nominar de forma muito bem fundamentada nos estudos de Bakhtin, nos permite compreender o *processo* de atribuição de *nomes* na perspectiva semântico discursiva e dialógica da linguagem. Destacamos aqui o termo *processo* porque, na visão desses teóricos, a qual compartilhamos, dizer alguma coisa não é um ato resultativo que pressupõe um significado retirado de uma “estabilidade” da língua. Marcado pela alteridade, nominar considera os contextos de produção e comunicação, os embates dialógicos, as tensões entre os discursos e interdiscursos, as memórias, os usos. É, portanto, um movimento constitutivo da própria língua e/ou do discurso que engloba a compreensão *ativa e responsiva*.

Segundo Siblot (1998, p. 32), quando nos reportamos a um objeto do mundo de uma forma, nominando-o, construímos e, ao mesmo tempo, revelamos um ponto de vista; pois, ao nominar, escolhemos uma ou mais vozes para inscrever os termos que vamos usar. Ora, os nomes não se ligam a um chamado “referente” de forma unívoca, mas, como expõe o linguista francês, “les noms par lesquels le « je » désigne les « autres », et se désigne lui-même, sont rarement ceux dont use le « tu » pour les désignations réciproques. Et quand les désignations sont les mêmes,

¹⁹³ Além de Siblot e Moirand, há também outros pesquisadores que estudam o ato de nominar numa perspectiva discursiva, como Madray-Lesigne (1998), Sabria (1998), Veniard (2013), Née (2009), entre outros.

leurs valeurs sont différentes, parfois contraires”¹⁹⁴. O sujeito, ao dizer o outro, toma uma posição sobre o que é nominado, posição esta que pede uma definição de si. Assim, esse nome que chama o objeto, o nomina, não diz um referente, mas o constrói. Para além disso, as palavras usadas guardam a memória (i) dos *sentidos* derivados dos seus empregos anteriores, conservando a impressão e até a postura daqueles sobre os objetos nominados; (ii) das *vozes* em que elas foram usadas, pois a categorização é um movimento dialógico. Dessa maneira, as nominações têm simultaneamente a posição sobre aquilo que nomina e a daqueles que, de maneira similar ou diferente, nominaram este objeto.

Le mot *alcool* ne sera pas producteur des mêmes sens, à l’émission comme à la réception, selon qu’il apparaît dans le commentaire d’un médecin sur l’asepsie, dans un argumentaire sur l’intérêt de nouveaux carburants ou dans la description des méfaits de l’éthlisme. Il faut, ne serait-ce que pour réguler la polysémie des termes, procéder pour chaque actualisation à des associations d’idées, à la structuration en « isotopies » de réseaux sémantiques, à la mobilisation de savoirs pratiques ou encyclopédiques, à des inférences, à la saisie des intentions du locuteur... Ce travail est celui même de la production du sens¹⁹⁵ (SIBLOT, 2007, p. 36, grifo do autor).

Conforme afirma Siblot (2007) neste excerto, nominar é um processo complexo porque envolve a dinâmica de produção do sentido. Por isso, a mesma palavra *álcool* quando empregada por variados sujeitos em contextos diversos constrói diferentes sentidos. Esse ato pede ainda que o sujeito tome uma posição que nem sempre “aparece” ao outro como situada em um tempo e espaço, porque o nome também traz os relatos outros sobre os mesmos objetos. Assim, a palavra não deixa de operar uma qualificação que surge como se nela “inscrita” e que pode vir a se tornar parte do universo axiológico dela, cujo uso pelos sujeitos exige um posicionamento também em relação ao universo de vozes, discursos e valores que o termo carrega e atravessa (até chegar ao objeto do qual trata). Há casos, inclusive, em que a voz alheia aparece tão “colada” na nominação que esta poderia funcionar para o enunciador como uma “simples” designação — pois

¹⁹⁴ “Os nomes pelos quais o ‘eu’ designa os ‘outros’, e se designa ele mesmo, são raramente aqueles usados pelo ‘tu’ para designações recíprocas. E quando as designações são as mesmas, os valores são diferentes, às vezes contrários” (SIBLOT, 1998, p. 32, tradução nossa).

¹⁹⁵ “A palavra *álcool* não produzirá os mesmos sentidos, na emissão como na recepção, quando aparece no comentário de um médico sobre a assepsia, na argumentação sobre os novos combustíveis ou na descrição dos malefícios do alcoolismo. É preciso, nem que fosse para regular a polissemia dos termos, proceder para cada atualização à associação de ideias, à estruturação em ‘isotopias’ de redes semânticas, à mobilização de saberes práticos ou enciclopédicos, às inferências, à apreensão de intenções do locutor... Este trabalho é ele mesmo o da produção do sentido” (SIBLOT, 2007, p. 36, grifo do autor, tradução nossa).

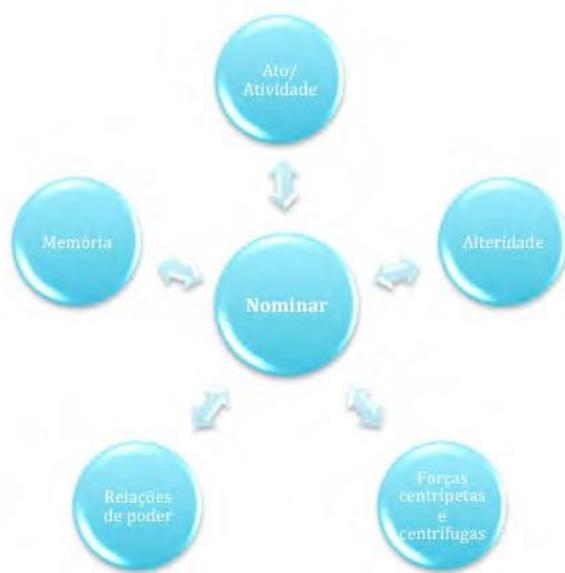
a presença de outrem está, nesse caso, tão diluída na palavra que parece remeter para apenas um enunciador que fala a partir de uma língua que está sobredeterminada pelo inventário lexical e não pelos usos sociais. E existe ainda, para citar o exemplo trazido por Maurer (1998), nominações que são apresentadas entre aspas, funcionando como citações, destacando certos discursos na palavra escolhida, operando refutações-críticas no uso do termo e permitindo a compreensão de certos interditos. Isso só reafirma que o processo da nominação é fundamentalmente dialógico.

A esse respeito, poderíamos nos perguntar se existem palavras mais ou menos “adequadas” para nominar os objetos do discurso. De acordo com Veniard (2013), alguns títulos de notícias testemunham a recorrência de tensões, como no tratamento que os jornalistas dão às guerras, por exemplo. Essa pesquisadora afirma que, no caso de conflitos, há a apresentação de maneira mais ou menos clara de dois ou mais pontos de vista, porque as tensões entre as nominações parecem ser um “lugar comum” no discurso e, muitas vezes, até obrigatório, já que traduziria a oposição de *um* em relação ao *outro*. Ora, sabemos que as palavras têm um poder e um impacto pragmático não só nos conflitos, como aponta a autora, mas também, na orientação informativa ou na tomada de decisões. Disso, questionamos: e quando lidamos com eventos que não são marcados explicitamente como conflitos e guerras? O conflito constitui uma situação que não é tão simples de se explicar. Pode incluir uma negociação pacífica ou não, mas há a importante questão “de que lado você está”. E, por isso, a dúvida poderia surgir nessa atividade de selecionar qual palavra corresponderia “mais ou menos bem” ou “mais ou menos melhor” aos referentes que são construídos no discurso. Só que a linguagem não diz e nem parece dizer “bem” ou “melhor” uma dita realidade. As palavras usadas para fazer referência aos atores sociais apresentam, em nossa opinião, uma natureza conflitual que envolve não só (i) o contexto situacional e (ii) o horizonte social entre os sujeitos, mas (iii) as relações que eles estabelecem com a categoria do objeto nominado, (iv) o próprio objeto, (v) o gênero de utilização da linguagem, (vi) os discursos carregados pela memória, (vii) os efeitos semânticos que o termo pode gerar, os quais fazem parte da intuição do próprio sujeito nesse processo, entre outros aspectos, que são discutidos ao longo da tese a partir das noções a seguir.

Logo, associadas àquelas três noções tão fundamentais ao nosso estudo — nominação, vozes e pontos de vista —, fazemos agora uma reflexão sobre o *ato/atividade*, a *alteridade* e o *dialogismo*; as *forças centrípetas e centrífugas*, as *relações de poder* e a *memória*, uma vez que

são constitutivos do ato da nomeação, do movimento das vozes sociais e da elaboração do ponto de vista. Embora discutidos aqui *um por um*, tais noções estão inter-relacionadas e em nenhum momento se substituem, embora sejam trazidas por abordagens e contextos teóricos variados. Para ilustrar a confluência entre essas noções, apresentamos, a seguir, outra imagem que se aproxima de como concebemos o alcance do estudo da nomeação. Isso é feito para mostrar “didaticamente” como, a partir de diferentes perspectivas teóricas — algumas já apresentadas —, esses fundamentos são estudados por nós num esquema complementar, ampliando a projeção da nomeação a partir do nosso *corpus*. Destacamos que, ao fazer isso, estamos pensando a respeito de possíveis “circuitos” de estudo do ato da nomeação na mídia:

Esquema 02 – O estudo do ato da nomeação na mídia



Observe que ao caracterizar a nomeação a partir de cada um desses conceitos, concebemos esse ato em um *movimento* que evoca¹⁹⁶ uma ou mais vozes, toma uma posição e

¹⁹⁶ Lembramos que a adesão a certas vozes leva os sujeitos a dialogicamente se recusar ou se afastar de outras, assim como a formulação do ponto de vista os conduz ao distanciamento e/ou à recusa de outras posições.

revela um ponto de vista. Isso porque a noção de nominar não é uma “armadura”; ao contrário, ela permite-nos pensar na produção do sentido como um movimento dinâmico. Passemos então a inter-relação entre esses fundamentos.

2.1 Nominar é um *ato*/uma atividade ética e discursiva

Atribuir um nome não só é um *ato*, uma *atividade* discursiva que é, como defendemos, variável, móvel, mas uma *ação* que se situa no âmbito ético da vida. Essa perspectiva é baseada nos primeiros escritos de Bakhtin, os quais retomamos para, posteriormente, situar a nomenclatura. Deixamos claro que iniciar a discussão a partir de algumas reflexões filosóficas é relevante para se compreender a postura ética e a responsabilidade que implica esse ato enunciativo, consideração necessária ao estudo da nomenclatura que carece, ainda, de debate.

Em *Para uma Filosofia do Ato* (1919/1921), Bakhtin (1993b) tem a “pretensão” inicial de elaborar um grande projeto filosófico para a ética, uma *prima filosofia*, como diz Faraco (2006, 2011, 2013), realizando críticas ao teoreticismo, a saber, às objetificações da vida vivida; e, mesmo “abandonando” esse projeto, posteriormente, o axioma permanece ao longo de suas obras. É nesse texto¹⁹⁷ que o pensador introduz noções basilares, ainda de forma embrionária, que são mais adiante, em obras futuras, desenvolvidos e discutidos por ele, tais como *ato/atividade*, *evento*, *alteridade*, *o não-álibi da existência* e *o tom emocional-volitivo*. De acordo com Thomson (2012), essa obra foi escrita nas pressas e, em alguns momentos, foi ditado pelo russo e transcrito pela esposa de Bakhtin, Elena Aleksandrovna¹⁹⁸; isso leva-nos a pensar que talvez ela

¹⁹⁷ A título de curiosidade: conforme Thomson (2012b), mesmo sendo certo que *Para uma filosofia do ato* tenha sido lido, relido e interpretado pela sociedade em geral desde a sua publicação em Moscou, no ano de 1986 e, mais adiante, quando traduzido para o inglês, em 1993, esse texto parece ter figurado entre os escritos de Bakhtin como o menos lido ou citado – pelo menos entre os estudiosos de língua inglesa no período de 1999 a 2011. Os trabalhos mais citados desse pensador russo continuam sendo sobre o romance e, atualmente, sobre religião — principalmente no norte da América por estudantes da Bíblia —; e, ao nosso ver, aqui no Brasil, sobre os gêneros do discurso e o livro *Marxismo e Filosofia de Linguagem*, o qual traz na capa o nome de Bakhtin, mas é seguramente de Volochínov.

¹⁹⁸ No período em que Bakhtin não conseguia escrever com a sua própria mão (HOLQUIST, 1990 apud THOMSON, 2012) em virtude de uma doença que acometia seus ossos.

tenha sido a primeira leitora do seu manuscrito, podendo ter trazido alguma influência para o seu pensamento.

Para Bakhtin (1993 [1919/1921]), o mundo nos é dado sócio-historicamente e cada ato do homem é “situado, corporificado, peculiar, historicamente material” (SOBRAL, 2008, p. 18). Esse caráter situado das nossas ações está relacionado à visão fenomenológica de Husserl, embora sem a “neutralidade transcendental” (SOBRAL, 2008, p. 18) assumida pelo filósofo alemão. Isso se dá porque Bakhtin se opõe ao juízo teoricamente ou universalmente válido que permanece no domínio abstrato e alheio à historicidade viva. Da mesma forma, ele realiza uma crítica ao teoreticismo cognitivo e ao racionalismo que projetam a verdade como única e universal:

[...] o mundo como objeto de cognição teórica procura se fazer passar como o mundo inteiro, isto é, não apenas como um Ser abstratamente unitário, mas também como um Ser concretamente único em sua totalidade possível. [...] Historicamente, o Ser único real é maior e mais pesado que o Ser unitário da ciência teórica. Mas essa diferença em peso, que é auto-evidente para uma consciência viva que a experimente, não pode ser determinada em categorias teóricas. O conteúdo-sentido abstraído do ato-ação pode ser formado em um certo Ser aberto e unitário, mas isso, é claro, não é aquele Ser único no qual nós vivemos e morremos, no qual se realizam nossos atos ou ações responsáveis; ele é fundamentalmente alheio à historicidade da vida. *Eu não posso incluir meu eu real e minha vida (como momento) no mundo constituído pelas construções da consciência teórica, em abstração do ato histórico individual e responsável* (BAKHTIN, 1993 [1919/1921], p. 25-26, grifo nosso).

Isso significa que ao tomarmos nossos atos no sentido meramente abstrato e cognitivo, eles passam a ser controlados por leis como se “imanescentes”, “autônomas”, que não são históricas, vivas e relacionais. Onde estaria, portanto, o indivíduo responsivo e ativo? Cada um de nossos atos, cada uma de nossas atividades não é individual, única e histórica? Como explica o pensador russo, a minha vida não deverá ser tomada como um conjunto de atos abstraídos de sua singularidade, mas a partir de um realizar ininterrupto de atos. Por isso, o *conteúdo-sentido* de um ato deverá estar relacionado ao momento *histórico-individual*, a saber, ao tempo e as circunstâncias particulares: “eu realizo, isto é, executo atos, com toda a minha vida, e cada ato particular e experiência vivida é um momento constituinte da minha vida” (BAKHTIN, 1993 [1919/1921], p. 21).

Esse pensador russo nunca esteve interessado em uma metafísica ou filosofia abstrata, mas em uma filosofia prática, do ato, da inter-ação e do agir, a saber, queria entender como *o ser*

conhece, pensa e age; e como a minha experiência e a minha posterior descrição sobre ela estão vinculadas na minha “singularidade do meu lugar único na existência” (HOLQUIST, 1993, p. 6). Nessa perspectiva, o conceito de ato tem um caráter ímpar. Ele agrega o conteúdo-sentido, o processo de sua realização, o outro que faz parte da relação, o qual baliza a minha enunciação (FARACO, 2013), os valores e os tons emotivos-volitivos dos sujeitos na situação. Cada ato é sempre único enquanto processo, embora possa compartilhar elementos comuns em termos de conteúdo com outros atos (SOBRAL, 2008). Quando falo ou escrevo um enunciado, por exemplo, embora ele parta do que já é *dado*¹⁹⁹ (a materialidade da língua²⁰⁰), ele sempre é uma criação singular, única, irrepetível, participativa — orientada para o objeto e direcionada a um outro —, vinculada a um contexto e a uma “verdade” concreta situacional, do momento, a qual Bakhtin chama de *pravda*; em oposição às verdades universalizantes, essenciais e generalizantes (*istina*) proclamadas pelas ciências. No entanto, notamos que nas nossas práticas diárias lidamos com esferas e produções de saberes que tendem a caracterizar o ato a partir de critérios essenciais, abstraindo-o do seu caráter contextual e situado do qual se encontra o sujeito. Todavia o mundo da abstração não resolve a vida (BAKHTIN, 1993 [1919/1921])! Apenas o sujeito, de dentro, é quem pode apreender a vida vivida, a singularidade do existir. E, aliás, essa eventicidade só pode ser vivenciada valorativamente²⁰¹.

O sujeito do conhecimento, de caráter universal²⁰² — tal como propagado pelos ideais do Iluminismo (século XVIII) e sob a influência do paradigma cartesiano²⁰³ *Cogito, ego sum* —, não ocupa um lugar concreto na existência. Ao contrário, a vida, interiormente vivida, só pode ser

¹⁹⁹ Sobre o *dado* e o *criado* no enunciado, Bakhtin (2003d) afirma em *O problema do texto* (1956-1961) o seguinte: “o enunciado nunca é simples reflexo ou expressão de algo que lhe preexistisse, fora dele, dado e pronto. O enunciado sempre cria algo que, antes dele, nunca existira, algo novo e irreproduzível, algo que está sempre relacionado com um valor (a verdade, o bem, a beleza etc.). Entretanto, qualquer coisa criada se cria sempre a partir de uma coisa que é dada (a língua, o fenômeno observado na realidade, o sentimento vivido, o próprio sujeito falante, o que é já concluído em sua visão do mundo etc.). O *dado* se transfigura no *criado*” (BAKHTIN, 1956-1961, p. 348, grifo do autor).

²⁰⁰ “A língua *em si mesma* é indiferente em termos axiológicos, é sempre escrava e nunca um objetivo, serve ao conhecimento, à arte, à comunicação prática etc.” (BAKHTIN, 2003e [1920-1923], p. 179, grifo nosso).

²⁰¹ É nessa direção que Bakhtin, influenciado também por algumas ideias de Nietzsche (FARACO, 2013), defende que devemos fazer a(s) filosofia(s) da vida.

²⁰² Em *O autor e a personagem na atividade estética* (1920-1923), Bakhtin (2003c) parte do homem na vida vivida para teorizar sobre o processo de representação artística/estética do herói/personagem, propondo, assim, uma reflexão sobre o caráter construtivo da arte. Ao fazer isso, ele outra vez demarca seu pensamento em oposição ao empirismo e ao cognitivismo, que excluem o social, o histórico e o cultural.

²⁰³ Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Volochínov (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929], p. 77), ao apontar as críticas ao objetivismo abstrato, assinala essa corrente como ligada ao pensamento cartesiano.

experimentada nas categorias do *eu-para-mim*, do *outro-para-mim* e do *eu-para-outro* (BAKHTIN, 2003e [1920-1923]), isto é, nas relações sociais singulares, particulares e únicas entre os sujeitos; e não a partir de um sujeito “empírico” concebido pelas epistemologias. Assim, a vida interior não pode ser conceituada, mas apenas experimentada de dentro. Ora, como já havia dito Nietzsche (2003 [1874]), temos outras “fontes” do conhecimento e não apenas a da ciência, embora haja na sociedade o constrangimento da necessidade de ser verídico. Isso, aliás, ressoa no que afirma Bakhtin (1993 [1919/1921]), quando aponta que essa última abstrai o sujeito do evento da vida e não a resolve como poderia-se presumir.

O que se interpreta aqui é que, para Bakhtin, toda palavra tem um valor ético, até mesmo a que “supostamente” pretende ser a verdadeira, a da ciência, a da pesquisa, a do jornalismo. Nas trajetórias teóricas de Foucault, ele também nos fala da relação da ética com o conhecimento científico: não é que o sujeito deva simplesmente rejeitá-lo por completo, mas pensar numa relação estabelecida consigo mesmo e com o outro que possa ser modificada e não somente concebida pelas práticas sociais e discursivas naturalizadas pela sociedade. Assim, Foucault, retomando Oksala (2011, p. 123), diz que, ao invés de procurar um diagnóstico ou uma categorização médica “que explique o modo como somos ou nos sentimos diferentes, poderia ser melhor, por vezes, *admitir a diferença* e fazer dela, de maneira criativa, uma característica singular e capacitadora do nosso ser” (grifo nosso). Então, agora retomando os escritos de Bakhtin (1993 [1919/1921]), se a nossa singularidade é marcada pela capacidade tão única na existência de conduzir as nossas decisões, atitudes e ações, porque não fazer da vida vivida uma possibilidade de aceitação de uma falta que nos é constitutiva, pela evasão, pela dessemelhança, pela diferença no múltiplo que a nós é próprio a partir de formas de identificação que não sejam aquelas de uma dita harmonia e homogeneização do sujeito? A questão que se impõe para nós aqui é como encontrar e visibilizar espaços de possibilidade de nos dizermos, operando com uma individualidade que é diversa. Isso porque boa parte das representações discursivas que circulam nas sociedades ocidentalizadas têm, de maneira geral, a marca e o traço de uma austeridade imposta como modos específicos de se representar, identificar e de ser comumente tipos específicos de sujeito. Falamos em os *modos de representação do sujeito* porque não há como falar de uma ética da vida sem falar de como o sujeito a toma e se identifica com ela.

Ao longo da nossa vida vivida, somos conduzidos pelo futuro, por um porvir, no qual não temos como não decidir e não agir. Sem alibi para a existência (BAKHTIN, 1993 [1919/1921]), o

sujeito da vida vivida necessita a cada momento decidir, contudo essas decisões não são tomadas apenas *para mim*, mas *para a relação* (FARACO, 2003, 2011), ou melhor, considerando os muitos outros que se “encontram” em mim. Ao tomarmos uma decisão, não levamos em conta os valores morais ou conteúdos cognitivos “transcendentes”, como se nosso ato residisse meramente no plano da abstração, mas o conteúdo valorativo relacionado ao caráter situado e histórico do sujeito²⁰⁴. Cada um de nós compreende o mundo de uma posição singular e única na existência, a partir da participação individual e única no ser-evento, cuja realidade interior engloba a orientação semântico-axiológica e socialmente avaliativa da vida (BAKHTIN, 2003e [1920-1923]). Por isso, no nosso cotidiano, o mundo da vida é representado e construído discursivamente a partir do que se enuncia em algumas esferas, a exemplo da *mediática*: os gêneros notícias, editoriais, crônicas, artigos de opinião, cartas dos leitores, comentários etc. são responsáveis por constituir esse mundo em que vivemos, atribuindo sentidos às ações realizadas e vividas pelas pessoas. Da posição única que o sujeito ocupa no evento da vida, o mundo é configurado semanticamente, nominado e discursivamente construído pelo jornalista, a partir de um *eu-para-mim*, *eu-para-outro* e *outro-para-mim* (BAKHTIN, 2003e [1920-1923]). A contraposição axiológica entre o *eu* e o *outro* (BAKHTIN, 1993 [1919/1921]) é também um dos aspectos fundamentais do pensamento de Bakhtin sobre a constituição do sujeito.

A dimensão da unicidade e irrepitibilidade do evento é fundamental na reflexão proposta por Bakhtin (FARACO, 2006). Consideramos que não há como tratar do sujeito único, concreto, axiológico, que se constitui na linguagem e alteridade e é coparticipante, sem considerar a interrelação entre a *razão teórica* e a *razão prática* no interior da vida vivida — projeto pensado pelo pensador russo — e não a exclusão do primeiro em detrimento do segundo ou vice-versa. Está claro para nós que as críticas que esse pensador faz em relação à cognição teórica se dão não como uma recusa ou anulação da validade dela; mas porque o interesse do pensamento racional é sobre o universal, geral, objetivo e não o singular, individual, subjetivo. Assim, ao assumirmos que esse sujeito ocupa um lugar único sendo, portanto, responsável pelo ato que realiza, tal como a fala que enuncia, nesse lugar único, estaremos, ao mesmo tempo, não só enfatizando os valores

²⁰⁴ É a partir dessas ideias que, segundo Faraco (2013), Bakhtin formula seu axioma no *relacional* e atribui máxima importância ao papel da linguagem.

axiológicos²⁰⁵ desse sujeito de dentro da sua existência, mas a inevitabilidade de se posicionar a cada ato de fala.

Cabe, aqui, fazer uma ressalva sobre a noção de *sujeito* para Bakhtin, Foucault e Lacan, que são distintas e justificáveis conforme os limites metodológicos em que cada um atuou, mas com pontos em comum. O primeiro, por exemplo, não traz diretamente o inconsciente para seus estudos. No entanto, ele elabora a ideia de um sujeito²⁰⁶ *heterogêneo (heteroglóssico), multivocal e dialógico*, o que indica que não somos completamente “livres” nem “donos” de nós mesmos. Isso apesar de defender, numa ética utópica²⁰⁷, que “quanto melhor o homem compreende a sua determinidade (a sua materialidade), tanto mais se aproxima da compreensão e da realização de sua verdadeira liberdade” (BAKHTIN, 2003a [1970-1971], p. 374-375). O importante é apontar que, para Bakhtin, o sujeito, desde o momento em que nasce, entra no fluxo da comunicação verbal. Esse mesmo sujeito não se reduz a um outro, mas se constitui a partir de muitos outros — os quais podem ser discursos, pessoas, axiologias etc.

Para Foucault (1979b [1977b]), o sujeito não é uma entidade dada, essencial, abstrata, isto é, não está nem no sentido *originário* e nem no *constituente*, mas imerso na história. E, aqui, Foucault não está falando de um sujeito assujeitado, que parece estar presente no início de suas elaborações. A esse respeito, é importante ressaltar que a noção de sujeito e sua constituição passa por várias elaborações ao longo das obras de Foucault. Segundo Castanheira e Correia (2011), nos deparamos, inicialmente, com o sujeito objetivado nas ciências humanas, depois com o sujeito que é produto das relações de poder, até chegar ao sujeito livre e capaz de constituir-se a si mesmo. De maneira geral, pensamos, no entanto, que o sujeito não está em um desses pólos e que se encontra nesse entremeio, nesse movimento, ampliando ainda essa noção a partir do que postula Bakhtin — de que ele é fundamentalmente constituído pela linguagem —, e a psicanálise

²⁰⁵ Bakhtin tem influências do filósofo Max Scheler (1874-1928) que escreveu muito sobre os valores. Há uma menção explícita a ele na obra *Questões de literatura e estética* quando trata do cronotopo no romance (BAKHTIN, 2002b [1937-1938/1973]).

²⁰⁶ Falamos isso apesar de saber, a partir das leituras das traduções, que Bakhtin usa com mais frequência o termo *homem* ao invés de *sujeito*.

²⁰⁷ *Utópica* não no sentido de desmerecer o projeto desse pensador, que articulava no seu projeto filosófico inicial, em *Para uma filosofia do ato*, um sujeito moral pleno, livre, responsável e sem álibi para a existência (FARACO, 2011). Ao contrário de desmerecer, pensamos que as *utopias* nos permitem pensar e questionar os valores, tempos, topos e sujeitos atuais.

— a qual contribui com a introdução de um sujeito formado também por um inconsciente e, assim, sujeito a falhas e atropelos.

Então, afirmamos, a partir do que expõe Foucault (FOUCAULT, 1979b [1977b]), que somos sujeitos de conhecimento, de ação e de moral; submetido ao social, construímo-nos historicamente por meio da linguagem e na história através das práticas discursivas. Ademais, embora nosso “quadro” teórico retome majoritariamente os escritos de Bakhtin, acrescentamos a concepção de sujeito trazida pela psicanálise, que foi também um dos eixos da temática de Foucault — o pensador rompe com a filosofia clássica e articula-se ao debate com a psicanálise (MOTTA, 2010). Fazemos, assim, essa retomada porque consideramos que esse *eu* é também falho, comete erros, tropeços, escorregões que muitas vezes é notável no seu discurso, na interação diária. Ele é dotado de um inconsciente, uma ordem simbólica, que é estruturado como uma linguagem, cujo outro tem papel fundamental, como afirma Jorge (s/d, p. 8):

A premissa inaugural da qual parte Lacan é a constatação de que o sujeito é *regido* pela linguagem, o Outro, que o *antecede* e o *estrutura*. O sujeito é efeito da linguagem e do discurso do Outro. Até aquilo que chamamos de nome próprio, que nos designa em nossa particularidade diante do mundo e de nossos semelhantes, é escolhido pelo Outro. O nascimento de um sujeito é produto do desejo do Outro — mesmo antes de ser concebida, a criança já encontra um lugar no discurso dos pais, de desejo e amor. É verdade que às vezes não, o que produz outro tipo de efeitos destrutivos na existência (grifos nossos).

Assim, como expõe Jorge, o *sujeito* da psicanálise é também fundamentalmente regido pela linguagem — *antecedido* e *estruturado* por ela. E, embora fale-se do sujeito como efeito da linguagem e estruturado pelo discurso do Outro, os quais podem ser muitos os (discursos) dos Outros e, pensamos, há muitos grandes Outros, preferimos considerar que o sujeito da psicanálise é fundamental para o nosso trabalho porque traz noções como a do *inconsciente* e a do *desejo*, que dão um maior suporte ao nosso estudo. É importante, antes de continuar tal discussão, abrir um parêntese, pois, de maneira geral, a palavra *sujeito* também traz problemas para a psicanálise. Embora seja entendido como clivado, dividido, barrado, o sujeito do inconsciente é *evanescente*. Assim, as vezes, os estudiosos²⁰⁸ que se situam nesse campo consideram que há mais um “efeito” de sujeito, pois o inconsciente é tido como um saber sem sujeito. Desse modo, voltando à

²⁰⁸ Cf. Laberge (2015), Jorge (s/d), dentre outros.

discussão do início do parágrafo, defendemos que tais noções supracitadas nos permitem pensar um sujeito que se elabora na presença, mas também na ausência, na existência e na abolição das experiências humanas das quais faz parte. Ademais, cabe-nos pensar na consideração do *desejo* — enquanto verdade de um sujeito, enquanto aquilo que o move ou o paralisa — que constitui as nossas produções e silenciamentos discursivos²⁰⁹. E, apesar de Bakhtin não trazer diretamente uma reflexão sobre o *inconsciente* e o *desejo*, o teórico russo afirma a importância do nome que é dado pelo outro²¹⁰, que é um ato intersubjetivo; mas que também que é uma atividade que *nos constitui* desde o momento em que nascemos, no qual emergimos na linguagem e passamos a falar a partir de outros, muitos outros, e que *constitui nossas relações*. Logo, para Bakhtin (2003a [1970-1971], p. 373-374),

tudo o que me diz respeito, a começar pelo meu nome, chega do mundo exterior à minha consciência pela boca dos outros (da minha mãe etc.), com a sua entonação, em sua tonalidade valorativo-emocional. A princípio, eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo. Os elementos de infantilismo da auto-consciência (“Será que um tipo assim mamãe amava...”) às vezes permanecem até o fim da vida (a concepção e a noção de mim mesmo, do meu corpo, do meu rosto e do passado em tons carinhosos). Como o corpo se forma inicialmente no seio (no corpo) materno, assim a consciência do homem desperta envolvida pela consciência do outro. Mais tarde começa a adequar a si mesmo as palavras e categorias neutras, isto é, a definir a si mesmo como homem independente do *eu* e do *outro* (grifo do autor).

Ora, a partir desses dois trechos — do de Jorde (s/d) e do de Bakhtin (2003a [1970-1971]), nas páginas 137 e 138 respectivamente — podemos refletir sobre um sujeito que não nasce pronto, mas no campo do outro, de outros discursos, de outros sujeitos, de outros grandes Outros; ou ainda, dito de outra maneira, sobre o sujeito como *heterogêneo, multivocal, dialógico*, estruturado pela e na *linguagem*, pela e na *história*. É também um ser *ético, responsável*, mas que comete *equivocos* porque, não sendo nem a origem e nem a fonte dos sentidos, a linguagem que o estrutura apresenta cesuras, rasgos e falhas. Essa última ideia, inclusive, aparece nos estudos de orientação da *Praxemática* realizados por Bres, Delamonte-Legrand, Madray-Lesigne e Siblot (1998) no tocante à nomenclatura. De acordo com esses estudiosos, o discurso é pensado em sua

²⁰⁹ Não temos a pretensão de fundar um novo campo de estudo da linguagem. Contudo gostaríamos de reivindicar outras reflexões sobre as teorizações, análises e produções que têm sido feitas no campo da linguística e da mídia que envolve o *ato de dar o nome*.

²¹⁰ O termo *outro* é grafado em minúsculo porque difere ainda quanto ao *Outro* Lacaniano.

produção e a subjetividade no intersubjetivo. Considerando a noção do sujeito “clivado” da psicanálise — noção que, como estamos discutindo, é alvo de muita discussão —, o outro não é necessariamente o destinatário, mas, e principalmente, o princípio da fala do sujeito. Há o que eles chamam de *pulsão comunicativa* — e nós, a partir de Bakhtin, de *atitude responsiva ativa* —, que faz parte dos discursos, pois esses são uma resposta ao apelo lançado pelo outro. Assim, o sujeito se inscreve e se constrói na fala segundo a dialética do mesmo e do outro, porque faz parte do seu espaço e, ao mesmo tempo, emerge no espaço do outro.

Portanto, fechando esse parêntese sobre a noção de sujeito, destacamos que compreendemos a nominação como um ato que é acima de tudo discursivo e argumentativo, pois atravessa e implica tomadas de posição axiológica — mesmo que esse ato não possa ser controlado pelo indivíduo e mesmo que ele nem sempre o perceba como uma atividade valorativa e argumentativa. Ademais, o ato de usar um nome para alguma coisa no aqui e agora carrega um tom emotivo-volitivo que se liga “ao mundo exterior como a uma resposta” (BAKHTIN, 1993 [1919/1921], p. 68). Esse *tom* se dá por meio da relação que o sujeito tem com esse outro, o mundo, o objeto, a própria expressão — relação que, segundo o filósofo russo, pode ser real ou desejada. Assim, o tom vai se construindo e se expressando no escrito a partir das palavras empregadas (das *nominações*), as quais passam a integrar o universo semântico do texto, das estruturas enunciativas, dos discursos representados (das *vozes*), de determinados *pontos de vista*, da forma como o sujeito que escreve o texto se representa etc.

É relevante apontar ainda que Volochínov complementa o que Bakhtin postula sobre o *tom*. No entanto, ele caracteriza essa noção a partir de um ponto de vista mais sociológico. O linguista russo emprega o termo *entoação* ou *entonação* (VOLOCHÍNOV, 1926, 1930) para explicar que toda fala depende da relação do enunciado com os valores do meio social onde o discurso ocorre. Ele o caracteriza como “o *som* expressivo da palavra” (VOLOCHÍNOV, 1930, p. 174, grifo do autor) que “é social por excelência” (VOLOCHÍNOV, 1926, p. 7), pois, situada entre o verbal e o não-verbal, é por meio dela que o discurso entra na vida e se torna um evento. Isso posto, é por meio da entonação que compreendemos o direcionamento de uma palavra, pois é na *dupla orientação social da entoação* que consideramos o autor (falante), o leitor (ouvinte)²¹¹

²¹¹ A título de esclarecimento, para Volochínov (1926), o *ouvinte* é diferente do *público-leitor*: enquanto este último é “exterior” à produção criativa do sujeito, aquele é coparticipante de todos os nossos atos, pois se relaciona com os

e o herói (o que é falado); ou, o sujeito que, naquele momento, “fala” com o sujeito que “escuta” e a interação do “falante” com o objeto do discurso. Esses três fatores — além do contexto imediato, da situação enunciativa, do horizonte social de uma época e da relação entre eles — influenciam a forma de falar, a organização do discurso.

Determinada pela situação e pelo auditório, “a entonação é a *expressão sonora da valoração social*” (VOLOCHÍNOV, 1930, p. 175, grifo do autor), que orienta socialmente os sujeitos na escolha e ordenação das palavras nos seus discursos. Dito de outra maneira, “a entonação, que expressa a orientação social, não só exige palavras ou expressões de um estilo particular, não só lhes dá um significado particular, mas também indica que lugar devem ocupar e as distribui na enunciação” (VOLOCHÍNOV, 1930, p. 185). Logo, o que Volochínov (1926) quer dizer é que o julgamento de valor, expresso pela entonação, determina não só as palavras, mas o *todo composicional verbal*. Ou seja, se o contexto e os outros sujeitos com o qual interagimos são modificados, *a entonação produzida pela mesma expressão empregada será outra*. Isso porque a entonação é uma avaliação ou *orientação social* tanto do contexto como da relação estabelecida com os outros; ou, nos termos de Volochínov (1930), uma avaliação da situação e do auditório. Assim, a partir do que diz Bakhtin (1993 [1919/1921]) sobre o tom e Volochínov (1926, 1930) sobre a entonação, observamos que a nomenclatura é uma atividade vivida como um evento em processo, pois é assim que lidamos com a língua — e não com uma dita “formulação” sincrônica que é extraída do repertório de uma gramática da língua como um nome pronto, já-dado a ser enunciado.

Embora partindo de outra perspectiva, Lacan (2005b [1953], p. 31), ao caracterizar a fala, explica que, quando realizada, ela *muda* os dois parceiros em presença: “a palavra dada é igualmente uma forma de ato. Mas é também às vezes um objeto, ou seja, alguma coisa que se carrega, um feixe. É qualquer coisa. Mas, a partir daí, algo que não existia antes passa a existir”. Ora, já nos dizia Bakhtin (2015 [1934-1935]) que o processo de enunciação é um ato que carrega um já-dito que atualiza os sentidos das palavras e carrega axiologias; mas é também um ato que

julgamentos de valor do grupo social do qual faz parte. Assim, a partir do que o teórico traz, pensamos que o ouvinte não se refere necessariamente a um sujeito “físico”, mas inclui os enunciados, os discursos e as vozes sociais com as quais interagimos e que estruturam e guiam a elaboração do nosso discurso, sejam eles do grupo social do qual fazemos parte, sejam eles internalizados durante as experiências na infância, nas atividades familiares, entre outras. Já o público-leitor parece fazer referência mais a um dito “supra-destinatário”, isto é, a um horizonte social específico de um jornal, por exemplo.

traz algo novo porque cada enunciado é singular, orientado para o objeto e direcionado a um outro, vinculado a um contexto social e momento histórico — embora possa compartilhar com outros atos (i) elementos comuns, como a materialidade da língua, e, em termos de conteúdo, (ii) o já-dito, a partir do qual se elabora o novo²¹². Além disso, dizer algo é um *meio* fundador, isto é, cria um *elo* nas nossas relações estabelecidas com o mundo, seja esse *dito* um objeto de luta social, seja esse *dito* um dizer pelo qual erguemos as batalhas mais íntimas: são as palavras vindas das *bocas dos outros* que retomamos para nos identificar, analisar, refletir e marcar o espaço que ocupamos axiologicamente no evento da vida (BAKHTIN, 1993 [1919/1921]). E, não menos importante, esse ato que é fundamentalmente social, é permeado por demandas geradas pelos desejos: de ser reconhecido e aceito pelo outro, de ser o objeto do desejo do outro. Cabe, aqui, expor ainda uma breve ressalva sobre o que entendemos por sujeito de *desejos*, noção trazida do campo da psicanálise. Segundo Elia (2010, p. 38-39), antes de entrarmos no mundo e de nos constituirmos como sujeitos, já nos deparamos com uma pré-existência de demandas, desígnios, elementos que estruturam uma cultura, uma sociedade, uma família, os quais já estão lá, na linguagem, e vão constituir as nossas experiências. Contudo

todos esses elementos, que são inequivocamente prévios ao encontro de um bebê já nascido com o Outro que os “contém”, a rigor não existem senão a partir do momento em que o bebê concreto, por assim dizer, se encontra com eles. O encontro cria o “passado”, que não existia antes dele, mas que, uma vez criado, passa a existir e a operar inexoravelmente como passado, como anterioridade determinante do encontro que no entanto a criou. Trata-se de uma *anterioridade anteriormente inexistente*, porém que passa a existir como anterioridade no momento em que é criada (o encontro do sujeito com o Outro). Esta lógica, que nada tem de simples e que de modo algum é fácil de entender, exigindo que cada um de nós faça o esforço suplementar de nos deixar afetar por ela, mais do que exercer a inteligência conceitual para apreendê-la, exprime-se na língua com o tempo verbal *futuro anterior*: digo hoje que, em um tempo futuro em relação ao momento presente em que o digo, algo será passado. Crio, assim, um passado para o futuro, mas que só será passado quando o momento futuro chegar. Assim, é só a partir do encontro momentoso do bebê com o Outro materno que a incidência dos

²¹² Segundo Bakhtin (2015 [1934-1935], p. 51), só o Adão mítico poderia evitar essa dimensão dialógica do já-dito: “a orientação dialógica do discurso é, evidentemente, um fenômeno próprio de qualquer discurso. É a diretriz natural de qualquer discurso vivo. Em todas as suas vias no sentido do objeto, em todas as orientações, o discurso depara com a palavra do outro e não pode deixar de entrar numa interação viva e tensa com ele. Só o Adão mítico, que chegou com sua palavra primeira ao mundo virginal ainda não condicionado, o Adão solitário conseguiu evitar efetivamente até o fim essa orientação dialógica mútua com a palavra do outro no objeto. Isto não é dado à palavra histórica concreta do homem: pode abstrair-se da palavra do outro, mas apenas em termos convencionais e só até certo grau”.

desígnios com que este Outro marcará o bebê projetar-se-á no passado como pré-história do bebê. Tais desígnios *terão sido* prévios ao bebê (grifos do autor).

Embora retomemos essa reflexão sobre o sujeito de desejos de forma bastante simplificada, há dois pontos a se destacar no trecho acima: (i) o de que o sujeito não é inato, mas *constituído*. Constituição essa que se dá pela linguagem, a partir do nosso nascimento, sem deixar de apontar ainda que muito antes desse mesmo evento primeiro da vida, previamente à nossa existência *já somos falados*. A outra questão é (ii) a de que não há como falar em sujeito sem fazer alusão às demandas, aos discursos, às memórias, aos valores, que o antecedem e o estruturam e constituem suas histórias nos entremeios do *passado, presente e futuro*. Tempos esses que são construídos a partir do espaço que ocupo ou do espaço em que me coloco (ou me é colocado) no discurso, os quais funcionam de maneira relacional: é no hoje que um discurso se faz em porvir; no amanhã que um dito passa a ser um já-dito. Nessa “lógica”, “*que nada tem de simples e que de modo algum é fácil de entender*”, há o desejo, como aquilo que me puxa e me impele, que transforma nossas necessidades em demandas: conforme afirmamos no final do parágrafo acima, demandas *de ser reconhecido e aceito pelo outro, de ser o objeto do desejo do outro*. Desse modo, é o desejo na linguagem, a linguagem no desejo, que nos coloca no campo das relações, nos funda no plano da alteridade, pois o surgimento do desejo se dá com o outro, se confunde com o outro (seja o grande Outro, o objeto outro, o discurso outro).

2.2 Nominar na dimensão da alteridade

Chegamos à *alteridade*. Essa noção tão cara à filosofia estabelece que o homem vive só e somente a partir dos outros. Nietzsche (2003 [1874], p. 11), por exemplo, diz que

cada vivente só pode tornar-se saudável, forte e frutífero no interior de um horizonte; se ele é incapaz de traçar um horizonte em torno de si, e, em contrapartida, se ele pensa demasiado em si mesmo para incluir no interior do próprio olhar um olhar estranho, então definha e decai lenta ou precipitadamente em seu ocaso oportuno.

O filósofo alemão afirma que um olhar outro é importante e necessário não só para a vida de cada um, mas para a saúde mental do indivíduo. E ainda mais: ele atribui à alteridade a

capacidade de existência que, se negada, o sujeito deixa de existir. Embora ele não diga explicitamente qual é o horizonte a que se refere, pensamos que este pode indicar uma base moral de uma atitude a ser tomada na vida em sociedade que, para ser preservada, exige a presença deste outro. Partindo do postulado de que a linguagem é social e surge em decorrência da organização social do trabalho²¹³, Volochínov (1930) considera o discurso humano *biface*, pois todo enunciado exige a presença simultânea de um “locutor” e de um “ouvinte”. Ou, ainda, o *significado* para se tornar *sentido* precisa do outro, do ponto de vista do outro:

Finalmente, um último caso: aquele em que a pessoa perdeu seu ouvinte interno e em sua consciência se encontram desagregados todos os pontos de vista sólidos e fixos; por isso toda a realidade objetiva do indivíduo e todo seu comportamento social não são conduzidos apenas por inclinações e impulsos casuais, absolutamente irresponsáveis e sem fundamento. *Aqui estamos em presença de um fenômeno de desprendimento ideológico do indivíduo do ambiente social, que habitualmente produz a completa alienação do homem. Em condições sociais particularmente adversas, essa separação do indivíduo de seu ambiente social ideológico, que o nutre, pode levar à completa destruição da consciência, à loucura.* O caso que estamos examinando é riquíssimo em conflitos marcados entre a linguagem interior e a linguagem exterior. [...] As velhas palavras perderam sua correspondência com a realidade objetiva, deixaram de ser seus signos, seus símbolos; e o indivíduo ficou só com seus confusos estados de ânimo e essas sensações, em grande parte já *fora das possibilidades* de sua expressão linguística e social. Esses estados de ânimo e essas sensações, à medida que se alheiam de sua expressão e formulação ideológica – passagem dos mais baixos estratos de ideologia cotidiana, limítrofes com o estado fisiológico do organismo – se reagrupam cada vez mais em torno de um único centro. O indivíduo que se perdeu de seu mundo social encontra-se então no mundo de suas inclinações sensíveis, puramente naturais (VOLOCHÍNOV, 1930, p. 166-167, grifos do autor).

Em outras palavras, o que Volochínov diz é que a nossa fala se dirige sempre a um outro, interior ou exterior, fisicamente presente ou não. E, se isso não acontece, o sujeito degenera: toda palavra é dupla, pois a consciência necessita de outra consciência e do ponto de vista outro. Ou ainda, é necessário que a cultura e a alteridade fundamentem a nossa relação, lembrando que o social não sobredetermina o individual. Contudo sem o ambiente social não há como existir, a não ser no domínio da natureza, do animal, “puramente” do instinto. Por isso, Bakhtin (2003d [1924]) afirma que o homem não possui território interior soberano e que ele está inteiramente e sempre numa fronteira: olhando no interior de si, dentro de sua consciência, ele se olha nos olhos do outro ou pelos *olhos do outro*; ou, ainda, mais especificamente, através das palavras do outro.

²¹³ Notamos a influência das ideias de Max Weber (1864-1920).

Logo, continua Bakhtin (2015 [1934-1935], p. 67): assim como “a palavra vive fora de si, em seu direcionamento vivo para o objeto; se nos abstrairmos por completo desse direcionamento, ficaremos com um cadáver nu da palavra em nossas mãos”. Estudar a palavra nela mesma é ignorar a sua orientação externa, o seu “direcionamento fora de si”. Isso, na opinião do russo, “carece tanto de sentido como estudar um vivenciamento psíquico fora daquela realidade para a qual ele está voltado e na qual é determinado”.

A importância do outro é retomada no processo enunciativo tanto por Bakhtin como por Lacan, cada um a sua maneira: pleno de desejos, nós agimos sempre tendo em vista aquele outro, o olhar desse outro, “não tanto porque o outro detenha as chaves do objeto desejado, mas porque *seu primeiro objeto é ser reconhecido pelo outro*” (LACAN, 1998b, p. 269, grifo nosso). Somos sujeitos sociais, pulsionais, que se dirigem ao apelo de um outro, mas cujo retorno nunca satisfaz. É esse outro com o qual nos relacionamos que abre as portas para um *incessante* espaço de desejo — dizemos *incessante*, pois o desejo do homem, que é um “produto” social emergido no inconsciente, nunca se conforma. Bakhtin (2003a [1970-1971]), partindo da perspectiva sócio-histórica da linguagem, sem considerar a noção do inconsciente tão cara à psicanálise, destaca também as relações sociais, a alteridade, os outros como o ponto de partida, o primado da constituição do homem na vida vivida. Conforme esse teórico russo,

mal a pessoa começa a vivenciar a si mesma de dentro, depara imediatamente com atos de reconhecimento e amor de pessoas íntimas, da mãe, que partem de fora ao encontro dela: dos lábios da mãe e de pessoas íntimas a criança recebe todas as definições iniciais de si mesma. Dos lábios delas, no tom volitivo-emocional do seu amor, a criança ouve e começa a reconhecer o seu nome, a denominação de todos os elementos relacionados ao seu corpo e às vicências e estados interiores; são palavras de pessoa que ama as primeiras palavras sobre ela, as mais autorizadas, que pela primeira vez lhe determinam de fora a personalidade e vão ao encontro da sua própria e obscura auto-sensação interior, dando-lhe forma e nome em que pela primeira vez ela toma consciência de si e se localizada como *algo*. Palavras amorosas e preocupações reais vão ao encontro do caos confuso da auto-sensação interior, nomeando, orientando, satisfazendo, pondo em contato com o mundo exterior como resposta interessada em mim e na minha necessidade, e isso é como se enformasse plasticamente esse caos infinito e agitado de necessidades e insatisfações, no qual todo o exterior ainda está diluído para a criança e está também diluída e submetida a futura díade de sua personalidade e do mundo exterior que a ela se opõe. Para revelar essa díade contribuem os atos e palavras amorosas da mãe, em cujo tom volitivo-emocional isola-se e contrói-se a personalidade da criança, enforma-se em amor o seu primeiro movimento, sua primeira pose no mundo. A criança começa a ver-se pela primeira vez como que pelos olhos da mãe e começa a falar de si mesma nos tons volitivos-emocionais dela, como que se acaricia com sua primeira auto-enunciação [...] Esse amor da mãe e das outras pessoas, que desde a infância forma o homem de fora ao longo de toda a sua vida, dá consistência ao seu corpo interior. É verdade que não lhe proporciona uma imagem intuitivamente evidente

do seu valor externo, mas lhe faculta um valor potencial desse corpo, valor que só pode ser realizado por outra pessoa (BAKHTIN, 2003e [1920-1923], p. 46-47, grifo do autor).

Então, o homem não existe fora da relação com o outro, que, por sua vez, se dá por meio da linguagem. O entorno, a forma, o desenho da silhueta de cada um é construído discursivamente no encontro social e histórico com outra consciência, desde o momento que o ser vem ao mundo a partir da mãe e das pessoas que lhe são mais próximas. Todavia esse processo, iniciado a partir do nascimento, continua a se repetir por toda a nossa existência. Assim, as palavras não se apresentam tais quais como “objetos” a nossa consciência linguística, nem como parte de um “sistema abstrato de formas normativas” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929], p. 97), e estão longe de uma dita transparência (PÊCHEUX, 1990). As palavras vêm a nós, portanto, a partir dos outros, das vozes e discursos outros; nominar é, assim, um ato que adere a uma ou mais vozes, a um ou mais discursos. Mesmo naqueles discursos considerados “científicos”, que pressupõem uma “exatidão” e “neutralidade” na informação divulgada — assim como os projetos de lei e as emendas à Constituição, por exemplo —, todos são constituídos por variadas vozes nem sempre *mostradas e marcadas* (AUTHIER-REVUZ, 2004c [1982], 2007) e que se associam ao conceito de dialogismo de Bakhtin (2003b [1959-1961], 2005 [1929/1963]). Para esse pensador russo, a linguagem é fundamentalmente dialógica e intersubjetiva; cada discurso é apenas um *elo* da corrente verbal ininterrupta, pois, só em pensar em algo, retomamos discursos e antecipamos outros por vir: “as relações dialógicas [...] são um fenômeno quase universal, que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância” (BAKHTIN, 2005 [1929/1963], p. 42). Logo, a nomenclatura pressupõe que o sujeito parta de pelo menos uma voz e dos muitos discursos que o constituem e estão circulando na sociedade — como ocorre no primeiro excerto analisado no início da introdução, quando o jornalista intitula uma nota sobre o caso Paula Oliveira de “doente”: retomando a expressão do SVP, o sujeito está aderindo àquela voz, embora a adesão se dê com ressalva marcada pelas aspas²¹⁴.

²¹⁴ Cf. as páginas 19, 20 e 21.

De acordo com Volochínov (1930), o diálogo é a forma mais natural da linguagem²¹⁵. Seja uma simples troca de palavras, um monólogo de um ator, a enunciação dos pensamentos em voz alta, todos são dialógicos, mesmo estes dois últimos exemplos cuja forma é de um monólogo. Todo discurso é dialógico, porque impregnado pela “valoração de um ouvinte potencial, de um auditório potencial” (VOLOCHÍNOV, 1930, p. 164) e constituído pelo já-dito. Constituímo-nos em um feixe de relações dialógicas, complementa Bakhtin (1993 [1919/1921]), onde eu não tenho como *não enunciar* e *não agir*. Falamos a partir de uma posição axiológica, formulada em função de um outro: assumimos posicionamentos, respondemos e pedimos uma resposta, pois somos parte do simpósio (dialógico) universal. Assim sendo, é impossível compreender como se constrói qualquer enunciado que “pareça” acabado, se não se considera que ele é uma réplica, um “momento”, uma simples gota no rio da comunicação verbal, cujo movimento incessante é o mesmo que o da vida social e da história.

É importante notar que é a partir da noção do dialogismo que Authier-Revuz (2004c [1982]) elabora os conceitos de *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva*. Apoiada também em Lacan, mais precisamente, no conceito de inconsciente como lugar do Outro, essa linguista francesa explica que existem diferentes formas do sujeito inscrever o outro no discurso, já que, com base no dialogismo, a todo momento os indivíduos estão negociando — ora refletindo, refratando, refletindo e refratando — com os outros ditos, sem muitas vezes notar que realizam esse movimento. Qualquer discurso se mostra atravessado por outros, muitos outros, pois a alteridade é o ponto de partida da nossa fala. Nesse sentido, a autora explica que a heterogeneidade mostrada ocorre quando usamos formas linguísticas, tipográficas ou outras para fazer referência ao discurso outro, como se quiséssemos dizer que *no* discurso há partes que foram ditas *por mim* e as outras são de tais sujeitos, em uma tentativa de delimitar as fronteiras nos discursos. Mas se voltarmos para a citação acima de Bakhtin (2005 [1929/1963], p. 42) em que o autor aborda as relações dialógicas como um fenômeno que “penetra toda a linguagem humana”, é inevitável dizer que há uma presença constante do outro nos nossos discursos, já que os nomes são habitados pelos usos, pelas memórias. E disso chegamos à *heterogeneidade que é*

²¹⁵ A esse respeito, Volochínov (1930) retoma Jakubinskij, em uma nota de rodapé, quando afirma que o diálogo, como troca de palavras, é a forma mais natural da linguagem. Este último, inclusive, escreveu antes de Volochínov sobre a fala dialogal (cf. JAKUBINSKIJ, 2015).

constitutiva, uma vez que “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do outro’. O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale)” (AUTHIER-REVUZ, 2004c [1982], p. 69, grifo da autora). Assim sendo, somos sujeitos constitutivamente heterogêneos, porque no fio do discurso sempre há o outro, inscreve-se o outro. Dessa maneira, o sujeito, a todo o momento, está negociando de diferentes formas com o dizer outro. É por isso que Authier-Revuz (2004c [1982], p. 21) diz que a heterogeneidade mostrada se inscreve na constitutiva:

Partindo das formas marcadas que atribuem ao outro um lugar linguisticamente descritível, claramente delimitado no discurso, passando pelo *continuum* das formas recuperáveis da presença do outro no discurso, chega-se, inevitavelmente, à presença do outro — às palavras dos outros, às outras palavras — em toda parte sempre presentes no discurso, não dependente de uma abordagem linguística.

Logo, mesmo quando explicitamente delimitamos a nossa voz diante de outras com as quais estamos interagindo, para “responsabilizarmos” o outro pelo afirmado ou lhe atribuir “legitimidade” sobre um dito que é “seu”, lhe “pertence”, isso não passa de uma *tentativa* de marcar a heterogeneidade. Pois, nessa *heterogeneidade mostrada*, configura-se uma espécie de negociação do sujeito com sua heterogeneidade constitutiva — uma vez que o indivíduo a todo momento retoma outros enunciados e marca-os com seus pontos de vista — porque há a “ilusão” que só é do outro aquilo que ele “marca” e “delimita” nos seus enunciados. Contudo esse outro está sempre nos meus enunciados, como o fundador da comunicação, a balizar o meu agir enunciativo. Sejam quais forem as formas linguísticas e tipográficas que empregamos para nos reportar ao dito e retomar esse outro, colocando tal dito à mostra, cada discurso, enunciado, palavra é habitada inevitavelmente por muitos outros que nos constituem.

Moirand (2009a) e Siblot (1998) retomam esse funcionamento dialógico do discurso para caracterizar a nomenclatura. Para eles, nominar se dá em uma dinâmica que considera o *objeto* ou o *fenômeno* que será nominado; o *outro* para quem é dirigida a nomenclatura — e podemos acrescentar aqui, os muitos outros em potencial —; a *memória* que o nome carrega; e o *eu*, uma vez que também sou nominado, em um processo de contra retorno. Conforme a perspectiva que eles adotam, *denominar* não é o mesmo que nomear (para nós, *nominar*). No primeiro, concebe-se o ato como resultado; já no segundo, como processo de idas e vindas. Então, quando nos reportamos a um objeto, estamos, ao mesmo tempo, aderindo a uma ou mais visões de mundo; e,

ao nominar, “escolhemos” uma voz, entre muitas outras, para inscrever os termos que “vamos usar”²¹⁶ (SIBLOT, 1998). Sendo assim, o processo de nomeação de um acontecimento tornado *evento*, por exemplo, e de uma *pessoa* leva o sujeito a ratificar ou retificar imagens, sobrepor outras, comunicar axiologias, acentuar pontos de vista, produzindo sentidos e atuando na memória das palavras.

No entanto, é importante destacar que o processo de nomeação — em que se diz o *outro*, o *mundo* e a *si* — não é um processo redutível do *outro* ao *eu*. O outro não é transformado em qualquer coisa como se fosse apenas *um outro para si*; a nomeação é vista por nós como o espaço em que os sujeitos interagem sempre numa dimensão plural e nunca numa perspectiva em que um é reduzido a um outro. Essa visão seria incompatível com as reflexões de Bakhtin sobre a compreensão sempre entendida como um movimento que leva em conta a interação entre sujeitos como uma atividade dialógica e não entre sujeitos mudos, em que os espaços são definidos para apenas um dizer o que o outro é.

Seguindo esse caminho, o ato de nominar é dialógico porque está no campo das várias *possibilidades*, isto é, pressupõe que um sentido não se estagna no significado dicionarizado. Conforme explicamos em Cordeiro (2011), esse ato não se dá de forma ontológica, em direção a um real em “si” que as coisas e os seres “portam”. Ora, a compreensão que é ativa e responsiva oferece a possibilidade dos sujeitos criarem outros sentidos, tendo em vista — não podemos deixar de referir aqui, mesmo já sendo comum a todos — os contextos e horizontes sociais em que se encontram na relação. Segundo Ponzio (2012), um sentido existe somente para um outro sentido, é sempre um sentido entre outros sentidos. É, então, *aberto*. Ou, em outras palavras, podemos dizer o seguinte: a nomeação que envolve também a compreensão dialógica e ativa é uma *potência* a significar. Ela é sempre um enunciado a enunciar, já que se realiza a partir da materialidade, do *dado* como o *novo* e um *evento*. E, concomitante a esse processo, não há como não falar do *ponto de vista*: pronunciar uma palavra para dizer algo — ou ainda silenciá-la em detrimento de outra — traz uma atitude valorativa. Como diz François (2012a, p. 7),

²¹⁶ As aspas são nossas, pois esse processo é naturalmente acometido por falhas, lapsos, desvios, ambiguidades, caducidades, que constituem o próprio funcionamento da língua.

[...] il n'y a pas de mots qui ne soient que « référence à un état de choses ». Tout sens est en quelque façon évaluation. Comme son énonciation signifie en quelque façon qu'elle se prétend justifiée. Et ces régimes d'évaluation sont, de façon sans doute inévitable, soumis à réaccentuation, forcément personnelle²¹⁷.

Para esse autor, o ponto de vista não é algo facilmente determinado. A forma que cada um percebe e contrói o objeto do discurso do qual fala não é estática e está sujeita a reavaliações ao longo do tempo e espaço. Qualquer que seja o objeto que é dito, ele estará colocado em uma perspectiva a ser interpretado, perspectiva esta que, inevitavelmente dialógica, pode variar conforme os sujeitos com os quais nos relacionamos também. Ademais, quando vemos um objeto, em um tempo e espaço precisos, já o percebemos como indissociável de um valor. É nesse sentido que Volochínov (1926, p. 6) diz que, ao mesmo tempo em que sentimos o calor e a luz do sol, também sentimos o seu valor, pois “todos os fenômenos que nos cercam estão do mesmo modo fundidos com julgamentos de valor”; estes chegam até nós por meio da entonação — ou do tom volitivo-emotivo — como já discutimos acima. É assim que lidamos com as palavras: vemo-las, na nomenclatura, muitas vezes como uma qualidade dos objetos. De fato, cada expressão está saturada de avaliação, impregnada de qualidades presumidas²¹⁸ e não enunciadas. E assim vamos “usando” e “recebendo” esse material verbal: “o poeta, afinal, seleciona palavras não do dicionário, mas do contexto da vida onde as palavras foram *embebidas* e se impregnaram de *julgamentos de valor*” (VOLOCHÍNOV, 1926, p. 10, grifo nosso). Ora, quando Gullar emprega o termo *cretino e idiota*²¹⁹ na sua coluna, ao se referir ao proponente da lei da reforma psiquiátrica, a saber, Paulo Delgado, essa nomenclatura é usada na *boca do homem comum*. Esse nome, usado como *ofensa*, marca a contraposição do poeta a Paulo Delgado, à reforma e aos ideais do movimento antimanicomial. No entanto, o nome que constrói essa ofensa, isto é, o ato de escolher determinada palavra para compor o discurso, diz muito do lugar *axiológico* que cada um ocupa. *Cretino, esquizofrenia e idiotia* vêm da esfera da psiquiatria e pressupõem relações sociais

²¹⁷ “[...] não há palavras que só façam ‘referências a um estado de coisas’. Todo sentido é, de qualquer forma, uma avaliação. Como sua enunciação significa de alguma maneira que ela se considera justificada. E esses regimes de avaliação são, de forma sem dúvida inevitável, submetidos à reacentuação, forçosamente pessoal” (FRANÇOIS, 2012a, p. 7, tradução nossa).

²¹⁸ De acordo com Volochínov (1926), o presumido é formado pelo horizonte espacial comum, conhecimento comum da situação e pela avaliação comum. O uso do *comum* pelo autor destaca o caráter dos valores partilhados pelos sujeitos no conjunto do contexto extraverbal em que o enunciado é dito.

²¹⁹ Cf. da página 45 à 48.

e semânticas entre os sujeitos que se diferenciam das construídas pela reforma. Há, desse modo, no uso desses nomes um discurso bivocal: além do tom de humilhação ao outro ao qual Gullar se dirige, aponta-se para como ele próprio significa o sujeito outro, dito doente e diferente. Nesse choque de vozes sociais trazidas pelas nomeações citadas, isto é, no embate que se dá por meio do uso de tais nomes, seja como homem ordinário, seja, a favor das práticas da psiquiatria tradicional, são produzidas diferentes posições enunciativas no texto: Ferreira Gullar adere ao ponto de vista da esfera psiquiátrica clássica, mas, no conjunto do apelo enunciativo que faz ao defender essa voz em sua coluna, deslizam-se sentidos que são construídos a partir de nomeações comumente empregadas como parte do universo discursivo do sujeito da vida. É nesse jogo de produção de sentidos que alguns leitores são compelidos a se posicionar sobre *os objetos trazidos pelo escritor*, mas também sobre *os discursos que o próprio Gullar representa e orienta para esses mesmos objetos* — objetos tais como: a Lei Paulo Delgado, a reforma psiquiátrica, o movimento antimanicomial, a classe média, a “doença mental”, o sujeito “doente”, entre outros.

Como não somos semelhantes, há o estilo individual na elaboração do ponto de vista. Em outras palavras, há, evidentemente, pontos em comum no discurso; mas existe também a diferença, a acentuação ligada a singularidade. E, embora François (2012a) afirme que não é possível definir a natureza exata do ponto de vista, ele explica de forma elucidativa que existe sobretudo alguma coisa como uma possibilidade aberta de reformulação, de reconsideração ou de afastamento. A esse respeito, não nos caberia perguntar se certas palavras são usadas porque comunicam determinados pontos de vista ou o contrário; preferimos pensar que a nomeação, como um movimento dialógico, constrói um ou mais pontos de vista. E se, como disse esse pensador francês, “não há palavras que só façam referências a um estado de coisas” (ibidem, p. 7), a palavra é um enunciado e não uma “substância”, uma “essência”: ela não apenas diz as coisas do mundo, mas coloca-os como objetos de interpretação.

É por isso que optamos pelo uso do termo *nominar*, pois, como propõe Siblot (1998), *denominar* pressupõe um sentido fixo na língua, congelado no significante, idealizado sob a forma de significado, isolado, descontextualizado, retirado do discurso e do interdiscurso, da memória, do já-dito, subtraído das redes semânticas, tornando-se uma essência, um conceito que parece ter estado sempre lá. Isso, inclusive, já havia sido proposto por Nietzsche (1873, p. 3): “acreditamos possuir algum saber sobre as coisas propriamente, quando falamos de árvores,

cores, neve e flores, mas não temos entretanto aí mais do que *metáforas das coisas*, as quais não correspondem absolutamente às entidades originais” (grifo nosso). Assim, embora as palavras pareçam funcionar como as coisas “próprias”, ela não passam de “metáforas” que, de tanto usadas, são vistas como uma qualidade que lhes é oculta e estável aos objetos do discurso. Quando pensamos em *nominar*, o sentido nunca deixa de ser um valor em potencial; por isso, os nomes, adjetivos, verbos e advérbios podem ser — e o são — atualizados discursivamente. O ato de nominar ou de atribuir um nome leva-nos, portanto, a pensar que as coisas, os seres, as qualidades e os atos inserem-se num processo avaliativo e argumentativo do discurso, acentuados como parte do movimento dialógico que é constituinte da relação estabelecida pela linguagem.

2.3 Nominar entre a *reflexão* e a *refração* e os *jogos de poder*

A escolha de *nominar* está relacionada, do nosso ponto de vista, às noções de *reflexão* e *refração*, *forças centrípetas* e *centrífugas* e *relações de poder*. E, com a ampliação do debate proposto sobre as supostas loucura e doença mental na mídia, talvez fique mais claro o porquê de muitas disciplinas considerarem *ainda* majoritariamente a perspectiva de alguns estudos como, por exemplo, o “tecnocientífico” (IANINI; TEIXEIRA, 2013), como o detentor da “derradeira palavra sobre a natureza e sobre o homem” (idem) — embora isso esteja aberto à modificação a partir do intenso processo de reflexividade sobre o conhecimento que tem se dado ao longo dos anos, conforme apontado por Giddens (1991). Segundo Bakhtin (2015 [1934-1935]), as *forças centrípetas* e *centrífugas* são como trajetos que percorrem as práticas e dinâmicas sociais, filtrando, orientando e constituindo as maneiras de sentirmos e agirmos na vida. Para o pensador russo, ambas são importantes: ao lado das centrípetas caminham as centrífugas; ao lado da centralização verbo-ideológica e da união dos diversos falares e linguagens sociais, existem os processos de descentralização e desunificação. Cada enunciado constitui um ponto de atuação dessas forças, defende Bakhtin (idem).

Quando pensamos na atuação dessas forças de forma ampla e, em termos “macro”, na constituição das nossas práticas sociais e discursivas, passamos a conjecturar também sobre os movimentos da *reflexão* e da *refração* caracterizados por Volochínov (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]) quando trata do signo linguístico. É, assim, também

em termos “micro” que visualizamos a dinâmica dos elementos que constituem o plano da língua, a saber, a sua *dialética interna*. Portanto, é por meio desses dois caminhos conceituais que compreendemos o estudo dos usos da palavra. A respeito da *reflexão* e da *refração*, se faz necessário destacar que esses dois movimentos não se dão isoladamente: quando atribuímos sentido ao mundo, nós o fazemos de modo inevitavelmente refratado, pois é a partir das nossas vivências e experiências que referenciamos os sujeitos, as coisas, os acontecimentos e a nós mesmos. Nesse processo, o sentido é plural e plurivocal, por isso exige interpretação, diferente do sinal, por exemplo, que pode ser reconhecido, identificado e não solicita um trabalho interpretativo, pois é sempre o mesmo, único, univocal:

[...] refratar significa, aqui, que com nossos signos nós não somente descrevemos o mundo [refletindo-o], mas construímos — na dinâmica da história e por decorrência do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos — diversas interpretações (*refrações*) desse mundo (FARACO, 2006, p. 50, grifo do autor).

Assim, não é possível falar de *reflexão* sem *refração*: essa dinâmica do signo faz parte do processo de referenciação do mundo, que se dá não em um sistema único e estável, mas numa variedade de pontos de vista, matizes e interesses. Como afirmou Authier-Revuz (2004c [1982], p. 21), “toda sequência pode ser considerada como potencialmente habitada por todos os jogos possíveis de serem feitos com outros significantes”. Em toda significação do mundo, o sujeito o reflete, mas e, *principalmente*, o refrata, o constrói, a partir da sua subjetividade e da relação que estabelece com o outro, da heterogeneidade de discursos e vozes sociais, do horizonte social em que está situado. Esse movimento de interpretação que é guiado por essas forças parece funcionar como uma *teia de aranha* conforme formulado por Nietzsche²²⁰ em seu texto *Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral* (1873, p. 6): “[...] para encontrar um ponto de apoio em tais fundações, precisa-se de uma construção semelhante às teias de aranha, tão fina que possa seguir a corrente da onda que a empurra, tão resistente que não se deixe despedaçar à mercê dos

²²⁰ Nietzsche não é apenas tomado por Foucault. Veja o que diz Bakhtin (1973) sobre aquele filósofo na primeira rodada de conversas com Viktor Duvakin: “[...] Conhecia de memória também a prosa. Por exemplo, conhecia de memória muitíssimos... bem, textos, não obras inteiras, do Nietzsche. Em original, certamente, em língua alemã. Eu estudei Nietzsche com apaixonado entusiasmo. [...] eu conheci Nietzsche até mesmo um pouco antes de Kierkegaard” (BAKHTIN; DUVAKIN, 2012, p. 42).

ventos”. Em outras palavras: as forças centrípetas, embora resistindo à pluralidade de linguagens, aos pontos de vista que surgem a partir das histórias e experiências de vida dos sujeitos, são importantes para que exista uma certa estabilidade no ato de nominar o mundo. No entanto, as centrífugas aparecem como resistências a elas, aos outros falares, aos espaços para os numerosos sentidos, ao novo e à diferença. E, assim, pensar sobre essas forças, que estratificam internamente a linguagem, é pensar também sobre o processo de nomeação.

Volochínov também retoma essas ideias quando trata da dinâmica do signo em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]). Para ele, “um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra” (ibidem, p. 23); e “o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata (ibidem, p. 37)”. Qualquer esfera da criação ideológica, para usar os termos do autor, vai ser elaborada num espaço de numerosas significações, que poderão ser as mais diversas, em virtude do momento, do espaço, das discursividades e dos interesses sociais que dela participam. O signo é sempre plurivocal e pluriacentuado; ou seja, ele pode sempre ser outro (FARACO, 2006). Existe, portanto, uma possibilidade infinita de semantizar um mesmo objeto, isto é, de nominá-lo, potencialidade que, a partir de sujeitos os mais diversos, oferecem diferentes maneiras de interpretá-lo, reagir a ele, confrontá-lo. A esse respeito, se discutirmos sobre as perspectivas teóricas que se situam na *nomeação* ou na *denominação* (SIBLOT, 1998), notaremos quais ocultam ou abafam o movimento dialógico na produção dos sentidos. Do nosso ponto de vista, aquelas que consideram o processo semiótico do *nominar* (como a praxemática, a ADF) compreendem que o signo vai refletir o objeto, refratando-o; enquanto as vertentes que consideram apenas o ato do *denominar* (como a lexicografia) tornam a palavra um ícone monumental. Nesse último caso, tenta-se abafar a potencialidade da refração e dar uma falsa estabilidade ao ato de dar o nome. Por conseguinte, é esse movimento da refração do signo na nomeação que permite aos sujeitos sustentar outros pontos de vista e outras “verdades”. Estas, contudo, são muitas vezes empurradas, derrubadas, fragilizadas por aqueles que comandam os *jogos de poder*.

Se levarmos essas noções para o funcionamento da mídia, passaremos a ler as narrativas das notícias como construções discursivas não totalizantes, mas parciais, porque dizem e se comprometem apenas com *partes*, certos relatos de acontecimentos e eventos. Observamos aqui um ponto: poucos são os profissionais de comunicação que, ao fim da graduação, possuem uma

visão crítica sobre a atuação e o papel do jornalista. Estudos da comunicação como os de Adorno e Horkheimer (1978), Merton e Lazarsfeld (1969), Benjamin (1936), entre outros — que trouxeram impactos para uma época em que os meios de comunicação tornaram-se populares — devem ser lidos e relidos pelo público, mas este não deve parar neles. Pois entre um produto cultural e a cultura de massa, os interlocutores e a mensagem, o caráter privilegiado da técnica e a autenticidade da arte, escapa o sujeito ativo — e nunca *passivo* — que ocupa uma posição axiológica. É a partir do espaço nunca *vazio*, mas pleno de sentidos e (pré)conceitos que cada um concebe, caracteriza, recorta, reorganiza e representa os acontecimentos tornados eventos da vida vivida. Desse modo, o que há, por exemplo, na notícia é um novo horizonte axiológico refratado da existência, cujos planos da vida são isolados da sua eventicidade, organizados e condensados em um modo novo, único, diverso. Nessa fragmentação do “real”, os sentidos são construídos como os únicos possíveis e passíveis de verificação, sob a “algunha” e a qualificação de algumas verdades, contribuindo para caracterizar os variados fenômenos em representações únicas, isoladas e fragmentárias, cujo contrário ou outro olhar nem sempre é possível.

Mas isso não é tudo. Bakhtin nos dá muitas luzes. O seu olhar nos aponta para outras possibilidades mesmo que aquele sujeito esteja inserido em um horizonte sociocultural da empresa em que trabalha. O jornalista sofre influências do contexto do veículo de comunicação, partilha alguns valores, mas não é *sobredeterminado* por ela e por eles. Pois é o papel ativo e responsivo de cada um que permite a refração e a *resistência*: como seres nunca passivos, os sujeitos respondem ora aderindo aos valores propagados, ora refutando-os, a partir do seu círculo e contexto social:

Na vida real do discurso, toda interpretação concreta é ativa: familiariza o interpretável com *seu* horizonte concreto-expressivo e está indissolúvelmente fundida com a resposta, com a objeção-aceitação motivada (ainda que implícita). Em certo sentido, o primado cabe exatamente à resposta como princípio ativo: cria o terreno para a interpretação, um apresto ativo e interessado para ela. A interpretação só amadurece na resposta. A interpretação e a resposta estão dialeticamente fundidas e se condicionam mutuamente: uma é impossível sem a outra (BAKHTIN, 2015 [1934-1935], p. 55, grifo do autor).

Há, portanto, um potencial de numerosas respostas e não a fixidez em uma única forma²²¹; embora haja a circulação intensiva de alguns discursos hegemônicos que mantêm e alimentam o *status quo* de alguns eventos e sujeitos e nos leve muitas vezes a tomá-los como indiscutíveis. A discussão travada por Foucault (1979d [1975b]) sobre os efeitos do poder é importante para essa reflexão. Ele diz que o poder se exerce sobre os sujeitos livres e que só há relação de poder quando o sujeito pode se deslocar. Ora, o poder não se concentra mais no Estado, nem tem aquela típica “estabilidade” e “coerência” que “parecia” dar o monarca. Não há poder sem liberdade e este não se dá somente do *um* em direção ao *outro*. Assim como não há um emissor que fala a um receptor que escuta, uma mensagem unidirecional — paradigma de outrora, a saber, de acordo com o modelo de comunicação de Jakobson de 1960 —, esse pensador francês faz uma cesura no paradoxo então vigente do poder como sendo unitário e dotado de uma origem, tratando-o como parte significativa das relações estabelecidas pelos sujeitos. É, então, a partir de sujeitos que são livres que o poder se exerce. E isso é um diferencial: conforme explica Gregolin (2003), Foucault não parte de um poder que se localiza em um grupo ou classe social. Assim, ele elabora a proposta de uma microfísica do poder porque a sociedade está envolvida em pequenas lutas, nas micro-lutas cotidianas.

Essa discussão é compartilhada por nós em especial porque Foucault estabelece, a partir das reflexões sobre o poder e o saber, as relações construídas entre os jogos de poder e os efeitos de verdade (*verdade-poder*):

[...] o importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é — não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções — a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). *A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder*. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979b [1977b], p. 10, grifo nosso).

²²¹ Pensamos que, além das forças centrípetas e centrífugas, o conceito de *carnavalização* trazido por Bakhtin remonta também à ideia de um poder que permite a inversão. Como nos diz Tezza (1998, s/p), “no trabalho sobre Rabelais, [Bakhtin] criava a categoria de ‘carnavalização’ como um dos eixos da cultura popular, que inclui tanto a inversão hierárquica dos valores pelo poder demolidor do riso quanto o ponto de contato (e de guerra) das diversas linguagens sociais”.

Vejamos bem o que nos explica Foucault: as coisas não são dotadas de essência e nem são dadas como um *a priori*, postas para serem descobertas. Então, os objetos com os quais nos relacionamos e do qual falamos não são dados a partir de um sentido dito primeiro, ou dotados de uma essência que está lá, escondida, velada, a espera de ser descoberta. Não há nada a se descobrir ou se encontrar por detrás de algo, como se estivesse oculto; as verdades, no plural, são sempre historicamente construídas. E podem até ter obstáculos que não nos permitem ver as verdades, mas elas não estão escondidas. Ora, que obstáculos seriam esses então? É aqui que encontramos a relação estabelecida entre *verdade* e *poder* citada acima: esses sistemas de poder são produzidos pelos regimes discursivos particulares de uma dada sociedade; esse funcionamento, contudo, enrijece alguns discursos e pontos de vista, os quais passam a ser enraizados como verdades, modos de pensar absolutos e obscurecem o movimento histórico que se dá na formação dos conceitos (NIETZSCHE, 1873). Os sentidos e pontos de vista são construções históricas, muitas vezes exigidas por determinados grupos sócioeconômicos, detentores historicamente de autoridade pública, e que saltam aos nossos olhos como a representação única de um acontecimento e ator social. Assim como o homem produz cultura, ele constrói formas de dizer o outro, o mundo e a si próprio. Essas formas, após intenso uso, tornam-se para muitos indiscutíveis e vão de encontro a outros pontos de vista, às várias linguagens sociais, ao que tem valor heterogêneo (BAKHTIN, 2015 [1934-1935]). E, nesse sentido, vão se configurando as verdades. Só que essas verdades beneficiam apenas a alguns e não a todos.

A isso, poderíamos ainda acrescentar: além de sua determinação social e cultural, as verdades são, acima de tudo, posicionamentos axiológicos (BAKHTIN, 1993 [1919/1921], 2003e [1920-1923]), pontos de vista dos sujeitos. São também experiências particulares. Por isso, ratificamos que cada palavra poderá corresponder a um ou mais julgamentos de valor; e, então, caracterizará e configurará discursivamente a realidade por meio de variados tons, acentos e até, ao contrário, ausências, deslocamentos e silenciamentos. Só que, nesse processo, as forças *centrípetas* atuam na manutenção das relações de poder já vigentes, da norma da língua e de um ponto de vista específico. É por isso que muitas vezes esbarramos no ato de nominar como sustentado por apenas uma possibilidade; como se na dispersão de enunciados encontrássemos certas regularidades que nos apontassem para “permanências” de discursos que sócio-historicamente contribuíram e (ainda) contribuem para perpetuar algumas práticas, ocultando as tensões históricas e sociais da palavra. E, sendo assim, mesmo diante de *pontos de vista*, no

plural, o ato de nominar como *doente*, *louco* ou *normal* pode aparecer atravessado por enunciados que já foram — e muitos o ainda são — acolhidos como os *ditos verdadeiros* e portadores de uma *objetividade* e *cientificidade*; e que, por terem sido assim determinados, quando empregados, trazem esses tons discursivos para outros contextos. Enunciações que defendem tais ditos se manifestam de forma variável nos discursos, muitas vezes a partir de um *tom autoritário*. Foi assim que um psiquiatra, ao se contrapor a Gullar no texto *Uma lei errada*²²², redigiu um comentário que acentuou o uso das nomações *cretino* e *idiota* trazidas na coluna do autor. O acento que o médico atribui ao emprego dessas palavras tem o propósito de não só se contrapor ao ponto de vista do autor do texto, o qual não saberia fazer “bom” uso de tais nomes, mas também para desqualificar a construção textual e argumentativa da coluna. Isso porque, tais termos, originários da esfera da psiquiatria clássica, não poderiam ser usados como *xingamentos*. No entanto, Bakhtin (2015 [1934-1935], p. 65) já nos dizia que

toda manifestação verbal socialmente significativa é capaz de, às vezes por muito tempo, às vezes para um amplo círculo, contagiar com suas intenções os elementos da língua atraídos para a sua aspiração semântica e expressiva, impondo-lhes determinadas *núances semânticas* e determinados *tons axiológicos*: *assim ela pode criar uma palavra-tema, uma palavra desaforo, uma palavra-elogio etc.* (grifo nosso)

Voltando à réplica do psiquiatra, ela permite pensar na construção das ditas verdades e dos ditos sentidos “absolutos” ou “legítimos” que são assim representados a partir da reivindicação de critérios de *objetividade* e *parcialidade*. Pois, em sua defesa, *cretino* e *idiota* estariam sendo usadas com um *tom* e uma *núance semântica* que vão de encontro ao ponto de vista e à argumentação sustentada pelo escritor da coluna. Tal defesa se dá porque existe uma representação imaginária, partilhada coletivamente, sobre a construção dos discursos, como se esses fossem isentos das *forças centrífugas*. No entanto, é no jogo das forças centrípetas e centrífugas — na estratificação interna da linguagem — e nas relações construídas pelo poder, cristalizadas na memória, que um enunciado, um *dito* pode ecoar em *outro*, isto é, pode haver o retorno do “mesmo” no outro; embora isso não signifique dizer que os enunciados não sejam únicos e singulares. As palavras constituem linguagem sociotípicas e acentuam momentos históricos da “vida verboideológica” (BAKHTIN, 2015 [1934-1935], p. 65) dos círculos sociais.

²²² Cf. da página 45 à 48.

A esse respeito, o estudo de Madray-Lesigne (1998) sobre a nomeação dos cegos é interessante ser comentado. Segundo a autora, a categorização de si e do outro faz parte dos usos sociais mais ou menos ritualizados. Essa categorização, contudo, passa a ser interpelada quando novos sentidos são convocados a serem produzidos para se “distanciar” daqueles já enraizados socialmente. Para ela, isso ocorre quando a categorização de um objeto é delicada por causa dos jogos sociais — nem sempre explícitos — que a nomeação enraizada veicula. Ora, se a categorização do outro é fisicamente estigmatizada, por exemplo, uma *falta física* se torna uma *falta social*, isto é, uma desvantagem. Assim, chamar alguém de *aveugle* ou *non-voyant*²²³ traz pistas sobre o posicionamento de um quanto a um outro face a um estigma social convocado. E esse estigma é tão negativamente marcado e vivido que novos nomes passam a surgir para tratar desse outro já fragilizado sóciodiscursivamente. É como se o peso dos estereótipos sociais acabasse por conduzir a uma recategorização eufemizante que possa, de alguma forma, amenizar o alcance daquelas expressões “portadoras da exclusão”, apagando as marcas do estigma social. E é por isso que essa pesquisadora toma a nomeação como um processo frágil, às vezes, “fissurado”.

Ora, *loucura* e *doente mental* são alguns exemplos de nomes que se tornaram espécies de “tabus” e “estigmas” sociais. Não é por menos que a reforma psiquiátrica “exigiu” outras maneiras de pensar o usuário, formas que o identificasse como um cidadão comum, de direitos, e cuja relação se desidentificasse com aquela vinculada ao imaginário do indivíduo que “porta” (“portou”) esse nome. Observe, a respeito do que afirmamos, a notícia intitulada *Em qualquer circunstância, minha filha é vítima, diz pai*, publicada no dia 15 de fevereiro de 2009, na *Folha de S. Paulo*, em que é reportado o caso Paula Oliveira a partir do relato que a polícia suíça havia desmentido a versão que ela estava grávida no momento da agressão. Apontando o estado psicológico da filha como *grave* (CPO-77 e CPO-78), *preocupante* (CPO-78) e *sem previsão de alta* (CPO-78), o pai diz na notícia abaixo:

CPO-75 *Em qualquer circunstância, minha filha é vítima, diz pai*

CPO-76 *Brasileira ainda não sabe que polícia suíça desmentiu versão de gravidez*

CPO-77 *Segundo Oliveira, o estado psicológico da advogada pernambucana é grave e*

²²³ *Aveugle* e *non-voyant* são palavras francesas usadas para dizer o cego.

não há previsão de alta e retorno da família ao Brasil

CPO-78 O estado psicológico da advogada pernambucana Paula Oliveira é “grave e se tornou mais preocupante”, disse ontem o pai dela, Paulo Oliveira. Segundo ele, não há previsão de alta.

CPO-79 Paula, 26, ainda não sabe que a polícia suíça desmentiu a versão de que ela estava grávida no momento da agressão que teria sofrido na segunda-feira passada, na estação de trem de Dübendorf, a 3 km de Zurique. Para poupá-la, o advogado também ainda não contou à filha que a polícia suspeita que ela mesma provocou os ferimentos em seu corpo. Um dia após ter afirmado que acredita na versão da filha - de que foi atacada por skinheads e que teria sofrido aborto de um casal de gêmeas num banheiro da estação -, Paulo fez ontem a primeira concessão em relação às suspeitas da polícia suíça.

CPO-80 “Em qualquer circunstância, a minha filha é vítima”, disse ele. “Ou é vítima de graves distúrbios psicológicos ou da agressão, que desde o início ela sustenta e [de que] não tenho motivos ainda para duvidar.”

CPO-81 Na sexta, a polícia apresentou os resultados de uma perícia independente, que descartou a gravidez de Paula no momento em que alega ter sido agredida. Sobre os cortes no corpo dela, o legista responsável pelo caso disse que há fortes indícios de automutilação.

CPO-82 Paulo disse que não tem exames que comprovem a gravidez da filha. “Como eu não morava com ela e nem moro, não sei onde estão os documentos”, contou o advogado. “Tudo o que tenho são as informações que ela transmitiu antes que esta tragédia se iniciasse.”

CPO-83 Ao chegar ao Hospital Universitário de Zurique, Paulo parecia desorientado. “Eu e ela estamos em estado de choque”, disse ele, que precisou de ajuda para achar o quarto de Paula. Segundo ele, não há data para a filha receber alta e que pretende levá-la ao Brasil quando isso ocorrer. Mas descartou uma saída apressada. “Não temos motivos para fugir.” Segundo ele, a família decidiu não contar à filha os resultados dos exames da polícia para não piorar o seu “grave estado psicológico”.

CPO-84 Apesar da reviravolta no caso, Paulo garante que a família não duvida da filha. “Não temos motivos para isso. Aliás, em qualquer versão proveniente de uma pessoa em estado de choque temos que esperar que ela recobre a serenidade para poder avaliar”, disse ele, visivelmente abatido. “Não durmo há quatro noites”, afirmou.

CPO-85 A imprensa suíça deu grande destaque à reviravolta no caso Paula. Alguns jornais publicaram duros ataques. Um colunista do diário conservador “*Neue Zürcher Zeitung*”, um dos maiores do país, acusa a imprensa brasileira de inventar fatos “regularmente” e afirma que o Brasil é um dos países mais racistas do mundo. (NINIO, M. (Enviado especial a Zurique) Em qualquer circunstância, minha filha é vítima, diz pai. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 15 fev. 2009)

Na declaração do pai Paulo Oliveira sobre a sua filha, ele qualifica-a como *vítima* (CPO-75) e *vítima de graves distúrbios psicológicos ou da agressão* (CPO-80). Sabendo que todo discurso é dialógico, orientado em direção a alguém que, ao compreender-lhe, lhe traz uma resposta, real ou virtual, essa orientação em direção ao “outro” pede necessariamente que se leve em conta a relação social e hierárquica que existe entre os sujeitos. Paula é filha *daquela que dela fala*. Na notícia, o jornalista atribui peso e importância à citação do seu pai — que é,

indiretamente (DI) trazida logo no título e no segundo subtítulo, a saber, nas posições textuais que “abrem” a notícia²²⁴. Veja, então, que ela é nominada como *vítima* (CPO-75 e CPO-80), expressão que a isenta de responsabilidade. Esse termo realiza um apagamento de Paula como *agente* e *sujeito* e ela participa dessa representação enunciativa que lhe atribuem — o *pai*, o *jornal* (este pela voz daquele), a *sociedade* — de maneira mais “passiva”. Contudo, o substantivo *vítima*, que também é um adjetivo, vem acompanhado dos qualificadores *graves* e *psicológicos* (CPO-80), que acentuam o estado de *vítima*. Essas nomações a silenciam e a significam como um *objeto do discurso* daqueles que *dela* e *por ela* falam.

Para além disso, na medida em que as palavras são habitadas não pelos indivíduos nominados, mas *pelas realidades sociais que são conhecidas pelos indivíduos*, como diz Sabria (1998), no caso Paula, a imagem dela *refrata* uma culpabilidade e uma decepção em jogo, já que a ela se tenta imputar um efeito de comisseração. O uso do termo *vítima*, então, atenua a responsabilidade ética do sujeito. Logo na manchete, aliás, a expressão *em qualquer circunstância*²²⁵ funciona como uma espécie de discurso generalista que *des-culpa* ou desculpabiliza a protagonista no enunciado “*Em qualquer circunstância, minha filha é vítima, diz pai*” (CPO-75, grifo nosso) — aqui a voz do pai está em DD, o que constitui um ponto de heterogeneidade mostrada no discurso do jornalista. Mas essa mesma generalização é restringida mais adiante quando — também em DD, só que agora entre aspas — é reportado que: “‘Em qualquer circunstância, a minha filha é vítima’, disse ele. ‘Ou é vítima *de graves distúrbios psicológicos* ou *da agressão*, que desde o início ela sustenta e [de que] não tenho motivos ainda para duvidar’” (CPO-80, grifos nossos). Nesses enunciados do pai evidencia-se a presença “oculta” do discurso outro a anteceder o discurso que ele produz, pois ele imagina questões possíveis dos seus leitores — como *Vítima de quê?* — e já lhe antecede uma resposta, ao dizer, *Ou é vítima de graves distúrbios psicológicos ou da agressão* (CPO-80), marcando e restringindo o lugar de um sujeito que não é doente e nem criminoso, mas vítima dessas duas circunstâncias.

²²⁴ Aliás, o pai ocupa uma posição de status no cenário político da cidade do Recife, tendo em vista que foi secretário de estado de um político “apoiado” pela empresa jornalística.

²²⁵ A expressão *em qualquer circunstância* nos enunciados CPO-75 e CPO-80 funciona como *atenuante do discurso*. Segundo Volochínov (1930, p. 184-185), expressões como *por assim dizer*, *se ousar me exprimir* provocam uma suavização no discurso, uma vez que constroem efeitos de desculpar ou moderar a fala do sujeito que as usa.

Observamos ainda que o enunciado (CPO-80) não só é retomado, mas se caracteriza como o *objeto do discurso* acentuado pela notícia. Ademais, o uso de *vítima* pelo pai, emprego acentuado nesse último momento discursivo sobre o caso Paula Oliveira²²⁶, o qual caracterizamos como o *terceiro foco discursivo*²²⁷ (CORDEIRO, 2011), tem um papel essencial na medida em que, após a emergência e a polêmica atribuída ao evento, essa palavra passa a explicá-lo, produzindo um discurso que dá sentido a ele. É por isso que Veniard (2013) discute a nomenclatura como uma *forma de linguagem e discurso* que constrói a “realidade”, cujo papel é fundamental na configuração do sentido do evento e dos sujeitos que dele fazem parte na mídia.

Voltando ao que afirma Madray-Lesigne (1998), um dos grandes “paradoxos” da linguagem é a “dissimulação” da complexidade de seus mecanismos de elaboração sob uma “aparente” simplicidade; pois as práticas languageiras atestam cotidianamente — diríamos ainda, não sempre, mas na maioria das vezes — as tensões contraditórias, frequentemente conflituosas, cujas palavras são portadoras. Questionando paradigmas como o da transparência linguística e o da evidência dos sentidos, os quais ainda perduram nos estudos da linguística, a estudiosa explica que a categorização do outro é especialmente delicada em razão dos jogos sociais, explícitos ou não, que o nome veicula, sobretudo quando esta categorização é excessivamente excludente e negativa, demarcada e vivida. É assim que as palavras usadas — como *louco, doente mental, judeu, nazista, negro, gay, gordo, macumbeiro, muçulmano, terrorista* etc. — são não só carregadas de sentido, mas *pesadas de sentidos*, de pesos sociais do descrédito que são portadoras. E isso nos leva à análise da terceira parte do nosso *corpus*, mais especificamente aos comentários (CTH-21), (CTH-25) e (CTH-30), postados sobre a matéria *Minha vida sem foco*²²⁸ (CTH-01) que faz parte de uma reportagem sobre o TDAH. Veja a primeira parte do texto e, em seguida, os comentários dos leitores²²⁹:

²²⁶ Embora a expressão *vítima* também seja usada no primeiro momento discursivo do caso, o emprego dessa mesma palavra e o acento atribuído a ela por alguns enunciadore, como o pai Paulo Oliveira, nesse último momento, é feito de forma divergente. *Vítima*, no final desse momento discursivo, faz referência a um espaço oculto, a um *desconhecimento* significativo, o qual está para além do que temos “consciência” e domínio (como nas falas mencionadas em CPO-75 e CPO-80). Já no primeiro enfoque discursivo (CORDEIRO, 2011), o uso de *vítima* está bem marcado quanto à alguém que sofreu uma agressão.

²²⁷ Caracterizamos como *terceiro foco discursivo* o momento em que a mídia passa a construir o caso Paula Oliveira a partir da refutação da versão da protagonista. Tem-se, então, a reviravolta do evento. Cf. Cordeiro (2011).

²²⁸ Essa matéria foi a capa da edição da Revista *Superinteressante* de 31 de julho de 2012.

²²⁹ Os comentários foram selecionados dentre o total de 253 postados no site da revista. Eles são apresentados na tese do mais recente ao mais antigo e conforme a ordem de postagem “mais próxima” da visualizada no site — dizemos

CTH-01 Minha vida sem foco

CTH-02 Esta reportagem demorou dois anos para ser escrita. E a culpa não é (só) da minha desorganização. Eu tenho Transtorno de Déficit de Atenção. Aqui você vai entender como meu cérebro funciona.

CTH-03 Buzina de carro, latido de cachorro, choro de bebê, “Que horas são?”, “Rola algo no Facebook?”, “Que programa de TV é esse?”, “O que tem para comer?”, “Por que alguém vai ler esta matéria mesmo?”. Apenas 5 minutos sentado em frente ao computador e tudo isso já passou pela minha cabeça. Tudo ao meu redor fala mais alto do que escrever este texto. Fecho a janela, checo o relógio, surfo na net, desligo a tv, como chocolate. Só então consigo voltar para explicar o que você ganha ao continuar lendo esta matéria: uma visão sobre como funciona uma mente inquieta. Nas próximas páginas, você vai enxergar o mundo pelos meus olhos. Bem-vindo ao cérebro TDAH.

CTH-04 A redação da SUPER não é exatamente o lugar mais tranquilo para manter a atenção. Pilhas de livros nas mesas, revistas importadas nas paredes, gente falando ao telefone. Enquanto rabisco caoticamente num bloquinho, o diretor de redação me explica uma pauta: “Quero que você escreva sobre TDAH. Mas em primeira pessoa. Sua experiência pode ser interessante para o leitor”. Topo fazer a matéria imediatamente. Marcamos o prazo de um mês para entregar o texto que você lê agora. Prazo real de entrega: dois anos.

CTH-05 Se você tem TDAH, não é difícil se identificar com a história acima. Ela expõe um dos traços mais característicos do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade: dificuldade em gerenciar o tempo. O paciente TDAH também se reconhece facilmente na brincadeira de Douglas Adams, autor do Guia do Mochileiro das Galáxias: “Amo prazos de entrega. Adoro o som que fazem quando passam voando pela minha janela”. Quem sofre de TDAH tende a ser tachado de avoado ou incapaz. Mas julgamentos como esses não explicam as nuances da mente TDAH. Eu mesmo, por exemplo, perco as contas de quantas vezes chego atrasado a compromissos e esqueço datas de aniversário. Ao mesmo tempo, tenho a estranha capacidade de ler textos que me interessam por horas a fio nos ambientes mais caóticos possíveis.

CTH-06 É bem provável que você conheça mais pessoas com esse perfil. Estima-se que um em cada 20 adultos apresente sintomas suficientes para ser diagnosticado com TDAH. Um estudo afirma que o impacto da doença na produtividade dos EUA é de US\$ 77 bilhões de prejuízo por ano. Uma cifra que ultrapassa a da depressão (US\$ 43 bilhões) e a do abuso de drogas. Por isso, entender o TDAH é uma tarefa cada vez mais importante. E é isso que eu fiz, procurando alguém que conhece o assunto bem de dentro. Mais exatamente, de dentro de seu próprio cérebro.

CTH-07 Uma pilha de exames com cérebros coloridos. É o que mais chama atenção na mesa da psiquiatra e autora de livros Ana Beatriz Barbosa. Mas não consigo tirar os olhos de um outro objeto: um bloco de anotações. Dentro dele, vejo a prova física do que já sabia antes: não sou o único com problemas de atenção na sala. Os rabiscos caóticos só podem ter vindo de um lugar: outro cérebro TDAH.

CTH-08 Enquanto enche de riscos o seu bloquinho, Ana Beatriz explica o que há de errado em nossas cabeças: “O defeito está numa parte do cérebro chamada lobo frontal, que fica próxima à testa.” O lobo frontal é uma espécie de gerente executivo do cérebro. A função dele é coletar informações e enviar ordens em forma de impulsos elétricos para as outras partes do órgão. Mas, como todo bom gerente, exige um pagamento adequado para trabalhar. No caso, o pagamento é em dopamina, uma substância que regula a interação entre neurônios. Sem ela, os neurônios do lobo frontal não conseguem

mais próxima porque, com a inserção de novos comentários e a retomada de outros, a qual gera novas postagens, o encadeamento de comentários passa a adquirir outras configurações discursivas no site do periódico e diversos movimentos dialógicos.

conversar direito. Quando isso acontece, o cérebro começa a funcionar como uma empresa sem CEO: ganha o setor que grita mais alto. Com medo da falência, a empresa cerebral ainda pode tentar criar uma espécie de caixa dois de dopamina. Aí começa uma busca desesperada por tudo que promove a produção do neurotransmissor: açúcar, sexo, nicotina, jogo, álcool, drogas ilegais. Não é à toa que 17 a 45% dos adultos com TDAH apresentam problemas com álcool, e que o risco de se viciar em drogas é o dobro para quem tem essa doença.

CTH-09 Mas como diagnosticar alguém assim? “Primeiro, é preciso sorte”, diz a psiquiatra. “Pessoas com TDAH muitas vezes não têm ideia de que sofrem de uma doença”. Sorte foi exatamente o que levou Ana Beatriz a ser diagnosticada. Atrasada para um curso na Universidade Berkeley (EUA) – “Começava às 8h. Cheguei 9h15.”-, foi obrigada a assistir à única palestra disponível no horário. O palestrante era Russell Barkley, um dos pioneiros no estudo do TDAH. Ao ouvir os sintomas da doença, Ana Beatriz não teve dúvidas: “Sou eu!”. Logo que a palestra acabou, foi atrás de Barkley e pediu para fazer um teste psicológico. Ele voltou com o resultado positivo. Assim que começou a se tratar para TDAH, Ana Beatriz, que cursou ao mesmo tempo Medicina, Física e Odontologia, conseguiu pisar no freio da mente e seguir uma estrada só: especializou-se em TDAH e hoje é autora de best-sellers sobre o tema.²³⁰ (REZENDE, Rodrigo. Minha vida sem foco. Revista *SuperInteressante*, Capa, Matéria, 31 jul. 2012)

CTH-18 Ainda bem que existem remédios para tudo, né?

CTH-19 Cada vez se “descobrem” mais doenças e mais “remédios”... (ARANTES, A. Universidade Mackenzie. Comentário, 8 fev. 2015, às 22h24)

CTH-20 Saber que tem tDAH é fácil, quero ver conseguir Ritalin (SLONINSKI, P. UNINOVE. Comentário, 8 fev. 2015, às 13h46)

CTH-21 Não é doença, não somos doentes, temos um certo distúrbio apenas. (GROSSENFUBBER, H. Licenciatura em Ciências Biológicas. Comentário, 8 fev. 2015, às 15h07)

CTH-22 Demorei duas semanas pra ler esse texto. Neste momento tenho duas janelas do Chrome com diversas abas abertas cheias de leituras e “compromissos” atrasados. Pesquise mil coisas ao mesmo tempo e me irrita porque perco o foco fácil e acabo esquecendo o que eu queria fazer por causa do turbilhão de tarefas que me “tomam” a concentração. Distração até com pensamentos. Sempre penso que devo procurar conselho médico, mas sempre me distraio na hora de ir atrás disso.

CTH-23 Sinceramente isso não me parece ser um problema muito grave, mas eu tenho que me esforçar muito quando quero terminar alguma coisa. Por enquanto eu consigo lidar com essa condição razoavelmente. Quem sabe um dia eu não procure um profissional pra saber se eu realmente tenho esse distúrbio ou é só “frescura minha” - como dizem meus pais, rs. (DIAZ, M. Comentário, 14 maio 2014, às 4h59)

CTH-24 Nossa acredito que eu tenha... vou procurar um profissional, de certa forma, ficarei feliz se tiver pois muita coisa será explicada na minha vida... (DAMASCENO, C. M. Faculdade FNC. Comentário, 12 maio 2014, às 15h49)

CTH-25 Ótimo texto mas o TDAH não é uma doença e sim um distúrbio (ZITMAN, D.

²³⁰ Para ler o texto completo, cf. o anexo D.

Universidade São Marcos. Comentário, 10 maio 2014, às 15h38)

CTH-26 Fui diagnosticada. A questão, é que muitas características de TDAH, outras pessoas também tem, mas de forma isolada. Por isto, o teste e a análise com o psiquiatra especializado, pois muitos sintomas do transtorno podem ser somente traços, e também, podem pertencer a outro transtorno. E como TDAH, vem acompanhada de uma ou mais comorbidades (ansiedade, depressão), nunca que o que deu certo com um portador do transtorno, dará certo com outro. E ainda tem as subdivisões. Sou a TDAH mista sonhadora-faladeira. Existem os TDAH que não param quietos fisicamente. É um bocado de coisa, que somente um especialista íntegro pode verificar e ajudar.

(SALGUEIRO, R. M. R. São José dos Campos. Comentário, 10 maio 2014, às 14h59)

CTH-27 Recomendo aos leitores deste texto que tomem cuidados para não atirarem por todos lados que seus amigos, filhos e parentes teem TDAH. A neurociencia está debruçando sobre este tema e, somente a psiquiatria poderá fazer diagnósticos.

(CARVALHO, T. A. UPE. Comentário, 10 maio 2014, às 14h38)

CTH-28 mesmo já tendo sido diagnosticado com TDAH e já sabendo que era eu, antes mesmo de terminar de ler, parei 8 vezes para fazer outras coisas (GREGÓRIO, D. F. Felipe Saldanha Fotografia. Comentário, 10 maio 2014, às 2h22)

CTH-29 Super, está na hora de outra reportagem depois da morte do descobridor da doença e sua revelação. A visão dos médicos, dos especialistas etc.. (JORD, F. Comentário, 9 maio 2014, às 21h38)

CTH-30 chorei... sempre soube que eu era assim. Só não sabia que tinha nome... (MODOLO, B. Comentário, 9 maio 2014, às 20h17)

CTH-31 Transtorno de Deficit de Atenção.

CTH-32 Nunca me identifiquei tanto com uma matéria! Eu sou assim: um ambiente tumultuado é terrível pra aprender qualquer coisa. Nunca gostei de assistir aula porque não aprendo nada, mas se eu leio e busco aprender algo sozinha em casa consigo chegar muito alem dos outros. É o tal do “hiperfoco” descrito na matéria (que graças a Deus eu aprendi a usar ao meu favor). No mais, tudo me distrai e penso em trezentas coisas ao mesmo tempo sem terminar nenhuma.

CTH-33 Mas ao contrario do que diz a matéria nunca vi isso como “doença”. Desde pequena percebi que eu aprendo de uma forma diferente do que as outras pessoas e aprendi a usar isso em meu favor. Tem dado certo! (XAVIER, F. Comentário, 9 maio 2014, às 19h53)

CTH-34 Compreender esse mundo e se aceitar que tem Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade e que isso é neurológico e muito bom pois assim as pessoas podem procurar ajuda, e melhorar e se organizar melhor com ajuda de profissionais. (BARROS, S. O. Comentário, 9 maio 2014, às 19h41)

CTH-35 <http://psicologia-ro.blogspot.com.br/2013/05/inventor-do-tdah-confessa-farsa-da.html>

CTH-36 Liberte-se, seja feliz (REBELLO, B. Comentário, 9 maio 2014, às 19h18)

CTH-37 farsa pra quem não sofre com esse problema sou tDAH por 42 anos e só eu sei a dor e a delícia de ser eu. (LIUMORYAL, L. Comentário, 9 maio 2014, às 19h21)

CTH-38 muito bem precisamos começar a dismitificar o TDAH para facilitar um pouco a vida de quem tem esta dificuldade (BALDIVIA, V. Itapevi. Comentário, 9 maio 2014, às 18h44)

Nos comentários (CTH-21), (CTH-25) e (CTH-33), nos quais vamos nos deter por agora, os autores interditam o termo *doença*. Por que o uso deste incomoda e não o de *distúrbio*? Isso faria parte da lógica impulsionada pela reforma e fortalecida pelos DSMs sobre a existência de sujeitos portadores de transtornos ou distúrbios e não de ditas doenças mentais? Será então que a evidência da nominação se encontraria aí “fissurada”, “rasgada”, com falhas? Diante dessas questões, pensamos que é no discurso que se reinscreve, ora a partir de um enunciado, ora a partir de outro, a relação de que há um grupo de pessoas que podem ser chamadas de doentes e outras não. E, ao lado disso, há um interdiscurso de muito peso que é o do “politicamente correto”, o qual perpassa muitas outras discussões, como aquela que trata de uma *invalidéz* do sujeito — *invalidéz* porque há uma não-validação, não-valorização positiva de um sujeito a partir de um discurso que o inscreve numa representação marcada por um conjunto de faltas de traços e características.

A ressalva feita por eles nos leva a pensar também sobre (i) o valor social do nome *doença*, (ii) o espaço axiológico a que o discurso sobre a doença “pertence” e o espaço que o sujeito lhe concede e (iii) um possível acordo sancionado e compartilhado pelos sujeitos quanto aos usos de *distúrbio* em detrimento de *doença mental*. Do caso Paula ao TDAH, os objetos de que os sujeitos tratam são distintos — *Paula* e o *TDAH* —, em contextos também diversos e, possivelmente, os efeitos de sentidos produzidos também são outros, os quais não são analisados isoladamente e nem de forma estanque. No entanto, o que destacamos é que há um “espaço subjacente” que os aproxima, “enunciados que trocam seus trajetos com outros tipos de objetos”, retomando aqui o que põe em questão Pêcheux (1990, p. 28), ao colocar em dúvida a “aparente” estabilidade e independência dos objetos discursivos, dos enunciados e dos acontecimentos. As trajetórias desses enunciados de diferentes sujeitos e temas, acrescentamos aqui, se encontram nos usos, nas batalhas veiculadas pelas palavras. Pois é nas *arenas, nas lutas, que dizemos o mundo*, re-categorizando-o e re-definindo os lugares que ocupam os sujeitos nas relações sociais. Ademais, a linguagem é estratificada internamente, o que permite a retomada dos sentidos

“cristalizados” na sociedade, os quais sempre têm um vínculo valorativo. Essa retomada, por sua vez, se dá pela manutenção da circulação de certos *interdiscursos*²³¹ nas palavras que não cessam de alimentar uma determinada produção discursiva.

Ora, se os sentidos não estão numa base da “evidência”, mas são construídos na relação, existe um jogo axiológico entre os dizeres que fogem aos enunciadores ou que a eles “escapam”²³². Sem considerar que há o inconsciente e o simbólico que fazem o sujeito escorregar, desdizer, corrigir, acrescentar, atividade que constitui um processo natural de “controle-regulagem do processo de comunicação” (AUTHIER-REVUZ, 2004c [1982], p. 14). Com base em Authier-Revuz (2004c [1982]), podemos afirmar que o uso de *distúrbio* ao invés de *doença* constitui uma marca dessa atividade de *controle-regulagem* no fio do discurso e específica, sob a forma negativa da operação de ajuste, as diferentes condições para o coenunciador. Isso porque nominar não é só buscar um “termo” dentre outros: atribuir um nome diz mais do sujeito do que do objeto que ele nomina.

A esse respeito, notamos o uso expressivo na mídia de *distúrbio* e *transtorno* nos dias de hoje ao invés do de *doença mental*. Isso faz parte, inclusive, de uma das mudanças preconizadas pela reforma, como já exposto. Mas isso não significa dizer que o emprego desses nomes pelos sujeitos ocorra de forma “naturalizada”, sem falhas. Ao opor-se aos estudos de base positivista que desconsideravam o trabalho interpretativo, trabalho que é, como diz Pêcheux²³³ (1990, p. 44), próprio do discursivo, tomamos o que ele traz sobre o *ler*, o *descrever* e o *interpretar* como um multiplicar das relações entre *o que é dito aqui e assim e não de outro modo*, com *o que é dito em*

²³¹ É interessante o que traz Barbéris (1998) a esse respeito. Baseando-se em Bakhtin e Pêcheux, a autora fala em *dialogismo interdiscursivo*. Segundo essa autora, o *dialogismo interdiscursivo* repousa sobre o fato de que, antes mesmo da fala ou da escrita, já somos confrontados com a presença virtual de todos os discursos necessários ou já tidos. O interdiscurso, termo que retoma de Pêcheux, é o espaço heterogêneo e conflitual em que se inscreve o sentido, se atualizando nos enunciados sob a forma de falas atribuídas a um enunciador típico — de uma prática discursiva, de uma classe social, cultural e de uma etnia. Tal noção, quando proposta como abordagem interpretativa, põe em evidência as atualizações potenciais do discurso, pois as enunciações potenciais existem, mesmo no “espírito” de um sujeito, quando ele toma posição sobre os possíveis sentidos a serem construídos. Em nossa opinião, essa perspectiva contribui para o estudo da nomenclatura, mas não substitui a noção de dialogismo de Bakhtin que é mais ampla, do já-dito, do outro que nos é constitutivo, a qual partimos e nos filiamos.

²³² Baseando-nos em Lacan, consideramos que há algo para além do *linguístico*, para além do *discursivo*, que está no Real, ao qual não é possível termos “acesso”.

²³³ Conforme já apontado por nós em Cordeiro (2013), Michel Pêcheux (1938-1983) representa uma das figuras fundamentais da Análise do Discurso (AD). Ele rompe com as práticas de texto e os métodos estatísticos prevalentes nos estudos das ciências humanas da sua época, por partirem de uma teoria não subjetiva da linguagem.

outro lugar e de outra forma para se chegar a “‘entender’ a presença de não-ditos no interior do que é dito”. O que nos leva a pensar que o processo de dizer o outro e a representação da alteridade se faz numa *trama* que envolve ditos e não-ditos, porque as produções dos discursos se dão a partir dos *interdiscursos*, das *memórias* que circulam e das *vozes* que ecoam na materialidade de alguns dizeres. Para além disso, a dinâmica entre os dizeres que faz parte do processo criativo do sujeito — que, ao enunciar algo, o enuncia em uma reavaliação —, o deslocamento das palavras de um contexto a outro implica em mudanças de significação, efeitos de sentidos outros. O *distúrbio* pode ser positivo para Paula, um termo adequado para outros ou, ainda, no caso de *doença*, ser pejorativa para certos leitores e positiva para o autor. A esse respeito, retomamos o que diz Steuckardt (1998), o qual explica que o deslocamento enunciativo de uma palavra acompanha uma “inversão” da avaliação, prolongada em uma des-estabilização axiológica, a qual ocorre em virtude da possibilidade de numerosas avaliações conforme as condições contextuais. Faz-se necessário acrescentar que tal deslocamento, no entanto, é inerente ao funcionamento da linguagem. Como já dizia Volochínov (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]), há numerosos sentidos porque há numerosos contextos. O deslocamento de uma significação para um novo contexto é acompanhado de uma *reavaliação* que é iminente.

Ora, o pai de Paula e os autores dos comentários participam de uma “objetivação” do sujeito a partir do reconhecimento enunciativo que lhe dão: o silêncio da Paula é preenchido e significado pela fala do seu pai que a constrói como vítima do *distúrbio*, da *agressão*, do *distúrbio-agressão* e, acrescentamos, *do relato da sua história*. Não obstante, enquanto o *distúrbio* é empregado por ele para marcar uma ausência de responsabilidade, denegar a sua participação como sujeito responsável na vida²³⁴, no segundo exemplo, o termo é convocado para focalizar o *distúrbio em si*: essa opção pelo emprego de *distúrbio* ao invés de *doença* funciona como uma definição que parece não ser negociável. É uma posição de resistência daqueles sujeitos diante do “modelo” ou da “representação” subjetiva que tenta ser “estabilizada” por alguns discursos e práticas. Mas os enunciados interdizem aquele *dizer outro* porque o consideram “inadequados” para *o dizer*. Os sujeitos buscam então uma outra direção, uma outra

²³⁴ Destacamos que não colocamos em dúvida se Paula tem lúpus ou algum tipo de um chamado *distúrbio* conforme citado pelo seu pai. Não é esse o nosso papel. Nossa análise se pauta na circulação, no uso e nos efeitos de sentidos construídos pelas palavras a partir das vozes constitutivas e marcadas; e os pontos de vista que vão sendo construídos nesse processo.

forma de se significar. No entanto, o termo *distúrbio* também está submetido às tensões de um condicionamento, de uma gestão sobre os corpos e os sujeitos: é algo que não está *numa ordem*, mas *num além*, como se numa dispersão e num “exagero”. É diante do *estigma social* convocado pela palavra *doença* que os sujeitos são impelidos a se posicionar diante:

- (i) da voz do *autor da matéria*,
- (ii) da voz da *neurociência* aderida pelo autor e representada por ele por meio da adesão à voz da psiquiatra Ana Beatriz,
- (iii) dos outros comentários postados no site,
- (iv) do *TDAH*,
- (v) da concepção que partilham sobre a *doença* e
- (vi) do que a *sociedade* pensa sobre a doença e o TDAH.

E não podemos esquecer que são com essas vozes sociais que os leitores interagem ao produzirem os seus comentários.

Podemos ainda dizer que, como *doença* não é sinônimo de *distúrbio*, estamos diante de uma zona de heterogeneidade *do tipo não-coincidência interlocutiva*²³⁵ (AUTHIER-REVUZ, 2004b [1990]) em relação ao termo usado pelo autor do texto. Isso se dá por meio do *comentário* e do *retoque* dos leitores que passam de “usuários” a “observadores” das palavras empregadas pelos outros. Esse ponto de contato aberto entre os discursos dos leitores e o do autor da matéria funciona também como uma representação metaenunciativa *opacificante* sobre o discurso empregado pelo jornalista. Assim, nos comentários “*Não é doença, não somos doentes, temos um certo distúrbio apenas*” (CTH-21, grifos nossos), “*Ótimo texto mas o TDAH não é uma doença e sim um distúrbio*” (CTH-25, grifo nosso) e “*Mas ao contrario [sic] do que diz a matéria nunca vi isso como ‘doença’*” (CTH-33, grifo nosso), *uma maneira de dizer* ou *um sentido* não é de comum acordo e inteiramente partilhados. Barra-se então o uso do termo *doença* e os sentidos que esse nome gera em tal contexto de uso, bloqueando qualquer possibilidade de sinonímia entre *doença* e *distúrbio*. Essa não-coincidência sugere, ainda, como essas duas expressões marcadas

²³⁵ Conforme Authier-Revuz (2004b [1990], p. 83), os pontos de não-coincidência interlocutiva “representam o fato de que um elemento não é imediatamente ou não é absolutamente *compartilhado* - no sentido de comum - pelos dois protagonistas da enunciação” (grifo da autora).

pelos leitores são afetadas e representadas pontualmente pela alteridade que assinala, por sua vez, uma não-coincidência entre o discurso evocado pelo uso de doença com o convocado pelo uso de distúrbio.

Enfim, a partir dessas análises pode-se afirmar o seguinte: o jogo de relações que se estabelece entre as nomações nos diferentes contextos trazidos acima permite um *continuum* entre pontos de vista suportados pelo nome, como nos diz Siblot (1998). É possível considerar, então, que as palavras *doença* e *distúrbio*, para aqueles leitores, apresentem memórias diversas, sendo a primeira a da *exclusão social e discursiva*. Ao demarcar o uso de *distúrbio*, excluindo do seu dizer o emprego de *doença*, o peso e o estigma social desse último termo é também o propósito da retificação da *nomação* e defesa do ponto de vista do leitor: este deseja afastar-se dela porque os próprios leitores a discriminam, pois *doença* têm uma maior *des-vantagem* e um maior *des-valor* que o uso de *distúrbio*. Ademais, o uso desse último pelos sujeitos parece servir como um “escape” da memória evocada pelo outro termo, o que aponta a dificuldade de dizer, de se definir como um sujeito que se identifica com o TDAH. A retificação mostra os jogos sociais, as marcas de heterogeneidade que atravessam os termos, carregando-os de sentidos e axiologias que se apresentam na forma de *censura* — ao autor da matéria — e *eufemização* — há uma cooperação entre os leitores na restrição daquela expressão. Pois, para eles, o uso de *doença* funciona como se implicasse numa *re-produção* dos estereótipos de outrora — mesmo que o autor da matéria tome o TDAH a partir de um ponto de vista socialmente positivo, ao citar o exemplo da psiquiatra que, ao descobrir o TDAH, nele se especializou e “hoje é autora de best-sellers sobre o tema” (CTH-09).

É interessante notar que o jornalista assume uma *legitimidade do dizer* sobre o TDAH ao partir de um ponto de vista que o situa na posição de *porta-voz do dito transtorno* — ele próprio se auto referencia como tal quando diz “*Eu tenho Transtorno de Déficit de Atenção*. Aqui você vai entender como meu cérebro funciona” (CTH-02, grifo nosso) e “não sou o único *com problemas de atenção* na sala” (CTH-07, grifo nosso) —, falando em nome desse grupo. Ao fazer isso, ele situa o TDAH ora como uma experiência negativa, ora como uma positiva, ora apontando uma relação de culpa, ora, em outra direção, acentuando sua “superioridade” a partir do *hiperfoco*. A *auto-nomação* do autor, ao longo do texto — *uma mente inquieta* (CTH-03), *cérebro TDAH* (CTH-03 e CTH-07), *mente TDAH* (CTH-05) e *paciente TDAH* (CTH-05) — está saturada do discurso da neurociência e funciona como uma espécie de *hetero-nomação*, a qual

leva os autores dos comentários a se afastar e/ou a se aproximar das axiologias sociais e linguísticas que estão em jogo na caracterização do TDAH. Esse movimento de *afastamento*, *aproximação* e *afastamento-aproximação* dos leitores aos valores em jogo pelos usos, pode, inclusive, ser apontado porque há palavras que marcam menos a diferença que outras, diferença esta que vai se tornando mais “suportável”. Ao mesmo tempo, pensamos que, a partir do que afirma Sabria (1998) ao tratar da nominação dos chamados surdos, as concepções de alteridade que *doença* e *distúrbio* trazem, para além da memória inscrita no social, não podem em caso algum se cruzar — pelo menos para aqueles leitores.

Além disso, a negação do termo *doença* apresenta para nós a força do movimento dialógico nos trechos de enunciados que se constituem em pequenas orações, os quais foram sublinhados por nós nos comentários acima. Contrário a esse termo, o uso argumentativo de *distúrbio* pelos leitores situa-os “implicitamente” como pertencentes a determinada comunidade, a horizontes sociais específicos partilhados por eles e que permitem — aos leitores que se reconhecem como integrantes dessa comunidade — “recomporem” o que não está sendo “explicitamente” atualizado pelos indivíduos em seu discurso. No caso, explicitar uma “fratura” no uso de *doença* (pela revista) e privilegiar o emprego de *distúrbio*. O que nos leva novamente a Bakhtin e Volochínov quando dizem que é levando em conta o horizonte social, o contexto enunciativo, os sujeitos envolvidos, os valores partilhados, o dialogismo, que interpretamos os sentidos. Com base nesses autores, podemos compreender as razões da resistência dos usos de determinados nomes pelos sujeitos, resistência que se dá não só a um conteúdo posto — o *TDAH* — mas sobre também ao que o uso de *doença* pressupõe. A partir da reação a essa memória, aos *interdiscursos conflituais e heterogêneos que a palavra guarda*, é necessário explicitar o não-dito desfavorável que o termo carrega. Assim, os não-ditos “ameaçadores” da palavra *doença* são como que reordenados pelos sujeitos a partir do emprego de *distúrbio*.

2.4 O sujeito diz a si mesmo no dizer outro e para o outro

É pertinente, para essa discussão, refletir também sobre os *modos de subjetivação/individuação*, os quais nos ajudam a pensar se estamos diante de variadas formas e posições do sujeito se ver, se identificar ou se diferenciar como sujeito, com diferentes cuidados

de si. Ora, desde o momento em que o sujeito se tornou objeto de saberes diversos, esse mesmo sujeito²³⁶ passou a sentir a necessidade de produzir um discurso sobre si mesmo. E é nessa linha que perguntamos — a partir do que Foucault (2004 [1984]) postula sobre as formas dos sujeitos se relacionarem em diferentes momentos da história — o seguinte: quais nomações, discursos e memórias os sujeitos mobilizam nessas relações estabelecidas com os outros e consigo mesmos? Segundo Foucault (2012a [1975a], 2012b [1974]), essas relações constroem a individualidade a partir do controle social, como o efeito do poder. Mas, antes de apresentar essa discussão, vejamos o que diz Safatle (2013, p. 22-23) sobre o objeto de estudo a que nos dedicamos:

Tudo isso poderia interessar apenas à uma comunidade limitada, composta por todos aqueles profissionais designados para tratar de problemas de saúde mental (psicólogos, psiquiatras, psicanalistas, entre outros). Mas talvez seja o caso de colocar algumas questões. Pois, e se categorias como “saúde”, “doença”, “normal” e “patológico”, principalmente quando aplicadas ao sofrimento psíquico, não forem meros conceitos de um discurso científico, mas definições carregadas de forte potência política? Por um lado, uma sociedade organiza seus modos de intervenção nas populações, nos corpos e nos afetos por meio da definição do campo das doenças e das patologias. No interior desses modos de intervenção, não é apenas a experiência subjetiva do sofrimento do paciente que orienta a clínica, mas também padrões esperados de conduta social de forte conotação moral (ou mesmo estética e política).

A questão que Safatle discute é importante, em especial, em virtude do que coloca em discussão. Pois os nomes que dizem e definem a *saúde*, a *doença*, a *normalidade* e a *patologia* se relacionam a um movimento de condicionamento do sujeito para torná-lo objeto específico de conhecimento, controlando as experiências de vida de cada um, muitas vezes, de dentro das nossas relações mais íntimas. Ou seja, boa parte do uso desses nomes inserem-se em relações de norma e controle, as quais parecem hoje se apresentar ao lado daqueles poderes “laterais”, tais como as instituições *psiquiátrica*, *criminológica* e *mediática*. Segundo Revel (2005), a sociedade é gerenciada tanto a partir de modelos que estão integrados a um Estado — podemos citar como exemplo aqueles famosos aparelhos “ideológicos” introduzidos nos primeiros escritos de Althusser (1971), tais como escola, universidade, hospital e prisão; como por meio da existência de um sistema que se destina a modelar cada um de nós. Podemos considerar que o sistema

²³⁶ Falamos, neste tópico, do sujeito de “maneira geral”.

classificatório de doenças criado pelos DSMs incorporados às práticas discursivas cotidianas também tem esse efeito de modelar os sujeitos.

Então, a esse respeito, podemos perguntar: como se auto-designam os sujeitos em resposta a essa “nomenclatura” classificatória de que eles mesmos são objeto? O uso extensivo de numerosas denominações de variados tipos de “doenças” ou “transtornos” pelos sujeitos apontam para tentativas de homogeneizar a diversidade, ocultando as possibilidades de rejeição social, cultural e linguística. Nos comentários, postados acima sobre o TDAH, há a prevalência do (i) uso de *distúrbio* que é autorizado por alguns sujeitos e (ii) o não uso de *distúrbio* e nem de *doença* por outros. O caso Paula também é interessante para essa reflexão porque há apenas, em um momento, a retomada de voz pela protagonista como resposta a uma matéria publicada sobre ela pela revista *Veja*²³⁷. Observem-se abaixo os chapéus, títulos e subtítulos das matérias respectivamente veiculadas nos dias 18 e 25 de fevereiro de 2009:

CPO-99 Suíça

CPO-100 Era tudo mentira?

CPO-101 A polícia suíça diz que a advogada brasileira que teria sido vítima de ataque xenófobo não estava grávida e pode ter se automutilado (ERA tudo mentira? Revista *Veja*, São Paulo, Internacional, Suíça, Notícia, 18 fev. 2009, p. 77)

CPO-161 Justiça

CPO-162 Sim, era tudo mentira

CPO-163 Perguntada por que se automutilou e mentiu sobre a gravidez, brasileira responde à polícia suíça: “Isso vocês têm de perguntar a um psiquiatra” (MANCZYK, N. Sim, era tudo mentira. Revista *Veja*, São Paulo, Internacional, Justiça, Notícia, 25 fev. 2009, p. 59)

Esses dois excertos levam-nos ao que dizia Foucault (2010f [1961b], p. 159), no primeiro prefácio da obra *História da Loucura*, ao comentar que “em nossa época, a experiência da loucura se faz na calma de um saber que, por conhecê-la demasiado, a esquece”. Ora, há esquecimentos que são soberanos. Esses não só deixam de compor as estruturas de uma rede de memórias — rede constituída dinamicamente por “camadas” que vão se justapondo ou se

²³⁷ Ambas matérias se encontram na *Veja* e somente foram publicadas nessa revista.

sobrepondo —, como permitem o funcionamento dessa rede, sustentando-a e tornando-a natural, *naturalizada*, além de a-temporal. A “doença mental” só existe porque há um diagnóstico psiquiátrico. A divisão da loucura em doença foi uma elaboração social, política, econômica, histórica e discursiva. Esse “instante”, esse acontecimento, se deu por meio de condições de possibilidade as mais diversas, mas a a-temporalidade que lhe é conferida estanca o movimento produtivo que a engendrou, estabilizando-a no determinismo biológico, numa retificação do ser descolado da sua eventicidade, e é assim que vai sendo absorvido pela história. Isso porque o homem exerce uma pressão por uma normatização e modelagem *funcional* do ser. Dizemos aqui *funcional* porque este deve pensar, agir e se adequar a normas e condutas que, apesar de parecerem centradas em atividades e instituições específicas — tais como escola, igreja, prisão, família etc. — as normas e condutas se exercem numa dispersão e em situações mais íntimas e rotineiras. Para Pêcheux (1990, p. 34),

[...] essa necessidade universal de um “mundo semanticamente normal”, isto é, normatizado, começa com a relação de cada um com seu próprio corpo e seus arredores imediatos (e antes de tudo com a distribuição de bons e maus objetos, arcaicamente figurados pela distribuição entre alimento e excremento).

O esquecimento que é, por sua vez dominante, se dá com a troca entre *razão* e *loucura*, a qual modifica a linguagem da loucura na Antiguidade Clássica. O louco deixa, portanto, a experiência medieval e humanista da loucura para vivê-la no cárcere de uma “doença mental”. O esquecimento diante da modificação do “estatuto” da loucura — que, para muitos, pode se configurar como uma “simples” troca de nome — existe porque a memória não é feita só de lembranças, mas também de esquecimentos. E isso tudo para dizer que a loucura se torna apreendida, dominada, alinhada a uma verdade que o sujeito constrói sobre si mesmo, trazendo-a para si e entregando-a ao outro como uma *frágil verdade* porque é assim que ela é apreendida pelo olhar social. No enunciado “Isso vocês têm de perguntar a um psiquiatra” (CPO-163), Paula inscreve de forma decisiva o que se constitui para nós a troca entre razão e loucura, garantindo que é a esfera da psiquiatria que lhe atribui sentido e às suas ações. Desse modo, é fundante como o discurso da psiquiatria aparece como um interdiscurso no discurso do próprio sujeito: o sujeito discursivamente valida a tão combatida e discutida ciência e esta, por sua vez, vai sendo validada discursivamente pelos mais variados sujeitos que lhe conferem um status de superioridade no dizer. Há, assim, nesse enunciado, de um lado, a voz da psiquiatria clássica que dita a doença

como determinante da objetificação do sujeito; de outro, a possibilidade para que se constitua como sujeito (reificado) a partir do diagnóstico e da representação atribuída pela doença mental pela psiquiatria tradicional. E, como já dizia Artaud (1925, s/p) na célebre carta que escreveu aos médicos-chefes dos manicômios, sobre o exercício dessa vertente da psiquiatria:

As leis e os costumes vos concedem o direito de medir o espírito. Essa jurisdição soberana e temível é exercida com vossa razão. Deixai-nos rir. A *credulidade* dos povos civilizados, dos sábios, dos governos, adorna a psiquiatria de não sei que *luzes sobrenaturais*. O processo da vossa profissão já recebeu seu veredicto. *Não pretendemos discutir aqui o valor da vossa ciência nem a duvidosa existência das doenças mentais*. Mas para cada cem supostas patogenias nas quais se desencadeia a confusão da matéria e do espírito, para cada cem classificações das quais as mais vagas ainda são as mais aproveitáveis, *quantas são as tentativas nobres de chegar ao mundo cerebral onde vivem tantos dos vossos prisioneiros?* Quantos, por exemplo, acham que o sonho do demente precoce, as imagens pelas quais ele é possuído, são algo mais que uma salada de palavras? (grifos nossos)

Nesse trecho, Artaud questiona a voz da ciência, a partir da psiquiatria. Um questionamento que, de maneira geral, nos dizeres dele, “resguarda” o *valor* que ela apresenta. No entanto, suas perguntas colocam em discussão o caráter “monologal” que a voz da ciência (MOIRAND, 1999) tem assumido ao longo do tempo, que Artaud retoma a partir do jogo entre os termos *credulidade* e *luzes sobrenaturais*. No entanto, podemos assumir também que, a partir do que o escritor francês expõe, o regime discursivo dos enunciados que circulam na esfera da psiquiatria é construído por meio de um funcionamento social específico, cujas relações de poder não são estabelecidas só do médico para o doente, mas são exercidas *sobre ela própria* e os outros e *entre ela* e os outros — ou seja, não só sobre a verticalidade *médico-paciente*.

Essa reflexão remete às *vontades de verdade* (Foucault, 2009a [1971]), as quais vêm sendo produzidas ao longo da história pelos diversos campos do saber. Isso é importante para reafirmarmos que os discursos não são simplesmente evocados; constitutivamente heterogêneos (AUTHIER-REVUZ, 2004c [1982]), possuem princípios de regulamentação e ordem, afinal não se pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar; e nem todo sujeito tem a legitimidade de pronunciá-lo ou ocupa uma posição que lhe permite fazê-lo. Há regras que deverão ser cumpridas, pois a produção dos discursos não é aleatória, mas controlada, organizada, selecionada e redistribuída conforme sistemas de *exclusão* — interdição, segregação, vontade de verdade —, *sujeição* — controles internos exercidos pelos próprios discursos — e *rarefação* (FOUCAULT, 2009a [1971]). Ora, poderíamos pensar então que hoje lidamos com uma loucura

outrora interdita pela ordem do discurso da esfera midiática, porque agora ela passa a ser uma experiência crucial do sujeito que prontamente exhibe e justifica sua eventicidade como depressivo, compulsivo, bipolar, hiperativo. Essa retomada de uma espécie de “experiência do limite”, da exclusão “tornada inclusa”, oferece um alívio para os sujeitos, uma resistência ao poder vigente; só que esse não deixa de normatizar os modos dos sujeitos se identificarem como tais, por meio de um discurso que produz tipos de subjetividade como modos de *doença-normalidade*. O pensamento associado ao que é medicalizado impõe ao indivíduo uma conformidade não pela punição, mas pela correção, pelo próprio julgamento aberto ao público — isso porque a resistência não está apenas onde existem as relações de poder, mas pode resultar delas. O *homo homini rex* não ficou no passado e nem foi apagado pela Revolução Francesa. Seu espectro está cada vez mais presente na vida das pessoas, pois hoje cada um tem uma relativa “autoridade” para, na nossa sociedade tida como democrática, dizer como o outro deverá agir e ser julgado. Isso se dá nos espaços mais íntimos das relações humanas, para além daqueles públicos — seja do da grande mídia, seja dos fóruns de discussão online, seja nos encontros sociais — criados pelos e disponibilizados aos sujeitos.

O poder que se exercerá no nível da vida cotidiana não mais será o de um monarca, próximo ou distante, todo-poderoso e caprichoso, fonte de toda justiça e objeto de não importa qual sedução, a um só tempo princípio político e potência mágica; ele será constituído de uma rede fina, diferenciada, contínua, na qual se alternam instituições diversas da justiça, da polícia, da medicina, da psiquiatria. E o discurso que se formará, então, não terá mais a antiga teatralidade artificial e inábil; ele se desenvolverá em uma linguagem que pretenderá ser a da observação e da neutralidade. O banal se analisará segundo a grelha eficaz mas cinza da administração, do jornalismo e da ciência; exceto se for buscar seus esplendores um pouco mais longe disso, na literatura (FOUCAULT, 2003a [1977a], p. 214-215, grifo nosso).

Ora, é muito interessante o que Foucault apresenta no trecho acima, o qual pode ser relacionado com a reflexão que fizemos a partir de Artaud (1925, s/p): não é por causa da relação vertical *médico-paciente* que existe uma pressão para se adequar a uma patologia mental. Nem porque há um grupo que as elabora e tem pouca consideração pelo *mondo cerebral onde vivem tanto dos vossos prisioneiros* (idem). A iminência hoje de um molde de normalidade que vai se tornando (a) mais *estreito* e (b) mais *amplo* — porque (a) quase não há mais problema cotidiano que não esteja relacionado a uma doença e (b) existe, assim, uma infinidade de diagnósticos que nos permitem uma possibilidade de subjetivação — se dá principalmente pela validação de um

ponto de vista que supervaloriza a capacidade produtiva do sujeito. Antes dos médicos receitarem, são os pacientes que dizem o “diagnóstico” e pedem um medicamento. Uma mudança cultural é necessária, como defende Frances (2014). Por isso, Foucault antecipa em muito a atual era ao dizer que o poder exercido na vida cotidiana não vem de uma instância específica, de um suposto absolutismo, de um aparelho central, mas de “uma rede fina, diferenciada, contínua, na qual se alternam instituições diversas da *justiça*, da *polícia*, da *medicina*, da *psiquiatria*” (FOUCAULT, 2003a [1977a], p. 214-215, grifo nosso). São nessas esferas que modos específicos de subjetivação se impõem não por meio da força, mas como hábitos e valores éticos e culturais específicos, *arquetípicos* para uma comunidade. *Arquetípicos* porque se tornam padrões do pensar e do argumentar, porque ainda são pouco questionados²³⁸. E, como exemplo, é só retomar a fala do pai de Paula Oliveira, analisada na introdução²³⁹, a qual, para argumentar em defesa da filha, convoca a *escola*, a *faculdade* e a *delegacia* como domínios que, enunciativamente reconhecíveis a todos como socialmente “adequados”, dão garantia de uma possível estabilidade normativa do sujeito.

As críticas que Pêcheux (1990) tão bem coloca para falar sobre os estatutos de determinadas discursividades que trabalham com enunciados a partir de uma lógica “estável”, suscetível de resposta unívoca, são importantes para nossa reflexão. Segundo esse francês, existem técnicas materiais e de gestão social dos indivíduos, com o objetivo de marcá-los, identificá-los, compará-los. Todas essas técnicas têm o objetivo de cessar a interpretação. Daí, advém a recusa de marcas de distância discursiva e/ou de quaisquer aspas de natureza interpretativa. E disso é gerado o seguinte efeito:

Nesses espaços discursivos ([...] ‘logicamente estabilizados’) supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete

²³⁸ Embora tenhamos observado uma circulação mais intensa de discursos que se posicionam contra esses padrões “unívocos” da psiquiatria tradicional/clássica, por sujeitos variados, na leitura da mídia. No entanto, não analisamos ainda a circularidade desse tipo de discurso.

²³⁹ Observe o trecho abaixo citado na página 20 da introdução:

CPO-151 JC – Ela teve algum transtorno psicológico?

CPO-152 OLIVEIRA – Nunca. Nunca fui chamado na escola, na faculdade ou em delegacia porque minha filha estava causando problemas. Ela nunca causou problema algum para mim, de trocar tapa ou coisas do gênero. É uma pessoa tranquila.

(OLIVEIRA, P. Vou ao extremo por minha filha. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Entrevista (concedida a Wilfred Gadêlha), 21 fev. 2009)

propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo [...] (PÊCHEUX, 1990, p. 31).

Porém a tal homogeneidade lógica que se atribui a determinados tipos de enunciados é atravessada por uma rede de equívocos. Dessa dita realidade discursiva coerente e coesa vem uma “falsa” aparência de um dito real que não é, como sabemos, natural-social-histórico e homogêneo, nem acobertado por uma rede de proposições lógicas e coesas. Ou seja, trazendo para o nosso *corpus*, é como se não houvesse outra alternativa, a não ser aquelas categorias nosológicas disponibilizadas²⁴⁰ — como em: “Mas como diagnosticar alguém assim? ‘Primeiro, é preciso sorte’, diz a psiquiatra. ‘Pessoas com TDAH muitas vezes não têm ideia de que sofrem de uma doença’. *Sorte* foi exatamente o que levou Ana Beatriz a ser *diagnosticada*” (CTH-09, grifo nosso), “Sou a *TDAH mista sonhadora-faladeira*. Existem *os TDAH que não param quietos fisicamente*” (CTH-26, grifos nossos). Então, resta-nos a “adesão” a esse universo.

Assim, são outras formulações do poder que permitem gerir a vida sob a forma de micro e biopoderes, isso desde o início do século XIX. A loucura pode ter até “mudado” de nome — ou ter “novos” *nomes* —, mas o seu cortejo permanece numa amplitude de nomações que pouco parecem alterar as relações de alteridade e identidade. *Não viveríamos então em um insondável cortejo da loucura?* Pois se refletirmos sobre o percurso histórico da filosofia ocidental, notaremos a existência de conflitos em torno do que se tem como *razão* e *desrazão*; haja vista que nas sociedades ocidentais sempre houve um cuidado mantido pelas práticas sociais e discursivas em geral para cercear, controlar, vigiar e manter a loucura, a fuga da norma, à distância. Mas “a loucura é o já-está-aí da morte”, dizia Foucault (2003b, s/p). Afirmava ainda esse pensador que “a loucura foi, em todos os tempos, excluída” (FOUCAULT, 2010b [1970], p. 259). Todavia nem sempre a exclusão foi concebida sob o mesmo “status”, o qual poderia ser o de religião, de magia, do lúdico ou do patológico.

²⁴⁰ Falamos aqui de forma geral do contexto do Ocidente, sob forte influência das ideias difundidas pela psiquiatria norte-americana. Em outras sociedades, há outras vias socialmente aceitas como atividades individuais de subjetivação, tais como a indiana que autoriza um místico a assumir-se e a identificar-se como tal (CLÉMENT; KAKAR, 1993) — se este não for causa de “perturbação social”. Por exemplo, é um lugar-comum apresentar, no nosso contexto, a “alucinação” como uma manifestação circunscrita ao tratamento médico que pauta uma chamada anormalidade social.

Segundo Foucault (2010b [1970]), durante a Idade Média e o Renascimento na Europa admitia-se a existência dos loucos. Eles existiam na sociedade, vagando de um lado a outro, mas não se casavam, não participavam dos jogos e dependiam dos outros para serem alimentados. No caso de se tornarem “perigosos”, passavam a morar numa casa fora da cidade. Só a partir do século XVII, com a constituição das sociedades industriais, eles passaram a não ser mais tolerados. Como resposta, foram criados grandes espaços para internar não só os loucos, mas os ociosos, as prostitutas, os desempregados e os doentes. Porém, com o desenvolvimento industrial, houve uma demanda por mão-de-obra: retira-se, assim, os considerados “capazes” de trabalhar daqueles estabelecimentos. E os loucos novamente passam por uma seleção: não tendo a “faculdade” do trabalho, permanecem excluídos, em função de uma “natureza” psicológica associada ao caráter da loucura. Embora a época industrial-capitalista pareça ter se constituído sobre a evidência de um *alter* da razão ²⁴¹, como explica Foucault (2010b [1970]), a medicalização do louco como processo tardio não trouxe consequências profundas para o estatuto dele. Podemos afirmar, no entanto, que é por meio de um regime discursivo de produção econômica e social mediada por uma tal faculdade do trabalho que acorrenta, desde o século XVII até os dias atuais, uma *loucura-doença mental* gerida por um espaço próprio de ordem e racionalidade. Então, o que há, talvez, na passagem de uma “loucura” para uma “doença mental” é possivelmente um *acento* sobre um caráter, uma “essência” ou uma natureza psicológica que é tida como inata.

Essa reflexão impele-nos a retomar as condições sócio-históricas, extra-linguísticas, da trajetória que nos tem feito pensar nos modos de subjetivação e nas práticas de elaboração dos indivíduos como sujeitos a partir dos discursos da “loucura”. Vamos considerar que, no contexto brasileiro, foi por volta de 1980, quando o movimento antimanicomial e os espaços de discussão que lutavam por uma reforma psiquiátrica no Brasil ganharam força (BRITO, 2011), que se passou a configurar um cenário propício para novas representações discursivas sobre a loucura e doença mental. Após a oficialização da reforma, a partir da publicação da Lei Paulo Delgado, em 6 de abril de 2001, tem-se então um momento histórico que *teoricamente* rompe com a estrutura de internação de caráter asilar dos hospícios, hospitais privados e manicômios. Esse instante

²⁴¹ Assim como historicamente se constituiu o *alter* da *feiúra* para a beleza, do *anormal* para o normal, do *caos* para a ordem.

sócio-histórico, embora quase não discursivizado na mídia, se aliado ao momento presente, caracterizado por um *boom* de doenças mentais “criadas” por algumas esferas do saber como a psiquiatria, e pela maciça circulação dos DSMs na mídia, parece-nos funcionar como um *momento-chave* para problematizar: o movimento, a circulação, a (de)significação e os efeitos de sentidos construídos discursivamente sobre o que se constitui (ou não) como doença. Sendo interessante notar que, em virtude da memória das palavras, algumas concepções, mesmo desgastadas de tão naturalizadas, ainda podem ser retomadas e deslocadas.

Seria talvez muito precipitado afirmar, por exemplo, que a atribuição de “novos” nomes para antigas doenças e a invenção de outras trazem mudanças na própria forma do sujeito representar o outro, o mundo e a si próprio, isto é, alterações no modo de constituição da subjetividade. No entanto, é relevante para esse estudo pensar, retomando Siblot (1998), que as práticas linguísticas não servem a fins intelectuais e puramente especulativos, mas partem de necessidades, com vieses e finalidades concretas que são as mais variáveis. Por exemplo, alguém que se identifica como bipolar, depressivo, mas que, ao mesmo tempo, concebe a si próprio como um sujeito que não é um doente; porque a “doença” é o resultado do funcionamento do seu próprio corpo. A esse respeito, observamos os movimentos discursivos gerados a partir dos comentários postados sobre a matéria *Minha vida sem foco*, os quais já foram apresentados nas páginas 163, 164 e 165. Nesses comentários, nota-se a recorrência dos nomes que constituem certos pares: *doenças* e *remédios* (CTH-19)²⁴², *tdah* e *ritalin* (CTH-20)²⁴³, *doentes* e *distúrbio* (CTH-21)²⁴⁴, *um problema muito grave* e *essa condição* (CTH-23), *esse distúrbio* e *frescura minha* (CTH-23)²⁴⁵, *TDAH*, *doença* e *distúrbio* (CTH-25)²⁴⁶ e *TDAH* e *cormobidades* (CTH-

CTH-19²⁴² Cada vez se “descobrem” mais doenças e mais “remédios”... (ARANTES, A. Universidade Mackenzie. Comentário, 8 fev. 2012, às 22h24)

CTH-20²⁴³ Saber que tem tdah é fácil, quero ver conseguir Ritalin (SLONINSKI, P. UNINOVE. Comentário, 8 fev. 2012, às 13h46)

CTH-21²⁴⁴ Não é doença, não somos doentes, temos um certo distúrbio apenas. (GROSSENFUBBER, H. Licenciatura em Ciências Biológicas. Comentário, 8 fev. 2012 às 15h07)

CTH-23²⁴⁵ Sinceramente isso não me parece ser um problema muito grave, mas eu tenho que me esforçar muito quando quero terminar alguma coisa. Por enquanto eu consigo lidar com essa condição razoavelmente. Quem sabe um dia eu não procure um profissional pra saber se eu realmente tenho esse distúrbio ou é só “frescura minha” - como dizem meus pais, rs. (DIAZ, M. Comentário, 14 ma. 2014, às 04h59)

CTH-25²⁴⁶ Ótimo texto mas o TDAH não é uma doença e sim um distúrbio (ZITMAN, D. Universidade São Marcos. Comentário, 10 ma. 2014, às 15h38)

26)²⁴⁷. Se os “internados” foram os novos personagens do mundo europeu na época Clássica, marcada pela segregação da loucura em 1657, a partir da criação do Hospital Geral na França (FOUCAULT, 2010f [1961b], 2003b), o *TDAH* poderia representar uma *marca discursiva* do presente — assim como o foram a *histérica*, o *neurótico* e o *depressivo*?

Se Foucault (2003b, s/p) afirma que não existe civilização sem loucura e que essa parte de sombra ou iluminação “acompanha o homem por todo lugar, onde haja imposição de limites, onde se estabeleçam instituições, onde leis sejam fixadas, cada vez, sem dúvida, que ele fala”, a *desmedida* necessita que se crie uma *medida*, a *desrazão* uma razão. As práticas discursivas vão assim tornando as *experiências limites* — termo que retomamos do autor supracitado — aceitáveis ou socialmente valorizadas. Seguindo o que expõe o pensador francês, podemos nos perguntar se algumas dessas experiências tornaram-se centrais e, se assim o fizeram, elas deixam de ser “limites”. Pois o corpo social é atravessado por numerosas nomações de doenças que — percorrendo as vozes dos pais (CPO-75, CPO-80 e CTH-23), do psiquiatra (CTH-09), do especialista íntegro (CTH-26), do jornalista (CTH-02) — se estruturam como concepções que permitem situar os leitores na permanência de um estatuto de “normalidade”, como nos enunciados dos comentários acima.

Assim, em um jogo metonímico, o TDAH vai se afastando da doença no sentido estrito da ordem do cerebral — do discurso transversal da neurociência que é o ponto de vista central trazido pelo autor da matéria — para ir se caracterizando como uma regulação de práticas concretas: “Demorei duas semanas pra ler esse texto” (CTH-22), “Pesquisei mil coisas ao mesmo tempo e me irrita porque perco o foco fácil e acabo esquecendo o que eu queria fazer por causa do turbilhão de tarefas que me ‘tomam’ a concentração. Distração até com pensamentos” (CTH-22) e “Fui diagnosticada (CTH-26)”. E isso vai sendo construído:

- (i) no *nível enunciativo*, quando os termos *doença* e *distúrbio* são colocados à distância, como em: “*Não é doença, não somos doentes, temos um certo distúrbio apenas*” (CTH-

CTH-26 ²⁴⁷ Fui diagnosticada. A questão, é que muitas características de TDAH, outras pessoas também tem, mas de forma isolada. Por isto, o teste e a análise com o psiquiatra especializado, pois muitos sintomas do transtorno podem ser somente traços, e também, podem pertencer a outro transtorno. E como TDAH, vem acompanhada de uma ou mais comorbidades (ansiedade, depressão), nunca que o que deu certo com um portador do transtorno, dará certo com outro. E ainda tem as subdivisões. Sou a TDAH mista sonhadora-faladeira. Existem os TDAH que não param quietos fisicamente. É um bocado de coisa, que somente um especialista íntegro pode verificar e ajudar. (SALGUEIRO, R. M. R. São José dos Campos. Comentário, 10 ma. 2014, às 14h59)

21, grifos nossos); e quando é operado um movimento de *adesão-refutação* em relação à matéria da revista e de *adesão* ao comentário (CTH-21) respectivamente em: “Ótimo *texto* mas o TDAH *não* é uma *doença* e *sim* um *distúrbio*” (CTH-25, grifos nossos);

- (ii) ao longo das relações estabelecidas pelas palavras com outras palavras no *nível do texto*, como nos comentários CTH-21 e CTH-25 que modificam e atualizam o objeto do discurso que é o TDAH; e
- (iii) *nos níveis interdiscursivos e interlocutivos*²⁴⁸, ou seja, por meio das palavras que vão sendo empregadas pelos sujeitos, os quais vão produzindo sentidos tanto nas relações que se estabelecem em função do encadeamento dialógico dos comentários postados no site, cujos enunciados estão em interdependência com os outros postados pelos internautas; quanto no processo interpretativo que considera a memória carregada pelas palavras, os valores sociais tomados na comunicação e os contextos sócio-históricos e de usos das unidades discursivas empregadas.

Logo, um estudo que considera os efeitos de produção dos sentidos e os processos de produção desses sentidos pelos sujeitos, em uma perspectiva que articula o contexto sócio-histórico e cultural, as experiências individuais e históricas e o dialogismo da linguagem pressupõe o ato de *nominar* como ativo, responsivo, dinâmico, social, subjetivo e re-avaliativo. Isso é fundamental para se compreender os pontos de vista defendidos pelos sujeitos, manifestados nas nomeações, atos nos quais os enunciadores “revelam” algumas de suas avaliações sociais. O uso de *doença* e *distúrbio* compreendem aqui, então, duas avaliações contraditórias, dois pontos de vista, dois comportamentos, dois posicionamentos éticos, dois critérios para definir e identificar o TDAH, embora esses termos sejam muitas vezes identificados como sinônimos.

Para fundamentar a noção da *nomeação* como um ato de elaboração discursiva de um sujeito clivado que, do lugar único que ocupa na vida, constrói efeitos de sentidos os mais diversos, dois elementos conceituais são importantes, em nossa opinião, para complementar

²⁴⁸Encontramos em Cunha (2012) uma interessante investigação sobre o funcionamento dialógico dos comentários dos leitores. Nesse trabalho, a pesquisadora explica que os comentários analisados se referem tanto ao *texto objeto do comentário* quanto *aos outros comentários*, e a enunciados e textos que estão na memória interdiscursiva, variando em função de diversos fatores, como da comunidade discursiva.

nosso estudo: as referências que Lacan faz à *verdade* e ao *desejo* a ela associada. Embora já tenhamos discutido um pouco sobre a primeira a partir de outras perspectivas teóricas, gostaríamos de trazê-la também a partir da reflexão da psicanálise, a qual, por sua vez, trabalha com um sujeito falho, de traumas, que se constitui como ser desejante. Assim, essas duas noções, nesse campo de estudo, estão interrelacionadas.

Mesmo diante da dificuldade de definir o que o psicanalista entende por *verdade* (EVANS, 1996c), pode-se afirmar que essa noção surge nos primeiros trabalhos de Lacan — por volta dos anos 50 — situada no eixo do Imaginário e não do Simbólico. Segundo Monribot (2009, s/p), esse conceito,

in the Socratic dialectic, it was about revealing a lacunary knowledge. In the Hegel dialectic, it is about revealing not a knowledge or history but full speech, a speech that would finally designate the subject's Being. Full speech names Being – the subject's Being, the Being of his true desire, the Being of his jouissance. It is quite different from the straightforward restitution of a fiction²⁴⁹.

A verdade, então, emerge do discurso, no seio da linguagem. É apenas *no e pelo discurso* que o sujeito elabora a verdade sobre o seu desejo e isso é considerado uma das etapas fundamentais — senão a mais importante — do trabalho psicanalítico. Ou seja, não é o analista quem dita uma “verdade” a um paciente, mas, ao contrário, é no movimento do tratamento que o analisando vai elaborar discursivamente a sua verdade que é única, particular (EVANS, 1996c). Assim, partindo dessa noção, deparamo-nos inevitavelmente com a do *desejo*, preocupação central da psicanálise lacaniana. Já em Freud, o desejo apresentava um papel preponderante: sendo o sonho a realização do desejo²⁵⁰, “Freud nos disse não apenas que o desejo estava no cerne do sujeito, mas também que era aquele que nos movia e nos dava alento para existir, me impelindo decididamente para a transformação do mundo e para a criação de novas linguagens” (BIRMAN, 2005, p. 5).

²⁴⁹ “Na dialética socrática, [a verdade] baseava-se na revelação de um conhecimento lacunar. Na dialética de Hegel, baseia-se em revelar não um conhecimento ou uma história, mas um discurso completo, um discurso que finalmente designaria o Ser do sujeito. O discurso completo nomeia o Ser - o Ser do sujeito, o desejo verdadeiro do Ser, o gozo do Ser. É bastante diferente da simples restituição de uma ficção” (MONRIBOT, 2009, s/p, tradução nossa).

²⁵⁰ Conforme Mattos (2010), Foucault compartilha a tese de Freud de que o sonho é a realização do desejo.

Posteriormente, em Lacan, essa noção é trabalhada na psicanálise a partir da sua relação com o *Real*, aquilo que é o impossível de se alcançar. Ora, o desejo é gerado pela falta, pela perda, pela castração simbólica, o que o impulsiona a chegar perto do *objet a*. Talvez essa falta, essa ausência que se traduz como desejo tenha começado com o tal *mito do princípio* (CLÉMENT; KAKAR, 1993), o qual envolve uma ruptura básica, primeira, fundamental, a saber, a separação do bebê do corpo da mãe. Essa sensação de incompletude é traduzida como desejo, pois, como afirmam Clément e Kakar (1993, p. 138), “a aventura humana é uma história de desejo que incessantemente perde-se e descobre-se no [que Lacan chama de ordens] do Simbólico e do Imaginário”. Logo, uma tarefa, fundamentalmente subjetiva, ética e humana, do nosso ponto de vista, é buscar entender as verdades sobre esse desejo, o qual nos *pulsiona* a ser encontrado e representado em um turbilhão de coisas que está lá na ordem desse impossível que é o Real.

Conforme Maurano (2005, p. 12), “o analista, intervindo do lugar de semblante do objeto que é causa de desejo para o sujeito que ele escuta, busca que algo deste desejo possa ser demarcado em análise”. Ora, aqui não há como não chegar ao discurso: o desejo, inconsciente, só é “reconhecido” quando nominado, formulado na presença do outro; isso só ocorre quando articulado no discurso. Como o desejo do sujeito é sempre o desejo do outro, há uma incompatibilidade entre desejo e discurso: mesmo que a verdade do desejo esteja presente em algum grau no discurso, esse nunca pode articular “toda” essa verdade.

Essa discussão sobre a verdade e o desejo leva-nos também a *jouissance* que é, a nosso ver, fundamental nos estudos da psicanálise, em especial, desde Lacan. Essa expressão, traduzida em alguns trabalhos na língua portuguesa pelo termo *gozo*, apresenta-se de forma diferente nos estudos do psicanalista. No início dos seus estudos, *jouissance* representa o prazer, *enjoyment*. Posteriormente, ela é mais que o prazer, sendo também dolorosa. A *jouissance* está em todo e qualquer lugar em que eu falo, mas ela é *unspeakable*. O processo de se “livrar” da *jouissance* está próximo da linguagem e está relacionado ao crescimento. E, como todo dito produz algo que não pode ser dito, isto é, já que não temos uma forma de “acessar” por completo essa realidade extra-linguística, a *jouissance* (o gozo) está sempre em um *excesso*, porque tende a um infinito, a preencher o Real, alimentando-se da satisfação de uma satisfação a qual, por sua vez, nunca se satisfaz.

Trazendo essa noção para a nossa análise, notamos que nos comentários (CTH-24) e (CTH-26 e CTH-27), os leitores se apropriam e aderem ao discurso portador da “verdade” única da ciência, à voz que prioriza a medicalização, para então se constituírem como sujeitos, defendendo os seus pontos de vista e produzindo efeitos de verdade que não são menos dolorosos. Ocorre uma espécie de “confissão” no espaço público da internet, quando o indivíduo afirma a sua doença num ato de *glória e inglória*: agora que há uma explicação ou um nome que lhe diz quem é e o que tem, o que fazer com isso? Ora, o lugar do choque “inevitável” entre o médico e o paciente, cujo espaço representativo foi predominantemente por muito tempo o hospital, dá lugar ao embate e ao conflito dentro de um espaço de *fala franca* no tom confessional do ambiente público. A nomenclatura opera como um mecanismo de *exclusão-inclusão*, pois embora o sujeito possa ser excluído de certos projetos e modelos discursivos socialmente aceitos, acaba, no entanto, sendo incluído pelo nome como um integrante comum — porque recorrente — da sociedade. Há uma tensão gerada entre os discursos — pelas *forças*, pelas *relações de poder* e pelos *desejos* — daqueles sujeitos, cujo comando da produtividade e normatividade circula a partir da nomenclatura da *doença*. Pois, como explica Foucault (1979d [1975b], p. 84),

se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a [sic] nível do desejo — como se começa a conhecer — e também a [sic] nível do saber. *O poder, longe de impedir o saber, o produz*. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico (grifo nosso).

É por meio dessa forma que o discurso da racionalidade da norma e da fixidez do comportamento que é socialmente aceitável continua a fundar muitas das experiências concretas e possíveis dos sujeitos: ao nominar-se como a *TDAH mista sonhadora-faladeira* (CTH-26), há a afirmação no discurso social da categoria linguística do TDAH. Contudo, ao mesmo tempo, tem-se na nomenclatura a expressão linguística de como ela se reconhece, se identifica e subjetiva. Esse processo dialógico da nomenclatura do *eu* a partir de e em direção aos *discursos* que circulam no mundo é um processo de tensão, porque os sujeitos têm valores diferentes, não são idênticos e nem homogêneos, mas opacos e diversos. Cada sujeito é uma diferença e não se reduz aos

sintomas cuja origem reside na estrutura orgânica e que leva ao dito “mal” funcionamento cerebral.

Como expomos acima, cada sociedade apresenta seu regime de verdade ou regimes de verdade, que produzem determinados efeitos de poder; no caso da nossa sociedade ocidental, a verdade é produzida, regulamentada e sustentada por regras que não são aleatórias. São essas regras que elegem alguns discursos que passam a ser considerados científicos e, nesse sentido, outros discursos vão sendo abafados, excluídos. São os discursos da chamada esfera científica que dizem e valorizam positivamente quais objetos devem ser dignos de saber, que vozes devem produzi-los e de quais lugares essas vozes devem vir. Então, a adesão das pessoas a algumas (novas?) situações discursivas parece se dar também neste jogo discursivo que se manifesta pelo acolhimento e não pela censura e nem pela repressão.

2.5 A memória dialógica na nomeação

Se, como Madray-Lesigne (1998) explica, a nomeação funciona como “recortes” do real, e, segundo Siblot (2007), ela é o “motor” que diz o mundo²⁵¹, o qual passa a existir a partir dela, ao longo do tempo, as palavras têm seus usos associados a certos contextos e a específicas recorrências, o que pode “ocultar”, de algum modo, o movimento dialógico que lhes é constitutivo. Esse dialogismo também se inscreve nas palavras como *interdiscursos* que podem ser atualizados nos contextos de usos pelos sujeitos. É também por isso que são operados boa parte dos “retoques” aos dizeres outros — os quais funcionam como pontos de *não-coincidência do discurso com ele mesmo e não-coincidência interlocutiva* (AUTHIER-REVUZ, 2004b [1990]) — que recobrem a atualização de certos *implícitos* e *interditos* e não todos que constituem a memória do termo e que poderiam ser atualizados conforme o uso. No caso da matéria sobre o TDAH e dos comentários dos leitores, o uso de *doença* como referente do TDAH é censurado por alguns. Nesses comentários, essa censura é atribuída por meio de um discurso “metalinguístico”

²⁵¹ Pensamos também, assim como Siblot (2007), que a nomeação é muito relevante na construção discursiva do mundo e, por isso, ela é nossa categoria “central”. No entanto, não podemos deixar de lado o peso de outros elementos do enunciado e do extra-verbal que parecem ficar um pouco “diminuídos” na visão do autor.

(BARBÉRIIS, 1998), o qual intervém para regular a marca do sentido, como estas aspas simples: “Mas ao contrário do que diz a matéria nunca vi isso como ‘doença’” (CTH-33, grifo nosso).

Esse é o caso também da palavra *loucura* cuja substituição posterior por *doença mental* (FOUCAULT, 2003b) se dá a partir da instituição de novas relações de poder. Acrescentamos ainda que a substituição de um termo por outro é acompanhada por uma tentativa de “supressão” dos valores relacionados ao primeiro, em ocorrência, à *loucura*. É como se os implícitos trazidos pelo emprego de *loucura* “se extinguissem” ou fossem “abafados” diante de uma nova expressão, tal qual *doença mental*, que traz, a partir de sua elaboração, a possibilidade de novos sentidos diante do contexto em que é gerada, a saber, *urbanização, higiene, organização espacial, vigilância da saúde* etc. Dessa maneira, não só qualificando sujeitos e objetos, a *palavra* vai paulatinamente assinalando a construção de um “retrato estereotipado” daquilo que *comumente* representa discursiva e socialmente. O uso de *distúrbio*, por exemplo, pode até colocar em relevo uma formulação, uma característica particular, um ponto de vista. No entanto, tendo em vista o movimento de (re)atualização que faz parte da vida da linguagem, esse uso não está isento dos valores que constituíram (e constituem) as redes de memória de *loucura* e *doença mental* respectivamente que se apresentam como historicamente anteriores. Nenhuma palavra está.

Para pensar sobre isso, é necessário apresentar como concebemos a *memória* que é a do já-dito, mas não só, porque abarca também os não-ditos (e os *mal-ditos*²⁵²). Inicialmente, nos é elucidativo para a noção de memória a de *ritmo* enquanto ordenação do tempo, tão bem postulada por Bakhtin (2003e [1920-1923]), para caracterizar a elaboração estética do interior do personagem. Segundo o pensador, o ritmo é *uma reação à reação* que temos das vivências com os objetos, pois vivenciamos as coisas como objetos que ora são amados, ora odiados, ora nos dão tristeza, ora alegria. É assim que vivenciamos a vida, orientando-a para os objetos do mundo, para os sentidos, e não para “si mesma”. Essa noção diz respeito então ao tempo da vivência, à aspiração, à ação, que é encontrada sempre no espaço da alteridade, numa consciência outra, que enforma e ativamente oferece “acabamentos” para a minha vida. “Para mim, a memória é

²⁵² Na psicanálise, a linguagem é tomada mais como o espaço do mal entendido e do equívoco do que como o da comunicação (FERREIRA; BARROS, 2011). Além disso, quando comenta sobre a obra *Para uma psicopatologia da vida cotidiana* de Freud (1901), Lacan (1998b, p. 269) propõe que “todo ato falho é um discurso bem sucedido, ou até formulado com graça, e que, no lapso, é a mordada que gira em torno da fala, e justamente pelo quadrante necessário que um bom entendedor encontre ali sua meia palavra”.

memória do futuro, para o outro, memória do passado”, diz Bakhtin (2003e [1920-1923], p. 140), se referindo não só na unidade do *eu já-existo*, mas na do *eu ainda-não-existo*.

Retomando o exposto, podemos entrever *o passado* dos usos de um nome invadindo o *futuro* dos seus usos, isto é, o *já-dito* se entrecruzando com um *dito* ainda *em devir*; e, a partir da retomada do nome no “presente”, temos o movimento que oscila entre a superação de um passado marcado por um uso desgastado do termo em outros contextos, com outros sujeitos, valores e em outras relações; e a conservação desses “antigos” sentidos em outros sentidos que vão sendo construídos e instaurados, sem que haja o esvaziamento da memória carregada pelos nomes. Só que essa memória não é homogênea e nem uniforme. Mas cheia de *furos*, buracos, *falhas*, limites, fronteiras, *vazios*. Por isso, para respaldar ainda o que entendemos por *memória*, acolhemos o que afirma Pêcheux (1999) sobre essa noção. Partindo da perspectiva da Análise do Discurso Francesa (ADF), a qual se fundamenta em alguns trabalhos da psicanálise e mantém diálogos (pacíficos ou não) com os de Foucault — algumas vezes se aproximando, outras vezes se distanciando desse último —, Pêcheux (1999) explica que todo discurso se encontra na *memória* e na *atualidade*, atualidade esta porque todo dizer é novo — o que também afirma Bakhtin. Porém essa novidade se faz no encontro de um acontecimento que é histórico e no deslocamento para este novo dizer, novo sentido do enunciado.

A memória não deve ser compreendida no sentido psicologista da “memória individual”, diz o francês, “mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). E continua: como estruturação de materialidade discursiva, na *repetição* e na *regularização*, a memória vem a restabelecer os implícitos — “ausentes por sua presença” (ibidem, p. 52), isto é, os pré-construídos, os elementos citados e relatados, os discursos transversos etc. que são necessários na leitura do texto. Só que sob a forma estável e sedimentada da memória do texto, ou seja, sob a repetição e a regularização discursiva, a estabilidade está aberta ao acontecimento discursivo que, quando surge, perturba a memória que tende a absorver o acontecimento discursivo de tal forma que este “parece” não ter ocorrido. Ao mesmo tempo, o acontecimento que provoca uma mudança — o qual desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização de antes — pode mudar essa regularização e repetição discursiva de outrora e construir outra série sobre a anterior. Desse modo, a memória se encontra em um jogo de força: de um lado, tenta-se manter a regularização discursiva existente, negociando a integração do acontecimento,

absorvendo-o até dissolvê-lo; de outro, o contrário, uma perturbação dos implícitos pela nova desregulação. A memória é, por assim dizer, opaca, cheia de furos e não transparente, como afirma Pêcheux (1999, p. 57):

A certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate, é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. É o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do *real histórico* como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior (grifo nosso).

A memória, assim, é um lugar de interpretação *e não um espaço “dado a ler”*. É o que permite ler e construir o que está sendo disposto, mobilizando retomadas, promovendo deslocamentos, mas também abrindo espaços para a instauração de conflitos e tensões. Mas essa memória que situamos no plano *discursivo* é formada também pelo *não-discursivo*, por aquilo que, embora não possamos alcançar, não deverá, por isso, ser excluído de menção. Ela se encontra naquilo que Lacan chama de *Real* e no que Pêcheux referencia como *real histórico*. Pois para se constituir como uma memória alimentada no discurso e instituída historicamente pela e na linguagem, é necessária a *presença* e a *ausência*, espaços que foram não-ditos, silenciados²⁵³ ou, muitas vezes, mal-ditos.

Associada a essa noção de memória, trazemos a de *discurso* e a de *acontecimento* — as quais já vemos discutindo desde a introdução — que são trabalhadas por Foucault (2008 [1969]) e Pêcheux (1990) e que nos fazem pensar sobre o funcionamento do *corpus* — desde a eclosão da reforma à emergência e circularidade dos discursos dos DSMs na mídia. Para os dois, de maneira geral, os discursos não são criações espontâneas e “originais”; tampouco vivem na incerteza de que se possa sobre eles tudo dizer, pois sofrem *interdições*, *exclusões* e *regulações*.

De acordo com Foucault (2008 [1969]), o acontecimento não é uma substância, nem um acidente; não é imaterial, já que é na materialidade que se efetiva, sendo esta também constitutiva do seu efeito. O acontecimento está também na ordem do acaso, engloba as séries homogêneas na

²⁵³ Como diz Orlandi (1999), os esquecimentos, os silêncios e os sentidos não ditos também compõem a memória.

ordem do descontínuo e faz parte da coexistência da *regularidade* e da *causalidade*. Assim, é preciso renunciar à ideia de infinita continuidade do discurso, acolhendo-o em sua irrupção de acontecimentos. Influenciado pelas ideias de Nietzsche sobre o sentido histórico, Foucault (1979a, p. 18) contrapõe-se ao acontecimento da história tradicional, porque esta inverte a relação entre a *irrupção* e a *necessidade* daquele. Ora, a teleologia e a tradição cobrem um acontecimento que está pré-destinado a acontecer. E Foucault (2008 [1969]) magistralmente se opõe a elas. Sob o fio delas, o acontecimento só se torna tal para preservar uma continuidade ideal e natural da vida. Mas o discurso²⁵⁴, enquanto acontecimento singular, é movediço e escorregadio. Diz de onde, por quem, de quando e o porquê foi dito. No entanto, não identifica e não representa por inteiro o sujeito que o falou em virtude da própria configuração e ausência da ordem do *Simbólico*.

Na perspectiva de Foucault (2008 [1969]), uma progressão inoculada nos acontecimentos não os permitem surgir como únicos. Isso porque não há uma destinação e determinação sobre as coisas: mas um jogo de forças, de poder, lutas e batalhas que surgem nos entremeios do acontecimento. É preciso compreender o enunciado em sua singularidade de acontecimento, em sua irrupção histórica, já que o enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem os sentidos podem esgotar inteiramente. Ao mesmo tempo, ele emerge articulado a outros enunciados, exerce entre eles relações e jogos de poder. De um lado, é único, dotado de uma materialidade; de outro, liga-se a uma memória, estando aberto a repetição do mesmo — repetição esta que abre espaço para um dizer novo — e conectado ao passado e ao futuro.

Mas é preciso pensar ainda o seguinte: para chegar ao acontecimento, sabemos que é preciso a estrutura, como diz Pêcheux (1990): é porque existe o sistema, a materialidade, e a memória que o acontecimento é possível (*estrutura – sistema + memória – acontecimento*). Isso, em nossa opinião, é uma grande contribuição que altera todo o circuito para se pensar tanto o acontecimento como a memória. Assim, Pêcheux (1990) acrescenta ao acontecimento a noção de *estrutura*, pois, para ele, o sistema da língua é a condição de possibilidade ou a rede de

²⁵⁴ Para Bakhtin (2003c [1952-1953]), os enunciados ou os discursos são eventos únicos, frutos de um contexto e de uma situação histórica. Em Foucault (2008 [1969]), o discurso é um acontecimento e é formado por enunciados que pertencem a uma mesma formação discursiva (FD). Ainda na perspectiva do pensador francês, um enunciado possui a singularidade (é único e novo) e faz parte da memória, o que é um ponto de contato com as teorizações bakhtinianas sobre o enunciado ou o discurso.

sustentação do acontecimento. Nessa perspectiva, ao mesmo tempo que a “estrutura” prende o discurso, em uma tentativa de “sugar” o seu caráter de “novidade”, pelos furos o *novo* aparece, permitindo a inauguração de uma nova trama. Porém o sistema não é a cristalização de discursos e sentidos, como se todos fossem imutáveis, pois é a partir dessa base linguística que o discurso vive numa dinâmica com seus desnivelamentos e suas contradições, a sua repetibilidade e a sua possibilidade do acaso.

Em uma de suas muitas leituras à obra de Pêcheux, De Nardi (2003, p. 8) afirma que ele propõe a noção de *memória* no encontro com o acontecimento, na tensão entre a regulação e a desregulação: “algo sedimenta-se porque se repete, porque se regulariza, mas esse algo está sempre ameaçado pelo novo, que pode sufocá-lo, que pode apagá-lo, fazendo-o ruir”. Então, é por meio da imersão do novo no discurso, de um furo na estrutura já fixada que o acontecimento se significa (novamente). Nele, há atualidade — o acontecimento é sempre novo —, mas existe também o espaço de memória que, ao surgir, ele retoma. Para além disso, é pela repetição que o enunciado vai se “colando” ao acontecimento, sendo este também o responsável por fazer ecoar um enunciado que surgiu em outro lugar, produzindo sentidos e ecos outros, deslocando, “re-significando”²⁵⁵. O interessante é que isso ocorre sem que o enunciado possa se libertar dos resquícios desse lugar já ocupado. E, assim, é por isso que a noção de *memória*²⁵⁶ também constitui e organiza a *estrutura* do acontecimento, dela fazendo parte. Logo, o acontecimento permite que enunciados de outros lugares sejam deslocados e que paráfrases²⁵⁷ desse enunciado possam ocorrer numa tentativa de complementar o dizer que é, como já se sabe, constitutivamente incompleto.

Essa discussão sobre a *memória*, a *estrutura* e o *acontecimento* oferece significativos esclarecimentos para o debate sobre a reforma e a emergência dos DSMs. Essas noções,

²⁵⁵ Compartilhamos da ideia de que a cada significação há uma nova significação, desse modo falar em “re-significação” é, por assim dizer, redundante.

²⁵⁶ É por pensarmos a memória como parte constitutiva e fundamental da *estrutura* que afirmamos, já na introdução, a primeira hipótese: “A circulação de uma variedade de nomações da psicopatologia, na mídia, não significa que há um rompimento com os pontos de vista, as ‘fórmulas estereotipadas’ e os discursos dominantes de outrora sobre a ‘loucura’ ou ‘doença mental’”. Tais discursos e pontos de vista, de tão cristalizados na língua, passam a compor *redes de memória* que se tornaram estruturais, “lugares comuns”, no tratamento que damos a alguns objetos do discurso, tais como, a saúde, a loucura e a doença mental. É por isso que os chamamos de *estruturas*.

²⁵⁷ Destacamos que os deslocamentos geram novos sentidos e discursos que vão além das categorias da paráfrase ou da repetição. Essas são citadas para exemplificar como pode se dar o deslocamento discursivo e a instauração do “furo” da novidade em um enunciado.

inclusive, nos auxiliaram a contextualizar esses dois acontecimentos a partir de um movimento dialógico, que considera o heterodiscurso, o qual nos permite refletir não só sobre a existência ou não de um esfacelamento, de uma “necessária” *crise-ruptura* entre esses dois processos; mas também, e principalmente, sobre as relações e os efeitos de sentidos produzidos nos entremeios desses dois momentos.

A respeito do primeiro, de acordo com Passos (2009a), a partir do segundo período pós-guerra, passa a se consolidar uma forte tendência no mundo a condenar a instituição psiquiátrica tradicional que se baseava na internação e no confinamento asilar do chamado doente mental. Ainda de acordo com a estudiosa, com o fim dos governos totalitários, o ocidente mostrou-se “aberto” para as revisões institucionais das últimas décadas. Segundo Amarante (1992), *negar* o manicômio e o paradigma clínico da psiquiatria vigente era ir contra a relação mecânica de *causa-efeito* que fundamentava a constituição da loucura — separada do indivíduo e do corpo social pela medicina. Ora, a política a favor da desinstitucionalização²⁵⁸ do manicômio, conforme esse autor, não surge para derrubar *in strictu senso* a estrutura física daquela instituição, mas os aparatos (legislativo, judiciário, administrativo) e as instâncias (domésticas, educativas, religiosas, familiares) que representavam a doença mental tal qual sob uma via de um objeto que deveria ser “domado”. Nas palavras de Amarante (1992, p. 115-116),

o manicômio é mais que o concreto, as lajes, as grades do hospício, é este conjunto que sobredetermina diferenças presentes no próprio hospício, mas presentes também nos ambulatórios, centros de saúde mental comunitários, hospitais-dia, enfermarias psiquiátricas em hospitais-gerais, nos locais de trabalho, nas salas de aula, nos cultos religiosos, no meio das famílias, e assim por diante.

A partir desse cenário, não é de se espantar que o sequestro e a custódia do doente, antes circunscrito ao espaço asilar, possa ter permanecido como resquícios na base de um sistema que não modificou por completo o seu circuito de funcionamento. Ora, em 1952, é publicado o primeiro DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*)²⁵⁹ pela Associação

²⁵⁸ Segundo Amarante (1992, p. 107-108), a expressão *desinstitucionalização* surgiu nos EUA para designar um trabalho que se poderia definir com maior rigor como o de *desospitalização*: “a institucionalização passa a ser considerada o grande problema a merecer enfrentamento, pois produz ‘dependência’ do paciente à instituição, acelera a perda dos elos comunitários, familiares, sociais e culturais, conduz à cronificação, ao hospitalismo”.

²⁵⁹ *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (tradução oficial).

Americana de Psiquiatria (APA). Desde então, tem havido um maior avanço na psicofarmacologia. Um marco na história dessa indústria que deve ser citado foi a invenção do *Prozac*, entre os anos 80 e 90. A vinda do antidepressivo causou tamanha turbulência cultural que o momento foi chamado de *Revolução Prozac*: “Prozac’s popularity wasn’t just the result of a medical breakthrough, but also of a marketing one. Prozac’s marketing helped popularize the idea that our moods are neurochemical and that there are things we can do to change them” (PROZAC..., 2014)²⁶⁰. Esse acontecimento trouxe respaldo científico para propagar a defesa do discurso de que é possível ser feliz sem tomando um remédio. E, apesar do avanço dessa indústria vir acompanhado de menores “dosagens” de efeitos colaterais, segundo afirma Montagna (2011, s/p), é “avassaladora a quantidade de dinheiro investido na indústria de remédios, não só no desenvolvimento científico, e sim na propaganda”.

O que notamos, entre esses dois processos, é que não há necessariamente uma contradição, mas “um ajustamento, uma espécie de unidade funcional”, termos que retomamos de Foucault (2012b [1974], p. 21) quando ele tratou das relações entre o sistema prisional e a criminologia moderna. Isso é, de certo modo, retomado por Roudinesco e Plon (1998c, p. 479):

Por volta de 1960, a generalização da farmacologia no tratamento das doenças mentais pôs fim à nosografia oriunda de Emil Kraepelin e à abordagem freudo-bleuleriana, substituindo o manicômio pela *camisa-de-força química*, a clínica pelo *diagnóstico comportamental* e a escuta do sujeito pela “*tecnologização*” dos corpos. Daí o esfacelamento do vínculo dialético e crítico que unia as três antigas maneiras de pensar a loucura (grifos nossos).

Vemos, assim, a partir do que expõem os autores, que há formas diversas de abordar as relações entre a “loucura” e “doença mental” a partir dos saberes que se impõem. No entanto, expressões como a *camisa-de-força química*, o *diagnóstico comportamental* e a “*tecnologização*” dos corpos que são instrumentos de poder e de disciplinarização em vigor apontam não para uma ruptura de fato com as estruturas de outrora²⁶¹, as quais, por sua vez, parecem sustentar um tipo de sujeito e de representação social que Amarante (1992, p. 107)

²⁶⁰ “A popularidade do Prozac não foi apenas o resultado de uma descoberta médica, mas também a de uma jogada publicitária. A comercialização do Prozac ajudou a popularizar a ideia de que nossos humores são fruto de processos neuroquímicos e que há coisas que podemos fazer para mudá-los” (PROZAC..., 2014, tradução nossa).

²⁶¹ Embora, ao afirmarmos isso, não estamos desconsiderando a importância da reforma nem os seus avanços.

considera como o “tipo psico(sociológico) ideal”. Talvez estejamos diante de uma circularidade discursiva com, no entanto, outras gerações de efeitos de sentido — questão que se associa a nossa primeira questão-problema²⁶² e que pensamos junto com o *corpus*. Ao nosso ver, esse segmento *psico e sociológico idealizado* é aquele de um sujeito (i) produtivo, (ii) consumidor, (iii) saudável, (iv) que não oferece “problemas” e contradições para uma coletividade “atomizada”/homogeneizada, (v) que ingressa na norma do conjunto das estatísticas socioeconômicas e sociopolíticas, (vi) que oferece uma “previsibilidade” na tomada de decisões, (vii) além de uma mão-de-obra considerável para o mercado de trabalho. Nesse processo, muitos são denegados ou tornados “cegos”, como afirmou Nietzsche (2003 [1874], p. 62):

A época atual não é uma época de personalidades prontas e amadurecidas, de personalidades harmônicas, mas a época do trabalho conjunto mais útil possível. E isto não significa mais do que o seguinte: os homens devem ser ajustados aos propósitos da época, para ajudarem o mais cedo possível; eles devem trabalhar na fábrica das utilidades genéricas antes de estarem maduros, sim, e com isso, não amadurecerão - pois isto seria um luxo que retiraria do “mercado de trabalho” uma quantidade enorme de forças. Cegam-se alguns pássaros para que eles cantem melhor: não acredito que os homens de hoje cantem melhor do que seus avós, mas sei que eles são cegados muito cedo. O meio, contudo, o meio infame que se aplica para cegá-los é a *luz demasiado, demasiado súbita, demasiado variável* (grifo do autor).

Pois bem, a partir do que expõe o autor e trazendo para a nossa temática, podemos pensar então que existem algumas representações sociais e discursivas que historicamente têm se filiado e identificado — a partir da psiquiatria, do direito, do estado etc. — às palavras *loucura* e *doença mental*. Essas representações já estão ajustadas e amadurecidas nos “espíritos” do homem, porque cantadas por nós desde cedo. Elas foram constituindo camadas significativas da memória das palavras *loucura* e *doença mental*, cristalizando-se, muitas vezes, como a matriz das suas estruturas. Ora, conhecer essas representações sócio-discursivas não significa necessariamente uma *quebra* com elas. Mas consideramos que é necessário trazê-las para a discussão a partir de um movimento que não (i) traça uma busca pelas origens das memórias dessas palavras; nem (ii) aponta *desordens* em contraposição a uma *ordem, estados* de maior ou menor *perfeição* sobre a chamada doença; ou ainda não (iii) re-estabelece uma grande continuidade que traga um “passado

²⁶² A saber: como se constroem e se defendem os diferentes *pontos de vista* sobre a loucura na mídia, a partir do contexto da reforma psiquiátrica?

[que] ainda está lá [nos usos da palavra], bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo” (FOUCAULT, 1979a, p. 15). Esses não são e nem poderiam ser os nossos propósitos ao localizar à evocação dessas memórias no *corpus*. Ora, não é possível o retorno a um Adão mítico de um mundo ainda virgem, como diz tão bem Bakhtin (2015 [1934-1935]), nem a apresentação de uma teogonia (FOUCAULT, 1979a) que cantaria os inícios. Assim, durante as análises, ao localizarmos algumas das representações discursivas que sócio-historicamente foram sendo “coladas” aos sujeitos identificados como loucos e doentes mentais, tentamos demarcar algumas das heranças e dos acontecimentos na história que, com seus abalos, vacilos, lutas e disputas, situam a loucura e a doença mental num conjunto de pontos de vista específicos, dominantes, como se “ordenados” e relacionados porque muitas vezes *funcionais*, aprisionados como “verdades” inalteráveis.

Enfim, tomamos as redes de memórias como difíceis de desembaraçar, porque dispersas, com desvios e escorregadias. E é por acreditarmos que a memória não é homogeneamente construída e nem surge como contígua e coerente, mas por inversões, resistências, rupturas, adesões e deslocamentos — porque oscila e é falha — que apontamos essas redes, ao longo do *corpus*, sem uma determinada sequência cronológica, uma vez que não compartilhamos do fazer histórico como continuidade e tradição, tentando desligá-las das lembranças tornadas monumentais e como fontes do conhecimento. Esse ponto de vista se fundamenta nas críticas que Nietzsche (2003 [1874]) e Foucault (1979a) expõem sobre os estudos da história que a tomam, paradoxalmente, por meio da perspectiva a-histórica e a-crítica. Então, ao longo das análises, notamos vozes e fontes diversas, ou, ainda, a presença de camadas heterogêneas que ergueram imagens mais ou menos sólidas de *segregação e/ou exclusão, periculosidade e/ou medo, condenação e/ou acusação e zombaria e/ou ridicularização* etc. as quais “parecem” funcionar como muralhas intransponíveis e insuperáveis. Pois, pensamos que, em termos discursivos, não basta só um acontecimento eclodir para que exista uma mudança discursiva na memória, uma mobilização nos discursos que provoque um desconforto, sendo isso o suficiente para reverter ou romper com uma situação anterior. De qualquer modo, pensamos que, ao fazer isso, nos distanciamos dos tipos de história “modelos” que se aproximam de um viés metafísico e antropológico da memória. Porque, como afirmou Foucault (1979a, p. 21), “trata-se, portanto, de fazer da história uma contra-memória e de desdobrar conseqüentemente toda uma outra forma do tempo”.

2.6 Considerações *parciais*

A partir dessas reflexões e análises, observamos como a perspectiva filosófica sobre a linguagem e o mundo oferecida por Bakhtin contribui fundamentalmente como ponto de partida para dar outra dimensão à análise do discurso jornalístico. A natureza constitutiva da linguagem, o caráter dialógico do discurso, a visão de “sujeito” único e singular, o par *eu* e *outro* — a alteridade — que fundamenta as nossas relações, os usos das palavras, o contexto situado e sócio-histórico, entre outros aspectos, leva-nos a entender o mundo como um espaço de contingências, de numerosos pontos de vista e valores axiológicos, que permitem interpretar as diferentes imagens e construções discursivas da “realidade”. Essas construções discursivas e dialógicas dos acontecimentos nos oferecem pistas sobre o agir avaliativo dos jornalistas sobre os sujeitos e as narrativas do ocorrido. Além disso, as contribuições a respeito de uma história marcada por rupturas e de uma sociedade atravessada por numerosas relações de poder — as quais não se dão numa “aparente” verticalidade — de Foucault; e de um sujeito falho, de traumas, da ordem do inconsciente e constituído por (um infinito) desejo impelem-nos a pensar numa nominação marcada por conflitos, divergências, falhas e elaborações que não estão na ordem de uma interpretação da *certeza*.

Destacamos neste estudo ainda a noção de *memória*, a qual dialogicamente interlocutiva e interdiscursiva, parece funcionar como um *continuum*, um pontilhamento numa mesma palavra e de uma palavra a outra. Ora, as linguagens não se excluem, nem se justapõem, mas coexistem e se entrecruzam em alguns momentos. Logo, os acentos contraditórios, os quais se cruzam no interior de cada expressão, fazem parte de batalhas sociais e axiológicas que os sujeitos travam no plano da elaboração do discurso (no Simbólico). Desse modo, não há traços semânticos em torno de um “núcleo comum”. As redes de memória operam nos entremeios das produções discursivas, como se numa zona territorial imbricada, constituída por (des)entendimentos, confluências e adversidades. É por isso que consideramos também que os efeitos de sentido dos discursos são construídos a partir das relações estabelecidas entre o *poder*, a *ruptura* e a *resistência*. Assim, as discussões levantadas, por meio das noções que se interrelacionam à nominação, são importantes para se pensar os estudos da linguagem e, em um âmbito mais amplo, das ciências humanas, como o lugar interpretativo e, portanto, como o espaço do desejo da produção dos sentidos sobre esses mesmos sujeitos.

3 Os pontos de vista construídos sobre a loucura e a doença mental a partir da reforma psiquiátrica

Este capítulo se destina a discutir a primeira questão-problema do nosso estudo, qual seja: como se constroem e se defendem diferentes *pontos de vista* sobre a loucura na mídia, a partir do contexto da reforma psiquiátrica? Para tal, começamos a análise pela coluna²⁶³ assinada por Ferreira Gullar, publicada no dia 12 de abril de 2009, na *Folha de S. Paulo* impressa e no mesmo veículo *on-line*, intitulada *Uma lei errada* (CRP-01). Nesse texto, o autor ocupa a posição axiológica contra a lei da reforma. Questionando a sua validade, além do seu funcionamento, Ferreira Gullar apresenta-se como pai de dois filhos esquizofrênicos, circunstância da sua vida que elabora “no nível de significação social” (VOLOCHÍNOV, 1926, p. 12), da ordem do sociológico; pois, assumindo explicitamente esse papel, o escritor defende o seu ponto de vista através de uma argumentação construída em torno de sua experiência e “prática” com a “doença mental”. É essa proximidade com o objeto de discurso que funciona como o organizador dominante — nos termos de François (1998) — do seu texto sobre a reforma psiquiátrica, transcrito a seguir:

CRP-01 Uma lei errada

CRP-02 Campanha contra a internação de doentes mentais é uma forma de demagogia

CRP-03 A CAMPANHA contra a internação de doentes mentais foi inspirada por um médico italiano de Bolonha. Lá resultou num desastre e, mesmo assim, insistiu-se em repeti-la aqui e o resultado foi exatamente o mesmo.

CRP-04 Isso começou por causa do uso intensivo de drogas a partir dos anos 70. Veio no bojo de uma rebelião contra a ordem social, que era definida como sinônimo de cerceamento da liberdade individual, repressão “burguesa” para defender os valores do capitalismo.

CRP-05 A classe média, em geral, sempre aberta a ideias “avançadas” ou “libertárias”, quase nunca se detém para examinar as questões, pesar os argumentos, confrontá-los com a realidade. Não, adere sem refletir.

CRP-06 Havia, naquela época, um deputado petista que aderiu à proposta, passou a defendê-la e apresentou um projeto de lei no Congresso. Certa vez, declarou a um jornal que “as famílias dos doentes mentais os internavam para se livrarem deles”. E eu, que lidava com o problema de dois filhos nesse estado, disse a mim mesmo: “Esse sujeito é um cretino. Não sabe o que é conviver com pessoas esquizofrênicas, que muitas vezes ameaçam se matar ou matar alguém. Não imagina o quanto dói a um pai ter que internar um filho, para salvá-lo e salvar a família. Esse idiota tem a audácia de fingir que ama mais a meus filhos do que eu”.

²⁶³ A *coluna* é um espaço destinado à discussão de um tema — recorrente na sociedade ou que pode estar em alta no debate social ou tido como de “interesse público” ou de caráter “livre” — por alguém que, geralmente, já faz parte do quadro “fixo” de escritores de um veículo de comunicação. Ferreira Gullar é um dos colunistas da *Folha de S. Paulo* e escreve regularmente aos domingos.

CRP-07 Esse tipo de campanha é uma forma de demagogia, como outra qualquer: funda-se em dados falsos ou falsificados e muitas vezes no desconhecimento do problema que dizem tentar resolver. No caso das internações, lançavam mão da palavra “manicômio”, já então fora de uso e que por si só carrega conotações negativas, numa época em que aquele tipo [de] hospital não existia mais. Digo isso porque estive em muitos hospitais psiquiátricos, públicos e particulares, mas em nenhum deles havia cárceres ou “solitárias” para segregar o “doente furioso”. Mas, para o êxito da campanha, era necessário levar a opinião pública a crer que a internação equivalia a jogar o doente num inferno.

CRP-08 Até descobrirem os remédios psiquiátricos, que controlam a ansiedade e evitam o delírio, médicos e enfermeiros, de fato, não sabiam como lidar com um doente mental em surto, fora de controle. Por isso o metiam em camisas de força ou o punham numa cela com grades até que se acalmasse. Outro procedimento era o choque elétrico, que surtia o efeito imediato de interromper o surto esquizofrênico, mas com consequências imprevisíveis para sua integridade mental.

CRP-09 Com o tempo, porém, descobriu-se um modo de limitar a intensidade do choque elétrico e apenas usá-lo em casos extremos. Já os remédios neuroléticos não apresentam qualquer inconveniente e, aplicados na dosagem certa, possibilitam ao doente manter-se em estado normal. Graças a essa medicação, as clínicas psiquiátricas perderam o caráter carcerário para se tornarem semelhantes a clínicas de repouso. A maioria das clínicas psiquiátricas particulares de hoje tem salas de jogos, de cinema, teatro, piscina e campo de esportes. Já os hospitais públicos, até bem pouco, se não dispunham do mesmo conforto, também ofereciam ao internado divertimento e lazer, além de ateliês para pintar, desenhar ou ocupar-se com trabalhos manuais.

CRP-10 Com os remédios à base de ampicilil, como Haldol, o paciente não necessita de internações prolongadas. Em geral, a internação se torna necessária porque, em casa, por diversos motivos, o doente às vezes se nega a medicar-se, entra em surto e se torna uma ameaça ou um tormento para a família. Levado para a clínica e medicado, vai aos poucos recuperando o equilíbrio até estar em condições que lhe permitem voltar para o convívio familiar. No caso das famílias mais pobres, isso não é tão simples, já que saem todos para trabalhar e o doente fica sozinho em casa. Em alguns casos, deixa de tomar o remédio e volta ao estado delirante. Não há alternativa senão interná-lo.

CRP-11 Pois bem, aquela campanha, que visava salvar os doentes de “repressão burguesa”, resultou numa lei que praticamente acabou com os hospitais psiquiátricos, mantidos pelo governo. Em seu lugar, instituiu-se o tratamento ambulatorial (hospital-dia), que só resulta para os casos menos graves, enquanto os mais graves, que necessitam de internação, não têm quem os atenda. As famílias de posses continuam a por seus doentes em clínicas particulares, enquanto as pobres não têm onde interná-los. Os doentes terminam nas ruas como mendigos, dormindo sob viadutos.

CRP-12 É hora de revogar essa lei idiota que provocou tamanho desastre. (GULLAR, F. Uma lei errada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Ilustrada, Coluna, 12 abr. 2009)

Há, pelo menos, dois “grandes” temas que o escritor coloca: (i) a *reforma psiquiátrica* e (ii) a *doença mental*. Destacamos, inicialmente, que a escolha das palavras usadas é feita em tom agressivo, combatente, conforme a orientação e o ponto de vista (dominante) do autor do texto. Faz-se necessário apontar que o gênero do discurso²⁶⁴ coluna de jornal, o qual se

²⁶⁴ De acordo com Bakhtin (2003c [1952-1953], p. 261-262), os gêneros do discurso se caracterizam como tipos relativamente estáveis de enunciados que constituem as numerosas esferas da atividade humana, as quais estão sempre relacionadas ao uso da linguagem. Cada gênero apresenta um conjunto de enunciados com um *conteúdo*

assemelha ao artigo de opinião, é um espaço editorial que permite variações livres de palavras, ou seja, não há “regras” de uso que determinam o emprego de expressões que construam efeitos “necessários” de objetividade²⁶⁵, ainda critério comum para as notícias e alguns tipos de reportagens. Isso se dá porque aquele gênero configura-se como de *enunciação subjetivizada*²⁶⁶, conforme aponta Moirand (2007c [2001], 1999), cujo dialogismo se “mascara” a partir da inserção mais “diluída” de outros discursos no corpo do texto. Mas isso não significa que o texto não apresente uma heterogeneidade mostrada, pois nele encontramos algumas formas de representação do discurso outro (RDA), como *aspas* e *alusões*. Assim, uma notícia contra a reforma, por exemplo, teria exigido outro acabamento e, talvez, uma orientação social que se apresentasse menos “à mostra”, com o emprego de outras palavras.

Ao longo do texto, Gullar posiciona-se contra a reforma e a favor da internação do louco. Isso é feito a partir do fundo aperceptivo da voz (genérica) representada pela medicina. É por meio desse lugar que o escritor constrói seu texto e traz a voz da medicina como a única responsável pelo controle e pela cura do doente. O hospital psiquiátrico, axiologicamente positivado com a nomeação *clínicas de repouso* (CRP-09), é construído como um espaço de inclusão e não da exclusão social. Embora estejamos lidando com um texto de tipo opinativo,

temático, um *estilo* e uma *construção composicional*, elementos que se fundem no todo do enunciado e marcam cada tipo de esfera da comunicação.

²⁶⁵ Segundo Traquina (2005, p. 135-139), a objetividade na prática jornalística não se caracteriza como o oposto ou a negação da subjetividade. Embora esse valor tenha surgido no século XX, foi com base num cenário do jornalismo em crise, marcado pela experiência da propaganda na Primeira Guerra Mundial e do nascimento das relações públicas, que a objetividade tornou-se um valor profissional articulado. Diante de um mundo novo no qual não havia confiança nos “fatos”, nem mesmo pela comunidade jornalística — a subjetividade parecia ser inevitável —, o ideal da objetividade passa a fazer parte da linguagem da profissão: “os jornalistas chegaram a acreditar na objetividade porque queriam, porque precisavam, porque eram obrigados pela simples aspiração humana de procurar uma fuga das suas próprias convicções profundas de dúvida e incerteza. Com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos [sic] por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa”. Então, a partir do que expõe o autor supracitado, o valor da objetividade se refere aos procedimentos que a comunidade de jornalistas faz uso, seja para assegurar uma credibilidade, seja para se protegerem contra as possíveis críticas que venham a surgir ao seu trabalho.

²⁶⁶ A partir da noção de *dialogismo* proposta por Bakhtin (2015 [1934-1935]), Moirand (2007c [2001]) categoriza os gêneros da imprensa em dois tipos: há os gêneros de *enunciação subjetivizada*, tais como os editoriais, as crônicas, os artigos de opinião, as cartas e os comentários; e há os de *enunciação objetivizada*, caracterizados como textos de informação geral ou especializada, como as notícias, as cronologias, as tabelas, os infográficos e os quadros explicativos. Essa distinção que ela trata como “sumária” considera o papel que o dialogismo assume nos diferentes modos de construção discursiva e a heterogeneidade enunciativa e textual manifestada em cada gênero. De maneira geral, notamos que essa classificação não é dicotômica, pois a autora afirma posteriormente que existem *gêneros de tendência subjetivizada* e *gêneros de tendência objetivizada*. Assim, os textos do primeiro tipo apresentam pontos de heterogeneidade mostrada menos explícitos que os do segundo tipo, ou seja, são construídos discursivamente mais por meio de alusões, por exemplo, e menos por formas de heterogeneidade mostrada, como citações diretas e indiretas.

para construir o seu ponto de vista, Gullar faz uso de enunciados não embreados ²⁶⁷ (MAINGUENEAU, 2004), os quais qualificam o seu posicionamento como a representação de um discurso geral, *reminiscente* (CUNHA, 2011), que se mantém na memória, sobre a reforma: “*Havia, naquela época, um deputado petista que aderiu à proposta, passou a defendê-la e apresentou um projeto de lei no Congresso*” (CRP-06, grifo nosso); “*Certa vez, declarou a um jornal que ‘as famílias dos doentes mentais os internavam para se livrarem deles’*” (CRP-06, grifo nosso); “*Com o tempo, porém, descobriu-se um modo de limitar a intensidade do choque elétrico e apenas usá-lo em casos extremos*” (CRP-06, grifo nosso). Apesar de logo no início da coluna o autor afirmar “*Isso começou por causa do uso intensivo de drogas a partir dos anos 70*” (CRP-04, grifo nosso), essa expressão temporal determinada é diluída pelo tom genérico e impreciso dos enunciados não embreados trazidos na narrativa dos eventos. Desse modo, é interessante notar que esse conjunto de enunciados constroem uma narrativa na terceira pessoa como se alguém estivesse contando o desenrolar de uma história. Segundo Brait (2009, p. 151),

a passagem do oral para o escrito, na verdade da língua portuguesa oral para a escrita, procurou manter traços dos relatos imemoriáveis, com narrativa em terceira pessoa, iniciada e desenvolvida de forma a não situar os acontecimentos num tempo histórico e nem ter seu narrador identificado.

Assim, pela forma como se deu a construção da narrativa na terceira pessoa, poderíamos nos defrontar na coluna com a diluição da presença do autor e da temporalidade geral dos eventos que reporta. Todavia isso não ocorre e a presença de Gullar permanece forte. Pois, apesar daqueles enunciados não embreados construírem um texto como se dotado de uma voz genérica que estivesse apenas retomando um relato guardado lá no já-dito e que não pretende ser uma exposição particular do autor, as nominações que emprega não “dissolvem” a marca da autoria. É por meio delas que o autor alterna entre o plano das *relações mais gerais*, das narrativas, com aquele das *mais pessoais*. E essa alternância já é notada no início do texto.

²⁶⁷ Segundo Maingueneau (2004), os *embreados* ou *dêiticos* constituem um conjunto de operações (de *pessoa*, de *tempo* e de *espaço*) que situam a enunciação. São elementos que constituem a embreagem enunciativa (i) os pronomes (pessoais, demonstrativos, possessivos etc.), (ii) as marcas verbais de passado, presente e futuro ou as palavras com valor temporal, (iii) os pontos de referência constituídos pelo lugar, entre outros. Porém nem todos os enunciados possuem elementos que trazem uma marca de embreagem e se organizam em torno da situação enunciativa. Os enunciados *não embreados*, de acordo com Maingueneau (ibidem, p. 114-115), “não são interpretados em relação à situação de enunciação; eles procuram construir universos autônomos. Evidentemente, eles têm um enunciador e um coenunciador, e são produzidos em um momento e lugar particulares, mas *apresentam-se* como se estivessem desligados de sua situação de enunciação, sem relação com ela”. Desse modo, esse tipo de enunciado “aparenta” constituir um universo independente e não particular.

Apesar de no título *Uma lei errada* (CRP-01) o autor expor direta e explicitamente seu ponto de vista, este é construído e defendido ao longo do texto. Sua defesa é construída a partir do confronto que estabelece com as vozes (i) de Franco Basaglia, por meio da nomeação *um médico italiano de Bolonha* (CRP-03), (ii) do grupo social da *classe média* (CRP-05), (iii) de Paulo Delgado, através da nomeação *um deputado petista* (CRP-06), e (iv) da psiquiatria tradicional — mostrada por meio da adesão positiva que faz ao uso dos *remédios neuroléticos* (CRP-09). Logo no início da coluna, o escritor retoma a memória partilhada que se atribui à figura de Basaglia — tomada sócio-historicamente como referência e inovação para as políticas públicas de saúde mental na Itália e em outros países, cujo trabalho é conhecido por influenciar a reforma psiquiátrica brasileira — para desconstruí-la. Porém isso se dá não só a partir das nomeações que traz para desfavorecer o movimento da reforma — tais como *uma lei errada* (CRP-01), *uma forma de demagogia* (CRP-02), *lei idiota* (CRP-12), *desastre* (CRP-03), *tamanho desastre* (CRP-12), fundada *em dados falsos ou falsificados* (CRP-07), entre outras —, mas também pela alusão a Franco Basaglia por meio da nomeação *um médico italiano de Bolonha* (CRP-03) na abertura do texto, o que já nos dá pistas da orientação axiológica do autor. Nessa alusão — uma vez que o nome *Franco Basaglia* não aparece no texto, é preciso que o leitor saiba que ele foi um médico de Bolonha —, Ferreira Gullar tece críticas também à *ciência* e a *Itália*. Poderíamos ainda dizer que esses termos funcionam como um “*mote*” de abertura, sublinhando que o discurso é constantemente orientado para um grupo de leitores específicos, a saber, para aqueles que conhecem o debate da reforma, sejam eles a favor²⁶⁸ ou contra ela (indiretamente citados).

Ademais, observe como o autor formula os enunciados e especialmente as nomeações, tais como *campanha contra a internação de doentes mentais* (no subtítulo CRP-02 e no lide CRP-03) e *aquela campanha* (no fim do texto, em CRP-11) nos enunciados respectivos: “*Campanha contra a internação de doentes mentais* é uma forma de demagogia” (CRP-02, grifo nosso), “A *CAMPANHA contra a internação de doentes mentais* foi inspirada por um médico italiano de Bolonha” (CRP-03, grifo nosso) e “Pois bem, *aquela campanha*, que visava salvar os doentes de ‘repressão burguesa’, resultou numa lei que praticamente acabou com os hospitais psiquiátricos, mantidos pelo governo” (CRP-11, grifo nosso). Tanto esses nomes que Ferreira Gullar atribui à reforma, como o que usa para retomar Franco Basaglia (*um médico italiano de Bolonha* (CRP-03) e *repressão burguesa* (CRP-04 e CRP-

²⁶⁸ Afirmamos isso porque dentre aqueles que são a favor da reforma, há diferentes “grupos” e pontos de vista. Assim, alguns manifestam-se absolutamente contra a internação, enquanto outros pensam que a internação dos ditos doentes mentais pode acontecer quando necessário (PAOLA; FILHO, 2011).

11)), constroem seu ponto de vista sobre tal movimento, posicionamento, por sua vez, ratificado por meio das alusões que faz a Basaglia (em CRP-03, CRP-04 e CRP-11).

Ao construir a figura de Franco Basaglia também como uma voz genérica ou coletiva que representa o discurso da reforma psiquiátrica, ao qual Gullar se opõe — observe que a nomeação é formada pelo artigo indefinido *um* (*um médico italiano de Bolonha* em CRP-02) —, a alusão funciona, conforme Authier-Revuz (2007), como uma forma de *heterogeneidade não-marcada*, como um já-dito ou um dito já conhecido, supondo-se que o discurso faz parte do conhecimento partilhado pela comunidade de leitores. Em outras palavras, a nomeação *um médico italiano de Bolonha* reflete (i) o que Ferreira Gullar pensa sobre *aquele sujeito*, a *reforma* e, ainda mais importante para nós, a “*doença mental*”; e (ii) refrata a memória do já-dito, socialmente partilhada pela *classe média* e pelos *que aderiram à reforma*, sobre Franco Basaglia²⁶⁹. É nesse embate discursivo, entre os movimentos de *reflexão* e *refração* operados na linguagem, que o escritor representa o problema, se representa e realiza a nomeação na cena enunciativa.

É interessante apontar, a respeito dessa discussão, como o autor constrói a tal *repressão “burguesa”* (CRP-04 e CRP-11) a qual se refere. O que chama de *uma rebelião contra a ordem social e repressão “burguesa” para defender os valores do capitalismo* é identificado por meio de dois agentes que desenvolve nas sequências enunciativas CRP-05 e CRP-06. No enunciado CRP-05, Gullar tece críticas à imagem da *classe média* ao apontá-la como um grupo social que *adere, sem refletir* (CRP-05), isto é, sem “consistência” no posicionamento crítico diante dos acontecimentos. No excerto CRP-06, o autor faz referência a *Paulo Delgado* a partir da nomeação de tom político *um deputado petista* (CRP-06) e de outras mais comumente empregadas com um tom agressivo, tais como *cretino* (CRP-06), *idiota* (CRP-06) e *audacioso* (CRP-06), atribuindo a ele a proposta de uma campanha que mascara ideais socialistas e defende a não internação dos doentes. Essa forma de nominar nos faz refletir sobre a responsabilidade e a ética do sujeito no ato da nomeação. Quando o escritor nomina Paulo Delgado como *um deputado petista* (CRP-06), por exemplo, essa nomeação funciona como um argumento em uma tentativa de conduzir o leitor do jornal —

²⁶⁹ Também é possível de lermos a nomeação *um médico italiano de Bolonha* como um já-dito que não é partilhado pelos leitores, pois o uso do indefinido e a explicação de sua origem poderiam também apontar para a ideia de que o leitor não conhece Franco Basaglia e precisa de informações.

cuja maioria parece se opor à coligação de esquerda²⁷⁰ — a aderir ao seu ponto de vista, como se dizendo que é uma campanha desde já falha porque foi criada por um deputado do PT.

As nomeações *um deputado petista*, *cretino* e *idiota* (CRP-06) são acentuadas no texto a partir da orientação social do autor. Usadas em um mesmo parágrafo, elas funcionam como uma “enxurrada”, fortalecendo o ponto de vista (dominante) do colunista que, aliás, tende a deslizar em direção a uma *explicação política* para elaborar o motivo pelo qual a reforma não deu certo e *a lei ter sido errada*. E ele só pôde assim o fazer porque teve, de alguma maneira, “o apoio coral das pessoas circundantes” (VOLOCHÍNOV, 1926, p. 8), ou seja, dos leitores da *Folha de S. Paulo*, ou ainda porque se encontra “numa atmosfera de simpatia” (ibidem, p. 8) onde só nesta “um gesto livre e seguro é possível” (ibidem, p. 8). Aliás, a voz do deputado petista mencionado é trazida por meio das aspas, em uma tentativa de demarcar, se afastar e mostrar “integralmente” o dizer do deputado, ao qual se opõe: “Certa vez, [Paulo delgado] declarou a um jornal que ‘*as famílias dos doentes mentais os internavam para se livrarem deles*’” (CRP-06, grifo nosso).

Há, entretanto, em um enunciado do parágrafo subsequente um “complemento” ao conteúdo do discurso reportado de Paulo Delgado: “Mas, para o êxito da campanha, *era necessário levar a opinião pública a crer que a internação equivalia a jogar o doente num inferno* (CRP-07, grifo nosso). Nesse enunciado, compreende-se que Gullar faz alusão ao ponto de vista de Paulo Delgado sobre a internação e, por conseguinte, refere-se ao do grupo que adere a voz do deputado e ao da reforma. Embora essa referência pareça genérica, em virtude do uso da terceira pessoa do singular, essa interpretação é pertinente quando se leva em consideração o enunciado CRP-06 trazido anteriormente. Ao nosso ver, é por meio das condições contextuais e enunciativas dadas antes que o leitor pode interpretar o excerto CRP-07 como uma representação da *internação dos doentes mentais* que inclui a voz do deputado na do próprio colunista, discurso o qual Gullar se distancia. Então, a cena enunciativa construída por Delgado, cujo acento está no propósito das internações (*para se livrarem deles*), é complementada pela de Gullar, cujo acento se encontra na *qualificação* da internação (*jogar o doente num inferno*). Logo, a voz do deputado inserida no texto a partir do contexto axiológico e enunciativo em que Gullar se posiciona é evocada para o próprio autor entrar em *dissonância* com ela, fortalecendo seu ponto de vista.

²⁷⁰ Segundo Cunha (2012), a comunidade de leitores está mais alinhada ao ponto de vista construído pelos escritores do texto. Assim, embora não seja mencionado explicitamente no periódico qual a posição assumida pelo colunista, a partir das leituras e das análises feitas no material publicado pela *Folha de S. Paulo*, esse ponto de vista parece ser o da maioria dos leitores.

Ora, é através das nomeações *um médico italiano de Bolonha* (CRP-02), *um deputado petista* (CRP-06), *cretino* (CRP-06) e *idiota* (CRP-06) e dos enunciados citados (CRP-06 e CRP-07) atribuídos à voz do deputado petista evocado em seu texto que o escritor contrapõe-se aos discursos a favor da reforma psiquiátrica, pois, como diz Siblot (1998), ao nominarmos os objetos, não só estamos dizendo as coisas: nesse processo definimos os lugares que ocupam os sujeitos nas relações. É assim que o escritor maranhense define os lugares que a Reforma — e metonimicamente Basaglia e Paulo Delgado —, o “doente mental”, ele próprio e os que votaram a favor daquela ocupam. Defende como direito do paciente a internação e a medicalização, pois é sob o efeito dos *remédios neuroléticos* (CRP-09) que se mantém a condição da normalidade — que, por sua vez, ele nomina de *integridade mental* (CRP-08) — do *doente furioso* (CRP-07) ou *fora de controle* (CRP-08). Desse modo, é a medicalização que salvaguarda o doente e a família. É interessante notar que os espaços asilares são representados discursivamente pelo autor não só como ambientes seguros que apresentam a solução para manter a “ordem” da “loucura”: são espaços divertidos que dão ao sujeito internado a possibilidade de viverem na condição do ócio, o que não seria possível fora desse espaço. Os hospitais psiquiátricos são um refúgio que possibilitam a dita *integridade mental* (CRP-08), principalmente para os pobres, que, “doentes” e sem os cuidados da família, se tornam, diz o escritor, *mendigos* (CRP-11) das nossas cidades. Ora, há certos nomes (alguns mais que outros) que convocam determinados discursos e redes de sentidos que circularam, num passado mais distante, os quais parecem não cessar de se inscrever nos usos atuais desses mesmos nomes — por exemplo, a retomada da *exclusão* a partir do uso de *doente mental*²⁷¹. Isso posto, observamos que algumas representações se “petrificam” e permanecem nos falares cotidianos, como na retomada que ocorre na cena discursiva da coluna das estruturas discursivas de (i) *segregação e exclusão*, em especial através do uso e da associação dos nomes *doentes mentais* (CRP-03 e CRP-06) e *mendigos* (CRP-11), e de (ii) *periculosidade* com o emprego de “*doente furioso*” (CRP-07). A respeito dessas duas representações, as quais se constituíram como pontos de vista dominantes de outrora, notamos que elas ainda circulam nas práticas discursivas atuais, como observamos na coluna de Ferreira Gullar. Para entender um pouco da retomada desses específicos pontos de vista construídos pelo uso desses nomes, é preciso trazer referências de como esses posicionamentos circularam (e circulam).

²⁷¹ Assim como as palavras *doente mental* e *manicômio*, os termos *judeu*, *nazista*, *negro*, *gay*, *adotado*, *criminoso*, *gordo* e *macumbeiro* apelam para a estrutura de exclusão, a qual pode deslizar nos usos como gatilhos de memórias.

3.1 Os pontos de vista da *segregação* e/ou *exclusão* e da *periculosidade* e/ou *medo*

Para Foucault (2010e [1961a]), a estrutura da *segregação social* e da *exclusão* são encontradas de forma recorrente quando ele passa a questionar sobre as “origens” da “loucura”. Quando escreve a sua famosa obra sobre o tema, o filósofo francês indaga se há uma relação entre o que se poderia considerar uma nova forma de exclusão e a loucura em um cenário já marcado pelos estudos da ciência e pela filosofia de caráter racionalista. Foucault (2010e [1961a] p. 163) observa que essa *estrutura exclusiva* é encontrada com modificações em níveis diversos ao longo do tempo: “na Idade Média, a exclusão atinge o leproso, o herético. A cultura clássica exclui mediante o hospital geral, a *Zuchthaus*, a *work-house*, todas as instituições derivadas do leprosário” (grifo do autor).

A predominância do signo da segregação e exclusão social também é discutida por Passos (2009a, p. 20) quando comenta sobre uma certa “modernização” da instituição psiquiátrica após o período da II Guerra Mundial em países que apresentavam um maior desenvolvimento econômico. No Brasil, contudo, deparamo-nos com outro cenário: “nas sociedades ditas periféricas [...], assentadas em modelos de desigualdade social brutal, como é o caso brasileiro, não por acaso é a realidade manicomial — a mais cruel, de exclusão e maus tratos aos doentes mentais — que ainda predomina”. Ao mesmo tempo, Passos explica (2009a) que são nessas mesmas sociedades que encontramos exemplos de experiências de transformações locais bem avançadas de acordo com o que defende a Organização Mundial de Saúde (OMS).

No documentário *Em nome da razão*, de Helvécio Ratton, sobre o Hospital de Barbacena, localizado em Minas Gerais (MG), filmado em outubro de 1979, o signo dessa representação social e discursiva é mostrado pelo jornalista ao longo do vídeo. Esse documentário é interessante porque apresenta as únicas imagens que conseguiram ser captadas naquela época. E, embora trate com frequência da relação *doente x hospício*, observem-se alguns dos trechos²⁷² que correspondem à fala do narrador ao descrever a cena do hospital:

Este hospício não é uma realidade isolada. Ele se reproduz em vários outros lugares, às vezes com pequenas diferenças e nomes sofisticados. Devemos compreendê-lo como uma instituição que cumpre um papel determinado em nossa sociedade. O hospital psiquiátrico funciona como um depósito, para cá vêm os improdutivos de uma maneira geral, os inadaptados, os indesejáveis, os desafetos.

²⁷² Esses excertos foram transcritos por nós porque não tivemos acesso às legendas.

Todos aqueles que por um ou outro caminho se desviam daquilo que chamamos de normalidade. *Através do hospício, a sociedade exclui os que não se adaptam a um sistema baseado na competição.*

Aquele que não tem família é confinado para sempre e recebe um rótulo: *crônico social*. Mesmo depois de terminado o processo da loucura que o levou ao internamento, ele continua aqui sem ter para onde ir ou voltar.

Aqui dentro não existe a dimensão temporal. *O tempo é percebido apenas em função das necessidades biológicas.* Há uma hora para comer, há uma hora para dormir, mas não há uma hora de fazer nem de acontecer, *o ócio é absoluto.* O homem perde a qualidade que o retira da natureza e o transfere para cultura, o trabalho.

[...]

Os muros e todas as barreiras físicas funcionam para isolar o hospital psiquiátrico. Aqui dentro é loucura, lá fora a razão. Escondidos entre os muros e longe dos olhares, os chamados loucos são degradados física e moralmente. O único caminho que resta é esperar a morte.

[...]

Em nome da razão, confinamos os *esquizofrênicos, os mendigos, homossexuais, drogaditos* (sic) e outros *dissidentes* sociais. O que se passa dentro do hospital como este tem a ver com os médicos e as autoridades. Mas tem a ver também com a sociedade onde está inserida. *Incapazes de suportarmos as diferenças, demonstramos no hospício todo o nosso poder de opressão* (RATTON, 1979, s/p, grifos nossos).

Nos enunciados grifados, o uso de *hospício, hospital psiquiátrico* ou *manicômio* trazem um campo de representações e experiências possíveis que traçam os muros da dita *razão x loucura*. E, nesse campo, pesadamente carregado pelo não suportar a diferença, o combate à *opressão a esse outro* se manifesta seja a partir de um ponto de vista (i) que adere à mudança no sistema de internamento do dito doente mental — “Aquele que não tem família é confinado para sempre e recebe um rótulo: *crônico social*. Mesmo depois de terminado o processo da loucura que o levou ao internamento, ele continua aqui sem ter para onde ir ou voltar” (RATTON, 1979, grifo nosso) —; seja a partir de um posicionamento (ii) que não é favorável ao fim do paradigma manicomial, notado no trecho CRP-11, do texto de Ferreira Gullar, inserido a seguir:

CRP-11 Pois bem, aquela campanha, que visava salvar os doentes de “repressão burguesa”, resultou numa lei que praticamente acabou com os hospitais psiquiátricos, mantidos pelo governo. Em seu lugar, instituiu-se o tratamento ambulatorial (hospital-dia), que só resulta para os casos menos graves, enquanto os mais graves, que necessitam de internação, não têm quem os atenda. As famílias de posses continuam a por seus doentes em clínicas particulares, enquanto as pobres não têm onde interná-los. *Os doentes terminam nas ruas como mendigos, dormindo sob viadutos* (GULLAR, 2009, s/p, grifo nosso).

Em outras palavras, num *continuum* entre dois posicionamentos axiológicos referentes a duas formas distintas de se pensar o tal sujeito doente mental — (i) um a favor da extinção do modelo asilar, (ii) o outro, do retorno desse mesmo modelo —, o que está estruturando

cada forma de dizer esse mesmo sujeito implica experiências de escuta diversas. Só que, diferentemente de como a segregação é construída em Ratton (1979), no posicionamento de Gullar ela é trazida por meio da defesa do discurso do *status quo*. Ou seja, embora o escritor também trate da condição do tratamento mental a partir do entrecruzamento dos discursos da *psiquiatria*, das *neurociências*, do *isolamento*, da *higienização* e da *eugenia*, ele o faz por meio do embate entre as relações de poder que esses discursos são levados a construir no texto. Isso posto, o dito louco é representado discursivamente por ele como duas vezes marginalizado em: “Digo isso porque estive em muitos hospitais psiquiátricos, públicos e particulares, mas em nenhum deles havia *cárceres ou “solitárias” para segregar o ‘doente furioso’*” (CRP-07, grifo nosso) e “As famílias de posses continuam a por seus doentes em clínicas particulares, enquanto as pobres não têm onde interná-los. *Os doentes terminam nas ruas como mendigos, dormindo sob viadutos*” (CRP-11, grifo nosso). Ora, Gullar acentua a exclusão social a partir da tomada de posição inversa, isto é, de quem a reforma está deixando de colocar nos asilos: o que está *fora da ordem* e o *pobre doente que se tornará mendigo*, ficará nas ruas e poderá ser uma *ameaça* para nós. Assim, o isolamento é, no seu ponto de vista, tanto uma “caridade quanto uma justiça” (FOUCAULT, 2003a [1977a], p. 210). E esse mesmo isolamento não seria uma segregação e exclusão social, como é colocado no discurso do cineasta (RATTON, 1979), mas o contrário, a saber, o *descaso* e o *abandono* para com o cuidado mental desse *pobre doente*, cujo meio de tratamento a que ele tem acesso — e agora está lhe sendo retirado — é a internação hospitalar.

Assim, notamos que há uma modificação do ponto de vista sobre o que comumente se representa sobre a segregação e/ou exclusão quanto à doença mental. Pois, para Gullar (2009), o dito doente não é excluído pela internação, mas ao contrário, pela ausência desta. Dito isso, ratificamos que o uso das mesmas palavras para qualificar os objetos do mundo não faz parte apenas de uma construção simbólica, social e discursiva da comunidade ou da sociedade em geral e da memória que tais palavras constituem, mas também de cada um em particular. Ademais, situado nesse posicionamento contrário à reforma, Gullar elabora a dimensão temporal do sujeito usuário e da sua experiência de forma diversa em relação à forma como o tempo é comumente representado nas instituições carcerárias, conforme podemos notar nos trechos abaixo:

Aqui dentro não existe a dimensão temporal. *O tempo é percebido apenas em função das necessidades biológicas*. Há uma hora para comer, há uma hora para dormir, mas não há uma hora de fazer nem de acontecer, *o ócio é absoluto*. O homem perde a qualidade que o retira da natureza e o transfere para cultura, o trabalho (RATTON, 1979, s/p, grifo nosso).

CRP-08 Até descobrirem os remédios psiquiátricos, que controlam a ansiedade e evitam o delírio, médicos e enfermeiros, de fato, não sabiam como lidar com um doente mental em surto, fora de controle. Por isso o metiam em camisas de força ou o punham numa cela com grades até que se acalmasse. Outro procedimento era o choque elétrico, que surtia o efeito imediato de interromper o surto esquizofrênico, mas com consequências imprevisíveis para sua integridade mental.

CRP-09 Com o tempo, porém, descobriu-se um modo de limitar a intensidade do choque elétrico e apenas usá-lo em casos extremos. Já os remédios neuroléticos não apresentam qualquer inconveniente e, aplicados na dosagem certa, possibilitam ao doente manter-se em estado normal. Graças a essa medicação, as clínicas psiquiátricas perderam o caráter carcerário para se tornarem semelhantes a clínicas de repouso. A maioria das clínicas psiquiátricas particulares de hoje tem salas de jogos, de cinema, teatro, piscina e campo de esportes. *Já os hospitais públicos, até bem pouco, se não dispunham do mesmo conforto, também ofereciam ao internado divertimento e lazer, além de ateliês para pintar, desenhar ou ocupar-se com trabalhos manuais* (GULLAR, 2009, s/p, grifo nosso).

No primeiro excerto, referente à transcrição da narrativa de Ratton (1979), observamos um tempo que é medido a partir das *necessidades biológicas do homem*. Tempo esse também marcado por uma *não-productividade*. *Tempo biológico* e — será que podíamos dizer assim? — da *sobrevivência*. Essa representação temporal difere da construída por Gullar (2009) nos trechos CRP-08 e CRP-09. Ou seja, lidamos com a construção de um *cronotopo* de forma diversa, pois o mesmo espaço, isto é, *o hospital psiquiátrico* é tecido de um valor oposto pelo poeta ao de Ratton. De acordo com Bakhtin (2002b [1937-1938]), as definições do tempo e espaço são inseparáveis. Os cronotopos, tais como *o da estrada*, *o do encontro* e *o da aventura* desempenham papéis importantes na literatura e na organização das esferas da vida. É a partir deles que as comunidades passam a identificar alguns elementos (motivos, causalidades etc.), os quais, mais especificamente no cronotopo por nós analisado, podemos apontar: a ligação construída entre o espaço do *hospital* com o tempo do *corpo orgânico* — aliás, sobre tal ligação, notamos que essa é transferível a diversos contextos e culturas. Em outras palavras, o que a reforma psiquiátrica denunciou ao longo dos anos nos países em que se efetivou foi uma marca substancial de uma denúncia sobre o *espaço-tempo* que se concretizou no cotidiano da prática psiquiátrica asilar. Dessa forma, afirmamos que o cronotopo denunciado pelo documentário de Ratton (1979) é transferível para outros lugares, como para a Itália e a França (PASSOS, 2009), lugares em que se denunciou a segregação e exclusão ocasionadas pelo tratamento hospitalar, mediado pela psiquiatria clássica, dado aos ditos doentes.

No entanto, no texto de Gullar (2009), na construção do espaço-tempo — que é, inclusive, também parte do objeto do qual se trata, a saber, os *hospitais psiquiátricos* —, a relação da estrutura asilar com o doente mental é percebida distintamente. Em Ratton (1979), as dimensões do espaço-tempo são construídas numa perspectiva artística e documental e

constroem o ponto de vista do cineasta. Contrário ao encarceramento do dito doente, o seu olhar é sentido nas imagens e construído na narrativa *in off* que faz das cenas. Ora, o doente segregado por aquelas paredes e excluído socialmente, elaborado pelo cronotopo trazido no filme, ainda subsiste e exerce influências no texto de Gullar (2009). Porém a segregação e exclusão na coluna do poeta se faz pela inversão de valores e justifica-se por falar da “prática diária” da “loucura”. Pois, embora não seja médico, o escritor é “detentor” desse saber, pelo espaço social que ocupa, que o legitima a falar o que é melhor para o doente, como podemos notar nos seguintes enunciados: “*Não sabe o que é conviver com pessoas esquizofrênicas*, que muitas vezes ameaçam se matar ou matar alguém. Não imagina o quanto dói a um pai ter que internar um filho, para salvá-lo e salvar a família” (CRP-06, grifo nosso), “*Digo isso porque estive em muitos hospitais psiquiátricos, públicos e particulares, mas em nenhum deles havia cárceres ou ‘solitárias’ para segregar o ‘doente furioso’*” (CRP-07, grifo nosso) e “*Em geral, a internação se torna necessária* porque, em casa, por diversos motivos, o doente às vezes se nega a medicar-se, entra em surto e se torna uma ameaça ou um tormento para a família” (CRP-10, grifo nosso).

Interessante notar que é a subversão do ponto de vista comumente tradicional sobre a segregação e exclusão da loucura que leva os leitores a se posicionarem sobre o texto do autor, principalmente em forma de cartas²⁷³, artigos e colunas veiculados nas formas impressa e *on-line*. Ademais, se cada discurso retoma, responde e antecipa outros enunciados e pontos de vista, também notamos, no discurso de Gullar, principalmente no trecho CRP-07, a alusão às *redes de memória* da estrutura de *periculosidade e/ou medo* que se relacionam à construção sócio-histórica e discursiva sobre a doença mental — “Digo isso porque estive em muitos hospitais psiquiátricos, públicos e particulares, *mas em nenhum deles havia cárceres ou ‘solitárias’ para segregar o ‘doente furioso’*” (CRP-07, grifo nosso). Ou ainda, essas redes foram evocadas, uma vez que tocam nos enunciados de Gullar supracitados. Para discutir a construção e associação desse ponto de vista da periculosidade à doença mental, é preciso um retorno a Lombroso (1835-1909). Pois, embora controversas, as ideias por ele difundidas tiveram um impacto sem tamanho.

De acordo com Fleming (2000), a sociedade do século XIX, já marcada pelo debate acerca das ideias evolucionistas de Darwin, foi “capturada” pelos estudos que relacionavam a

²⁷³ Detemo-nos, mais adiante, na análise de algumas cartas enviadas à redação, as quais são apresentadas na mesma sequência em que foram veiculadas. Em virtude da quantidade delas — por volta de 36 cartas —, analisamos o movimento dialógico dos pontos de vista apenas daquelas publicadas nos primeiros dias após a veiculação da coluna. Ademais, destacamos que mantemos a grafia original delas.

fisionomia dos criminosos, ajudando a identificá-los. Acreditamos, no entanto, que as ideias de Lombroso foram recebidas, aceitas e legitimadas por muitos porque já existia, na época, um contexto sociocultural que compartilhava delas, caso contrário teriam sido refutadas pela maioria. A existência de um contexto intelectual propício para tal é também respaldado pela pesquisadora: se Darwin sugeria que a seleção natural das mudanças geradoras do processo evolutivo era aleatória, então toda geração teria pessoas *boas* e *ruins*. Assim, o termo *degeneração* que podia significar uma volta ao desenvolvimento evolucionário inicial fez com que as pessoas temessem esse “constante” retorno como se fosse um regresso ao tempo das bestas. Logo, nesse contexto, as ideias de Lombroso ganharam popularidade; o que é notável seja a partir (i) do aumento do número de páginas da sua mais famosa obra *O homem delinquente*, publicada em 1876, passando de 200 a 3 mil da primeira para quinta edição; (ii) da criação da esfera da *antropologia criminal* que, de tanta atenção que recebeu, tornou-se foco de conferência internacional, ocorrendo a cada 4 anos por mais de trinta anos antes de eclodir a I Guerra Mundial.

Mas, acreditamos ainda que, não foi só o contexto sócio-histórico que era propício, apesar deste ser fundamental. Quem imaginaria se essas ideias, propagadas nos dias de hoje, teriam tamanha recepção e influência no debate entre juristas, advogados, diretores de presídios e o público em geral. Para ilustrar isso, trazemos o que Bakhtin (2015 [1934-1935]) tão bem expõe sobre o papel do horizonte social e cultural partilhado entre os sujeitos, cuja recepção está inter-relacionada: ora, é nesse horizonte que o sujeito constrói o fundo aperceptivo de sua compreensão ativa sobre o enunciado dito por outrem. É nele que se confluem a arena de pontos de vista, cujo sujeito apresenta-se *solidário* ou *insensível* ou *indiferente*, *afável* ou *hostil*, com ares de *provação* ou *reprovação*, ao dito outro. Assim, o que notamos a partir da divulgação das ideias de Lombroso é uma maciça adesão ao ponto de vista que ele defendia sobre a associação entre uma dita degeneração e os traços biológicos, isto é, físicos e hereditários.

Há outro detalhe que Fleming (2000, p. 197) aponta e que foi tão fundamental quanto ao que expomos acima: “Lombroso used statistics so well that many scientists accepted his conclusion that criminality is biological. Although Lombroso’s theories have now been discredited, they had mass appeal at the turn of the century”²⁷⁴. Então, as teorias dele pareciam úteis porque as características físicas apontavam para uma possibilidade de

²⁷⁴ “Lombroso usou estatísticas tão bem que muitos cientistas aceitaram a conclusão de que a criminalidade é biológica. Apesar das teorias de Lombroso terem sido e serem hoje desacreditadas, elas receberam um apelo maciço na virada do século” (FLEMING, 2000, p. 197, tradução nossa).

prevenção; e, desse ponto de vista, se o biológico era determinado, pelo menos os *criminosos nascidos*, os *insanos* e os *epilépticos* não deveriam ser “considerados” ou “responsabilizados” por suas ações. Perguntamos, portanto, se não estaria aí uma das origens que levaria os nossos legisladores do código penal a considerar o doente mental, ao lado das crianças e do menor de idade, como sujeitos inimputáveis²⁷⁵.

Dessa forma, assim como Lombroso, muitos cientistas passaram a identificar fisionomias criminais, porque o fator biológico era o que determinava a criminalidade. Segundo Fleming (2000, p. 200), “like Lombroso, [James Bruce] Thomson classified ‘a distinct and incurable criminal class, marked by peculiar low physical and mental characteristics’”²⁷⁶. As estatísticas de Thomson, residente de uma prisão escocesa — descrito por Fleming como um dos cientistas mais influentes que estudava criminosos — fundamentaram conclusões que reforçaram a crença de que (i) criminosos são reconhecidos e (ii) o comportamento criminal é biológico e herdado. Nesse contexto, a fisionomia do tipo criminal também se tornava uma ferramenta de acusar e condenar os criminosos nos tribunais; e Lombroso era convidado a participar deles inúmeras vezes como testemunha ocular. Assim, os cientistas que acreditavam que o criminoso assim o era — em especial os que faziam parte da Escola Italiana —, por causa da *ordem do biológico*, insistiam, segundo aborda a autora, que

[...] true crime prevention required that those who study criminals inform society how to identify and what to do with criminals, before the commission of crimes; Havelock Ellis, who frequently cited Lombroso, believed that the more vicious the criminal, the less free will the criminal had, and that less vicious criminals had more free will. He considered vicious criminals morally handicapped and had few expectations for reforming them [...] Concluding that they could not be reformed led Ellis to argue that crime prevention required isolating vicious criminals from society or eliminating them (FLEMING, 2000, p. 201)²⁷⁷.

²⁷⁵ Segundo o art. 26 do código penal, “é isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento” (BRASIL, 1940, s/p).

²⁷⁶ “Como Lombroso, [James Bruce] Thomson classificou ‘uma distinta e incurável classe criminal, marcada peculiarmente por fracas características físicas e mentais’” (FLEMING, 2000, p. 200, tradução nossa).

²⁷⁷ “[...] a prevenção da criminalidade exigiu daqueles que estudavam os criminosos [que] informassem a sociedade como identificá-los e o que fazer com eles, antes da comissão de crimes; Havelock Ellis, que frequentemente citava Lombroso, acreditava que quanto mais cruel o criminoso, menos livre-arbítrio ele tinha, e que criminosos menos cruéis tinham mais livre-arbítrio [para decidir na realização do crime]. Ele considerava como criminosos cruéis aqueles moralmente deficientes e tinham poucas expectativas para reformá-los [...] Concluindo que eles não poderiam ser curados, Ellis foi levado a argumentar que era preciso isolar os criminosos cruéis da sociedade ou eliminá-los como forma de prevenção da criminalidade” (FLEMING, 2000, p. 201, tradução nossa).

Assim, a palavra de ordem do momento era a remoção e o expurgo dos criminosos para longe, para colônias, espaços inabitáveis ou habitados por doenças e doentes como um tipo de sacrifício humano. Isolar esses criminosos também era uma forma de prevenção porque, se a ordem do biológico prevalecia, os cientistas consideravam que a criminalidade era um traço hereditário, cujos filhos poderiam herdar dos pais. Era, então, mais um motivo para bani-los²⁷⁸. Contudo, anos depois, alguns cientistas mudaram de ideia, como David Nicolson ao concluir que a maioria dos criminosos poderiam ser reformados, poucos precisavam de atenção médica e que só esta não os curaria. Gabriel Tarde, focado inicialmente na Escola Italiana — cuja crença se dava nas teorias biológicas —, passou a defender que fatores individuais e sociais também tinham influência no criminoso, insistindo, ao final de sua carreira, que o comportamento do criminoso era afetado pelo meio social.

É a partir da análise das descrições dos criminosos na literatura do século XIX que Fleming (2000) sustenta o alcance que teve as ideias de Lombroso para o público em geral. Da primeira à segunda metade do século XIX, os vilões são outros: em Dickens, eles sentiam remorsos, mas não o sentiam em Rudyard Kipling²⁷⁹. Essa modificação do “retrato” do criminoso pode ser reflexo da mudança na opinião literária da época, alimentada pelas crenças populares influenciadas pelos traços anatômico-morfológicos específicos atribuídos ao criminoso. Ora, Dickens escreveu antes de Darwin e Kipling, após Lombroso: o primeiro queria “curar” seus criminosos a partir dos valores morais; na época do segundo, os criminosos eram tidos como degenerados, criaturas não possíveis de serem curadas. E a pesquisadora continua: em *Sherlock Holmes* de Arthur Conan Doyle, o professor Moriarty é referido a partir de uma linhagem criminal hereditária carregada pelo seu sangue. No *Drácula* de Bram Stoker, o conde é descrito como um tipo de criminoso pela personagem Mina Harker. Isso porque, na ficção e na opinião popular do final do século XIX, o criminoso não era uma questão de moral, mas de *degenerescência*:

Their presence [the characteristics of criminals descriptions] in popular European fiction, newspapers, and autobiography shows widespread acceptance of these stereotypes prior to Lombroso’s most popular writings, which may help to explain why Lombroso’s theories were so immediately and widely accepted: *he gave*

²⁷⁸ É interessante apontar aqui o que defende o escritor do livro *Mad in America*, de autoria de Robert Whitaker (2005), a respeito do isolamento feito pela psiquiatria: segundo o que expõe, a partir dos anos 1800, a ideia do espaço asilar foi modificada, deixando de ser um lugar para que as pessoas pudessem ser cuidadas, retornando, assim, de volta à saúde mental. Ao invés disso, o trancamento dos doentes mentais era para impedi-los de ter filhos, aprisionando o seu “gene da loucura”.

²⁷⁹ Rudyard Kipling (1865-1936) foi um escritor britânico que recebeu o prêmio Nobel de literatura em 1907 (RUDYARD, 2014).

scientific credibility to what was commonly believed but not systematically articulated (FLEMING, 2000, p. 205-206, grifo nosso)²⁸⁰.

Assim, por muito tempo, essas ideias foram legitimadas pelo público. Porque, embora as conclusões de Lombroso e dos seus seguidores tenham sido refutadas no século XX por vários motivos — os dados “tendenciosos” e insuficientes, por ter montado um sistema de classificação que não poderia ser “falsificado”, por ter ignorado dados que poderiam ir contra as suas conclusões, entre outros (FLEMING, 2000) —, os estereótipos criados permanecem. Além de um discurso eugênico e biológico que guiava a base da sua classificação, ele ofereceu às pessoas — e talvez ainda ofereça — traços visuais que lhes permitissem identificar os *bad guys*, uma forma simplista de lidar com problemas como a *diferença*, a *criminalidade*, a *doença*. Ao mesmo tempo em que isso era feito, era difundido entre as pessoas modos típicos de se vestir, de se comportar e de identificar o outro por aquilo que foi construído como a “boa aparência”. Isso nos leva a ratificar que, ao longo do processo histórico de construção do que é a “doença mental” e de quem é o dito doente, certas representações sociais tornaram-se verdades de e para uma época. E, embora não passem de pontos de vista, elas foram se tornando alicerces “estruturais” de algumas práticas, por isso que ora chamamos tais pontos de vista de *estruturas*. Os discursos que se constroem em torno dos objetos partem de estruturas da língua que já são dadas e estão desgastadas; e que se encontram ancoradas em determinados pontos de vista, sendo de alguns deles difíceis de se afastar. Pois, mesmo que Gullar (2009) subverta o cronotopo comumente conhecido da segregação e/ou exclusão construído a partir do *espaço hospitalar - tempo biológico*, o mesmo autor acaba retomando e aderindo espaços de memória associados a essa estrutura, como a da periculosidade e/ou medo. Uma vez que a contingência do *interpretar* é inerente a si e ao outro, na emergência do discurso há sempre a possibilidade de se tornar um outro, diferente de si mesmo, de deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro e, então, reorganizar as redes e filiações de memória.

²⁸⁰ “A presença de características das descrições criminais na ficção popular europeia, nos jornais e nas autobiografias mostram ampla aceitação dos tipos estereotipados prioritários dos textos mais populares de Lombroso, o que pode ajudar a explicar o porquê das teorias de Lombroso terem sido tão imediatas e amplamente aceitas: *ele deu credibilidade científica ao que foi comumente acreditado mas não sistematicamente articulado*” (FLEMING, 2000, p. 205-206, grifo nosso, tradução nossa).

3.2 Dos ecos dialógicos do texto de Gullar às cartas dos leitores: a reforma, a doença e o doente mental

Vamos nos deter, inicialmente, no que afirma Gullar (2009) no excerto CRP-06:

CRP-06 Havia, naquela época, um deputado petista que aderiu à proposta, passou a defendê-la e apresentou um projeto de lei no Congresso. Certa vez, declarou a um jornal que “as famílias dos doentes mentais os internavam para se livrarem deles”. *E eu, que lidava com o problema de dois filhos nesse estado*, disse a mim mesmo: “Esse sujeito é um cretino. Não sabe o que é conviver com pessoas esquizofrênicas, que muitas vezes ameaçam se matar ou matar alguém. Não imagina o quanto dói a um pai ter que internar um filho, para salvá-lo e salvar a família. Esse idiota tem a audácia de fingir que ama mais a meus filhos do que eu” (GULLAR, 2009, s/p, grifo nosso).

Observe que o poeta, logo após tecer críticas ao movimento antimanicomial, a Franco Basaglia, a Paulo Delgado e à classe média, no início da sua coluna, revela que *é pai de filhos esquizofrênicos* (CRP-06). Ou seja, o poeta para comentar a tal loucura e legitimar a sua contraposição à reforma e ao que ela representa, fala *desse lugar* da experiência concreta, como se o dito sujeito empírico fosse tão só e somente suficiente para falar *da doença mental*. Ou ainda, como se tal espaço axiológico construísse uma *imposição da legitimidade do autor* ao defender seu ponto de vista, o qual fala a partir da sua vivência e experiência de vida. No entanto, talvez, ocupar essa posição na existência concreta não baste, não seja suficiente e não leve o leitor a aderir ao dito. E isso é observado em algumas cartas de leitores²⁸¹ durante o período discursivo da publicação do texto. Logo na primeira carta (*carta 1*) publicada sobre a coluna na *Folha de S. Paulo*, um dia após a veiculação do texto de Gullar, esse espaço da experiência concreta é aderido de forma solidária e enfaticamente confirmado por meio do pronome relativo *quem* (CRP-15), cujo uso é o do argumento do conhecimento do problema ou do desconhecimento dos que não tem alguém da família com o problema. Também o emprego desse pronome como sujeito da oração é de tom apelativo e generalizante, o que permite a quaisquer um se personificar no enunciado CRP-15, transcrito a seguir, como alguém que já vivenciou semelhante experiência do autor:

²⁸¹ Seleccionamos as cartas não de forma aleatória, mas considerando as relações dialógicas entre elas, as estabelecidas com o texto do colunista e as com os objetos do discurso tomados pelos autores — tais como a lei 10.216 de 6 de abril de 2001, a reforma psiquiátrica, a doença mental, o sujeito usuário, a internação, a medicalização etc. — na defesa do seu ponto de vista.

Carta 1

CRP-13 Hospital psiquiátrico

CRP-14 “Parabéns a Ferreira Gullar por propor a revogação da lei que acabou com os hospitais psiquiátricos (“Uma lei errada”, **Ilustrada**, ontem).

CRP-15 Quem não conhece o problema de ter em casa uma pessoa com problemas mentais não faz ideia de como essa pessoa, sem querer, transtorna a vida de uma família inteira e causa um sofrimento indescritível.

CRP-16 O desequilíbrio mental atinge, indiscriminadamente, todas as camadas sociais.

CRP-17 Há que manter casas de acolhimento para pessoas portadoras dos diversos tipos de transtorno mental e ainda escolas especiais para crianças que apresentem problemas já na infância. É difícil criar um filho problemático entre os demais irmãos, pois estes acabam relegados por falta de tempo.” (ZAMBRANA, Perola Soares. São Paulo, SP) (HOSPITAL psiquiátrico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 13 abr. 2009)

Nesse mesmo dia, duas outras cartas são ainda publicadas em sequência a essa anterior. Vamos a elas.

Carta 2

CRP-18 “Lamentável o artigo de Ferreira Gullar de ontem, que reúne uma série de informações equivocadas a respeito dos avanços nas políticas de atenção às pessoas com sofrimento psíquico intenso.

CRP-19 Destaco apenas dois pontos-chave do texto: a lei mencionada pelo autor (10.216, de 6 de abril de 2001) não propôs o fim das internações psiquiátricas, mas a sua indicação apenas quando esgotados todos os recursos de tratamento em meio aberto (ambulatorios, hospitais-dia, centros de atenção psicossocial etc.); e o que é mencionado no artigo como uma ‘campanha’ se refere a um conjunto amplo de pesquisas científicas, práticas interprofissionais e discussões consistentes no âmbito das políticas de saúde e de inclusão social.” (GARRAFA, Thais Christofe. Psicanalista. São Paulo, SP) (HOSPITAL psiquiátrico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 13 abr. 2009)

Carta 3

CRP-20 “O colunista Ferreira Gullar erra ao igualar a clorpromazina ao Haldol, que, embora tenham a mesma função, são substâncias diferentes. Tal detalhe, porém, não diminui em nada a relevância do tema por ele abordado.

CRP-21 Há anos as políticas de saúde mental têm se pautado mais em questões ideológicas do que técnicas. O resultado disso é uma desassistência progressiva ao doente mental em várias cidades do país.

CRP-22 Nesse processo, a psiquiatria e os psiquiatras foram excluídos, demonizados e acusados de serem meros instrumentos de controle social. É urgente que isso seja revisto.

CRP-23 Não é possível nenhuma discussão séria sobre a assistência ao doente mental que não conte com a participação dos representantes da psiquiatria brasileira.” (RIBEIRO, Marcos Aurélio Martins. Médico psiquiatra, doutor em saúde mental pela FMRP-USP, professor-adjunto da Faculdade de Medicina da Universidade de Ribeirão Preto-Unaerp. Ribeirão Preto, SP) (HOSPITAL psiquiátrico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 13 abr. 2009)

Inicialmente, observemos o título atribuído pelo jornal à seção que disponibiliza o espaço para a réplica dos leitores sobre a coluna, o qual é nominado de *Hospital psiquiátrico* (CRP-13). O grande tema *Hospital psiquiátrico* pode dar margem a pontos de vista contra e a favor a existência deles e da internação. Ao mesmo tempo, a expressão pode ser interpretada de outra forma, como uma restrição sobre o que se entende pela *reforma*, representando o grupo que não é a favor do fechamento dos hospitais e da proibição da internação. Inclusive um dos argumentos de Gullar contra a reforma é quanto ao encerramento dos hospitais e a evasão dos “doentes mentais” para as ruas. De qualquer maneira, o título reaviva o debate em torno da necessidade e utilidade desses hospitais. Nesse dia, a primeira e a terceira cartas, isto é, a que introduz e a que finaliza a réplica dada ao texto e ao tema abordado se posicionam favoravelmente a Gullar, apesar desse posicionamento favorável ocorrer de forma diversa. Na primeira carta, o autor concorda com o ponto de vista de Gullar ao retomar a experiência exposta pelo poeta de quem lida diariamente com a “doença mental”. Na terceira, a adesão é feita após uma retificação do leitor quanto à caracterização dos medicamentos apontados pelo poeta. É interessante notar que os gêneros *comentários* ou *cartas dos leitores*, em termos de condições situacionais e de finalidade, podem ratificar a permanência do movimento discursivo operado pelo escritor na coluna, em suas retomadas, e/ou produzir uma heterogeneidade de pontos de vista no interior dos seus discursos.

Observe-se que as formas de nominar o sujeito dito doente são diferentes da primeira e terceira cartas para a segunda no esquema 03 a seguir:

Esquema 03 – Nomações empregadas nas cartas 1, 2 e 3

<i>Carta 1</i>	<i>Carta 2</i>	<i>Carta 3</i>
<p>CRP-15 <i>uma pessoa com problemas mentais</i></p> <p>CRP-16 <i>o desequilíbrio mental</i></p> <p>CRP-17 <i>17 pessoas portadoras dos diversos tipos de transtorno mental</i></p> <p>CRP-17 <i>um filho problemático</i></p>	<p>CRP-18 <i>pessoas com sofrimento psíquico intenso</i></p>	<p>CRP-21 <i>doente mental</i></p> <p>CRP-23 <i>doente mental</i></p>

A categorização do sujeito a partir desses dois tipos de nomação oferece pistas dos pontos de vista dos leitores sobre a “doença” e o doente mental. Para Volochínov (1926, p. 4), “todas essas avaliações e outras similares, qualquer que seja o critério que as rege (ético, cognitivo, político, ou outro) levam em consideração muito mais do que aquilo que está

incluído dentro dos fatores estritamente verbais (linguísticos) do enunciado” (grifo do autor). Em outras palavras, usar um termo ao invés de outro é pensar também em um tipo de modelo, em um determinado conjunto de ideias que remetem a maneiras específicas de como se deve cuidar do dito doente; e, acima de tudo, é uma tomada de posição ética e política.

Na segunda carta, observe como ocorre o dialogismo da nomenclatura: quando o leitor dos excertos CRP-18 e CRP-19 nomina a lei da reforma a partir do enunciado “[...] o que é mencionado no artigo como uma ‘campanha’ se refere a *um conjunto amplo de pesquisas científicas, práticas interprofissionais e discussões consistentes no âmbito das políticas de saúde e de inclusão social*” (CRP-19, grifo nosso), em contraposição ao uso do nome ‘campanha’ com aspas, o qual é assinalado de forma distanciada, notamos (i) o seu posicionamento sobre o texto e a reforma. Ou seja, o emprego desse termo entre aspas em CRP-19 funciona como um distanciamento acerca do que expõe Gullar, indicando *desacordo*, apontando que o uso daquela palavra pertence ao discurso do escritor e não ao dele. E isso já é antecipado pelo mesmo leitor a partir do ato de fala *lamentar* marcado enunciativamente pelo adjetivo que abre a carta: “*Lamentável* o artigo de Ferreira Gullar de ontem” (CRP-18, grifo nosso). Além disso, o uso de *peças com sofrimento psíquico intenso* (CRP-18) também aponta para (ii) o ponto de vista do leitor sobre o sujeito dito doente e, conseqüentemente, marca discursivamente duas vezes o seu posicionamento sobre a reforma e Gullar. A esse respeito, é interessante notar a forma que Gullar nomina o sujeito usuário, isto é, preponderantemente como *doente mental* (CRP-02, CRP-03, CRP-06 e CRP-08) e *doente* (CRP-09, CRP-10 e CRP-11), o que já nos aponta para o direcionamento adotado em acordo com o seu ponto de vista defendido da coluna.

Já na terceira, notamos que, embora haja um *movimento de correção* do discurso do escritor maranhense, o leitor adere ao ponto de vista deste último: “O colunista Ferreira Gullar *erra* ao igualar a clorpromazina ao Haldol, que, embora tenham a mesma função, são substâncias diferentes. *Tal detalhe, porém, não diminui em nada a relevância do tema por ele abordado*” (CRP-20, grifos nossos). Ora, o leitor evidencia uma certa crítica ao autor do texto, para, depois, concordar como ponto de vista dele. Nessa ressalva, o leitor apresenta-se como o detentor do saber da prática psiquiátrica e se coloca acima da experiência prática reivindicada por Gullar em seu discurso. Desse modo, a adesão ao ponto de vista do escritor se faz na defesa de um retorno ao dispositivo da psiquiatria no atendimento ao “doente mental” (CRP-23). Retorno esse que ele mesmo se inclui como parte fundamental: “*Não é possível nenhuma discussão séria sobre a assistência ao doente mental que não conte com a participação dos representantes da psiquiatria brasileira*” (CRP-23, grifos nossos). Pois, a

ausência de intervenção da psiquiatria no tratamento do usuário, já que não é mais a predominante nas políticas públicas de saúde mental, resulta num fracasso em virtude dessa mesma exclusão: “O resultado disso é *uma desassistência progressiva ao doente mental* em várias cidades do país” (CRP-21, grifo nosso).

No dia seguinte, o jornal continua a encabeçar a seção *Painel do Leitor* com o tema da reforma, agora a partir do título no plural *Hospitais psiquiátricos*. Isso posto, essa seção também é aberta por uma adesão positiva ao ponto de vista do escritor. As duas primeiras em especial — a quarta e quinta carta respectivamente — mostram-se favorável ao apelo discursivo gerado por Gullar, como é possível observar abaixo:

Carta 4

CRP-24 Hospitais psiquiátricos

CRP-25 “O artigo de Ferreira Gullar de 12/4 (‘Uma lei errada’, **Ilustrada**) merece todas as palmas possíveis. Sou profissional da área de psicologia e também não entendo o porquê da desarticulação do tratamento público de saúde mental. Ele está certo. Os que têm condições internam seus familiares em clínicas particulares. Os que dependem do tratamento público têm seus familiares ‘encaminhados’ para o convívio familiar. E, muitas vezes, estes vão parar nas sarjetas ou nos manicômios judiciários após cometerem crimes.” (CARDOSO, Nina. Psicóloga. Londrina, PR) (HOSPITAIS psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 14 abr. 2009)

Carta 5

CRP-26 “Excelente a crítica de Gullar. Como irmão de esquizofrênico, conheço bem a realidade dos doentes mentais, que muitas vezes necessitam, sim, de internação para que se evitem homicídios e suicídios. O fechamento dos manicômios é um ato de crueldade, principalmente com os pacientes mais humildes.” (SANTOS, Jerson dos. São Paulo, SP) (HOSPITAIS psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 14 abr. 2009)

Na quarta carta (CRP-25), a concordância se dá pelo acento do leitor em dois pontos levantados na coluna: (i) o do deslocamento majoritário da assistência hospitalar dada aos usuários (trazido pela reforma), e (ii) a da associação dos doentes com a periculosidade. Interessante notar que o ponto (ii) é fortalecido pelo (i) em virtude de o *argumento* contrário à proposta da reforma ser trazido mais com um tom de *informação* do que com um de *avaliação* — “Os que têm condições internam seus familiares em clínicas particulares. Os que dependem do tratamento público têm seus familiares ‘encaminhados’ para o convívio familiar” (CRP-25). Porém o ponto de vista da *periculosidade*, trazido por essa e pela quinta carta analisada, é dado ora como uma consequência da falta de assistência, que leva os doentes a ficarem nas ruas, ora como uma potencialidade que advém do próprio doente, como

notamos respectivamente em: “E, muitas vezes, *estes vão parar nas sarjetas ou nos manicômios judiciários após cometerem crimes*” (CRP-25, grifo nosso) e “Como irmão de esquizofrênico, conheço bem a realidade dos doentes mentais, que *muitas vezes necessitam, sim, de internação para que se evitem homicídios e suicídios*” (CRP-26, grifo nosso). Salientamos ainda que a argumentação desses leitores (da quarta e quinta carta) é construída a partir da sua localização no espaço da sua área de atuação ou no da sua experiência de vida: “*Sou profissional da área de psicologia e também não entendo o porquê da desarticulação do tratamento público de saúde mental*” (CRP-25, grifo nosso) e “*Como irmão de esquizofrênico, conheço bem a realidade dos doentes mentais, que muitas vezes necessitam, sim, de internação para que se evitem homicídios e suicídios*” (CRP-26, grifo nosso). Essas últimas formulações enunciativas nos ajudam a observar o movimento argumentativo do texto, pois cada leitor coloca o seu ponto de vista após diretamente se posicionar como um sujeito que fala por meio da sua eventicidade na vida vivida, da sua “empiricidade”. Ou seja, se diz o outro em termos da relação de *um com o outro* ou *do outro com o um*, modificando o campo teórico pela experiência.

Já nas outras duas cartas publicadas nesse dia, nas sexta e sétima, os leitores não aderem completamente ao ponto de vista do escritor. A concordância ou a discordância não se dá obrigatoriamente com todos argumentos citados ou na mesma ordem argumentativa apresentada pelo escritor. Assim, enquanto na carta 6 o desacordo ocorre pela referência negativa que o poeta maranhense faz à lei 10.216 da reforma psiquiátrica (CRP-27), a carta 7 tem como ponto de partida o uso que o autor e as pessoas de maneira geral fazem das nomeações da esfera da psicopatologia, tais como cretinismo e esquizofrenia (CRP-29 e CRP-30). Aliás, acerca dessa última, como já discutimos²⁸², a crítica se faz através do *monitoramento* do emprego das expressões que dizem esse outro pelo colonista.

²⁸² Essa carta já foi analisada na introdução. Cf. da página 45 à 48.

Carta 6

CRP-27 “O Conselho Federal de Psicologia manifesta-se favoravelmente à lei que instituiu um novo modelo de tratamento aos transtornos mentais no Brasil. Muito mais que ‘demagogia’, como escreveu Ferreira Gullar, a lei 10.216/01 representa enorme avanço em relação à política de isolamento que há séculos o Brasil dispensa aos portadores de sofrimento mental.

CRP-28 O movimento de luta antimanicomial que inclui profissionais que atuam diariamente com saúde mental, considera que a loucura pode e deve ter o seu lugar no mundo, que as subjetividades individuais contribuem na construção do todo social e que a aceitação das diferenças, sejam elas quais forem, faz parte do ideal de democracia da nossa sociedade. A luta antimanicomial, fundamentada no oferecimento de direitos de cidadania e de convivência social aos portadores de transtornos mentais, é um desafio epistemológico para as ciências da saúde.” (VERONA, Humberto. Presidente do Conselho Federal de Psicologia. Brasília, DF) (HOSPITAIS psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 14 abr. 2009)

Carta 7

CRP-29 “Curiosamente, o termo cretino - usado por Ferreira Gullar para classificar o proponente da Lei da Reforma Psiquiátrica - é um antigo diagnóstico psiquiátrico que nomeia os portadores de cretinismo, retardo mental causado pelo hipotireoidismo congênito.

CRP-30 Os periódicos nos indicam que também o diagnóstico que Gullar informa ser o de seus filhos — a esquizofrenia — tem sido usado com frequência como xingamento. Esse contrassenso oculto evidencia a natureza obscura do estigma e revela como pode ser escorregadio redigir sobre o campo polêmico que é o dos cuidados públicos nessa área.

CRP-31 Penso que o articulista poderia conhecer um pouco mais sobre os familiares satisfeitos com os espaços de excelência que existem dentro da reforma da saúde mental - sim, eles existem, e tendem a não estar nos serviços particulares.

CRP-32 Sua energia direcionada para a revogação da lei poderia ser mais produtiva se ele viesse a reivindicar a expansão necessária dessa excelência para o maior número de cidadãos brasileiros.” (TÓFOLI, Luís Fernando Tófoli. Doutor em psiquiatria pela Universidade de São Paulo. Fortaleza, CE) (HOSPITAIS psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 14 abr. 2009)

Desse modo, na carta 6, o enunciado “O Conselho Federal de Psicologia *manifesta-se favoravelmente à lei que instituiu um novo modelo de tratamento aos transtornos mentais no Brasil*” (CRP-27, grifo nosso) traz um ponto de vista contrário ao do escritor maranhense de forma explícita por meio da expressão *manifesta-se favoravelmente*. Na defesa do seu ponto de vista, ele nomina a lei e o modelo manicomial de forma diversa, a saber, *novo modelo de tratamento aos transtornos mentais no Brasil e política de isolamento* (CRP-27). Como sabemos, o ato de nominar aponta para a dimensão da heterogeneidade constitutiva do sujeito. O leitor da coluna, cuja voz é genericamente representada pelo órgão citado, oferece uma posição interessante, porque além da sua posição de sujeito, pessoal, mostra-se como *além da posição de alguém que sabe* — o que nos aproxima do *discurso do especialista*. Em outras palavras, o leitor, como presidente do Conselho Federal de Psicologia, apresenta seu ponto de vista na *posição de agente do conhecimento*. Assim, ele tenta “pacificar” a discussão e as

críticas feitas à reforma e, como o detentor da voz da instituição, constrói sua argumentação por meio de explicações que envolvem (i) a comparação entre as duas situações históricas no Brasil, a saber antes e depois da reforma, (ii) o movimento antimanicomial e (iii) as suas causas ideológicas:

- (i) “Muito mais que ‘demagogia’, como escreveu Ferreira Gullar, *a lei 10.216/01 representa enorme avanço em relação à política de isolamento* que há séculos o Brasil dispensa aos portadores de sofrimento mental” (CRP-27, grifo nosso).
- (ii) “*O movimento de luta antimanicomial que inclui profissionais que atuam diariamente com saúde mental, considera que [...]. A luta antimanicomial [...] é um desafio epistemológico para as ciências da saúde*” (CRP-28, grifos nossos).
- (iii) “*O movimento de luta antimanicomial [...] considera que a loucura pode e deve ter o seu lugar no mundo, que as subjetividades individuais contribuem na construção do todo social e que a aceitação das diferenças, sejam elas quais forem, faz parte do ideal de democracia da nossa sociedade. A luta antimanicomial, fundamentada no oferecimento de direitos de cidadania e de convivência social aos portadores de transtornos mentais, é um desafio [...]*” (CRP-28, grifos nossos).

Assim, o Presidente do Conselho Federal de Psicologia de Brasília faz uma representação positiva da *lei*, da *reforma*, do *tratamento da “doença mental”*, da própria *doença e loucura*. Ademais, ao usar o nome do órgão — que já surge no tópico do seu texto —, o autor representa a si mesmo para o outro, a saber, para (i) Gullar, (ii) os autores das outras cartas e (iii) os leitores dos jornais; e, também, representa (iv) o próprio nome do Conselho no texto da carta. Contudo é preciso apontar aqui uma ressalva. Pois, mesmo que o presidente do conselho ocupe o espaço de *agente* e se coloque como *o porta-voz do discurso do conselho*, não há garantia de adesão ao seu ponto de vista *tão somente* porque se coloca como o detentor do saber e representante de uma instituição social. Embora o que pontuamos possa não parecer importante à primeira vista, essa ressalva vai de encontro ao tal declínio dos *masters signifiers*²⁸³ que Zizek aborda (1998b apud RANDALL, 2014), a partir de Lacan (1969-1970 apud LABERGE, 2015)²⁸⁴, o qual vem, inclusive, aproximar-se do que Giddens (1991) afirma a respeito da profunda reflexividade do conhecimento na modernidade. Como

²⁸³ *Significantes ou discursos mestres* (tradução nossa).

²⁸⁴ Em *O avesso da psicanálise*, seminário de 1969-1970, encontramos os comentários de Lacan sobre os modos de produção da verdade, os quais variam conforme as épocas e os campos dos discursos. Nesse período, o psicanalista francês elabora a montagem de seus quatro discursos (mais um) — o do mestre, o da universidade, o da histórica, o do analista e, depois, o do capitalista — conforme discute Laberge (2015).

já estamos discutindo desde a introdução²⁸⁵, a instabilidade das práticas sociais do mundo também nos leva a indagar sobre uma suposta estabilidade do saber-fazer científico. Os homens deixam de se identificar por uma polarização. Ou seja, não há mais rígidas polarizações, mas experiências que se manifestam nas diversas esferas, tais como: mídia, educação, justiça, saúde social, capitalismo, cotidiano. E Giddens (1991) teoriza muito bem sobre essas questões, embora se situe majoritariamente no ponto de vista histórico do desenvolvimento dos estados modernos.

Desse modo, com a quebra das tradições ocorrida no início da modernidade, as *relações e práticas sociais* — e acrescentamos aqui também as *discursivas* — passaram a ser desestabilizadas. Em outras palavras, passamos a ter uma profunda pulverização de pontos de vista, a qual pensamos estar relacionada ou em confluência com o declínio dos *masters signifiers*. Segundo Zizek (1998b apud RANDALL, 2014), esses significantes — tais como o da *lei*, o da *universidade*, o do *histórico* e o do *analista* — deixaram o campo aberto e as pessoas tendem a escolher com quem elas concordam da mesma forma que escolhem as notícias que querem ler. Na configuração atual chamada de *pós-edípica* por Zizek (1998b apud RANDALL, 2014), findam as grandes narrativas que sustentam a democracia liberal, o capitalismo e o socialismo, uma vez que os significantes que as ergueram foram modelos políticos que as pessoas estavam acostumadas a se guiar ou a seguir. Hoje os significantes desses discursos não “reinem” mais como antes por não possuírem a habilidade de vincular, ao campo de significação que trazia, definições de ciência, casamento, relações sexuais, gênero, dentre outras. Então, esse mesmo colapso ocasionou um declínio na confiança do público em políticos e figuras públicas. E, com isso, uma pluralidade de grupos e organizações empresariais espalharam-se para preencher esse *vacuum*. Vem crescendo agora, portanto, o papel dos comitês de ética, dos tecnocratas administrativos, dos empresariais e dos *experts* — especialistas do corpo, da saúde, das finanças; enfim, todos oferecendo serviços e respostas para nos ajudar a “navegar” numa caótica e confusa ordem de opções que aparentam estar numa visibilidade e disponibilidade à mercê das nossas escolhas. É diante desse debate e do que afirmam os autores supracitados que a voz do autor da carta (do Presidente do Conselho Federal de Psicologia de Brasília), como a do *especialista*, permanece como *uma só voz* no debate e não como *a voz* que daria um acabamento à discussão. Tanto o é que a polêmica não cessa. Ao contrário, continua a ser levantada e a discussão instigada nas cartas que vão sendo publicadas.

²⁸⁵ Cf. da página 43 à 45.

Voltando às cartas, notamos que, também nesse mesmo dia, a *Folha de S. Paulo* (*on-line*) publica duas outras no seu portal, as quais não aparecem no veículo impresso. Enquanto a carta 8 adere ao ponto de vista de Gullar, a 9 refuta-o com veemência. É interessante apontar que, na primeira, a concordância é precedida por uma *correção*: (i) “*Apenas tem um erro do Ferreira Gullar, pois o PL do Paulo Delgado foi rejeitado por 23 votos a 4 no Senado*” (CRP-34, grifo nosso); e por uma *informação*: (ii) “*Apenas para informá-lo, o coordenador de saúde mental do MS que está lá há dez anos é Pedro Gabriel Delgado, irmão do então deputado*” (*idem*). O emprego do *apenas* faz referência à intenção do autor: em busca de não deixar de se filiar ao ponto de vista de Gullar, o advérbio conduz o leitor a ler a exposição dos dados numéricos — o número de votos rejeitados — e situacionais — quem ocupa a coordenação do Ministério da Saúde — sem modificar a sua orientação avaliativa. Ou, ainda, os enunciados funcionam mais como *uma correção* e *um complemento informacional* da coluna que como uma contraposição ao que é exposto pelo escritor maranhense.

Carta 8

CRP-33 Saúde mental

CRP-34 “Excelente o artigo ‘Uma lei errada’ (Ilustrada, 12/4), provavelmente o mais importante desde a promulgação da lei 10.216 no Brasil. Apenas tem um erro do Ferreira Gullar, pois o PL do Paulo Delgado foi rejeitado por 23 votos a 4 no Senado. Portanto, não tem ‘Lei Paulo Delgado’, temos portarias do MS, que implantaram todo o viés do PL rejeitado, em detrimento do cumprimento da lei 10.216. Apenas para informá-lo, o coordenador de saúde mental do MS que está lá há dez anos é Pedro Gabriel Delgado, irmão do então deputado. Infelizmente, de 120 mil leitos públicos, temos apenas cerca de 38 mil. Em compensação, mais do que duplicaram os leitos privados. Uma triste realidade. A dessassistência [sic]²⁸⁶ em saúde mental reina no país.” (SILVA, Antônio Geraldo da. Presidente da Associação Psiquiátrica de Brasília (Brasília, DF) (SAÚDE mental, IR, estradas, cotas, Congresso, deputados. *Folha de S. Paulo* (da *Folha on-line*), São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 14 abr. 2009, às 2h30)

Já na carta que se segue, o movimento retórico é de confronto com o texto de Gullar. Além das diversas oposições que enumera, é importante para a nossa análise o uso que o autor faz de *doentes psiquiátricos*, expressão, até então, pouco usual. O enunciado sublinhado no excerto CRP-35 abaixo aponta para um uso em que se circunscreve os doentes (ditos mentais) às práticas discursivas da psiquiatria, o que poderia ser um indicador do ponto de vista do autor como solidário à crítica da reforma feita por Gullar. Todavia isso não é o que ocorre na carta, pois ela já começa com uma avaliação explícita, como observamos a seguir:

²⁸⁶ O *sic* se deve porque seria a *falta de assistência*.

Carta 9

CRP-35 “O artigo ‘Uma lei errada’, de Ferreira Gullar, é uma ofensa a centenas de profissionais, pacientes e militantes dos direitos humanos e da saúde mental. É perfeitamente justo discordar da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica. O que é inconcebível é uma argumentação raivosa, vulgar, passional e totalmente destituída de embasamento. O poeta parece desconhecer toda a história de discussões, ações, projetos e políticas que tentam reverter o triste quadro de abandono e crueldade do encarceramento, propondo novas alternativas para os doentes psiquiátricos. Ele fala como se tudo tivesse surgido ‘do nada’, apenas de uma vontade superficial de ‘rebelião contra a ordem social’ (onde é feita uma contextualização esdrúxula do período de ‘uso intensivo de drogas’). Não cita os Caps (Centro de Atenção Psicossocial), as muitas pessoas que são beneficiadas pelas atividades destes lugares (cooperativas, atividades artísticas, participação de todos como sujeitos do processo). Mostra total desconhecimento da reforma, pois ignora a existência das residências terapêuticas (além de outros casos onde o paciente não necessariamente continuaria em casa), o acompanhamento das famílias além de outros tópicos destas transformações.” (SOTOMAIOR, Gabriel de Barcelos. Campinas, SP) (SAÚDE mental, IR, estradas, cotas, Congresso, deputados. *Folha de S. Paulo* (da *Folha on-line*), São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 14 abr. 2009, às 2h30)

Esse texto nos faz pensar numa dificuldade ainda maior de apreender os efeitos de sentido construídos e a representação do ponto de vista. Pois o *inconsciente*, a *alteridade* e o *interdiscurso* estão sempre em jogo. E, desse modo, não poderíamos reduzir o emprego de *doentes psiquiátricos* supracitado a uma solidariedade *in strictu sensu* com a esfera da psiquiatria. Pensamos que esse não seria um caminho analítico adequado, tendo em vista que o ponto de vista é dinâmico e não é representado necessariamente num mesmo ou único direcionamento valorativo. Porém, de forma diferente, poderíamos nos apoiar nas redes de memória que constituíram os usos das palavras *doença mental* e *loucura* e, assim, afirmar que *doentes psiquiátricos* remete a um deslizamento de sentidos que caracteriza a presença transversal que o legado discursivo da psiquiatria deixou (e ainda deixa) no discurso da saúde mental. Essa impressão, mesmo não parecendo ser notória, nos permite pensar (i) nessas vozes outras que constituem o texto, (ii) nos limites — bem mais ausentes que presentes — entre as heterogeneidades mostrada e constitutiva nos empregos que fazemos das palavras e (iii) na construção do ponto de vista a partir do entrelaçamento de discursos e memórias que são descontínuas, cheias de falhas, pluralidades e contradições que tornam possível a produção do discurso em vieses distintos que podem ser solidários. Em outras palavras, a adesão favorável à lei que promulga a reforma e a oposição à crítica feita por Gullar não podem traduzir um ponto de vista que necessariamente se oponha às práticas da psiquiatria, ou mesmo o contrário. Assim sendo, um mesmo enunciado pode abrigar diferentes relações valorativas, algumas remanescentes, que foram engendradas pelo fluxo da interação dialógica,

uma vez que é nela que os dizeres vão tocando nos fios enunciativos de outras produções discursivas. Ora, como afirma Bakhtin (2003a [1970-1971], p. 382),

o sentido é potencialmente infinito, mas pode atualizar-se somente em contato com outro sentido (do outro), ainda que seja com uma pergunta do discurso interior do sujeito da compreensão. *Ele deve sempre contatar com outro sentido para revelar os novos elementos da sua perenidade* (como a palavra revela os seus significados somente no contexto). *Um sentido atual não pertence a um (só) sentido mas tão-somente a dois sentidos que se encontraram e se contactaram. Não pode haver “sentido em si” – ele só existe para outro sentido, isto é, só existe com ele.* Não pode haver um sentido único (um). Por isso não pode haver o primeiro nem o último sentido, ele está sempre situado entre os sentidos, é um elo na cadeia dos sentidos, a única que pode existir realmente em sua totalidade. Na vida histórica essa cadeia cresce infinitamente e por isso cada elo seu isolado se renova mais e mais, como que torna a nascer (grifos nossos).

Portanto, os sentidos para serem construídos necessitam de outros sentidos, construídos anteriormente, representados por outros já-ditos. Em outras palavras, no discurso surgem novos sentidos que permitem representar os sujeitos e os objetos — tais como o dito doente mental, as supostas doença e loucura — a partir de outras formulações enunciativas ou, ainda, de diferentes significantes. Esses últimos podem apontar para como o saber de cada sujeito emerge nos deslizamentos de sentidos do que diz e com quais relações discursivas está familiarizado. Então, os pontos de vista não se constroem numa obrigatória polarização e estandardização. Pelo contrário: em um mesmo posicionamento, um determinado assunto não é caracterizado “homogeneamente” a partir de um só valor, ou seja, em um ponto de vista podemos nos deparar com diferentes noções que não são objetivas e estáticas sobre os objetos, visto que a realidade é múltipla, e nem sempre reconhecidas pelos sujeitos.

Tal discussão nos permite ir em direção ao dia seguinte a fim de fazer um pequeno mapeamento que estabeleça relações entre as nomeações empregadas e os pontos de vista defendidos. Assim como as cartas publicadas na *Folha de S. Paulo* (impresa), as do 15 de abril de 2009 que abrem o *Painel do Leitor* permanecem com o título *Hospitais Psiquiátricos*²⁸⁷. Há as que apresentam ressalvas positivas (cartas 10, 13 e 14), negativas (carta 12) e positivas-negativas (carta 11). A primeira e a última do dia, que abre e fecha essa seção, se assemelham às que aderem ao ponto de vista de Gullar:

Carta 10

CRP-36 Hospitais psiquiátricos

²⁸⁷ No entanto, nas cartas 8 e 9 publicadas na *Folha de S. Paulo on-line*, o título dessa discussão é modificado para *Saúde mental* (CRP-33).

CRP-37 “A sobriedade de Ferreira Gullar em sua coluna é rara nos jornais (“Uma lei errada”, Ilustrada, 12/4). Os hospitais-dia e os Caps (Centros de Atenção Psicossocial) têm sua função e devem atender a pacientes psiquiátricos cuja patologia permita parte da jornada em suas próprias casas, contudo o fechamento indiscriminado de leitos psiquiátricos na rede pública impede a abordagem de pacientes nos quais a ação médica deve ser incisiva.”

CRP-38 A internação prolongada é prescindível com as medicações de que dispomos atualmente. A classe média merece refletir sobre a questão psiquiátrica sem vieses políticos e de classe.” (ARAÚJO, Luís Fernando de. Psiquiatra. São Paulo, SP) (HOSPITAIS psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 15 abr. 2009)

Carta 11

CRP-39 “Como pai, a dor expressada por Ferreira Gullar merece todo o respeito. Mas, como pessoa pública, ele faz exatamente aquilo que crítica em seu artigo: adere sem refletir e examinar detidamente o problema que apresenta. Sua opinião carece de fundamentos científico e empírico sobre as formas de atenção a peessoas com sofrimento mental e sobre as políticas públicas nessa área. O autor desconhece a história dos movimentos pela extinção dos manicômios e pela reforma psiquiátrica brasileira, que defendem a internação, quando necessária, em serviços preocupados com reabilitação (hospitais gerais, entre outros), ao contrário das instituições asilares, que cronificam sofrimentos e intensificam a segregação. Os problemas que vimos enfrentando, como ele menciona, e que tanto nos afligem são efeitos de um conjunto muito mais complexo de fatores do que de uma lei que nem sequer foi aprovada na íntegra.” (SCARCELLI, Ianni Regia. Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, membro da Associação Brasileira de Saúde Mental – Abrasme. São Paulo, SP) (HOSPITAIS psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 15 abr. 2009)

Carta 12

CRP-40 “O artigo de Ferreira Gullar equivoca-se ao qualificar de ‘errada’ a lei 10.216/01, marco da reforma psiquiátrica no Brasil. Ao contrário de equivocar-se, a lei acerta em cheio ao introduzir um novo olhar sobre a loucura. Um olhar humanizado, que concebe o sujeito portador de sofrimento mental não mais como mero objeto de tutela, mas como sujeito de direitos. É o conceito de cidadania introduzido à loucura.”

CRP-41 Diferentemente do que foi dito, a lei não acaba com as internações psiquiátricas, mas as regulamenta. Em vez de ser tida como a principal alternativa terapêutica, a internação psiquiátrica passa a ser o derradeiro recurso, usado quando outras terapias ambulatoriais se mostrarem ineficazes. Ao repudiar as instituições totais como o principal tratamento da loucura, a lei agrega à sociedade o portador de sofrimento mental, possibilitando o exercício das diferenças na vida social, justamente o que se espera de um Estado democrático de Direito.” (MAGLIO, Maria Fernanda dos Santos Elias. Defensora pública. São Paulo, SP) (HOSPITAIS psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 15 abr. 2009)

Carta 13

CRP-42 “Expresso aqui minha concordância em relação ao artigo de Ferreira Gullar. Sou pai de um jovem de 21 anos que vem de um surto psicótico, diagnosticado como esquizofrenia, e, por total incapacidade de controle e de ação, me vi obrigado a interná-lo. Não o fiz por recreação nem para me livrar do ‘problema’. Não foi essa minha intensão. Querida tão-somente tratá-lo -e, por que não dizer?, me tratar, pois desconhecia até aquele momento o que era. Se a estrutura pública inexistente - bem o sei, ainda que tenha tido num primeiro momento o atendimento do Samu e do Pínel -, como disse Gullar, a ausência de serviços

públicos dignos para atender uma população estimada em 800 mil pessoas merece ser considerada pelo poder público, e não ser objeto da ganância e da especulação de ‘clínicas para tratamento de louco.’” (SOUZA, Luiz Antônio de. Rio de Janeiro, RJ) (HOSPITAIS psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painei do Leitor, Cartas, 15 abr. 2009)

Carta 14

CRP-43 “Perfeito o texto de Gullar. Mostra conhecimento de causa. Já o admirava como poeta e admiro-o por sua lucidez. Sou psiquiatra de hospital público e, de dentro do ‘problema’, me senti representada por ele. Vivemos um tempo em que o ‘sucesso’ do tratamento é auferido pela brevidade da permanência do paciente no hospital, e não pela eficácia duradoura dos resultados.” (RAHMÉ, Margareth. Psiquiatra. São Paulo, SP) (HOSPITAIS psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painei do Leitor, Cartas, 15 abr. 2009)

Primeiro, observamos que os discursos a favor e contra o que expõe Gullar em sua coluna continuam a desenvolver ativa e axiologicamente a situação em comum compartilhada: ora a defesa da lei 10.216 e da reforma psiquiátrica, ora a condenação sobre o fracasso do movimento. Segundo, comparando o movimento global dessas cartas, verificamos que elas estabelecem para o nosso trabalho um *continuum* (ou uma “gradação”) entre pontos de vista. Inclusive, no tocante ao ponto de vista, notamos que os autores já o representam no início de cada carta e por meio da avaliação que fazem do texto de Gullar. Valores como *sobriedade, respeito e lucidez*; a ação de *aderir sem refletir*, o acordo (*concordância*) e o desacordo (*equivoca-se*) são apresentados em comparação com o texto do poeta e já encaminha o leitor para o ponto de vista que está sendo representado (cf. o quadro 01 a seguir). Assim como a representação de um discurso outro não é de fácil apreensão para o leitor, o movimento enunciativo para defender um ponto de vista e representá-lo ao longo do texto também não o é. François (2012a, p. 7) nos esclarece o porquê disso:

Il n’y a pas de représentation qui ne dessine pas un champ hétérogène et qui, en même temps, ne soit pas source potentielle d’un mouvement d’intérêt, d’excitation, d’amusement, d’exaspération ou de lassitude. Ces ressentis étant porteurs de « valeurs », certes propres à tel individu ou tel groupe, souvent difficiles à expliciter, mais qui nous font sortir de l’image d’une représentation qui ne serait que « connaissance » de l’objet considéré. Seulement cette composante de mise en mouvement peut être fugace, avec toujours la possibilité qu’une seconde lecture ou la lecture d’un tiers rappelle qu’une autre accentuation est possible. De toute façon, « point de vue » n’est pas un concept strict, mais une notion par nature incertaine²⁸⁸.

²⁸⁸ “Não há representação que não desenhe um campo heterogêneo e que, ao mesmo tempo, não seja fonte potencial de um movimento de interesse, excitação, divertimento, desespero ou cansaço. Essas sensações são portadoras de “valores”, algumas próprias a tais indivíduos ou tais grupos, frequentemente difíceis de explicar, mas que nos distanciam da imagem de uma representação que seria apenas “conhecimento” do objeto considerado. Somente este componente colocado em movimento pode ser fugaz com a possibilidade que uma segunda leitura ou a leitura de um terceiro lembre que uma outra acentuação é possível. De toda maneira, “ponto

Desse modo, ao invés de dizer um *objeto em uma dita verdade absoluta*, lidamos com uma multiplicidade de pontos de vista. E essa multiplicidade é representada por um movimento que o autor caracteriza como *potencial*. Essa potencialidade é processo e efeito das nossas palavras, dos nossos discursos falados, mas também daqueles que ainda não foram pronunciados, os quais não têm relação apenas com o objeto X que é considerado no discurso. Pois o ponto de vista se situa numa relação *mais ampla que a situada* com esse mesmo objeto: o dialogismo se estabelece além da compreensão do objeto X no *aqui e agora* — embora esse aqui e agora sejam fundamentais. Além de envolver os dizeres de alguém sobre esse objeto (as memórias sociais e discursivas), os dizeres de um sujeito específico ao qual me dirijo (Gullar, outros leitores, o público do jornal, por exemplo) e as possibilidades de outros dizeres, é importante mencionar outro aspecto quanto à determinação do ponto de vista. Se, como expomos no início desse parágrafo, “ao invés de dizer um *objeto em uma dita verdade absoluta*, lidamos com uma multiplicidade de pontos de vista”, é porque nos estudos dessa noção é fundamental considerar a *pretensão de uma verdade dita absoluta* que parece se distanciar da exposição dialogal de um posicionamento. Parece que, ao falarmos em ponto de vista, as vozes que escutamos são a da parcialidade, a da subjetividade e a das emoções. E é por isso que no não dizer uma objetividade do objeto ou por não pretendê-la — pois seria impossível —, essa noção parece se afastar do “legítimo” e do “mais certo” e permanece nas fronteiras de que, sendo um posicionamento, nada mais é que um embate e impasse discursivo. Vale lembrar que Bakhtin (2003b [1959-1961], p. 329) há muito já antecipava essa discussão quando dizia que “todo enunciado pretende a justiça, a veracidade, a beleza e a verdade [...]. Esses valores dos enunciados também não são determinados por sua relação com a língua (como sistema puramente linguístico), mas por diferentes formas de relação com a realidade, com o sujeito falante e com outros (alheios) enunciados”. No entanto, é dessa maneira que o ponto de vista é muitas vezes percebido pelos enunciadorees na comunicação: como o mais correta, o mais verdadeira, o mais justo.

Isso posto, gostaríamos de apontar ainda uma outra característica quanto a essa noção, a qual já foi mencionada anteriormente, a saber, a *contingencialidade* do posicionamento. Em outras palavras, o ponto de vista funciona também numa relação de indeterminação. Logo, a adesão ou refutação a um determinado valor não se dá por um rigor ou uma lógica de causalidade-consequência. É por isso que nos embates dialógicos do início de cada carta o jogo discursivo é ora de adesão, ora de refutação, mas também de adesão-refutação, ou seja,

de vista” não é um conceito estrito, mas uma noção por natureza incerta” (FRANÇOIS, 2012a, p. 7).

de adesão a certos argumentos e refutação de outros. E isso vai se realizando através da apreensão da palavra de Ferreira Gullar, colocada em patamares diversos de recepção (cf. o quadro 01).

Quadro 01 – Representação do ponto de vista das cartas 10, 11, 12, 13 e 14

<i>Cartas</i>	<i>Representação do ponto de vista do autor da carta</i>
<i>Carta 10</i>	CRP-37 “A <u>sobriedade</u> de Ferreira Gullar em sua coluna é rara nos jornais”.
<i>Carta 11</i>	CRP-39 “ <u>Como pai</u> , a dor expressada por Ferreira Gullar merece todo o <u>respeito</u> . Mas, <u>como pessoa pública</u> , ele faz exatamente aquilo que crítica em seu artigo: <u>adere sem refletir e examinar</u> detidamente o problema que apresenta”.
<i>Carta 12</i>	CRP-40 “O artigo de Ferreira Gullar <u>equivoca-se</u> ao qualificar de ‘errada’ a lei 10.216/01, marco da reforma psiquiátrica no Brasil. Ao contrário de equivocar-se, a lei acerta em cheio ao introduzir um novo olhar sobre a loucura.”
<i>Carta 13</i>	CRP-37 “Expresso aqui minha <u>concordância</u> em relação ao artigo de Ferreira Gullar”.
<i>Carta 14</i>	CRP-38 “ <u>Perfeito</u> o texto de Gullar. Mostra conhecimento de causa. Já o admirava como poeta e admiro-o por sua <u>lucidez</u> ”.

Então, ao fazer referência ao texto da coluna, o autor de cada carta se posiciona sobre o texto, o autor dele e os objetos discutidos na coluna. E os pontos de vista de cada um se justificam dentro dos limites da argumentação defendida. Pois, lidamos com horizontes sociais diversos, particulares de cada autor, embora exista uma situação em comum que eles partilhem (a coluna *Uma lei errada* de Ferreira Gullar). Portanto, falar ou considerar um ponto de vista como legítimo e “verdadeiro” como critério de aceitabilidade ou respeitabilidade é não só dispor as peças para que uma única representação seja ou aceita ou refutada num movimento polarizador sem meio termos, mas continuar a alimentar determinadas estruturas que se mantêm sob a égide dos jogos de poder. Pois, como disse Montagna (s/d, p. 51), falando do campo de estudo da psicanálise,

Uma verdade é uma contingência que não necessariamente elimina outras possibilidades; a verdade não é um fundamento em si, mas está condicionada a um instrumento e a um ponto de vista, uma imagem do mundo. E isso, a rigor, é uma concepção precursora do pensamento moderno. Dependendo da profundidade com que pescamos nas águas do inconsciente, apanhamos determinado tipo de peixe. Influirá também a isca, pois na mesma profundidade podemos ter diversos peixes de características diversas, mas atraídos por uma ou outra isca (grifos nossos).

Assim, uma verdade não elimina a existência de outras verdades. E isso vale para os pontos de vista. Pois um discurso pode circular ora aderindo parcialmente a um posicionamento, ora o refutando em partes, isto é, quanto a algumas posições assumidas no mesmo *tempo-espaco* pelo outro enunciador (cf. o esquema 04 abaixo). Ao fazer isso, o autor

da carta 11 divide enfaticamente a fala de Gullar — *como pai e como pessoa pública* — para marcar que a adesão e a refutação ao ponto de vista do autor não é invariável. É em virtude dos valores que Gullar defende que o autor da carta demarca o seu ponto de vista²⁸⁹ e o representa em função da pluralidade de planos que o discurso pode tomar. Isso significa dizer que o ponto de vista pode ser elaborado a partir de planos axiológicos divergentes que, mesmo sendo “independentes”, são articuláveis e solidários. Assim, na carta 11, na qual nos detemos agora, a relação do autor com o escritor da coluna se dá de forma passional: “*Como pai, a dor expressada por Ferreira Gullar merece todo o respeito. Mas, como pessoa pública, ele faz exatamente aquilo que crítica em seu artigo: adere sem refletir e examinar detidamente o problema que apresenta*” (CRP-39, grifo nosso). Determinamos, então, que o ponto de vista se dá de forma relacional e pode ser assumido heterogeneamente pelo mesmo sujeito diante do mesmo objeto do discurso e do escritor.

Esquema 04 – Posicionamento das cartas 10, 11, 12, 13 e 14 quanto à coluna de Gullar

<i>Cartas 10, 13 e 14</i>	<i>Carta 11</i>	<i>Carta 12</i>
<i>Adesão</i>	<i>Adesão-refutação</i>	<i>Refutação</i>

No entanto, será que, *ao concordar em partes* com o poeta, a ressalva introduzida pelo segmento “[...] *mas, como pessoa pública, [...]*” enfraquece a base argumentativa de Gullar? De qualquer maneira, a retomada do discurso de Gullar é feita para jogar com o referente construído pelo escritor sobre si próprio, o qual tenta emocionar o seu leitor com a posição de *pai de filhos esquizofrênicos* que também ocupa. Além disso, nessa mesma carta há dois discursos postos em contraponto, a saber: o dos *movimentos pela extinção dos manicômios* e a *reforma psiquiátrica brasileira*, de um lado, x *as instituições asilares*, de outro. Esses discursos são representados a partir de informações apositivas acrescentadas como definições de cada discurso: “*O autor desconhece a história dos movimentos pela extinção dos manicômios e pela reforma psiquiátrica brasileira, que defendem a internação, quando necessária, em serviços preocupados com reabilitação* (hospitais gerais, entre outros), ao contrário das instituições asilares, *que cronificam sofrimentos e intensificam a segregação*”

²⁸⁹ É interessante notar que isso não é um movimento raro, pois autores de outras cartas também se posicionaram sobre os objetos de discurso levantados pela coluna a partir da demarcação da voz e do discurso de Gullar em planos axiológicos diferentes.

(CRP-39, grifos nossos). Aqui, o debate entre o autor da carta e Gullar deixa de ser negociado e a aceitação da perspectiva *como pai* inicialmente acolhida deixa de ser compartilhada. Logo, o enunciado do escritor da carta representa uma delimitação clara introduzida pelo verbo *desconhecer*. Esse uso define as fronteiras entre os discursos e pontos de vista para que não haja dúvidas sobre o que Gullar percorre: a defesa do escritor maranhense acaba por não se constituir como “portadora” de um “valor” geral que possa falar legitimamente sobre os objetos discursivos os quais tece comentários.

É interessante notar que, embora as cartas 10, 13 e 14 adiram ao ponto de vista global de Gullar contra a reforma, seus autores apresentam maneiras distintas de argumentar a esse respeito: a 10 recorre a um discurso linear evocado pelas palavras *patologia, internação prolongada e medicações* (CRP-37 e CRP-38); a 13 constrói retoricamente a justificativa do ponto de vista do autor — “Queria tão-somente tratá-lo - e, por que não dizer?, me tratar, pois desconhecia até aquele momento o que era” (CRP-42); e a 14 estabelece um contraponto entre a *brevidade da permanência do paciente no hospital x a eficácia duradoura dos resultados* (CRP-43). Em resumo, o que há de comum entre elas não é só a valoração positiva que fazem do ponto de vista assumido pelo escritor maranhense, mas o fato de objeto discursivo da *internação* citado ser acentuado pelo texto que cada um escreve. Na carta 12, inclusive — a única desse grupo que rebate “por completo” o ponto de vista do escritor apontando-lhe de antemão que ele comete um erro na argumentação que realiza —, o acento nesse objeto também é feito a partir da contraposição entre a situação de outrora e a atual, quando o dito doente era um *objeto de tutela* (CRP-40) e quando se torna um *sujeito de direitos* (CRP-40). Decompondo essas nomenclaturas usadas pelo autor em duas partes — *objeto x sujeito, tutela x direitos* —, observamos a representação de discursos que evocam a legalidade. E esta voz deixa de se tornar *subentendida* e implícita pelo emprego de tais nomes para se tornar mais *à mostra* quando evoca-se, ao final da carta, o *Estado democrático de Direito* (CRP-41).

Por fim, apontamos, a seguir (cf. o esquema 05), as nomenclaturas que circularam por esse último agrupamento de cartas analisado.

Esquema 05 – Nomações empregadas nas cartas 10, 11, 12, 13 e 14

<i>Carta 10</i>	<i>Carta 11</i>	<i>Carta 12</i>	<i>Carta 13</i>	<i>Carta 14</i>
CRP-37 <i>pacientes psiquiátricos</i> CRP-37 <i>pacientes</i>	CRP-39 <i>pessoas com sofrimento mental</i>	CRP-40 <i>sujeito portador de sofrimento mental</i> CRP-41 <i>portador de sofrimento mental</i>	CRP-42 <i>'problema'</i> CRP-42 <i>louco</i>	CRP-43 <i>'problema'</i>

Como sabemos, o emprego dessas nomações têm em vista as outras nomações — as usadas por Gullar, pelos autores das cartas e pelos grupos e vozes sociais aos quais se filiam e convocam para elaborar seus textos —, os relatos daqueles cujos posicionamentos compartilham, os daqueles que não aderem ao seu ponto de vista e o público leitor do jornal. Para nós, é interessante notar como cada uso se inter-relaciona ao ponto de vista defendido: nas cartas 10, 13 e 14, os sujeitos usuários do sistema de saúde mental são nominados *pacientes psiquiátricos* (CRP-37) e referido com o termo *'problema'* (CRP-42 e CRP-43) usado por Gullar em sua coluna. O emprego da primeira expressão aponta para a memória interdiscursiva compartilhada: *pacientes psiquiátricos* não só coloca o lugar de pertencimento desses pacientes na esfera psiquiátrica, mas também os direcionam à qualificação de *psiquiátricos* porque é dessa mesma posição que o enunciador parte. Nas cartas 13 e 14, a designação desses sujeitos se dá de maneira geral como *'problema'*. Essa expressão, aspeada porque tirada do texto do escritor, é empregada na coluna em dois momentos: “Certa vez, [um deputado petista] declarou a um jornal que ‘as famílias dos doentes mentais os internavam para se livrarem deles’. E eu, que lidava com o *problema de dois filhos nesse estado* [de doentes mentais], disse a mim mesmo [...]” (CRP-06, grifo nosso) e “Esse tipo de campanha é uma forma de demagogia, como outra qualquer: funda-se em dados falsos ou falsificados e muitas vezes no desconhecimento do *problema* que dizem tentar resolver” (CRP-07, grifo nosso). O *'problema'* não só abarca o dito doente mental (na carta 13), mas também outras questões apontadas pelo escritor em sua coluna e que são retomadas e categorizadas como *'problema'*, tais como a polêmica em torno da internação hospitalar (na carta 14). Lidamos, portanto, com um emprego das aspas que retomam alguns dos objetos discursivos apresentados por Gullar, mas em concordância a ele, ou seja, sem modificar a qualidade do estatuto que ele dá aos objetos que discute. Ao mesmo tempo, nessa concordância, há um jogo que se estabelece com uma “exterioridade” discursiva do *problema* que não se sabe determinadamente — *quais são os problemas? O de ter dois filhos doentes mentais, esquizofrênicos? o da internação?, o dos efeitos trazidos pela reforma psiquiátrica? etc.*).

Essa concordância, ressalvada pelo uso das aspas, apresenta a marcação do discurso e do ponto de vista do autor como um já-dito que está presente no discurso dos autores das cartas. Ora, como havia afirmado Bakhtin (2003b [1959-1961], p. 327), “a palavra usada entre aspas [...] é sentida e empregada como palavra do outro”. Para além disso, como disse Authier-Revuz (2004d [1980], p. 219), o emprego desse sinal tipográfico constitui uma “marca de uma operação metalinguística *local* de distanciamento”, num processo que a autora chama de *autonímia*. Assim, “*problema*” é designada para o outro no discurso num ato de isenção de responsabilidade, numa espécie de “vazio a preencher”. As aspas determinam que *problema* não parece ser a mais adequada, não parece convir (CUNHA, 1999). Contudo aqueles autores das cartas a empregam porque não encontram outra mais adequada e, ao fazer isso, explicitam no discurso a necessidade de apontar criticamente sobre o uso que Gullar e eles próprios fazem desse termo quando nominam os sujeitos doentes mentais.

Quanto às cartas 11 e 12, o uso de *peçoas com sofrimento mental* (CRP-39) e (*sujeito*) *portador de sofrimento mental* (CRP-40 e CRP-41), respectivamente, nos permite refletir também sobre essas diversas maneiras de dizer esse outro. Porque na 11, o emprego é feito por um enunciador que adere e refuta o ponto de vista de Gullar dividido em dois planos divergentes. *Peçoas com sofrimento mental* constrói efeitos de sentidos distintos dos outros usos supracitados, pois nele qualquer um é passível de se encontrar nessa categorização. Ela implica ainda um “estado” e não uma “qualidade da existência”. Essa forma de nominar também difere da feita pela 12: embora a nomeação (*sujeito*) *portador de sofrimento mental* aponte para um sujeito que *porta* alguma coisa em seu corpo — como uma característica possuída por este —, ela foi uma das solicitações de mudanças discursivas preconizadas pelo movimento da reforma. Isso já nos remete ao ponto de vista do autor da carta que o emprega, a saber, a favor da reforma psiquiátrica e contra o posicionamento de Gullar que se opõe ao movimento antimanicomial. É, assim, por meio da análise dessas diversas nomeações que dizem o outro “doente mental” que podemos refletir sobre a existência dinâmica e concreta da língua falada pelos seus falantes e os pontos de vista construídos sobre esse mesmo sujeito.

3.3 Considerações *parciais*

Analisar os sentidos carregados e produzidos pelas palavras empregadas e os discursos que nelas se entrecruzam nos permite colocar o enunciado de cada acontecimento na história social, abarcando o interdiscursivo e o interlocutivo, isto é, colocando em relevo como os

discursos tornam-se espaços de constituição da memória dos acontecimentos, da mídia e das sociedades. Após essas análises, há alguns pontos a se destacar. Contudo, de antemão, esclarecemos que há ainda outras cartas publicadas no dia 15, além das que seguem posteriormente, que também poderiam ser alvos de análise e contribuição para o nosso estudo. Porém, como questão metodológica, elas foram deixadas de lado. Assim, o “apanhado” geral que fazemos dessa discussão contribui, como se bem verá, para as análises feitas nesta tese, as que serão feitas futuramente e para nos auxiliar na sistematização final deste trabalho.

Destacamos que o texto da coluna de Ferreira Gullar parece ser, à primeira vista, detentor de uma ameaça ao prosseguimento do discurso da reforma. Contudo, sob a posição axiológica de protesto que dizia respeito a alguns grupos, a posição posteriormente majoritária do escritor maranhense abriu o debate sobre a temática, cujo público interveio ora em oposição, ora em adesão, ora em oposição-adesão. No entanto, depois, a perseguição não é a respeito da opinião que nutre sobre o movimento e o doente, mas por ocupar em seu discurso a posição do intelectual, do artista que tornou-se o perigo político a outra discursividade. Desse modo, notamos a alusão à *quebra do ritual do discurso*: Ferreira Gullar, como poeta, deveria mostrar-se sensível a causa dos doentes mentais. Como não se apresenta de tal forma, há uma fratura no ritual discursivo. Assim, quais são as expectativas sociais referentes à produção do texto pelo escritor? Há, em algumas cartas, a pressuposição de que o artista vai levantar a bandeira daquele doente na perspectiva adotada pelo acolhimento da diferença — que é a assumida pela reforma — e não pela segregação e exclusão que é a assumida pelo escritor.

Além disso, se o sujeito e as verdades produzidas não são imutáveis, um ponto de vista permite atos como o reconhecimento de equívocos, falhas e desacertos, como na carta 3: “O colunista Ferreira Gullar erra ao igualar a clorpromazina ao Haldol, que, embora tenham a mesma função, são substâncias diferentes. Tal detalhe, porém, não diminui em nada a relevância do tema por ele abordado” (CRP-20). Porque o incerto está a ponto de acontecer, as perspectivas podem também *deslocar* ao longo do discurso, movimento visto na carta 11: “Como pai, a dor expressada por Ferreira Gullar merece todo o respeito. Mas, como pessoa pública, ele faz exatamente aquilo que crítica em seu artigo: adere sem refletir e examinar detidamente o problema que apresenta” (CRP-39).

Por meio das representações dos posicionamentos, dos discursos evocados e das nomações empregadas, as cartas constroem diferentes formas de dizer o sujeito usuário do sistema de saúde mental. Ademais, ao passar *um pente fino* na coluna, notamos a presença da ideia de ordem e *segurança nacional*. Essa noção, tão cara à modernização e ao progresso e

que existe desde o surgimento do conceito de *estado*, leva-nos inevitavelmente à máxima do *bem-estar social*, regido pela lei e pela ciência ²⁹⁰, insinuada, aludida, quando Gullar argumenta a favor do retorno às práticas de internação combatidas pela reforma. Ora, o dito doente mental, “solto” na rua, constitui uma ameaça, um *perigo*, ao tal equilíbrio social. A defesa, sutil ou não, dessa segurança, desse bem-estar, parece permanecer como um ponto de vista monopolizador na atualidade; pois, diante do “elemento” que produz instabilidade, a ótica preponderante é fechá-lo, circundá-lo, cobri-lo, segregando-o e excluindo-o do meio coletivo social.

²⁹⁰ Poderíamos, talvez, pensar se há influências do ponto de vista positivista no discurso de Gullar. De acordo com Costa (1987), o *Positivismo* foi a primeira corrente de pensamento sociológico cujo principal representante foi Auguste Comte (1798-1857). Com a finalidade de explicar cientificamente o homem e a sociedade, essa filosofia social parte da ideia de que reside na razão o poder absoluto para explicar a realidade. Esse método investigativo da sociedade, derivado das ciências físicas, concebia a sociedade como um organismo coeso cujas partes funcionavam a partir de um modelo mecânico. Além disso, acreditava-se numa suposta objetividade dada pelas ciências naturais, as quais explicavam os objetos sociais por meio de leis ditas naturais e por princípios como os de *causalidade x efeito*.

4 A representação discursiva do sujeito pelas vozes sociais: ora louco, ora em surto, ora criminoso

Este capítulo se concentra na segunda questão-problema da pesquisa, a saber: como é representado discursivamente o sujeito ora nominado como *louco*, *doente mental*, em *surto*, com algum *transtorno*, *distúrbio*, *criminoso*? Para tal, a análise é feita a partir do *corpus* do caso *Paula Oliveira*²⁹¹, cuja análise já foi iniciada na introdução; e do *caso da mãe suspeita de matar suas filhas*²⁹², cujo estudo já é trazido no primeiro capítulo. Gostaríamos de destacar que, conforme afirma Bakhtin (2005 [1929/1963]), já sabemos que as palavras circulam de um contexto, uma época, um grupo social e um discurso a outro, numa interação que é sempre viva. Esse é, sobretudo, o funcionamento natural e concreto da atividade linguageira, o qual não é abstraído do dialogismo do qual faz parte. Desse modo, essa questão é importante porque nos leva a compreender os múltiplos sentidos construídos pela circulação das palavras e, assim, como os sujeitos estão se representando discursivamente ao usá-las na mídia.

Antes de passarmos para as análises citadas, vamos nos deter brevemente na leitura destes títulos de notícias e nas primeiras impressões que eles nos trazem:

CCV-01 As defensoras do castelo eram loucas²⁹³
(Folha de S. Paulo, Notícia, 19 fev. 1975)²⁹⁴

CCV-07 No tráfego violento, cena de neurose e arbitrariedade
(Folha de S. Paulo, Notícia, 03 mar. 1982)

CCV-24 Surto desencadeia acesso de violência
(Folha de S. Paulo, Notícia, 07 nov. 1999)

CCV-58 Noivo surta, foge do altar e corre pelado pelas ruas de Bauru (SP)
(Portal Uol, Notícia, 12 dez. 2011, às 11h32)

CCV-65 Os Estados Unidos da América e a paranoia americana
(Portal Terra, Notícia, 28 ago. 2013, às 06h01, atual. 29 ago. 2013, às 21h06)

CCV-105 Especialista diz que transtorno bipolar é a doença que mais causa suicídios

²⁹¹ Relembramos que estamos nos detendo apenas na parte “final” do caso.

²⁹² Escolhemos analisar esse *fait divers* porque ele teve uma certa repercussão na mídia, na medida em que foi alvo de retomada por outros veículos de comunicação. Contudo não podemos deixar de afirmar que existem outros *faits divers* que poderiam ser utilizados nessa análise.

²⁹³ Permanecemos com os grifos originais em negrito dos títulos.

²⁹⁴ As referências completas deste *corpus* encontram-se no anexo E.

(Portal *Terra*, Notícia, 15 set. 2013, às 12h34)

CCV-119 Atirador de Washington se dizia ‘transtornado’ e ouvia vozes após ataque de 11/9

(Portal *Uol*, Notícia, 17 set. 2013, às 08h35)

CCV-136 Confirma oito lugares silenciosos para fugir da loucura diária de SP

(*Folha de S. Paulo*, Matéria, 25 jan. 2015, às 02h00)

A partir desses títulos, podemos apontar algumas observações. Primeiro, que não é de hoje que variadas nomações da esfera psicopatológica circulam na mídia para, por exemplo, representar um sujeito (CCV-01 e CCV-119), um sentimento individual ou “coletivo” (CCV-65 e CCV-136), uma ocasionalidade (CCV-24), uma ação (CCV-58), o desenrolar de um acontecimento (CCV-07), tratar do próprio objeto do discurso (o “metadiscurso”) que representa a “linguagem” dessa mesma esfera (CCV-105) etc. Segundo, que há grande influência das nomações da esfera da psicopatologia nos discursos dos jornalistas e, como notamos no decorrer das análises do *corpus* citado, nos dos leitores. O que é perfeitamente normal, pois, na vida social, as linguagens profissionais circulam. Esses, inclusive, quando ingressam na leitura dos jornais, não só “acessam” um caudal de informação “disponibilizado” pelos veículos de comunicação. Ora, é no tal “acesso” que *aprendem* sobre a informação, desenvolvem formas de *perceber* determinadas atividades, sujeitos, objetos e discursos, *organizam* certas formas de *ação* social, *absorvem valores*, rejeitam outros, *tomam pontos de vista* como seus e, não menos, *assimilam* palavras, os *usos* a elas associados e passam a fazer parte da interação entre a produção da informação, sua “recepção” e suas redes de memória.

Podemos ainda expor uma terceira consideração a partir daqueles títulos. Na nossa opinião, parece-nos que há situações, questões, acontecimentos que, qual seja a época em que se situem, eles se encontram em um *entremeio*, entre uma *luz* e uma *penumbra*, num *deslizamento* entre sentidos do que se convém chamar de *racional* x *irracional*, numa necessidade — aberta pelo furor da sua causalidade — de serem falados, *discursivizados* e *mediatizados*. Esses tipos de acontecimentos — que parecem ser indefinidos para um conjunto de pessoas que acredita numa *isotopia* entre uma tal “verdade” dos “fatos”, das “coisas”, e aquela do “espírito”, dos “seres”²⁹⁵ — constituem os famosos *faits divers*. Embora, de maneira geral, se convém apontar que essa expressão francesa caracteriza aqueles

²⁹⁵ Parece-nos que tais pressupostos ainda regem uma “metafísica ocidental do discurso da razão” (FONTANA, 1977, p. 292), isto é, a racionalidade do pensamento ocidental atual.

acontecimentos tidos como “sensacionalistas” que são veiculados na mídia, é necessário ainda apresentar algumas explicações sobre essa noção.

De acordo com Barthes (2003b [1962]), o crime, o escândalo, a polêmica, o inexplicável são elementos que constituem basicamente os *faits divers*. De caráter negativo, constituem um conjunto de notícias que o autor caracteriza como “desorganizadas”; pois esse tipo de acontecimento, que o semiólogo classifica sob o nome de *sucesso* ou *fait divers* — geralmente agrupado sob o substantivo *vários* ou sob o adjetivo *variado* —, é da ordem do “inclassificável”, da informação “monstruosa”, assemelhando-se a todos os acontecimentos que carregam o tom de excepcionalidade ou insignificância, os quais só começam a existir ali “donde *el mundo deja de ser nombrado*, sometido a un catálogo conocido (política, economía, guerras, espetáculos, ciencias etc.)”²⁹⁶ (ibidem, p. 259, grifo nosso).

Ainda para o escritor, o *fait divers* também se define como aquele conteúdo que encerra em si “todo” o saber, o qual não é preciso saber “nada” do mundo para consumi-lo, pois tal acontecimento não remete “formalmente” a nada fora dele mesmo. O autor traz essa afirmação porque esse tipo de acontecimento engloba *desastres*, *assassinatos*, *raptos*, *agressões*, *acidentes*, *roubos*, *extravagâncias*, enfim, conteúdos que remetem ao homem e a sua história, a sua alienação, a seus fantasmas, sonhos e temores. Assim, Barthes (2003b [1962]) continua a defender seu ponto de vista de que as circunstâncias, as causas, o passado, o desenlace, a duração e o contexto do *fait divers* são imediatos, “totais”, que não fazem referência, ao menos “formalmente”, a nada implícito²⁹⁷; assemelhando-se com a estrutura da novela curta e do conto. A imanência é, desse modo, o que define, para o semiólogo, o sucesso desse tipo de notícia.

Embora essa caracterização nos ofereça pistas sobre o funcionamento do *fait divers*, concordamos em parte com essa definição. Pois, ao assinalar a estrutura do *sucesso* como aquele acontecimento (i) que não exige um conhecimento de mundo “externo”, (ii) com uma estrutura imanente, (iii) não “trazendo” muitos implícitos, (iv) exigindo do leitor uma memória curta — embora o *fait divers* possa se desenvolver por mais alguns dias —, e (v) se caracterizando por um acontecimento “total”²⁹⁸, conforme a perspectiva que assumimos sobre

²⁹⁶ “Onde *o mundo deixa de ser nomeado* e submetido a uma ordem, a um “catálogo” conhecido — política, economia, guerras, espetáculos, ciências etc. (BARTHES, 2003b [1962], p. 259, tradução nossa, grifo nosso).

²⁹⁷ Barthes (2003b [1962]) aponta esse traço ao comparar os *faits divers* com os “fatos” políticos, os quais requerem do leitor um maior conhecimento de mundo.

²⁹⁸ Também não podemos deixar de dizer que essa caracterização, mais particular ao ponto de vista estruturalista, tem uma importante funcionalidade, já que cumpre, para nós, com o “objetivo” de fazer uma descrição do gênero.

a linguagem, não nos é possível afirmar que alguém possa *falar de* algo numa totalidade e exaustividade. Ora, o que é enunciado é sempre único, concreto, *inacabado* — porque aberto a um porvir —, memorial, dotado de um já-dito. Mesmo que, ao escrever sobre um acontecimento tente-se a sua “totalidade”, há uma *abertura* sempre presente. A verbalização “total” é impossível não só porque nos inserimos no grande diálogo da vida vivida que é incompleto e que a cada instante se constitui, como afirma Bakhtin (1993 [1919/1921]); mas também porque nosso discurso se depara com o que está *fora das palavras* — retomando aqui a expressão de Forbes (2009) —, isto é, com as (im)possibilidades que estão para além do que podemos nominar.

Ora, “para viver preciso ser *inacabado*, aberto para mim”, diz Bakhtin (2003c [1924b], p. 11, grifo nosso). A minha vida, como “a existência que abarca no tempo as existências dos outros” (BAKHTIN, 2003c [1924b], p. 96), contempla os acontecimentos a partir de um “colorido axiológico” (idem), dos tons volitivo-emocionais que, por sua vez, só me são possíveis porque *eu existo em relação a um outro*. É, assim, no encontro com esse outro que a minha vida ganha sentidos e um peso valorativo. Percebo, então, a minha vida de forma diferente da vida do outro; logo, o enredo que construo da vida desse outro é apenas *uma condição de possibilidade* de englobá-lo, justificá-lo, concluí-lo. O nascimento, a permanência e a morte desse outro — acontecimentos que Bakhtin caracteriza como os mais importantes elementos da literatura universal (BAKHTIN, 2003c [1924b], p. 96) — só me são possíveis de apreender numa *parcialidade* ativa que pode ter um acabamento distinto para os sujeitos mais diversos.

Portanto, do nosso lugar único, como participantes reais no Ser-evento (BAKHTIN, 1993 [1919/1921]), somos capazes de elaborar apenas relatos, construções, histórias, *parciais*. Pois, é a partir da posição espaço-temporal em que me encontro que me dirijo ao outro, enformo suas ações, atribuo detalhes ao acontecido. O meu ponto de vista não necessariamente “direciona” a minha interpretação, mas a *determina*, constituindo e atribuindo sentidos aos acontecimentos externos ou não da minha vida. O caráter *ininterrupto* desses acontecimentos só chega ao fim com a iminência da morte — a ausência de vida para mim porque essa mesma ausência é um acontecimento na vida do outro —, tema que também é trazido por numerosos filósofos, tais como por Nietzsche (2003 [1874], p. 8-9): “[...] se a morte traz por fim o ansiado esquecer, então ela extingue ao mesmo tempo o presente e a existência, imprimindo, com isto, o selo sobre aquele conhecimento de que a *existência é apenas um ininterrupto ter sido* [...]” (grifo nosso). Assim, do nascimento à morte, a existência vai se consumindo, se extinguindo, mas nunca sem deixar de apresentar um peso

semântico e axiológico — e aqui remetemos às contribuições de Bakhtin (1993 [1919/1921], 2003c [1924b]) — que o outro confere.

Retornando para a caracterização dos *faits divers*, pensamos que as narrativas que atribuímos aos acontecimentos midiáticos, embora possam ser tentativas de uma “totalidade” — seja numa visão mais estruturalista, seja numa visão mais filosófica — elas não passam de parcialidades. O caso Paula Oliveira, após a sua reviravolta, e o da mãe em que é reportado que ela matou as duas filhas, por exemplo, são dois *faits divers* cuja narrativa da vida de cada uma, elaborada pela grande mídia, parece “preencher” uma “função” principal: mostrar que o crime é o resultado de um tipo de alienação mental, construindo tal representação que, ao final, parece se tornar a mais perene. Isso se dá porque, em grande parte, lidamos com uma série de discursos da mídia, da justiça, da medicina, da saúde mental, da opinião pública e das questões de gênero que aparecem mais num jogo de hibridização — isto é, mais a partir da apreensão de uma linguagem por outra — do que apenas numa interação dialogada.

É nessa hibridização que também reside, ao nosso ver, a singularidade desses tipos de casos. Pois, nas nossas análises, notamos que, embora essa hibridização possa ocorrer e até seja comum em outros *faits divers* — pela natureza desse tipo de acontecimento conforme caracterizado por Barthes (2003b [1962]) acima —, a voz da justiça, por exemplo, retoma a do médico, e a do público ora retoma a primeira, ora a segunda, ora as duas. Isso porque as instâncias penal e médica concorrem para substituir um modo de controle por outro, controle esse que nem sempre aparece para o público na forma de enunciados demarcados pela presença dessas duas vozes, dessas duas linguagens, desses dois grupos profissionais. Ao mesmo tempo, no entanto, as notícias vão sendo construídas principalmente a partir de um elemento do discurso da protagonista que mais convém à defesa do ponto de vista do jornal e das vozes sociais convocadas para falar sobre cada caso. É nesse momento que passam a circular mais frequentemente as denominações *louca*, *doente mental*, em *surto*, com algum *transtorno*, *distúrbio*, *criminoso*, as quais caracterizam, pela recorrência, o universo semântico e axiológico de muitos *faits divers*.

Assim, tais acontecimentos transformados em *faits divers* vão construindo experiências, vidas e personalidades. Pensamos também que a contínua permanência deles na atualidade se dá não só porque carregam a marca do curioso, do crime, do inexplicável, mas também pelo caráter *traumatizante* que se faz presente em nossas sociedades. Isso porque o “trauma” não mais se localiza apenas na experiência da catástrofe, do caos, mas na do próprio cotidiano (GARCÍA, 2005 [2004]). Ora, diante do temor da iminência da morte, da ausência

de referências no mundo atual, da indeterminação ontológica e da “valência das incertezas” (BIRMAN, 2014), somos possuídos pelo sentimento da *angústia* por aquilo que nos é estranho — e é com a disseminação desse sentimento que emerge a possibilidade do caos, da catástrofe. Pois, sem saber por onde pisar e com quem se relacionar, *aquele outro*, o qual me é diferente, apresenta-se mais como o “inimigo”. Diante dessa falência da mediação do outro, do mitigamento do nosso potencial alteritário (BIRMAN, 2005), vão se fomentando pequenas guerras entre os laços sociais. Atenua-se, assim, a sensibilidade e banaliza-se a ideia de um “mal” que é social, que compõe o nosso dia a dia e que parece “surgir” discursivamente nas narrativas dos *faits divers*. Nas “tramas” discursivas que eles estabelecem, há inúmeras formas de construir esse outro que é muitas vezes previamente punido por meio de nomeações a ele dirigidas antes mesmo que sejam abertas as possibilidades desse outro *falar*.

A respeito ainda desse gênero jornalístico, apontamos mais alguns traços que são, em nossa opinião, marcantes. Primeiro, pensamos que existe uma chamada semiologia “estereotipada” da *loucura-crime* que parece circular nesses tipos de casos, em especial, naqueles que envolvem personagens do gênero feminino. Segundo, é em virtude do caráter instantâneo e circunstancial do *fait divers* que muitos deles logo se esvaem das páginas do jornal. Apesar disso, é possível depararmos com casos que, por trazerem desdobramentos posteriores que sejam de interesse político, social, ou *simplesmente* do veículo de comunicação, são trazidos novamente à tona. Dizemos *simplesmente* porque a noção de importância que uma instituição atribui a um evento, embora possa ser justificável por critérios os mais variados — é um elemento, ao final, que diz respeito aos sujeitos que fazem parte da instituição midiática²⁹⁹. Ou seja, o que é ou não pertinente pressupõe sempre um ou mais indivíduos que, a partir de um ou mais pontos de vista, assumem que tal situação comunicativa é mais relevante que outra. Logo, se tomarmos os critérios de noticiabilidade, antes de tornados consenso e constituírem o conjunto da *práxis* da esfera jornalística-empresarial, esses critérios não passam de uma avaliação subjetiva, axiológica que, por “não” serem dadas como “tais”, parecem fugir das leis da arbitrariedade, da subjetividade³⁰⁰. Terceiro, a partir do papel atribuído ao *fait divers*, podemos observar o funcionamento de algumas expressões que circulam na mídia muitas vezes para tornar o ato e o acontecimento da ordem do mais “racional” possível. A respeito desse terceiro ponto, detemo-nos agora um pouco no que afirma Barthes (2003b [1962], p. 271-272) sobre o papel desse gênero:

²⁹⁹ Cf. da página 81 à 85.

³⁰⁰ Afirmar isso, no entanto, é ir contra os “preceitos” jornalísticos.

[...] su papel es verosíblemente preservar en el seno de la sociedad contemporánea la ambigüedad de lo racional y de lo irracional, de lo inteligible y de lo insondable; y esta ambigüedad es históricamente necesaria en la medida en que el hombre aún necesita signos (lo cual le tranquiliza), pero necesita también que esos signos sean de contenido incierto (lo cual le irresponsabiliza): puede así apoyarse, por medio del suceso [fait divers], en una cierta cultura, ya que todo esbozo de un sistema de significación es esbozo de una cultura; pero al mismo tiempo, puede llenar *in extremis* esta cultura de naturaleza, puesto que el sentido que da a la concomitancia de los hechos escapa al artificio cultural permaneciendo mudo³⁰¹ (grifo do autor).

A partir do que expõe o autor, poderíamos pensar que os *faits divers* seriam redigidos a partir de uma “base” de “negociações” discursivas que oscilam entre a definição sócio-cultural de uma suposta *racionalidade* x *irracionalidade* ou de um dito *tangível* x *intangível*. Ou seja, tendo em vista que esse gênero se constitui por um acontecimento da ordem do “anormal”, do “incomum”, apresentando, assim, mais “explicitamente” um caráter conflitante, os *faits divers* seriam, portanto, o lugar de *definições conflituosas do sentido*. Porém, a partir da perspectiva bakhtiniana (2015 [1934-1935]), podemos ir mais longe e afirmar o seguinte: quaisquer que sejam os textos, nenhum deles é unitário e unívoco. Nem mesmo os “produtores”, “leitores” e “espectadores”. Eles são atravessados por uma *heteroglossia* ou um *heterodiscurso* naturalmente *conflituoso* “que permeia o produtor, o texto, o contexto e o leitor/observador” (STAM, 2010 [1989], p. 334). E acrescentaríamos ainda: que permeia as *nominações*. Um heterodiscurso que diz respeito a uma palavra em que ressoa outra palavra, a uma voz que incorpora uma outra voz. Em resumo: cada palavra, enunciador, texto, contexto, leitor, observador, espectador, enfim coenunciador etc. é atravessado pelas forças centrípetas e centrífugas, pelo “hegemônico e o antagônico” (STAM, 2010 [1989], p. 334). Logo esse caráter conflitante que se atribui ao gênero se faz presente na própria vida. No entanto, pensamos que no *fait divers* esse espaço “conflituoso” entre uma dita “racionalidade” e “irracionalidade” é o traço marcador do gênero. Pois nas narrativas descritivas — não menos argumentativas — que o jornalista elabora dos acontecimentos “policialescos”, as palavras, os enunciados e as vozes evocadas “escorregam” pelo texto jornalístico como numa espécie de negociação entre uma ordem “racional” x “irracional”. Assim, pensamos que esse traço “conflituoso” e essa tal negociação podem existir em virtude

³⁰¹ “[...] seu papel é, de forma verossímil, preservar no seio da sociedade contemporânea a ambigüidade do racional e do irracional, do inteligível e do insondável; e esta ambigüidade é historicamente necessária na medida em que o homem ainda necessita de signos (o qual o tranquiliza), mas necessita também que esses signos sejam de conteúdo incerto (o qual o irresponsabiliza): pode assim apoiar-se, por meio do sucesso [fait divers], em uma certa cultura, já que todo esboço de um sistema de significação é esboço de uma cultura; mas, ao mesmo tempo, pode preencher *em extremo* a natureza desta cultura, posto que o sentido que dá a concomitância dos fatos escapa ao artificio cultural permanecendo mudo” (BARTHES, 2003b [1962], p. 271-272, grifo do autor, tradução nossa).

da própria ocorrência enquadrada como um *fait divers*, a qual tem importância na medida em que desperta a exaltação de sentimentos de angústia, medo, raiva, ódio, tristeza, insegurança, indignação, ridículo, comicidade etc., ou seja, que envolvem o íntimo campo das *paixões* humanas.

Isso nos permite afirmar que, qual seja o apelo popular que exista diante desses pequenos “espetáculos” de “causalidades” da ordem do intagível, há, em nossa opinião, uma certa continuidade entre uma atmosfera de morbidez construída por meio das informações representadas e a que cerca o leitor. Ou, ainda, percebemos uma fascinação encontrada no “olhar fixado da desgraça”, assim como uma “secreta cumplicidade” com a tal desgraça alheia, retomando aqui as palavras de Adorno e Horkheimer (1947, p. 108). E isso nos faz voltar então ao cenário de caos e catástrofe que marca o cotidiano, conforme supracitado. Esse ponto é por nós novamente destacado por meio da reflexão de Barthes (2003b [1962]). Pois pensamos que tal atmosfera exige palavras que, ao “conseguirem” nominar o ocorrido, trazem, de certo modo, um conforto, uma espécie de “tranquilidade”, na medida em que o acontecimento da ordem do insólito se inscreve no campo de uma discursivização que é possível. Mas há um momento em que a linguagem “emudece” e aparecem os obstáculos de uma cultura em se “apropriar” discursivamente do que vamos falar e nos posicionar. É entre essa oscilação, chamada de ambiguidade por Barthes (idem), que em muitos *faits divers* se elabora uma racionalização do irracional. Desse modo, podemos afirmar ainda que talvez haja dois limites colocados pelos *faits divers*: um, a possibilidade de que cada sujeito pode tropeçar e escorregar nos “fundamentos” discursivos que estruturam uma dita “civildade”, tal como fez Paula e aquela mãe; dois, que é preciso falar, romper com o silêncio e comentar sobre acontecimentos de tal natureza, os quais ocorrem cotidianamente, embora apenas alguns, mais que outros, sejam discursivizados, falados pela e na mídia por vozes como a da justiça e a da medicina, as quais tentam lhe dar um “acabamento”.

Logo, caber-nos-ia perguntar: o que o uso de certos *nomes*, como *louca* e *doente*, dentro do universo dos *faits divers*, pode ensinar? O que os sujeitos “fazem” e “trazem” com eles nunca é uma busca desinteressada. Qual seja o caminho que tal expressão percorra, qual seja a definição que a ela é atribuída, nos usos cotidianos, levá-la a uma “estabilidade” axiológica é um movimento constante de formulação e problematização pouco possível. Ora, além disso, como já estamos discutindo, o sujeito escorrega na impossibilidade de preencher tudo aquilo que lhe falta — ou que ele *acha* que lhe falta. Topamos com vazios que não

podem ser colocados em palavras — e que tentamos preencher —, ausências que o Simbólico não nos permite alcançar³⁰². Somos *sujeitos de linguagem* e, por isso, *sujeitos de traumas*. Então, lidamos com embates discursivos que o acontecimento noticiado proporciona ao seu público — *embates* porque esse mesmo sujeito se depara com a necessidade de levá-lo a alguma definição.

4.1 A representação dos personagens dos *faits divers*

Dizer uma palavra diz *algo* sobre o sujeito que a diz. Diz também sobre o *objeto* que está sendo dito, sobre o *outro* — virtual ou não — a quem ela se dirige, sobre o *contexto* o qual ela não deixa de fazer parte. Contexto que é social, histórico, cultural, mas também subjetivo, vivencial e potencial. Ou seja, uma “mesma” palavra dita ou simplesmente pensada por dois sujeitos pode construir efeitos de sentidos diversos. Essa “mesma” palavra pode ainda não ser vista como a “mesma” para tais sujeitos: para um, pode evocar reações de ódio, raiva, temor; para o outro, liberdade, individualidade e desejo. Afunilando a discussão para o meio escrito, podemos pensar que, por exemplo, se tal palavra é presente em um texto e ausente em outro, isso nos demanda saber o que os diferentes textos “querem” dizer, conforme afirma François (2012a, 2012b), e quais pontos de vista defendem a partir das retomadas que os leitores fazem dos discursos escritos. Ademais, quando eu opto por dizer algo sobre alguém, explicar uma experiência vivida, comentar sobre um acontecimento em processo ou que está sendo publicado na mídia — o que pode ser feito por meio de uma só palavra — eu estou assumindo a minha *não indiferença* e tomando uma posição valorativa sobre esse outro. Pois, conforme declara Bakhtin (1993 [1919/1921], p. 50),

[...] a palavra viva, a palavra completa, não conhece um objeto como algo totalmente dado; o *simples fato de que eu comecei a falar sobre ele já significa que eu assumi uma certa atitude em relação a ele — não uma atitude indiferente, mas uma atitude efetiva e interessada*. E é por isso que a palavra não apenas designa um objeto como uma entidade pronta, mas também expressa, por sua entoação, minha

³⁰² Para ilustrar essa falta cuja linguagem parece nunca preencher, podemos citar o seguinte exemplo: conforme discutimos em Cordeiro (2015), quando nos introduzimos em um grupo de estranhos, produzimos uma grande “quantidade” de enunciados em uma tentativa de nos definir. Contudo, por mais que tentemos nos descrever, o ato de identificar-nos como um sujeito A ou B ou AB parece nunca ser suficiente. Isso também acontece quando nos deparamos com um objeto que, mesmo sabendo o que ele é, às vezes nos faltam palavras para o dizer. E por mais que o tentemos explicar — o “completar” a partir da nossa posição exotópica — alguma coisa é deixada de fora e “não pode ser colocada” em palavras. Assim sempre há algo que está lá, no Real, que escapa ao Simbólico e ao Imaginário, além do que podemos articular.

atitude valorativa em relação ao objeto, em relação àquilo que é desejável ou indesejável nele, e, desse modo, movimenta-se em direção do que ainda está por ser determinado nele, transforma-o num momento constituinte do evento vivo em processo (grifo nosso).

A palavra, assim, constitui um *dito*, um *enunciado*, um *discurso*, saturado de índices sociais de valor que vêm das experiências sociais e históricas, variadas e numerosas. Ela integra as discussões sociais e culturais em grande escala porque é, acima de tudo, *cronotópica*. Ora, se a linguagem é “essencialmente” cronotópica, como um tesouro de imagens, como afirma Bakhtin (2002b [1937-1938/1973]), a palavra é o signo por excelência que nos “transporta” para outros sentidos e relações espaciais e temporais. Se há o dito popular que traz tão sabiamente que as palavras têm *pernas* e *asas* e que se deve “tomar cuidado” ao dizê-las, é porque, de alguma maneira, os falantes compreendem que elas apresentam uma dimensão temporal, espacial, histórica, cultural, social e subjetiva, a qual é alvo de adesão-refutação-re-elaboração nas práticas diárias dos usos das nomações.

Assim, as palavras e os discursos que a ela são associados têm um papel determinante na vida singular e coletiva de cada um: é também no *por elas* e *para elas* que nos posicionamos e tecemos nossas apreciações. Qual seja a relação que estabelecemos com a linguagem — que pode ser de inúmeros tipos —, as expressões têm de sobremaneira um peso e uma relevância em mapear as memórias dos ditos, já-ditos, mal-ditos. Ora, se estudar os usos das palavras nos diz muito dos movimentos discursivos diários³⁰³ que usamos para representar o outro, os *faits divers*, por exemplo, nos parecem um excelente objeto para estudar o funcionamento da linguagem cotidiana. Embora esses acontecimentos estejam na ordem do sensacional, do excepcional e do “não usual”, eles fazem parte da constituição de uma dita “factualidade” no sentido de organização da vida diária. É, então, nesses acontecimentos, agendados de forma cotidiana e caracterizados por uma efemeridade —

³⁰³ Para ilustrarmos o que queremos dizer, retomamos uma declaração de Barthes (2003a [1963], p. 18): “*Madame Verdurin, al hacer notar a Brichot que abusaba del Yo en sus artículos de guerra, es la causa de que el universitario cambie todos sus Yo por Se, pero el Se no impedía al lector darse cuenta de que el autor hablaba de sí mismo, y permitía al autor hablar incesantemente de sí mismo... siempre al amparo de ‘se’*” (grifo do autor). “*Madame Verdurin, ao fazer notar que Brichot abusava do uso do Eu nos seus artigos de guerra, fez com que o universitário trocasse todos seus Eus pelos Se, mas o Se não impedia o leitor de se dar conta de que o autor falava de si mesmo e permitia ao autor falar incessantemente de si mesmo... sempre ao amparo do ‘se’*” (idem, grifo do autor, tradução nossa). A partir do que Barthes expõe, não poderíamos nos perguntar se o próprio uso da terceira pessoa não impede necessariamente o jornalista de falar, de alguma maneira, de si mesmo no acontecimento que apenas pensa estar “relatando”? Em outras palavras, o uso da terceira pessoa faz com que ele fale do outro, mas do lugar singular que ele ocupa. Ademais, como já estamos discutindo, o uso que faz das palavras no seu “relato” revela muito sobre o autor do texto.

devido ao breve período de tempo que permanecem na mídia³⁰⁴ —, que podemos notar também que muitos sujeitos não têm voz, espaço para falar; ou, ainda, são apagados pelas recusas ou ausências em nominá-lo; ou, quando são nominados, isso se faz por meio de construções enunciativas que o desqualificam moralmente, seja pela memória evocada, seja pela voz que é chamada para o representar, seja pelas relações discursivas que vão sendo estabelecidas e trazidas durante a construção da cobertura do acontecimento.

Nas análises que empreendemos dos casos citados, notamos que o protagonista ou o caso pode ou não ser nominado a partir de um nome próprio específico³⁰⁵ e a recusa (ou a adesão) à nomeação gera efeitos de sentidos diversos. Isso nos leva a pensar que (i) há rejeições em dizer certos sujeitos, (ii) existem formas de representá-los, as quais não são aleatórias e podem divergir ou se justapor ao longo do tempo e espaço na cobertura de um mesmo acontecimento, (iii) o uso de diversas nomeações para representar os sujeitos envolvidos cria uma espécie de movimento anafórico e catafórico intra e intertextual na memória das suas retomadas, entre outros.

4.1.1 O caso *Paula Oliveira*

Para continuar esse debate, passamos, primeiramente, ao caso Paula Oliveira. Esse evento tem início como um *fait divers* comum, em virtude do acento dado ao “ataque brutal” cometido contra uma mulher grávida, representada positivamente como uma advogada brasileira que trabalha legalmente no exterior. Contudo o caso ganha outra configuração, envolvendo as relações diplomáticas entre o Brasil e a Suíça, e passa-se a discutir sobre imigração, nacionalismo e xenofobia. Tal deslocamento enunciativo³⁰⁶ do evento para uma dimensão política, moral e nacionalista acaba por distanciá-lo do tom “policialesco” inicial, acento que o configurava como um *fait divers*. No entanto, quando passa a ser sugerida a Paula Oliveira a representação de suspeita ou de acusada de ter “forjado” o ataque — o qual apresentava no relato dela uma motivação xenofóbica — outros pontos de vista passaram a ser apresentados para tratar o ocorrido e se referir à protagonista. E isso já se dá por volta de dois dias depois do caso eclodir na chamada “grande” mídia. A partir de então, os discursos

³⁰⁴ Embora possa também se desenvolver por mais alguns dias, em virtude da amplitude atribuída ao acontecimento, que passa a apresentar outras relações discursivas; ou, como traz Barthes (2003b [1962], p. 264), da ignorância “real” da causa do sucesso.

³⁰⁵ Sobre o uso ou não do nome próprio como forma de nomeação de personagens em alguns *faits divers* franceses, ver Perret (2003 [2000]).

³⁰⁶ Caracterizado por nós na dissertação de mestrado como *segundo foco discursivo* (CORDEIRO, 2011).

que circularam produziram efeitos de *dúvida*, de *incompreensão*, de *incerteza* — os quais nos parece também comum aos efeitos construídos nas narrativas de muitos *faits divers*³⁰⁷ —, como podemos observar na notícia abaixo:

CPO-63 » SUÍÇA

CPO-64 Muitas perguntas ainda sem resposta

CPO-65 Especialistas identificam lacunas na versão da pernambucana Paula Oliveira, ao mesmo tempo em que questionam postura da polícia nas investigações

CPO-66 A polícia de Zurique diz, desde o começo das investigações, que as circunstâncias do episódio envolvendo a advogada pernambucana Paula Oliveira não estão claras. Para especialistas ouvidos pela reportagem, há ainda muitos pontos obscuros tanto no suposto ataque neonazista como na condução da investigação policial.

CPO-67 O professor de direito constitucional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Paulo Estevam Serrano diz que houve precipitação das autoridades do país europeu, além de erros formais na investigação. “Como diz o pai da advogada, parece que estão desviando o foco, ressaltando a suspeita de que estão tentando incriminar a vítima e não punir os culpados”, enfatiza Serrano.

CPO-68 O professor destaca que, apesar de alardear que é uma entidade independente, o Instituto de Medicina Forense da Universidade de Zurique atua no caso como um agente público. “O instituto não é organicamente ligado à polícia, mas foi designado para preparar um laudo. Tornou público parte de uma investigação sigilosa”, salienta.

CPO-69 Serrano também condena a atitude lembrando que os exames médicos não foram concluídos. “Não houve sequer a cogitação de Paula ser examinada por um psiquiatra”, denuncia o professor, aconselhando a Embaixada do Brasil em Berna a contratação de um legista independente para a confecção de um laudo privado. “Isso sem o menor estremecimento nas relações entre os países.”

CPO-70 O presidente da Associação Pernambucana de Médicos Legistas (Apemol), Antônio Barreto, faz uma pergunta: “Onde estão os fetinhos que ela teria perdido?”. Segundo Barreto, os sintomas de uma gravidez não desaparecem de uma hora para outra após um aborto. “O útero demora a voltar a seu estado normal, há sangramento similar ao de uma menstruação e o colo do útero também involui. Pode ter havido até lesão vaginal.”

CPO-71 Em relação aos cortes vistos no corpo de Paula nas fotografias, Barreto salienta que as lesões não podem ser negadas. “Resta saber se ela fez, pediu para alguém fazer ou se foram feitos como ela disse. Há cortes nas costas? O que dá para dizer de longe é que são lesões superficiais, que parecem não ter atingido a parte subcutânea da derme.”

CPO-72 LÚPUS

CPO-73 Paula Oliveira é portadora de uma doença autoimune (quando o sistema imunológico se volta contra as células de defesa), o lúpus. Segundo a reumatologista e professora da Escola Pernambucana de Medicina Cláudia Matos, a doença não impede que uma mulher possa ser mãe. “Isso não existe mais. Quando a doença está

³⁰⁷ Dizemos isso porque boa parte dos *faits divers* são publicados no “frescor” do acontecimento, cuja apuração do que ocorreu, por ser recente, é muitas vezes incerta. Embora essa falta de certeza possa não “aparecer” para o leitor comum na narrativa construída do *fait divers*, estamos de acordo que há variadas maneiras de “camuflar” a dúvida do autor no texto, como, para citar duas formas, a partir de modalizadores e de verbos no futuro do pretérito do indicativo.

controlada, a gravidez se desenvolve naturalmente. Mas no início da gestação, pode haver abortamento”, explica Cláudia.

CPO-74 O lúpus se caracteriza por manchas avermelhadas na pele, sobretudo no rosto. A doença pode provocar a chamada psicose lúpica, que deixa a pessoa suscetível a delírios, alucinações, mania de perseguição e depressão grave. (MUITAS perguntas ainda sem resposta. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Suíça, Notícia (vinculada à *Polícia nega gravidez e sugere que pernambucana se mutilou*), 14 fev. 2009)

Nessa notícia, a começar pelo título e subtítulo *Muitas perguntas ainda sem resposta* (CPO-64) e *Especialistas identificam lacunas na versão da pernambucana Paula Oliveira, ao mesmo tempo em que questionam postura da polícia nas investigações* (CPO-65, grifo do autor), respectivamente, o jornalista põe em destaque a *dúvida* sobre o ocorrido. Tal incerteza continua a ser reforçada no lide (CPO-66) e sublide (CPO-67) da notícia quando é representado o *posicionamento* (i) da polícia de Zurique e, de forma genérica, (ii) dos especialistas³⁰⁸ — os quais só sabemos quem são ao longo do texto. Ou seja, nos enunciados “A polícia de Zurique diz, desde o começo das investigações, *que as circunstâncias do episódio envolvendo a advogada pernambucana Paula Oliveira não estão claras*” (CPO-66, grifos nossos) e “Para especialistas ouvidos pela reportagem, *há ainda muitos pontos obscuros* tanto no suposto ataque neonazista como na condução da investigação policial” (CPO-66, grifo nosso), as vozes da polícia de Zurique (i) e dos especialistas (ii), reportada como discurso indireto³⁰⁹ e como modalização do discurso segundo³¹⁰, respectivamente, representam o ponto de vista de cada grupo, ponto de vista que é, por sua vez, compartilhado pelo autor do texto. Expressões e enunciados como *perguntas sem resposta, lacunas na versão da pernambucana, as circunstâncias do episódio não estão claras, pontos obscuros*, já “antecipam” para o leitor que algumas questões estão sendo colocadas sobre o caso e a protagonista. Faz-se interessante notar que é a partir desse jogo discursivo sinestésico, que representa o ponto de vista do órgão de Zurique e dos especialistas, que a *dúvida* vai sendo *produzida* e endossada ao longo do texto pelas questões colocadas: a precipitação das autoridades na Suíça (CPO-67), erros de investigação (CPO-67), a investigação tornada

³⁰⁸ O emprego de *especialistas*, no subtítulo, e o de *polícia de Zurique*, ao longo da notícia, pode funcionar como um enunciador ou uma voz genérica, a qual representa um grupo ou um conjunto.

³⁰⁹ Segundo Authier-Revuz (2004c [1982]), no DI, o sujeito, usando suas palavras, faz remissão ao discurso outro como uma fonte de sentido para os seus propósitos. Para Volochínov (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006), a significação desse esquema reside na transmissão analítica do discurso outro, isto é, na análise e da enunciação ao mesmo tempo em que ela está sendo reportada.

³¹⁰ Conforme Authier-Revuz (2015 [2001], p. 4), a “modalização do dizer por remissão a um discurso outro fonte” — como em *segundo X, para retomar a expressão de X* — estabelece uma relação com o outro discurso diferente da do discurso direto (DD) e discurso indireto (DI). Assim, na MDS é “um discurso outro *a partir do qual se fala*”, enquanto que no DD e DI, lidamos com “um discurso outro *do qual se fala*” (idem, grifos da autora).

pública (CPO-68), a ausência de um laudo psiquiátrico (CPO-69), a existência da gravidez e do aborto (CPO-70) e a execução das lesões (CPO-71). Ora, é apenas quando existe a *possibilidade* da vítima ser identificada como suspeita ou acusada que se demarca o espaço axiológico da protagonista a partir do signo da *doença*: “Paula Oliveira é portadora de uma *doença autoimune* (quando o sistema imunológico se volta contra as células de defesa), o lúpus.” (CPO-73, grifos nossos). E é somente no último parágrafo da notícia que o jornalista define tal doença por meio da tomada de posição do discurso científico: “O lúpus se caracteriza por manchas avermelhadas na pele, sobretudo no rosto. *A doença pode provocar a chamada psicose lúpica*, que deixa a pessoa *suscetível* a delírios, alucinações, mania de perseguição e depressão grave” (CPO-74, grifos nossos). Apesar de o emprego da locução verbal no presente do indicativo *pode provocar* e do adjetivo *suscetível* continuarem a colocar Paula Oliveira no plano da *possibilidade*, recorre-se discursivamente à condição que, posta como um intertítulo e em caixa alta — LÚPUS (CPO-72) —, ofereça uma representação que exclua a de *acusada* — ou, talvez, que reduza o peso do estigma de *acusada* —, o qual paulatinamente foi surgindo na grande mídia.

Todavia as representações *nem sempre* se excluem. O aparecimento de uma nova não implica necessariamente a exclusão de uma anterior atribuída a Paula Oliveira, por exemplo. Algumas podem funcionar em um regime de *justaposição*, se entrecruzando nos discursos e coexistindo de alguma maneira. Parece-nos ser o que acontece no caso analisado, pois, ainda nesse mesmo dia, é publicado, também no mesmo periódico, a partir de um dos colunistas, algumas falas do SVP sobre a protagonista do caso. Em tais fragmentos, o jornalista do jornal coloca entre aspas apenas uma parte da fala que é “atribuída” ao SVP:

CPO-36 Corregedor só age se for acionado

CPO-37 O novo corregedor da Câmara, deputado ACM Neto (DEM-BA), afirmou a esta coluna que só pode investigar os deputados que recebiam seus vencimentos na boca do caixa “se for acionado”. O expediente, que já foi suspenso por decisão do presidente da Casa, Michel Temer, era utilizado pelos deputados Luiza Erundina (PSB-SP), Aline Corrêa (PP-SP), Silvio Torres (PSDB-SP) e, claro, o deputado do castelo, Edmar Moreira (MG). Os deputados recebiam na boca do caixa para driblar ordens judiciais de bloqueio de saldo bancário. A obstrução caracterizaria quebra de decoro.

CPO-38 LIVRE E SOLTO

CPO-39 Livrado ontem do processo por quebrar o sigilo bancário do caseiro, Antonio Palocci (foto) deverá voltar ao ministério do governo Lula.

CPO-40 Suíça

CPO-41 O Ministério das Relações Exteriores se fechou em copas, ontem, após a perícia suíça constatar que a advogada Paula Oliveira, 26, não estava grávida quando supostamente três neonazistas a atacaram em Zurique, e que os ferimentos

no corpo com as letras do partido de direita SVP seriam “autoflagelação”. A ordem agora é fechar o bico até o final da investigação ou mantê-la “secreta”, como sugeriu Lula nesta sexta.

CPO-42 Suíço suspeito

CPO-43 O ultranacionalista suíço SVP, que prometeu punir o suposto ataque, quer as autoridades investigando o papel do companheiro dela, Marco Trepp.

CPO-44 Lenha

CPO-45 O SVP, contrário a benefícios imigratórios, sugere que a Suíça deve punir estrangeiros “mentirosos”, suspendendo vistos de trabalho.

CPO-46 “Doente”

CPO-47 Em nota aos jornais suíços, o SVP chamou Paula de “visivelmente doente”³¹¹, e o caso de “escândalo insuflado por jornalistas estrangeiros”.

CPO-48 Infraero I

CPO-49 A Justiça suspendeu ontem cerca de 50 transferências (até de cidades) ordenadas pelo presidente da Infraero, brigadeiro Cleonilson Nicácio.

CPO-50 Infraero II

CPO-51 O presidente da Infraero só soube do revés na Justiça ao desembarcar, tarde da noite, de um passeio em Dubai.

CPO-52 Rachid nos EUA

CPO-53 Dispensado da Receita Federal, Jorge Rachid recusou o cargo de secretário de Finanças do Rio. Conseguiu que Lula cumprisse a promessa de nomeá-lo adido tributário à embaixada em Washington.

CPO-54 “Quase todas as empresas brasileiras estão muito capitalizadas.” Presidente Lula, pedindo a cooperação de empresários contra a crise.

CPO-55 Fundos sem fundos

CPO-56 Os poderosos fundos de pensão dos EUA, que até aqui tinham se mantido incólumes à crise, acusaram o golpe. O Harbinger, um dos maiores acionistas do New York Times, fechou janeiro no vermelho.

CPO-57 Rápidos no gatilho

CPO-58 No período em que vigorou a MP da Piantropia, rejeitada na Câmara, pelo menos 4 mil ditas cujas conseguiram renovar certificados junto à União. Mesmo com nome sujo na Polícia Federal e no Ministério Público.

CPO-59 Brizola e ACM

CPO-60 Coube ao líder do PDT na Câmara, Brizola Neto, a missão de demover o deputado Manato (ES), de concorrer à 2ª vice-presidência, abrindo caminho para ACM Neto (DEM-BA). Os avôs devem estar sorrindo à toa.

CPO-61 Valor da saúde

CPO-62 O governo do Pará explica que é diferente o contrato com o Pró-Saúde: além de gerir todo o hospital, dura um ano, ao contrário do firmado com a Ciap, rompido por “atrasos e irregularidades” reveladas em auditoria.

(HUMBERTO, C. Corregedor só age se for acionado. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Brasil, Coluna, 14 fev. 2009)

³¹¹ As expressões *doente* e *visivelmente doente*, aspeadas pelo colunista, já foram analisadas na introdução. Cf. as páginas 19, 20 e 21.

As expressões e os enunciados acentuados pelo colunista — tais como *autoflagelação* (CPO-41), (manter a investigação) *secreta* (CPO-41), (estrangeiros) *mentirosos* (CPO-45), *doente* (CPO-46), *visivelmente doente* (CPO-47) e *escândalo insuflado por jornalistas estrangeiros* (CPO-47) — trazem o ponto de vista do SVP sobre o caso. De antemão, apontamos para o seguinte: não só o ponto de vista do SVP é retomado pelo colunista; tal sujeito não rompe com esse mesmo discurso do partido suíço que está sendo acentuado a partir de pequenos agrupamentos de discurso colocados entre aspas³¹². Ora, como já havia dito Volochínov (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929], p. 198), “cada forma de transmissão do discurso de outrem apreende à sua maneira a palavra do outro e assimila-a de forma ativa.” Assim, qual seja a forma que esse outro é trazido no meu discurso, essa inevitável retomada não deixa de ser uma assimilação dessa alteridade³¹³. Além disso, esse outro é, ao mesmo tempo re-tomado, assimilado e representado³¹⁴. E, assim, vão sendo construídas representações sobre os objetos discursivos evocados pelo texto. Antes de continuar essa discussão, abrimos um parêntese sobre o texto da coluna: é interessante notar que o colunista abre um espaço naquele texto — o qual traz majoritariamente assuntos de caráter políticoeconômico no Brasil e exterior — para esclarecer o caso Paula Oliveira; cuja retomada³¹⁵ e topicalização aponta-nos para o ponto de vista do colunista sobre tal assunto e, assim, o contexto político e econômico do caso é, embora indiretamente, ainda alvo de acentuação.

Voltando às expressões supracitadas, notamos que elas são colocadas entre *aspas*. Esse marcador tipográfico, caracterizado como uma heterogeneidade mostrada do tipo marcado (AUTHIER-REVUZ, 2004c [1982]), que funciona como um comentário metaenunciativo, aponta-nos para a necessidade de tecermos alguns comentários sobre esses

³¹² Esses pequenos fragmentos marcados pelo sinal tipográfico das aspas se caracterizam como *modalização autonímica de empréstimo* (AUTHIER-REVUZ, 2015 [2001], p. 25-27). Esses fragmentos se inscrevem na continuidade do dizer e são “homogêneos nos planos sintático e enunciativo a esse dizer”. No texto analisado aqui, trata-se de pequenas *ilhas textuais marcadas*: o dizer entre aspas está em *uso* pelo colunista, mas também em *menção*, pois o dizer aspeado é mostrado como integrando um comentário implícito ao dizer entre aspas. Assim, o discurso do colunista *usa e menciona* algumas palavras atribuídas ao SVP que está sendo citado e, assim, representado.

³¹³ Embora o sujeito possa nem sempre “sentir” essa retomada de tal forma. Por isso Authier-Revuz (2004c [1982], p. 21) também fala em, além da heterogeneidade marcada — “das formas marcadas que atribuem ao outro um lugar linguisticamente descritível” —, uma inevitável heterogeneidade constitutiva — a “presença do outro [...] em toda parte presente no discurso”.

³¹⁴ Seguimos Authier-Revuz (2015 [2001]) ao optar pelo termo *representação do discurso outro* (RDA) ao invés de *reportar o discurso outro*, para quem o campo da RDA engloba a realização do *discurso sobre o discurso* tendo em vista também o caráter alteritário do discurso outro. Então, quando usamos *reportar* ou *citar* um discurso, consideramos, ao mesmo tempo, que esse outro discurso é *representado* nesse processo e não apenas “citado” ou “reportado”.

³¹⁵ O caso Paula Oliveira é citado 4 vezes ao longo da coluna.

termos, sinalizados pelo enunciador da coluna. Eles auxiliam na representação discursiva da protagonista que, passando de *vítima* a ser *suspeita* e *acusada*, vai sendo discursivamente desqualificada e enunciativamente “deslocada” daquele primeiro lugar. Começando a análise a partir do último fragmento que faz referência ao caso Paula Oliveira no texto acima, observamos que o colunista utiliza uma parte da expressão dita pelo SVP — extrai *doente* (CPO-46) de *visivelmente doente* (CPO-47) — como um dos intertítulos referentes ao caso. Pensamos que, a partir do que expõe Authier-Revuz (2004c [1982]), o autor realiza uma espécie de comentário metaenunciativo (MA) sobre o termo empregado por esse outro. Contudo o colunista mantém as aspas no título, como se quisesse questionar a representação enunciativa que a ela é atribuída (i). E, nesse caso, o autor do texto, ao demarcar a expressão, apontando-a como vinda de outro lugar, outro discurso e outra voz — no caso, do SVP —, a destaca como fortemente argumentativa e dialógica. Dessa forma, o enunciador mostra uma dúvida sobre o estado de saúde de Paula, pois parece não estar satisfeito em categorizá-la como doente entre aspas, considerando — e aqui retomamos também o que diz Maurer (1998) — o termo “inadequado”, mas usando-o na falta de um melhor (ii). Logo, as aspas inscrevem um conflito entre o já-dito sobre Paula — pelo SVP, pela imprensa suíça — e o que o colunista publica, conflito esse que pode ser marcado pela *ausência* de uma certeza.

Porém, antes do leitor “chegar” a esse fragmento textual e à representação de Paula Oliveira como *doente* (CPO-46) e *visivelmente doente* (CPO-47), seja essa leitura feita de forma vertical e/ou horizontal, ele inevitavelmente se depara com as expressões *autoflagelação* (CPO-41), *investigação [...] “secreta”* (CPO-41), *susposto ataque* (CPO-43) e *estrangeiros “mentirosos”* (CPO-45). De antemão, apontamos que a representação do caso e de Paula Oliveira feita pelo colunista se dá, principalmente, no *plano da expressão*. Segundo define Authier-Revuz (2004a [1996], p. 192), a representação do que ela chama de “mensagem” do discurso outro pode ocorrer “através das palavras das quais é feita *menção*, fazendo intervir a ‘autonímia’”³¹⁶ (grifo da autora). Em (CPO-41), por exemplo, o escritor marca que o termo *autoflagelação* vem de outro discurso, isto é, da *perícia suíça*, agente que está, inclusive, distante textualmente dessa representação que atribui ao caso. Posteriormente, o colunista traz, nesse mesmo trecho, a necessidade de se manter a investigação *secreta*. Essa última expressão, atribuída a Lula, é aspeada não só para marcar de onde vem esse discurso, mas também, e, principalmente, em nossa opinião, porque faz uma crítica, ao retomar,

³¹⁶ Com exceção do excerto (CPO-43), pois nele o autor faz uso das palavras *susposto ataque* sem marcar sua alteridade.

interdiscursivamente, o posicionamento que o ex-presidente teve logo no início do caso. Tornar então a *investigação “secreta”* (CPO-41) faz referência explícita ao ato de enunciação de Lula, ato que é representado pelo colunista como uma necessidade de não mais falar sobre o ocorrido e em nome de Paula, como havia feito o ex-presidente e o ex-ministro das Relações exteriores Celso Amorim³¹⁷. Podemos entender o emprego de tais palavras como uma *polêmica interna*, a qual Bakhtin (2005 [1929/1963], p. 196) caracteriza como um “discurso que visa ao discurso hostil do outro”. Frequentemente usado no cotidiano, sua importância é, para o autor, imensa na formação do estilo do discurso. Além disso, essa polêmica, como constitutiva do nosso linguajar diário, incorpora todas as “índiretas” e “alfinetadas” — as aspas são de Bakhtin. Embora essa polêmica não se caracterize como *velada* ou *oculta*, em virtude da indicação do enunciador com quem se polemiza (Lula), o trecho CPO-41 funciona como um tipo de “resposta” à representação que tem se dado ao caso — massivamente divulgado na dita grande mídia —, e ao discurso de Lula. Pois, nesse último

³¹⁷ Observe as duas partes iniciais das notícias que foram publicadas no começo do caso na FSP e no JC, respectivamente:

CPO-01 Para chanceler, há evidências de xenofobia

CPO-02 *Celso Amorim pediu rapidez à Suíça na investigação do caso da brasileira que sofreu cerca de 100 cortes por canivete*

CPO-03 *A advogada, que mora legalmente no país, estava grávida de gêmeos, no terceiro mês de gestação; ela perdeu os bebês*

CPO-04 *A estação de Stettbach, próxima a Zurique, na Suíça, onde a polícia local encontrou a brasileira*
[Legenda]

CPO-05 O chanceler Celso Amorim disse ontem que há claras evidências de xenofobia na agressão contra a advogada brasileira Paula Oliveira, 26, na Suíça.

CPO-06 “A moça não foi assaltada, aparentemente não houve estupro. Não que essas outras coisas diminuíssem o caso, apenas denotam outra motivação.”

CPO-07 O ministro das Relações Exteriores telefonou para a cónsul-geral do Brasil na Suíça, Vitória Cleaver, pedindo que exija rapidez na investigação - nos meios diplomáticos, isso só ocorre em casos excepcionais. (FERNANDES, S.; DELGADO, M. Para chanceler, há evidências de xenofobia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 13 fev. 2009)

CPO-19 » ATAQUE NEONAZISTA

CPO-20 Indignado, Lula exige respeito

CPO-21 *No Recife, presidente cobrou das autoridades suíças punição para os agressores da advogada pernambucana Paula Oliveira, espancada e marcada por skinheads*

CPO-22 Em visita ontem a Pernambuco, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exigiu respeito aos brasileiros que moram fora do País, em seu primeiro comentário a respeito do ato de barbárie contra a advogada recifense Paula Ventura de Oliveira, 26 anos, atacada a socos e chutes por três skinheads neonazistas na cidade suíça de Dubendorf, próximo a Zurique, na segunda-feira à noite.

CPO-23 Grávida de três meses de gêmeas, Paula teve o corpo marcado a golpes de estilete que reproduziam a sigla SVP, do Partido do Povo Suíço, agremiação de extrema-direita que integra o governo do país europeu. Em consequência da agressão, a pernambucana perdeu os bebês. “O que nós queremos é respeito. Nós aqui no Brasil respeitamos os estrangeiros, desde o dia em que Cabral pôs os pés aqui”.

CPO-24 “Não podemos aceitar o que aconteceu e ficar calados diante de tamanha violência cometida contra uma brasileira. Pedimos que sejam punidos os agressores da nossa companheira brasileira”, reagiu Lula. “O Brasil tem sido um exemplo de como receber os estrangeiros. Vivemos em paz com estrangeiros.”

(GADÊLHA, W. (Com colaboração de Cecília Ramos e Jorge Cavalcanti) Indignado, Lula exige respeito. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 13 fev. 2009)

caso, o colunista se posiciona sobre o pronunciamento anteriormente feito do ex-presidente a respeito do evento discursivo. Assim, a imagem discursivamente construída de (i) Lula e da (ii) sua fala anteriormente pronunciada sobre o evento é determinante para entender o que diz o colunista.

De maneira geral, notamos que o discurso do colunista representa o discurso do SVP e da polícia suíça da seguinte forma: o discurso é colocado à distância por meio das aspas, do verbo *ser* no futuro do pretérito do indicativo³¹⁸ — *seriam* “*autoflagelação*”³¹⁹ (CPO-41) — e de expressões (modalizadoras) que põem em dúvida o ocorrido — *supostamente* (CPO-41) e *suposto ataque* (CPO-43) —, modalizando assim o ato de enunciação do colunista. No entanto, ao chamar os ferimentos de Paula de *autoflagelação* e incluí-la no grupo de *estrangeiros* “*mentirosos*” (CPO-45) — mesmo que esta última palavra esteja entre aspas —, tenta-se fazer uma espécie de *negociação* com a representação de *uma Paula* que, por ter sido positivamente representada no início do caso como uma *advogada, branca, legalizada no exterior, funcionária de uma multinacional, filha de um assessor político* (CORDEIRO, 2011) etc. é, ao ser identificada paulatinamente como *suspeita* ou *culpada, obrigada* a passar por *uma outra* representação. Ou seja, é nesse sentido que pensamos que surge a voz da medicina trazida a partir da introdução do termo *doença*, a qual vai sendo evocada a partir do espaço da *transgressão*.

A partir do que expomos, é interessante apontar que, no dia 16 de fevereiro de 2009, dois dias após a publicação da coluna e da notícia supracitada pelo JC, uma das cartas dos leitores publicadas pela FSP emprega as palavras *transtorno psicológico* e *transtornos mentais* (CPO-97) para comentar sobre o andamento do caso e a protagonista envolvida:

CPO-97 “O governo e a imprensa suíça estão tomando uma atitude que mostra mais xenofobia: *acusam antes de encerrar o caso e de tratam uma pessoa e uma família que no mínimo estão passando por um grande transtorno psicológico.* Se um cidadão suíço fosse supostamente agredido aqui, eles teriam feito a mesma coisa que os brasileiros, e até mais, teriam duvidado da conclusão da nossa polícia. Além disso há questões éticas, porque informações da paciente foram repassadas pelo hospital para o mundo. E também, se não for comprovada a agressão, teremos visto o preconceito da imprensa e de autoridades suíças com pessoas sofrendo transtornos”

³¹⁸ Segundo Maingueneau (1981 apud CUNHA, 2008), o emprego das aspas e do futuro do pretérito também são formas de introdução da alteridade no texto.

³¹⁹ Poderíamos dizer que no enunciado “O Ministério das Relações Exteriores se fechou em copas, ontem, após a perícia suíça constatar que a advogada Paula Oliveira, 26, não estava grávida quando supostamente três neonazistas a atacaram em Zurique, e que os ferimentos no corpo com as letras do partido de direita SVP seriam “*autoflagelação*” (CPO-41), o trecho grifado funciona como uma modalização autonímica de empréstimo. Ademais, o uso das aspas na palavra “*autoflagelação*” revela uma separação entre o discurso do colunista e o da perícia suíça no próprio uso da expressão e uma proteção da face (CUNHA, 1999) ao reportar o discurso outro com ressalvas, quanto ao uso desse termo.

mentais.” (Fernando Rios Fonseca. Pato Branco, Paraná)
(BRASILEIRA na Suíça. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Painel do Leitor, Cartas, 16
fev. 2009)

Nessa carta, o leitor constrói seu ponto de vista a partir do que reporta sobre o *governo* e a *imprensa suíça*. Ou seja, é por meio da representação do ato enunciativo dessas duas vozes — que *acusam* e *destratam* — que o posicionamento do sujeito vai sendo elaborado. Essas vozes, inclusive, são colocadas em aproximação axiológica, como se fossem representativas *uníssonas* de uma só voz e um só agente, isto é, a Suíça. Conforme já estamos discutindo, todo discurso é dirigido a um outro; nesse caso, o que escreve o leitor não se dirige apenas ao veículo de comunicação em que a carta foi publicada, ao grupo de profissionais do próprio jornal, aos outros leitores, ao público “brasileiro” de maneira geral e a ele mesmo; mas também à Suíça (ao governo e à imprensa), à imprensa e polícia brasileira, à família de Paula Oliveira, a Paula e às pessoas que sofrem *transtornos mentais*. Assim, na carta acima, a protagonista é colocada numa relação de equivalência àqueles que sofrem os chamados *transtornos mentais*. Essa relação é construída quando se “traça” uma divisão no desenvolvimento do evento. Mesmo que essa divisão se encontre ainda no plano da possibilidade marcado pela conjunção “se” que traz a ideia de circunstancialidade — “*se não for comprovada a agressão*, teremos visto o preconceito da imprensa e de autoridades suíças com *pessoas sofrendo transtornos mentais*” (CPO-97, grifos nossos) —, o objeto aqui representado não é só a Paula, mas genericamente as pessoas que sofrem tais transtornos. E, se “[...] o preconceito da imprensa e de autoridades suíças” (CPO-97) é evocado pelo leitor não é por acaso: tal sujeito está acentuando os interdiscursos de *segregação/exclusão* e *condenação/acusação* que operaram por muito tempo — e, pelo discurso do leitor, continuam a operar — como práticas discursivas atribuídas àqueles sujeitos que sofrem os chamados *transtornos mentais*. A expressão *transtorno mental* então (i) representa Paula Oliveira como eticamente não responsável pelo cometido; (ii) a reveste de uma explicação da ordem do “racional”, representado pelo campo da medicina, tornando o evento mais “plausível” — Paula pode ter cometido tal ato porque apresenta um transtorno mental. De tal maneira, adere-se a essa representação; mas, ao mesmo tempo, Paula, agora na possibilidade de inclusão em tal grupo, permanece ainda sem a voz de uma “verdade”. Pois, como podemos notar nas análises seguintes, a protagonista só vai falar quando o processo for julgado. E, mesmo assim, a sua fala é marcada pelo tom de descrédito, porque o jornalista representa os enunciados atribuídos a ela a partir de uma recorrência de negativas que acompanham certo tipos de

verbos empregados, tais como *confessar* (em CPO-217, CPO-222 e CPO-237), *admitir* (CPO-226) e *retratar-se* (CPO-235)³²⁰.

É curioso notar que a representação do *transtorno mental* (CPO-97) passa a circular pela dita “grande” mídia brasileira³²¹ a partir da reviravolta do caso, embora essa circulação não seja maciça e, além disso, apresente uma marca de ressalva. Mesmo diante do rareamento do evento, ao todo, o uso das palavras *transtorno psicológico/transtorno mental/transtorno psiquiátrico* para se referir a Paula Oliveira, na FSP, aparece pouco, numa média de 4 vezes — 2 vezes em 2 notícias e 2 vezes na carta de um leitor³²² —, enquanto *distúrbio psicológico* circula uma única vez³²³ nesse veículo. No JC, o emprego de *louca*³²⁴ (1 vez), *distúrbio/distúrbio psicológico/distúrbio emocional*³²⁵ (8 vezes) e *transtorno/transtorno de comportamento/transtorno psicológico*³²⁶ (4 vezes) é mais frequente que no periódico anterior. Nos outros veículos e portais analisados, as expressões *distúrbio mental*³²⁷ e *distúrbio psiquiátrico/distúrbio psicológico/distúrbio imunológico*³²⁸ foram as que mais circularam, embora numa baixa frequência³²⁹. Ainda é significativo apontar que o jornal suíço³³⁰ não atribui esse tipo de representação a Paula Oliveira³³¹. Contudo, a partir do dia 18

³²⁰ Tais análises são apresentadas mais adiante.

³²¹ Fazemos referência apenas aos veículos que fazem parte da grande mídia por nós analisados.

³²² Na carta *Brasileira na Suíça (Folha de S. Paulo, 16 fev. 2009)* e nas duas notícias intituladas *Advogado diz que estuda citar doença como defesa; médicos dizem ser raro (Folha de S. Paulo, 20 fev. 2009)* e *Depoimento de Paula não é válido, afirma advogado (Folha de S. Paulo, 26 fev. 2009)*, respectivamente.

³²³ Na notícia *Em qualquer circunstância, minha filha é vítima, diz pai (Folha de S. Paulo, 15 fev. 2009)*.

³²⁴ Na notícia *Suíços perplexos com versão da brasileira (Jornal do Commercio, 18 fev. 2009)*.

³²⁵ Na entrevista (com Paulo Oliveira) intitulada *Vou ao extremo por minha filha (Jornal do Commercio, 21 fev. 2009)* e nas notícias *Pai diz não ter prova de gravidez (Jornal do Commercio, 15 fev. 2009)*, *Suíços perplexos com versão da brasileira (Jornal do Commercio, 18 fev. 2009)*, *Ultrassom de gravidez achada no Google (Jornal do Commercio, 18 fev. 2009)*, *Advogado monta estratégia de defesa (Jornal do Commercio, 26 fev. 2009)*, *Pernambucana vai depor mais uma vez (Jornal do Commercio, 05 mar. 2009)*, *Pernambucana que simulou ataque é indiciada na Suíça (Jornal do Commercio, 17 out. 2009)* e *Procuradoria ainda não fez nova denúncia (Jornal do Commercio, 21 nov. 2009)*.

³²⁶ Na entrevista (com Paulo Oliveira) intitulada *Vou ao extremo por minha filha (Jornal do Commercio, 21 fev. 2009)* e nas duas notícias intituladas *Defesa cogita usar doença de Paula como estratégia (Jornal do Commercio, 20 fev. 2009)* e *Pernambucana condenada a pagar multa por farsa na Suíça (Jornal do Commercio, 17 dez. 2009)*, respectivamente.

³²⁷ Na notícia *Em julgamento na Suíça, brasileira diz ter sido agredida (Portal Yahoo, 16 dez. 2009)*.

³²⁸ Nas notícias *Era tudo mentira? (Veja, 18 fev. 2009)* e *Sim, era tudo mentira (Veja, 25 fev. 2009)*, respectivamente.

³²⁹ Lembramos que a análise das nomações *louca, transtorno, distúrbio psicológico* e *transtorno psicológico* já é feita na introdução. Cf. da página 19 à 25.

³³⁰ Diferentemente dos meios de comunicação brasileiros, o periódico europeu construiu o caso desde o início com mais distância, em uma “tentativa de isenção” da responsabilidade do discurso dito a partir do ponto de vista (das vozes que falaram a favor) de Paula Oliveira. Isso é feito por meio do uso de modalizadores (ex. *prétendue agression (suposta agressão)* (13 fev. 2009)), de verbos no futuro do pretérito do indicativo com o particípio passado (ex. *la jeune femme aurait été ataqué (a jovem teria sido atacada)* (12 fev. 2009), *elle aurait fait (ela teria feito)* (13 fev. 2009)), do pretérito imperfeito com o particípio passado (ex. *la femme avait été victime (a jovem tinha sido vítima)* (13 fev. 2009)) e de algumas nomações (ex. *cas de maltraitance (caso de*

de fevereiro de 2009, o discurso do periódico europeu passa a representar o caso a partir das ideias de *fabulação* e *automutilação* “vazadas” na imprensa durante a investigação³³². Porém a representação relacionada à *saúde mental* da protagonista só aparece, pontualmente, no dia do julgamento (16 dez. 2009), nas posições textuais do subtítulo (CPO-206) e do último parágrafo (CPO-214) da notícia, respectivamente, conforme podemos observar abaixo:

CPO-204 BRÉSILIE NNE AUTOMUTILÉE

CPO-205 La jeune femme nie avoir inventé son agression

CPO-206 *Le procès de la Brésilienne de 27 ans accusée d'avoir inventé en février dernier une fausse agression à Zurich a commencé mercredi matin. Souffrant de problèmes psychiques, la jeune femme ne reconnaît pas s'être automutilée pour faire croire à une attaque par des néo-nazis.*

CPO-207 *Elle ne se souvenait pas s'être infligée les blessures elle-même*[Legenda]³³³

CPO-208 *Interrogée par le juge unique du Tribunal de district de Zurich, la prévenue a affirmé qu'elle ne se souvenait pas s'être infligée les blessures elle-même. «J'ai été agressée», a-t-elle déclaré à la barre après avoir pourtant rapidement avoué la supercherie durant l'enquête.*

CPO-209 *«Cette version-là des faits correspond à la vérité enregistrée dans ma tête», a souligné la juriste de formation travaillant en Suisse. Après de longs mois de thérapie, la jeune femme prétend que ses souvenirs ne correspondent toutefois pas à la vérité absolue. Elle a expliqué avoir fait des aveux en février «pour que l'affaire soit close le plus vite possible». Depuis, elle s'est rétractée.*

CPO-210 Justice induite en erreur

CPO-211 *Son avocat a annoncé avant le procès qu'il fournirait de nouvelles preuves de l'innocence de sa cliente. Le Ministère estime au contraire que la jeune femme a induit la justice en erreur. Il réclame une peine de 180 jours-amende à 30 francs avec sursis contre la prévenue et une amende de 1000 francs.*

maltrato) (12 fev. 2009), *la Brésilienne trouvée tailladée (a brasileira encontrada cortada)* (13 fev. 2009)). As traduções entre parênteses são nossas.

³³¹ Mesmo expondo fotos da protagonista e dos seus cortes no corpo, esse jornal europeu em momento algum faz menção ao nome próprio dela, diferentemente do que ocorre nos veículos brasileiros analisados.

³³² Posteriormente, quando o processo fica próximo de ser julgado, a protagonista passa a ser representada por meio de nomações como *la Brésilienne affabulatrice (a brasileira fabuladora)* (16 out. 2009), *la femme avait prétendu avoir été agressée (a mulher tinha alegado ter sido agredida)* (16 out. 2009), *la Brésilienne qui s'était mutilée (a brasileira que tinha se mutilado)* (3 dez. 2009), *la Brésilienne de 26 ans qui avait inventé une agression et s'était auto-mutilée (a brasileira de 26 anos que tinha inventado uma agressão e tinha se automutilado)* (3 dez. 2009), *la jeune femme (a moça)* (3 dez. 2009), *brésilienne automutilée (brasileira automutilada)* (15 dez. 2009), *la mythomane présumée (a suposta mitomaniaca)* (15 dez. 2009), *la Brésilienne de 27 ans qui avait défrayé la chronique en février dernier en se prétendant victime d'une agression par des néo-nazis (a brasileira de 27 anos que chegou às manchetes em fevereiro, alegando ser vítima de uma agressão por neonazistas em Zurique)* (15 dez. 2009), *la femme de 27 ans s'était automutilée et avait ensuite inventé un histoire d'agression (a jovem de 27 anos tinha se automutilado e inventado em seguida uma história de agressão)* (15 dez. 2009), *la ressortissante brésilienne (a cidadã brasileira)* (15 dez. 2009), *la prévenue (a acusada)* (15 dez. 2009), *La jeune femme s'était automutilée (a jovem tinha se automutilado)* (15 dez. 2009), entre outras. As traduções entre parênteses são nossas.

³³³ Essa legenda é inserida após duas fotos que trazem o rosto de Paula com os olhos embaçados pelo jornal e suas pernas marcadas pelas letras SVP, respectivamente.

CPO-212 En février dernier, la prévenue alarme la police et les sauveteurs, prétendant avoir été agressée par trois néo-nazis près de la gare de Zurich-Stettbach. Son corps est marqué de coupures formant les lettres «SVP» («UDC» en français). Elle indique aussi avoir reçu des coups de pied au ventre qui auraient mené à une fausse couche de ses jumeaux dans les toilettes de la gare.

CPO-213 Quelques jours plus tard la jeune femme passe aux aveux: elle aurait inventé cette agression et se serait automutilée dans les toilettes de la gare. L'expertise gynécologique a en outre conclu qu'elle n'était pas enceinte.

CPO-214 Le juge unique de la Cour devra démêler le vrai du faux dans cette affaire. Il devra aussi évaluer le degré de responsabilité de la ressortissante brésilienne sur la base d'une expertise psychiatrique.

(ASSOCIATED Press. La jeune femme nie avoir inventé son agression. *20 minuten*, Zurich, Faits divers, 16 dez. 2009, às 11h35, atual. às 11h43)³³⁴

*Souffrant de problèmes psychiques*³³⁵ (CPO-206) é a única representação “direta” atribuída à protagonista, nesse momento, que diz respeito a sua saúde “mental”. Essa forma de nominá-la, inclusive, durante toda a representação do evento feita pelo periódico suíço, não circula e só ocorre na notícia acima. Formada pelo verbo no gerúndio, o qual indica uma continuidade e não uma finalização, essa nomeação complementa a longa representação atribuída a ela no início do subtítulo — “[...] la Brésilienne de 27 ans *accusée* d'avoir *inventé* en février dernier une *fausse* agression à Zurich [...]”³³⁶ (CPO-206, grifos nossos). Esse

CPO-204 ³³⁴**BRASILEIRA AUTOMUTILADA**

CPO-205 A jovem nega ter inventado a agressão

CPO-206 O processo da brasileira de 27 anos acusada de ter inventado em fevereiro uma falsa agressão em Zurique começou nesta quarta de manhã. Sofrendo de problemas psicológicos, a jovem não reconheceu ter se automutilado para fazer crer em um ataque dos neonazistas.

CPO-207 Ela não se lembrava de ter infligido os cortes nela mesma [Legenda]

CPO-208 Interrogada pelo juiz do Tribunal do distrito de Zurique, a acusada afirmou que não se lembrava de ter infligido os cortes nela mesma. “Eu fui agredida”, declarou ela, depois de confessar no tribunal porém rapidamente a farsa durante a investigação.

CPO-209 “Esta versão dos fatos corresponde à verdade gravada na minha cabeça”, salientou a advogada de formação trabalhando na Suíça. Após meses de terapia, a jovem alega que suas lembranças não correspondem à verdade absoluta. Ela explicou ter feito a confissão em fevereiro “para que o caso fosse fechado o mais rápido possível”. Depois ela se retratou.

CPO-210 **Justiça induzida ao erro**

CPO-211 Seu advogado anunciou antes do julgamento que ele forneceria novas provas de inocência de sua cliente. O Ministério acredita, ao contrário, que a jovem induziu a justiça ao erro. Ele pede uma pena de 180 dias de multa a 30 francos diários contra a acusada e uma multa de 1000 francos.

CPO-212 Em fevereiro, a acusada avisou à polícia e às equipes de resgate ter sido agredida por três neonazistas perto da estação de Zurique. Seu corpo é marcado por cortes que formam as letras “SVP” (“UDC” em alemão). Ela indica também que recebeu pontapés na barriga que a teriam levado a um aborto de seus gêmeos no banheiro da estação.

CPO-213 Poucos dias depois, a jovem confessa: ela teria inventado essa agressão e teria se auto-mutilado nos banheiros da estação. A perícia ginecológica concluiu ainda que ela não estava grávida.

CPO-214 O juiz da Corte deverá separar o verdadeiro do falso neste caso. Ele também deverá avaliar o grau de responsabilidade da cidadã brasileira a partir de um relatório psiquiátrico.

(ASSOCIATED Press. La jeune femme nie avoir inventé son agression. *20 minuten*, Zurich, Faits divers, 16 dez. 2009, às 11h35, atual. às 11h43, tradução nossa)

³³⁵ *Sofrendo de problemas psicológicos* (tradução nossa).

³³⁶ “[...] a brasileira de 27 anos *acusada* de ter *inventado* em fevereiro uma *falsa* agressão em Zurique” (grifos nossos, tradução nossa).

enunciado acentua o ato da personagem a partir dos verbos *accusée* e *inventé* e do adjetivo *fausse*³³⁷. Continua-se a representá-la, ainda no subtítulo, a partir de mais dois atos enunciativos: “Souffrant de problèmes psychiques, la jeune femme ne *reconnaît* pas s’être automutilée pour *faire croire* à une attaque par des néo-nazis”³³⁸ (CPO-206, grifos nossos). *Reconnaît* e *faire croire* têm um forte apelo emotivo; assim como os atos anteriores citados — *accusée* e *inventé* —, o emprego deles se dá num tom sensacional, típico dos *faits divers*, como parte de interpretações feitas a partir da posição exotópica do jornalista.

Acusar, inventar, falsa, reconhecer e fazer crer (em alguma coisa) são empregados pelo jornalista para referenciar o acontecimento noticiado — só que a partir do ponto de vista da justiça suíça que é tomado pelo autor do texto e não necessariamente na ordem cronológica do evento³³⁹. Ao observarmos o emprego dessas palavras e como foram usadas, notamos que há uma sequência enunciativa que é contada e representada na notícia: a brasileira *acusada* de ter *inventado* uma agressão *falsa* e que não *reconhece* a automutilação para *fazer* (as pessoas) *acreditarem* no ataque. Então, a imagem da protagonista produzida e que o jornalista se apropria é semanticamente formulada num tom negativo: Paula é a (i) brasileira *acusada* de ter *inventado* uma agressão *falsa* e (ii) a que não *reconhece* a automutilação. Além disso, ele não a isenta da responsabilidade pelo ato, mesmo que a represente, logo depois, como *souffrant de problèmes psychiques*. Pois, tanto na legenda, como no lide, sublide e no desfecho da notícia, os discursos que circulam não fortalecem essa nomenclatura a ela atribuída. Ou seja, as palavras usadas para “contextualizar” o evento discursivo no subtítulo apontam para como o caso e Paula foram representados ao longo do texto.

A legenda — “*Elle ne se souvenait pas s’être infligée les blessures elle-même*”³⁴⁰ (CPO-207) —, constitui uma representação do conteúdo do discurso de Paula a partir da voz

³³⁷ Os verbos *acusado* e *inventado* e o adjetivo *falsa* (tradução nossa).

³³⁸ “Sofrendo de problemas psicológicos, a jovem não *reconheceu* ter se automutilado para *fazer crer* em um ataque dos neonazistas” (grifos nossos, tradução nossa).

³³⁹ Embora esse fundo apreciativo do discurso do autor do texto, que constrói a narrativa do evento por meio de apreciações que toma para si, possa não ser notado pelo leitor.

³⁴⁰ Esse enunciado talvez possa ser interpretado como um *discurso indireto livre*. De acordo com Volochínov (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]), o DIL não apresenta marcas sintáticas claras entre o discurso citante e o citado. Isto é, ele ocorre quando a voz citante e a voz citada se fundem, desaparecendo as fronteiras dos discursos. Nele, identificamos a palavra citada não graças ao sentido, mas graças às entoações e acentuações próprias do herói e à orientação apreciativa do discurso. Desse modo, entendemos que o enunciado “*Elle ne se souvenait pas s’être infligée les blessures elle-même*” (“*Ela não se lembrava de ter infligido os cortes nela mesma*”) (CPO-207, grifo nosso) é interpretado como um DIL pelas condições contextuais em que ele se encontra: como uma legenda, é colocado abaixo de uma foto de Paula, mas não é marcado como uma fala da protagonista ou do juiz. Porém, ao lermos o lide da notícia, observamos que o mesmo enunciado é trazido como o discurso de Paula Oliveira, o qual é reportado como DI pelo jornalista: “Interrogée par le juge unique du Tribunal de district de Zurich, la prévenue a affirmé qu’*elle ne se souvenait pas s’être infligée les blessures elle-même*” (CPO-208, grifo nosso). Desse modo, a legenda foi retirada desse discurso indireto e colocada como tal

do juiz do tribunal de Zurique. Essa representação, feita no plano do *conteúdo* do dizer da protagonista, foi reportada em DI pelo jornalista na primeira parte do lide: “Interrogée par le juge unique du Tribunal de district de Zurich, la prévenue a affirmé qu’elle ne se souvenait pas s’être infligée les blessures elle-même”³⁴¹ (CPO-208, grifo nosso). Essa RDA no início do lide é seguida, mais adiante, por duas citações em DD de parte do que Paula declarou durante o processo: “‘J’ai été agressée’, a-t-elle déclaré à la barre après avoir pourtant rapidement avoué la supercherie durant l’enquête”³⁴² (CPO-208, grifo nosso) e “‘Cette version-là des faits correspond à la vérité enregistrée dans ma tête’, a souligné la juriste de formation travaillant en Suisse”³⁴³ (CPO-209, grifo nosso). Ora, a interação entre o DI inicialmente trazido no lide (CPO-208) e os DD de marcação sintática e tipográfica³⁴⁴ (CPO-208 e CPO-209) e a inserção da fala de Paula nessa ordem têm relevância para o ponto de vista que defende o autor do texto: ela não se lembra de ter infligido os cortes nela mesma, mas declara, a partir das palavras que ela mesma profere (DD entre aspas) e que são retomadas, que foi agredida e que isso está registrado na sua cabeça.

De acordo com Volochínov (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929], p. 150), “o discurso citado é visto pelo falante como a enunciação de uma outra pessoa, *completamente independente na origem*, dotada de uma construção completa, e situada fora do contexto narrativo” (grifos nossos). No entanto, quando o discurso outro é por mim reportado — mesmo que este conserve o conteúdo e o que Volochínov (ibidem, p. 147-148) chama de “rudimentos da sua integridade linguística e da sua autonomia estrutural primitivas” —, tal enunciação integra a constituição de uma outra enunciação. Ora, de um discurso, entrevemos outros discursos, de uma fala, outras falas, de uma palavra, outras palavras. Nessa cadeia dialógica, um dizer sempre constrói uma representação de um outro dizer, e assim sucessivamente. No trecho analisado, a orientação do DI (CPO-208) para com os DD (CPO-208 e CPO-209) permite que o leitor faça uma “análise” da fala e do conteúdo citado que é

(CPO-207) sem modificações textuais. Logo, só entendemo-la como uma fala de Paula em DIL ao ler o texto, em função de um contexto mais amplo.

³⁴¹ “Interrogada pelo juiz do Tribunal do distrito de Zurique, a acusada afirmou que *não se lembrava de ter infligido os cortes nela mesma*” (grifo nosso, tradução nossa).

³⁴² “‘*Eu fui agredida*’, declarou ela, depois de ainda confessar rapidamente o farsa durante a investigação” (grifo nosso, tradução nossa).

³⁴³ “‘*Esta versão dos fatos corresponde à verdade gravada na minha cabeça*’, salientou a advogada de formação trabalhando na Suíça” (grifo nosso, tradução nossa).

³⁴⁴ Segundo Authier-Revuz (2015 [2001]), existe uma variação no conjunto que é o DD: há os de sobremarcação sintática + tipográfica, os de apenas marcação sintática, os de marcação tipográfica + índice semântico, entre outros.

atribuído à protagonista antes mesmo das citações diretas e entre aspas serem apresentadas³⁴⁵. Ou seja, o leitor acessa “diretamente” a fala da protagonista depois do discurso atribuído a ela de forma indireta. É interessante, para essa discussão, o que afirma Authier-Revuz (2004c [1982], p. 70) sobre o DD:

é uma forma - fundamentada na autonímia - particularmente clara do distanciamento: o locutor-relator ali se representa como sendo, na parte citada, somente a “voz” que *pronuncia* palavras, dependendo, realmente, de um outro ato de enunciação - outro par de interlocutores, outro tempo, etc. Entre os numerosos problemas que essa aparente simplicidade coloca, é preciso interrogar-se sobre a natureza da afirmação: “eu não estou *significando* isto *para vocês*”, que coloca o locutor em posição de exterioridade em relação às palavras que ele está pronunciando para o interlocutor.

Assim, o jornalista ao representar o discurso outro constrói uma ilusão — que a autora chama de “aparente simplicidade” — a respeito da *independência* do discurso citado. É como se o jornalista se colocasse numa posição de exterioridade quanto aos discursos que representa: no caso analisado, representa-se o discurso de Paula por meio da figura do juiz. Parece, então, que existe a ideia, quando se fala nessa forma de representar o discurso outro, de um discurso “claramente” formulado entre um que cita a fala outra. Porém, nesse processo, o tom do que cita pode e certamente influencia o dito citado. É, desse modo, sob um fundo aperceptivo de “dúvida” — o qual é construído a partir do início do lide em DI (CPO-208) —, que o jornalista parece não levar a sério os dizeres de Paula Oliveira citados em DD e entre aspas (CPO-208 e CPO-209). Então, a voz do jornalista, a do juiz e a de Paula se entrecruzam; mas, nessa inter-relação, o ponto de vista do juiz, tomado pelo autor do texto, se sobressai. Nisso, o discurso da protagonista é usado segundo os propósitos do periódico e condicionado, de antemão, pela interpretação atribuída a sua fala na legenda pelo uso do DIL (CPO-207). Então, o discurso de Paula Oliveira, mesmo sendo aspeado e representado como DD no lide e sublide, respectivamente, respalda o que o jornalista apresentou antes e indiretamente livre sobre ela na legenda³⁴⁶: a agressão que a protagonista declara ter sofrido é

³⁴⁵ É o que Volochínov (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]) chama de *discurso direto preparado*. Essa variante do discurso ocorre quando o DD emerge do DI ou DIL. Em relação ao discurso direto preparado, os temas tratados no DD são antecipados pelo contexto e acentuados pelo narrador, o que acaba enfraquecendo as fronteiras da enunciação outra.

³⁴⁶ Ou, ainda: os dizeres de Paula são aspeados em DD e antecedidos pelo DIL (da legenda) conforme os propósitos do autor do texto. Ademais, na legenda, o juízo de não veracidade sobre a declaração dela fica velado porque o enunciado está deslocado do contexto geral em que foi proferido — “*Elle ne se souvenait pas s’être infligée les blessures elle-même*”³⁴⁶ (CPO-207). Contudo quando essa mesma afirmação é inserida no texto e no contexto, mesmo que representado em DI — “Interrogée par le juge unique du Tribunal de district de Zurich, la prévenue a affirmé qu’*elle ne se souvenait pas s’être infligée les blessures elle-même*” (CPO-208) —, o uso de

colocada em suspenso. Além disso, nos trechos CPO-208 e CPO-209, as representações de Paula Oliveira como (i) a que inventou uma agressão falsa, porque a confessou durante a investigação, e (ii) a que não se lembra de ter se auto-mutilado respaldam e vão de acordo com aquelas construídas no título (CPO-205), no subtítulo (CPO-206), na legenda (CPO-208) e no lide (CPO-209): (i) brasileira *acusada* de ter *inventado* uma agressão *falsa* (CPO-206 e CPO-207) e (ii) a que não *reconhece* a automutilação (CPO-206, CPO-207 e CPO-208).

Tais representações continuam a circular ao longo da notícia, embora por meio de discursos distintos. Na primeira parte do sublide da notícia — “‘Cette version-là des faits correspond à la vérité enregistrée dans ma tête’, a souligné la juriste de formation travaillant en Suisse” (CPO-209, grifo nosso) —, coloca-se o tema da *verdade* para Paula e o leitor. E, na segunda parte do sublide, é feita uma pequena narrativização³⁴⁷, pelo jornalista, do que se poderia chamar da situação “atualizada” vivida por Paula Oliveira: “Après de longs mois de thérapie, la jeune femme prétend que ses souvenirs ne correspondent toutefois pas à la vérité absolue”³⁴⁸ (CPO-209, grifos nossos). Porém o emprego de *après de longs mois de thérapie* como um emblema dessa narrativa mínima não corrobora a representação de *souffrant de problèmes psychiques* (CPO-206). De fato, o discurso dela é novamente colocado em dúvida a partir do uso das expressões *à la vérité enregistrée dans ma tête* e *à la vérité absolue*. É interessante notar que, no último parágrafo — “Le juge unique de la Cour devra démêler le vrai du faux dans cette affaire”³⁴⁹ (CPO-214, grifo nosso) —, a verdade é trazida novamente à tona a partir das palavras *le vrai du faux*. Então esse tema, trazido por meio do discurso da justiça Suíça, cujo jornal parece se comprometer, é apresentado por meio da incerteza colocada sobre as asserções de Paula. Falar em *verdade*, *verdade absoluta* e *verdadeiro x falso* consiste, então, em pôr em dúvida o que a protagonista afirmou, sendo apenas aceito como o dito verdadeiro o que aparece como “o evidente”, o que pode ser provado³⁵⁰, valores

“la prévenue a affirmé...” é significativo porque acentua o tom de dúvida. Ora, a protagonista já é nominada como *la prévenue (a acusada)*, o que faz com que qualquer declaração dela esteja sob suspeita; segundo, porque o uso do verbo *dicendi a affirmé (afirmou)* constrói um tom de distanciamento no jornalismo.

³⁴⁷ Chamamos de *narrativização* aquele momento em que o jornalista, durante a notícia, elabora sumarizações ou traz “esclarecimentos” de aspectos e pontos tomados como relevantes para dar continuidade à construção do acontecimento. Na *narrativização*, podemos encontrar o eco de outras vozes sociais de forma menos marcada — aproximando-nos da heterogeneidade constitutiva —, no entanto um dos efeitos que essa narrativização produz é o de que o jornalista está apenas relatando ou dando continuidade à “narrativa” do evento a sua maneira, com suas palavras.

³⁴⁸ “Après meses de terapia, a jovem alega que suas lembranças não correspondem à verdade absoluta” (grifos nossos, tradução nossa).

³⁴⁹ “O juiz da Corte deverá separar o verdadeiro do falso neste caso” (grifo nosso, tradução livre nossa).

³⁵⁰ Poderíamos pensar que talvez nesse trecho as ideias do *cartesianismo* (de Descartes) ainda ecoem nos discursos. Ou seja, talvez seja possível escutar a voz desse sistema filosófico, como parte de uma grande *vox*

que o escritor localiza na voz da justiça. O peso dessa voz evidencia-se ainda mais, então, no tom hesitante da protagonista. Hesitação e dúvida essas que não são consideradas pelo escritor do texto, na medida em que ele já traz no chapéu da notícia, em letras maiúsculas, a representação da protagonista a partir do sintagma nominal que a identifica como a responsável pelos cortes do corpo: “BRÉSILIEENNE AUTOMUTILÉE”³⁵¹ (CPO-204).

Por fim, a representação *souffrant de problèmes psychiques* (CPO-206), vinda do campo de uma justificativa da esfera da medicina psiquiátrica, sobre o ato cometido por Paula, aparece subentendida e ancorada pontualmente no último enunciado da notícia: “Il devra aussi évaluer *le degré de responsabilité* de la ressortissante brésilienne sur la base d'une *expertise psychiatrique*”³⁵² (CPO-214, grifos nossos). Nele, o jornalista (evoca e) retoma termos da esfera jurídica para dizer, a partir do laudo médico, se há responsabilidade da protagonista pelo acontecimento. Mas, na prática social, só cabe ao advogado falar sobre isso após a intervenção discursiva do saber médico. Ou seja, aquele sujeito não toma posse sobre o saber da medicina, em especial, da psiquiatria. Isso é relevante apontar porque ocorre o oposto nas notícias veiculadas nos periódicos brasileiros analisados. Além disso, da forma como o jornalista representa essa *responsabilité* a partir do termo *degré*³⁵³, fica claro, para nós, o porquê dessa representação não ter circulado durante a construção do evento no periódico europeu: o jornalista, por meio das vozes convocadas, defende o ponto de vista de que há algum tipo de responsabilidade da protagonista pelo cometido e que dizê-la como *souffrant de problèmes psychiques* (CPO-206) não a exime de tal ato.

Observamos, contudo, que, nesse mesmo dia do julgamento (16 dez. 2009) os portais *GI* (globo.com) e *Uol*, respectivamente, apresentaram outra forma de circular o discurso médico — por meio da fala do advogado de defesa da protagonista (CPO-216, CPO-233 e CPO-234) — e, assim, de representá-la a partir de tais esferas — a voz da psiquiatria aparece “absorvida” pela da justiça —, como podemos ver abaixo:

CPO-215 Em julgamento na Suíça, brasileira diz ter sido agredida

CPO-216 A brasileira Paula Oliveira, acusada de forjar um ataque de neonazistas na Suíça, disse hoje a um juiz do tribunal de Zurique que não se lembra de ter se auto flagelado e manteve a primeira versão dada à polícia. “Eu fui agredida”, disse. “Essa

Populi, que oferece adesão e respaldo para o jornalista defender o seu ponto de vista no tema da verdade e evidência.

³⁵¹ “Brasileira automutilada” (tradução nossa).

³⁵² “Ele também deverá avaliar *o grau de responsabilidade* da cidadã brasileira a partir de um *relatório psiquiátrico*” (grifos nossos, tradução nossa).

³⁵³ *Responsabilidade* e *grau* respectivamente.

versão dos fatos corresponde à verdade que está gravada na minha cabeça.” O advogado de defesa da brasileira tenta apresentar Paula Oliveira como alguém que sofre de problemas psiquiátricos.

CPO-217 Nos dias seguintes à suposta agressão, em fevereiro, Paula confessou à polícia de Zurique que tudo não havia passado de uma farsa. Agora ela apresenta uma nova versão dos fatos em seu julgamento. Paula, que até hoje tem seu passaporte retido pela Justiça, responde no Tribunal de Zurique pelo crime de “induzir a Justiça ao erro”. Segundo a reportagem apurou, a brasileira pode ser condenada a pagar uma multa de R\$ 10 mil pela armação.

CPO-218 A Procuradoria de Zurique, que por sete meses investigou o caso, não pediu que a brasileira seja presa por considerar que uma pena financeira já seria suficiente. Ainda assim, os suíços decidiram aliviar a situação da acusada. O pedido é para que ela pague os R\$ 10 mil apenas se cometer uma nova infração.

CPO-219 Em fevereiro, a brasileira chamou a polícia e contou que havia sofrido um ataque na periferia de Zurique. Ela dizia estar grávida e ter sido agredida por neonazistas. Em seu primeiro depoimento, Paula disse ter sofrido um aborto de gêmeos e o caso mobilizou a diplomacia brasileira. O governo chegou a preparar uma ação na Organização das Nações Unidas (ONU), alegando um ataque xenófobo, e um verdadeiro circo político foi montado para atender a brasileira.

CPO-220 Até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a fazer declarações, apontando para a “incrível violência contra uma mulher brasileira no exterior”. Outros ministros lembraram o Holocausto. O pai da brasileira, Paulo Oliveira, era assessor de um parlamentar.

CPO-221 Sigilo

CPO-222 Agora, a ordem é sigilo total diante da acusação de armação. Para a polícia, Paula confessou nos dias seguintes ao ataque que tudo não passava de uma armação. Um laudo médico feito pela Universidade de Zurique provou que ela não estava grávida.

CPO-223 Seu pai, Paulo Oliveira, continuou mantendo por semanas a tese de que não duvidaria da palavra de sua filha. Um processo foi aberto contra a brasileira e ela foi formalmente acusada. Caberá a um juiz do tribunal decidir a pena e se Paula sofria de distúrbios mentais. A procuradoria sequer citou o fator psiquiátrico na denúncia. (AGÊNCIA Estado. Em julgamento na Suíça, brasileira diz ter sido agredida. *Portal G1* (globo.com), São Paulo, Brasil, Notícia, 16 dez. 2009, às 12h39, atual. às 12h40)

CPO-224 Justiça da Suíça condena brasileira por forjar ataque neonazista

CPO-225 A brasileira Paula Oliveira foi considerada culpada pela Justiça suíça por mentir que teria sido atacada por neonazistas no país europeu.

CPO-226 A brasileira afirmava ter sido agredida por três skinheads quando voltava do trabalho na noite de 9 de fevereiro na periferia de Zurique, mas admitiu que a história era falsa [Legenda]

CPO-227 Ela também dizia ter sofrido um aborto espontâneo após a agressão, mas a alegação de que estava grávida de três meses foi desmentida em seguida por exames ginecológicos e de laboratório [Legenda]

CPO-228 Segundo a decisão, anunciada na tarde desta quarta-feira (16), a brasileira foi condenada a pagar os custos do processo, que somam 2.500 francos suíços (cerca de R\$ 4.200), e uma multa condicional de 10.800 francos suíços (cerca de R\$ 20 mil), por induzir a Justiça a erro.

CPO-229 A multa condicional, segundo a lei suíça, deverá ser paga se a brasileira desrespeitar as indicações da Justiça ou cometer um crime nos próximos dois anos.

CPO-230 Paula, que é advogada, afirmou em fevereiro passado ter sido agredida na noite de 9 de fevereiro, na periferia de Zurique, por três neonazistas. Também disse que estava grávida e que havia sofrido um aborto depois da agressão, uma informação desmentida pelos exames ginecológicos.

CPO-231 O ventre e as pernas da ré apresentavam marcas feitas por um estilete, formando as letras SVP, a sigla de um partido suíço de ultradireita. A Justiça acatou a argumentação da promotoria de que os ferimentos tinham sido causados pela própria Paula.

CPO-232 Defesa

CPO-233 Na abertura do julgamento, em um tribunal de Zurique, o advogado da brasileira havia pedido a absolvição de Paula, ao afirmar que ela não pode ser considerada responsável por seus atos e declarações.

CPO-234 Roger Muller alegou que Paula sofre transtornos neuropsicológicos provocados por uma doença autoimune, o lúpus sistêmico. “A doença exige muitas visitas médicas, muitos medicamentos e muitas terapias, que podem provocar delírios”, explicou o advogado.

CPO-235 A acusada, vestida de negro e acompanhada por seu pai, respondia às perguntas do juiz com a ajuda de um intérprete. Em sua primeira declaração à juíza Eleonora Lichti, Paula se retratou de sua confissão e negou que tivesse inventado a agressão.

CPO-236 “Fui agredida. Esta versão dos fatos corresponde à verdade que tenho registrada em minha cabeça”, disse.

CPO-237 A brasileira disse que confessou ter inventado a história “para que o assunto fosse fechado o mais rápido possível”. Durante todos os meses desde o incidente, em fevereiro, até o momento, Paula Oliveira esteve submetida a tratamento psiquiátrico.

CPO-238 Repercussão na imprensa suíça

CPO-239 O caso, que é acompanhado na imprensa suíça desde fevereiro, voltou a ganhar espaço nesta quarta-feira.

CPO-240 “Paula mentirosa é desmascarada” e “Mentir ficou caro para Paula O.”, são os títulos que o tabloide Blick usou para destacar o caso. A edição suíça do jornal “20 minutos” foi na mesma linha: “Verdicto para uma mentirosa”.

CPO-241 A versão online do jornal NZZ afirma “Paula O. é considerada culpada”, e abre espaço para o comentário dos leitores, que pedem para que ela “seja enviada de volta à América do Sul”.

CPO-242 “Com cada história mentirosa que é descoberta, os policiais acreditarão cada vez menos nas mulheres que fizerem denúncias verdadeiras”, escreve outro internauta.

(JUSTIÇA da Suíça condena brasileira por forjar ataque neonazista. (Com informações de NZZ Online, SF Tagesschau, 20minuten online e agências internacionais). Portal *Uol*, São Paulo, Internacional, Notícia, 16 dez. 2009, às 14h10)

Podemos fazer três observações. Primeiro, nas duas notícias acima existe um acento maior em relação ao saber médico para falar sobre Paula Oliveira — em comparação com a matéria do jornal suíço supracitada³⁵⁴ (CPO-204 a CPO-214). Segundo, cada um dos títulos das 3 notícias referentes ao julgamento do caso representam a protagonista de forma distinta: *La jeune femme nie avoir inventé son agression*³⁵⁵ (CPO-205), *Em julgamento na Suíça, brasileira diz ter sido agredida* (CPO-215) e *Justiça da Suíça condena brasileira por forjar ataque neonazista* (CPO-224). No periódico suíço, o acento é colocado na protagonista e no

³⁵⁴ Cf. as páginas 256 e 257.

³⁵⁵ *A jovem nega ter inventado a agressão* (tradução nossa).

ato enunciativo de negação — *la jeune femme e nie*³⁵⁶, respectivamente; no portal *GI*, acentua-se o julgamento e o conteúdo do dizer da protagonista — *em julgamento e brasileira diz...*, respectivamente; no *Uol*, o acento recai na justiça suíça e no veredicto que ela dá a Paula — *Justiça da Suíça e condena*, respectivamente. Assim, há também três direcionamentos interpretativos dados ao fechamento do caso³⁵⁷.

Terceiro, na notícia do veículo suíço, a representação *souffrant de problèmes psychiques* aparece no subtítulo a partir do acento negativo que se atribui ao ato enunciativo de Paula: “*Souffrant de problèmes psychiques, la jeune femme ne reconnaît pas sêtre automutilée pour faire croire à une attaque par des néo-nazis*” (CPO-206, grifo nosso). Já na do *GI*, inicia-se a construção da narrativa do caso a partir do DI que representa a fala da protagonista no tribunal, *fala*, por sua vez, que se confunde com a inclusão da avaliação enunciativa do jornalista sobre o pronunciamento dela: “A brasileira Paula Oliveira, acusada de forjar um ataque de neonazistas na Suíça, disse hoje a um juiz do tribunal de Zurique que não se lembra de ter se auto flagelado *e manteve a primeira versão dada à polícia*” (CPO-216, grifo nosso). Em seguida, é trazido, ao final do lide, em DI, o seguinte enunciado: “O advogado de defesa da brasileira *tenta apresentar Paula Oliveira como alguém que sofre de problemas psiquiátricos*” (CPO-216, grifos nossos). Ora, qual é a representação discursiva que esse enunciado, inserido ao final do lide, constrói? Remete-se ao discurso do advogado de defesa da protagonista a partir da exposição do ponto de vista de que existe uma tentativa dela ser apresentada como *um sujeito outro*, que até então ainda não lhe cabia, durante o evento, “ser”. O enunciado *alguém que sofre de problemas psiquiátricos* funciona como uma nomeação indireta e está no plano de uma *possibilidade*, ou seja, de uma *não definição* dada ainda pelo pronome indefinido *alguém*, o qual ela pode “preencher”. E essa mesma representação é retida ao final da notícia: “Caberá a um juiz do tribunal decidir a pena e *se Paula sofria de distúrbios mentais*” (CPO-223, grifo nosso). Novamente, notamos que a identificação dela como pertencente a esse lugar é feita a partir da hipótese marcada pelo uso da conjunção *se*. Mesmo assim, na última linha do texto, ao ser enunciado “A procuradoria *sequer* citou o fator psiquiátrico na denúncia” (CPO-223, grifo nosso), o uso do advérbio *sequer* marca uma crítica à justiça suíça que não considerou essa possibilidade. Isso nos

³⁵⁶ *A jovem e nega* respectivamente.

³⁵⁷ Lembramos que cada notícia foi veiculada no mesmo dia (16 dez. 2009) da do jornal suíço, com apenas uma pequena diferença no horário de publicação e atualização: a do *20 minuten* foi publicada às 11h35 e atualizada às 11h43; a do *GI*, às 12h39, com atualização às 12h40; e a do *Uol* às 14h10. É importante lembrar que as notícias brasileiras foram marcadas conforme o horário de Brasília, já a do periódico suíço, o fuso horário da Europa Central. Este último é 3 horas a frente do nacional.

mostra que, embora o texto seja construído a partir do acento que se dá ao ponto de vista das vozes contrárias à versão da protagonista — o juiz do Tribunal de Zurique, a polícia suíça, a Procuradoria de Zurique, os suíços, a justiça (da Suíça) e a Universidade de Zurique —, o autor indica no texto a necessidade de se considerar o estado de saúde da protagonista. E faz marcar essa necessidade por meio daquele advérbio.

Não obstante o jornalista inicie e termine a notícia apresentando, pontualmente, o espaço axiológico da doença como uma possibilidade, essa retomada, intra-textual, permite-nos pensar que a representação de *problemas psiquiátricos* (CPO-216) (do lide) e *distúrbios mentais* (CPO-223) (do último parágrafo) vai se associando a de *suposta agressão* (CPO-217), *farsa* (CPO-217), *crime* (CPO-217), *acusada* (CPO-218) e *armação* (CPO-222). Essas são retomadas a partir do ponto de vista das vozes que se opõem à versão de Paula Oliveira: polícia de Zurique (CPO-217), Tribunal de Zurique (CPO-217), suíços (CPO-218) e, novamente, a da polícia (CPO-222). Além disso, o uso de algumas posições, ao longo do texto, corroboram a identificação que essas vozes trazem da protagonista: “A brasileira Paula Oliveira, *acusada de forjar um ataque de neonazistas na Suíça*, disse hoje a um juiz do tribunal de Zurique que não se lembra de ter se auto flagelado e manteve a primeira versão dada à polícia” (CPO-216, grifo nosso) e “Paula, *que até hoje tem seu passaporte retido pela Justiça*, responde no Tribunal de Zurique pelo crime de ‘induzir a Justiça ao erro’” (CPO-217, grifo nosso).

É interessante apontar ainda que, mesmo diante da apresentação da personagem a partir da voz da justiça da Suíça, a qual é topicalizada e acentuada de antemão a partir do termo *juízo* (CPO-215) inserido logo no título, essa notícia é um exemplo de como o ponto de vista do sujeito pode variar, isto é, de como ele é contingente (FRANÇOIS, 2012a): embora marcado a partir de uma eventualidade trazida pelo jornalista e não considerado pelas vozes que acentua no texto, o estado de saúde da protagonista é, para esse autor, uma indicação que produz uma necessidade *discursiva* para falar *dela*, do *caso* e sobre *ela*. Ademais, não obstante o saber médico circule um pouco mais nesse texto que no do periódico suíço, o qual quase não aparece, aquele saber é agora apresentado basicamente a partir das vozes que estão inscritas na instituição jurídica: o advogado de defesa de Paula (CPO-216), o juiz do tribunal de Zurique (CPO-223) e a Procuradoria de Zurique (CPO-223).

Assim, no veículo europeu, quando se faz referência ao estado de saúde da protagonista a partir da representação *souffrant de problèmes psychiques* (CPO-206), tal indicação está no plano de uma *circunstância* que *já* a acompanha. Então, os enunciados *souffrant de problèmes psychiques* (CPO-206) e *alguém que sofre de problemas psiquiátricos*

(CPO-216) representam a personagem principal do evento de forma distinta; além disso, a do *20 minuten* é atribuída diretamente pelo jornalista (CPO-206); a do *GI*, pelo jornalista a partir da tomada de posição do discurso do advogado, o qual, por sua vez, toma “posse” do saber médico (CPO-216). Esse *heterodiscurso híbrido* — o discurso do jornalista que convoca o do advogado que, por sua vez, integra o da psiquiatria — também aparece na notícia do *Uol* como DI e DD respectivamente: “*Roger Muller alegou que Paula sofre transtornos neuropsicológicos* provocados por uma doença autoimune, o lúpus sistêmico” (CPO-234, grifo nosso) e ““*A doença exige muitas visitas médicas, muitos medicamentos e muitas terapias, que podem provocar delírios*”, explicou o advogado” (CPO-234, grifo nosso).

Logo, nas duas notícias dos portais brasileiros, lidamos com uma *heterogeneidade* particular e diversa no plano do discurso jurídico, pois esse toma, por sua vez, de forma diluída, a voz da psiquiatria para falar do caso e da protagonista, como se lhe fosse socialmente “legítimo” (i) falar a partir daqueles dois lugares e com *aquela voz* e (ii) de atribuir um “diagnóstico” à personagem. Observe-se, ainda, como a justificativa dado ao caso relacionada à esfera médica (psiquiátrica) tem uma maior importância nos veículos brasileiros. Por exemplo, no último parágrafo da notícia do *GI* enuncia-se que “Caberá a um juiz do tribunal decidir a pena e se Paula sofria de distúrbios mentais. A procuradoria sequer citou o fator psiquiátrico na denúncia” (CPO-223, grifos nossos). Já na do *Uol*, a partir do intertítulo *Defesa*, o acento atribuído ao discurso dessa esfera é ainda maior:

CPO-232 Defesa

CPO-233 Na abertura do julgamento, em um tribunal de Zurique, o advogado da brasileira havia pedido a absolvição de Paula, ao afirmar que ela não pode ser considerada responsável por seus atos e declarações.

CPO-234 Roger Muller alegou que Paula sofre transtornos neuropsicológicos provocados por uma doença autoimune, o lúpus sistêmico. “A doença exige muitas visitas médicas, muitos medicamentos e muitas terapias, que podem provocar delírios”, explicou o advogado.

CPO-235 A acusada, vestida de negro e acompanhada por seu pai, respondia às perguntas do juiz com a ajuda de um intérprete. Em sua primeira declaração à juíza Eleonora Lichti, Paula se retratou de sua confissão e negou que tivesse inventado a agressão.

CPO-236 “Fui agredida. Esta versão dos fatos corresponde à verdade que tenho registrada em minha cabeça”, disse.

CPO-237 A brasileira disse que confessou ter inventado a história “para que o assunto fosse fechado o mais rápido possível”. Durante todos os meses desde o incidente, em fevereiro, até o momento, Paula Oliveira esteve submetida a tratamento psiquiátrico.

(JUSTIÇA da Suíça condena brasileira por forjar ataque neonazista. (Com informações de NZZ Online, SF Tagesschau, 20minuten online e agências internacionais). Portal *Uol*, São Paulo, Internacional, Notícia, 16 dez. 2009, às 14h10)

Notamos que o *discurso outro*, a saber, *do advogado*, é o objeto do dizer do *jornalista*. E o *discurso outro*, a saber, *da medicina*, é o objeto do dizer do *advogado*. Este tece uma representação do discurso médico para falar do caso, enquanto o jornalista elabora uma do discurso jurídico. De fato, esse trecho da notícia é um bom exemplo para mostrar que nós nos deparamos e lidamos com representações de *um discurso sobre um outro* ao longo dos textos. No excerto analisado, percebemos uma representação do discurso jurídico pelo jornalístico (CPO-233), do discurso médico pelo jurídico (CPO-234), do discurso médico pelo jornalístico (CPO-237) e do jurídico-médico pelo jornalístico (CPO-234). No enunciado “Na abertura do julgamento, em um tribunal de Zurique, o advogado da brasileira *havia pedido* a absolvição de Paula, *ao afirmar que* ela não pode ser considerada responsável por seus atos e declarações” (CPO-233, grifos nossos), o jornalista representa as duas fala do advogado, de forma indireta (DI), o que confere ao escritor do texto a possibilidade de orientar semântica e discursivamente o discurso do advogado que é citado em seguida indireta e diretamente, respectivamente: “*Roger Muller alegou* que Paula sofre *transtornos neuropsicológicos* provocados por uma doença autoimune, o lúpus sistêmico. ‘*A doença exige* muitas visitas médicas, muitos medicamentos e muitas terapias, que podem provocar delírios’, *explicou* o advogado” (CPO-234, grifos nossos). Ao reportar a fala do advogado de defesa — introduzido pelo seu nome próprio —, o jornalista emprega o verbo *alegou* para representar o conteúdo do dizer da voz desse advogado. O uso de *alegar* confere uma unidade entoacional ao enunciado anterior (CPO-233), reportado em DI pelo jornalista, porque esse verbo se relaciona à expressão *transtornos neuropsicológicos* como prova do que havia afirmado antes: “[...] que *ela não pode ser considerada responsável* por seus atos e declarações” (CPO-233, grifo nosso). Assim, na fala de Roger Muller (CPO-234), há o entrecruzamento da voz do jornalista com as do advogado e as da esfera da medicina. Podemos nos perguntar, desse modo, se tal entrecruzamento se dá porque há, ainda nos dias de hoje, pouca definição do que Foucault (1979b [1977b], p. 4) chama de “perfil epistemológico da psiquiatria”. Ou, como ainda levanta Foucault (idem), porque “a prática psiquiátrica está ligada a uma série de instituições, de exigências econômicas imediatas e de urgências políticas de regulamentações sociais”.

No enunciado “‘*A doença exige* muitas visitas médicas, muitos medicamentos e muitas terapias, que podem provocar delírios’, *explicou* o advogado” (CPO-234, grifos nossos), o discurso do advogado de defesa sobre o lúpus é citado diretamente a partir da marcação tipográfica das aspas, o que confere à voz dele um estatuto de legitimidade não só sobre a instância jurídica, mas também sobre a médica. Por fim, no final desse excerto, no

enunciado “Durante todos os meses *desde o incidente, em fevereiro, até o momento*, Paula Oliveira esteve *submetida a tratamento psiquiátrico*” (CPO-237, grifos nossos), o jornalista não só representa a protagonista a partir do discurso médico, como também o faz por meio da retomada do que o periódico suíço reporta: “*Après de longs mois de thérapie, la jeune femme prétend que ses souvenirs ne correspondent toutefois pas à la vérité absolue*”³⁵⁸ (CPO-209, grifo nosso). Só que esses dois enunciados *não dizem o mesmo*: no periódico suíço, o acento recai sobre a interpretação da duração da terapia em contraposição à lembrança da personagem. No *Uol*, o acento incide sobre a personagem ter feito tratamento durante uma *temporalidade* específica que é marcada a partir do mês do incidente. Ou seja, enquanto a dimensão do tempo é trazida em um, ela não é mencionada no outro. Isso permite construir efeitos de sentido também diversos. A identificação dêitica do tempo a partir de *desde o incidente, em fevereiro* e *até o momento* situa o tratamento como um processo que não foi anterior ao caso, mas que teve (ou tem) uma periodicidade específica. No veículo europeu, a temporalidade não é relevante: o acento está na *oposição* que o enunciador estabelece entre a terapia e a lembrança da protagonista, a qual é situada a partir do tema da *verdade x não-verdade*³⁵⁹.

É interessante notar que, ainda no paralelo que estamos estabelecendo entre as notícias do *20 minuten*, do *GI* e do *Uol*, naquele periódico reporta-se que o advogado de defesa apontaria as provas de inocência de Paula: “*Son avocat a annoncé avant le procès qu'il fournirait de nouvelles preuves de l'innocence de sa cliente*”³⁶⁰ (CPO-211, grifo nosso). Contudo tais provas são *indefinidas* — não há um elemento informativo do conteúdo dessas provas, a não ser que são “*da inocência de sua cliente*” — e anunciadas com o uso do *futuro do pretérito do indicativo*. Não é claro para o leitor se o uso desse tempo verbal se dá porque (i) elas não foram mostradas antes do processo ou, no caso de terem sido, (ii) não cumpriram o papel de inocentá-la. De qualquer maneira, é importante apontar que não se faz menção, entre tais provas, a Paula ter algum distúrbio ou transtorno mental. Ora, ela já é trazida de antemão, no início da notícia, como alguém que está sofrendo problemas psicológicos. Mas o uso que se faz dessa representação não é o mesmo que na notícia do *GI* e na do *Uol*. Logo, mesmo atribuindo a nomeação *souffrant de problèmes psychiques* (CPO-206) à protagonista,

³⁵⁸ “*Após meses de terapia, a jovem alega que suas lembranças não correspondem à verdade absoluta*” (grifo nosso, tradução nossa).

³⁵⁹ Tratamos dessa questão mais adiante.

³⁶⁰ “*Seu advogado anunciou antes do julgamento que ele forneceria novas provas de inocência de sua cliente*” (grifo nosso, tradução nossa).

os discursos que circulam no veículo suíço a constroem como um sujeito que cometeu um crime e não como um sujeito que, por ter alguma “doença”, foi levado a praticar algum delito.

Um outro aspecto significativo é que existe uma recorrência de *negativas* relacionadas ao discurso de Paula Oliveira e de representações do ato de fala dela como um *erro* na notícia do jornal suíço, desde o início do texto, a começar pelo título: *La jeune femme nie avoir inventé son agression* (CPO-205). Só para citar algumas: “*Souffrant de problèmes psychiques, la jeune femme ne reconnaît pas s'être automutilée [...]*” (CPO-206, grifo do autor), “*Elle ne se souvenait pas s'être infligée les blessures elle-même*” (CPO-207, grifo do autor), “*Interrogée par le juge unique du Tribunal de district de Zurich, la prévenue a affirmé qu'elle ne se souvenait pas s'être infligée les blessures elle-même*” (CPO-208, grifo nosso), “*‘J'ai été agressée’, a-t-elle déclaré à la barre après avoir pourtant rapidement avoué la supercherie durant l'enquête*” (CPO-208, grifo nosso), “*Après de longs mois de thérapie, la jeune femme prétend que ses souvenirs ne correspondent toutefois pas à la vérité absolue*” (CPO-209, grifo nosso), “*Depuis, elle s'est rétractée*” (CPO-209, grifo nosso), “*Quelques jours plus tard la jeune femme passe aux aveux: elle aurait inventé cette agression et se serait automutilée dans les toilettes de la gare*” (CPO-213, grifo nosso) e “*L'expertise gynécologique a en outre conclu qu'elle n'était pas enceinte*” (CPO-213, grifo nosso)³⁶¹.

Algumas dessas *negativas* e representações do ato de fala dela como um erro são, inclusive, retomadas pelas notícias dos portais brasileiros, como na do G1: “A brasileira Paula Oliveira, acusada de forjar um ataque de neonazistas na Suíça, disse hoje a um juiz do tribunal de Zurique que *não se lembra de ter se auto flagelado* e manteve a primeira versão dada à polícia” (CPO-216, grifo nosso), “Nos dias seguintes à suposta agressão, em fevereiro, Paula *confessou* à polícia de Zurique que tudo não havia passado de uma *farsa*” (CPO-217, grifos nossos), “Para a polícia, Paula *confessou* nos dias seguintes ao ataque que tudo não passava de uma *armação*” (CPO-222, grifos nossos), “Um laudo médico feito pela Universidade de

³⁶¹ “*Sofrendo de problemas psicológicos, a jovem não reconheceu ter se automutilado [...]*” (CPO-206, grifo do autor, tradução nossa).

“*Ela não se lembrava de ter infligido os cortes nela mesma*” (CPO-207, grifo do autor, tradução nossa).

“*Interrogada pelo juiz do Tribunal do distrito de Zurique, a acusada afirmou que não se lembrava de ter infligido os cortes nela mesma*” (CPO-208, grifo nosso, tradução nossa).

“*‘Eu fui agredida’, declarou ela, depois de ainda confessar rapidamente a farsa durante a investigação*” (CPO-208, grifos nossos, tradução nossa).

“*Após meses de terapia, a jovem alega que suas lembranças não correspondem à verdade absoluta*” (CPO-209, grifo nosso, tradução nossa).

“*Depois, ela se retratou*” (CPO-209, grifo nosso, tradução nossa).

“*Poucos dias depois, a jovem confessou: ela teria inventado essa agressão e teria se auto-mutilado nos banheiros da estação*” (CPO-213, grifo nosso, tradução nossa).

“*A perícia ginecológica concluiu ainda que ela não estava grávida*” (CPO-213, grifo nosso, tradução nossa).

Zurique *provou que ela não estava grávida*” (CPO-222, grifo nosso). E na do Uol: “A brasileira Paula Oliveira foi considerada *culpada* pela Justiça suíça *por mentir* que teria sido atacada por neonazistas no país europeu” (CPO-225, grifos nossos), “A brasileira afirmava ter sido agredida por três skinheads quando voltava do trabalho na noite de 9 de fevereiro na periferia de Zurique, *mas admitiu que a história era falsa*” (CPO-226, grifo nosso), “Ela também *dizia ter sofrido* um aborto espontâneo após a agressão, mas a *alegação* de que estava grávida de três meses foi *desmentida* em seguida por exames ginecológicos e de laboratório” (CPO-227, grifos nossos), “Também disse que estava grávida e que havia sofrido um aborto depois da agressão, *uma informação desmentida pelos exames ginecológicos*” (CPO-230, grifo nosso), “Em sua primeira declaração à juíza Eleonora Lichti, *Paula se retratou de sua confissão e negou* que tivesse inventado a agressão” (CPO-235, grifo nosso) e “A brasileira disse que *confessou ter inventado a história* ‘para que o assunto fosse fechado o mais rápido possível’” (CPO-237, grifo nosso).

Observe que *negar*, (não) *reconhecer*, (não se) *lembrar*, *confessar*, (não) *corresponder*, *se retratar*, *admitir*, *mentir*, *inventar* etc. não dizem respeito apenas aos atos enunciativos da protagonista, mas especificam, a partir do tom negativo que carregam, o tipo de discurso dela. Ou seja, o conteúdo do dizer da protagonista parece importar “menos”, pois se dá um maior peso emotivo e sensacional àqueles atos, os quais não podem assumir uma suposta “verdade” sobre os enunciados que ela produz. Não é à toa que as notícias são elaboradas com base na voz da *justiça* representada, principalmente, pelo Tribunal de Zurique, pela polícia e pelo Ministério da Justiça da Suíça, convocados *em primeiro plano* para falar sobre o evento. E não é por menos ainda que, na notícia que se segue, publicada um dia após o julgamento (17 dez. 2009), se concede à protagonista um espaço maior para sua fala — basicamente aspeada e reportada em DD —, até então “apagada” pelas vozes do pai e do advogado de defesa convocados, durante o evento, para se posicionar *por ela*. É importante notar que, em tais falas da protagonista, se coloca em questão também o tema da *verdade*. Assim, essa questão circula tanto no discurso da justiça e da mídia, como no discurso dela. Antes de continuarmos essa discussão, teceremos, previamente, alguns comentários sobre a notícia abaixo:

CPO-249 » JUSTIÇA

CPO-250 Pernambucana condenada a pagar multa por farsa na Suíça

CPO-251 Dez meses após afirmar ter sofrido ataque neonazista, Paula Oliveira foi julgada e multada por mentir às autoridades. Mas recebeu passaporte e poderá deixar o país

CPO-252 A pernambucana Paula Oliveira, 27 anos, foi condenada ontem em Zurique a uma multa condicional no valor de 10.800 francos (R\$ 18 mil) por mentir à Justiça. Em fevereiro, a bacharela em direito simulou ter sido atacada por um grupo de neonazistas perto da estação do metrô de Dubendorf. A brasileira também terá que pagar os custos do processo judicial, estimados 2.500 francos (R\$ 4.200). Na prática, ela só pagará a multa condicional se, num período de dois anos, cometer um novo crime no país. O Ministério Público havia exigido o pagamento de 12.600 francos (R\$ 21.300). A Justiça decidiu devolver o passaporte de Paula, que afirmou que inicialmente não pretende voltar ao Brasil.

CPO-253 A juíza Eleonora Lichti-Aschwanden, do Tribunal Distrital de Zurique, declarou Paula culpada por tentar “induzir a Justiça ao erro” ao afirmar ter sido agredida por skinheads. A recifense teve braços, pernas e barriga talhados com estilete, alguns cortes formando as iniciais do partido de extrema direita SVP, considerado xenófobo pela oposição. Na época, ela também disse à polícia que estava grávida de gêmeos e que perdera os bebês. Dez dias depois, a polícia chegou à conclusão que a brasileira se automutilou e mentiu em depoimento. Paula era noiva do suíço Marco Trepp, com quem rompeu após o episódio, e trabalhava há dois anos na multinacional dinamarquesa de transporte marítimo Maersk em Zurique.

CPO-254 O portal suíço Tages Anzeiger detalhou que Paula Oliveira chegou ao tribunal às 9h33 locais vestindo um xale preto e usando óculos escuros. Estava acompanhada do advogado Roger Müller e do pai, Paulo Oliveira. Paula falou português e contou com ajuda de um tradutor. Olhou quase o tempo todo para baixo, roeu as unhas e esfregou as mãos. O veredicto foi lido diante de 20 jornalistas.

CPO-255 A defesa pediu a absolvição e solicitou que os custos do processo fossem pagos pelo Tesouro. Müller alegou que sua cliente sofre de transtornos psicológicos causados por lúpus, doença que afeta o sistema imunológico. “A doença exige muitas visitas médicas, muitos medicamentos, que podem provocar delírios”, explicou, de acordo com o Tages Anzeiger. Na avaliação psiquiátrica, porém, constava responsabilidade de nível médio. Conforme a Agência Estado, a defesa alegou que, no momento do suposto ataque, Paula estaria em um estado de delírio e não reconheceria entre a verdade e sua versão dos fatos. Para Müller, Paula já foi suficientemente punida: “Sua reputação está destruída, seu namorado a deixou e ela não pode mais continuar sua carreira em uma empresa internacional”.

CPO-256 Questionada sobre a simulação do ataque, Paula se mostrou confusa em vários momentos. “Não tenho lembrança nenhuma do incidente”, afirmou a princípio. Em seguida, insistiu na versão de que foi mutilada por neonazistas: “É a verdade. É o que está armazenado na minha cabeça”. A juíza mandou a ré se explicar melhor sobre a acusação de mentir em depoimento. Segundo o Tages Anzeiger, a pernambucana despistou: “Não vou dizer mais nada sobre isso, porque não tenho certeza se isso aconteceu assim”.

CPO-257 Paula pediu passaporte e documentos de volta. “Não posso nem me identificar se acontecer algo comigo”, reclamou. A juíza informou que ela terá seu passaporte e poderá deixar o país. Paula, no entanto, falou no tribunal que pretende permanecer na Suíça.

CPO-258 Ao final do julgamento, Paula lamentou a superexposição que sofreu e garantiu que não foi ela quem divulgou a notícia do suposto ataque. “Eu nunca dei declarações ou publiquei fotos minhas. Depois de toda a atenção da mídia, não posso imaginar que serei capaz de trabalhar como advogada. Sempre terei que viver com o prejulgamento dos outros, apesar de só agora estar perante uma corte”, declarou.

(SARMENTO, W. Pernambucana condenada a pagar multa por farsa na Suíça. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 17 dez. 2009)

Observamos, inicialmente, que o caso é dado como “resolvido” e o desfecho é a ele atribuído logo no título (CPO-244) e subtítulo (CPO-245): *Pernambucana condenada a pagar multa por farsa na Suíça* e “*Dez meses após afirmar ter sofrido ataque neonazista, Paula Oliveira foi julgada e multada por mentir às autoridades*” (grifos do autor), respectivamente. De caráter mais descritivo, nessa notícia há outros acentos atribuídos à cobertura e ao epílogo do evento, como, por exemplo, o sobre a *naturalidade* da protagonista. A nomenclatura *pernambucana* (CPO-244, CPO-246, e CPO-250) tem destaque e aparece ao lado da de *recifense* (CPO-247) e *brasileira* (CPO-246 e CPO-247). É interessante notar ainda como a protagonista é nominada, agora com o veredicto do caso, a partir do sintagma nominal que, da forma como é colocado e porque só aparece quando ela é tratada como ré pela mídia, constrói efeitos de sentido que visam “desqualificá-la” como profissional: “Em fevereiro, *a bacharela em direito* simulou ter sido atacada por um grupo de neonazistas perto da estação do metrô de Dubendorf” (CPO-246, grifo nosso). Tal efeito se dá a partir do uso dos termos *bacharela em direito*.

Também, durante a construção da narrativa do processo, o JC dá muita importância à imagem visual da protagonista. Podemos perguntar se isso se dá a partir de uma espécie de *expansão identificante*³⁶² — retomamos aqui o termo de Perret (2003 [2000]) — que acentua a representação dela como a *culpada*³⁶³: “O portal suíço Tages Anzeiger detalhou que Paula Oliveira chegou ao tribunal às 9h33 locais *vestindo um xale preto e usando óculos escuros*. Estava acompanhada do advogado Roger Müller e do pai, Paulo Oliveira” (CPO-248, grifo nosso). E continua: “Paula falou português e contou com ajuda de um tradutor. *Olhou quase o tempo todo para baixo, roeu as unhas e esfregou as mãos*” (CPO-248, grifo nosso). Tal acento também ocorre na notícia do portal *Uol*: “A acusada, *vestida de negro* e acompanhada por seu pai, respondia às perguntas do juiz com a ajuda de um intérprete” (CPO-235, grifo nosso). A referência dada à vestimenta, ao acessório e ao comportamento dela — como uma forma de oposição para expandir a imagem da protagonista que está perante o *júri* que, para nós, pode representar tanto a *corte* como o *leitor* — constrói um retrato da cena sob um tom sensacional, típico dos *faits divers*³⁶⁴. Nesse caso, não se coloca a questão de uma possível

³⁶² Perret (2003 [2000], p. 117) se pergunta, a partir das análises que faz de alguns *faits divers* franceses, de onde vem a noção do que ela chama de *expansion identifiante*, pois podemos passar de um ser geral para um particular a partir da referência a elementos de natureza identitária e ao uso de vestimentas, por exemplo.

³⁶³ Falamos em *culpada* porque esse foi o resultado final do veredicto, o qual a notícia toma como definitivo, pois nela não se abre espaço para dúvidas a respeito de tal resultado.

³⁶⁴ A notícia intitulada *Pernambucana depõe na justiça* traz a representação da personagem de forma semelhante: “*Paula, de óculos e vestida com um casaco escuro, ficou impassível no carro*, enquanto seu advogado dispensava os jornalistas. Ela foi interrogada pelo promotor encarregado de investigar o caso, Marcel

“evidencialidade” ou “objetividade” sobre o objeto descrito. No entanto, é significativo que, na construção de tal cena, a entonação recai sobre a cor da roupa e do acessório — *xale preto* e *óculos escuros* (CPO-248) e *vestida de negro* (CPO-235) — e o direcionamento dos gestos do seu corpo — “*Olhou quase o tempo todo para baixo, roeu as unhas e esfregou as mãos*” (CPO-248, grifos nossos). Ora, não seria isso uma forma de impor à descrição do corpo uma racionalidade do comportamento que, como retoma também Siblot (1998), fixa a medida da norma e do desvio? Uma racionalidade³⁶⁵ que marcaria um governo sobre os gestos, os quais devem ser controlados, ordenados, e não “escapados” pelo sujeito? Nesses trechos, observamos quais jogos de poder regem o funcionamento de tais discursos; ora, o poder se materializa sim discursivamente quando se elabora uma discursividade sobre o próprio corpo da protagonista, interpretado como *inseguro* (*olhou quase o tempo todo para baixo*), de gestos *incertos* (*roeu as unhas*), que se *esconde* e não quer se deixar à mostra (*vestida de negro, xale preto e óculos escuros*).

Foucault (1979d [1975b]) afirma que, a partir dos anos 1960, o poder, antes tão rígido — na época dos regimes disciplinares que se encontravam nas escolas, nos hospitais, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias etc. — passou a apresentar uma relação mais *tênue sobre e com* o corpo. Compreender que o poder não está localizado apenas no aparelho de Estado é também considerar que os mecanismos de poder funcionam em “nível muito mais elementar”, isto é, cotidiano, conforme Foucault (1979d [1975b], p. 84). Portanto, a referência que fazemos à noção de poder é relevante para essa discussão porque nos deparamos nessas notícias com, pelo menos, duas discursividades majoritárias e que estão interrelacionadas: a do *homem da lei*, da justiça, que detém uma suposta “verdade” e a do *poder* que, produtivamente, constrói práticas discursivas de controle, vigilância e punição.

Sobre essa relação tão *íntima* entre o poder e a verdade, Foucault (1979c [1976b], p. 101) levanta perguntas, discute e tece comentários. Durante um dos cursos do *Collège de France*, por exemplo, o pensador francês questiona e afirma o seguinte:

[...] de que regras de direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade? Em uma sociedade como a nossa, que tipo de poder é capaz de produzir *discursos de verdade* dotados de efeitos tão poderosos? Quero dizer que

Frei. Na sala da Promotoria, no terceiro andar do Tribunal de Justiça, só estariam Frei, um assistente, um tradutor, Paula e o advogado” (CPO-181) (PERNAMBUCANA depõe na Justiça. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 28 fev. 2009, grifo nosso).

³⁶⁵ Siblot (1998), em seu artigo sobre nomeação identitária, afirma que tal racionalização apresenta diversas fases, tais como uma científica e técnica e uma do Estado que impõe formas de governamentalidade a partir de procedimentos de controle diversos, só para citar algumas.

em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, *existentes relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecerem nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso*. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isto vale para qualquer sociedade, mas creio que na nossa as relações entre poder, direito e verdade se organizam de uma maneira especial (grifos nossos).

A partir do que expõe o autor, ele nos faz pensar que, para que haja uma “manutenção” das relações de poder em uma sociedade, se faz necessário um regime de circulação e funcionamento discursivo particular, específico, em tal sociedade, o qual continue a re-produzir, a re-significar e a perpetuar tais práticas de produção do poder e da verdade. E o direito, para o francês, parece servir de forma exemplar a esse propósito. Todavia entre o direito, o poder e a verdade colocava-se, anteriormente, a *filosofia*, a qual, como representante máxima do discurso *da verdade* que era, impunha limites ao exercício desse mesmo poder; posteriormente, instâncias como a *medicina* e a *mídia* — para citar apenas algumas — passaram a ser o terreno propício em que se dá a produtividade dessas relações. Dizemos *terreno propício* porque essas esferas são exemplos de como alguns saberes foram se tornando tão estruturados socialmente e arraigados às nossas atividades diárias. Mesmo constituindo essa rede tão “fina”, não é difícil notar, por exemplo, que, nas notícias, a protagonista é defrontada, numerosas vezes, com uma fala “da verdade”, que deve dizer a verdade. Pois ela é submetida pelo poder representado pelo *direito, polícia, medicina, mídia*, entre outras, à produção da verdade, tal qual pela convocação das seguintes vozes: da psicologia (CPO-209), da perícia médica (CPO-213, CPO-222 e CPO-230), da Corte (CPO-214), da polícia de Zurique (CPO-217 e CPO-222), da psiquiatria (CPO-222 e CPO-237), da juíza Eleonora Lichti (CPO-235 e CPO-250), do periódico suíço Tages Anzeiger (CPO-250) etc. Da mesma forma que a ele Paula é submetida, ela o exerce através da produção de uma verdade em enunciados (tais como CPO-208, CPO-209, CPO-216, CPO-230, CPO-235, CPO-236, CPO-237) que circulam intra e inter-textualmente, isto é, ao longo dos textos e entre eles:

CPO-208 Interrogée par le juge unique du Tribunal de district de Zurich, la prévenue a affirmé qu'elle ne se souvenait pas s'être infligée les blessures elle-même. «J'ai été agressée», a-t-elle déclaré à la barre après avoir pourtant rapidement avoué la supercherie durant l'enquête.

CPO-209 «Cette version-là des faits correspond à la vérité enregistrée dans ma tête», a souligné la juriste de formation travaillant en Suisse. *Après de longs mois de*

thérapie, la jeune femme prétend que ses souvenirs ne correspondent toutefois pas à *la vérité absolue*. [...].

[...]

CPO-213 Quelques jours plus tard la jeune femme passe aux aveux: elle aurait inventé cette agression et se serait automutilée dans les toilettes de la gare. L'expertise gynécologique a en outre conclu qu'elle n'était pas enceinte.

CPO-214 Le juge unique de la Cour devra démêler le vrai du faux dans cette affaire. Il devra aussi évaluer le degré de responsabilité de la ressortissante brésilienne sur la base d'une expertise psychiatrique.

(ASSOCIATED Press. La jeune femme nie avoir inventé son agression. *20 minuten*, Zurique, Faits divers, 16 dez. 2009, às 11h35, atual. às 11h43)

CPO-216 [...] “Eu fui agredida”, disse. “Essa versão dos fatos corresponde à verdade que está gravada na minha cabeça.” O advogado de defesa da brasileira tenta apresentar Paula Oliveira como alguém que sofre de problemas psiquiátricos.

CPO-217 Nos dias seguintes à suposta agressão, em fevereiro, Paula confessou à polícia de Zurique que tudo não havia passado de uma farsa. [...]

[...]

CPO-222 Agora, a ordem é sigilo total diante da acusação de armação. Para a polícia, Paula confessou nos dias seguintes ao ataque que tudo não passava de uma armação. Um laudo médico feito pela Universidade de Zurique provou que ela não estava grávida.

(AGÊNCIA Estado. Em julgamento na Suíça, brasileira diz ter sido agredida. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Brasil, Notícia, 16 dez. 2009, às 12h39, atual. às 12h40)

CPO-230 Paula, que é advogada, afirmou em fevereiro passado ter sido agredida na noite de 9 de fevereiro, na periferia de Zurique, por três neonazistas. Também disse que estava grávida e que havia sofrido um aborto depois da agressão, uma informação desmentida pelos exames ginecológicos.

[...]

CPO-235 A acusada, vestida de negro e acompanhada por seu pai, respondia às perguntas do juiz com a ajuda de um intérprete. Em sua primeira declaração à juíza Eleonora Lichti, Paula se retratou de sua confissão e negou que tivesse inventado a agressão.

CPO-236 “Fui agredida. Esta versão dos fatos corresponde à verdade que tenho registrada em minha cabeça”, disse.

CPO-237 A brasileira disse que confessou ter inventado a história “para que o assunto fosse fechado o mais rápido possível”. Durante todos os meses desde o incidente, em fevereiro, até o momento, Paula Oliveira esteve submetida a tratamento psiquiátrico.

(JUSTIÇA da Suíça condena brasileira por forjar ataque neonazista. (Com informações de NZZ Online, SF Tagesschau, 20minuten online e agências internacionais). Portal *Uol*, São Paulo, Internacional, Notícia, 16 dez. 2009, às 14h10)

CPO-250 Questionada sobre a simulação do ataque, Paula se mostrou confusa em vários momentos. “Não tenho lembrança nenhuma do incidente”, afirmou a princípio. Em seguida, insistiu na versão de que foi mutilada por neonazistas: “É a verdade. É o que está armazenado na minha cabeça”. A juíza mandou a ré se explicar melhor sobre a acusação de mentir em depoimento. Segundo o *Tages Anzeiger*, a pernambucana despistou: “Não vou dizer mais nada sobre isso, porque não tenho certeza se isso aconteceu assim”.

(SARMENTO, W. Pernambucana condenada a pagar multa por farsa na Suíça. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 17 dez. 2009)

A respeito desses trechos, se faz necessário mencionar também que a circularidade de um discurso que se preocupa com a *verdade* — como o representado por aquelas vozes supracitadas³⁶⁶ —, nos *faits divers*, produz práticas também discursivas em torno do que se estabelece como *justiça*, práticas essas que têm, sobremaneira, um espaço na mídia³⁶⁷. Nessas três últimas notícias brasileiras, inclusive, o objeto discursivo acentuado no início de cada uma é *o que fala a voz da justiça*: *Em julgamento na Suíça, brasileira diz ter sido agredida* (CPO-215), *Justiça da Suíça condena brasileira por forjar ataque neonazista* (CPO-224) e *JUSTIÇA* (CPO-243) - *Pernambucana condenada a pagar multa por farsa na Suíça* (CPO-244)³⁶⁸. Embora a circularidade do discurso da justiça apareça comprometido com uma verdade — não com qualquer verdade, mas a que faz “justiça” ao caso “solucionado” e “julgado”, aos suíços, à representação de *acusada* atribuída a Paula Oliveira —, nessa última notícia nos deparamos com enunciados da protagonista após “concluído” o processo. É reportado, em DD, o seguinte: ““Eu nunca dei declarações ou publiquei fotos minhas. Depois de toda a atenção da mídia, não posso imaginar que serei capaz de trabalhar como advogada. *Sempre terei que viver com o prejulgamento dos outros, apesar de só agora estar perante uma corte*”, declarou” (CPO-252, grifo nosso). Essa declaração nos leva a pensar o seguinte: delimitada pelos sinais das aspas, a protagonista põe em discussão o compromisso moral com *o verdadeiro*. Pois, muito antes de ser julgada pelo júri, houve o julgamento da *corte midiática*.

Nos últimos anos, o espaço midiático deixou de ser governado apenas por um público “autor”³⁶⁹ do veículo de comunicação, uma vez que também se tornou marcadamente um espaço em que os leitores comentam³⁷⁰, se posicionam e desempenham tarefas várias, como de sugerir, amparar, orientar, acusar e condenar o outro. Entre o público e o privado, a esfera midiática leva os leitores a re-produzir discursos orientados por uma “verdade” que deve ser, a todo custo, *antecipada*, confessada, proclamada, *exposta*, falada. Disso derivam numerosos

³⁶⁶ Vozes como da psicologia (CPO-209), da perícia médica (CPO-213, CPO-222 e CPO-230), da Corte (CPO-214), da polícia de Zurique (CPO-217 e CPO-222), da psiquiatria (CPO-222 e CPO-237), da juíza Eleonora Lichti (CPO-235 e CPO-250), do periódico suíço Tages Anzeiger (CPO-250), entre outras Cf. a página 275.

³⁶⁷ Isso a partir do que a mídia toma como noção de justiça.

³⁶⁸ Os excertos CPO-243 e CPO-244 constituem o chapéu e o título da notícia do JC (17 dez. 2009), respectivamente.

³⁶⁹ Fazemos referência não só aos jornalistas e editores, mas também aos colunistas, articulistas, convidados etc.

³⁷⁰ Não podemos deixar de mencionar que esse espaço público não é “livre” de sanções; pelo contrário, é excessivamente vigiado e controlado. Para ratificar o que declaramos, é só lembrar de que cada veículo apresenta restrições, por meio de moderadores, sobre as postagens que são “permitidas” a serem publicadas. Ademais, nunca foi feito o marco regulatório dos meios de comunicação no Brasil, demanda feita por alguns setores de esquerda.

casos de sujeitos previamente “condenados” ou estigmatizados ³⁷¹ pela informação midiaticizada. E, como veremos mais adiante — no caso reportado de uma mãe que matou as suas filhas —, é devido ao apelo popular dos *faits divers*, e pelas relações entre *o comum e o incomum* evocadas, que nós, como sujeitos “destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros” (FOUCAULT, 1979c [1976b], p. 101), fazemos circular esse mesmo apelo. Seja à espera de explicações, seja a já dar (prévias) conclusões. Isso se dá porque, como os discursos constroem certos efeitos específicos de poder, somos constantemente indagados pela representação de um imaginário discursivo do poder que se compromete com “a verdade”. Ou seja, do poder que leva *a uma* verdade, do poder que dá direito a apenas *uma verdade*.

Para finalizar, por agora, o caso analisado, acreditamos que é significativo retornar ainda à última notícia inserida acima, a do JC, intitulada *Pernambucana condenada a pagar multa por farsa na Suíça* (CPO-244)³⁷². Nesse texto, notamos que a fala do advogado reportada como DI pelo jornalista — “Conforme a Agência Estado, a defesa *alegou* que, no momento do suposto ataque, Paula *estaria* em um estado de delírio e não *reconheceria* entre a verdade e sua versão dos fatos” (CPO-249, grifos nossos) —, e a atribuição de *transtornos psicológicos* (CPO-249), *lúpus, doença que afeta o sistema imunológico* (CPO-249), *delírios* (CPO-249), *estado de delírio* (CPO-249) à protagonista pelo jornalista — a partir das vozes do advogado, do periódico suíço *Tages Anzeiger* e da Agência do Estado³⁷³ —, pouco fazem referência à memória construída acerca do *doente mental* como aquele que, em um estado de uma chamada “não-sanidade” cometeria um crime. O uso dos verbos no futuro do pretérito do indicativo, seguidos do emprego de *alegou* pela defesa, modalizam o estado de saúde de

³⁷¹ Podemos citar, a título de exemplo, *the Chamberlain case* — o caso da família Chamberlain, também conhecido como o caso do bebê Azaria. Em 17 de agosto de 1980, na Austrália, uma mãe reportou que teve sua filha de 9 semanas morta por um dingo. Tal acontecimento ganhou tamanha proporção e repercussão mundial porque parecia a muitos mais fácil acusar a mãe — acentuada pela mídia como bonita, bem-vestida e sem “demonstrar” angústia pela perda da filha — que um cachorro. Embora na época ela tenha sido vítima de uma justiça falha e das “graças” da mídia e da população — inclusive o enunciado *the dingo got my baby* circulava pela mídia e pelas bocas das pessoas com *pesado* tom de zombaria —, apenas 32 anos depois do início do caso, ela foi declarada como inocente e o dingo, culpado (DINGO’S..., 2014).

³⁷² Cf. o texto integral da notícia nas páginas 271 e 272.

CPO-249 ³⁷³ A defesa pediu a absolvição e solicitou que os custos do processo fossem pagos pelo Tesouro. Müller alegou que sua cliente sofre de transtornos psicológicos causados por lúpus, doença que afeta o sistema imunológico. “A doença exige muitas visitas médicas, muitos medicamentos, que podem provocar delírios”, explicou, de acordo com o Tages Anzeiger. Na avaliação psiquiátrica, porém, constava responsabilidade de nível médio. Conforme a Agência Estado, a defesa alegou que, no momento do suposto ataque, Paula estaria em estado de delírio e não reconheceria entre a verdade e sua versão dos fatos. Para Müller, Paula já foi suficientemente punida: “Sua reputação está destruída, seu namorado a deixou e ela não pode mais continuar sua carreira em uma empresa internacional”.

(SARMENTO, W. Pernambuco condenada a pagar multa por farsa na Suíça. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 17 dez. 2009)

Paula: *estaria, reconheceria*. Tais discursos também não evocam a imagem de uma *periculosidade*. Não a excluem como apresentando alguma doença (*mental*). Porém esses mesmos usos não a isentam de *condenação* e *acusação* pelo ocorrido.

Houve ainda outros discursos que circularam nesse momento e construíram efeitos de *zombaria e ridicularização*, como os retomados pela notícia do *Uol*: “*“Paula mentirosa é desmascarada”* e *‘Mentir ficou caro para Paula O.’*, são os títulos que o tabloide *Blick* usou para destacar o caso” (CPO-240, grifos nossos) e “A edição suíça do jornal ‘20 minutos’ foi na mesma linha: *‘Veredicto para uma mentirosa’*” (CPO-240, grifo nosso). Destacamos, contudo, que esses efeitos não parecem ter sido evocados a partir da memória do discurso que acentua uma representação relativa ao estado de saúde da protagonista. Pois o uso necessário de *doente* (CPO-46 e CPO-47), *doença* (CPO-73, CPO-74, CPO-234 e CPO-249), *louca* (CPO-109), *transtorno mental* (CPO-97), *transtorno psicológico* (CPO-97, CPO-153 e CPO-249) e *distúrbio psicológico* (CPO-152) por alguns grupos sociais não necessariamente produzem os mesmos efeitos ou contribuem para retomar semelhantes redes de memória carregadas pelas palavras. Todavia a circulação desses discursos que produzem efeitos de *zombaria e ridicularização*, como os citados acima, leva-nos a questionar se, nos percursos e nas retomadas, esses efeitos podem ir se associando ao acento de uma doença/um distúrbio/um transtorno, já que, na mídia brasileira, tais enunciados são reportados após ela relatar que “esteve submetida a tratamento psiquiátrico” (CPO-237). Embora não seja possível responder a essa questão, deixa-mo-la em aberto, pois pensamos que, muito mais do que numa horizontalidade ou verticalidade, a memória discursiva, também virtual, opera e é construída em *zigzagues*.

É importante destacar que as representações atribuídas a Paula Oliveira foram e continuam sendo (historicamente) produzidas pelos jogos de poder que se estabelecem e se produzem discursivamente entre os sujeitos. Logo, embora esse caso seja um *fait divers* diferenciado, o que ocorre, ao final do evento, é um retorno à “encenação” de um (des)encontro entre discursos que são regidos por leis e ordens específicas que oscilam entre oferecer uma “clareza” necessária ao ocorrido e/ou permanecer na matéria de uma questão do “absurdo” que (não) tem justificação.

Por fim, é necessário apontar um elemento que, em alguns momentos, apresentou realce. É o acento dado ao *gênero*, o qual se encontra presente tanto nesse evento como no que será analisado mais adiante. Esse acento, encontrado em enunciados que circularam nas notícias do *GI* e do *Uol* — tais como em: “Até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a fazer declarações, apontando para a ‘incrível violência contra *uma mulher brasileira no*

exterior” (CPO-220, grifo nosso) e ““Com cada história mentirosa que é descoberta, os policiais acreditarão cada vez menos *nas mulheres que fizerem denúncias verdadeiras*’, escreve outro internauta” (CPO-242, grifo nosso), respectivamente —, parece-nos estar relacionado a uma transgressão historicamente localizada no gênero *feminino*, isto é, do papel da mulher e da mãe como “proteroras”, e encontra-se presente também no caso a seguir.

4.1.2 O caso da *mãe suspeita de matar suas filhas*

Diferentemente do caso anterior, o qual é nominado desde o início a partir do nome próprio da protagonista³⁷⁴, nesse evento, o acento é posto — principalmente no início e no final da sua cobertura — ora sobre a figura da *mãe* ora sobre a da *mulher* seja como *suspeita*, seja como *acusada*, de ter cometido um crime. Podemos observar esse acento ao longo das análises das notícias e já, de sobremaneira, em alguns títulos, os quais foram sendo construídos sobre o evento durante sua veiculação na mídia:

CMF-01 Mulher suspeita de matar as duas filhas continua internada em São Paulo³⁷⁵
(Portal *Terra*, Notícia, 16 set. 2013, às 10h18, atual. às 13h24)³⁷⁶

CMF-11 Mãe suspeita de matar as filhas passará por avaliação de psiquiatra
(*Folha de S. Paulo*, Notícia, 16 set. 2013, às 10h58)

CMF-25 Mãe suspeita de matar duas filhas na zona oeste de SP é indiciada por homicídio
(Portal *Uol*, Notícia, 16 set. 2013, às 11h44, atual. às 14h53)

CMF-35 Mãe suspeita de matar as filhas em SP tem três passagens por

³⁷⁴ Não temos como afirmar ao certo o porquê de alguns *faits divers* serem nominados também a partir do nome próprio do(s) protagonista(s) envolvido(s), enquanto outros não o são. O caso anterior analisado é nominado, desde o início, pelo nome próprio da protagonista — caso Paula Oliveira —, embora seja aludido, retomado e representado ao longo da mídia por formas diversas. Acreditamos que existem motivos vários para nominar aquele evento como *caso Paula Oliveira*, os quais podemos citar alguns: (i) a amplitude internacional do acontecimento, o qual se deu na Suíça, (ii) a motivação xenofóbica apresentada como a causa da agressão, (iii) o estado de *vítima* da protagonista, (iv) o acento dado a alguns traços atribuídos a Paula Oliveira — uma advogada branca que reside legalmente no exterior e trabalha numa multinacional — retomados para representá-la como uma imigrante que é “bem-vinda”, (v) o círculo de influência social e política de que o seu pai, porta-voz do evento, fazia parte, (vi) o próprio status do seu pai, ex-secretário de governo do estado de Pernambuco, entre outros. Não citamos esses motivos possíveis, contudo, numa necessária ordem crescente ou decrescente de importância. De qualquer maneira, pensamos que quando ocorre esse tipo de nomeação — a partir do nome próprio — há a produção de um efeito de sentido de notoriedade ao caso assim nominado.

³⁷⁵ Mantemos os grifos originais em negrito dos títulos.

³⁷⁶ As referências completas deste *corpus* encontram-se no anexo C.

estelionato

(Portal *Terra*, Notícia, 16 set. 2013, às 20h02, atual. às 20h12)

CMF-139 Mãe pergunta ‘como estão as meninas’, diz advogado de suspeita

(Portal *GI*, Notícia, 18 set. 2013, às 12h42, atual. às 16h33)

CMF-210 Mãe acusada de matar filhas é transferida para hospital psiquiátrico

(Portal *GI*, Notícia, 02 out. 2013, às 15h45, atual. às 15h46)

Se nominar tem como traço característico, por parte do sujeito que realiza a nomeação, apontar para o posicionamento sobre o objeto que está sendo nominado (SIBLOT, 1998), notamos que o realce e a longa unidade sintagmal *mãe/mulher + suspeita/acusada + de matar + (as) duas filhas/(as) filhas* não é acidental e não diz respeito a apenas um discurso supostamente informativo. Há, ademais, uma dupla acentuação desse sintagma, pois este não aparece apenas como o *tópico* de um enunciado maior, mas no *título* da notícia — duas posições enunciativas de realce. Embora essa discussão seja muito maior e ultrapasse os limites desta tese, pensamos, de antemão, que tal acento e recorrência poderia “assinalar”, de alguma maneira, para uma certa nostalgia do sujeito pela ideia de um “paraíso” já perdido, mas não esquecido; pois, nessa imagem memorial, a *mãe* não apareceria como aquela figura que é *protetora primária (na construção simbólica) do sujeito* e, por isso, não lhe caberia qualquer ato que leve à transgressão desse papel dito “primordial”.

Na discussão trazida por Soler (2006 [2003], p. 131-132) sobre o papel da mãe, destacamos dois pontos que parecem importantes e que legitimam o que afirmamos acima. O primeiro é que, conforme a psicanalista, a mãe é o primeiro objeto de gozo impossível, o qual é elevado depois ao status daquele que é culpado por limitá-lo. A estudiosa afirma isso a partir da experiência clínica, uma vez que, segundo ela, quando os analisandos são livres para dizer o que está ocorrendo “nas suas cabeças”, eles acabam voltando à infância e aos primeiros objetos dela: “In the analytic complaint, which is the form that transference speech takes, the mother, first of all, is unmistakably called up, and is inscribed at the heart of the most vivid memories”³⁷⁷ (SOLER, 2006 [2003], p. 131). Segundo, que existe um discurso “anterior” sobre a mãe que a torna objeto vital por excelência: “the pole of the first sensual excitations, the figure who captivates the speakingbeing, the very symbol of love”³⁷⁸ (ibidem,

³⁷⁷ “Na queixa analítica, que é a forma que o discurso transferencial toma, a mãe, primeiramente, é inequivocadamente chamada, e é inscrita no coração das mais vívidas memórias” (SOLER, 2006 [2003], p. 131, tradução nossa).

³⁷⁸ [...] “o polo das primeiras excitações sensuais, a figura que cativa o sujeito falante, o próprio símbolo do amor” (ibidem, p. 132, tradução nossa).

p. 132).

Então, se, segundo Moirand (2007c [2001]), a memória interdiscursiva da mídia é construída também por meio da *alusão*, a recorrência de notícias intituladas com a topicalização do nome *mãe* — no tratamento que dão a alguns objetos discursivos, como crimes e assassinatos³⁷⁹ — nos levaria a indagar também se o agendamento de tais tipos de *faits divers* acabaria se tornando um lugar-comum. Ou, ainda: se estaria esse agendamento não mais que respaldando esse mesmo lugar-comum, isto é, um espaço discursivo que faz parte da *doxa* difundida entre alguns grupos sociais. Ora, a associação do gênero feminino com a loucura talvez se deva à popularização e às leituras feitas, a partir de pontos de vista os mais diversos, das obras de Freud. Além disso, houve apropriações muitas vezes simplificadoras das noções por ele formuladas e discutidas. A título de exemplo, podemos encontrar estudiosos como Soler (2006 [2003]) que apontam, inclusive, que a descoberta em torno da sexualidade feita pelo psicanalista alemão foi muito mal recebida pela sociedade em geral. Para essa psicanalista,

Freud's discovery concerning sexuality was badly received within the culture. When we wonder why, we habitually mention the mores of the period, but it is not certain that they alone were responsible. In any case, it is common knowledge that Freud was accused of pansexualism. It is, however, a curious pansexualism, for sex (*le sexe*), which is said to be everywhere, isn't, and in truth, is nowhere (ibidem, p. 42, grifo da autora)³⁸⁰.

Além do que aponta a autora, ainda parece prevalecer entre nós uma confusão no tocante à relação entre o *feminino* e a *histeria* e, por metonímia ou contiguidade, com a noção de uma dita *loucura* — pelo menos isso parece ocorrer nem que seja no campo do discurso, conforme revela o nosso *corpus*. Para tratar um pouco desse assunto, é necessário destacarmos, de antemão, pelo menos dois pontos acerca do volume *Estudos sobre histeria* (1893-1895), escrito por Freud em coautoria com Breuer: primeiro que, durante a leitura dos relatos dos casos clínicos, notamos que Freud fazia questão de tirar das chamadas histéricas o

³⁷⁹ É interessante como existe a retomada desse tipo de estrutura em títulos de notícias na mídia e não só durante a “cobertura” de um acontecimento específico. São alguns exemplos do que afirmamos: *Mãe mata três filhos e se suicida em Guaratinguetá* (MORAES, 2001), *Começa julgamento da mãe que assassinou os cinco filhos nos EUA* (FRANCE PRESSE, 2002), *SP: mãe e 4 filhos são encontrados mortos em apartamento* (SP: MÃE..., 2013), *Mãe e filho são encontrados mortos em bairro de Passo Fundo* (SILVA, 2016), entre outros.

³⁸⁰ “A descoberta de Freud sobre a sexualidade foi mal recebida em nossa cultura. Quando nos perguntamos o porquê, temos o hábito de mencionar que isso está relacionado aos costumes da época, mas não é certo que apenas estes tenham sido responsáveis. De qualquer maneira, é de conhecimento comum que Freud foi acusado de pansexualismo. É, no entanto, um curioso pansexualismo, porque o sexo (*le sexe*), o qual é dito estar em todos os lugares, não está, na verdade, em lugar algum” (SOLER, 2006 [2003], p. 42, grifo da autora, tradução nossa).

estigma de “loucas”. Segundo, que, nesses mesmos relatos, o fundador da psicanálise valorizava positivamente as mulheres que analisou, elogiando-as frequentemente, referindo-se à inteligência e à dignidade de caráter delas. E isso não se deu apenas uma única vez. Observe, abaixo, alguns trechos sobre Anna O. e Emmy von N., analisadas por Breuer e Freud (1893-1895, p. 30) e por Freud (*ibidem*, p. 82), respectivamente:

[Anna O.] Era dotada de grande inteligência e aprendia as coisas com impressionante rapidez e intuição aguçada. Possuía um intelecto poderoso, que teria sido capaz de assimilar um sólido acervo mental e que dele necessitava – embora não o recebesse desde que saíra da escola. Anna tinha grandes dotes poéticos e imaginativos, que estavam sob o controle de um agudo e crítico bom senso. Graças a esta última qualidade, ela era *inteiramente não sugestível*, sendo influenciada apenas por argumentos e nunca por meras asserções. Sua força de vontade era vigorosa, tenaz e persistente; algumas vezes, chegava ao extremo da obstinação, que só cedia pela bondade e consideração para com as outras pessoas (grifo dos autores).

Da mesma forma, a Sra. Emmy von N. nos deu um exemplo de como a histeria é compatível com um caráter impecável e um modo de vida bem orientado. A mulher que viemos a conhecer era admirável. A seriedade moral com que encarava suas obrigações, sua inteligência e energia, que não eram inferiores às de um homem³⁸¹, e seu alto grau de instrução e de amor à verdade nos impressionaram grandemente, enquanto seu generoso cuidado para com o bem-estar de todos os seus dependentes, sua humildade de espírito e o requinte de suas maneiras revelaram também suas qualidades de verdadeira dama. Descrever essa mulher como “degenerada” seria distorcer por completo o significado desse termo. Faríamos bem em distinguir o conceito de “predisposição” do de “degenerescência” tais como aplicados às pessoas; de outra forma, ver-nos-emos forçados a admitir que a humanidade deve uma grande parcela de suas maiores realizações ao esforço de “degenerados”.

Assim, parece que, mesmo diante do que positivamente apontam Breuer e Freud nos trechos supracitados, o estigma de “loucas” atrelado àquelas mulheres pouco foi mitigado ao longo dos anos. E, por metonímia, tal associação foi sendo atribuída ao universo feminino em geral, uma vez que boa parte das chamadas históricas tratadas na época eram mulheres. Ora, essa marcação discursiva foi encontrando espaço numa sociedade capitalista fundada por uma estrutura do masculino. E isso se deu mesmo diante (i) de considerações positivas feitas sobre os sujeitos que apresentavam os chamados sintomas históricos, os quais, como diziam Breuer e Freud (*ibidem*, p. 26), poderiam ser encontrados em “pessoas da mais lúcida inteligência, da maior força de vontade, do melhor caráter e da mais alta capacidade crítica” e não necessariamente só em “mulheres”; e (ii) de tecer comentários sobre a importância das chamadas históricas para a formação da psicanálise. Como afirmou Soler (2006 [2003], p. 22), “Freud would not have invented psychoanalysis without the gracious cooperation of

³⁸¹ É importante lembrar que, no contexto daquela época, acreditava-se que a mulher era inferior ao homem.

hysterics”³⁸². Foi Anna O., por exemplo, quem descreveu e se referiu ao método por meio de expressões que se tornaram famosas, a saber, “talking cure” e “chimney-sweeping”³⁸³, que fizeram Freud³⁸⁴ pensar sobre o próprio método de tratamento o qual estava engajado.

Voltamos, agora, aos títulos das notícias acima. Notamos, assim, que o uso dos termos *mãe* e *mulher* são empregados como um ponto de partida valorativo para a “construção” do acontecimento em notícia. Afirmamos isso mesmo tendo em consideração que o uso da voz ativa é preferível à passiva nas notícias; e considerando que a referência ao agente do crime poderia ser, nesse caso, alvo de prioridade³⁸⁵, mas não obrigatoriedade. No entanto, é possível que essa preferência não se dê apenas quanto a uma justificativa que se encontra no plano da língua. Ou, ainda, que por pensarmos que a língua é estruturada pelas práticas socioculturais, essa mesma justificativa também faria jus à discussão sobre as relações entre o emprego de *mãe* e *mulher* acentuado pelos textos jornalísticos. Essas palavras são trazidas, inclusive, não só a partir da voz do jornalista. A partir da notícia abaixo, observamos que tal acento ocorre por meio de outras falas representadas, como a da *polícia* (CMF-17 e CMF-18), a do *vizinho* (CMF-21) e a de *testemunhas* (CMF-23), conforme podemos notar em alguns trechos a seguir:

CMF-11 Mãe suspeita de matar as filhas passará por avaliação de psiquiatra

CMF-12 A corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53, suspeita de matar as duas filhas adolescentes e depois tentar suicídio passará nesta segunda-feira (16) por novos exames psiquiátricos. Ela está presa desde ontem (15) no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo, na zona oeste de SP.

CMF-13 De acordo com a assessoria de imprensa do hospital, ela será avaliada no pronto-socorro da Lapa, onde já passou por exames ontem (15).

CMF-14 As meninas Giovanna Knorr Victorazzo, 14, e Paola Knorr Victorazzo, 13, foram encontradas mortas no beliche de um dos quartos localizado no segundo

³⁸² “Freud não teria inventado a psicanálise sem a graciosa cooperação das histéricas” (SOLER, 2006 [2003], p. 22, tradução nossa).

³⁸³ A “cura pela fala” e “limpeza de chaminé”, respectivamente.

³⁸⁴ Ora, diante do que expomos, não pareceria irônico destacar ainda a histeria como também presente nos grandes mestres da psicanálise? Segundo Falcão (1995, p. 30-31), “Charcot manteve uma relação *especular* com as histéricas. Participava do tratamento, entregando sua própria imagem para dar corpo e cena que as histéricas não conseguiam recordar. Ficou apenas no quadro do pintor e desempenhou seu ofício teatralmente. Não deixava espaço para a relação com o grande Outro, mas *atuava com sua histeria em sua própria mostra*. [...] Freud, cada vez mais, ao inverso de Charcot, desloca a psicanálise para um espaço privado. Põe *sua própria histeria na sua relação com Fliess*. Sempre *insatisfeito*, se reconhece como histérico com todo tipo de sintomas: taquicardia, medo da morte, enxaquecas, corrimentos no nariz, medo de andar de trem etc... [...] Lacan *se reconhece como histérico e dá o espetáculo principalmente em seus Seminários*, onde predomina a fala recortada por suspiros, silêncios. [...] E, mesmo fora do espaço de seus Seminários, sentia tamanha *necessidade de ser visto e reconhecido publicamente* que, quando isto não ocorria, *sabia fazer sua encenação*” (grifos da autora).

³⁸⁵ Embora de forma mais rara, observamos outros títulos que não acentuaram a figura da mãe e/ou da mulher no tratamento dado ao evento, como: *Suspeita de matar as filhas em SP vai para hospital psiquiátrico* (CMF-232) (SUSPEITA..., 2013).

andar da casa, no Jardim Bonfigliani, na zona oeste. A suspeita é de que elas foram mortas por esganadura.

CMF-15 No banheiro da suíte onde as adolescentes foram localizadas, também foi encontrado um cachorro morto, asfixiado por uma sacola plástica.

CMF-16 Giovanna Victorazzo foi achada morta com a irmã [Legenda]

CMF-17 As adolescentes foram localizadas depois que o irmão mais velho, Leon Gustavo Knorr de Carvalho, 27, tentou entrar em contato com mãe, mas não obteve respostas. De acordo com a polícia, o filho tentava ligar para a mulher desde quinta-feira. Preocupado, foi até a casa, onde sentiu um forte cheiro de gás.

CMF-18 Ainda de acordo com os policiais, Mary foi encontrada deitada no chão da sala em estado de choque. O gás da casa estava ligado. Ela teria confessado o crime duas vezes e pedido para morrer. A mulher também gritava “onde estão as minhas meninas?”.

CMF-19 Segundo a polícia, pelo estado de decomposição dos cadáveres, é possível que as adolescentes tenham morrido entre quinta (12) e sexta-feira (13), mas a análise ainda não foi concluída pela perícia.

CMF-20 SUSPEITAS

CMF-21 Um vizinho que preferiu não ser identificado disse que não conhecia a mãe e as adolescentes e só ficou sabendo do crime quando chegou em casa por volta de meia-noite deste domingo (15). O guarda-noturno que faz vigília na rua também não conhecia a família. “Acho que ninguém suspeitava, foi surpresa para todo mundo”, diz.

CMF-22 Paola Victorazzo foi achada morta em casa [Legenda]

CMF-23 Ainda não há pistas sobre a motivação do crime. De acordo com testemunhas, a mulher estaria endividada. A garagem da casa de Mary, que é corretora de imóveis, estava cheia de entulhos e objetos velhos.

CMF-24 Mary Vieira Knorr é divorciada e mãe de outros dois filhos, de 27 e 31 anos. O caso será investigado pelo 14º DP.

(MÃE suspeita de matar as filhas passará por avaliação de psiquiatra. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 16 set. 2013, às 10h58)

Observamos também que, nessa notícia³⁸⁶, o uso dos termos *mãe* e *avaliação de psiquiatra* pelo jornalista, no título — *Mãe suspeita de matar as filhas passará por avaliação de psiquiatra* (CMF-11) —, fazem alusão a uma necessidade de validar a saúde mental da protagonista. Embora tal informação só seja retomada no lide — “A corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53, suspeita de matar as duas filhas adolescentes e depois tentar suicídio passará nesta segunda-feira (16) por novos exames psiquiátricos” (CMF-12, grifos nossos) — e a partir de outra nomenclatura (*a corretora de imóveis*), ressaltamos que a circulação desse discurso, que coloca em cena (i) uma representação do outro a partir do acento dado ora a figura da mãe, ora a da mulher, e (ii) uma dita *sanidade mental*, colabora para a construção de uma sinonímia entre o *gênero* feminino e o *desvio à norma* por meio de uma dita (ir)racionalização que é reconhecida pelo estatuto ocupado pelo discurso psiquiátrico. Não é

³⁸⁶ A partir das nossas buscas, essa notícia foi a segunda que passou a circular sobre o evento.

por acaso que esse discurso recorre em outras notícias, sendo retomado no lide (CMF-51) ou no sublide (CMF-28) de algumas, como em:

CMF-25 Mãe suspeita de matar duas filhas na zona oeste de SP é indiciada por homicídio

CMF-26 Casa onde mulher teria matado as duas filhas e tentado suicídio, no Butantã, zona oeste de São Paulo, amanheceu pichada e com cartazes e flores espalhados pelo portão nesta segunda-feira (16) [Legenda]

CMF-27 A corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53, foi indiciada por homicídio pelas mortes de duas filhas adolescentes no Butantã, zona oeste de São Paulo [link removido]. Os corpos das meninas foram encontrados no último sábado (14). [Lide]

CMF-28 A suspeita está internada no pronto-socorro do Hospital Universitário da USP (Universidade de São Paulo) sob custódia da polícia. Segundo a assessoria de imprensa da unidade, ela passa bem e será submetida nesta segunda-feira (16) a uma avaliação psiquiátrica. [Sublide]

(MÃE suspeita de matar duas filhas na zona oeste de SP é indiciada por homicídio. (Com Estadão Conteúdo). Portal *Uol*, São Paulo, Violência em São Paulo, Notícia, 16 set. 2013, às 11h44, atual. às 14h53)

CMF-50 Corpos de adolescentes mortas em SP são enterrados; mãe é suspeita

CMF-51 Os corpos das adolescentes Giovanna, 14, e Paola Knorr Victorazzo, 13, foram enterrados na tarde desta segunda-feira no cemitério Villa da Paz, em Taboão da Serra (na Grande São Paulo). A mãe das meninas, Mary Vieira Knorr, é suspeita do crime e deve passar por avaliação psiquiátrica. [Lide]

CMF-52 O acesso da imprensa aos familiares das adolescentes não foi autorizado durante o enterro. José Paulo Arruda, advogado de Marco Antonio Victorazzo, pai das meninas, disse que seu cliente por enquanto não irá se manifestar. [Sublide]
(CORPOS de adolescentes mortas em SP são enterrados; mãe é suspeita. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 16 set. 2013, às 17h42, atual. às 19h06)

Assim, se o ponto de partida valorativo é a figura da *mulher*, por exemplo, o sentido do *desvio*, no âmbito maior da ocorrência do crime, vai sendo construído a partir de um discurso que liga o *gênero* à *transgressão* pela via da ausência de uma suposta *saúde mental* — isso nos faz retornar à associação feita entre as mulheres e a histeria, discutida anteriormente. E essa ligação vai sendo mais adiante fortalecida ao longo das coberturas construídas do evento, quando percorremos as notícias seguintes. Relevante notar também que é por meio da circulação desse tipo de discursividade, a qual parece ser mais notória em *faits divers* que tratam majoritariamente de personagens femininos, que se constroem e se fortalecem pré-conceitos e estigmas; e se moldam práticas discursivas, culturais e sóciohistóricas que desidentificam a mulher como sujeito. Ao fazerem isso, tais práticas retiram dela a possibilidade do *desejar*. No entanto, é como *sujeito de desejo* que nos constituímos na existência como *sujeitos de vida*, como discutem Ghirardi e Barbato (2015, s/p):

[...] na medida em que na modernidade a expressão do desejo é uma condição para a construção da sua identidade, negar a expressão do desejo é negar a possibilidade da identidade. *Então, o que querem as mulheres? Querem poder ser sujeitos.* E, para isso, elas precisam ter um lugar de desejo [...] O que querem as mulheres e quem sabe talvez queiram todos os homens e mulheres? É pela afirmação absoluta dessa possibilidade do desejo de cada um [que possamos] caminhar para uma situação já pós-gênero, em que eu não tenha que defini-la como *uma mulher* enquanto *uma categoria*, que a gente possa pensar: “olha, somos seres desejantes [...]”. [...] existe uma questão aqui que é a questão humana do desejo. E por que distinguir o desejo feminino do desejo masculino? *Somos humanos em grande parte porque desejamos.* [...] E quem sabe a afirmação mais generosa dessa questão nos permita superar os gêneros como exclusão, que [eles] se mantenham como identidade, se mantenham como afirmação e como território comum, mas não como clivagem hierárquica [...] ³⁸⁷ (grifos nossos).

Nesse trecho, os autores discutem sobre a importância de se considerar uma situação que eles chamam de *pós-gênero* no sentido de não tratar os gêneros enquanto uma categoria exclusiva e, assim, de denegação do desejo do sujeito. Tanto quanto as mulheres, a psicanálise considera a necessidade de todos — tais como os transgêneros, hermafroditas etc. — serem reconhecidos como *sujeitos de desejos*. Do nosso ponto de vista, os gêneros são importantes enquanto categorias porque constituem referenciais nossos de identidade, de subjetivação, mas nunca como espaços de exclusão. Também o debate trazido por Ghirardi e Barbato é relevante porque nos leva a refletir sobre a interrelação entre *linguagem, subjetividade e sociedade*. Ora, há diversas produções discursivas, já encrustadas no senso comum, em que a desidentificação da mulher como sujeito — porque anulada do processo de subjetivação a partir de um desejo que não lhe era (é) possível — é retomada e aderida: *chorar é coisa de mulher, mulherzinha, você bate como uma mulher*, são alguns exemplos. Embora isso represente uma posição enunciativa que tem raízes num momento sóciohistórico específico, a marca desse tempo de outrora é “apagada” e “tornada” a-histórica, e, assim, essa posição e orientação volitiva passa a se fazer presente nas nossas práticas discursivas diárias como uma voz *indiferenciada* que pertence a uma memória *institucionalizada*. *Indiferenciada* porque aparece não como relativo a uma heterogeneidade e a um momento específico; mas como constituindo um fundo aperceptivo comum (de interpretação) e, por isso, *institucionalizada*. É nesse horizonte social que lemos os usos de *mulher* e *mãe* não como enunciados isolados, mas como tomadas de posições que apontam um espaço axiológico e discursivo significativo junto à circulação de nomações que dizem o sujeito como *louco, doente mental, em surto*, com algum *distúrbio* ou *transtorno*.

³⁸⁷ Transcrições orais do diálogo estabelecido entre Ghirardi e Barbato (2015, s/p) com pequenas adaptações na linguagem relativas à passagem do oral para o escrito.

Além disso, é ainda a partir das nossas análises e do que expõe Foucault (2010a [1976a], p. 320-321) sobre a continuidade histórica entre o que chama de *instituição-bruxaria* e *instituição-psiquiatria*, que podemos nos perguntar se a relação entre essas duas instituições é também responsável por construir a associação que existe entre a figura da *mulher* e a representação de *louca*:

Não foi a bruxa com suas pobres quimeras e seus poderes de sombra que foi, enfim, por uma ciência tardia mas benfazeja, reconhecida como *alienada*. Szasz mostra que um certo tipo de poder exercia-se através das vigilâncias, dos interrogatórios, dos decretos da Inquisição; e ainda é esse poder, por transformações sucessivas, que nos interroga agora, questiona nossos desejos e nossos sonhos, inquieta-se com nossas noites, acossa os segredos e traça as fronteiras, designa os anormais, empreende as purificações e garante as funções da ordem (grifo nosso).

É muito interessante o que expõe o autor supracitado. Nessa declaração, Foucault (idem) reforça nosso ponto de vista, de que há uma associação muito antiga construída entre a *mulher* e o *desvio* por meio do signo da *alienação*, da *loucura*. Ou seja, a caça às bruxas, liderada pela inquisição, nos tem muito a dizer do desejo que é permitido, tolerado e de um *logos* que não pode ser compartilhado. Isso diante de um Estado, que passa a se constituir cada vez mais com base em uma razão, e de uma Igreja que, junto com a instituição estatal maior, pressupõem a vigilância, a ordem e o não-acolhimento dos *desviantes* por meio de punições severas. *Desviantes*, cabe-nos afirmar, no sentido de que se desviavam ou desviavam os outros do destino produzido por *uma* verdade: aquela que dava soberania apenas a alguns, os quais não lhes convinham dividir o poder. Então, *bruxas*, *inquisição* e *loucura* não representam apenas um capítulo da história: essas palavras tornaram-se dispositivos do contra-poder de uma época, de uma sociedade e de um discurso. Elas fizeram parte de um aparato, também comandado pela ciência, que inclui práticas, discursivas ou não, que fizeram aquelas mulheres ingressar num jogo do poder do *verdadeiro* e do *falso* — elas, no caso, do falso — e que, de várias formas, prosseguiram para planos diferentes do que fora anunciado. Ou seja, tal caça também se impunha por meio de outras práticas com finalidades que atingiam todo o corpo social. Pois não era somente a não tolerância e a abolição das diferentes formas do sujeito se constituir como sujeito, das multirelações do *desejo* com a *verdade*, que se tratava essa caça — o que, pensamos, que já é muito. Mas, conforme afirma Foucault (2009a [1979-1980]), as bruxas, por serem a favor do aborto, também eram perseguidas porque representavam um impedimento à demografia. Filhos eram uma mão de obra necessária para as usinas do século XIX. Logo, a associação de *bruxas*, *inquisição* e *loucura*, produto de uma *racionalidade específica de um tempo*, abrem, talvez, as portas, para

que associações como *mulheres* e *loucura* tenham espaço e possam continuar a circular e a prevalecer por meio de outros caminhos, discursos, épocas e vozes.

Todavia, em retorno ao *corpus* que por agora nos detemos, pensamos, ao mesmo tempo, que o acento dado ao *gênero* não se dá de maneira constante na abordagem do evento e não pode ser generalizado³⁸⁸. Embora boa parte das notícias venham das grandes agências, cabendo aos jornalistas retomar o que já foi escrito e modificar (ou não) o texto inicial, a partir de outras apurações, com os *faits divers* isso não parece ser diferente. Estas duas notícias abaixo, veiculadas de maneira *on-line* por dois periódicos distintos no mesmo dia e quase no mesmo horário — a diferença é de 24 minutos de publicação e de 52 minutos de atualização —, apresentam algumas, embora poucas, diferenças na construção inicial do caso. Porém, enquanto que na *Folha de S. Paulo* o acento recai sobre a figura da *mãe*, na do portal *Terra*, tal acento sequer é alvo de menção:

Título	CMF-50 Corpos de adolescentes mortas em SP são enterrados; <u>mãe é suspeita</u>	CMF-60 Corpos de adolescentes encontradas mortas em SP são enterrados
Legenda	—	CMF-61 Os familiares não quiseram falar com a imprensa após o enterro das jovens
Lide (1º parágrafo)	CMF-51 Os corpos das adolescentes Giovanna, 14, e Paola Knorr Victorazzo, 13, foram enterrados <u>na tarde</u> desta segunda-feira no cemitério <u>Villa da Paz</u> , em Taboão da Serra (na Grande São Paulo). <u>A mãe das meninas, Mary Vieira Knorr, é suspeita do crime e deve passar por avaliação psiquiátrica.</u>	CMF-62 Os corpos das adolescentes Paola Knorr Victorazzo, 13 anos, e Giovanna Knorr Victorazzo, 14 anos, <u>encontradas mortas na casa onde moravam na região do Butantã, zona oeste de São Paulo</u> , foram enterrados <u>às 15h</u> desta segunda-feira no cemitério <u>Valle dos Reis</u> , em Taboão da Serra, na Grande São Paulo.
Sublide (2º parágrafo)	CMF-52 <u>O acesso da imprensa aos familiares das adolescentes não foi autorizado durante o enterro. José Paulo Arruda, advogado de Marco Antonio Victorazzo, pai das meninas, disse que seu cliente por enquanto não irá se manifestar.</u>	CMF-63 <u>A cerimônia foi restrita a familiares e amigos das vítimas. Segundo o advogado José Paulo Arruda, que representa o pai das meninas, o empresário Marco Antônio Victorazzo, a família paterna não se pronunciará até a conclusão do inquérito. De acordo com Arruda, Marco Antônio está “extremamente chocado” com o fato.</u>

³⁸⁸ Entre as nomeações atribuídas a Mary Vieira Knorr, notamos que ela vai sendo construída, ao longo dos textos e da veiculação do evento, a partir de expressões como: além de *mulher* (CMF-01, CMF-07, CMF-10, CMF-17, CMF-18, CMF-23, CMF-26, CMF-32, CMF-45, CMF-48, CMF-55, CMF-56, CMF-59, CMF-71, CMF-73, CMF-104, CMF-105, CMF-115, CMF-129, CMF-141, CMF-144, CMF-145, CMF-146, CMF-149, CMF-167, CMF-179, CMF-182, CMF-186, CMF-187, CMF-192, CMF-195, CMF-198, CMF-202, CMF-205, CMF-208, CMF-212, CMF-215, CMF-218, CMF-222, CMF-226, CMF-227, CMF-228, CMF-237) e *mãe* (CMF-04, CMF-09, CMF-11, CMF-21, CMF-25, CMF-35, CMF-44, CMF-49, CMF-50, CMF-51, CMF-67, CMF-68, CMF-70, CMF-74, CMF-75, CMF-133, CMF-140, CMF-144, CMF-171, CMF-194, CMF-210, CMF-214), encontramos *suspeita* (CMF-28, CMF-88, CMF-105, CMF-108, CMF-113, CMF-118, CMF-121, CMF-122, CMF-125, CMF-140, CMF-141, CMF-150, CMF-156, CMF-159, CMF-160, CMF-163, CMF-198, CMF-211), *corretora* (CMF-03, CMF-12, CMF-27, CMF-30, CMF-36, CMF-37, CMF-44, CMF-76, CMF-82, CMF-233, CMF-238), *agressora* (CMF-04, CMF-44, CMF-70), entre outras. Essas nomeações são citadas a partir da ordem decrescente de recorrência.

Legenda	CMF-53 Giovanna Victorazzo foi achada morta com a irmã	—
3º parágrafo	CMF-54 As irmãs foram encontradas mortas por esganadura nos beliches de um dos quartos da casa, no Jardim Bonfiglioni (zona oeste). No banheiro da suíte onde as adolescentes foram localizadas, também foi encontrado um cachorro morto, asfixiado por uma sacola plástica.	CMF-64 Amigos das <u>adolescentes assassinadas</u> que compareceram ao funeral descreveram Giovana e Paola como brincalhonas, sorridentes e alegres.
4º parágrafo	CMF-55 As adolescentes foram localizadas depois que o irmão mais velho, Leon Gustavo Knorr de Carvalho, 27, tentou entrar em contato com mãe, mas não obteve respostas. <u>De acordo com a polícia, o filho tentava ligar para a mulher desde quinta-feira</u> . Preocupado, foi até a casa, onde sentiu um forte cheiro de gás.	CMF-65 Um adolescente de 14 anos, que se disse melhor amigo de Giovanna, afirmou que os dois conversaram por telefone há alguns dias e que ela afirmou que havia algo “estranho”. “Se tem relação com o ocorrido (o crime), não sei. Não posso dizer”, afirmou.
5º Parágrafo	CMF-56 <u>Ainda de acordo com os policiais</u> , Mary foi encontrada deitada no chão da sala em estado de choque. O gás da casa estava ligado. <u>Ela teria confessado o crime duas vezes e pedido para morrer. A mulher também gritava “onde estão as minhas meninas?”</u> .	CMF-66 O adolescente afirmou também que planejava fazer junto com Giovanna uma viagem de intercâmbio aos Estados Unidos. Agora, com a morte da colega, ele disse que ainda não sabe se vai prosseguir com os planos. “Não sei se faço (o intercâmbio) em homenagem a ela, estou pensando ainda”, disse.
Intertítulo	—	CMF-67 Conselho diz que <u>mãe de adolescentes não tinha registro de corretora</u>
6º Parágrafo	CMF-57 Segundo a polícia, pelo estado de decomposição dos cadáveres, é possível que as adolescentes tenham morrido entre quinta (12) e sexta-feira (13), mas a análise ainda não foi concluída pela perícia.	CMF-68 Em nota divulgada nesta segunda-feira, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (Creci-SP) afirmou que <u>a mãe das adolescentes, Mary Vieira Knorr, 53 anos, que disse ser corretora de imóveis, não está registrada em seu banco de dados, “não tendo nenhuma ligação com este Conselho ou com a categoria de profissionais”</u> .
Legenda	CMF-58 Paola Victorazzo foi achada morta em casa	—
Intertítulo	—	CMF-69 Morte em família
7º Parágrafo	CMF-59 Ainda não há pistas sobre a motivação do crime. De acordo com testemunhas, <u>a mulher</u> estaria endividada. A garagem da casa de Mary, que é corretora de imóveis, estava cheia de entulhos e objetos velhos.	CMF-70 As adolescentes Giovanna Knorr Victorazzo, 14 anos, e Paola Knorr Victorazzo, 13 anos, foram encontradas mortas no sábado na casa onde moravam, no Butantã, na zona oeste da capital paulista. <u>Segundo a Polícia Militar [link removido], a mãe das vítimas, a corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53 anos, confessou o crime a policiais</u> , que invadiram a residência na rua Doutor Romeu Ferro para impedir que ela cometesse suicídio. O cão da família também foi morto pela <u>agressora</u> .
8º Parágrafo	—	CMF-71 De acordo com o tenente Santana, que atendeu a ocorrência, o filho mais velho de Mary acionou a Polícia [link removido] Militar, relatando que não estava conseguindo entrar em contato com a mãe por algum

9º Parágrafo

—

tempo. “Ele relatou que ela estaria tentando se suicidar. A equipe entrou na residência com o apoio dos bombeiros, e encontramos a mulher muito perturbada. Falou algumas coisas das filhas, que passava por problemas financeiros, mas estava muito confusa”, relatou o PM.

CMF-72 Ao perguntar sobre as irmãs, o filho decidiu procurar no quarto das meninas, onde encontrou as vítimas mortas. Segundo o tenente Santana, uma das vítimas foi asfixiada pela mãe, e a outra, enforcada. “Ela estava muito perturbada, acabou confessando o crime, falou que tinha matado as filhas”, disse.

10º Parágrafo

—

CMF-73 Em buscas pela residência, os policiais também encontraram o animal de estimação da família, que também foi morto pela mulher, asfixiado com uma sacola plástica. “Ela tomou muitos remédios antidepressivos e chegou a abrir o gás do fogão para se matar”, disse o tenente.

11º Parágrafo

—

CMF-74 A mãe das jovens foi indiciada pela morte das filhas e continua internada no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP), para onde foi levada após ser encontrada pela polícia. Assim que deixar o hospital, Mary deverá prestar depoimento.

Referência CORPOS de adolescentes mortas em SP são enterrados; mãe é suspeita. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 16 set. 2013, às 17h42, atual. às 19h06.

CORPOS de adolescentes encontradas mortas em SP são enterrados. Portal *Terra*, São Paulo, Polícia, Notícia, 16 set. 2013, às 18h06, atual. às 19h58.

A partir dos títulos, lides e sublides dos dois textos acima — e desconsiderando alguns detalhes na notícia do portal *Terra* e trazidos de forma mais genérica na da *Folha de S. Paulo*, como a apresentação do horário do velório, o nome do cemitério, o local de residência da família, entre outros —, nos questionamos o porquê da notícia da FSP acentuar que *a mãe é suspeita* no final do título (CMF-50), como uma informação “apositiva”, e a do *Terra* desconsiderá-la no seu título (CMF-60). Ou seja, lidamos com a estrutura (linguística) de um “mesmo” enunciado, porém com enunciações diferentes, elaboradas conforme os objetivos — quer sejam conscientes ou não — do enunciador do jornal. São, assim, dois enunciados distintos que respondem a apelos, interesses e necessidades também diversas. Como as relações dialógicas se dão não só entre enunciações, mas em qualquer fragmento do enunciado, inclusive numa palavra isolada, como Bakhtin (2005 ([1929/1963])) afirma, o emprego de *mãe é suspeita* no final do título (CMF-50) não deve ser interpretado como uma construção expletiva, de puro realce, ou apositiva, como indicando apenas um acréscimo. O uso de *mãe* nos aponta para (i) o ponto de vista do jornalista ao representar aquela personagem e (ii) os critérios discursivos tidos como relevantes para representar um *fait divers* que envolve crime, mãe e filhos, os quais podem diferir no tempo e espaço dos de

outro veículo.

Ora, o uso recorrente dos termos *mãe* e *mulher* não é colocado à distância; pois se se coloca à distância aquilo que geralmente aparece, para o sujeito, como “fora” de — ou, de alguma maneira, “estranho” ao — seu próprio espaço de enunciação. Então, nominar a protagonista ora de *mãe* ora de *mulher*, como ocorre ao longo da notícia da FSP (CMF-50, CMF-51, CMF-55, CMF-56 e CMF-59), é feito em razão de um espaço de concordância quanto ao uso desses termos. Concordância entre o jornal, o jornalista, o leitor, enfim, entre os co-enunciadores. Há também traços nesse emprego de como os sujeitos pensam a relação entre linguagem, sujeito e sociedade, discutida acima; e, ainda, conforme essa discursividade circula, a partir de quais vozes e das circunstâncias em que é dita-e-representada, observamos como funcionam também alguns jogos de verdade, os quais dinamicamente se relacionam ao poder. *Mãe*, *mulher* e *avaliação psiquiátrica* se entrecruzam e se justapõem ao longo da cobertura desse caso, seja porque se pretende acentuar o (possível) agente do crime, seja porque para colocar a mãe no lugar do *desvio*, se faz necessário aludir a sua saúde mental, como se, ao fazer isso, não fosse mais possível questionar a transgressão cometida por aquela. Ou seja, o uso de *mãe*, *mulher* e *avaliação psiquiátrica* é fortemente argumentativo e compõe o fundo aperceptivo que o autor da notícia recebe e elabora o evento.

Além disso, no lide da notícia da FSP continua-se a se acentuar a figura da *mãe*, a qual é apresentada da seguinte forma: “A *mãe das meninas*, Mary Vieira Knorr, é *suspeita* do crime e *deve passar por avaliação psiquiátrica*” (CMF-51, grifos nossos). Observe que, nesse mesmo texto, a protagonista é nominada primeiramente como *a mãe das meninas* e, depois, é singularizada a partir da introdução do seu nome próprio *Mary Vieira Knorr* (CMF-51). É interessante notar também que ela sequer é mencionada na parte inicial da notícia do *Terra*. Apenas a partir da segunda parte dessa notícia, introduzida pelo intertítulo *Conselho diz que mãe de adolescentes não tinha registro de corretora* (CMF-67), que se passa a tratar da protagonista que já é apresentada, ao longo dessa parte do texto, como a autora do crime: “Segundo a Polícia Militar, *a mãe das vítimas, a corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53 anos, confessou o crime a policiais*, que invadiram a residência na rua Doutor Romeu Ferro para impedir que ela cometesse suicídio. O cão da família também foi morto pela *agressora*” (CMF-70, grifos nossos), “Segundo o tenente Santana, *uma das vítimas foi asfixiada pela mãe, e a outra, enforcada*” (CMF-72, grifo nosso) e “Em buscas pela residência, os policiais também encontraram o animal de estimação da família, *que também foi morto pela mulher, asfixiado com uma sacola plástica*” (CMF-73, grifo nosso).

No entanto, ao mesmo tempo, é interessante notar que, embora o ato de confissão seja

conferido a ela por meio do discurso atributivo a partir da representação da voz da *lei*, sua nomenclatura varia muito ao longo do evento discursivo e é incerta: ora é tida como a *suspeita*³⁸⁹ (como na notícia da FSP), ora como a *acusada* (na do Terra), movimento que é típico dos *faits divers*. Destacamos, sobretudo, que desde o início da construção do evento, circula que ela já *confessou* o crime³⁹⁰, seja a partir da (i) modalização da voz da polícia como discurso segundo, seja a partir da (ii) modalização da declaração que Mary Vieira Knorr deu àquela, através da locução formada pelo verbo no futuro do pretérito do indicativo (de *ter*) com o particípio (de *confessar*), como em: (i) “Segundo a Polícia Militar, a mãe das vítimas, a corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53 anos, *confessou o crime* a policiais” (CMF-70, grifos nossos) e (ii) “Ainda *de acordo com os policiais* [...] *Ela teria confessado o crime* duas vezes e pedido para morrer” (CMF-56, grifos nossos), respectivamente. O uso dessas formas de modalizar a fala outra, a de *um* (da polícia) e a do *outro* (de Mary Vieira Knorr), a partir da primeira coocorrem ao longo de variadas notícias. Isso nos aponta para a tamanha relevância que é dada à instância policial e para o tom diverso que é atribuído às “mesmas” palavras outras.

A respeito desse segundo ponto, notamos que, embora exista o acento sobre a *mãe* na notícia da *Folha de S. Paulo*, a protagonista é construída nela como *suspeita* e, por isso, se ela é colocada nesse lugar, nesse momento, o jornalista modaliza a confissão dela (CMF-56), aceitando e permitindo, discursivamente, à protagonista estar no lugar de *suspeita*. Contudo o acolhimento desse lugar se dá fundido com a voz do jornalista e, aparece, desse modo, colorido por suas avaliações de dúvida e de não comprometimento com tal representação. Assim, o emprego da locução *teria confessado o crime* (CMF-56) se dá revestido pela interpretação do jornalista. Por outro lado, na do *Terra*, Mary Vieira Knorr já é categorizada como a *acusada* e essa representação é antecipada, inclusive por um discurso que já opera uma *desqualificação* dela como sujeito, como podemos observar abaixo:

CMF-67 Conselho diz que mãe de adolescentes não tinha registro de corretora

³⁸⁹ A respeito das nomenclaturas atribuídas à protagonista, cf. a nota de rodapé 388 na página 289.

³⁹⁰ Porém, mais adiante, quando o advogado da protagonista passa a ser retomado pelos jornais, essa confissão é colocada em dúvida e confrontada pelo lado da defesa, como em: “Para o advogado de Mary, no entanto, sua cliente não confirmou a ele nesta manhã a *confissão que teria dado aos agentes*. Por esse motivo, Assis alegou que antes de a investigação apontar a mulher como culpada é preciso ouvi-la em depoimento. ‘Confissão de que matou não é prova. Temos um crime, mas não temos um bandido’, disse o defensor. ‘E quem disse isso, de que ela confessou, foram os policiais militares, não foi Mary. Ela ainda não falou formalmente com a Polícia Civil sobre o caso.’” (CMF-149, grifo nosso) (TOMAZ; PIZA, 2013c). Esse discurso é retomado em outras notícias e é analisado mais adiante.

CMF-68 Em nota divulgada nesta segunda-feira, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (Creci-SP) afirmou que a mãe das adolescentes, Mary Vieira Knorr, 53 anos, que disse ser corretora de imóveis, não está registrada em seu banco de dados, “não tendo nenhuma ligação com este Conselho ou com a categoria de profissionais”.

(CORPOS de adolescentes encontradas mortas em SP são enterrados. Portal *Terra*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 16 set. 2013, às 18h06, atual. às 19h58)

Significante apontar que tanto nesse caso, como no anterior, deparamo-nos, de forma sutil, com esse movimento de desqualificação do sujeito que parece passar inevitavelmente também por uma ausência de qualificação profissional. Ora, já havia dito Freud (BREUER; FREUD, 1893-1895, p. 199), em seus estudos sobre a histeria, que “uma informação importantíssima é muitas vezes anunciada como sendo um acessório redundante, como *um príncipe de ópera disfarçado de mendigo*” (grifo nosso). Ou seja, tal metáfora é trazida porque pensamos que há algo de expressivo naquele discurso que retira do sujeito uma legitimidade e uma certa autorização de *ser* sujeito, pois a constituição do homem moderno passa pelo *trabalho*. Contudo esse tipo de discurso surge de forma distinta nos dois casos analisados. Neste evento, por exemplo, como Mary Vieira é desde o início representada como ora *suspeita* e ora *acusada*, já é trazido de antemão que ela não tinha o registro de corretora em muitos textos³⁹¹. Além disso, esse enunciado circula por boa parte das notícias quando o jornalista faz referência à (suposta) agente para representá-la e contextualizar o ocorrido. No entanto, no caso Paula Oliveira, essa discursividade passa a circular significativamente quando se coloca em dúvida que ela não é vítima da agressão — no terceiro foco discursivo — e, por isso, se começa a reportar que ela não tem OAB e, nesses termos, não é uma advogada (CPO-113), como podemos notar na notícia abaixo:

CPO-107 Suíços perplexos com versão da brasileira

CPO-108 Quando, na semana passada, veio a público a história contada pela pernambucana Paula Ventura de Oliveira, 26 anos, o Brasil foi contaminado por um clima de indignação que chegou até ao presidente da República. Agora, depois de, na sexta-feira, a polícia de Zurique desmentir a versão de Paula, é a vez dos suíços ficarem perplexos. “As pessoas foram pegas de surpresa e não acreditam no que está acontecendo. Até mesmo os jornalistas estão consternados”, observa o carioca Alexander Thoele, repórter da Rádio Suíça Internacional, há oito anos morando em Berna, a capital suíça.

CPO-109 Thoele esteve na estação ferroviária de Stettbach, em Dubendorf, onde Paula afirma ter sido agredida por três skinheads neonazistas na noite da terça-feira 9. “É uma área movimentada, onde há muitas residências”, resume o carioca. Segundo ele, nenhum morador da região viu algo no dia do suposto crime. “Pelo contrário, quase fui agredido quando realizava entrevistas. As pessoas diziam que é

³⁹¹ Cf. os trechos CMF-38, CMF-129, CMF-132, CMF-167, CMF-170, CMF-208 e CMF-228 das notícias que se encontram no anexo C.

invenção de Paula, que ela é louca e que uma coisa daquela não poderia ter acontecido no local”, explica Thoele (3).

CPO-110 “A imprensa suíça começou a entrevistar psicólogos, que disseram que Paula pode ter distúrbios como a síndrome de Borderline. Se a imprensa brasileira errou ao ouvir uma só versão, a suíça está cometendo erro semelhante.” A pessoa atingida por esta síndrome apresenta sintomas como depressão, redução da capacidade de sentir prazer, fadiga, diminuição da concentração, comportamento suicida, alterações no sono e no apetite e retraimento social.

CPO-111 Segundo Thoele, o silêncio das autoridades de segurança de Zurique é, além de uma estratégia para evitar influências externas no trabalho da polícia, uma prática comum no país. “A polícia fez uma opção pelo silêncio e orientou o Hospital Universitário, a Universidade de Zurique e até mesmo a família de Paula a evitar dar declarações à imprensa. Eles dizem que só se pronunciarão ao final das investigações.”

CPO-112 O brasileiro diz que o clima de tensão chegou até o noivo de Paula, o economista suíço Marco Trepp, que deixou Dubendorf rumo a destino ignorado. “Ele desligou até mesmo o telefone da casa onde mora com Paula. Além disso, também desligou o telefone celular”, revela Thoele.

CPO-113 Paula Oliveira se formou em direito em 2005, na Faculdade de Direito do Recife (FDR), vinculada à Universidade Federal de Pernambuco. Mas, de acordo com a seção pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), ela não fez o exame da Ordem. Portanto, não pode advogar nem no Brasil nem no exterior. O presidente da OAB-PE, Jayme Asfora, confirmou que Paula não pode ser chamada de advogada, mas sim de bacharela em direito. “Ou ela não fez o exame ou não passou, mas, segundo amigos dela, ela realmente optou por não fazer. Isso significa que ela não pode advogar. Mas não vejo isso como relevante na investigação”, afirmou Asfora.

CPO-114 A reportagem tentou contato com a A.P. Moeller-Maersk, a empresa de transporte marítimo em que Paula Oliveira trabalha como coordenadora de vendas na Suíça, para confirmar o cargo, mas a assessoria de imprensa não retornou a ligação.

(GADÊLHA, W. Suíços perplexos com versão da brasileira. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 18 fev. 2009)

Observe-se que, nessa notícia, o discurso da *desqualificação profissional* aparece no final do texto (CPO-113). No entanto, ele circula junto com um outro discurso que é colocado no início, mais especificamente no sublide (CPO-109), e que já foi analisado na introdução³⁹²: aquele em que a *saúde mental* da protagonista é acentuada e posta em dúvida. Isto é, Paula Oliveira, como sujeito, é representada como duplamente negada; e as vozes dos suíços (CPO-107 e CPO-108), da polícia de Zurique (CPO-108), das pessoas (entrevistadas) (CPO-108 e CPO-109), dos jornalistas (CPO-108), do repórter da Rádio Suíça Internacional (CPO-108, CPO-109 e CPO-112), da imprensa suíça (CPO-110) e do presidente da OAB de Pernambuco (CPO-113) corroboram o olhar marcadamente negativo sobre ela. O uso de *suíços perplexos* (CPO-107), é a vez dos *suíços ficarem perplexos* (CPO-108), as *pessoas* foram pegas de *surpresa* (CPO-108) e os *jornalistas* estão *consternados* (CPO-108) constituem representações sobre a história de Paula Oliveira a partir do tom volitivo-emocional (i) de

³⁹² Cf. da página 19 à 25.

perplexidade do discurso dos suíços, assim tomado pelo jornalista na narrativização que faz do caso, e (ii) de *surpresa* e *consternação* das pessoas e dos jornalistas, respectivamente, avaliação compartilhada também pelo repórter carioca, pois sua fala, representada em DD entre aspas, assimila a voz das pessoas e dos jornalistas no mesmo enunciado. A exaltação desses sentimentos e os trechos aspeados em DD “As pessoas diziam que é *invenção* de Paula, que ela é *louca* [...]” (CPO-109, grifos nossos) — do repórter que assimila o dizer atribuído a Paula pelas pessoas —, e “[...] Paula *não pode ser chamada de advogada*, mas sim de bacharela em direito” (CPO-113, grifo nosso) — do representante da OAB-PE — operam discursivamente na desqualificação da protagonista e da sua história.

Prossigamos com a discussão do caso da mãe suspeita de matar suas filhas. Observamos, de maneira geral, entre as notícias publicadas sobre esse evento, o uso mais frequente da MDS na representação dos discursos evocados para falar do caso. Também se faz uso do DI e do DD basicamente marcado pelas aspas. É interessante notar ainda que o uso do DD se dá, principalmente, para a representação que o jornalista faz das falas da *polícia*, do *tenente* e do *delegado*. Temos assim três tipos básicos de representação do discurso nesse *fait divers*: no DD, o jornalista opta por apresentar as palavras “proferidas” por aquelas autoridades que constituem o âmbito da justiça e da lei, atribuindo autoridade e importância a elas; no DI, o jornalista se mistura com o que está sendo reportado, contaminando a “narrativa” do caso com seus tons e avaliações; na MDS, o jornalista mostra-se apoiar em outros discursos — basicamente também no da *polícia*, do *tenente* e do *delegado* — para falar do caso.

Essas formas de representar o discurso outro nos dão pistas para como o jornalista/jornal está evocando esse outro e se “relacionando” com esse dito outro. Todavia não vemos tais maneiras de trazer o discurso outro como “esquemas” rígidos. Embora as formas de representar o outro se caracterizem como tendências de inscrição da heterogeneidade — algumas, inclusive, parecem ser mais comuns que outras num determinado tempo, espaço e veículo —, conforme mostram os estudos de Authier-Revuz (2004c [1982] e 2015 [2001]), essas formas falam muito de como nos sentimos e nos relacionamos com a *língua*, o *outro* e os *discursos* a nossa volta.

A seguir, passamos a análise de outra notícia. É a partir do final do dia 16 para o dia 17 de setembro de 2009 que se passa a mencionar *o surto*³⁹³ como a motivação do crime, o

³⁹³ A palavra *surto* só passa a circular, no tratamento dado a esse caso, a partir da notícia *Mãe ‘era rigorosa’ com adolescentes achadas mortas, diz delegado* (MORA, 2013), publicada no dia 16 de setembro às 18h12.

qual é trazido principalmente por meio da voz da esfera da justiça penal (*investigação, polícia e delegado*). Sabemos, contudo, que até então não houve referência à voz de um psicólogo, médico ou psiquiatra. Mas na notícia intitulada *Para polícia, mãe matou filhas após surto ou por estar endividada* (CMF-75), a qual é alvo de destaque pela *Folha de S. Paulo*³⁹⁴, notamos que, mesmo com a introdução de *surto*, a voz que é ouvida continua a ser a do jornalista e a do delegado. Interessante observar ainda que, partindo da leitura do título, acentua-se, além da mãe/mulher³⁹⁵, tida como a agente do crime, a sua motivação (*surto, dívidas* ou os dois):

CMF-75 Para polícia, mãe matou filhas após surto ou por estar endividada

CMF-76 A polícia paulista investiga a hipótese de uma corretora imobiliária de 53 anos ter matado duas filhas na zona oeste em razão de um surto psicótico ou por estar com dívidas, sem condições financeiras para criar as jovens.

CMF-77 Mary Vieira Knorr, mãe das duas adolescentes, continuava ontem internada e presa no Hospital Universitário.

CMF-78 Segundo a polícia, ela admitiu para uma médica ter assassinado as filhas Giovanna, 14, e Paola Knorr Victorazzo, 13, mas não disse qual teria sido a sua motivação.

CMF-79 “A casa estava toda revirada, suja e o cachorro da família também estava morto. Aparentemente a mãe teve um surto antes de matar as filhas, mas ainda não podemos descartar a questão financeira também”, afirmou o delegado Olívio Gomes Lyra.

CMF-80 Giovanna Victorazzo foi achada morta com a irmã [Legenda]

CMF-81 As jovens foram encontradas mortas na casa da família, no Jardim Bonfiglioli.

CMF-82 Mary foi detida em flagrante. Ela acumulava dívidas de mais de R\$ 50 mil e, conforme processos judiciais, teve um veículo apreendido por falta de pagamento. A corretora também é investigada sob a suspeita de estelionato – quatro boletins de ocorrência contra ela de um ano para cá a acusavam de ter se apropriado de R\$ 219 mil de clientes por falsas transações imobiliárias.

CMF-83 Ex-colegas de Mary que atuam em uma imobiliária disseram que em nenhum momento ela aparentava ter problemas psiquiátricos.

CMF-84 Segundo a polícia, as irmãs Giovanna e Paola foram mortas por asfixia. A dúvida é se elas foram impedidas de respirar porque foram estranguladas ou por inalarem gás.

CMF-85 “Havia marcas nos pescoços das duas, mas ainda não dá para afirmar que elas foram esganadas. Precisamos esperar os laudos”, afirmou o delegado Olívio Lyra.

CMF-86 A polícia só ficou sabendo do duplo homicídio na tarde de sábado porque vizinhos acionaram a PM após sentirem forte cheiro de gás.

³⁹⁴ Essa notícia também apareceu na *Folha de S. Paulo* impressa no mesmo dia. Com algumas modificações e de texto mais longo no periódico impresso, esse caso foi uma das manchetes da capa do jornal, retomado na capa da seção *Cotidiano* (C1) e teve matérias vinculadas nessa mesma seção.

³⁹⁵ Notamos que somente a partir do dia 23 de setembro o acento sobre a figura da mãe vai sendo mitigado, como podemos perceber a partir dos títulos das notícias veiculadas pelo *GI: Suspeita de matar filhas fingiu dormir para evitar depoimento, diz delegado* (TOMAZ, 2013f), *Defensoria Pública pede para soltar suspeita de matar filhas em SP* (TOMAZ, 2013a). É interessante destacar que as nomações atribuídas a ela nesse momento recaem menos sobre *mãe* e *mulher*, e mais sobre a expressão *a suspeita*.

CMF-87 Paola Victorazzo foi achada morta em casa [Legenda]

CMF-88 Quando chegaram ao local, os policiais encontraram a suspeita desmaiada no térreo e as duas meninas mortas no andar superior, perto do corpo de um cachorro. O botijão de gás estava com o registro totalmente aberto.

CMF-89 Segundo a polícia, pelo estado de decomposição dos corpos, é possível que as adolescentes tenham morrido entre quinta e sexta passada. Legistas elaboram um laudo para apontar o horário aproximado dos homicídios.

CMF-90 Ontem, a Folha não encontrou o defensor de Mary.

(PARA POLÍCIA, mãe matou filhas após surto ou por estar endividada. (Com colaboração do Agora). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 17 set. 2013, às 03h00)

Nessa notícia, destacamos, de antemão, dois aspectos interessantes a partir do título *Para polícia, mãe matou filhas após surto ou por estar endividada* (CMF-75): primeiro que a voz da polícia dá o “diagnóstico” da mãe — pois uma das opções é que ela tenha tido um surto —, mesmo sem ter a responsabilidade social para dizê-lo; segundo, o emprego da palavra *surto*, a qual é também amplamente usada na mídia para tratar de epidemias, da contaminação de uma população ou de um grupo por uma doença, a peste, e para caracterizar um indivíduo que teve uma crise psicótica. Observe-se que a nomenclatura *surto* está hoje banalizada, pois ela circula constantemente nos discursos atributivos das pessoas e, assim, esse termo não contempla apenas o aspecto relacionado à dimensão psicótica (à psique) do sujeito. E embora o jornalista convoque diversas vozes para construir discursivamente o ocorrido para seu público-leitor — a polícia paulista (CMF-76), o delegado (CMF-79), a médica (CMF-78) e os ex-colegas de Mary (CMF-83) —, essas vozes não sustentam sóciologicamente, pelo menos ainda, a possibilidade do surto e nem apresentam o “saber socialmente responsável” para proferir tal “diagnóstico”.

Além disso, observamos no título em MDS — *Para polícia, mãe matou filhas após surto ou por estar endividada* (CMF-75) — o conflito entre dois tipos de justificativas que não se inter-relacionam segundo uma ordem de uma dita “racionalidade” representada pela voz da polícia. E que, por isso, instauram um conflito: “[...] mãe matou filhas *após surto* ou *por estar endividada*” (CMF-75, grifo nosso). Esses enunciados-justificativas quando justapostos e proferidos por uma mesma voz abrem uma espécie de “brecha” no próprio discurso da polícia — ora incerto e disperso (ORLANDI, 2005), aspectos do movimento do próprio devir do discurso, a caracterizar o tal surto que levou (ou não) Mary Viera Knorr a matar suas filhas. Isso, inclusive, também nos faz retomar a reflexão sobre a dificuldade da definição do termo “fato”³⁹⁶, uma vez que nos deparamos na mídia com tentativas de

³⁹⁶ Essa discussão foi iniciada por nós na dissertação de mestrado.

“factualidades”; pois nos esbarramos na *inconstância* dos sujeitos, das suas experiências e dos sentidos que estão sendo produzidos sobre os seus discursos. Isto é, a partir do ponto de vista que adotamos — de que os sujeitos são “inconstantes” no sentido de que são incompletos, de que se constituem num processo alteritário e de que não se estabilizam em um estado de *ser*, porque participam de um constante *devir* —, uma condição básica da vida vivida. Se no romance, devido à exotopia do autor, o objeto do discurso se integra ao inacabamento do mundo em por vir e, nisso, deixa o seu traço de acabamento provisório (BAKHTIN, 2002a [1941]), nas notícias isso não é tão diferente. Os sujeitos dos quais os jornalistas tratam são tomados e elaborados num *presente* e, conforme o desenvolvimento no tempo e espaço do acontecimento reportado, esses sujeitos, discursivizados, vão entrando em contato com a incompletude do autor que escreve o texto. O avanço da narrativa é, assim, dentro do contexto — do público, do editor, do jornalista, dos personagens, das vozes — sempre inacabado. O objeto, portanto, não apresenta uma imutabilidade semântica: “o seu sentido e o seu significado se renovam e crescem à medida que esse contexto se desenvolve posteriormente” (ibidem, p. 419-420).

Então, cada um de nós, como narradores e heróis das vidas outras (BAKHTIN, 2002a [1941]), só temos acesso aos valores e sentidos *incompletos*, relativos, nunca dotados de uma plenitude. Embora seja isso que muitos de nós almejamos — uma dita “plenitude” no *dizer* as e nas “coisas” —, as narrativas das vidas dos outros são constituídas pelos “sentidos” que temos acesso e por aqueles que são tomados por nós, da nossa posição exotópica. E, mesmo que “apareçam” como fazendo parte de um horizonte *pleno* — como se fosse possível apresentar um valor de caráter totalizante —, as narrativas são sempre contingenciais, são elaborações históricas. Nelas, lidamos com palavras, discursos, representações parciais e variáveis que podem ser ou não fortuitas e conscientes, mas são acima de tudo subjetivas. Todavia destacamos que o caráter contingencial do narrado é um traço marcante nos *faits divers*. Conforme já discutimos, nesse gênero deparamo-nos com um espaço privilegiado para falar sobre a presença de um embate discursivo que é “marcado” sobretudo pelas nomações empregadas: representar, nesta última notícia, a protagonista como *suspeita* (CMF-88), não nominando-a como *acusada*, constrói efeitos de sentidos diferentes. E enunciar que ela matou suas filhas em virtude de um *surto* ou de *dívidas* acumuladas (CMF-75 e CMF-76), por exemplo, constituem justificativas distintas de esferas também distintas. Isso não só reforça a posição de François (2012a) para quem os pontos de vista são contingenciais, variáveis, mutáveis — e, porque não dizermos, estão *em construção*? Mas também para uma possibilidade discursiva mais “plástica” no processo de representação de sujeitos que

constituem os *faits divers*.

No *sucesso*, como também chama Barthes (2003b [1962]), nos parece que há dois aspectos que ratificam o que afirmamos acima: primeiro, que há um certo acordo tácito entre o escritor e o leitor quanto à maneira de significar esse sujeito, nesse gênero. Isso pode se dar pelo próprio tipo de acontecimento trazido pelo *fait divers*, uma vez que, dentro da ótica do crime e do sensacional, o seu desenrolar poderá vir a trazer desdobramentos inimagináveis. Ou seja, o leitor lida com variadas “indefinições” discursivas numa mesma notícia — por exemplo, nas caracterizações dos sujeitos (é *assassina* (CMF-78), é *suspeita* (CMF-88) etc.), nas circunstâncias (matou *por surto*, matou *por estar endividada* (CMF-75 e CMF-76) e nos atos (mortas por *asfixia* (CMF-84), foram *esganadas* (CMF-85)). São a essas representações tão variáveis, as quais em outras esferas poderiam não operar juntas — a protagonista pode ser, na prática da vida, *acusada* ou *suspeita* de um mesmo crime, por exemplo? — que os leitores são confrontados frequentemente durante a leitura de tal tipo de acontecimento. Ora, pelo próprio caráter espetacular do ocorrido, parece existir uma certa “flexibilização” no discurso dos e sobre os *faits divers*, pois os leitores, de certo modo, “compactuam” que seus conteúdos fazem parte do universo do *incerto*, já que pouco se sabe em que posição se encontra o sujeito face ao ato cometido por ele mesmo. Então, o espaço discursivo é pesadamente aberto a conjecturas, pertencentes a saberes variáveis, as quais são dadas em um conflito discursivo intenso ao longo de um mesmo texto ou entre os textos veiculados sobre um mesmo acontecimento.

Aliás, na última notícia transcrita, a própria indeterminação do caso e a impossibilidade de saber o que ocorreu se manifesta também na maneira como Mary Vieira Knorr é representada a partir do emprego de distintas nomações em enunciados, tais como: *mãe matou filhas* (CMF-75), *investigada sob a suspeita de estelionato* (CMF-82), *suspeita* (CMF-88), entre outras. Isso se dá porque a justificativa do ato é, logo depois, nominada como uma *hipótese* — embora não se apresente de tal forma no título, senão este perderia força e tom de veracidade. Ou seja, certas nomações, tais como as duas últimas supracitadas, “esbarram” nas incertezas do que é trazido no título e na (atual)³⁹⁷ impossibilidade de se saber o que de fato ocorreu. Ao mesmo tempo, contudo, ao longo do texto, o acento permanece sobre a representação da figura da *mãe*, a saber: *mãe matou filhas* (CMF-75) (no título), *Mary Vieira Knorr, mãe das duas adolescentes* (CMF-77) (no sublide) e *a mãe teve um surto* (CMF-79) (na fala do delegado).

³⁹⁷ Dizemos *atual* porque aquele momento em que a notícia é elaborada é ainda de apuração do caso.

O segundo aspecto que nos faz pensar numa maior *plasticidade discursiva* no tocante à construção desses acontecimentos em *faits divers* — para representar discursivamente ora o sujeito, ora o ocorrido, ao longo de um mesmo texto —, se dá quanto à singularidade do objeto do discurso tratado em tais notícias que é a própria *vida* e o próprio *sujeito* que “cai” e está em ruínas. É em virtude desse objeto discursivo peculiar que os jornalistas e os leitores, a partir das suas experiências de mundo, das suas heranças culturais e convenções familiares, dos valores sociais e históricos partilhados etc. expõem seus pontos de vista e constroem “acabamentos” (temporários) dentro da explicação do que eles consideram “plausível”. *Temporários* porque, afora a subjetividade e a singularidade de quem escreve e, por isso, tal texto é único, logo depois outros aspectos vão surgindo conforme a investigação do caso. *Plausíveis* porque é mais “palatável” para o leitor que, diante de um *distúrbio*, causado pelo lúpus, e de um *surto*, tais protagonistas possam ter cometido os crimes que a elas foram reportados. Assim, nos *faits divers*, a “suspeita” é a palavra de ordem do dia: suspeito de ter cometido um crime e de ter uma doença; ou de ter um transtorno e ter cometido um crime. Enfim, vai se colocando em evidência, de alguma forma, a possibilidade daquele sujeito não ter uma saúde mental íntegra. Então, se instaura, numa mesma notícia ou não, um jogo discursivo em que se representa diversamente o sujeito envolvido no acontecimento, independente do saber de que dispõem³⁹⁸. Pois isso não é necessário, conforme já dizia Barthes (2003b [1962]). Nos *faits divers*, mais ainda do que uma *verdade* a ser buscada sobre os acontecimentos que traz para o público, o acento recai sobre a *perturbação* de que tais tipos de situações podem ocorrer, estão ocorrendo e constituem o cotidiano de diversos sujeitos.

Significativo mencionar ainda que, mesmo sendo de “praxe” apresentar na notícia diferentes versões sobre o que ocorreu, mostrando os “lados” da história — visão democraticamente idealista atribuída à mídia — há dissonâncias entre os pontos de vista trazidos ao longo dessa notícia³⁹⁹. Ora, a partir das *informações* narrativizadas pelo jornalista — *dívidas de mais de R\$ 50 mil, processos judiciais e falsas transações bancárias* (CMF-82) — elabora-se a imagem da protagonista. Mas, paralelamente, a justificativa trazida tenta “negociar” com a motivação do surto que aparece no texto, seja pela voz da polícia, seja pela do jornalista. Nesse caso, o *surto* apresenta-se como uma explicação “mais” razoável pelas

³⁹⁸ Isso pode ser observado nas cartas, nos comentários ou nos textos diversos dos leitores sobre cada caso, ao longo do evento discursivo, os quais, a partir da posição enunciativa em que se encontram, tecem considerações as mais variadas sobre os sujeitos envolvidos.

³⁹⁹ Estamos nos referindo à última notícia supracitada, intitulada *Para polícia, mãe matou filhas após surto ou por estar endividada* (CMF-75).

partes para o ocorrido do que um homicídio realizado pelo acúmulo de débitos.

Além disso, logo em seguida, enuncia-se que ela confessa o crime, mas isso é feito a partir da tomada de posição do jornalista sobre o discurso representado da polícia, o qual, por sua vez, toma posição sobre o da médica: “Segundo a *polícia*, ela admitiu para uma *médica* ter assassinado as filhas Giovanna, 14, e Paola Knorr Victorazzo, 13, mas não disse qual teria sido a sua motivação” (CMF-78, grifos nossos). Aqui, dois aspectos devem ser destacados: primeiro que, lá no título (CMF-75), é a polícia quem dá o “diagnóstico”; segundo que, agora, representa-se a médica como a que recebeu o depoimento do assassinato (CMF-78). Notamos, então, que nessa zona de heterogeneidade, mais que aludir ao saber outro e estabelecer uma interação dialogizada; e, mais que, especificamente, ocorrer o dialogismo interdiscursivo entre estes campos do saber — da polícia e da medicina, representados pelas vozes da (classe da) polícia e da médica—, uma voz *transgride* o espaço axiológico legitimado socialmente que é dado a falar da outra voz. Isso nos leva ao interessante debate sobre o funcionamento particular de uma hibridização no gênero analisado.

Parece-nos certo afirmar que a *hibridização nos faits divers* é uma questão bastante atual quanto ao tratamento que se dá — e talvez tenha se dado, ao longo da história — a esses tipos de narrativas dos acontecimentos. Sabemos que frequentemente nos deparamos com a coabitação de vários sujeitos nos discursos jornalísticos e/ou a apropriação dos pontos de vista desses sujeitos por vozes diversas. No entanto, no caso específico dos *faits divers*, como se dá essa hibridização? Ora, os *faits divers* são construídos principalmente pela mistura das vozes da *polícia*, do *médico*, do *senso comum*, isto é, por discursos que representam não só os pontos de vista, os conflitos, as relativizações, as combinações, as contraposições etc. entre eles. Mas por discursos que *fazem parte do homem* e do seu cotidiano, os quais geram também dissonâncias individuais e sociais entre as vozes convocadas pelo jornalista para falar sobre tal acontecimento, dissonâncias essas que povoam o mundo social.

Se voltarmos àquela discussão estabelecida pela notícia *Para polícia, mãe matou filhas após surto ou por estar endividada* (CMF-75), podemos apontar que há, nesse texto, uma inter-relação que vai além da ocorrida entre a voz da polícia e a da médica. Podemos afirmar, assim, que existe uma interação entre, pelo menos, 7 vozes: a do *jornalista*, a da *polícia*, a da *médica* que, por sua vez, retém o discurso da *mãe* das meninas, a do *delegado*, a do “grupo” dos *ex-colegas* de Mary, a dos *legistas* etc. Isso nos mostra a dificuldade que existe, para o leitor comum, em delimitar as fronteiras axiológicas entre essas vozes, mesmo quando inseridas em “esquemas” que tentam demarcar tipográfica e linguisticamente a voz outra, como por meio do DD entre aspas. No entanto, nessa notícia, ao invés de existir um

“reforço” valorativo entre os discursos para explicar o ocorrido, essas vozes — principalmente a imbricação que se dá entre a da polícia, a da médica e a do jornalista — acabam sustentando a *impossibilidade* do discurso da mãe das meninas. E isso porque o discurso citado não constrói os sentidos isoladamente, mas na interação entre os enunciados.

Ora, já sabemos que citar um discurso é trazer um discurso sobre outro discurso, uma enunciação em outra enunciação. Nesse movimento dialógico⁴⁰⁰, sempre há outras orientações possíveis ao discurso (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]). Em tal texto, observamos que a voz da polícia é trazida como a fala de um “grupo” principalmente a partir da MDS — *para* polícia (CMF-75) e *segundo* a polícia (CMF-78, CMF-84 e CMF-89). Os enunciados CMF-78 e CMF-84, os quais modalizam o discurso da polícia, inclusive, antecedem as duas falas do delegado reportadas em DD entre aspas (CMF-79 e CMF-85). Como sabemos, as aspas são usadas em geral para colocar uma certa distância em relação a outras vozes, indicando também reserva do enunciador. Então, nessa notícia, o assassinato das adolescentes é trazido com o intuito de ser ressaltado, pois o fragmento do discurso do delegado é apropriado pelo discurso do jornalista a partir de uma heterogeneidade marcada (para o próprio jornalista, o jornal e o leitor): logo ao assinalar um outro que fala (o delegado), o jornalista marca que esse mesmo outro que fala não é ele (o jornalista). No entanto, o que ocorre é o seguinte: os enunciados aspeados vão na direção do que defende o escritor do texto. Tais fragmentos de fala aspeados funcionam como respaldos do que foi modalizado em discurso segundo. Ou seja, esse outro, o delegado, é trazido e apropriado pelo jornalista para respaldar o ponto de vista que percorre o texto; ponto de vista esse que está relacionado à relação de causalidade⁴⁰¹ construída por esse *fait divers*. A saber, de que seja por um surto ou por um acúmulo de dívidas, o que não se pode imediatamente explicar, entender tal relação é importante porque ela permite ao leitor compreender, na nossa opinião, *quais efeitos de sentido estão sendo construídos e colocados em cena*. E, nesse caso, pensamos que a

⁴⁰⁰ Bakhtin (2015 [1934-1935]) “revolucionou” esse estudo por tê-lo trazido a partir da dinâmica de como o discurso é apreendido e retomado.

⁴⁰¹ Para Barthes (2003), a relação de causalidade é muito frequente nos *faits divers*. O espetáculo criado por essa relação se encontra no assombro e na perturbação que ele ocasiona — como nesse caso em que se reporta que a mãe surta e mata as filhas. Segundo esse semiotista francês, as perturbações da causalidade que trazem assombro e que se articulam à estrutura do sucesso podem se dar a partir (i) de uma causa conhecida, (ii) de uma que não se pode explicar imediatamente e (iii) daquela que é inesperada. O caso da mãe analisado é aquele cuja causalidade não se tem como, de antemão, explicar. E, por isso, o caso é desdobrado e retomado na grande mídia, além de ser permeado por conjecturas, como notamos na última notícia acima. O da Paula Oliveira traz a causalidade inesperada, pois, ao invés de uma esperada — conforme a versão inicial do acontecimento — surge uma outra que constrói o espetáculo de uma decepção. Nisso, a causalidade é mais notável quanto mais decepcionada. Ressaltamos ainda que esses dois casos não se constituem como *faits divers* “estereotipados”, pois nesses tipos a ênfase recai nas circunstâncias aberrantes, a exemplo do da notícia *Noivo surta, foge do altar e corre pelado pelas ruas de Bauru (SP)* (CCV-58), cujo título foi citado na página 235 deste capítulo.

causalidade ganha força não só pela perturbação do surto ou das dívidas acumuladas. Mas, em primeiro lugar, pelos atos que escapam ao domínio do humano poderem ter uma causalidade que se encontra em *todo e qualquer lugar*. Como afirmou Barthes (2003b [1962], p. 267), “el suceso nos dice que el hombre está siempre ligado a otra cosa, que la naturaleza está llena de ecos, de relaciones y de movimientos; pero, de otra parte, esta misma causalidad está incesantemente minada por fuerzas que escapan a su dominio”⁴⁰². E, em segundo, porque pensamos que essa mesma causalidade constitui parte da própria *história* do sujeito.

Ainda nessa notícia, os enunciados do delegado Olívio Gomes Lyra (CMF-79) e dos ex-colegas de Mary Vieira (CMF-83) parecem-nos relevantes para a construção do caso porque ambas as vozes empregam os termos *aparentemente* e *aparentava* respectivamente nas suas declarações, elaborando efeitos de sentido diversos: “‘A casa estava toda revirada, suja e o cachorro da família também estava morto. *Aparentemente* a mãe teve um surto antes de matar as filhas, mas ainda não podemos descartar a questão financeira também’, afirmou o delegado Olívio Gomes Lyra” (CMF-79, grifo nosso) e “Ex-colegas de Mary que atuam em uma imobiliária disseram que em nenhum momento ela *aparentava* ter problemas psiquiátricos” (CMF-83, grifo nosso).

Ora, não existe signo neutro ou mesmo a palavra como um signo neutro. Ela é neutra no sentido de que pode assumir *várias funções*, como havia dito Volochínov (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]). A palavra é “retirada” dos discursos de outrem, da boca de outrem, do mundo de outrem. Assim, no enunciado CMF-79, o *aparentemente* é um modalizador que insere uma ideia de dúvida por parte do delegado, o qual não só apresenta a possibilidade do surto como o coloca em tom de *evidência* no relato que oferece sobre o caso, evidência essa, por sua vez — introduzida de tal forma com o *aparentemente* —, que isenta o funcionário público de se responsabilizar pelo dito; já no CMF-83, o *aparentava* representa uma *caracterização* de Mary, pois, na percepção daquele grupo, Mary não tinha a “aparência” ou apresentava “sinais”, “traços” de um indivíduo com supostos problemas psiquiátricos. É interessante notar também que não fica claro para o leitor se o uso do nome *ex-colegas* é uma escolha do jornalista ou daquele grupo; e, desse modo, o que levou os amigos a se nominarem como tal ou o jornalista a nominá-los a partir de um estado que indica separação.

⁴⁰² “O sucesso [ou *fait divers*] nos diz que o homem sempre está ligado a outra coisa, que a natureza está cheia de ecos, relações e movimentos; mas, de outra parte, que essa mesma causalidade está incessantemente minada por forças que escapam a seu domínio” (BARTHES, 2003b [1962], p. 267, tradução nossa).

4.2 Considerações *parciais*

Antes de finalizar esse capítulo, se faz necessário retornar à discussão sobre a noção de *hibridização* nos *faits divers* para estabelecermos algumas considerações. Embora estejamos longe de esgotar essa discussão, trazemos a análise de uma notícia sobre o caso Paula Oliveira e outra da mãe suspeita de matar as filhas, respectivamente, para entender um pouco mais o funcionamento dessa mistura de discursos de domínios diferentes e a relação dessa mescla de vozes com a circulação das palavras *doença*, *transtorno*, *surto*, entre outras. Observe a primeira:

CPO-121 Advogado diz que estuda citar doença como defesa; médicos dizem ser raro

CPO-122 Roger Müller, advogado suíço que assumiu a defesa de Paula Oliveira, disse ontem à BBC Brasil que entre as estratégias que estuda adotar está o fato de a brasileira sofrer de lúpus. O pai de Paula já afirmara que ela tem a doença, que pode provocar transtornos psiquiátricos.

CPO-123 Médicos ouvidos pela Folha disseram que as manifestações psiquiátricas do lúpus não estão entre as mais comuns e que não conhecem casos de pacientes que se automutilaram em razão delas, o que não significa que isso seja impossível, dizem. O lúpus é uma doença autoimune, ou seja, combate elementos do próprio organismo. Era tido como uma doença de pele até 1832, quando foi descrito como sistêmico - pode atingir vários órgãos.

CPO-124 O nome vem do latim “lobo”, pois as erupções na pele eram consideradas semelhantes a marcas de mordidas do animal. A doença é mais comum em mulheres em torno dos 20, 30 anos, e as causas não são claras.

CPO-125 Segundo Lilian Tereza Lavras Costallat, presidente da comissão de lúpus da Sociedade Brasileira de Reumatologia, a doença manifesta-se principalmente na pele e nas articulações, mas também pode atingir rins e outros órgãos. De acordo com a médica, estudos mostram que 25% dos pacientes apresentam manifestações psiquiátricas, que vão de quadros de ansiedade e depressão leves até outros mais graves e também mais raros como psicose e alucinações.

CPO-126 Ari Halpern, reumatologista do Hospital Albert Einstein, afirma haver casos em que a paciente manifestou primeiro os sintomas psiquiátricos, mas que é mais comum o lúpus aparecer antes como um sintoma físico. Ele afirma que podem ocorrer surtos momentâneos, alternados ou haver um quadro permanente.

(ADVOGADO diz que estuda citar doença como defesa; médicos dizem ser raro. (Da reportagem local). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 20 fev. 2009)

Logo a partir do título — *Advogado diz que estuda citar doença como defesa; médicos dizem ser raro* (CPO-121) —, notamos a mistura da voz do jornalista que retoma a do advogado e este, por sua vez, a dos médicos. Essa mesma mescla continua a ocorrer no início do lide — “*Roger Müller, advogado suíço que assumiu a defesa de Paula Oliveira, disse ontem à BBC Brasil que entre as estratégias que estuda adotar está o fato de a brasileira sofrer de lúpus*” (CPO-122, grifos nossos) — o que acentua o discurso da medicina como constitutivamente presente na fala do advogado. Ao final desse primeiro parágrafo, o

enunciado “O pai de Paula já afirmara que *ela tem a doença, que pode provocar transtornos psiquiátricos*” (CPO-122, grifo nosso) também revela a presença de termos e noções do domínio da medicina na voz do *homem comum*, representado pelo pai da protagonista. Assim, embora a voz da esfera psiquiátrica “apareça” como uma heterogeneidade marcada no texto jornalístico estritamente por meio das vozes (i) do (grupo) de médicos ouvidos pelo jornal (CPO-123), reportada em DI; (ii) da presidenta da comissão de lúpus da Sociedade Brasileira de Reumatologia (CPO-125), como MDS; e (iii) do reumatologista do Hospital Albert Einstein (CPO-126), também em DI, essa notícia é construída, do início ao fim, com base no discurso da esfera da saúde: ao longo do texto, o jornalista constrói o seu ponto de vista sobre o lúpus a partir da própria *linguagem* médica, como podemos notar nos trechos “O lúpus é uma doença autoimune, ou seja, combate elementos do próprio organismo. Era tido como uma doença de pele até 1832, quando foi descrito como sistêmico - pode atingir vários órgãos” (CPO-123) e “O nome vem do latim ‘lobo’, pois as erupções na pele eram consideradas semelhantes a marcas de mordidas do animal. A doença é mais comum em mulheres em torno dos 20, 30 anos, e as causas não são claras” (CPO-124).

Conforme Authier-Revuz (2004c [1982]), esse *hibridismo* esclarece um ponto de vista a partir de um outro ponto de vista. De fato, as expressões *doença* (CPO-121, CPO-122, CPO-123, CPO-124 e CPO-125), *lúpus* (CPO-122, CPO-123, CPO-125 e CPO-126), *transtornos psiquiátricos* (CPO-122), *manifestações psiquiátricas* (CPO-123 e CPO-125) e *sintomas psiquiátricos* (CPO-126) circulam no texto principalmente como atribuídas às vozes convocadas: do advogado (*doença* e *lúpus*), do pai de Paula (*doença* e *transtornos psiquiátricos*), do (grupo) genérico de médicos (*manifestações psiquiátricas do lúpus*), da reumatologista Lilian Tereza Lavras Costallat (*doença, manifestações psiquiátricas, ansiedade, depressão, psicose* e *alucinação*) e do reumatologista Ari Halpern (*sintomas psiquiátricos, lúpus* e *surtos*). Contudo tais vozes são representadas por meio de formas como o DI e a MDS, as quais permitem que o jornalista empregue com as suas próprias palavras os dizeres de outrem. Ao fazer isso, o autor o texto constrói a representação da sua *linguagem*, do seu *ponto de vista*, do seu *discurso*, de um lado, e da *protagonista* do evento, da *doença* que ela apresenta e do *lúpus*, de outro. Esses objetos, os quais “aparentam” apenas serem integrantes de um “relato”, são representados a partir do *entrecruzamento* com os pontos de vista e os dizeres do advogado, do pai de Paula e dos médicos reportados. Tanto as vozes, como as palavras por eles usadas — ou a eles atribuídas pelo jornalista —, apontam para a orientação social do texto.

Desse modo, o jornalista interfere na constituição da “personagem” *Paula Oliveira*, do *lúpus* e das chamadas *manifestações* ou *transtornos psiquiátricos*. Se não há como separarmos os usos das palavras e os pontos de vista que a elas vão sendo associados (ou o contrário) — o que seria impossível numa visão bakhtiniana (2015 [1934-1935])⁴⁰³ —, podemos acrescentar que o emprego delas, por quem são empregadas e como o são também são objeto do discurso do jornalista sobre o que constitui a *doença* atribuída à protagonista, *doença* que não é construída uniformemente no texto. Poderíamos pensar, ainda, que encontramos em tal notícia “dois” discursos sobre o *lúpus*. O primeiro, representado pelo advogado (CPO-122) e pelo pai (CPO-122), é contraposto ao e entrecruzado com o discurso médico que aparece no título (CPO-121) e sublide (CPO-123). O jornalista, ao fazer isso, parece “cercar” as vozes do advogado e do pai que aparecem no lide e, assim, *deslegitima* o discurso que tem o posicionamento favorável à protagonista. Mais adiante, no restante da notícia, há um segundo discurso: o *lúpus* é definido favoravelmente, através do estatuto da medicina, por uma *possibilidade* de trazer supostos transtornos psiquiátricos, de estar associado a surtos, mesmo que remotos, e apresentado como mais frequente em mulheres. E, nesse momento, o *lúpus* surge como favorável à protagonista e apresenta-se como *legítimo*. Isso nos diz que o jornalista ao convocar as vozes citadas — a do advogado, a do pai e a dos médicos —, coloca-as em confronto e, ao mesmo tempo que o faz, expõe os seus pontos de vista sobre o discurso da protagonista.

Passemos, agora, à análise da notícia sobre o caso da mãe suspeita de matar suas filhas. Durante a leitura do texto, observamos que a mistura de vozes de domínios diferentes também ocorre, embora de maneira um pouco diversa:

CMF-178 ‘Não restam dúvidas’, diz delegado sobre mãe ter matado filhas em SP.

CMF-179 Segundo a polícia, mulher pode ter surtado por causa da vida que levava. Mary Knorr está presa suspeita pelo crime e internada em hospital de SP.

CMF-180 Mary Vieira Knorr, de 53 anos, é suspeita da matar as filhas [Legenda]

CMF-181 O delegado Gilmar Contrera afirma ter esclarecido o caso das duas adolescentes achadas mortas na região do Butantã, em São Paulo. “Para a investigação não restam dúvidas: foi a mãe que assassinou as meninas. As provas são depoimentos de policiais e médicos que ouviram a confissão dela”, disse Contrera nesta quinta-feira (19) ao **G1**.

CMF-182 Segundo a investigação, Mary Vieira Knorr, de 53 anos, matou, na semana passada, as duas filhas e o cão da família na casa em que moravam. Agora, o delegado vai pedir à Justiça um exame de insanidade mental da mulher.

⁴⁰³ Pois, a partir do que defende o autor russo, o formalismo não nos permite presenciar a pluralidade e heterogeneidade de linguagens, vozes e pontos de vista que constituem a vida.

CMF-183 O resultado do teste servirá para eliminar dúvidas a respeito de seu perfil psicológico. Para a investigação, ela pode ter cometido um crime em decorrência de um surto psicótico.

CMF-184 Preso em flagrante pelos assassinatos, Mary teria confessado os crimes a policiais militares e a uma médica. Alterada, teria dito que queria se suicidar, foi levada para um hospital, onde permanece internada e sem previsão de alta. Por esse motivo, ainda não tem condições de prestar depoimento à polícia. O diagnóstico é de transtorno mental por conta do uso de medicamentos sedativos e hipnóticos.

CMF-185 A investigação quer saber se Mary tomou esses remédios antes ou depois das mortes e se eles teriam alguma relação com o crime. O mais provável, segundo os policiais, é que ela tenha sido medicada após os assassinatos, mas essa informação ainda não foi confirmada oficialmente. Testemunhas e parentes, no entanto, disseram à polícia que Mary não tinha problemas mentais.

CMF-186 Em relação à execução do crime, a hipótese mais plausível para a polícia é a de que a mulher pode ter surtado e, em seguida, asfixiado as irmãs Giovanna, de 14 anos, e Paola Knorr Victorazzo, de 13, e o cachorro. Laudos da Polícia Técnico Científica irão apontar se as vítimas foram esganadas pela mãe ou intoxicadas por gás de cozinha.

CMF-187 Informações preliminares da perícia dão conta de que as estudantes teriam sido mortas na última quinta-feira (12) devido ao estado de decomposição dos cadáveres. Vizinhos ainda disseram ter visto Mary passear com o cão na sexta-feira (13), o que aumenta a suspeita de que a mulher velou as filhas por dois dias. Os corpos foram encontrados no sábado (14) pela Polícia Militar, que foi à residência atender um chamado de vazamento de gás. Como Mary não atendia as ligações de seus filhos de outro relacionamento, eles acionaram a PM.

CMF-188 Para o delegado do 14º Distrito Policial, em Pinheiros, que investiga o caso, o inquérito que apura a autoria dos homicídios concluirá que Mary matou as filhas e tentou se matar em seguida após um possível surto.

CMF-189 Paola Victorazzo tinha 13 anos [Legenda]

CMF-190 No entendimento do delegado, apesar de parentes e conhecidos não relatarem transtornos mentais anteriores, Mary tinha problemas amorosos e de relacionamento com as filhas, dificuldades financeiras e praticava crimes de estelionato. “Para nós, todos esses ingredientes podem ter feito ela surtar e matar as meninas”, disse.

CMF-191 De acordo com Contrera, como Mary foi detida no sábado passado, o inquérito precisa ser concluído no prazo de dez dias para prisão em flagrante. Isso deverá ocorrer até a próxima segunda-feira (23).

CMF-192 Mesmo não tendo ido à delegacia, a mulher foi indiciada pelos homicídios, ou seja, responde formalmente como autora dos assassinatos. “O inquérito será relatado à Justiça. A polícia irá se manifestar a favor da prisão da mulher. Ela oferece riscos a outras pessoas e a si mesma, já que tentou o suicídio.”

CMF-193 Exames

CMF-194 Como Mary ainda não teve autorização médica do Hospital Universitário, na Zona Oeste, para prestar depoimento à polícia sobre o crime, o delegado também vai pedir à Justiça a “verificação da capacidade de imputação nos incidentes de insanidade mental” da mãe. Se a solicitação for concedida, poderá ser feita no Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc).

CMF-195 Policiais tentam interrogar Mary desde o dia em que ela foi internada, mas a mulher não tem condições de falar. Atestado médico do hospital informa que, de acordo com o Classificação Internacional de Doenças (CID), ela foi diagnosticada com F130, um transtorno mental e comportamental causado por ingestão de sedativos e hipnóticos.

CMF-196 Esse transtorno leva a pessoa a ter comportamento anormal, como o que Mary apresenta nos últimos dias no hospital, mas dificilmente leva alguém a cometer um assassinato, segundo especialistas ouvidos pelo G1.

CMF-197 “Acho que ela está transtornada pelos remédios que está tomando. Por isso não pode falar conosco ainda”, disse Contrera, que poderá concluir o inquérito sem ouvir Mary. “Nossa última tentativa será na sexta-feira [20].”

CMF-198 O exame de insanidade do Imesc pode ser anexado posteriormente à conclusão do inquérito e servirá para a Justiça saber se vai responsabilizar Mary criminalmente ou se a suspeita necessita de tratamento psiquiátrico. Se a mulher for considerada inimputável (não responde pelos seus atos) ou semi-imputável (tem consciência parcial do que faz) poderá ir a um hospital psiquiátrico. Ela não poderia ficar presa numa cadeia comum, teria de ser submetida a tratamento, onde permaneceria detida até ser curada. Se for considerada imputável pode responder criminalmente pelos assassinatos.

CMF-199 “Por enquanto, não posso afirmar se ela tem ou não tem problemas mentais, quem dirá isso será o resultado do exame de insanidade”, disse Contrera.

CMF-200 Giovanna Victorazzo tinha 14 anos [Legenda]

CMF-201 Internação

CMF-202 Na quarta-feira (18), o advogado de Mary, Lindenberg Pessoa de Assis, visitou sua cliente no centro médico e disse que ela não se lembra de nada do que aconteceu e pergunta pelas filhas. Além de perguntar “como estão as meninas?”, Mary também falou que quer morrer, de acordo com o defensor. A defesa pretende pedir à Justiça a liberdade da mulher alegando que ela precisa da família e de um tratamento psiquiátrico. “Ela não deve ser tratada como uma criminosa”, afirmou.

CMF-203 Polícia

CMF-204 Em depoimentos dados no 14º Distrito Policial, em Pinheiros, os PMs que acharam as vítimas no imóvel relataram que Mary estava “alterada” naquele dia, quando também confessou a eles os assassinatos das filhas e disse que queria se matar. Ela acabou presa em flagrante, foi sedada e levada ao Hospital Universitário da USP.

CMF-205 Para o advogado de Mary, no entanto, sua cliente não confirmou a ele a confissão que teria dado aos agentes. Por esse motivo, Assis alegou que, antes de a investigação apontar a mulher como culpada, é preciso ouvi-la em depoimento. “Confissão de que matou não é prova. Temos um crime, mas não temos um bandido”, disse o defensor. “E quem disse isso, de que ela confessou, foram os policiais militares, não foi Mary. Ela ainda não falou formalmente com a Polícia Civil sobre o caso.”

CMF-206 De acordo com o advogado, Mary ainda não tem condições psicológicas de prestar depoimento à polícia. “Ela ainda não voltou à consciência, não dá para saber o que aconteceu”, disse Assis. “Dependo de conversa com ela para saber. Não tenho nenhuma testemunha presencial. Ela está meio inconsciente, se tratando, sedada.”

CMF-207 Estelionato

CMF-208 De acordo com a investigação, Mary se identificava como corretora de imóveis, mas não possui registro no Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci). Além disso, a mulher é investigada pela Polícia Civil por suspeita de estelionato e apropriação indébita porque estaria se passando por corretora e usando o nome de uma imobiliária de “fachada” para enganar pessoas que queriam comprar imóveis. Há a suspeita que ela tenha conseguido R\$ 214 mil em golpes.

CMF-209 Segundo o delegado, a mãe respondeu também por maus-tratos. O policial, porém, não soube informar se a acusação era de que teria maltratado as filhas. Segundo a investigação, a mãe era rigorosa com as filhas, chegando ao ponto de pregar um papel na geladeira com tarefas das meninas e punições caso não as cumprisse. As filhas relatavam nas redes sociais divergências com a mãe.

(TOMAZ, K.; PIZA, P. T. ‘Não restam dúvidas’, diz delegado sobre mãe ter matado filhas em SP. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 19 set. 2013, às 14h42, atual. às 20h21)

Antes de apontar como se dá a hibridização nessa longa notícia, é necessário tecer alguns comentários gerais sobre o fundo aperceptivo discursivo do texto. Dividindo-se em 5 partes, os intertítulos *Exames* (CMF-193), *Internação* (CMF-201), *Polícia* (CMF-203) e *Estelionato* (CMF-207) nos dão pistas sobre os elementos chave escolhidos pelo jornalista para abordar o caso. Ou seja, tais palavras apontam para a importância dada às instâncias da *saúde/saúde mental* e da *justiça*, as quais indicam, para o leitor, os pontos de partida e a orientação axiológica que o escritor do texto concentrou a sua argumentação narrativa. Relevante notar que são essas mesmas instâncias que concorrem para o controle e o cerceamento do sujeito que é trazido nos *faits divers*. Significativo apontar ainda que o acento desse texto recai majoritariamente sobre as vozes que representam a ordem socialmente constituída de “combate” ao crime, a saber, a da *polícia*, a do *delegado* e a da *investigação*⁴⁰⁴. E é nesse ponto que percebemos tal hibridismo: a esfera da justiça penal apropria-se do discurso da esfera psiquiátrica e o jornalista, ao se misturar discursivamente com a primeira, passa a englobar também a linguagem do domínio médico.

Segundo Bakhtin (2015 [1934-1935], p. 156) o *hibridismo* corresponde à “mistura de duas linguagens sociais no âmbito de um enunciado”, ou seja, é “o encontro, no campo desse enunciado, de duas diferentes consciências linguísticas divididas por uma época ou pela diferenciação social (ou por ambas)”. E continua: “a hibridização inconsciente não-intencional é um dos modos mais importantes da vida e da formação das línguas” (idem). Partindo do que expõe o pensador russo, há, nesse amálgama, um apagamento das fronteiras das vozes sociais e uma mistura de acentos. Presenciamos a ocorrência desse entrelaçamento já no subtítulo: “*Segundo a polícia, mulher pode ter surtado* por causa da vida que levava. Mary Knorr está presa suspeita pelo crime e internada em hospital de SP” (CMF-179, grifo nosso). Ora, a justificativa do crime como um *surto* é trazida estritamente pela voz que representa a *esfera da justiça penal*, a saber, a da *polícia* (a da *investigação*) e a do *delegado*. Além disso, tal justificação é retomada várias vezes mais adiante por meio desse mesmo espaço axiológico representativo “do combate ao crime”: “*Para a investigação*, ela pode ter cometido um crime *em decorrência de um surto psicótico*” (CMF-183, grifos nossos), “Em relação à execução do crime, *a hipótese mais plausível para a polícia é a de que a mulher pode ter surtado* e, em seguida, asfixiado as irmãs Giovanna, de 14 anos, e Paola Knorr Victorazzo, de 13, e o cachorro” (CMF-186, grifo nosso), “*Para o delegado do 14º Distrito*

⁴⁰⁴ Embora a *investigação* possa aparecer como um agrupamento “indeterminado”, nesta notícia, ela representa uma das vozes da esfera da justiça penal. Ademais, existe um agrupamento de policiais que fazem parte da investigação e da perícia, tarefas as quais se dedicam os policiais civis.

Policial, em Pinheiros, que investiga o caso, o inquérito que apura a autoria dos homicídios concluirá que Mary matou as filhas e tentou se matar em seguida após um possível *surto*” (CMF-188, grifos nossos) e ““*Para nós [da polícia], todos esses ingredientes podem ter feito ela surtar e matar as meninas*”, disse [o delegado]” (CMF-190, grifos nossos). O surto é trazido, assim, de antemão, pela esfera da justiça penal antes mesmo da verificação, pela esfera psiquiátrica, da chamada saúde mental da protagonista: “*Agora, o delegado vai pedir à Justiça um exame de insanidade mental da mulher*” (CMF-182) (grifos nossos). Observe que, nesse enunciado, o advérbio *agora* funciona como um modalizador autonímico que marca a fala do delegado — seja como um acento ao *pedido* feito por ele, seja como um realce dado à *saúde mental* da protagonista que é colocada em dúvida e em contiguidade com a marcação do gênero dela. Como já notamos, há também um destaque dado ao gênero da protagonista não só nessa fala, mas ao longo da notícia. Contudo o que enfatizamos, neste momento, é que, de alguma maneira, *entre a fala do delegado e o acento atribuído pelo jornalista* — por meio do *agora* —, esse enunciado é um bom exemplo de como se nota a *refração* das intenções do discurso outro de maneira sutil⁴⁰⁵. Isso porque, baseando-nos em Bakhtin (2015 [1934-1935]), a linguagem funciona no movimento de *reflexão-refração* e, nisso, fica mais manifesto para nós que os objetos do discurso — que são o *delegado* e a *fala do delegado* sobre a saúde da protagonista — são sempre *parciais*.

É interessante notar também que não há citações diretas de falas de médicos⁴⁰⁶, a não ser para apontar uma *apropriação* e *inversão* social de papéis, como nestes trechos: ““*Para a investigação não restam dúvidas: foi a mãe que assassinou as meninas. As provas são depoimentos de policiais e médicos que ouviram a confissão dela*”, disse Contrera nesta quinta-feira (19) ao G1” (CMF-181, grifo nosso) e “*Preso em flagrante pelos assassinatos, Mary teria confessado os crimes a policiais militares e a uma médica*” (CMF-184, grifo nosso). O primeiro excerto refere-se a uma fala do delegado que é representada entre aspas em DD; o segundo engloba um dos discursos atributivos representados pelo jornalista sobre a fala da protagonista, a qual é feita à distância com o emprego do futuro do pretérito do

⁴⁰⁵ É importante lembrar que a interpretação já constitui uma *refração*.

⁴⁰⁶ A não ser, na segunda parte da notícia, em que se cita indiretamente (DI) um atestado médico do hospital em que Mary fora internada: “Atestado médico do hospital informa que, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID), ela foi diagnosticada com F130, um transtorno mental e comportamental causado por ingestão de sedativos e hipnóticos” (CMF-195). Além disso, no trecho que segue — “Esse transtorno leva a pessoa a ter comportamento anormal, como o que Mary apresenta nos últimos dias no hospital, mas dificilmente leva alguém a cometer um assassinato, segundo *especialistas* ouvidos pelo G1” (CMF-196, grifo nosso) —, pode-se subentender que os *especialistas* convocados correspondem à voz dos médicos, mas, novamente, pela forma como tal voz foi representada, essa heterogeneidade permanece no campo da inferência.

indicativo (*teria confessado*). A partir desses excertos, é interessante mencionar que os médicos receberam a confissão e o delegado deu o “diagnóstico” do *surto* ao longo da notícia, mesmo que, previamente. *Previamente* porque, depois, o delegado afirma que: “Por enquanto, *não posso afirmar se ela tem ou não tem problemas mentais*, quem dirá isso será o resultado do *exame de insanidade*”, disse Contrera (CMF-200, grifos nossos). A partir desse último enunciado, poderíamos nos perguntar se o uso que o delegado faz da palavra *surto* é o do homem comum. E, se por meio desse emprego, há uma tentativa de se “omitir” o peso semântico que o *surto* tem para a esfera psiquiátrica. Ou seja, de qual *surto* o delegado trata? Apoiado frequentemente nas vozes da polícia e da investigação, o discurso do delegado estabelece uma diferenciação entre *surto* e *problemas mentais*: ora, ele pode afirmar, e o faz, que ela teve um *surto*, mas não pode fazê-lo quanto aos *problemas mentais*. Pois, a partir do que expõe, não cabe a ele a legitimidade social de proferir o discurso sobre os *problemas mentais*, mas ao médico e, assim, ele não se compromete com aquele discurso que ele não pode sustentar. Então, embora não existam falas de médicos em tal notícia, notamos que, na voz do delegado, *escutamos* pelo menos três vozes: a do senso comum, a da polícia e a da psiquiatria.

Além disso, durante algumas das narrativizações do caso na notícia, observamos o grau de interpenetração dos discursos do jornalista com os da medicina em vários momentos, como em: “O diagnóstico é de transtorno mental por conta do uso de medicamentos sedativos e hipnóticos” (CMF-184). Nessa mescla, fica difícil separar as fronteiras das vozes e linguagens sociais, e, no caso desse trecho citado, não fica claro para o leitor quem diz o enunciado, pois parece vir do jornalista. Só, posteriormente, na segunda parte da notícia, percebemos que *o jornalista toma para si* o que informa um atestado médico do hospital em que Mary estava internada: “*Atestado médico do hospital informa que*, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID), ela foi diagnosticada com F130, um transtorno mental e comportamental causado por ingestão de sedativos e hipnóticos” (CMF-195, grifo nosso).

A importância dessa hibridização de linguagens sociais se dá em virtude da influência que tal mistura de vozes exerce sobre a construção da personagem, influência essa que ultrapassa os limites da construção desse mesmo objeto do discurso que é tratado em primeiro plano, a saber, a provável agente que cometeu o crime. A apreensão da linguagem e da voz da medicina vai, assim, se apresentando não só no discurso da polícia (CMF-179 e CMF-186), da investigação (CMF-183), do delegado (CMF-188, CMF-190, CMF-197 e CMF-199) ou no do jornalista (CMF-184), mas vai se expandindo para os mais variados grupos sociais —

testemunhas e parentes (CMF-185), parentes e conhecidos (CMF-190), advogado (CMF-202 e CMF-206), entre outros, os quais falam também a partir do espaço axiológico da esfera médica.

Ora, mas quais são as relações que cada uma dessas vozes estabelece com as palavras as quais se “apropriam”? Em primeiro lugar, o emprego recorrente de tais noções aponta para o espaço axiológico de interpretação do acontecimento. Ou seja, é na linguagem médica que aquelas vozes tentam justificar, explicar e compreender o comportamento da *possível* protagonista do crime. Dizemos *possível* porque Mary Vieira Knorr é colocada em *dois lugares*, isto é, representada como *suspeita* e *autora do crime*, ao mesmo tempo, ao longo da notícia⁴⁰⁷. Isso também se dá em virtude do próprio caráter do *fait divers* que, por tratar de acontecimentos da ordem do incomum, é palco de *definições conflituosas do sentido*, como estamos discutindo desde o início deste capítulo. E também pela contingencialidade na construção do ponto de vista sobre a protagonista. Assim, conforme podemos notar na leitura do texto, ela é ora nominada como *suspeita* pelo jornalista (CMF-179, CMF-180 e CMF-198) e ora é trazida indiretamente como *assassina* — como em “Para a investigação não restam dúvidas: *foi a mãe que assassinou as meninas*. As provas são depoimentos de policiais e médicos que ouviram a confissão dela”, disse Contrera nesta quinta-feira (19) ao G1 (CMF-181, grifo nosso) — e *autora dos assassinatos* — como em “Mesmo não tendo ido à delegacia, a mulher foi indiciada pelos homicídios, ou seja, responde formalmente como *autora dos assassinatos*” (CMF-192, grifo nosso) — pela voz da investigação. Interessante notar que quando o delegado ou o jornalista a representa dessa forma, isso é feito a partir da MDS. Mesmo nos dizeres aspeados em DD do delegado ou em algum trecho em que o jornalista faz uma narrativização do caso, notamos que se recorre fundamentalmente à *investigação* para fundamentar a sua fala, como nos trechos abaixo:

CMF-181 O delegado Gilmar Contrera afirma ter esclarecido o caso das duas adolescentes achadas mortas na região do Butantã, em São Paulo. “Para a investigação não restam dúvidas: foi a mãe que assassinou as meninas. As provas são depoimentos de policiais e médicos que ouviram a confissão dela”, disse Contrera nesta quinta-feira (19) ao **G1**.

CMF-182 Segundo a investigação, Mary Vieira Knorr, de 53 anos, matou, na semana passada, as duas filhas e o cão da família na casa em que moravam. Agora, o delegado vai pedir à Justiça um exame de insanidade mental da mulher.

CMF-190 No entendimento do delegado, apesar de parentes e conhecidos não relatarem transtornos mentais anteriores, Mary tinha problemas amorosos e de relacionamento com as filhas, dificuldades financeiras e praticava crimes de

⁴⁰⁷ E, ainda, ao longo do evento discursivo.

estelionato. “Para nós, todos esses ingredientes podem ter feito ela surtar e matar as meninas”, disse.

(TOMAZ, K.; PIZA, P. T. ‘Não restam dúvidas’, diz delegado sobre mãe ter matado filhas em SP. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 19 set. 2013, às 14h42, atual. às 20h21)

Em segundo lugar, nos perguntamos o seguinte: de qual *doença* as vozes estão tratando? Notamos, ao longo da notícia, a circulação de tais expressões: *problemas mentais*, trazida por testemunhas e parentes (CMF-185) e pelo delegado (CMF-199); *transtornos mentais*, por parentes e conhecidos (CMF-190); *transtorno mental*, pelo jornalista (CMF-184); *transtorno mental* e *comportamental*, pelo atestado médico do hospital (CMF-195) a partir do CID; *surtado*, pela polícia (CMF-179 e CMF-186); *surto psicótico*, pela investigação (CMF-183); *surto* e *surtar*, pelo delegado (CMF-188 e CMF-190); *transtornada*, pelo delegado (CMF-197); *alterada*⁴⁰⁸, pelo jornalista (CMF-184) e PM (CMF-204); *comportamento anormal*, pelos especialistas (CMF-196); *condições psicológicas* e *meio inconsciente*, pelo advogado (CMF-206). Apesar das particularidades dos usos de cada palavra pelos sujeitos convocados, além das condições contextuais em que foram proferidas, de maneira geral, pensamos que há uma busca pela *inteligibilidade* de uma conduta, a saber, o que motivou, qual a causa que gerou o crime⁴⁰⁹.

Notamos, porém, que ao mesmo tempo em que se busca uma inteligibilidade, evoca-se algumas memórias que foram sendo associadas ao campo semântico das palavras *loucura* e *doença mental*; memórias que passaram a constituir a base comum de muitos dos seus usos. Isto é, mesmo sem empregar necessariamente as palavras *louco*, *loucura* e *doença mental*, observamos que algumas das expressões usadas pelas vozes na notícia — citadas no parágrafo acima — constróem sentidos que remetem a antigos conteúdos, valores e tons marcados pela história dos termos *loucura* e *doença mental*. Por exemplo, no trecho CMF-192, observamos que o delegado traz à tona a representação da *periculosidade*. Esse valor é estabelecido, no enunciado grifado abaixo, não pela referência da protagonista como a suspeita de ter matado suas filhas, mas pelo realce dado ao ato do *suicídio* pelo uso do operador *já que*. Este operador tem uma função explicativa e argumentativa, pois, ao explicar o porquê de ela

⁴⁰⁸ Essa palavra é trazida, inicialmente, sem aspas, pelo jornalista (CMF-185). Posteriormente, ela é aspeada e incluída como parte dos dizeres da polícia militar (PM), aparecendo como uma modalização autonímica de empréstimo (CMF-205). O significado parece ser o mesmo, mas o sentido é diverso: no último caso, a palavra *alterada* é usada e exposta pelo jornalista, por meio das aspas, como a representação discursiva que o outro, no caso a PM, dá de Mary Vieira Knorr.

⁴⁰⁹ Embora haja um esforço do sujeito para compreender aquilo que o cerca e que não entende, que se instaura entre o universo do estranho e da morbidez, desde quando é possível compreender tudo?

oferecer riscos, também aponta para a opinião do delegado sobre a protagonista, a imagem do que ela representa na sociedade (o perigo) e o suicídio:

CMF-192 Mesmo não tendo ido à delegacia, a mulher foi indiciada pelos homicídios, ou seja, responde formalmente como autora dos assassinatos. “O inquérito será relatado à Justiça. A polícia irá se manifestar a favor da prisão da mulher. Ela oferece riscos a outras pessoas e a si mesma, já que tentou o suicídio” (TOMAZ, K.; PIZA, P. T. ‘Não restam dúvidas’, diz delegado sobre mãe ter matado filhas em SP. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 19 set. 2013, às 14h42, atual. às 20h21)

Em alguns momentos, ouve-se a voz da ciência que trata a doença como uma *patologia orgânica*. Abaixo, no trecho CMF-198, encontramos a voz do jornalista que, se mesclando às linguagens da medicina e da justiça, representa a chamada *doença mental* a partir da ideia de um tratamento que está associado a uma cura (*tratamento-cura*):

CMF-198 O exame de insanidade do Imesc pode ser anexado posteriormente à conclusão do inquérito e servirá para a Justiça saber se vai responsabilizar Mary criminalmente ou se a suspeita necessita de tratamento psiquiátrico. Se a mulher for considerada inimputável (não responde pelos seus atos) ou semi-imputável (tem consciência parcial do que faz) poderá ir a um hospital psiquiátrico. Ela não poderia ficar presa numa cadeia comum, teria de ser submetida a tratamento, onde permaneceria detida até ser curada. Se for considerada imputável pode responder criminalmente pelos assassinatos. (TOMAZ, K.; PIZA, P. T. ‘Não restam dúvidas’, diz delegado sobre mãe ter matado filhas em SP. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 19 set. 2013, às 14h42, atual. às 20h21)

Inicialmente, nesse trecho, o jornalista explica o exame de insanidade do Imesc por meio da mistura da sua voz com a do discurso médico-legal que se preocupa em estabelecer uma certa responsabilidade do criminoso através do espaço em que vai colocá-lo — na cadeia ou no hospital psiquiátrico. É interessante notar que o jornalista é propositivo na sua explanação, o que se nota por meio do uso dos verbos no presente e futuro do indicativo — *pode*, *servirá* e *poderá*. Somente quando ele vai tratar de Mary Vieira Knorr, o emprego passa a ser do futuro do pretérito do indicativo — *poderia*, *teria* e *permaneceria*. Essa mudança nos permite pensar que o jornalista não pode, naquele pequeno fragmento verbal, assumir a responsabilidade de dizer com certeza essa “verdade”.

Em outros momentos, observamos a retomada da imagem do *doente em fúria* que deve ser controlado, cerceado e contido, o qual precisa ser *segregado* e *excluído*. Tal sentido é construído a partir do uso conjunto dos termos *alterada*, entre aspas, *preso*, *sedado* e *levado ao hospital*, conforme notamos no excerto CMF-204 a seguir:

CMF-204 Em depoimentos dados no 14º Distrito Policial, em Pinheiros, os PMs que acharam as vítimas no imóvel relataram que Mary estava “alterada” naquele dia, quando também confessou a eles os assassinatos das filhas e disse que queria se matar. Ela acabou presa em flagrante, foi sedada e levada ao Hospital Universitário da USP.

(TOMAZ, K.; PIZA, P. T. ‘Não restam dúvidas’, diz delegado sobre mãe ter matado filhas em SP. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 19 set. 2013, às 14h42, atual. às 20h21)

A partir dessas últimas análises supracitadas, destacamos que esse caso, apesar de ainda em processo de investigação, é representado por meio de vozes e discursos outros evocados, principalmente dos da esfera da justiça penal. Estes, na maioria das vezes, transgridem o espaço enunciativo da sua esfera e retomam a linguagem médica, por meio da esfera da psiquiatria, em um *hibridismo* ininterrupto. E é no percurso de cada voz, no emprego de cada palavra, que imagens discursivas, representações e pontos de vista sobre o que é *loucura, doença mental, distúrbio, surto* etc. vão sendo construídos, retomados, aludidos, apontados e (contra-)defendidos a partir dos protagonistas tomados nos *faits divers*. Pois, ao falar desses personagens — a partir de nomações como mulher ou mãe, acusada ou suspeita, com distúrbio ou em surto, como louca ou doente ou com transtorno etc. — o pai de Paula, os suíços, a polícia de Zurique, o delegado, o advogado, o jornalista, o leitor etc., tecem considerações sobre esse lugar em que o outro é colocado. E, na ordem do “inexplicável”, do absurdo, do “rompante”, esse outro é categorizado por meio de um interdiscurso de um sujeito marcado pela falta, pela ausência de uma suposta saúde mental. Assim, no processo de nomação, representação e elaboração do outro, ao longo da linguagem na e da mídia, pensamos que é possível observar alguns traços de como se dá o exercício da alteridade, quais memórias os sujeitos retomam, a partir de quais valores ancoram seus discursos, baseiam as suas reflexões e constroem os seus posicionamentos.

5 A circulação das *nominações* da esfera *psicopatológica* na mídia

Chegamos, enfim, à terceira questão-problema da tese, a saber: como a circulação das *nominações* da esfera *psicopatológica* na mídia representa discursivamente os sujeitos? Partir do estudo do nome nessa esfera é pensar em como o sujeito se constitui nos e pelos discursos das mais diversas esferas às quais ele tem acesso, como a da psicopatologia. É, também, questionar o papel da ciência na produção do conhecimento numa era de intensa reflexividade e incertezas. Pois, embora o campo da psicopatologia não seja recente e a própria ciência tenha escapado, no passado, de investigação, o conhecimento científico continua a ser constantemente produzido e institucionalizado, segundo afirma Hacking (2009, p. 468-469): “nós induzimos mudanças físicas no mundo e criamos fenômenos que não existiam antes que nós os criássemos”. E, ainda como o filósofo canadense discute (*idem*), passamos a viver em um mundo que se assemelha cada vez mais a um experimento científico não controlável.

Atualmente, são feitas muitas referências aos nomes que vem surgindo com o *boom* da publicação dos catálogos psiquiátricos. Contudo essas relações que são instituídas ao corpo por meio dessas “novas” *nominações* (das “novas” ditas doenças) enquadram as pessoas em comportamentos que fogem de uma *norma*. Por isso, há o deslocamento daquilo que não condiz com a tal norma prescrita, por meio de soluções como *remédios*, e uma possível identificação do sujeito como normal e saudável com a imputação de determinada *categoria*. Seguir uma norma, atender a uma normatização, se faz porque todos desejam “normais”. Para Hacking (2009), desde que o mundo passou a ser comandado pelo pensamento probabilístico, as pessoas passaram a se guiar pelos números e pelas estatísticas⁴¹⁰. O *acaso* passa, então, a ser *domado*, ou seja, aquilo que era aleatório passa a ser visto dentro de uma lei, uma medida. Esse ponto de vista é interessante porque nos permite pensar nas categorizações realizadas pela psiquiatria, as quais, muitos aderem de forma positiva e acolhem como novas situações discursivas. Mesmo sabendo que essas “listagens” não são nunca neutras, mas coloridas de

⁴¹⁰ Segundo Hacking (2009, p. 467-468), “o governo Francês começou a publicar as taxas anuais de crimes, suicídios, prostituição etc., e elas foram todas tabuladas. Isso foi feito por razões burocráticas e estava relacionado com a mudança na estrutura da sociedade. No século XVIII, todos os dados eram secretos. E então esses números se tornaram disponíveis. As pessoas começaram a observar que havia um grande número de regularidades nos fenômenos sociais e gradualmente passaram a pensar a respeito das coisas que acontecem no mundo de uma forma probabilística. Uma das coisas com a qual elas ficaram muito excitadas, por exemplo, foi o fato de que o número de suicídios em cada pequena região administrativa de Paris era o mesmo, aumentando ou diminuindo duas ou três pessoas, todo ano. Todo ano, em cada um dos pequenos distritos, o mesmo número de pessoas cometia suicídio. Eles pensaram ‘nossa, aqui nós temos algo que é completamente aleatório, totalmente ao acaso, mas que é governado por uma lei’”.

tons, valores, vozes sociais e pontos de vista, em um determinado tempo-espço, a classificação da *experiência humana normal* sempre esteve nas pautas das discussões. Em outras palavras, *dizer uma normalidade*, ou cogitar a existência de um padrão, nos parece ter sido um movimento que desde o século XIX vigorava, mesmo que hoje a psicopatologia pareça com mais força se apoderar dessa *normalidade*. É ainda necessário afirmar que existem as doenças que marcam cada cultura e época e que provocam “ondas” de epidemias classificatórias.

Para continuarmos essa discussão, é preciso voltar um pouco na história. Ora, *falar* de loucura e doença mental tem sido um gesto comum e repetido desde a antiguidade. Houve diferentes *falares*, os quais apresentaram direções diversas a partir de relações distintas. A maioria dessas “*falas*”, no entanto, tentou apoderar-se desse *universo de gente da ordem do acaso* imprimindo-lhes representações sociais que variavam conforme a visão que a “sociedade” apresentava dela mesma e, por conseguinte, desse mesmo agrupamento. A *loucura*, a *doença mental* e, hoje, o *transtorno* (ou *distúrbio*) são construções discursivas que partem de determinados pontos de vista. Apesar de não quereremos tomar o livro *História da Loucura: na Idade Clássica*⁴¹¹ (2010f [1961b]) como um ícone monumental na ordem do assunto de que tratamos — o que o torna constantemente retomado e discutido por variados especialistas —, resgatamos o que expõe Foucault (2010f [1961b], p. 153) inicialmente no primeiro prefácio que publica dessa obra.

No meio do mundo sereno da doença mental, o homem moderno não se comunica mais com o louco; há, de um lado, o homem de razão que delega para a loucura o médico, não autorizando, assim, relacionamento senão através da *universalidade abstrata da doença*; há, do outro lado, o homem de loucura que não se comunica com o outro senão pelo intermediário de uma razão igualmente abstrata, que é ordem, coação física e moral, pressão anônima do grupo, exigência de conformidade. Linguagem comum não há; ou melhor, não há mais; a constituição da loucura como doença mental, no final do século XVIII, estabelece a constatação de um diálogo rompido, dá a separação como já adquirida e enterra no esquecimento todas essas palavras imperfeitas, sem sintaxe fixa, um tanto balbuciantes, nas quais se fazia a troca entre a loucura e a razão. A linguagem da psiquiatria, que é monólogo da razão *sobre* a loucura, só pode estabelecer-se sob um tal silêncio. Não quis fazer a história dessa linguagem; antes, a arqueologia desse silêncio (grifos do autor).

Destacamos aqui que é na contextualização da trajetória discursiva da loucura em doença mental que observamos como se deram as relações sociais estabelecidas em torno de

⁴¹¹ Essa obra foi a sua tese de Doutorado intitulada *Loucura e desrazão - História da loucura na Idade Clássica* (BIRMAN, 2011), a qual, segundo Roudinesco (2007), foi orientada por Georges Canguilhem.

um grupo marcado pela diferença. Relações essas que nos auxiliam a entender o discurso sobre o dito *distúrbio* ou *transtorno* na atualidade. Nesse livro, o filósofo francês esboça um percurso sobre a constituição discursiva da loucura desde aquela época (Antiguidade), passando pela *segregação* atribuída a algumas doenças, como a lepra e a peste. Na Idade Média (séculos V-XV), a representação da loucura era um lugar como um “imaginário de passagem”. Durante o Renascimento (século XVI), o louco, solto e errante, tinha um saber esotérico. Ele era escutado porque da sua boca emanavam *palavras de verdade*. Não havia internações em hospitais em ambos os períodos, mas, quando isso ocorria, recebiam o mesmo tratamento dispensado aos demais doentes. Pode-se dizer, segundo Foucault (2010e [1961a], 2010f [1961b], 2010g [1961c]) que tanto no período da Idade Média quanto no do Renascimento, a loucura está presente como um fato estético ou cotidiano. Depois, na época Clássica (séculos XVII-XVIII), essa circulação então mais “livre” desaparece e critérios relacionados à transgressão da lei e da moralidade passaram a guiar instituições como a *igreja*, a *justiça* e a *família* a chamar alguém de “louco”. Não eram ainda vistos como doentes, mas como *segregados*, isto é, os que não se adequavam à vida social. Do final do século XVIII ao início do XIX, cria-se o asilo que é, segundo Foucault (2010f [1961b]), a primeira instituição destinada à reclusão dos loucos. A loucura encontra-se, assim, a partir desse período, em um momento de silêncio e exclusão. Passa-se então às reflexões médicas e filosóficas que situavam a loucura como algo que ocorre no *interior do homem*. E, com a psiquiatria, a loucura torna-se doença mental que é passível de cura e prevenção por meio da medicalização: “a loucura só se tornou objeto de ciência na medida em que ela foi descaída dos seus antigos poderes” (FOUCAULT, 2010d [1961a], p. 164).

Para Revel (2005), o objetivo de Foucault era estudar o discurso que constitui os loucos como objeto de poder e saber, realizando, assim, a história das modificações dos discursos sobre a loucura: do *grande enclausuramento*, que foi a invenção de um lugar inclusivo da exclusão, ao surgimento de uma *ciência da loucura*, a saber, da doença mental até a psiquiatria atual. Desse modo, o realce que atribuímos à *constituição discursiva da loucura* se dá porque, como diz Roudinesco (2007, p. 114), num ensaio que problematiza a recepção⁴¹² dessa obra,

⁴¹² A título de contextualização histórica, Roudinesco (2007) fala de alguns “rebeldes” que constituíam os movimentos de antipsiquiatria da época, tais como: Gregory Bateson (antropólogo culturalista), David Cooper (psiquiatra que combateu o *apartheid* na África do Sul), Franco Basaglia (membro do Partido Comunista Italiano) e Ronald Laing (praticou a psiquiatria na Índia e no exército Britânico). Conforme a psicanalista francesa, eles afirmavam que a loucura não era uma doença, mas uma *história*, isto é, uma situação ou passagem

no momento em que o domínio da história da psiquiatria tornava-se respeitoso, por ter renunciado aos demônios da hagiografia, um homem que não era nem psiquiatra nem historiador pretendia então, de uma tacada, reduzir a pó todos os esforços dos especialistas da psicopatologia dedicando-se ao mero jogo de um deslocamento estrutural. Em vez de afirmar, dizia ele em substância, que o nascimento de um repertório conceitual permite explicar a presença da loucura na natureza humana, é preferível mostrar que *esse repertório foi construído sobre a ilusão retroativa de uma loucura já dada na natureza*. Por conseguinte, *a loucura não é um fato de natureza, mas de cultura, e sua história é a das culturas que a classificam como tal e a perseguem* (grifos nossos).

Logo, a psicanalista reforça não só o caráter histórico e social do que se chamou loucura, perspectiva trazida por Foucault, como também situa-a no espaço de uma cultura e, adicionamos aqui, como *um ponto de vista*. Não estamos afirmando que a doença não exista. Não é esse o caso. O que afirmamos é que muitas das chamadas patologias atribuídas aos sujeitos estão relacionadas a transgressões morais, sexuais e até ideológicas que (foram e) são consideradas desvios para algumas épocas e sociedades e não outras. A esse respeito, vamos abrir dois parênteses: o primeiro referente a uma experiência de leitura analítica da mídia dos anos 70 e 80; o segundo, dos DSMs⁴¹³, mais especificamente o DSM-IV-TR.

Houve um período em que as doenças mentais eram “elaboradas” para enquadrar “dissidentes” políticos como doentes mentais. Por meio da leitura de algumas notícias publicadas na década de 70 e 80, observamos que o uso de *dissidente* se associou ao de *esquizofrenia* no período da guerra fria. Notamos que havia questionamentos sobre essa associação em alguns textos jornalísticos. Não é possível generalizar, uma vez que seria necessário fazer uma busca mais detalhada a respeito dessa possível associação. Porém, é possível, de antemão, apontar que já existia uma crítica ao emprego de nomes da *psicopatologia* nos discursos dos jornalistas naquela época. Na edição de 13 de novembro de 1987, por exemplo, a *Folha de S. Paulo* trouxe cinco notícias, veiculadas na seção *Exterior*, a qual se localizava no *Primeiro Caderno*, sobre a ex-URSS. Em duas delas, intituladas *Jornal soviético denuncia abusos em hospitais psiquiátricos* e *Internações de dissidentes acobertam torturas*, das agências internacionais e da redação da Folha, respectivamente, são reportados discursos do jornal russo *Komsomolskaya Pravda* que denunciam a internação dos dissidentes como um fato político, tendo em vista a construção do diagnóstico de *esquizofrenia* pelos russos, como observamos nos trechos abaixo:

cujo ápice se dava na esquizofrenia, pois a resposta delirante traduzia o mal-estar de uma alienação social ou familiar.

⁴¹³ Para situarmo-nos na cronologia dos DSMs, lembramos que o *DSM-I* foi publicado em 1952, o *DMS-II* em 1968 e o *DSM-III* em 1980 (HOLLAND; HIGUERA, 2015).

Uma vez internada, uma pessoa mentalmente normal pode passar a apresentar distúrbios, por causa das doses excessivas de calmantes e outros medicamentos que são obrigadas a ingerir, diz o jornal que explica ainda por que em Moscou qualquer dissidente levado a hospitais psiquiátricos é diagnosticado como esquizofrênico. A razão para isso é que a Escola de Psiquiatria da capital soviética lista como sintomas de esquizofrenia tudo o que pode levar um dissidente a um hospital psiquiátrico: “preguiça, religião, arte”. Assim, “a mesma pessoa pode ser considerada esquizofrênica em Moscou, psicopata em Leningrado e praticamente saudável na Cracóvia e Polônia” (AGÊNCIAS Internacionais. Jornal soviético denuncia abusos em hospitais psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Primeiro Caderno, Exterior, Notícia, 13 nov. 1987).

Os diagnósticos elaborados por psiquiatras incluem “doenças” que não fazem parte da literatura clínica em qualquer outra parte do mundo. O mais comum é a “esquizofrenia apática”, aplicada a dissidentes que “apresentam sintomas” como “superestimar sua própria personalidade” e “exagerar sua importância na sociedade”. Outros diagnósticos colhidos numa reportagem de 1980 pelo jornal norte-americano “The Wall Street Journal” incluem “mania de reconstruir a sociedade”. A atividade policialesca de psiquiatras soviéticos foi várias vezes denunciada no Ocidente e levou a Sociedade Soviética de Psiquiatria e Neuropatologia a, em protesto, desligar-se da Associação Mundial de Psiquiatria, em março de 1983 (DA REDAÇÃO da Folha. Internações de dissidentes acobertam torturas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Primeiro Caderno, Exterior, Notícia, 13 nov. 1987).

Naquela época já se questionava o diagnóstico e a inclusão de doenças pela psiquiatria, nesse caso mais específico, a soviética. É interessante notar os enunciados e as palavras que são aspeadas: “preguiça, religião, arte”, “a mesma pessoa pode ser considerada esquizofrênica em Moscou, psicopata em Leningrado e praticamente saudável na Cracóvia e Polônia”, “doenças”, “esquizofrenia apática”, “apresentam sintomas”, “superestimar sua própria personalidade”, “exagerar sua importância na sociedade” e “mania de reconstruir a sociedade”. Em todas elas, é possível ouvirmos uma mesma voz: que o limiar do patológico é “baixo”, está no cotidiano, nas experiências, nos pensamentos e nos sentimentos banais, ambicionados e apoderados por uma instituição — curiosamente nominada como *a atividade policialesca de psiquiatras soviéticos* — que coloca determinados traços de um indivíduo como distantes de uma *norma* pensada por um grupo.

Passemos agora a comentar um dos últimos apêndices do DSM-IV-TR. Para ser mais preciso, o Apêndice I, intitulado *Outline for Cultural Formulation and Glossary of Culture-Bound Syndromes*⁴¹⁴ (AMERICAN..., 2000), dedica sete páginas à apresentação de uma lista de síndromes encontradas em variadas culturas⁴¹⁵. É dividido em duas partes: a primeira

⁴¹⁴ *Esboço para formulação cultural e glossário de síndromes ligadas à cultura* (tradução nossa).

⁴¹⁵ Encontramos no relato da experiência de Bures (2008) na Nigéria — na investigação que o jornalista faz sobre a *síndrome do Koro*, caracterizada pela retração dos órgãos genitais —, a explicação da origem do termo *síndromes ligadas à cultura*: “In the early 1950s, [the Hong Kong-based psychiatrist mimed Pow Meng Yap]

refere-se a um resumo — por sinal, bem curto, de uma página e meia — dos contextos culturais, indicando o papel deles na análise dos sintomas e das ditas disfunções e o efeito que as diferenças culturais podem trazer no relacionamento entre o médico e o paciente. Isso é feito, conforme lá indicado, para auxiliar o clínico na avaliação do impacto do contexto cultural do indivíduo. Parece-nos, contudo, mais indicações gerais de como o médico deverá agir diante de indivíduos de diferentes etnias e contextos culturais, como em: “for immigrants and ethnic minorities, note separately the degree of involvement with both the culture of origin and the host culture”⁴¹⁶ (AMERICAN..., 2000, p. 897).

Na segunda parte, é trazido um glossário de 25 síndromes étnicas e culturais⁴¹⁷ que foram encontradas em práticas clínicas da América do Norte e que incluem relevantes categorias encontradas no DSM-IV-TR. Logo no início da seção, é definido o que se considera por essas síndromes:

The term *culture-bound syndrome* denotes recurrent, locality-specific patterns of aberrant behavior and troubling experience that may or may not be linked to a particular DSM-IV diagnostic category. Many of these patterns are indigenously considered to be “illnesses”, or at least afflictions, and most have local names. Although presentations conforming to the major DSM-IV categories can be found throughout the world, the particular symptoms, course, and social response are very often influenced by local cultural factors. In contrast, culture-bound syndromes are

noticed a strange thing: a trickle of young men coming into his office, complaining that their penises were disappearing into their bodies and that when this happened they would die. After seeing nineteen such cases, Yap published a paper in the *British Journal of Psychiatry* entitled: ‘Koro – A Culture-Bound Depersonalization Syndrome.’ For years, Yap had been interested in the interplay among culture, mind, and disease. In an earlier paper, ‘Mental Diseases Peculiar to Certain Cultures’, Yap had discussed other similar conditions: *latah*, a trance/fright neurosis in which the victim obeys commands from anyone nearby; *amok*, unrestrained outbursts of violence (as in ‘running amok’); and *thanatomania*, or self-induced ‘magical’ death. *Koro* fit quite well among these other exotic maladies. In fact, it was perhaps the best example of a phenomenon that can arise only in a specific culture, a condition that occurs in a sense *because of* that culture. Yap saw that these ailments had this one feature in common, grouped them together, and gave them a name that, in spite of all the controversy to follow, would stick. They were ‘culture-bound syndromes’” (grifos do autor). *Tradução nossa*: “No início dos anos 1950, [o psiquiatra de Hong Kong Pow Meng Yap] notou uma coisa estranha: uma fila de jovens entrando em seu escritório, reclamando que seus pênis estavam desaparecendo em seus corpos e que, quando isso acontecesse, eles morreriam. Depois de ver dezenove desses casos, Yap publicou um artigo no *British Journal of Psychiatry* intitulado: ‘Koro - A síndrome ligada à cultura despersonalizada’. Durante anos, Yap tinha se interessado pela interação entre cultura, mente e doença. Em um artigo anterior, ‘Doenças Mentais Peculiares a Certas Culturas’, Yap tinha discutido outras condições semelhantes: *latah*, uma neurose de transe/medo em que a vítima obedece aos comandos de qualquer pessoa próxima; *amok*, explosões desenfreadas de violência (como em ‘running amok’); e *thanatomania*, ou morte ‘mágica’ auto-induzida. *Koro* enquadra-se muito bem entre essas outras doenças exóticas. De fato, foi talvez o melhor exemplo de um fenômeno que pode surgir apenas em uma cultura específica, uma condição que ocorre em certo sentido *por causa* da cultura. Yap viu que essas enfermidades tinham essa característica em comum, as agrupou e lhes deu um nome que, apesar de toda a controvérsia que se seguiu, foi aderido. Eram as ‘síndromes ligadas à cultura’” (grifos do autor).

⁴¹⁶ “Para imigrantes e minorias étnicas, observe separadamente o grau de envolvimento [do indivíduo] entre a sua cultura de origem e aquela que o acolheu [o contexto do país anfitrião por exemplo]” (AMERICAN..., 2000, p. 897, tradução nossa).

⁴¹⁷ Dentre as síndromes listadas, muitas são indicadas com origem na China, no Japão, na Malásia e na América Latina.

generally limited to specific societies or culture areas and are localized, folk, diagnostic categories that frame coherent meanings for certain repetitive, patterned, and troubling sets of experiences and observations.

There is seldom a one-to-one equivalence of any culture-bound syndrome with a DSM diagnostic entity. Aberrant behavior that might be sorted by a diagnostician using DSM-IV into several categories may be included in a single folk category, and presentations that might be considered by a diagnostician using DSM-IV as belonging to a single category may be sorted in to several by an indigenous clinician. Moreover, some conditions and disorders have been conceptualized as culture-bound syndromes specific to industrialized culture (e.g., Anorexia Nervosa, Dissociative Identity Disorder), given their apparent rarity or absence in other cultures. It should also be noted that all industrialized societies include distinctive subcultures and widely diverse immigrant groups who may present with culture-bound syndromes (AMERICAN..., 2000, p. 898, grifo do autor)⁴¹⁸.

Nesse segmento, podemos observar o seguinte: primeiramente que a alteridade é tratada a partir da relação em que o outro é “estereotipado”, marcado e de reconhecida diferença diante daqueles que escreveram o manual. Mas a diferença outra é marcada logo no início do trecho pelos termos *aberrante behavior* e *troubling experience*⁴¹⁹. O dizer que está dizendo o outro, “fragmenta-o” em agrupamentos sociais estereotipados, impondo-lhe um tratamento e uma representação diferenciada, o qual parece dizer que outrem é atravessado por uma cultura, enquanto que as outras categorias do DSM são de caráter universal e neutralizante⁴²⁰. Para Sabria (1998), as imagens disponíveis do outro se inscrevem em um conjunto mais vasto de representações socialmente congeladas, exprimidas em palavras e constituem um estoque lexical facilmente acessível.

⁴¹⁸ O termo *síndrome ligada à cultura* denota padrões específicos de localidade recorrentes de um comportamento aberrante ou de uma experiência problemática que pode ou não estar ligada a uma categoria diagnóstica particular do DSM-IV. Muitos desses padrões são regionalmente considerados “enfermidades”, ou pelo menos aflições, e a maioria possui nomes locais. Apesar das apresentações da maioria das categorias do DSM-IV serem encontradas ao redor do mundo, os sintomas e períodos particulares e as respostas sociais são frequentemente influenciadas por fatores culturais locais. Ao contrário, síndromes ligadas à cultura são geralmente limitadas a sociedades específicas ou a áreas culturais e são categorias diagnósticas localizadas e folclóricas que estruturam sentidos coerentes por apresentarem determinados conjuntos de experiências e observações repetitivas.

Raramente existe uma equivalência direta de qualquer síndrome ligada à cultura com uma entidade diagnóstica do DSM. Um comportamento aberrante que pode ser classificado por um clínico usando DSM-IV em várias categorias pode ser incluído em uma única categoria folclórica; e apresentações que podem ser consideradas pelo clínico usando o DSM-IV como pertencentes a uma só categoria podem ser classificadas em várias por um clínico nativo. Além disso, algumas condições e distúrbios têm sido contextualizados como síndromes ligadas à cultura específicas de culturas industrializadas (por exemplo, anorexia nervosa, distúrbio de identidade dissociativa); dadas sua aparente raridade ou ausência em outras culturas. Também deve ser notado que todas as sociedades industrializadas incluem distintivas subculturas e diversas variedades de grupos imigrantes que podem apresentá-las como síndromes ligadas à cultura (AMERICAN..., 2000, p. 898, grifo do autor, tradução nossa).

⁴¹⁹ *Comportamento aberrante e experiência problemática* (tradução nossa).

⁴²⁰ A respeito de algumas críticas trazidas à classificação *cultural-bound syndrome* (síndrome ligada à cultura), cf. Mateus (1998).

Em segundo lugar, essa mesma alteridade é construída por meio da simulação de um discurso “sem sujeito”, “exato” e “científico”, termos que Pêcheux (1990) usa para fazer críticas às abordagens estruturais e à (nova) Ciência Régia. Esse efeito de *ausência de sujeito, do subjetivo*, presente no texto do DSM não só traz implicações na concepção biológica que é tomada preferencialmente como o *ponto de vista* de partida dos escritores do manual; *ponto de vista* porque no próprio texto é apontado que se considera também (i) a influência cultural, (ii) que nativamente há outros nomes, (iii) a raridade da equivalência e (iv) a possibilidade de inclusão da chamada “síndrome” em apresentações diferenciadas do DSM. Dizemos *possibilidade* porque a prevalência do monopólio do diagnóstico é de um Real da ordem do consciente, estabilizado, lógico; e os outros efeitos de sentido que são abertos pelo texto, pelo menos no tocante ao que se chama *síndromes ligadas à cultura*, são “absorvidos” porque presos a um discurso autoritário⁴²¹, cujo interesse é que não se inverta a ordem do já dado, do estabilizado.

De acordo com Sabria (1998), qualquer que seja a escolha que fazemos do termo, não temos como escapar do processo conjugado do que a autora chama de *duplo movimento*: o ângulo de meu posicionamento determina, de fato, o ângulo do outro. Pois bem, dizemos o outro a partir de um ponto de vista; ou, se somos tornados prisioneiros de “classificações” quais sejam, falamos pelo espaço axiológico da nossa diferença, da nossa falta, para afirmar a diferença em relação a este outro. A representação no discurso se constrói nesse processo avaliativo do sujeito consigo mesmo ou, como escreve Sabria (1998), de ser ou não ser este outro, de uma tensão onde uma maioria fala sobre uma minoria em termos do que se chama normalidade e anormalidade. O que aponta para o seguinte: uma representação que não é a comumente, a típica, é produzida, verbalizada, expressada sob a forma de uma diversidade, uma pluralidade de nomes. Só que essa variedade, essa explosão de tipos de “anormalidades” em uma gama de nomes, produz uma espécie de eufemização do que é considerado *a-normal*

⁴²¹ Conforme Bakhtin (2015 [1934-1935], p. 135-138), no processo de formação ideológica do homem, a assimilação da palavra de outrem adquire um significado mais profundo. Ela pode surgir como um *discurso autoritário*, se impondo a nós independentemente do grau de persuasão interior, que está ligado a um passado hierárquico, situando-se a uma distância de nós. Essa palavra é “pré-encontrável. Não cabe procurá-la entre palavras iguais. Ela é dada (soa) numa esfera elevada e não na esfera do contato familiar. Sua linguagem é uma linguagem especial (por assim dizer, hierática). Ela pode se tornar objeto de profanação. Um tabu. Um nome que não pode ser pronunciado em vão”. Assim, a estrutura semântica do discurso autoritário é imóvel e morta, ou seja, acabada e monossêmica. Tal como o discurso religioso, político, paterno, moral, ele exige nosso reconhecimento incondicional: ou o aceitamos-lo por inteiro ou recusamos-lo totalmente. Dotado de um sentido rígido, ele está incorporado à autoridade, permanecendo com a mesma ou caindo com esta. Contudo, “quando perde toda a sua autoridade, torna-se simplesmente um objeto, uma relíquia, uma coisa”.

e, desse modo, o peso axiológico do estigma social, a “heterogeneidade” da doença mental, vai “aparecendo” como menos marcada.

E, assim, vamos nos deparando com nomes que dizem algumas doenças como “culturais”, como os nossos já conhecidos *ataque de nervos*, caracterizado pelo manual como o estado fora de controle, sendo mais frequente após um evento estressante relacionado à família, como a morte de um parente; *cólera*, cuja causa comum está relacionada a uma experiência de raiva, e entre os sintomas são descritos tensão nervosa, tremor e dor de cabeça; e *susto*, também referido como *espanto* e *pasmo*, é uma doença que se refere a um evento assustador que faz com que a alma deixe o corpo, trazendo infelicidade e doença, ocorrendo geralmente em indivíduos que apresentem tensões em papéis sociais “fundamentais” (AMERICAN..., 2000). Essas denominações simplificam as subjetividades das pessoas que a elas são relacionadas. Seguindo a lógica do manual, apontar alguém como portador de TDAH não poderia, portanto, ser considerada como uma síndrome associada a culturas específicas, mais especificamente, das sociedades típicas ocidentalizadas que buscam e perpetuam uma produtividade a ser gerida a qualquer custo? E não atribuir uma síndrome àqueles sujeitos que não atendem a esse critério não seria apontar o dedo para as causas econômicas e políticas possíveis dos problemas da sociedade, causas que são camufladas na circulação de discursos do pensamento econômico que, pretendendo serem “únicos”, procuram o espaço do outro enterrar.

O que queremos dizer com tudo isso? Que o “rótulo” da doença mental só tem validade e legitimidade para o grupo de indivíduos que assim o reconhece como tal. Como já dizia Foucault (2010d [1961a], p. 163), “a loucura não pode ser encontrada no estado selvagem. A loucura só existe em uma sociedade, ela não existe fora das normas da sensibilidade que a isolam e das formas de repulsa que a excluem ou capturam”. Acrescenta ainda: “cada cultura tem a loucura que merece” (ibidem, p. 164). É por oferecer indagações a respeito do percurso da loucura que se “aprisiona” no discurso que a torna doença, que as leituras de Foucault sobre a “loucura” e a “doença mental” tornaram-se tão cara àqueles que tratam desse assunto. Como expõe Birman (2011, p. 23-24),

o livro transformou-se num clássico, não necessariamente para a psiquiatria, a psicologia e a psicanálise, cuja recepção foi marcada pela ambiguidade e pela crítica, mas pelas ciências humanas, as ciências sociais e a filosofia – que reconheceram positivamente seu potencial crítico, de maneira que pôde contribuir para a renovação desses discursos teóricos.

Embora existam muitas polêmicas e contra-discursos relativos a essa obra e Derrida discorde de Foucault quanto ao tipo de “mudança” ocorrida na história da loucura, situando-a antes da Antiguidade e, portanto, bem antes do século XVIII (PEREIRA NETO, 1998), além de outras discordâncias do ex-aluno de Foucault, essas críticas não tiram a importância que a obra citada adquiriu até os dias atuais. Segundo Roudinesco (2007), Foucault parte do *cogito* de Descartes para explicar a exclusão da loucura. De acordo com Foucault (2010f [1961b]), essa última separa-se do ideal de racionalidade nos séculos XVII e XVIII, momento em que se inicia a formação do saber psiquiátrico, o qual posteriormente “enclausurará” discursivamente a loucura como doença, lugar da desrazão. Daí em diante, o louco não “pertence” mais aos padres e exorcistas (ROUDINESCO, 2007): tornar-se-á objeto dos médicos psiquiatras. A ideia da “grande internação” começa a ganhar força, pois o aprisionamento se faz necessário para se preservar o bom senso e delimitar o que foge, isto é, aquilo que lhe parece estranho; logo, sem voz e vez, o louco está lá, além do limite e da fronteira. Desse modo, a segregação da loucura caracterizava-se como um grande sistema de exclusão (FOUCAULT, 2010f [1961b]): cessava-se a abertura da palavra e interditava-se o discurso do sagrado, da verdade, dito pelo louco (da Idade Média).

Posteriormente, a partir do século XIX, a doença e o doente aparecem inseridos no domínio das práticas discursivas da medicina e psiquiatria, responsáveis pela subjetivação do doente mental a partir do saber científico da enfermidade: passa-se a ser preciso dar o medicamento⁴²² e internar o louco no hospício, presídio, manicômio. De acordo com Roudinesco (2007), após se *laicizar a doença*, o médico torna-se o responsável por cuidar do sofrimento do louco agora doente. Disso, deveria ser capaz não apenas de definir as doenças, mas de “classificar o universo mental do sujeito, isto é, *inventar classificações suscetíveis de traduzir a nova ordem do mundo* e tornar eficaz o desejo novo de integrar o louco ao espaço jurídico oriundo da Declaração dos Direitos do Homem” (ROUDINESCO, 2007, p. 135, grifo nosso).

É ainda interessante notar a respeito do universo classificatório deste objeto que, segundo Pessoti (1999), desde Hipócrates (377 a.C.) até Willis (1676), a loucura foi classificada em poucos gêneros ou subespécies, sendo basicamente dividida nas categorias de *mania* e *melancolia*. No entanto, é evidente para nós que a medicina sequer apresentava o

⁴²² De acordo com Roudinesco (2007), Gladys Swain e Marcel Gauchet ao atribuir ao hospício a única função de utopia democrática, os autores acabaram por constatar o seu desaparecimento. Foi dessa maneira que Swain, em 1987, conferiu à psiquiatria uma única linha possível de caráter conformista: a medicalização da existência, de um lado; a assistência social ao sujeito psicológico, de outro.

tamanho do interesse que possui hoje. Mas, de um modo geral, ao longo da história dos alienistas, podemos vislumbrar as dificuldades epistemológicas e metodológicas na elaboração dos critérios de distinção dos mais variados tipos de loucura. Conforme as reflexões de Pessoti (1999), observamos que, para Hipócrates, por exemplo, a loucura era apenas um sintoma, assim como o é a febre para a gripe, o qual estava relacionado à organização humoral do corpo. Rompendo com o caráter divino atribuído à loucura, o conhecido “pai da medicina” propõe uma classificação etiológica, em que cada doença decorre de processos causais específicos. Já Platão (427-348 a.C.) atribui a loucura à desordem mental do sistema das três almas: *logistikon*, dedicada ao logos; *thumoeides*, voltada para as atividades afetivas; e *epithumetikon*, a qual responde pelas funções apetitivas. Essa tradição é retomada por Galeno⁴²³ (130-200 d.C.), o qual, a partir de interesses médicos e clínicos, une a tradição platônica-aristotélica a categorias nosológicas com o objetivo de fundamentar mais precisamente os tipos de loucura. Posteriormente, há um retorno aos ideais mágicos e princípios metafísicos: durante a Idade Média, os escritos de São Tomás de Aquino e Santo Agostinho conferem grande influência na concepção da loucura como *possessão diabólica*.

Ora, a partir desses exemplos, observamos uma busca incessante desses alienistas por critérios que traduzam uma objetividade e precisão na classificação da loucura. Isso tem sido uma questão importante durante o desenvolvimento da psicopatologia, embora poucos avanços tenham sido notados até o século XVII. Mas, mesmo um século depois (XVIII), a classificação continua sendo feita de forma dispersa a partir de critérios variados. Para Pessoti (1999, p. 17), não existe uma relação direta entre a formulação de categorias para distinguir os tipos de loucura e o avanço da medicina:

[...] antes do século XVIII, a medicina da loucura não cessou de evoluir, seja como saber doutrinário, seja como atividade diagnóstico-clínica. Assim, parece infundado pensar que a escassez ou a proliferação de categorias para classificar (e definir) formas de loucura corresponde diretamente a níveis de evolução do saber médico.

Essa declaração parece, à primeira vista, refutável, uma vez que temos observado um constante aumento do número de classificações descritas pelos DSMs ao longo dos anos, as quais aparentam fundamentar uma objetividade e mensurabilidade sobre o universo patológico do que é ou não saúde e doença mental. De fato, esse repertório conceitual de transtornos e doenças só vem aumentando. Contudo, ao invés de tentar compreender o

⁴²³ Galeno foi um médico romano de origem grega.

universo singular subjetivo de cada um, a lógica é de normatizar e disciplinar alguns comportamentos (SAFATLE, 2013), moralizando e ditando de quais maneiras uma sociedade deve agir, aspectos que novamente corroboram as condições sócio-históricas sobre o que se constrói discursivamente a respeito do que é loucura, doença mental, saúde e patológico. Ora, é interessante notar que esses nomes das doenças implicam numa ideia de similitude em um tempo em que se privilegia a saúde acima de tudo: se todos somos doentes, a doença é o que passa a nos unir. Ela vai então adquirindo um estatuto da “normalidade”.

5.1 As *nominações* que dizem o TDAH

Embora já venhamos discutindo bastante sobre o estudo das *nominações* que dizem respeito ao campo da psicopatologia e a forte influência que a retomada delas exerce na maneira de nos dizer e *identificar*, ainda é necessário nos determos um pouco mais na análise dessa circulação. Ora, o emprego de *doença mental*, *transtorno* e *distúrbio*, para alguns sujeitos, não é percebido como semelhante. Conforme observamos da página 162 até a 170, os leitores, quando tecem réplicas sobre a matéria *Minha vida sem foco*, marcam seu ponto de vista a partir da relação que estabelecem com os sentidos e as memórias produzidas pelas palavras. Ou seja, *doença mental*, *transtorno* e *distúrbio*, para alguns, produzem efeitos distintos. E, por isso, tais expressões são retomadas num movimento dialógico que as designam como um ponto de heterogeneidade, uma voz social, mesmo que esta se dê apenas no plano da *insinuação*. Isso porque, nos usos feitos por aquelas palavras, os falantes se depararam com as atualizações potenciais dos discursos evocados ou imaginados, isto é, com efeitos de sentidos de enunciações que foram possíveis no passado, mas que ainda podem sê-lo.

Desse modo, o uso que o jornalista faz do termo *doença* no texto é interditado por alguns leitores. Pois, embora nessa matéria o TDAH seja tratado como uma *doença* fisiologicamente localizável, submetida à medicalização como forma de controle, alguns discordam do uso daquela palavra⁴²⁴. Essa regulamentação sobre o termo pode se dar não só pela

⁴²⁴ Como nos comentários abaixo:

CTH-18 Não é doença, não somos doentes, temos um certo distúrbio apenas. (GROSSENFUBBER, H. Licenciatura em Ciências Biológicas. Comentário, 8 fev. 2015, às 15h07)

CTH-25 Ótimo texto mas o TDAH não é uma doença e sim um distúrbio (ZITMAN, D. Universidade São Marcos. Comentário, 10 maio 2014, às 15h38)

(MINHA vida sem foco. Revista *SuperInteressante*, Capa, Matéria, Comentários postados de 9 maio 2014 até 8

carga valorativa que ele carrega, mas também pelo tom do discurso que é convocado e aderido pelo jornalista e, respectivamente, por boa parte dos comentários postados sobre essa matéria. É o discurso das *neurociências*, em especial, o da *neurociência comportamental e cognitiva*, que é retomado ao longo do texto e, nesse ponto de vista, a preferência discursiva é feita pelo uso de *distúrbio* e não de *doença* (mental). Apesar disso, o jornalista “desliza” no texto e emprega a palavra *doença* ao invés de *distúrbio* — “deslize” que é notado por alguns leitores. Ademais, o lide da matéria já apresenta qual vai ser a abordagem do TDAH: “Esta reportagem demorou dois anos para ser escrita. E a culpa não é (só) da minha desorganização. Eu tenho Transtorno de Déficit de Atenção. *Aqui você vai entender como meu cérebro funciona*” (CTH-02, grifo nosso). Os efeitos de sentidos, construídos no âmbito do interdiscurso das *neurociências*, se dá pela associação do TDAH ao funcionamento cerebral. Isso remete à memória de um sistema classificatório que permanece forte desde o lançamento das edições dos DSMs (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*)⁴²⁵, em especial, para Bezerra (2012), desde o DSM-III⁴²⁶; e, na nossa opinião, foi a partir da difusão dos DSM-IV e DSM-V que se deu a maior circulação desse discurso na grande mídia. Esse *interdiscurso* se caracteriza pelos seguintes traços, segundo Bezerra (2012):

- (i) os sintomas são sinais;
- (ii) o sentido do sintoma não é “importante”, pois agrupa-se o sujeito em um conjunto chamada de transtorno, ou seja, não temos mais a “causa” dos transtornos, mas um conjunto de “rótulos”;
- (iii) a lógica do sistema é contábil, sendo preciso registrar o paciente a partir de alguma categoria; e
- (iv) ter um transtorno não significa ter uma doença.

Assim, ainda segundo Bezerra (2012), até o fim da II Guerra Mundial, o sintoma era o signo de algo que remetia a algum aspecto da vida do indivíduo com o seu meio, como um “enigma” a ser decifrado. Ora, estávamos sob as influências de Freud e da Fenomenologia. Porém a partir dos anos 50 muda-se esse contexto: a psicofarmacologia ganha força e ocorre

fev. 2015)

⁴²⁵ *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (tradução oficial).

⁴²⁶ Conforme Pereira (2013), o DSM, surgido nos anos 1950 em uma tentativa de padronizar os diagnósticos psiquiátricos, passa a ter uma importância decisiva a partir da sua terceira edição, publicada em 1980. Da mesma forma, Bezerra (2012) também aponta o lançamento do DSM-III como um marco histórico e apresenta as razões seguintes: a ampliação do número de diagnósticos, o aumento da medicalização, o apagamento da dimensão experiencial do indivíduo e o efeito de desestigmatização do sujeito.

uma mudança radical no comportamento das pessoas que não mais escondiam seus remédios, passando-os a exibi-los. Entre as décadas de 60 e 70, a psiquiatria entra em crise de legitimidade, tendo contribuído para que isso ocorresse o caso *David Rosenhan*⁴²⁷. Tudo isso leva-nos ao sistema classificatório que permanece até os dias de hoje. Disso, a psiquiatria biológica torna-se hegemônica e o número de diagnósticos aumenta e continua a crescer. Com a proliferação de diagnósticos, temos a vulgarização de profissionais diferentes que também dão o “diagnóstico”, mesmo que informalmente, e apoiam a medicalização: ao lado dos psiquiatras, psicólogos, pedagogos, pais e professores da escola⁴²⁸. É só atentarmos para a variedade de representações da “doença” ou do dito distúrbio⁴²⁹ nos comentários⁴³⁰ sobre a matéria *Minha vida sem foco*⁴³¹ publicados no site da revista *Superinteressante*. Nesses comentários⁴³², os leitores estabelecem diferentes relações com o conteúdo trazido pelo jornalista.

CTH-18 Ainda bem que existem remédios para tudo, né?

CTH-19 Cada vez se “descobrem” mais doenças e mais “remédios”... (ARANTES, A. Universidade Mackenzie. Comentário, 8 fev. 2015, às 22h24)

CTH-20 Saber que tem tdah é fácil, quero ver conseguir Ritalin (SLONINSKI, P. UNINOVE. Comentário, 8 fev. 2015, às 13h46)

CTH-21 Não é doença, não somos doentes, temos um certo distúrbio apenas. (GROSSENFUBBER, H. Licenciatura em Ciências Biológicas. Comentário, 8 fev. 2015, às 15h07)

CTH-22 Demorei duas semanas pra ler esse texto. Neste momento tenho duas janelas do Chrome com diversas abas abertas cheias de leituras e “compromissos” atrasados. Pesquisei mil coisas ao mesmo tempo e me irrito porque perco o foco fácil e acabo esquecendo o que eu queria fazer por causa do turbilhão de tarefas que me “tomam” a concentração. Distração até com pensamentos. Sempre penso que devo procurar conselho médico, mas sempre me distraio na hora de ir atrás disso.

CTH-23 Sinceramente isso não me parece ser um problema muito grave, mas eu tenho que me esforçar muito quando quero terminar alguma coisa. Por enquanto eu consigo lidar com essa condição razoavelmente. Quem sabe um dia eu não procure um profissional pra saber se eu realmente tenho esse distúrbio ou é só “frescura

⁴²⁷ David Rosenhan (1929-2012) foi um psicólogo norte-americano que realizou um experimento com algumas pessoas para investigar a validade do diagnóstico dado pela psiquiatria (BEZERRA, 2012). A hipótese que guiou sua pesquisa foi a de que os psiquiatras não sabiam diferir entre pessoas sadias e pessoas ditas doentes.

⁴²⁸ Conforme Rhode et al. (2000), o processo de avaliação diagnóstica do TDAH envolve a coleta de informações com os pais, a criança e a escola.

⁴²⁹ Cf. o capítulo 2, mais especificamente as páginas 179, 180 e 181.

⁴³⁰ Mantemos a grafia original dos internautas nos comentários.

⁴³¹ Cf. a matéria na íntegra no anexo D.

⁴³² Embora já tenhamos discutido sobre esses comentários, é importante dar continuidade à análise iniciada no capítulo 2. Como ele está distante fisicamente do capítulo atual, consideramos necessário transcrevê-los juntamente com outros não analisados.

minha” - como dizem meus pais, rs. (DIAZ, M. Comentário, 14 maio 2014, às 4h59)

CTH-24 Nossa acredito que eu tenha... vou procurar um profissional, de certa forma, ficarei feliz se tiver pois muita coisa será explicada na minha vida... (DAMASCENO, C. M. Faculdade FNC. Comentário, 12 maio 2014, às 15h49)

CTH-25 Ótimo texto mas o TDAH não é uma doença e sim um distúrbio (ZITMAN, D. Universidade São Marcos. Comentário, 10 maio 2014, às 15h38)

CTH-26 Fui diagnosticada. A questão, é que muitas características de TDAH, outras pessoas também tem, mas de forma isolada. Por isto, o teste e a análise com o psiquiatra especializado, pois muitos sintomas do transtorno podem ser somente traços, e também, podem pertencer a outro transtorno. E como TDAH, vem acompanhada de uma ou mais comorbidades (ansiedade, depressão), nunca que o que deu certo com um portador do transtorno, dará certo com outro. E ainda tem as subdivisões. Sou a TDAH mista sonhadora-faladeira. Existem os TDAH que não param quietos fisicamente. É um bocado de coisa, que somente um especialista íntegro pode verificar e ajudar. (SALGUEIRO, R. M. R. São José dos Campos. Comentário, 10 maio 2014, às 14h59)

CTH-27 Recomendo aos leitores deste texto que tomem cuidados para não atirarem por todos lados que seus amigos, filhos e parentes teem TDAH. A neurociencia está debruçando sobre este tema e somente a psiquiatria poderá fazer diagnósticos. (CARVALHO, T. A. UPE. Comentário, 10 maio 2014, às 14h38)

CTH-28 mesmo já tendo sido diagnosticado com TDAH e já sabendo que era eu, antes mesmo de terminar de ler, parei 8 vezes para fazer outras coisas (GREGÓRIO, D. F. Felipe Saldanha Fotografia. Comentário, 10 maio 2014, às 2h22)

CTH-29 Super, está na hora de outra reportagem depois da morte do descobridor da doença e sua revelação. A visão dos médicos, dos especialistas etc.. (JORD, F. Comentário, 9 maio 2014, às 21h38)

CTH-30 chorei... sempre soube que eu era assim. Só não sabia que tinha nome... (MODOLO, B. Comentário, 9 maio 2014, às 20h17)

CTH-31 Transtorno de Deficit de Atenção.

CTH-32 Nunca me identifiquei tanto com uma matéria! Eu sou assim: um ambiente tumultuado é terrível pra aprender qualquer coisa. Nunca gostei de assistir aula porque não aprendo nada, mas se eu leio e busco aprender algo sozinha em casa consigo chegar muito alem dos outros. É o tal do “hiperfoco” descrito na matéria (que graças a Deus eu aprendi a usar ao meu favor). No mais, tudo me distrai e penso em trezentas coisas ao mesmo tempo sem terminar nenhuma.

CTH-33 Mas ao contrario do que diz a matéria nunca vi isso como “doença”. Desde pequena percebi que eu aprendo de uma forma diferente do que as outras pessoas e aprendi a usar isso em meu favor. Tem dado certo! (XAVIER, F. Comentário, 9 maio 2014, às 19h53)

CTH-34 Compreender esse mundo e se aceitar que tem Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade e que isso é neurológico e muito bom pois assim as pessoas podem procurar ajuda, e melhorar e se organizar melhor com ajuda de profissionais. (BARROS, S. O. Comentário, 9 maio 2014, às 19h41)

CTH-35 <http://psicologia-ro.blogspot.com.br/2013/05/inventor-do-tdah-confessa-farsa-da.html>

CTH-36 Liberte-se, seja feliz (REBELLO, B. Comentário, 9 maio 2014, às 19h18)

CTH-37 farsa pra quem não sofre com esse problema sou tdah por 42 anos e só eu sei a dor e a delícia de ser eu. (LIUMORYAL, L. Comentário, 9 maio 2014, às 19h21)

CTH-38 muito bem precisamos começar a dismitificar o TDAH para facilitar um pouco a vida de quem tem esta dificuldade (BALDIVIA, V. Itapevi. Comentário, 9 maio 2014, às 18h44)

CTH-39 Já tive muitos problemas com o TDAH, mas hoje procuro enfatizar seus benefícios em minhas necessidades, muito embora tenhamos muitas dificuldades de guardar regras gramaticais e matemáticas, somos ótimos em nos lembrar de coisas remotas e traços pessoais que nem o tempo consiga apagar. Na verdade, não tenho certeza que sofro do transtorno, entretanto me identifiquei muito com a reportagem. (MENDES NETO, L. N. Comentário, 9 maio 2014, às 17h56)

CTH-40 É assim mesmo. Depois que você acostuma fica até fácil de levar. Não mata. :D Sou a prova viva disso. E nada de remédios. (REIS, P. Chefe de Jornalismo da Câmara Municipal de Uberlândia. Comentário, 9 maio 2014, às 17h42)

CTH-41 O texto é chato pra caramba por isso eu não consegui ler e aposte que muita gente também não consegue por isso... a estratégia é ler um pouco de cada parte que já dá para entender... E eu sou contra esse negócio de medicação para isso e para aquilo... as pessoas tem que aprender que elas funcionam assim e aceitar isso... um é diferente do outro... o mundo seria bem mais feliz e a indústria farmacêutica não seria tão rica.. (JULIAN, G. P. Comentário, 9 maio 2014, às 17h42)

CTH-42 Eu tenho TDAH. Faz tempo que descobri, pois meus pais já notavam diferenças entre eu e outras crianças, desde pequeno e, assim, logo fui tratado por psiquiatras. Embora eu tenha tomado e ainda estou tomando medicamentos disso, não melhorei 100%, contudo, melhorei muito. E isso do superfoco, realmente é uma verdade nata dos tdah, e isso é bom, já que, quando você gosta de uma coisa, geralmente você faz em menos tempo que pessoas que não tem esse Transtorno e ainda mais bem feita. Eu, por exemplo, parece até cômico, mas peça para um adolescente ou um jovem o que ele faz de hoobys, muitos, com certeza, dirão que navegam na internet, dormem (A vá, sério?) É que dormir é algo sobrenatural, né? ou melhor, é um talento.. E internet? Cada vez mais a internet também se tornou algo comum em nossa sociedade - algum dia essa será natural para as pessoas. Bom, veja, note que eu fugi um pouco do tema, né? Pois é, isso é que a redatora estava explicando, e isso é muito normal acontecer conosco - os indivíduos com TDAH. Mas o que eu estava falando mesmo antes de falar do hobby? Ah, sim, meu hobby não são esses exemplos, e tenho muito orgulho disso, meus hoobys são bem peculiares e curiosos por eu ter TDAH (eu jogo xadrez e sou obcecado por música eletrônica, por isso gosto de remixar (ser DJ e futuramente Produtor musical) Gostos discrepantes, eu diria, sendo que os dois pratico por gostar muito mesmo e então uso o superfoco, do que a Superinteressante havia dito. Em suma, ter TDAH não é fácil, pois você precisa se dedicar muito em melhorá-la (não é apenas com remédios que você melhora), tem que haver esforço de sua parte também, mas quando você “controla ela, você percebe, como mencionado no texto da Super, que você torna-a uma qualidade e não um malefício. (DE BACCO, R. Comentário, 9 maio 2014, às 17h24)

CTH-43 Ao começar a ler eu me identifiquei absolutamente com o texto. Tudo distrai minha atenção e tenho muita dificuldade em me concentrar quando leio ou estou em aula. Consegui ler ininterruptamente até o fim, até porque o assunto me prendeu a atenção. A boa notícia é que mesmo com toda essa dificuldade de déficit de atenção já passei em dois concursos públicos e tenho uma capacidade de raciocínio rápido, portanto, pessoas que sofrem de déficit de atenção não são “lesadas”. Não é fácil conviver com isso, pois minha mente viaja mais que meu corpo em período de férias, executo mais de uma tarefa por vez e tudo me distrai. Mas, mesmo sem medicamentos, eu consigo “ensinar” ao meu cérebro como manter o foco. Temos poder sobre ele e, na verdade, o cérebro tem poder sobre ele mesmo... é só “adestrá-lo”. Parabéns pela matéria, Rodrigo Rezende! (SILBERNAGEL, V. Comentário, 9 maio 2014, às 15h26)

CTH-44 Descobri que era TDAH com 20 anos... até então não sabia o porque era diferente de outros alunos. Era super talentosa em artes e desenvolvia projetos fora do comum para um aluno da minha idade mas, não prestava atenção em uma coisa por mais de 10 minutos, não ia bem em matemática, e química era meu pesadelo. Passava horas tentando decorar e entender as formulas, equações... (Já viram que exatas não é meu forte) mas, para esquecer bastava passar alguma coisa na minha frente ou um simples som ou barulho diferente para eu não saber mais o que estava estudando.

CTH-45 A vida para quem é TDAH não é fácil, quando descobri que tinha o transtorno, fiz pesquisa e quis saber como tratava, não queria ser TDAH, queria ser “normal”. E descobri que seria assim pra sempre...não tem cura!

CTH-46 Tomei vitaminas para o cerebro, até chegar na Ritalina (Apelidada hoje carinhosamente como Ritinha)

CTH-47 Mas o melhor tratamento para ser feito, é você tratar com você mesmo. Claro, fazendo acompanhamentos médicos e com os medicamentos. Porém, o que quero dizer que só o profissional e os remédios não é o baste. Não somos maquinas, somos seres pensantes. O desafio é parar e analisar onde estão suas dificuldade mas também ver suas habilidade. Que para um TDAH são mais qualidades/habilidade do que defeitos. Garanto!

CTH-48 Se reorganizar, sei, uma palavra difícil para que tem o transtorno. Mas possível! Usar o que tem de melhor ao seu favor e sanar aos pouco as dificuldades.

CTH-49 TDAH tem habilidades absurdas, uma delas citada no texto da Super é o Hiperfoco. Já entrei em Hiperfoco muitas vezes você rende 1000 x no que você está fazendo, o mundo pode estar se acabando e você estará lá, concentrado no que está fazendo (Estou em hiperfoco no momento.. haha).

CTH-50 A Criatividade de quem é TDAH é muito maior do que uma pessoa considerada normal, pois a capacidade de prestar atenção em varias coisas ao mesmo tempo e usar todos nossos sentidos juntos são bem maiores. Além de ser multitarefas, ágeis e proatividade. Há, e somos muito comunicativos. Isso é ótimo para se relacionar! Ousados e não temos medo de ariscar!

CTH-51 Hoje, conheço meus pontos forte e os fracos muito bem, e faço o uso do remédio quando realmente preciso. (OLIVEIRA, J. Comentário, 9 maio 2014, às 15h02)

(MINHA vida sem foco. Revista *SuperInteressante*, Capa, Matéria, Comentários postados de 9 maio 2014 até 8 fev. 2015)

A priori, observamos que a atividade de *comentar* se relaciona com aquilo que parece *sobrar* no discurso. Para Foucault (2009a [1971], p. 26), o comentário permite construir (e indefinidamente) discursos novos: “o domínio do primeiro texto, sua permanência, seu estatuto de discurso readaptável em novo contexto, o sentido múltiplo ou velado do qual ele pode ser detentor, o subentendido e a riqueza que lhe são atribuídas, tudo isso cria uma possibilidade aberta de falar”. Desse modo, o que observamos nesses comentários — o que se

faz necessário agora ser apontado — é que, a partir de um mesmo texto, novas relações dialógicas e discursivas vão sendo construídas e representadas sobre (i) o estatuto do TDAH, (ii) a medicalização desse transtorno e (iii) a sua existência. Essas questões não são abordadas na matéria jornalística. No entanto, são postas como *sobras*, *não-ditos* e *implícitos* que vão sendo elaborados e retomados em uma grande cadeia discursiva pelos leitores.

Ora, se faz interessante notar que tecer comentários sobre matérias, artigos, sites, vídeos, filmes etc. tornou-se algo corriqueiro e, de maneira geral, bastante fácil para o leitor desde a banalização da internet. Se compararmos com gêneros mais antigos, como as cartas dos leitores, as quais exigem outras práticas de interação e intermediação com o material que está sendo lido, escutado ou visualizado, os comentários eletrônicos parecem articular de forma distinta os ditos e não ditos. Pois, muito do que é comentado é feito no calor do momento, na vivacidade das emoções, num mesmo processo que articula *leitura e escrita* e sem uma “obrigatória” (e prévia) reflexão para elaborar um pequeno texto escrito⁴³³. Uma importante caracterização desse gênero é realizada por Cunha (2012, p. 27-28) que o defini como

uma prática social que faz parte [hoje] da vida cotidiana de milhares de pessoas. É um novo tipo de diálogo que os jornalistas não conheciam antes da internet, uma vez que as cartas de leitores eram editadas, não eram imediatas e raramente eram respondidas pelo editor ou por outros leitores da mídia impressa [...] trata-se de um gênero em expansão em razão do crescente uso de redes sociais e das novas tecnologias: os jornais e *blogs* estão no *Facebook*, sendo possível escrever comentários, enviar vídeos e *links*, a partir de iPhones, *tablets*, celulares etc.

Assim, conforme aponta a pesquisadora, esses comentários são endereçados aos outros comentários, ou seja, os leitores se dirigem a outros leitores e não só ao objeto principal tratado na matéria, ao jornalista desta e à revista. Por isso, quando um leitor subverte a nomenclatura do TDAH dada pelo escritor da matéria em consonância com o ponto de vista da psiquiatra Ana Beatriz Barbosa convocada no texto, outros também aderem a essa nova nomenclatura. Conforme Steuckardt (1998), a subversão da nomenclatura é *um ato de combate*. É o caso dos comentários CTH-21 e CTH-25, os quais explicitamente questionam a maneira de dizer o TDAH, declarando, ao mesmo tempo, uma forma particular de o dizer (*doença x distúrbio*). No entanto, como apontamos acima, no ponto (i), o estatuto do TDAH é colocado em discussão pelos comentários não só por essa subversão no falar dele, mas também pelas outras formas de enunciar esse mesmo objeto. Ora, apreendemos as palavras de outrem a

⁴³³ Movimentos discursivos que parecem ser comuns na elaboração dos comentários.

partir das nossas palavras “interiores”, isto é, de um “fundo aperceptivo” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]), que é próprio de cada um, mas que também é fundamentalmente social. Além disso, as maneiras de nominar e referenciar o TDAH implicam numa *posição* assumida pelo sujeito diante do conteúdo que está sendo manifestado no texto e, também, diante do que cada um considera relevante na discussão. Pois, no processo de categorização dos muitos objetos insinuados na matéria — não só o do TDAH e o da rotina daquele que tem o TDAH, mas também o da relação individual de cada um com o TDAH, o das opções de tratamento do TDAH que vão além da medicalização, entre muitos outros —, não podemos ignorar os outros textos e as muitas camadas enunciativas que transbordam em direção a outros dizeres. Desse modo, a partir do que expomos, observamos que as nomações se constroem:

- (a) Pela *mobilização de saberes científicos* (psiquiatria, neurociências, psicofarmacologia ⁴³⁴): “[...] nunca que o que deu certo com *um portador do transtorno*, dará certo com outro” (CTH-26, grifo nosso), “[...] somente a *psiquiatria* poderá fazer *diagnósticos*” (CTH-27, grifos nossos) e “Compreender esse mundo e se aceitar que tem Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade e que isso é *neurológico* [...]” (CTH-34, grifo nosso).
- (b) Pela *incorporação das características do objeto* (previamente asseguradas) do TDAH a sua personalidade: (b1) da *falta de atenção* — “Sinceramente isso não me parece ser um *problema* muito grave [...]. Por enquanto eu consigo lidar com essa *condição* razoavelmente. Quem sabe um dia eu não procure um profissional pra saber se eu realmente tenho esse *distúrbio* [...]” (CTH-23, grifos nossos) e “A boa notícia é que mesmo com toda essa *dificuldade de déficit de atenção* já passei em dois concursos públicos e tenho uma capacidade de raciocínio rápido, portanto, *pessoas que sofrem de déficit de atenção não são “lesadas”* (CTH-43, grifos nossos) —; e (b2) do *hiperfoco* — “Mas ao contrario do que diz a matéria nunca vi isso como ‘*doença*’” (CTH-33, grifo nosso).
- (c) Pela *identificação com o ponto de vista central* construído no texto: “Na verdade, não tenho certeza que sofro do *transtorno*, entretanto *me identifiquei muito com a*

⁴³⁴ A título de curiosidade, segundo Lobosque (2001), o nascimento da psicofarmacologia se deu nos anos 50.

reportagem” (CTH-39, grifos nossos), “Bom, veja, note que eu fugi um pouco do tema, né? Pois é, *isso é que a redatora estava explicando*, e isso é muito normal acontecer conosco - *os indivíduos com TDAH*” (CTH-42, grifos nossos) e “Em suma, ter TDAH não é fácil, pois você precisa se dedicar muito em melhorá-la [...] tem que haver esforço de sua parte também, mas quando você “controla ela, você percebe, *como mencionado no texto da Super*, que você torna-a *uma qualidade* e não um malefício” (CTH-42, grifos nossos).

(d) Pela *articulação do sentimento* de *angústia* com o de *gozo*⁴³⁵: “[...] de certa forma, *ficarei feliz se tiver* pois muita coisa será explicada na minha vida...” (CTH-24, grifo nosso), “*chorei... sempre soube que eu era assim*. Só não sabia que tinha *nome...*” (CTH-30, grifos nossos), “[...] sou tdah por 42 anos e só eu sei a *dor* e a *delícia* de ser eu” (CTH-37, grifos nosso) e “A vida para quem é TDAH não é fácil, quando descobri que tinha o transtorno, fiz pesquisa e quis saber como tratava, não queria ser TDAH, queria ser ‘normal’ [...] Que *para um TDAH* são mais *qualidades/habilidade* do que *defeitos*” (CTH-45 e CTH-47, grifos nossos).

(e) Pela *adjetivação construída por meio do TDAH*, a qual *integra e complementa um eu*: “*Sou a TDAH* mista sonhadora-faladeira. Existem *os TDAH* que não param quietos fisicamente” (CTH-26, grifos nossos), “Descobri que *era TDAH* com 20 anos...” (CTH-44, grifo nosso), “A vida para quem é TDAH não é fácil, quando descobri que tinha o transtorno, fiz pesquisa e quis saber como tratava, não queria *ser TDAH*, queria ser “normal” (CTH-45, grifos nossos) e “A Criatividade de *quem é TDAH* é muito maior do que uma pessoa considerada normal [...]” (CTH-50, grifo nosso).

A respeito dessa última forma de nominar, apresentamos dois questionamentos fundamentais e radicais para se pensar o sujeito na atualidade: (a) teríamos, nessa forma de dar o nome, a participação da nominação da esfera psicopatológica na construção do sujeito como um *projeto reflexivo* da modernidade? E, uma vez que, conforme afirma Giddens (1991), o sujeito moderno representa sua subjetividade entre as estratégias e opções fornecidas pelos sistemas abstratos, (b) a psicopatologia apareceria então como o limiar básico ou primeiro das *personalizações* dos sujeitos? Esses questionamentos vão ao encontro

⁴³⁵ Voltamos a essa categoria mais adiante.

à terceira pergunta-problema⁴³⁶ da tese, pois essas novas classificações são formas de poder que são instituídas ao corpo. Não mais um investimento rígido ou meticuloso por meio das nomeações *louco* ou *doente mental*, porém ainda constante por meio de *distúrbio* e *transtorno*. A circulação das nomeações psicopatológicas nos faz retomar à questão de Foucault (1979d [1975b]) sobre o corpo que é necessário na atualidade, isto é, sobre qual *corpo* (ou *quais corpos*) a sociedade atual necessita?

Acerca do ponto (ii), a saber, da medicalização desse transtorno, alguns comentários questionam o uso de remédios. Embora não seja colocado em dúvida o uso ou a eficácia de medicamentos — o ponto de vista principal do texto está no lado da sua defesa —, o comentário que inclui os trechos CTH-18 e CTH-19 marca uma crítica a esse tema por meio do uso das aspas em “descobrem” e “remédios” (CTH-19). Há, aqui, o que Authier-Revuz (2004d [1980], p. 219) caracteriza como “um comentário local” e “implícito” durante a sua produção. O internauta coloca-se como “juiz” e observador das palavras que emprega, apontando um julgamento no momento em que as usa, a saber, de que o apelo e a providência da sociedade atual é criar doenças e vender remédios. Isso é também retomado no comentário seguinte (CTH-20), em que o autor realça a facilidade do diagnóstico do TDAH — “Saber que tem tdah é fácil [...]” (CTH-20). Crítica essa que já havia sido aludida pelos comentários CTH-40 e CTH-41. Nesses, todavia, a alusão ao não uso de remédios e a oposição à indústria farmacêutica é, respectivamente, elaborada a partir do ponto de vista pessoal de cada leitor: “Depois que você acostuma fica até fácil de levar. Não mata. :D *Sou a prova viva disso. E nada de remédios*” (CTH-40, grifo nosso) e “E eu sou contra esse negócio de medicação para isso e para aquilo... as pessoas tem que aprender que elas funcionam assim e aceitar isso... um é diferente do outro.... o mundo seria bem mais feliz e a indústria farmacêutica não seria tão rica..” (CTH-41, grifo nosso). Nesses dois últimos casos, a crítica é incluída como partilhada entre esses dois leitores, uma vez que estão de acordo sobre o ponto de vista que compactuam. Sobre o (iii) aspecto supracitado, isto é, a existência do TDAH, observamos que a referência a esse momento social e discursivo se dá por meio da alusão. Ou seja, esse assunto não é expressamente mencionado nos comentários, mas *insinuado*. Para Authier-Revuz (2007), esse fenômeno, caracterizado pela autora como um tipo de modalização autonímica (MA), coloca em cena o surgimento enunciativo *dos outros* no discurso. E é um ato arriscado por parte daquele que a realiza. Porque, caso os outros não tenham o conhecimento partilhado

⁴³⁶ A saber: como a circulação das *nomeações* da esfera *psicopatológica* na mídia representam discursivamente os sujeitos?

desse evento e momento específico — sobre quando foi anunciado que o “pai” do TDAH, no seu leito de morte, afirmou que o transtorno foi “inventado” — dentro da abordagem do TDAH na mídia, não irão entender a alusão realizada. Nesse caso, ela se *perde* entre os numerosos comentários sobre o tema. Na pequena amostra de comentários que analisamos, observamos que a alusão a esse assunto ocorre:

- (a) No *intertexto*: o enunciado “Super, está na hora de outra reportagem depois da *morte do descobridor da doença e sua revelação*” (CTH-29, grifo nosso), revela como o leitor, junto com o discurso produzido e retomado pelos gêneros midiáticos, constitui uma memória interdiscursiva na mídia (MOIRAND, 2001) sobre o TDAH.
- (b) Na localização e *identificação de uma fonte exterior* seguida de comentário: nos trechos CTH-35 e CTH-36 em um mesmo comentário, o leitor insere um link que se direciona a um texto que remete à *invenção do TDAH*. Em seguida, esse mesmo leitor afirma: “Liberte-se, seja feliz” (CTH-36), a qual faz referência a uma ação na vida sem a presença do dito transtorno. Dependendo de o sujeito conhecer a fonte exterior e/ou o conteúdo referido no link, a presença do comentário, mesmo que de forma imprecisa, solicita que o leitor recorra à memória discursiva (AUTHIER-REVUZ, 2007) sobre o TDAH construída na mídia.
- (c) No *apelo* a um outro discurso por meio do *uso de uma palavra*: no enunciado “*farsa* pra quem não sofre com esse problema sou tdah por 42 anos e só eu sei a dor e a delícia de ser eu” (CTH-37, grifo nosso), o emprego de *farsa* se dá no limite de uma não-marcação, isto é, num “grau zero” (AUTHIER-REVUZ, 2007). Como faz remissão à memória do evento e momento supracitado, a sua compreensão se dá a partir da interpretação e do conhecimento compartilhado entre os internautas. Porém se o apelo ao já-dito não funcionar, já que essa alusão não possui uma forma marcada, corre-se o risco para aquele que a emprega de não ser compreendido: “[...] é apenas sobre a vertente da semelhança com o já-dito que irá se processar o reconhecimento da alusão; ou, ao contrário — sem o desconforto, anteriormente evocado, de saber que não se percebe a alusão —, será ela tranquilamente ignorada ‘sob a igualdade aparente de uma linearidade sem ruptura’” (AUTHIER-REVUZ, 2007, p. 24).

Ademais, não podemos deixar de destacar que, qualquer que seja a alusão, conforme afirma Authier-Revuz (2007, p. 20-22), ela não se dá num enunciado isolado, mas se caracteriza na relação com o contexto discursivo do qual o enunciado faz parte. Como fenômeno relacional, “ela desperta no enunciador-receptor uma memória discursiva influenciada pelas reflexões do seu contexto”. Logo, esses comentários, junto com a matéria a qual se referem e esta, por sua vez, de forma mais ampla dentro da revista de que faz parte, estabelecem relações dialógicas mais complexas sobre o TDAH. Pensando dessa forma, talvez pudéssemos caracterizar esses pequenos momentos de discussão como micro-diálogos, os quais se inserem num fenômeno ainda maior sobre o que se caracteriza como doença (mental), distúrbio e transtorno, a medicalização da existência, as “novas” listagens de doenças construídas pelos DSMs e a existência ou não do TDAH.

Para darmos continuidade a essa discussão e prosseguirmos na observação de como circulam as nomações da esfera psicopatológica na mídia, vamos passar à leitura da matéria intitulada *Um outro lado da história do TDAH*, postada no *blog Cultivando o Equilíbrio*⁴³⁷, e à análise de alguns comentários referentes a ela postados.

CTH-89 Um outro lado da história do TDAH⁴³⁸

CTH-90 Confissão de leito de morte do inventor do TDAH: o TDAH é uma doença fictícia

CTH-91 Felizmente, a Comissão Consultiva Nacional de Ética Biomédica da Suíça (NEK, presidente: Otfried Höffe) manifestou-se de maneira crítica acerca do uso do medicamento para TDAH, a Ritalina, no seu parecer de 22 de novembro de 2011, intitulado Aprimoramento humano por meio de agentes farmacológicos: “O consumo de agentes farmacológicos modificaram o comportamento da criança sem qualquer contribuição de sua parte”.

CTH-92 Isto leva à interferência na liberdade e nos direitos pessoais das crianças, porque os agentes farmacológicos induzem alterações comportamentais, mas não conseguem educar a criança para conseguir tais mudanças por conta própria. A criança é assim privada da experiência fundamental de aprender a agir autônoma e enfaticamente, o que “reduz consideravelmente a liberdade das crianças e prejudica o desenvolvimento de sua personalidade”, criticou a NEK.

CTH-93 Os críticos alarmados do desastre da Ritalina estão agora recebendo apoio de origem completamente diferente. Em sua reportagem de capa de 02 de fevereiro de 2012, o semanário alemão Der Spiegel citou o psiquiatra americano Leon Eisenberg, nascido filho de imigrantes judeus russos em 1922. Aos 87 anos de idade e sete meses antes de sua morte, o “pai científico do TDAH” declarou, em sua última entrevista: “o TDAH é um excelente exemplo de doença fictícia”.

CTH-94 Desde 1968, no entanto, ao longo de cerca de 40 anos, a “doença” de Leon Eisenberg tem assombrado os manuais de diagnóstico e estatística, primeiro como “reação hipercinética da infância”, e agora como “TDAH”. Em apenas 18 anos, o uso de medicamentos para TDAH na Alemanha aumentou de 34 kg (em 1993) para

⁴³⁷ O nome desse blog foi modificado para *Sukha*.

⁴³⁸ Omitimos a imagem que apresenta uma menina tomando uma pílula com uma colher.

um recorde de nada menos que 1760 kg (em 2011) – o que representa um aumento de 51 vezes nas vendas!

CTH-95 Nos Estados Unidos, um em cada dez meninos de 10 anos de idade engole um medicamento para TDAH diariamente. Com uma tendência crescente. Levando em conta o comprovado repertório de Edward Bernays, o pai da propaganda, para vender a Primeira Guerra Mundial a seu povo com a ajuda da psicanálise de seu tio, e para distorcer a ciência e a fé na ciência com o objetivo de aumentar os lucros da indústria - que tal investigarmos em proveito de quem o “pai científico do TDAH” produziu ciência? Sua carreira ascendeu muito rapidamente, e sua “doença fictícia” levou aos mais acentuados aumentos de vendas. Ele também atuou no “Comitê para a elaboração do DSM V e do CID XII, da Associação Psiquiátrica Americana” 2006-2009. Além disso, Leon Eisenberg recebeu o “Prêmio Ruane por Pesquisa em Psiquiatria da Criança e do Adolescente”. Ele tem sido um líder em psiquiatria infantil por mais de 40 anos, por meio de seu trabalho em estudos clínicos com drogas, pesquisa, ensino e políticas sociais, e por suas teorias sobre o autismo e a medicina social”. Fora isso, Eisenberg foi um membro do “Comitê Organizador da Conferência sobre Mulher e Medicina, Bahamas, 29 de Novembro – 3 de dezembro, 2006, pela Josiah Macy Foundation (2006)”. A Fundação Josiah Macy organizou conferências com agentes da inteligência da OSS, mais tarde CIA, como Gregory Bateson e Heinz von Foerster durante e muito depois da Segunda Guerra Mundial. Teriam esses grupos disseminado o diagnóstico de TDAH a serviço do mercado farmacêutico por meio de muita propaganda e relações públicas produzidas sob medida? É esta questão que a psicóloga americana Lisa Cosgrove e outros investigaram em seu estudo “Laços Financeiros entre Membros do Painel DSM-IV e a Indústria Farmacêutica”. Eles descobriram que “dos 170 membros do painel DSM, 95 (56%) tiveram uma ou mais associações financeiras com empresas da indústria farmacêutica. Cem por cento dos membros dos painéis sobre ‘Transtornos de Humor’ e ‘Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos’ tinham vínculos financeiros com empresas farmacêuticas. As conexões são especialmente fortes nas áreas de diagnóstico, onde as drogas são a primeira linha de tratamento para transtornos mentais”. Na edição seguinte do manual, a situação se manteve inalterada. “Dos 137 membros do painel do DSM-V que se manifestaram, 56% relataram ligações com a indústria – nenhuma melhoria em relação à porcentagem dos membros do DSM-IV.” “O próprio vocabulário da psiquiatria é agora definido, em todos os níveis, pela indústria farmacêutica”, disse o Dr. Irwin Savodnik, professor assistente de clínica psiquiátrica na Universidade da Califórnia, em Los Angeles.

CTH-96 Isso tudo é muito bem pago. Apenas um exemplo: o Diretor-Assistente da Unidade de Psicofarmacologia Pediátrica do Hospital Geral de Massachusetts e professor associado de psiquiatria na Harvard Medical School recebeu “US\$ 1 milhão em rendimentos de empresas farmacêuticas, entre 2000 e 2007”. De todo modo, não se pode descartar com facilidade o testemunho do pai do TDAH: “O TDAH é um excelente exemplo de doença fictícia”. A tarefa de psicólogos, educadores e médicos é não submeter as crianças a uma “coleira química” simplesmente porque a sociedade como um todo não consegue lidar com os produtos de suas teorias equivocadas sobre o homem e sobre a criação de filhos, e, no lugar disso, entrega-os ao mercado livre farmacêutico. Voltemos à questão básica da psicologia pessoal e da educação: A criança deve adquirir responsabilidade pessoal e comportamento vigoroso sob orientação especializada – e isso inclui a família e a escola: nestes campos, a criança deveria ser capaz de ter a iniciativa mentalmente. Isso constitui a essência da pessoa humana. (NESTOR, Moritz. Um outro lado da história do TDAH. Blog *Cultivando o Equilíbrio*, 19 maio 2013. Tradução de Jeanne Pilli. Texto traduzido do original Inventor of ADHD’s deathbed confession: “ADHD is a fictitious disease”, publicado em *World Public Union*, 27 mar. 2013)

CTH-97 Eu tenho dificuldade de fixar atencao. Distraio com facilidade. Isso é fato. Agora vamos aos porquês eu tenho essas dificuldades e aos como superar essas mesmas dificuldades. Nunca tomei remedio. Tenho 65 anos. Entao, no meu caso, acredito que a causa esta na educacao familiar e depois a escolar. Nao fui

“ensinada”, apenas corrigida de maneira desagradável quando me distraia. Já aqui foi encontrada técnicas de meditação tanto dos pais como das crianças.

CTH-98 Vou agora pesquisar mais sobre como, se possível, evitar que uma criança crie este aspecto em sua vida e aqueles que já criaram, como minimizar e quem sabe eliminar. Declaro que nós com essa dificuldade somos podados de nos desenvolvermos plenamente intelectual, profissional e socialmente.

CTH-99 Agradeço a quem oferecer-me fontes de leituras e livros. Obrigada, Maria Jose Berti (BERTI, M. J., 21 maio 2013, às 15h42)

CTH-100 Maria José:

CTH-101 Veja os outros posts do blog sobre cultivo da atenção plena.

CTH-102 Todos nós temos dificuldades em concentrar a atenção. Mas esta é uma habilidade que pode ser muito melhorada com técnicas de meditação, yoga e por tentarmos nos manter atentos ao que estamos fazendo, a cada momento. (PILLI, J., 21 maio 2013, às 15h51)

CTH-103 Maria, Tenho um amigo que escreveu um livro bacana intitulado “Eu e meu DDA”, já ouviu falar? Vale a pena ler. (M., 1 jun. 2013, às 18h25)

CTH-104 Obrigado pela indicação do meu livro, mas o autor desta fundamentada reportagem sabe que o TDAH não existe, eu nunca existi e vocês nem devem conseguir ler esta mensagem... eu sabia que eu era uma ficção de alguém. sempre soube! Mas supondo que eu exista, intermitentemente, ao entreato de cada matéria fundamentada na cientificidade do achismo que o TDAH seja uma invenção, será que os mais de 8,5 milhões de brasileiros que sofrem com o TDAH além de não existirem, teria pelo menos que sofrer de uma outra psicopatologia. Decerto, bem mais grave! As mães que tratam seus filhos com ritalina existem? elas ouvem um diagnóstico e XAZAN! Acredita que seu filho tem o que o médico diagnosticou? e então, como toda mãe irresponsável, acredita tanto naquilo que aceita, com muito sofrimento (quando eu existo vejo como sofrem por submeter seus filhos a um medicamento de tarja preta) por pura inocência, estupidez, inexistência ou o que? Toda e qualquer pessoa que acredita ter o diagnóstico do TDAH, sofreriam de um transtorno psicossomático de personalidade que contamina sua família (que tb acredita)... ou quase 9 milhões de brasileiros não existem?

CTH-105 Quem replicou esse texto, afora os graves equívocos na tradução, mudando o que foi dito, onde e por quem, teria algum estudo sóbrio, que exista tanto quanto eu para argumentar que eu não existo? (DEMINCO, M., 2 jun. 2013, às 10h09)

CTH-106 Eu tbm não existo!!! Não existo porque aos 36 anos entrei em 4 faculdades e não consegui terminar nenhuma, onde um paragrafo de 10 linhas demorei 4 horas pra conseguir chegar ao ponto final e nem saber sobre o que falava... iniciei Inglês, espanhol, alemão, guarani, libras e esqueço de muitas palavras em português, repeti a 5º, a 6º, a 7º e a 8º serie do ensino fundamental passando a segunda vez pelo conselho e não em lembro absolutamente quase nada do que aprendi, na verdade eu nem estava ali, por nem existir... Também não existo por ter dificuldades de relacionamento com as pessoas por ser extremamente impulsiva, emotiva, muitas vezes agressiva e geralmente esquecida, esquecida. Amigos e família que achavam que eu não me importava com eles por nunca chegar no horário, sempre bem atrasada. Quantas vezes não existi por esquecer dos compromissos, do tempo, de voltar pra casa, do dever, dos objetos deixados em lugares imagináveis...do remédio do lado do copo vazio, da roupa na maquina, da chave da moto, da moto... Inúmeros psicólogos, sou quase mestre sem formação acadêmica e todos querendo me encaixar em um transtorno, meu nome era bicho carpinteiro, vichi tá chegando, Olha quem vem lá, prego na cadeira, doidinha, entre outros milhares de rótulos sociais que carrego até hoje. Qualquer coisa que saísse errado tinha o meu nome, nome que não existia. Meus filhos tbm não tem nome próprio... eles chamam ” o filho daquela lá”. Comecei a existir quando fui parar em um consultório psiquiátrico

e após vários testes com medicações, consegui ler meu primeiro livro... Mentas Inquietas!!! Era EU!!! E agora?? O que fazer, desabei a chorar, pois minha vida podia ter sido muito diferente se houvesse alguma boa alma capacitada a me ler, a me ouvir, a me perceber!!! diagnosticar um TDAH, não é tarefa fácil, pois no mundo de hoje que temos que dar conta de tudo até mais... quem não tem um transtorno de ansiedade??? Traços todos temos. Agora permanecer nessa condição até que sua vida desabe sobre seus pés, é uma condição que ninguém quer e que muito pouca gente aguenta. Uma pena eu ainda não aceitar que um remedinho me faça eu ser apenas EU... Ainda é doloroso, em especial porque depois de tanta carga social, outros problemas surgiram, nos quais ficam difíceis enumerar. Minha mãe, meus filhos e com certeza meus professores acreditam que TDAH, não é fictício. Bem sabemos o que já passamos!!! Minha Ritalina LA 10 mg está acabando, depois apenas de maior mg que pra mim é uma carga excessiva de efeitos colaterais, mas eu sei que depois de 10 dias eu quase volto a não mais existir, por não conseguir mais sentar e estudar. Hoje o futuro da minha família depende disso. E pessoas que fazem mal uso das medicações que geram um lucro farmacêutico gigantesco e críticas iguais a essa, não permitem no momento a liberação de venda da medicação no país. E assim eu volto pra meu mundo de agitação sem produção completa.

Assim fica melhor mesmo esquecer!!!! (S., 4 jun. 2013, às 22h21)⁴³⁹

(NESTOR, Moritz. Um outro lado da história do TDAH. Blog *Cultivando o Equilíbrio*, 19 maio 2013. Tradução de Jeanne Pilli. Comentários postados de 21 maio 2013 até 4 jun. 2013)

Observamos, inicialmente, a partir da leitura do texto, a presença do dialogismo *interdiscursivo*, isto é, as formas de presença de um discurso-fonte publicado ao longo da imprensa (CUNHA, 2011) sobre o TDAH ser uma doença falsa. Authier-Revuz (2010b) explica que além desse tipo de dialogismo — marcado pelo *já-dito* no *discurso outro* e pelo *discurso outro* no *atual* — há o *interlocutivo*, isto é, o direcionamento aos discursos outros. Assim, na matéria, o discurso-fonte é referente a confissão do “pai” do transtorno, o qual foi retomado por numerosos *blogs* e alvo constante de polêmica. Em segundo lugar, a matéria já é iniciada por meio da modalização autonímica *felizmente* (CTH-91). O advérbio que abre o texto introduz a voz que parece ser a que guia a discussão do texto: a Comissão Consultiva Nacional de Ética Biomédica da Suíça (NEK). Tanto o lide como o sublide são dedicados a comentar sobre o relatório dessa comissão. Esses comentários se dão basicamente entre aspas. Na verdade, usa-se bastante o sinal tipográfico *aspas* ao longo do texto, seja para delimitar citações em DD, seja para empregar algumas palavras como MAE⁴⁴⁰.

⁴³⁹ Os comentários que aqui aparecem foram postados na mesma ordem temporal decrescente que aparece no site. Essa ordem é, inclusive, a adotada para a visualização de comentários na maioria dos sites.

⁴⁴⁰ Interessante o que Authier-Revuz (2015, p. 16-17) afirma sobre a modalização autonímica de empréstimo: “A *zona (Bb)* [zona da modalização autonímica como discurso segundo ou modalização autonímica de empréstimo] é definida pelo fato de que aí falamos de um objeto qualquer *a partir* de um outro discurso (B) cuja imagem passa pela exposição das palavras (b). Esse setor da “modalização autonímica de empréstimo”, que faz parte do campo global da modalidade autonímica em que ele se opõe pelo traço “discurso outro” às formas do tipo *se é que eu posso dizer, se eu posso dizer assim, eu digo, é o caso de dizer*, etc., desenvolve uma grande variedade de formas sintáticas e lexicais, em vários níveis de explicitação” (grifos da autora).

Para não sermos repetitivos, gostaríamos de destacar as aspas usadas para delimitar o objeto discursivo principal que é (1) o TDAH e (2) a confissão sobre o transtorno: “*pai científico do TDAH*” (CTH-93), “*O TDAH é um excelente exemplo de doença fictícia*” (CTH-93), a “*doença*” de Leon Eisenberg (CTH-94), “*reação hipercinética da infância*” (CTH-94), “*TDAH*” (CTH-94), “*pai científico do TDAH*” (CTH-95), “*doença fictícia*” (CTH-95) e “*coleira química*” (CTH-96). É interessante notar que as aspas estão delimitando as várias nomações atribuídas (1) ao TDAH e (2) ao evento e momento em que se deu a revelação sobre a sua invenção. Mais interessante notar ainda, para a análise que empreendemos na tese, é que essas nomações são usadas, mostradas, suspensas e colocadas em “confronto” pelo uso do sinal tipográfico. Compreender o porquê dessa marcação é, a nosso ver, crucial para o entendimento do ponto de vista principal que guia a construção do texto. Essas aspas apontam para a presença de uma *polêmica interna velada*, pois é o outro lado que diz e valida o TDAH — o discurso da medicina, da psiquiatria, do DSM — que determina a palavra aspeada na matéria: é a essa discursividade exterior que o enunciador se refere e se contrapõe.

Ora, sabemos que a *significação* é reiterável; ela faz parte das formas da língua. Mas o *tema* é o que é interpretado e produzido nas condições contextuais. Quando essa significação, a saber, essas palavras, são atualizadas e delimitadas pelas aspas, lidamos com efeitos de sentido únicos produzidos entre o *comum* — e aqui não se inclui apenas o sistema linguístico, mas também o *já-dito* — e o *diverso* — a produção no tempo e espaço de cada um —, num processo caracterizado pela (re)acentuação que é própria do funcionamento da linguagem. As aspas permitem, assim, que os enunciadores — escritor, tradutor⁴⁴¹, leitor e internauta — observem as palavras que estão sendo usadas. Ou seja, ao mesmo tempo que faz *uso* delas, as *menciona* e as mantém a *distância* (AUTHIER-REVUZ, 2004d [1980]). Essa distância, a qual “manifesta um questionamento sobre o caráter apropriado da palavra ou expressão aspeada” (CUNHA, 1999, p. 46), é construída para:

(a) *Refutar* ou romper com certo discurso:

- Levando em conta o comprovado repertório de Edward Bernays, o pai da propaganda, para vender a Primeira Guerra Mundial a seu povo com a ajuda da psicanálise de seu

⁴⁴¹ As aspas empregadas pelo escritor no texto original são reproduzidas pelo tradutor, salvo exceções pontuais em que o tradutor remove as aspas — como na segunda parte do título da matéria *O TDAH é uma doença fictícia* (CTH-90) — e quando as coloca onde não existiam naquele escrito — como na segunda parte do título do documento da *Comissão Consultiva Nacional de Ética Biomédica da Suíça* (NEK) (CTH-91).

tio, e para distorcer a ciência e a fé na ciência com o objetivo de aumentar os lucros da indústria que tal investigarmos em proveito de quem o “*pai científico do TDAH*” produziu ciência? (CTH-95, grifo nosso).

(b) Demarcar seu *pertencimento* a um *outro discurso*:

- Desde 1968, no entanto, ao longo de cerca de 40 anos, a “doença” de Leon Eisenberg tem assombrado os manuais de diagnóstico e estatística, primeiro como “reação hiperkinética da infância”, e agora como “TDAH” (CTH-94, grifo nosso),
- De todo modo, não se pode descartar com facilidade o testemunho do pai do TDAH: “*O TDAH é um excelente exemplo de doença fictícia*” (CTH-96, grifo nosso) e
- Aos 87 anos de idade e sete meses antes de sua morte, o “*pai científico do TDAH*” declarou, em sua última entrevista: “*o TDAH é um excelente exemplo de doença fictícia*” (CTH-93).

(c) *Enfatizar* o nome dado ao objeto do discurso:

- Desde 1968, no entanto, ao longo de cerca de 40 anos, a “doença” de Leon Eisenberg tem assombrado os manuais de diagnóstico e estatística, *primeiro como “reação hiperkinética da infância”, e agora como “TDAH”* (CTH-94, grifo nosso).

(d) Marcar uma *crítica*:

- Sua carreira ascendeu muito rapidamente, e sua “doença fictícia” levou aos mais acentuados aumentos de vendas (CTH-95, grifo nosso) e
- A tarefa de psicólogos, educadores e médicos é não submeter as crianças a uma “coleira química” simplesmente porque a sociedade como um todo não consegue lidar com os produtos de suas teorias equivocadas sobre o homem e sobre a criação de filhos, e, no lugar disso, entrega-os ao mercado livre farmacêutico (CTH-96, grifo nosso).

Afora o uso intenso do sinal das aspas ao longo do texto, prestamos atenção a uma expressão empregada que não está destacada: *desastre da Ritalina* (CTH-93) é um termo “seguro” e que não solicita uma delimitação, pois: (1) o autor compactua com o discurso que ela pertence; (2) confia-se que o público leitor compartilhe da memória evocada pelo uso do termo; e/ou (3) a matéria oferece condições para que aqueles que a leem compreendam o já-dito guardado pelo uso do termo. Observe-se que é apenas no terceiro parágrafo que a

expressão é usada: “Os críticos alarmados do *desastre da Ritalina* estão agora recebendo apoio de origem completamente diferente” (CTH-93, grifo nosso). Mesmo que o título, subtítulo, lide e sublide já direcionem o posicionamento defendido pelo texto, lidamos com o uso de uma *palavra* que se aproxima aqui da noção de *palavra-evento* trazida por Moirand (2007b, p. 23):

Les mots-événements ont des effets de mémoire qui dépassent en effet le sens des mots: ils véhiculent des représentations, voire des émotions, liées à des connaissances, à des faits et à des savoirs plutôt qu’à des dire. Ils sembleraient donc liés à la mémoire épisodique, en particulier lorsqu’il s’agit d’événements physiques liés à des expériences, réellement vécues ou par images interposées [...] Une particularité de ces mots-événements, c’est qu’ils peuvent être précédés de désignations catégorisantes, voire qualifiantes, qui contribuent à leur donner un air de famille: *affaire, scandale, crise, fléau* pour la famille des événements scientifiques à caractère politique; *saga, feuilleton* pour les OGM; et le paradigme métaphorique de la guerre pour désigner les controverses autour des OGM ainsi que les actes à répétition des anti-OGM: *bataille, guerre; croisade; fronde, résistance...* Une autre particularité, c’est que, au fil du discours, certaines constructions contribuent à relier ces événements, dans une série marquée par une temporalité à court terme qui va contribuer à leur imprimer un sens social [...] ⁴⁴².

Assim, as *palavras-evento* veiculam memórias, representações, saberes, sentimentos e experiências que são acionadas no seu emprego no discurso. Nas buscas que temos feito sobre a história do TDAH, não encontramos um momento específico que possa ser englobado pela nomeação *desastre da Ritalina*. E, embora esse medicamento tenha sido introduzido pela *US Food and Drug Administration*⁴⁴³ (FDA) em 1955, a disseminação do seu *uso* e do seu *nome* se deu com o crescente aumento de diagnósticos atribuídos ao TDAH (HOLLAND; HIGUERA, 2015). Diagnósticos esses que foram se tornando populares e caíram na *voz do povo*. Desse modo, o que observamos é que esse nome caracteriza um cenário bem mais amplo e que convoca, dentro da história do TDAH, um conjunto de discursos que circularam na mídia sobre o uso da ritalina (ou metilfenidato), seus efeitos colaterais e o crescente número de prescrições desta para crianças. Além disso, evoca um grupo de representações e

⁴⁴² “As palavras-evento têm efeitos de memória que ultrapassam, com efeito, os sentidos das palavras: elas veiculam representações, e mesmo emoções, relacionadas aos conhecimentos, aos fatos [sic] e aos saberes mais que aos dizeres. Elas parecem portanto estar ligadas à memória episódica, em particular quando se trata de eventos físicos ligados às experiências, realmente vividas ou por imagens interpostas [...] Uma particularidade dessas palavras-evento é que elas podem ser precedidas por designações categorizantes, e mesmo qualificantes, que contribuem para dar um ar familiar: *caso, escândalo, crise, flagelo* para a família de eventos científicos de caráter político; *saga, série* para os OGM [Organismos geneticamente modificados]; e o paradigma metafórico da guerra para designar as controvérsias em torno dos OGM, assim como os repetidos atos sobre os anti-OGM: *batalha, guerra, cruzada, revolta, resistência...* Uma outra particularidade é que, no fio do discurso, algumas construções contribuem para ligar os eventos, em uma série marcada por uma temporalidade a curto termo que vai contribuir para imprimir um sentido social [...]” (MOIRAND, 2007b, p. 23, grifos da autora, tradução nossa).

⁴⁴³ Agência de alimentos e medicamentos norte-americana.

experiências sobre esse medicamento, cuja relação é alvo constante de comentários⁴⁴⁴.

Essa relação com o medicamento pode se inscrever de maneira diversa, embora no limite de uma experiência que é administrável, controlável e personalizável — pois o sujeito aparece na primeira pessoa, falando de si e exhibe a sua experiência com a ritalina —, como:

- (a) Na *indispensabilidade do discurso do objeto* do qual se fala: “*Minha Ritalina LA 10 mg está acabando, depois apenas de maior mg que pra mim é uma carga excessiva de efeitos colaterais, mas eu sei que depois de 10 dias eu quase volto a não mais existir, por não conseguir mais sentar e estudar. Hoje o futuro da minha família depende disso. E pessoas que fazem mal uso das medicações que geram um lucro farmacêutico gigantesco e críticas iguais a essa*⁴⁴⁵, não permitem no momento a liberação de venda da medicação no país. E assim eu volto pra meu mundo de agitação sem produção completa” (CTH-106, grifo nosso).
- (b) No *conflito* entre os efeitos colaterais do remédio: “*Minha Ritalina LA 10 mg está acabando, depois apenas de maior mg que pra mim é uma carga excessiva de efeitos colaterais, mas eu sei que depois de 10 dias eu quase volto a não mais existir, por não conseguir mais sentar e estudar*” (CTH-106, grifo nosso) e “*Procurei uma médica que me receitou a Ritalina, porém tive alguns efeitos adversos que me obrigaram a interromper o uso* (não sei se de forma permanente, farei diversos exames)” (CTH-75, grifos nossos).
- (c) No discurso que ecoa semântica e textualmente *a presença de um outro discurso*: “*Tomei vitaminas para o cérebro, até chegar na Ritalina (Apelidada hoje carinhosamente como Ritinha). Mas o melhor tratamento para ser feito, é você tratar com você mesmo*” (CTH-46 e CTH-47, grifos nossos).
- (d) Na *adesão* ao uso
- e a favor da medicalização: “*Olha, a Ritalina pode causar alguns efeitos desagradáveis que podem ser passageiros. No meu caso comecei tomando a Ritalina LA e fiquei*

⁴⁴⁴ Os comentários apontados não se restringem aos da matéria que estamos discutindo. Os marcados pela numeração CTH-75, CTH-71 e CTH-77 se referem ao artigo de opinião *Eu confesso, o TDAH é uma mentira!*; os CTH-46 e CTH-47, à matéria *Minha vida sem foco*; e o CTH-106 à matéria *Um outro lado da história do TDAH*. Para mais informações, cf. o anexo D.

⁴⁴⁵ O internauta faz referência ao discurso que circula na mídia sobre o TDAH ser uma doença falsa.

nervoso demais, estava em tempo de ter um treco. *Conversei com minha médica e mudamos para a Ritalina comum*. Existem outro remédios, outras dosagens, outras posologias. No princípio a Ritalina pode causar uns tremores nas mãos, dor de cabeça, umas coisas assim que nosso organismo acostuma. *Não desista do seu tratamento, você merece uma outra vida*” (CTH-77, grifos nossos).

- porém na *contramão* da medicalização (para quem não precisa): “*Acabei de ver uma matéria sobre o uso indiscriminado da Ritalina no G1*. E como sabem tudo que a globo diz tem grande repercussão. A matéria diz que muitas pessoas vem utilizando para melhorar os estudos para concursos. E que essas pessoas nem msm sofrem do transtorno. *Isso me deixa preocupado porq pode dificultar o acesso para nós que realmente precisamos desse remédio*. pra quem quiser ver ta aí o link <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2012/07/candidatos-de-concursos-relatam-uso-de-tarja-preta-para-render-mais.html>” (CTH-71, grifo nosso).

Voltando ainda ao excerto CTH-93, em que é usada a expressão *desastre da Ritalina*, notamos que tal nomeação aparece seguida pela descrição da confissão de Leon Eisenberg sobre o TDAH, a saber, que é uma doença fictícia:

CTH-93 Os críticos alarmados do desastre da Ritalina estão agora recebendo apoio de origem completamente diferente. Em sua reportagem de capa de 02 de fevereiro de 2012, o semanário alemão Der Spiegel citou o psiquiatra americano Leon Eisenberg, nascido filho de imigrantes judeus russos em 1922. Aos 87 anos de idade e sete meses antes de sua morte, o “pai científico do TDAH” declarou, em sua última entrevista: “o TDAH é um excelente exemplo de doença fictícia”. (NESTOR, Moritz. Um outro lado da história do TDAH. Blog *Cultivando o Equilíbrio*, Matéria, 19 maio 2013. Tradução de Jeanne Pilli. Texto traduzido do original *Inventor of ADHD’s deathbed confession: “ADHD is a fictitious disease”*, publicado em *World Public Union*, 27 mar. 2013)

O comentário nos permite afirmar que o *desastre da Ritalina* vai se associando, nos fios dos discursos ainda em porvir, a novos acontecimentos e eventos tratados na mídia. Nesse caso, a revelação sobre a invenção da doença contribui para imprimir efeitos de sentido ao *desastre da Ritalina* como se justapostos em um mesmo período e passando a constituir o mesmo universo semântico sobre o TDAH. Esses discursos se encontram em uma zona de interação aberta pelo texto, em que *desastre da Ritalina* leva à interpretação de *o TDAH é uma doença fictícia* e vice-versa — interpretação a que se dá pela leitura no nível do texto, no nível enunciativo e no nível interdiscursivo.

5.1.1 Da indispensabilidade do discurso do objeto à angústia-gozo

Conforme vimos, há formas diversas do sujeito se constituir discursivamente por meio do TDAH. Contudo, nesses modos de se subjetivar a partir de um discurso que lhe parece ser exterior, mas que se faz também num apelo interior, há dois pontos que discutimos nesse processo de nominação, os quais parecem se tocar e circular entre as categorizações que temos feito. Por isso, é preciso, agora, retomar esses dois pontos discutidos nesse quinto capítulo, uma vez que um vai em direção ao outro, a saber, da *indispensabilidade do discurso do objeto do qual se fala* e da relação que vai da *angústia ao gozo*⁴⁴⁶. Esses dois pontos parecem estar enlaçados quando muitos abordam a sua relação com a doença, pois o sujeito elabora o seu discurso como se colado ao discurso do corpo marcado pelo transtorno e é nessa marca que ele se representa. Observem-se alguns comentários⁴⁴⁷ abaixo:

CTH-107 Obrigado pela indicação do meu livro, mas o autor desta fundamentada reportagem sabe que o TDAH não existe, eu nunca existi e vocês nem devem conseguir ler esta mensagem... eu sabia que eu era uma ficção de alguém. sempre soube! Mas supondo que eu exista, intermitentemente, ao entreato de cada matéria fundamentada na cientificidade do achismo que o TDAH seja uma invenção, será que os mais de 8,5 milhões de brasileiros que sofrem com o TDAH além de não existirem, teria pelo menos que sofrer de uma outra psicopatologia. Decerto, bem mais grave! As mães que tratam seus filhos com ritalina existem? elas ouvem um diagnóstico e XAZAN! Acredita que seu filho tem o que o médico diagnosticou? e então, como toda mãe irresponsável, acredita tanto naquilo que aceita, com muito sofrimento (quando eu existo vejo como sofrem por submeter seus filhos a um medicamento de tarja preta) por pura inocência, estupidez, inexistência ou o que? Toda e qualquer pessoa que acredita ter o diagnóstico do TDAH, sofreriam de um transtorno psicossomático de personalidade que contamina sua família (que tb acredita)... ou quase 9 milhões de brasileiros não existem?

CTH-108 Quem replicou esse texto, afora os graves equívocos na tradução, mudando o que foi dito, onde e por quem, teria algum estudo sóbrio, que exista tanto quanto eu para argumentar que eu não existo? (DEMINCO, M., 2 jun. 2013, às 10h09)

CTH-109 Eu tbm não existo!!! Não existo porque aos 36 anos entrei em 4 faculdades e não consegui terminar nenhuma, onde um paragrafo de 10 linhas demorei 4 horas pra conseguir chegar ao ponto final e nem saber sobre o que falava... iniciei Inglês, espanhol, alemão, guarani, libras e esqueço de muitas palavras em português, repeti a 5º, a 6º, a 7º e a 8º serie do ensino fundamental passando a segunda vez pelo conselho e não em lembro absolutamente quase nada do que aprendi, na verdade eu nem estava ali, por nem existir... Também não existo por ter dificuldades de relacionamento com as pessoas por ser extremamente impulsiva, emotiva, muitas vezes agressiva e geralmente esquecida, esquecida. Amigos e família que achavam que eu não me importava com eles por nunca chegar no horário, sempre bem atrasada. Quantas vezes não existi por esquecer dos compromissos, do tempo, de voltar pra casa, do dever, dos objetos deixados em lugares imagináveis...do remédio

⁴⁴⁶ Cf. as páginas 336 e 346.

⁴⁴⁷ Não transcrevemos aqui todos os comentários a respeito dos dois pontos supracitados. Para ler outros, cf. o anexo D.

do lado do copo vazio, da roupa na maquina, da chave da moto, da moto... Inúmeros psicólogos, sou quase mestre sem formação acadêmica e todos querendo me encaixar em um transtorno, meu nome era bicho carpinteiro, vichi tá chegando, Olha quem vem lá, prego na cadeira, doidinha, entre outros milhares de rótulos sociais que carrego até hoje. Qualquer coisa que saísse errado tinha o meu nome, nome que não existia. Meus filhos tbm não tem nome próprio... eles chamam “o filho daquela lá”. Comecei a existir quando fui parar em um consultório psiquiátrico e após vários testes com medicações, consegui ler meu primeiro livro... Mentas Inquietas!!! Era EU!!! E agora?? O que fazer, desabei a chorar, pois minha vida podia ter sido muito diferente se houvesse alguma boa alma capacitada a me ler, a me ouvir, a me perceber!!! diagnosticar um TDAH, não é tarefa fácil, pois no mundo de hoje que temos que dar conta de tudo até mais... quem não tem um transtorno de ansiedade??? Traços todos temos. Agora permanecer nessa condição até que sua vida desabe sobre seus pés, é uma condição que ninguém quer e que muito pouca gente aguenta. Uma pena eu ainda não aceitar que um remedinho me faça eu ser apenas EU... Ainda é doloroso, em especial porque depois de tanta carga social, outros problemas surgiram, nos quais ficam difíceis enumerar. Minha mãe, meus filhos e com certeza meus professores acreditam que TDAH, não é fictício. Bem sabemos o que já passamos!!! Minha Ritalina LA 10 mg está acabando, depois apenas de maior mg que pra mim é uma carga excessiva de efeitos colaterais, mas eu sei que depois de 10 dias eu quase volto a não mais existir, por não conseguir mais sentar e estudar. Hoje o futuro da minha família depende disso. E pessoas que fazem mal uso das medicações que geram um lucro farmacêutico gigantesco e criticas iguais a essa, não permitem no momento a liberação de venda da medicação no país. E assim eu volto pra meu mundo de agitação sem produção completa. Assim fica melhor mesmo esquecer!!!! (S., 4 jun. 2013, às 22h21)
(NESTOR, Moritz. Um outro lado da história do TDAH. Blog *Cultivando o Equilibrio*, Matéria, 19 maio 2013. Tradução de Jeanne Pilli. Comentários postados de 21 maio 2013 até 4 jun. 2013)

Nesses comentários, histórias diferentes são contadas. Mas há alguns detalhes que as unem: os efeitos provocados por uma nomeação ou não-nomeação do objeto TDAH — se este existe, é possível se representar e se auto-nominar a partir dele — conectam esses relatos. Cada internauta se apresenta no discurso do TDAH que lhe marca e lhe tolhe: é o próprio nome *TDAH* que permite-o se ancorar na dimensão da subjetividade. Contudo a presença do TDAH nessa constituição do sujeito se dá entre *angústia* e *gozo*. Para entendermos melhor essa inscrição do nome em um discurso constituído por um duelo entre esses afetos, comecemos a tratar da *dor*:

Somente no nível da dor pode-se experimentar toda a dimensão do organismo, toda a dimensão de se ter um corpo e a dimensão trágica da existência. Distinto dos animais, que são só seus corpos, o animal humano se caracteriza por possuir um corpo e também por poder usufruí-lo. Assim, o homem vê seu corpo como o Outro de si e pode gozar dele. [...] Nascemos com um código genético preestabelecido pelas leis naturais (instintos), o qual se transforma pelos significantes do Outro; estes se inscrevem no corpo, produzindo marcas de gozo. *A expressão “acontecimento de corpo”, cunhada por Lacan, diz respeito justamente a isso, ou seja, ao acontecimento de discurso que deixa traço no corpo.* A dor é testemunho da presença da pulsão no corpo e a pulsão, por sua vez, é um vestígio da linguagem que modifica a necessidade (QUEIROZ, 2012, p. 853-854, grifos nossos).

Segundo explica a psicanalista, além da sensação sensorial e corporal da dor física, há também a dimensão psíquica e sociocultural da dor. Esta difere do organismo animal para o humano. A dor é, assim, um indicador da presença da pulsão no corpo. O homem a sente e entra em *duelo* com ela *na sua dimensão sensorial e corpórea* na medida em que este se constitui na e pela linguagem. Para além do princípio do prazer-desprazer da *dor* caracterizado por Freud (1920), Lacan (1973) afirma que ela se inscreve em um *gozo*. Ou seja, a dor está para a pulsão de vida, enquanto o gozo, para a pulsão de morte: “Dor e gozo estão para além do princípio do prazer: a dor dizendo respeito ao desprazer e o gozo ao que está para além do prazer-des-prazer” (QUEIROZ, 2012, p. 857). Em outras palavras, existe uma “fronteira”, ou ainda um “pontilhamento”, em que a dor, de tão intensa que é o seu suportar, torna-se prazer. Todos já sentiram, um dia, a dor: ela é universal. Porém, ao mesmo tempo, a dor não pode ser generalizada. Ela é bastante particular, uma vez que cada um a sente, a tolera e a vivencia de forma única.

Ademais, é na elaboração simbólica, na linguagem, que o gozo se “desfaz”, pois é em relação a um outro que a experiência sofrida se estabelece. De um significante em relação a um outro significante, de uma palavra a uma outra palavra, de um discurso a outro discurso. Sem passar pela cadeia de significantes, o gozo passa a figurar numa suplência. Para Lacan (1973), esse gozo está numa posição feminina, na compulsão à repetição, pois é no fazer de novo o mesmo, na repetição de atitudes ou, ainda, daquilo que não deixa de intervir nas histórias das nossas vidas que o gozo se encontra. Nesse movimento da repetição, em que se busca na coisa repetida o que falta, o que está lá, no Outro, existe o *sofrimento*. Contudo, nesse mesmo sofrimento, o qual continua a se repetir, o gozo não deixa de participar. Notamos, então, que há diferentes tratamentos dados ao *gozo* descritos pelo psicanalista francês⁴⁴⁸.

No caso desses comentários, observamos que há uma angústia e um gozo que percorrem aqueles discursos. Isso envolve desde a criação do nome do transtorno, a sua identificação com o corpo (ou o *não-corpo*) possuído e até o não saber o que fazer afinal com essa representação discursiva a qual o sujeito se encontra atribuída (ou se atribui). Essa angústia parece ocorrer muito em parte porque aqueles internautas compartilham do horizonte social de certas representações sobre o corpo criadas por uma coletividade: *limpo, magro, saudável, sem deformidades, ativo, inteligente, produtivo*. Essas representações guiam as

⁴⁴⁸ Destacamos que essa noção é referenciada aqui de forma bastante resumida. Há vários momentos, durante a vasta obra de Lacan, em que essa noção é retomada, desdobrada e discutida.

experiências que cada um tem com o seu próprio corpo. Quando o corpo psíquico e físico é trazido para a ordem da linguagem, marcado por exemplo pela nomeação do TDAH, o corpo passa a ser discursivizado e a se tornar um acontecimento discursivo. É nessa elaboração que o discurso pode se deparar com as sobras, as faltas e as falhas. O sujeito é aí capturado por uma das faltas que lhe faz e é, assim, conduzido a obedecer a ordem instaurada pelos discursos dos DSMs sobre os transtornos que elaboram:

O DSM permanece coeso, a despeito de todas as modificações que possa sofrer, em razão da tríplice aliança de catálogo, pílulas e discursos que o mantêm. Em primeiro lugar, enquanto operador da gestão, confere ao DSM sua forma de listagem provisória, que pode ser mudada conforme se modificam os arranjos institucionais do poder ao qual ele presta serviços. Em segundo lugar, cada classe catalogada será o máximo possível vinculada à pílula terapêutica, que é a promessa de bem-estar mental em sua forma-mercadoria, sustentada pelas estratégias de marketing dos laboratórios. Associações tais como TDH-Ritalina ou Distímia crônica-Venlafaxina são emblemáticas nesse sentido. Em terceiro lugar, o discurso da tecnociência, submetido à lógica do capital, organiza a crença mercantil que associa demanda e produto – no caso, doença mental e arsenal terapêutico – numa relação de evidência supostamente controlável. Sua função é dar à associação do catálogo com a pílula a roupagem do discurso da ciência (IANNINI; TEIXEIRA, 2013, p. 27, grifo nosso).

Desse modo, a ordem instaurada pelos discursos dos DSMs que conduz os sujeitos a se guiarem por eles é formada, como bem expõe os autores no trecho acima, por uma aliança de *catálogo, pílulas e discursos*. A nosso ver, nessa aliança, as nomeações, os remédios que a elas se associam e os discursos (da ciência, da tecnociência, da psiquiatria) penetram na palavra de outrem, nos discursos mais íntimos de outrem e, de dentro deles, objetificam o transtorno, o sujeito e o seu mal-estar (diante do corpo, diante do mundo, diante do outro). É nessa identificação do corpo com o objeto TDAH que o sujeito se contempla. No enunciado “qualquer coisa que sáísse errado tinha o meu nome, *nome que não existia*. Meus filhos tbm não tem nome próprio... *eles chamam ‘o filho daquela lá’*” (CTH-109, grifos nossos), não há saída a não ser na verdade que está inscrita em um outro lugar, isto é, num discurso atributivo dos transtornos listados pelos manuais. A expressão “*o filho daquela lá*”, que a própria internauta coloca entre aspas, é um gesto simbólico, discursivo que evoca um passado não esquecido, mas censurado pelo próprio sujeito. É um passado que se atualiza no discurso presente da internauta através do uso que faz das palavras *nome que não existia*. Esse enunciado que dá nome ao TDAH a partir da sua negativa, da sua não inscrição na linguagem, é dotado de *angústia*, mas também de *gozo* pela condição positiva que a enunciadora coloca no *nominar* como o ato de encontrar-se entre o *impossível* (Real) e, com o TDAH, o *possível*. Mostra-se aqui o que se imputa na eficácia do dizer, do que se tenta materializar na língua.

Deparamo-nos, mais explicitamente aqui, com a dimensão ética do *nominar*, de ancoragem do sujeito na existência, que toca nas discussões que estabelecemos sobre esse ato a partir da perspectiva bakhtiniana, no segundo capítulo⁴⁴⁹.

Pensamos então que nominar o objeto TDAH, seus correlatos e suas associações não traz somente um efeito de sentido de dizer o nome do transtorno para aquele que foi diagnosticado com ele ou para quem próprio o toma para si e para o outro, representando-se ou representando esse outro. Ela constrói efeitos de afetos, de desejos, os quais o sujeito deposita em seu corpo. Não estamos fazendo referência aqui ao campo da psicossomática, mas tentando unir as considerações dessa esfera à escuta do discurso. Em nossa opinião, a existência do TDAH funda e marca o corpo⁴⁵⁰, cola-se a este, situa o sujeito na vida a partir de um plano discursivo que o diferencia (de um grupo) e o iguala (a um padrão implícito). Nessa marcação *do corpo ao discurso* ou *do discurso ao corpo*, o transtorno se apossa do sujeito e torna-se parte de um *ato performativo*, pois os grupos passaram a depender de qualificações que se constituíram como propriedades que possam ser representadas ao corpo. Assim, os sujeitos passam a imprimir ao seu corpo e aos seus atos as propriedades das doenças:

- (a) O *esquecimento*: “Quantas vezes não existi por *esquecer* dos compromissos, do tempo, de voltar pra casa, do dever, dos objetos deixados em lugares imagináveis... do remédio do lado do copo vazio, da roupa na maquina, da chave da moto, da moto...” (CTH-106, grifo nosso),

- (b) A *procrastinação*: “Não existo porque aos 36 anos *entrei em 4 faculdades e não consegui terminar nenhuma*, onde um paragrafo de 10 linhas demorei 4 horas pra conseguir chegar ao ponto final e nem saber sobre o que falava...” (CTH-109, grifo nosso),

⁴⁴⁹ Cf. da página 131 até a 142.

⁴⁵⁰ É só pararmos para pensar nas crianças dessa era que, desde pequenas, são “violentamente” induzidas a imaginar o seu corpo a partir de um transtorno — a matéria *Por que as crianças francesas não têm déficit de atenção?* (cf. o anexo D) traz uma discussão interessante sobre o abuso de diagnósticos de TDAH na infância em alguns países, como nos Estados Unidos. Ou ainda, pode-se pensar no movimento contrário: por meio do discurso do TDAH, acentuado por seus pares, as crianças já nascem a partir dessa memória construída sobre o corpo. Memória esta que vai se alimentando por meio da circulação de discursos que representam positivamente os corpos quietos, focados e atentos, e negativamente, desatentos, desfocados e hiperativos. É nesse já-dito que as crianças passam a se relacionar com os seus próprios corpos; e a infância, a se estruturar eminentemente num campo de atuação político. Desse modo, é interessante nos indagar no futuro se essa “anterioridade” dada pelo TDAH, muito antes de simbolizado para os que virão a nascer, já se coloca lá, além do Simbólico e Imaginário, no Real.

- (c) A *hiperatividade*: “E assim eu volto pra meu *mundo de agitação* sem produção completa” (CTH-109, grifo nosso),
- (d) O *déficit de atenção*: “Minha Ritalina LA 10 mg está acabando, depois apenas de maior mg que pra mim é uma carga excessiva de efeitos colaterais, mas eu sei que *depois de 10 dias eu quase volto a não mais existir, por não conseguir mais sentar e estudar*” (CTH-109, grifo nosso),
- (e) Outras qualificações restritivas: “Também não existo por ter *dificuldades de relacionamento* com as pessoas por ser extremamente *impulsiva, emotiva*, muitas vezes *agressiva* e geralmente *esquecida, esquecida*” (CTH-109, grifos nossos).

Além disso, em alguns enunciados dos comentários acima — “*o TDAH não existe, eu nunca existi* e vocês nem devem conseguir ler esta mensagem... eu sabia que eu era uma ficção de alguém” (CTH-107, grifo nosso), “Mas *supondo que eu exista*, intermitentemente, ao entreato de cada matéria fundamentada na cientificidade do *achismo que o TDAH seja uma invenção*, será que os mais de 8,5 milhões de brasileiros que sofrem com o TDAH além de não existirem [...]” (CTH-107, grifos nosso), “*Eu tbm não existo!!! Não existo* porque aos 36 anos entrei em 4 faculdades e não consegui terminar nenhuma” (CTH-109, grifo nosso) e “Minha mãe, meus filhos e com certeza meus professores acreditam que *TDAH, não é fictício*” (CTH-109, grifo nosso) —, o apagamento do sujeito ocorre não só porque a expressão que classifica o transtorno é colocada em questão. Quando há a possibilidade de não mais existência da doença ou de apagamento de uma doença ou um transtorno já classificado, os sujeitos se perdem numa heterogeneidade “exaustiva” que lhe é de sobremaneira determinante.

Ora, às perguntas como *quem somos cada um de nós?*, *o que temos com que lidar?* e *quais coisas nos escapam?* podemos obter pelo menos a seguinte resposta: a subjetividade é composta por variados elementos. Desses, já se sabe que a alteridade é o princípio fundamental da linguagem e fundador da nossa subjetividade. Contudo esse outro a que remete o TDAH — a alguém com um déficit de atenção e/ou de hiperatividade — pode se tornar uma determinante violenta da subjetividade de cada um.

5.2 Considerações *parciais*

A vida atual, como um direito e um dever, permanece sendo um objeto de luta. Também permanece a intervenção sobre o corpo nos planos macro e micro, isto é, dos globais aos mais íntimos. Como a psicopatologia, então, pretende a “todos” dizer e abarcar nas práticas sociais e discursivas? Eis então um universo de nomações que são criadas para saturar a linguagem de categorizações em que todos parecem ser representáveis. Teria havido aí um deslocamento do discurso dominante? Ora, com a reforma, tomou-se o cuidado de não mais registrar as palavras *loucura* e *doença mental*. Porém o poder continua agindo, agora não mais no fortalecimento dos manicômios, mas nas hierarquias e desigualdades que são perpetuadas e livremente consentidas na sociedade a partir dos “novos” fármacos e de “novas” formas de nominar este sujeito. “Pois é aí que tudo fica preso numa armadilha”, já diziam Peter e Favret (1977, p. 192). Alivia-se, nos parece, a severidade da repressão, da normatização, “mas, em revanche, alarga-se seu domínio”, para tomar algumas palavras de Barret-Kriegel (1977, p. 234).

O estudo da circulação das nomações da esfera psicopatológica nos leva a indagar sobre como essas expressões designam tal fragmento do discurso como ponto de heterogeneidade marcada, quando retomada como o *dizer outro*, ou, ainda, num processo transgressivo, tendo em vista que a apropriação do outro se dá num embate entre a memória do dizer, a qual tenta muitas vezes instituir determinadas estruturas de sentidos ao termo. Esses foram os movimentos discursivos observados em um primeiro momento, isto é, nas análises dos comentários da matéria *Minha vida sem foco*. Em um segundo momento, porém, notamos uma heterogeneidade que se torna mais constitutiva e diluída no discurso dos internautas. Alguns, inclusive, se veem num duelo entre a existência ou não do transtorno e, por meio desse gesto discursivo, eles articulam a presença da nomação do TDAH a uma representação ética e discursiva na vida.

Numa visão lacaniana, observamos nesse último aspecto a presença do *gozo*. Sendo *dor* e *prazer*, ao nominar-se como portador de TDAH, essa classificação oferece-lhe alívio e conforto, uma vez que o sujeito passa a se nominar, a dizer o que sente por meio dessa categoria linguística e discursiva. Ao mesmo tempo, nominando-se de tal forma é tamanha a dor porque agora que diz conhecer o que sente, ele não sabe o que fazer com isso. Logo, é no sintoma, no investimento emocional entre a angústia e o gozo que o TDAH se produz? Ou é o próprio sujeito que é aí produzido? Muito recente para produzir respostas, apontamos que

essas são algumas das impressões analíticas que tivemos diante das leituras feitas sobre esse material⁴⁵¹.

⁴⁵¹ Lembramos que esse material faz parte de um *corpus* ainda maior. Acreditamos, contudo, que há a necessidade de estudos futuros para continuar a investigar essa associação.

Considerações, *por ora*, finais

Chegamos, portanto, ao momento de tecer algumas *considerações finais* porque é preciso colocar certos pontos na pesquisa realizada, mesmo que temporários, já que há ainda problemas a serem discutidos, inquietações e perguntas a se colocar. Conforme discutimos, este trabalho teve o propósito de avançar mais sobre os estudos da *nominação*, das *vozes* (*representação do discurso outro*) e da *circulação dos discursos*, noções que nos auxiliam a compreender como se dá a construção discursiva dos acontecimentos na mídia. Além delas, consideramos fundamental também a de *ponto de vista*. Tais elementos nos ajudaram a compreender como os objetos dos discursos são discursivamente representados pelos sujeitos, a saber, como a “doença mental” e os sujeitos ditos doentes foram representados na mídia. Antes de comentar a respeito dos resultados analíticos obtidos e dos caminhos que por meio deles podemos traçar, é necessário trazer previamente dois pontos que foram de sobremaneira relevantes para este trabalho: a construção do *corpus* e do *referencial teórico*.

Dois pontos a se retomar: o corpus e o referencial teórico

Um dos primeiros pontos que destacamos é a respeito da constituição do *corpus*. Conforme nosso objetivo — investigar como se dá a *construção discursiva da/sobre* a chamada *loucura* na e pela mídia, a partir da análise da circulação de nomeações que dizem o sujeito *louco*, *doente mental*, em *surto*, com algum *transtorno* —, elaboramos um *corpus* midiático que trouxesse à tona mais “explicitamente” os movimentos dialógicos gerados pelos usos dessas palavras. Dizemos que *trouxesse à tona* porque queríamos entender a partir de quais vozes e discursos o uso desses termos era *trazido à tona*. Se é nos usos que os sentidos são construídos, entram em duelo com os passados evocados, se opõem a outros sentidos ou com eles se articulam, consideramos necessário constituir um *corpus* midiático que envolvesse a riqueza dessa circulação por diversas linguagens sociais e esferas discursivas. Foi assim que chegamos ao campo do *político* (e, aqui, ao tema da reforma psiquiátrica), do *cotidiano* e da *saúde*.

Embora parecesse, à primeira vista, uma distância “intransponível” ou sem necessária relação no *corpus* estabelecido — porque são acontecimentos, temporalidades, gêneros e esferas discursivas variáveis —, há referências no material que se cruzaram e se cruzam não numa continuidade, mas em espaços tematicamente descontínuos. Pelo menos, no tocante ao

objeto discursivo colocado em primeiro plano, a saber: (i) a eficácia da reforma psiquiátrica, (ii) a narrativização de *fait divers* e (iii) a existência ou não do TDAH. Do nosso ponto de vista, esses três objetos nos levaram a compreender como *enunciados já formulados*, *redes de memória* (a de *periculosidade*, por exemplo), *relações sociais* e *efeitos de sentidos de outrora* (sobre a *regulagem no uso das nomações*, por exemplo) são mobilizados e incorporados ao funcionamento de outros discursos. E, também, como esses mesmos sentidos são desestabilizados por outros sentidos construídos (sobre a *inversão da nomação*, por exemplo) quando os sujeitos apresentam seus pontos de vista sobre a *doença*, a *saúde* e os sujeitos ditos doentes.

Um outro ponto a destacar é acerca do amplo referencial teórico que fundamenta a tese. Nossa trajetória tem principalmente como ponto de partida Bakhtin, passa por Foucault e chega a Lacan. É, parafraseando Bakhtin (2003b [1959-1961]), resultado do *dialogismo* do nosso pensamento sobre o próprio homem. Dialogismo esse que nos leva a estabelecer pontes entre pesquisas que, tendo como pontos de partida a linguagem e o discurso, se alargam e compreendem estudos da mídia, a psicanálise e os estudos sociais. Desse modo, é inevitável a nossa opção por uma semântica discursiva que considera o *social*, os enunciados como *pontos de vista*, a compreensão *ativa* e *responsiva*, a *coparticipação* do eu e do outro no simpósio da vida, a construção dos *sentidos* na *interação* entre os sujeitos, as relações entre os *sujeitos* e as *verdades*, as *vozes* evocadas pelos discursos, a compreensão dinâmica da produção dos sentidos nos *usos* situados das palavras, entre outras. Dentre essas noções, a opção pelo aprofundamento do ato de *nominar* é de sobremaneira relevante para os estudos da atualidade. Ora, essa atividade fundamentalmente ética e discursiva, que se constitui numa alteridade, entre a *reflexão* e a *refração* e *os jogos de poder*, carrega um tom emotivo-volitivo e se caracteriza por um processo novo, singular, marcado pelos desejos e afetos dos sujeitos. Ademais, há numerosos sentidos quanto contextos e usos, como diz Volochínov. Então, por meio dos *nomes* usados, é possível analisar e compreender (e talvez chegar o mais perto possível de):

(a) Como o sujeito atual se *representa* (p. ex. pelas *propriedades das doenças*, como o esquecimento do TDAH: “Quantas vezes não existi por *esquecer* dos compromissos, do tempo, de voltar pra casa, do dever, dos objetos deixados em lugares imagináveis...” (CTH-106, grifo nosso)),

(b) Com quais *discursos* se *identifica* (p. ex. o jornalista na Suíça que adere ao discurso do povo, o qual, por sua vez, representa Paula Oliveira como *louca* em um tom de *zombaria*: “Pelo contrário, quase fui agredido quando realizava entrevistas. *As pessoas diziam*

que é invenção de Paula, que ela é louca e que uma coisa daquela não poderia ter acontecido no local”, explica Thoele (CPO-107, grifo nosso)),

(c) A quais *vozes* se filia (p. ex. na MDS da voz da polícia, cujo jornalista se apoia para construir o *fait divers* no fundo aperceptivo da justiça penal: “Segundo a polícia, mulher pode ter surtado por causa da vida que levava. Mary Knorr está presa suspeita pelo crime e internada em hospital de SP” (CMF-179, grifo nosso) e

(d) Com quais *pontos de vista* se associa (p. ex. *contrário à reforma* e a favor da internação como principal mecanismo de intervenção no tratamento da “doença mental”: “Pois bem, *aquela campanha*, que visava salvar os doentes de ‘*repressão burguesa*’, resultou numa lei que praticamente acabou com os hospitais psiquiátricos, mantidos pelo governo” (CRP-11, grifos nossos)).

Enfim, *nominações*, *vozes* e *pontos de vista* foram categorias fundamentais para o nosso propósito. Além delas, a de *memória* mostrou-se fundamental para este estudo, noção a qual foi despontando na medida em que nos debruçávamos no material coletado. Foi nesse diálogo entre o *corpus* e a teoria, a teoria e o *corpus*, que o *desejo* também apareceu como parte elementar do sujeito que nomina. A memória, inclusive, nos auxiliou a entender também se havia ou não regularidades, generalizações e deslocamentos discursivos em comum nos usos das palavras. Ao mesmo tempo, estudar esse conceito nos fez pensar que é preciso muito cuidado da parte do pesquisador para não deixar de lado e “perder” uma importante riqueza da singularidade de cada processo que envolve a *nominação*. De todo modo, essas reflexões já constituem alguns resultados que perpassam os propósitos iniciais desta tese e influenciam nossas teorizações no campo de estudos da linguagem e, mais especialmente, da semântica discursiva no qual nos situamos.

A respeito ainda dessa última noção, a de *memória*, gostaríamos de fazer algumas constatações que vão contribuir para estudos futuros. Por exemplo, quando alguém nomina (i) o *outro* de *problemático* (CRP-17) ou *peças com sofrimento psíquico intenso* (CRP-18) ou *doente mental* (CRP-21), (ii) o estatuto do *objeto do discurso* de *doença* (CTH-09) ou *distúrbio* (CTH-21), (iii) a *protagonista* de um *fait divers* por meio do acento dado ao *gênero* (*mulher*), ao *papel socialmente atribuído ao gênero* (*mãe*) ou ao *estado de saúde* dela (*Souffrant de problèmes psychiques*), em virtude da *memória* carregada pelas palavras, observamos que algumas concepções, mesmo desgastadas por se tornarem naturalizadas na frequência dos usos, ainda podem ser retomadas e deslocadas. Então, pensamos que o passado “resguarda” a memória do nome, porém ela vai sendo constantemente atualizada, conservada

— e talvez um dia “superada” — por um outro dito em porvir. Em outras palavras, a *memória*:

- (i) é *dialógica*, pela presença “massiva” de outras vozes e discursos na palavra;
- (ii) *não é fixa*, pois percorre o passado dos usos e entevem os usos em porvir;
- (iii) é *cronotópica*, variando conforme o espaço-tempo do sujeito que a retoma;
- (iv) se dá em função da *posição exotópica* em que se encontra o sujeito participante da vida;
- (v) é *social*, pois surge nos enunciados como acontecimentos singularizados-coletivizados;
- (vi) é *subjetiva*⁴⁵², não no sentido psicologista do termo, mas porque se constitui na vida vivida, sendo uma *re-criação*, porque um nome tomado pela fala outra nunca deixa de ser uma *retomada*, uma *reavaliação*, já que é dita por um outro sujeito em novo contexto de enunciação; e
- (vi) é *afetiva*, pois a palavra carrega um tom emotivo-volitivo, está rodeada pelo envolvimento de emoções e dos valores de quem fala, observa, responde etc.

A respeito da (vi) caracterização da memória, tomamos o que havia exposto Freud sobre a ligação entre *palavras*, *representações* e *afetos*. Na sua terceira tópica, o psicanalista trazia a ideia de conexão entre afetos e palavras (apud GARCÍA, [2004] 2005), por meio da prática de “desligar” e “religar” cargas de afeto, isto é, produzir deslocamentos: uma palavra recebe uma carga negativa deslocada de outra. No entanto, o que importa para nós, a partir do que discute Freud, é tratar sobre *a possibilidade de deslocamentos de palavras* que foram sendo associadas, durante as vivências de um sujeito X, a certos sentidos “negativos”. Essas palavras podem se associar a outras memórias e construir outros sentidos de tom menos “negativo”⁴⁵³ ou, ainda, um pouco “positivo”. Pois um sentido, assim como o ponto de vista, não tem que obrigatoriamente apresentar um único direcionamento valorativo ou se encontrar

⁴⁵² Falamos no sentido de que a memória também é “pessoal” e “virtual”, isto é, se constitui como uma reconstrução dos acontecimentos da nossa vida. Por exemplo, quando nos lembramos de uma experiência, seja ela vivida há alguns minutos ou anos atrás, essa mesma experiência é re-lembrada a partir de outro lugar axiológico, contexto e momento sócio-histórico. Por isso que não há, do nosso ponto de vista, como separá-la da sua dimensão cronotópica e exotópica.

⁴⁵³ Nesse processo, é interessante notar o que Freud (1893-1895, p. 22) havia dito, logo no início dos seus estudos com as histéricas: “à primeira vista parece extraordinário que fatos experimentados há tanto tempo possam continuar a agir de forma tão intensa - que sua lembrança não esteja sujeita ao processo de desgaste a que, afinal de contas, vemos sucumbirem todas as nossas recordações”.

numa fixa polarização valorativa (*bom x ruim, positivo x negativo*⁴⁵⁴).

É preciso ainda considerar o peso semântico e social que existe no processo de nomeação da psicopatologia. Primeiro, pela quantidade de classificações dessa esfera, que parece a todos abarcar, os sujeitos acabam sendo atraídos por esses nomes para representar seu mal-estar, sua angústia. Ou seja, para substantivar de alguma forma na língua, mesmo que não chegue a ser no discurso, a sua dor. E, assim, torná-la *real*. Só que talvez isso seja uma das muitas ilusões com que nós nos defrontamos — como a do lidar com o *impossível* na língua e com as faltas e os buracos —, pois retomar esses nomes para se representar não significa dizer que tais sentimentos sejam menos reais (p. ex. “qualquer coisa que saísse errado tinha o meu nome, *nome que não existia*. Meus filhos tbm não tem nome próprio... *eles chamam ‘o filho daquela lá’*” (CTH-109, grifos nosso)). Segundo, porque essas mesmas classificações são muitas vezes evocadas pelos sujeitos a partir de relações que pressupõem ora uma significação *estabilizada* na língua, ora uma significação que *justificaria* o seu uso como *veridicção da fala*. Em uma das cartas dos leitores em que se estabelece o diálogo com a coluna de Ferreira Gullar, o leitor põe em cena a regulação sobre tal uso, regulação esta que desconsidera os outros numerosos sentidos que, como camadas, saturam os usos das palavras: “Os periódicos nos indicam que também o diagnóstico que Gullar informa ser o de seus filhos — a *esquizofrenia* — *tem sido usado com frequência como xingamento*” (CRP-30, grifo nosso).

Terceiro, os usos de nomes psicopatológicos na mídia para caracterizar personagens de *fait divers*, pela voz do jornalista, da polícia, dos entrevistados muitas vezes se dá em uma tomada de posição da linguagem médica. Ou seja, é geralmente por meio do ponto de vista do discurso médico que certas palavras começam a circular. Pois, no espaço de uma transgressão, de um crime, de uma suposta irracionalidade, como explicar o ocorrido? *O estado de saúde mental* das protagonistas parece ser um acento valorativo inevitável a se abordar: “Roger Muller alegou que *Paula sofre transtornos neuropsicológicos* provocados por uma doença autoimune, o lúpus sistêmico” (CPO-234, grifo nosso) e “‘A casa estava toda revirada, suja e o cachorro da família também estava morto. *Aparentemente a mãe teve um surto antes de matar as filhas*, mas ainda não podemos descartar a questão financeira também’, afirmou o delegado Olívio Gomes Lyra” (CMF-79, grifo nosso).

Logo, as *nominações*, mesmo portando uma dimensão relativamente estável que a

⁴⁵⁴ Uma discussão que versa apenas sobre esse tipo de polarização nos impede, a nosso ver, de desenvolver uma reflexão mais profunda sobre a contingencialidade do ponto de vista e a dinâmica em que ele se constitui.

história dos usos confere à memória da língua, são “retiradas” da vida e empregadas pelos sujeitos num plano diferente de valores, de *pontos de vista*, de expectativas, de desejos, em categorias outras do juízo e da forma. E, a partir daí, é possível avaliarmos como a mídia contribui para elaborar uma *memória social* sobre os acontecimentos que são noticiáveis, os quais são vinculados pelos sujeitos a outros acontecimentos em um movimento contínuo de reflexão e refração, isto é, de constante significação das representações sobre sujeitos e objetos elaboradas ao longo do tempo e espaço. Isso decorre do próprio caráter sócio-histórico da língua/linguagem sujeita às forças sociais centrípetas e centrífugas (BAKHTIN, 2015 [1934-1935]).

O tema, as três questões-problema e as hipóteses

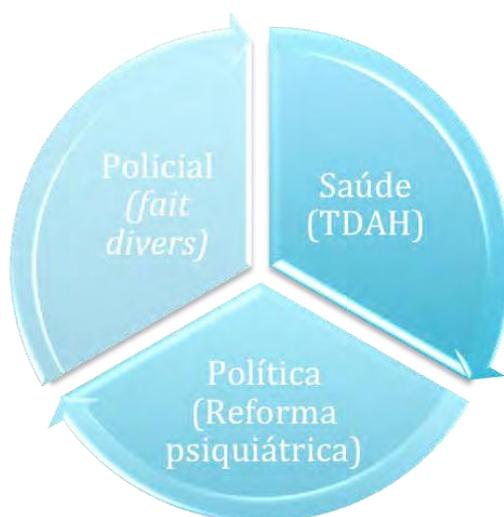
Além da elaboração do *corpus* e do referencial teórico, estudar o tema da loucura na mídia trouxe desafios. Primeiramente porque é um tema recorrentemente estudado em outras esferas, mas não ainda nos usos feitos pela e na mídia (ou, pelo menos atualmente, pouco estudado)⁴⁵⁵. Em segundo lugar, por essa mesma recorrência, não sabíamos o quão relevante seria esse trabalho para os domínios que ele perpassa e, assim, se suas contribuições seriam relevantes não só para esses domínios, mas também para a sociedade de maneira geral. Isso nos levou a questionar sobre o papel do doutorando e do pesquisador na academia, cujo espaço de atuação acreditamos estar muito além dessa instituição. Ora, qual seria a postura do pesquisador diante do tema que se decide estudar? As palavras que “imprimimos” neste trabalho nunca serão as últimas sobre tal objeto de análise, mesmo que exista uma instituição e, não menos, uma obstinação individual, que imponha a necessidade de finalizar um trabalho que pretendia ser “sólido”. Saber dessa necessidade de concluir uma tese, mesmo que por um período de tempo determinado, nos faz voltar ao ponto de que *nunca haverá a última palavra*. Foram — e ainda se mostram presentes — muitas inquietações diante de um tema e um *corpus* que não se cala. *Inquietação* que não tem a prerrogativa de calar o que se manifesta e que, por um fim prático e institucional, se impõe como necessidade de esgotá-lo.

Quanto às questões que guiaram a tese, podemos resumi-las da seguinte maneira: a primeira leva-nos para o espaço da discussão política e social caracterizada pela reforma

⁴⁵⁵ Tendo em vista a duração que nos levou a realizar esta tese (5 anos), é possível que o cenário possa ter se modificado.

psiquiátrica levada à frente pela bandeira do movimento antimanicomial; a segunda situa-nos no espaço do acaso, do dito curioso, estranho, que nutre boa parte dos *fait divers*; a terceira liga-se aos efeitos de sentido do emprego e da retomada das nomações da esfera da psicopatologia no cotidiano das pessoas. Apontamos, assim, a triangulação da pesquisa no esquema abaixo, a fim de pensar sobre as novas formas de relacionar o estudo da construção da loucura/doença mental na mídia, retomando uma abordagem teórica que dê conta dos usos, dos pontos de vista, das representações, dos sujeitos, da ética e das vozes sociais.

Esquema 06 – Triangulação do *corpus*



Passemos agora a comentar essas questões. Como podemos observar ao longo da tese, tanto as perguntas quanto as hipóteses atravessaram todo o desenvolvimento do trabalho. Apesar de os capítulos 3, 4 e 5, mais concentrados nas análises, terem tido como ponto de partida uma questão específica, os questionamentos e as hipóteses se complementaram. Além disso, as categorias de análise que enfocamos — nomações, vozes e pontos de vista — foram retomadas e desenvolvidas em todos os capítulos. Portanto, nos deteremos em apresentar apenas alguns resultados levantados por cada questão e, posteriormente, abordaremos as hipóteses de forma conjunta.

À primeira questão — *Como se constroem e se defendem os diferentes pontos de vista sobre a loucura na mídia, a partir do contexto da reforma psiquiátrica?* —, pontuamos que o debate gerado em torno da reforma, reavivado pelo texto de Gullar, nos permitiu observar os movimentos dialógicos em torno da construção do ponto de vista de cada leitor sobre (i) a própria reforma, (ii) o texto da coluna, (iii) a “doença mental” e (iv) o sujeito chamado *louco*

ou *doente*. De maneira geral, as realidades e os objetos são vários. O que muda é o *ponto de vista* construído dinamicamente por cada um, ao longo do tempo e espaço, sobre eles. Além disso, o posicionamento de alguns é construído e defendido a partir da evocação de experiências e páticas na vida com a “doença mental” — “*Quem não conhece o problema de ter em casa uma pessoa com problemas mentais não faz ideia de como essa pessoa, sem querer, transtorna a vida de uma família inteira e causa um sofrimento indescritível*” (CRP-14, grifo nosso) —; da mesma forma que Gullar traz as suas como *pai de filhos esquizofrênicos* (CRP-06). Desse modo, notamos que, na defesa do ponto de vista, falar a partir da experiência concreta, no espaço valorativo do sujeito “empírico”, como tentou fazer Ferreira Gullar, é feito para outros aderirem ao seu posicionamento. Isso remete às categorias *particular x genérico*. O particular usado como argumento é mais forte que o genérico, como reflete François (2014). Nesse caso, se representa o ponto de vista como uma fala legitimada pela experiência para tratar do objeto do discurso: “*E eu, que lidava com o problema de dois filhos nesse estado, disse a mim mesmo: ‘Esse sujeito é um cretino. Não sabe o que é conviver com pessoas esquizofrênicas, que muitas vezes ameaçam se matar ou matar alguém’*” (CRP-06, grifo nosso).

A elaboração do ponto de vista também não segue necessariamente um único direcionamento valorativo e nem se constrói numa obrigatória polaridade: o jogo de relações estabelecido pelas *nominações* usadas nos diversos contextos evocados pelos leitores permite uma gradação entre pontos de vista. Assim, pode-se concordar ou discordar parcialmente e concordar ou discordar totalmente. No enunciado “*Como pai, a dor expressada por Ferreira Gullar merece todo o respeito. Mas, como pessoa pública, ele faz exatamente aquilo que crítica em seu artigo: adere sem refletir e examinar detidamente o problema que apresenta*” (CRP-39, grifos nossos), o ponto de vista é representado por meio da exposição de distintos planos axiológicos (*como pai e como pessoa pública*). Portanto, o ponto de vista é, além de contingencial, *relacional*, tendo em vista que pode ser elaborado heterogeneamente pelo mesmo sujeito diante do mesmo escritor, texto e objetos do discurso. Ademais, na construção do ponto de vista, certos discursos (p. ex. da *ciência*, da *psiquiatria tradicional*, do *corpo biológico*), representações (p. ex. de *Franco Basaglia*, da *reforma psiquiátrica*, da *classe média*, do *PT*, do *hospital psiquiátrico*, da *doença mental* (como *exclusão e perigo*)) e memórias foram sendo evocadas (p. ex. a da *segregação e exclusão*, a da *periculosidade*).

À segunda questão — *Como é representado discursivamente o sujeito nominado como louco, doente mental, em surto, com algum transtorno, distúrbio, criminoso?* — pontuamos que as análises da fase “final” do caso *Paula Oliveira* e do caso da *mãe suspeita de matar*

suas filhas colocaram questões que nos interessam bastante sobre a representação variável e incerta das protagonistas dos *faits divers* (*acusada* (CMF-03), *suspeita* (CMF-11), *acusada* e *suspeita* (de CMF-01 a CMF03 e CMF-208)) e o espaço valorativo da insanidade que é trazido e construído por determinadas vozes: *polícia* (CMF-76), *medicina* (às vezes convocada de forma *explícita* (CMF-195) e outras vezes de maneira *subentendida* (CPO-74)), *psiquiatria* (CPO-163), *jornalista* (CMF-184), *doxa* (CPO-109)). Ora, as representações são extremamente *variáveis*, porque são *contingenciais*, isto é, são *pontos de vista* sobre os objetos. Além de serem perspectivas dos sujeitos, não podemos nos esquecer, estão sujeitas às incertezas da cobertura do acontecimento; pois sabemos que, conforme o desenrolar e a apuração de cada caso, afora as informações reportadas pelas fontes, outras demandas poderão ser feitas e outras discursividades convocadas a circular para comentar o ocorrido.

Nesses dois eventos, é relevante destacar que o acento dado ao *gênero* parece ser uma recorrência. E, desse modo, essa é uma das questões em aberto na pesquisa. Essa observação que saltou *aos nossos olhos* pode ser tomada como uma hipótese para pesquisas futuras que tenham o propósito de analisar, por meio da circulação das nomações, as formas que os protagonistas dos *faits divers* são comumente representados. E, para isso, pode-se fazer uma seleção prévia de *faits divers* distintos, isto é, não só daqueles voltados para reportar crimes e com personagens de gêneros diversos. Nesse mesmo contexto, outras observações poderão compor essas novas pesquisas, tais como acerca (i) *das formas de nominar os acontecimentos* — isto é, o que leva certos *fait divers*, por exemplo, a serem categorizados por meio do nome próprio do personagem principal e outros não? — e (ii) *do entrelaçamento entre os discursos que evocam o discurso da loucura* — ou seja, o porquê de, no duplo contexto de desvio da norma, entre o crime e a suposta “insanidade” mental, algumas vozes tomam outras num processo de *hibridização*? Pelas análises feitas, talvez já possamos arriscar respostas a esta última pergunta — embora saibamos que é preciso aprofundar as análises —, como: pela onipresença da linguagem psicopatológica no nosso cotidiano, a qual se dá também em virtude do movimento intenso de normatização através da *doença*; pela caracterização dos *faits divers* como pertencentes ao domínio do insólito e do incomum; e pelas relações de poder que se exercem e se alimentam entre os discursos da justiça, da medicina e do cotidiano. E aqui podemos enfatizar ainda pelo intenso processo de subjetivação do sujeito pela medicina — sujeito que se constitui objeto-sujeito/sujeito-objeto pela esfera da saúde, o que nos leva a nossa terceira questão.

À terceira questão — *Como a circulação das nomações da esfera psicopatológica na mídia representa discursivamente os sujeitos?* — apontamos que as análises das matérias e

dos comentários sobre o TDAH e sobre a discussão da existência ou não desse distúrbio nos permitiu refletir sobre a construção do sujeito por meio de características que se associam ao transtorno. Desse modo, observamos certos *movimentos de nominação* do sujeito, tais como: por meio da mobilização de *saberes científicos* (CTH-27), pela incorporação das *características do TDAH* (p. ex. *da falta de atenção* em CTH-23), pela *identificação com o ponto de vista central* construído no texto (CTH-39), pela *articulação do sentimento de angústia* com o de *gozo* (CTH-37) e pela *adjetivação construída por meio do TDAH*, a qual *complementa um eu* (CTH-26). É assim que notamos, na atualidade, um sujeito que se constitui discursivamente pelo signo da *doença*, estabelecendo com ela experiências que são manifestadas também pelo uso de um medicamento. A *ritalina*, muitas vezes *exibida*, se inscreve no discurso do sujeito usuário por meio da sua *indispensabilidade* (CTH-106), do *conflito* entre seus efeitos colaterais (CTH-75), da *presença semântica e textual* de um outro discurso (p. ex. CTH-46 e CTH-47) e da sua *adesão* (e a favor (CTH-77) ou contra a medicalização (CTH-71)).

Dentre alguns resultados, pontuamos que o não poder existir sem a *nominação* (de CTH-107 a CTH-108 e CTH-109) colocado por alguns comentários atribui à função do nome a percepção máxima sobre a sua significação como sujeito. Essa é uma outra questão em aberto na pesquisa. Talvez porque *o não existir uma categoria que o defina* não dê conta apenas da ausência de uma categoria linguística e discursiva, mas se refira a sua denegação como ser ético, político e como sujeito de *verdades* e *desejos*. Ou, ainda, essa não nominação seja sentida como *terrível* e profundamente dolorosa porque não traz, para aqueles sujeitos, a possibilidade de uma escuta pelo outro, uma resposta, uma *compreensão responsiva*. Então, por maior que sejam as críticas ao conhecimento produzido na atualidade, em virtude da própria reflexividade do *saber* engajada pela demanda por novas informações, a sensação de segurança acerca do que é dado pela *medicina* — e *jurisdição* (lei) também — traz certa vantagem ao sujeito que, puxado pela correnteza de inseguranças, tem um ponto de partida, na língua e no discurso, para dizer *quem é, com quem* se identifica, *quais escolhas* deverá tomar na sua vida.

A respeito das hipóteses levantadas⁴⁵⁶, observamos que, mesmo diante da circulação de uma variedade de nomes da psicopatologia, há numerosos sentidos construídos e empregos pelos sujeitos. Ou seja, não há um necessário rompimento com os pontos de vista de outrora, mas pontos de continuidade e descontinuidades entre os usos dos termos analisados. Porém

⁴⁵⁶ Cf. a página 39.

encontramos resquícios de *segregação/exclusão* e *periculosidade* dentre os pontos de vista dominantes do passado que mais foram retomados no *corpus*. Isso talvez ocorra em virtude do preconceito que existe sobre a doença mental, o qual ainda não foi superado. E é por ele próprio que se revela a existência de um fervoroso embate entre diversas vozes sociais e pontos de vista nos novos nomes listados pelos DSMs. Mesmo diante dessas numerosas nomações, que parecem diluir o peso do estereótipo da *doença* e do *ser doente*, os sentidos do passado, nunca estáveis, ficam nas ruínas da história. Eles se reconstróem no presente, mas, ao mesmo tempo, *assombram* essa nova temporalidade. Assim sendo, alguns usos podem respaldar ou refratar os discursos hegemônicos guardados no já-dito, e o fazem, lembrando-os; mas também, ao mesmo tempo, os respaldar e refratar. É por isso que os efeitos de sentido dos discursos analisados foram construídos a partir das relações estabelecidas pelo *poder*, entre os movimentos de *ruptura* e *resistência*. Ademais, a relação *eu x outro* mediada pela *doença* ou pelo *distúrbio* é construída dialogicamente pelas retomadas dos nomes da psicopatologia de forma conflituosa. Nesses usos, há efeitos de sentido produzidos em comum, compartilhados pelos sujeitos na situação enunciativa. Contudo não podemos desconsiderar a potencialidade das palavras e a unicidade de cada sentido construído; e que, quando produzido, pode se encontrar ou se desencontrar com os outros sentidos e, aí, não deixa de fazer a sua *feira* (BAKHTIN, 2003b [1959-1961]).

Por fim, gostaríamos de “fechar” essas conclusões reafirmando que as “mesmas” nomações que dizem o *eu* e o *outro* constroem dialogicamente os sujeitos e acontecimentos de maneiras diversas, porque carregam diferentes pontos de vista, evocam memórias, são polissêmicas, não monológicas, inscrevendo-se em diferentes relações de poder e convocando sentimentos diversos nos seus usos. Logo, os sujeitos, cotidianamente, constroem seus *pontos de vista* sobre a “loucura” a partir dos usos, das retomadas e da circulação das *nomações*, das *vozes* e dos *discursos* agendados pela mídia. Portanto, os percursos das nomações do campo da chamada *loucura* e *doença mental* nos levaram a compreender sobre como os sujeitos em geral se manifestam, pensam a diferença, constroem dialogicamente não só o outro, mas também a si próprio. E, apesar desses resultados, afirmamos que principalmente as segunda e terceira questões merecem ser consideradas em estudos em porvir. Do nosso ponto de vista, pensar a constituição do sujeito pelos nomes da psicopatologia é fazer uma reflexão sobremaneira fundamental para entender como os sujeitos estão se concebendo na atualidade.

Referências

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. The danger of a single story. *TED: Ideas worth spreading*. TEDGlobal 2009, 18min49s. Filmado em julho de 2009. Publicado no site em outubro de 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story>. Acesso em: 5 fev. 2013.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Vão espanto. In: Dos mesmos autores. *Dialética do esclarecimento*. Fragmentos filosóficos. E-book, 1947, p. 108. Disponível em: <<http://antivalor.vilabol.uol.com.br>>. Acesso em: 2 out. 2013.

ALBRECHT, Adalbert. Cesare Lombroso. *Journal of Criminal Law & Criminology*. Northwestern University School of Law Scholarly Commons, v. 1., n. 2, p. 71-83, 1910. Disponível em: <<http://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1023&context=jclc>>. Acesso em: 22 maio 2015.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Biblioteca Universal Presença. Lisboa: Martins Fontes, 1971.

AMARANTE, Paulo; TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. Medicalização e determinação social dos transtornos mentais: a questão da indústria de medicamentos na produção de saber e políticas. In: NOGUEIRA, Roberto Passos (Org.). *Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2010, p. 151-160.

AMARANTE, Paulo. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

_____. A trajetória do pensamento crítico em saúde mental no Brasil: planejamento da desconstrução do aparato manicomial. In: KALIL, Maria Eunice Xavier. *Saúde Mental, Cidadania e Sistemas Locais de Saúde*. São Paulo: Editora Hucitec e Cooperação Italiana em Saúde, 1992, cap. 6, p. 103-119.

AMERICAN Psychiatric Association. Appendix I. Outline for Cultural Formulation and Glossary of Culture-Bound Syndromes. In: AMERICAN Psychiatric Association. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. Fourth Edition. Washington DC: Author, 2000, p. 897-904.

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 95-114.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. O que é ciência? In: Das mesmas autoras. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986, p. 116-123.

ARAÚJO FILHO, Gerardo. Choque moderado. Revista *Cult*, Dossiê Foucault, n. 159, ano 14, p. 28-31, jul. 2011. Entrevista concedida a Fernanda Paola.

ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro*. Prefácio de Eliane Brum. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARTAUD, Antonin. Carta aos Médicos-chefes do manicômio [1925] In: Do mesmo autor. *Escritos de Antonin Artaud*. Tradução, notas e prefácio de Claudio Willer. Porto Alegre: L&PM, 1983. Disponível em: <<http://intensidadez.unblog.fr/2014/09/09/antonin-artaud-carta-aos-medicos-chefes-dos-manicomios-1925/>>. Acesso em: 14 set. 2014.

ATOR Robin Williams é encontrado morto nos EUA. *Carta Capital*, Cultura, Cinema, Notícia, 11 ago. 2014 às 21h26, atual. às 23h10. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/cultura/ator-robin-williams-e-encontrado-morto-nos-estados-unidos-804.html>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo. *Investigações*, Recife, v. 28, n. especial, p. 1-39, dez. 2015. Tradução de Heber Costa e Silva e Dóris de Arruda Carneiro da Cunha. Apresentado originalmente no colóquio: O discurso reportado em todos os seus estados, Bruxelas, 8-11 de novembro de 2001.

_____. Nos riscos da alusão. Tradução de Ana Elizabeth Moreira Vaz e Dóris de Arruda Carneiro da Cunha. *Investigações - Linguística e Teoria Literária*, Recife, v. 20, n. 2, p. 9-46, 2007.

_____. Observações sobre a categoria da ‘ilhota textual’ [1996] In: Da mesma autora. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004a, p. 11-80.

_____. A não-coincidência interlocutiva e seus reflexos metaenunciativos [1990] In: Da mesma autora. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004b, p. 81-104.

_____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso [1982] In: Da mesma autora. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004c, p. 11-80.

_____. Palavras mantidas à distância [1980] In: Da mesma autora. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004d, p. 217-237.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Apontamentos 1970-1971. In: Do mesmo autor. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução do russo por Paulo Bezerra. Prefácio à edição francesa de Tzvetan Todorov. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003a, p. 367-392.

_____. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas [1959-1961] In: Do mesmo autor. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução do russo por Paulo Bezerra. Prefácio à edição francesa de Tzvetan Todorov. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003b, p. 307-335.

_____. Os gêneros do discurso [1952-1953] In: Do mesmo autor. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução do russo por Paulo Bezerra. Prefácio à edição francesa de Tzvetan Todorov. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003c, p. 261-306.

_____. Epos e romance. Sobre a metodologia do estudo do romance [1941] In: Do mesmo autor. *Questões de Literatura e de estética: a teoria do romance*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002a, p. 397-428.

_____. Formas de tempo e de cronotopo no romance (Ensaio de poética histórica) [1937-1938/1973] In: Do mesmo autor. *Questões de Literatura e de estética: a teoria do romance*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002b, p. 211-362.

_____. *Teoria do Romance I. A estilística*. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra. Organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2015 [1934-1935].

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 [1929/1963].

_____. A respeito de problemas da obra de Dostoiévski [1924] In: Do mesmo autor. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução do russo por Paulo Bezerra. Prefácio à edição francesa de Tzevetan Todorov. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003d, p. 193-202.

_____. O autor e a personagem na atividade estética [1920-1923] In: Do mesmo autor. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução do russo por Paulo Bezerra. Prefácio à edição francesa de Tzevetan Todorov. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003e, p. 3-192.

_____. *Para uma Filosofia do Ato*. Tradução livre para fins acadêmicos de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza. Prefácio de Michael Holquist, 1993 [1919/1921].

_____.; DUVAKIN, Viktor. *Mikhail Bakhtin em Diálogo*. Conversas de 1973 com Viktor Duvakin. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

_____.; VOLOCHÍNOV, Valentin N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1929].

BARBÉRIS, Jeanne-Marie. L'interdiscours comme lieu du dédire: de "cul-de-sac" à "impasse". In: BRES, Jacques; DELAMOTTE-LEGRAND, Régine; MADRAY-LESIGNE, Françoise; SIBLOT, Paul (Ed.). *L'Autre en discours*, Publications de l'université Paul Valéry — Montpellier 3, 1998, p. 143-163.

BARRET-KRIEGEL, Blandine. Regicida-parricida. In: FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...* um caso de parricídio do século XIX, apresentado por Michel Foucault. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, p. 229-238.

BARTHES, Roland. Prefácio [1963] In: Do mesmo autor. *Ensayos Críticos*. 1. ed. Traducción del francés por Carlos Pujol. Buenos Aires: Seix Barral, 2003a, p. 9-22.

_____. Estructura del 'suceso' [1962] In: Do mesmo autor. *Ensayos Críticos*. 1. ed. Traducción del francés por Carlos Pujol. Buenos Aires: Seix Barral, 2003b, p. 259-272.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica [1936] In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de Massa*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 239-283.

BEZERRA, Benilton. A história da psicopatologia no Brasil. *Café filosófico*. São Paulo: CPFL Cultura, Vídeo, 48min16s, gravado em 28 set. 2012 e postado no site em 25 out. 2012. Disponível em: <<http://www.cpflcultura.com.br/2012/10/25/a-historia-da-psicopatologia-no-brasil-benilton-bezerra/>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

BLECH, Jör. Schermtut ohne Scham. *DER SPIEGEL*, Nachrichten, 6 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-83865282.html>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

BIRMAN, Joel. Caos e trauma no mundo contemporâneo. *CPFL Cultura*. Vimeo, 51min32s. Palestra gravada em 11 jun. 2014. Disponibilizada em 7 jul. 2014. Disponível em: <<https://vimeo.com/99742540>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

_____. Guerras Psi. Revista *Cult*, Dossiê Foucault, n. 159, ano 14, p. 23-26, jul. 2011.

_____. O sujeito desejante na contemporaneidade. *Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso* [recurso eletrônico] - Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/CONFERENCIA/JoelBirman.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRAIT, Beth. A Palavra mandioca do verbal ao verbo-visual. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 142-160, 1. sem. 2009.

_____. Introdução. Alguns pilares da arquitetura bakhtiniana. In: Da mesma autora (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 7-10.

BRASIL. *Decreto n° 2.848*, de 7 de dezembro de 1940. Dispõe sobre o código penal. (Redação dada pela Lei n. 7.209, de 11 jul. 1984). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em: 9 ago. 2015.

BRASIL. *Lei n° 10.216*, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm>. Acesso em: 10 fev. 2013.

BRES, Jacques; DELAMOTTE-LEGRAND, Régine; MADRAY-LESIGNE, Françoise; SIBLOT, Paul. (Ed.). *L'Autre en discours*. Publications de l'université Paul Valéry – Montpellier 3, 1998, 466p.

BREUER, Josef; FREUD, Sigmund. *Estudos sobre a histeria*. v. II. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1893-1895, 220p.

BRITO, Fátima Saionara Leandro. Introdução. In: Da mesma autora. *Andanças que cortam os caminhos da razão: as vivências insanas e a reforma psiquiátrica em Campina Grande – PB*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da

Universidade Federal de Pernambuco. Orientação: Antonio Torres Montenegro. UFPE, Recife, 2011, p. 10-34.

BRUM, Eliane. Denunciados pela linguagem. *El País*, Edição Brasil, Opinião, Coluna, 12 maio 2014, às 13h03. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/12/opinion/1399902051_903721.html>. Acesso em: 13 jun. 2014.

BURES, Frank. A mind dismembered. In the search of the magical penis thieves. *Harpes Magazine*. Letter from Nigeria, jun. 2008, p. 60-68. Disponível em: <<http://harpers.org/archive/2008/06/a-mind-dismembered/1/>> Acesso em: 24 jun. 2014.

CALLIGARIS, Contardo. Estamira e “Transamérica”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Ilustrada, E12, Coluna, 3 ago. 2006. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/03/21/>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

CARTA de esclarecimento à sociedade sobre o TDAH, seu diagnóstico e tratamento. ABDA, Notícias, Reportagens, Manifesto de esclarecimento à sociedade sobre o TDAH, o seu diagnóstico e tratamento. Brasília, 13 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.tdah.org.br/artigos/reportagens/item/359-carta-de-esclarecimento-à-sociedade-sobre-o-tdah-o-seu-diagnóstico-e-tratamento.html>> Acesso em: 10 abr. 2015.

CASTANHEIRA, Marcela Alves de Araújo França; CORREIA, Adriano. A constituição do sujeito em Michel Foucault: práticas de sujeição e práticas de subjetivação. *Anais/Resumos da 63ª Reunião Anual da SBPC*. VIII Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão – Conpeex. Goiânia: UFG, 2011. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/livro/63ra/conpeex/mestrado/trabalhos-mestrado/mestrado-marcela-alves.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

CLÉMENT, Catherine; KAKAR, Sudhir. *A louca e o santo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

CORDEIRO, Rafaela Queiroz Ferreira. Relato de experiência: um ensaio sobre os desejos na linguagem. *Revista Escrita* (PUCRJ. Online), v. 20, p. 1-8, 2015.

_____. A Reforma Psiquiátrica brasileira: a permanência da estrutura ou o rompimento do acontecimento? *Anais do II Encontro Nacional e I Internacional de Linguística e Literatura* [recurso eletrônico]. O Canto da Palavra. Garanhuns: UPE, p. 767-774, 2013.

_____. *A construção discursiva dos eventos pela mídia: o processo de nomeação e a representação do discurso outro*. Dissertação de mestrado. Recife: PgLetras/UFPE, 2011. Disponível em: <<http://www.pglettras.com.br/autores/diss2011-Rafaela-Queiroz-Cordeiro.html>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. *As estratégias usadas pelos jornalistas para se isentar do discurso do outro, a partir da análise do discurso de Lula sobre o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)*. 2007. 100f. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Positivismo: Uma primeira forma de pensamento social. In:

Da mesma autora. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 1987, p. 42-50.

CPI sobre exploração sexual infantil quer ouvir Xuxa. *O Globo*, Cultura, TV, Notícia, 22 maio 2012, às 18h29. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/cpi-sobre-exploracao-sexual-infantil-quer-ouvir-xuxa-4973521>>. Acesso em: 17 out. 2016.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. Violência verbal nos comentários de leitores publicados em sites de notícia. *Calidoscópico* (Online), v. 11, n. 3, p. 241-249, set./dez. 2013.

_____. Reflexões sobre o ponto de vista e a construção discursiva de comentários de leitores na web. *Investigações* (Online), Recife, v. 25, n. 2, p. 21-41, jul. 2012.

_____. Formas de presença do outro na circulação dos discursos. *BAKHTINIANA*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 116-132, 1. sem. 2011.

_____. Circulação, (re)acentuação e memória na imprensa. *BAKHTINIANA*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 23-39, 2. sem. 2009.

_____. Do discurso citado à circulação dos discursos: a reformulação de uma noção gramatical. *Matraga*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Casa Doze, ano 15, n. 22, p. 129-144, 2008.

_____. O discurso de outrem nos estudos da linguagem pós-bakhtinianos. *XI International Bakhtin Conference*, 2004, Curitiba. Proceedings of the XI International Bakhtin Conference. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.

_____. A linguística da enunciação e o ensino de língua portuguesa no Brasil. *Revista do GELNE* (UFC), Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 45-48, 1999.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Versão para eBook – eBooksBrasil.com, [1967] 2003.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. Identidade, memória e os modos de subjetivação do sujeito. Seminário de Estudos em Análise do Discurso (1.: 2003: Porto Alegre, RS) Anais do I SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead1.html>>. Acesso em: 13 maio 2014.

DINES, Alberto; VOGT, Carlos; MELO, José Marques de (Org.). *A imprensa em questão*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, 181p.

‘DINGO’S got my baby’: Trial by media. Producer: Jennifer Forde. Reporter: Sarah Weiser. Editor: Anne Alvergue. Narrator: Zachary Green. *New York Times*. U.S. & Politics - Retro Report. Nov. 16, 2014 (13min47s), HD, color. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/video/us/100000003237187/a-dingos-got-my-baby-trial-by-media.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

DUNKER, Christian. O sequestro da neurose. Renovações feitas pelo DSM-5 não se apoiam em novas descobertas científicas, mas em redefinições nominalistas de sintomas e definições operacionais de síndromes. *Revista Cult*, Dossiê, ano 16, n. 184, p. 32-37, out. 2013.

ELIA, Luciano. *O conceito de sujeito*. Coleção Psicanálise Passo-a-passo. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

EVANS, Dylan. Desire. In: Do mesmo autor. *An introductory dictionary of Lacanian psychoanalysis*. London and New York: Routledge, 1996a, p. 36-39.

_____. Real. In: Do mesmo autor. *An introductory dictionary of Lacanian psychoanalysis*. London and New York: Routledge, 1996b, p. 162-164.

_____. Truth. In: Do mesmo autor. *An introductory dictionary of Lacanian psychoanalysis*. London and New York: Routledge, 1996c, p. 217-218.

FALCÃO, Ana Lúcia Bastos. A histeria: da clínica do olhar à escuta. *I Jornada Freud-Lacanianana*, Recife, v. 1, p. 25-34, 1995.

FARACO, Carlos Alberto. *Ética, estética e filosofia da linguagem*. Minicurso ministrado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2. sem. 2013.

_____. Aspectos do pensamento estético de Bakhtin e seus pares. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 21-26, jan./mar. 2011.

_____. *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. 2. ed. Curitiba, PR: Criar Edições, 2006.

FERREIRA, Nadiá Paulo; BARROS, Eliana Luiza dos Santos. O lugar da psicanálise na contemporaneidade. *VI Congresso Nacional de Psicanálise da UFC - XV Encontro de Psicanálise da UFC*, 2011.

FIGUEIREDO NETO, Manoel Valente; ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. A Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216) e suas heterogeneidades enunciativas: Perspectivas interdisciplinares. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 82, nov. 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=8661&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 5 fev. 2015.

FONTANA, Alexandre. As intermitências da razão. In: FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...* um caso de parricídio do século XIX, apresentado por Michel Foucault. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, p. 277-294.

FORBES, Jorge. Lacan e a psicanálise do século XXI. *CPFL Cultura*. Vimeo, 48min14s. Palestra gravada em 27 de agosto de 2009. Disponibilizada em 1 de dezembro de 2009. Disponível em: <<https://vimeo.com/71259234>>. Acesso em: 6 fev. 2016.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade [1984] In: Do mesmo autor. *Ditos & Escritos*. Ética, Sexualidade, Política. v. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.

_____. O filósofo mascarado. *Le Monde*, n. 10.945, suplemento dominical, 6 abr. 1980, p. 1-17. Entrevista concedida a Christian Delacampagne em janeiro de 1980. Disponível em: <<http://intensidadez.unblog.fr/2014/08/16/entrevista-com-michel-foucault-o-filosofo-mascarado/>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

_____. *Do governo dos vivos*: curso no Collège de France, 1979-1980 (aulas de 9 e 30 de janeiro de 1980). Tradução, transcrição e notas de Nildo Avelino. E-book. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009a.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história [1979?]. In: Do mesmo autor. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979a, p. 12-23.

_____. A vida dos homens infames [1977a] In: Do mesmo autor. *Ditos & Escritos*. Estratégia, poder-saber. v. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a, p. 203-222.

_____. Verdade e Poder [1977b] In: Do mesmo autor. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979b, p. 4 - 12.

_____. Bruxaria e loucura [1976a] In: Do mesmo autor. *Ditos & Escritos*. Problematização do Sujeito, Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. v. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a, p. 320-323.

_____. Soberania e disciplina [14 jun. 1976b] In: Do mesmo autor. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979c, p. 100-107.

_____. Dos suplícios às celas [1975a] In: Do mesmo autor. *Ditos & Escritos*. Segurança, Penalidade e Prisão. v. VIII. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a, p. 32-36.

_____. Poder-corpo [1975b] In: Do mesmo autor. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979d, p. 82-86.

_____. Loucura, uma questão de poder [1974] In: Do mesmo autor. *Ditos & Escritos*. Segurança, Penalidade e Prisão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b, v. VIII, p. 20-23.

_____. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009a [1971].

_____. A loucura e a sociedade [1970] In: Do mesmo autor. *Ditos & Escritos*. Problematização do Sujeito, Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. v. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b, p. 259-267.

_____. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969].

_____. A loucura, a ausência da obra [1964] In: Do mesmo autor. *Ditos & Escritos*. Problematização do Sujeito, Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. v. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c, p. 210-219.

_____. A água e a loucura [1963] In: Do mesmo autor. *Ditos & Escritos*. Problematização do Sujeito, Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. v. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010d, p. 205-209.

_____. A loucura só existe em uma sociedade [1961a] In: Do mesmo autor. *Ditos & Escritos*. Problematização do Sujeito, Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. v. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010e, p. 162-164.

_____. Prefácio (Folie et déraison) [1961b] In: Do mesmo autor. *Ditos & Escritos*. Problematização do Sujeito, Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. v. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010f, p. 152-161.

_____. *História da Loucura: na Idade Clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010g [1961c], 560p.

FRANCES, Allen. Ex-diretor do DSM, a ‘bíblia’ da psiquiatria, admite: “Transformamos problemas cotidianos em transtornos mentais”. *PsiBr*. Entrevista, 27 set. 2014. Disponível em: <<http://psibr.com.br/noticias/ex-coordenador-do-dsm-sobre-a-biblia-da-psiquiatria-transformamos-problemas-cotidianos-em-transtornos-mentais>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

FRANÇOIS, Frédéric. Dialogismo das “vozes” e heterogeneidade constitutiva do sentido. O “literário”: semelhanças e diferenças de acentuação em Volochinov, Bakhtin e Vigotski. Tradução de Dóris de Arruda C. da Cunha. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 1260-1294, jul. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2016v13n2p1260/32096>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

_____. Bakhtin completamente nu. *Bakhtiniana*, São Paulo, Número Especial, p. 47-172, jan./jul. 2014.

_____. Introduction. Quelques points de vue sur les points de vues. In: CARCASSONNE, M.; CUNHA, D.; DONAHUE, C.; FRANÇOIS, F.; RABATEL, A. (Org.). *Points de vue sur le point de vue*. Un essai de réflexion collective. Paris: Lambert-Lucas, 2012 [2012a], p. 1-40.

_____. Un essai: quelques « points de vue » personnels sur des « points de vue » exprimés dans quatre quotidiens au sujet du Meeting Marseillais de Nicolas Sarkozy. 19 fev. 2012. In: CARCASSONNE, M.; CUNHA, D.; DONAHUE, C.; FRANÇOIS, F.; RABATEL, A. (Org.). *Points de vue sur le point de vue*. Un essai de réflexion collective. Paris: Lambert-Lucas, 2012 [2012b], p. 142-176.

_____. *Le discours et ses entours*. Essai sur l’interprétation. Paris: L’Harmattan, 1998.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Pequena coleção das obras de Freud. Livro 8. Rio de Janeiro: Imago, 1974 [1930].

_____. Além do princípio de prazer. In: Do mesmo autor. *Obras Completas. Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1920-1922 [1920], p. 3-42.

_____. *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*. *Obras Completas*. v. VI. Rio de Janeiro: Imago, 1901.

GARCÍA, Germán. Las descripciones de Freud [2004] In: Do mesmo autor. *Actualidad del trauma*. Transcrição de Alicia Alonso. 1. ed. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2005, p. 5-23.

GHIRARDI, José Garcez; BARBATO, Welson. *O que querem as mulheres?* São Paulo/Rio de Janeiro: Casa do saber, 16min13s, diálogo publicado no Youtube em 13 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tIHm8wpG1Zc>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991, 156p.

GRAMSCI, Antonio. *Os Jornais e os Operários*. Texto de 1916. Transcrição de Alexandre Linares para o Marxists Internet Archive. HTML de Fernando A. S. Araújo para o Marxists Internet Archive, Jun. 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm#topp>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

GREGOLIN, Maria do Rosário de Fátima Valencise. O discurso, o sujeito e a história em A Arqueologia do Saber. In: Da mesma autora. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: Diálogos & Duelos*. São Paulo: Claraluz, 2004, p. 84-96.

_____. Michel Pêcheux e Michel Foucault: diálogos necessariamente intranquilos entre dois pensamentos inquietos. *Anais do I SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/MariaDoRosarioValenciseGregolin.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2015.

HACKING, Ian. Entrevista com Ian Hacking: (por Paul Kennedy e David Cayley). *Psicologia & Sociedade* [online], Florianópolis, v. 21, n. 3, dez. 2009, p. 465-470. Tradução de Luciana Vieira Caliman e Rogério Gomes de Almeida. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. *Taming of chance*. Institute for the History and Philosophy of Science and Technology, University of Toronto. Cambridge: University Press, 1990.

HAMPTON, Keith N.; RAINIE, Lee; LU, Weixu; DWYER, Maria; SHIN, Inyoung; PURCELL, Kristen. *Social Media and the 'Spiral of Silence'*. Pew Research Center,

Washington, DC, 2014. Disponível em: <<http://www.pewinternet.org/2014/08/26/social-media-and-the-spiral-of-silence/>> . Acesso em 14 out. 2014.

HOLLAND, Kimberly; HIGUERA, Valencia. The history of ADHD: a timeline. *Healthline*, ADHD (Attention Deficit Hyperactivity Disorder), Home. Medically reviewed by George Krucik, Feb. 26, 2015. Disponível em: <<http://www.healthline.com/health/adhd/history#Overview1>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

HOLQUIST, Michael. Prefácio. In: BAKHTIN, Mikhail M. *Para uma Filosofia do Ato*. Tradução livre para fins acadêmicos de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza. Prefácio de Michael Holquist, 1993.

HOUAISS, Antônio. Fato. Grande dicionário Houaiss Beta da língua portuguesa. *Instituto Antônio Houaiss – Uol*, [1548] 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=fato>>. Acesso em: 15 set. 2016.

IANNINI, Gilson; TEIXEIRA, Antonio. O futuro de uma classificação. O DSM-5 revela o caráter normativo de suas classificações, fundadas num movimento vertiginoso de psiquiatrização da vida cotidiana. *Revista Cult*, Dossiê, n. 184, ano 16, out. 2013, p. 24-27.

JAPIASSU, Hilton. Introdução. In: Do mesmo autor. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975, p. 7-18.

JIAKUBINSKIJ, Lev. Sobre a fala dialogal. Textos editados e apresentados por Irina Ivanova. Tradução de Dóris Arruda Carneiro da Cunha e Suzana Cortez. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. Experiência radical. *Revista LACAN*, v. 1., ed. 1. Coleção Guias da Psicanálise, São Paulo, s/d, p. 7-13. Entrevista concedida a Matheus Moura.

KIMBALL, Roger. A perversão de Michel Foucault. Tradução de Humberto Campolina. *Jornal Mineiro de Psiquiatria*, ano XI, n. 25, jun. 2007. Disponível em: <http://www.jmpsiquiatria.com.br/edicao_25/michelfoucault.htm>. Acesso em: 6 maio 2015.

LABERGE, Jacques. *Avesso dos efeitos?* No prelo, 2015.

LACAN, Jacques. Do sujeito enfim em questão. In: Do mesmo autor. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998a, p. 229-237.

_____. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: Do mesmo autor. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998b, p. 238-324.

_____. Deus e o gozo da mulher [20 fev. 1973]. In: *O seminário*: livro 20. Mais ainda. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Versão brasileira de M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 87-104.

_____. *Nomes-do-Pai* [20 nov. 1963]. Tradução de André Telles. Revisão Técnica de Vera Lopes Besset. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005a.

_____. O simbólico, o imaginário e o real [8 jul. 1953]. In: Do mesmo autor. *Nomes-do-Pai*. Tradução de André Telles. Revisão Técnica de Vera Lopes Besset. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005b, p. 9-53.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006, 78p. – (Princípios; v. 29).

LEMOS, Ronaldo. A democracia transformada pelas redes sociais. *Observatório da Imprensa*. E-notícias. Postado em 15 ago. 2011, ed. 655. Entrevista concedida a Patrícia Fachin. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-democracia-transformada-pelas-redes-sociais>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

LES FOUS, l'apologie et nous. Le Blog de La Parisienne Liberee. *MEDIAPART*. 19 jan. 2015. Disponível em: <<http://blogs.mediapart.fr/blog/la-parisienne-liberee/190115/les-fous-lapologie-et-nous>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

LOBOSQUE, Ana Marta. *Experiências da Loucura*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, 174p.

LONDRES, Albert. *Chez les fous*. Les éditions de Londres: Éditions de livres numériques, [1925] 2012, 78p.

LOURENÇO, Amanda. Jacques Lacan. Uma breve biografia. *Coleção Guias da Psicanálise*. Lacan, v. 1, ed. 1, s/d, p. 15-29.

MADRAY-LESIGNE, Françoise. Aveugle et/ou non-voyant? Nom de l'autre/autre du nom. In: BRES, Jacques; DELAMOTTE-LEGRAND, Régine; MADRAY-LESIGNE Françoise; SIBLOT, Paul (Ed.). *L'Autre en discours*, Publications de l'université Paul Valéry – Montpellier 3, 1998, p. 45-68.

MAINGUENAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. Capítulo 1. Normas internas e de estilo. In: Do mesmo autor. *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997, p. 13-314.

MATEUS, Mário D. M. L. Culture-bound syndromes. *Psychiatry on line Brasil*, v. 3, n. 12, dez. 1998. Disponível em: <<http://www.polbr.med.br/ano98/sinboun.php>>. Acesso em: 18 maio 2015.

MAURANO, Denise. O feminino e suas dobras. *Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>>. Acesso em: 14 maio 2015.

MAURER, Bruno. Qui sont lês “jeunes”? L'utilisation du dialogisme dans *Présent*. In: BRES, Jacques; DELAMOTTE-LEGRAND, Régine; MADRAY-LESIGNE Françoise; SIBLOT, Paul (Ed.). *L'Autre en discours*, Publications de l'université Paul Valéry – Montpellier 3, 1998, p. 127-141.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. *The Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2. (Summer, 1972). Published by Oxford University

Press, p. 176-187. Disponível em: <http://www.unc.edu/~fbaum/teaching/PLSC541_Fall06/McCombs%20and%20Shaw%20POQ%201972.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2015.

MERTON, Robert K.; LAZARFELD, Paul F. [1969] Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 117-148.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievich. Os elementos da construção artística. In: Do mesmo autor. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Tradução de Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012, p. 193-207.

MICHEL Foucault par lui-même. Direção: Philippe Calderon. Produção: François Ewald. França: Arte France, Documentário, 1h2min31s, 2003 [2003b]. Publicado no YouTube em 21 abr. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xkn31sjh4To>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

MIKKELSON, David. Rumor: Dr. Leon Eisenberg, the ‘father’ of ADHD, said just before his death that ADHD ‘is a prime example of a fictitious disease’. *Snopes.com*, Fact Check, Work of Fiction, maio 2013, atual. 14 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.snopes.com/politics/quotes/adhd.asp>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MOIRAND, Sophie. Des façons de nommer ‘les jeunes’ dans la presse quotidienne nationale. *Adolescence*, revue trimestrielle de psychanalyse, psychopathologie et sciences humaines, v. 27, n. 70, hiver 2009 [2009a], p. 907-919.

_____. Le choc des discours dans la presse française: la crise des banlieues de novembre 2006 et de la crise des universités de mars 2007. *Communication d’ouverture sur invitation au Premier colloque international de la FATFA* (Fédération australienne des associations de professeurs de français), Adelaide, Australie, juillet 2006, publiée dans les actes du colloque, Université d’Adelaide, Australie, 2009 [2009b].

_____. Retour sur une approche dialogique d’analyse du discours. *Les approches dialogiques et polyphoniques en langue et en discours*, collection Recherches linguistiques, Université de Metz, Ceted (actes du colloque Metz/Luxembourg), 2008, p. 8-10.

_____. Comprendre la construction discursive des événements sociaux dans la presse imprimée et la presse en ligne. *Colloque Formación y Investigación en lenguas extranjeras y traducción*, à Buenos Aires, Argentine, 23-28 en mai 2007 [2007a], 20p.

_____. Discours, mémoires et contextes: à propos du fonctionnement de l’allusion dans la presse. *CORELA*, numéros spéciaux, *Cognition, discours, contexte*, revue en ligne, 2007 [2007b]. Disponível em: <<http://edel.univ-poitiers.fr/corela/document.php?id=1636#texte>>. Acesso em: 6 maio 2010.

_____. Du traitement différent de l’intertexte selon les genres convoqués dans les événements scientifiques à caractère politique. *SEMEN 13* [En ligne], [dépôt legal: trimestre 2001], mis en ligne le 30 avril 2007 [2007c]. Disponível em: <<http://semen.revues.org/document2646.html>>. Acesso em: 16 out. 2014.

_____. De l'aire de la page à l'hyperstructure et à l'écran: comment lire et analyser la presse quotidienne française. *CAUCE*, Revista internacional de Filología y su Didáctica, n. 26, 2006, Universidad de Sevilla, Espagne, p. 295-320.

_____. Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire. *Cahiers de praxématique*, 33, 1999, p. 145-184.

MONRIBOT, Patrick. Lacanian Interpretation. *Champ Freudien*. Translated from the French by Adrian Price, 21 jan. 2009. Disponível em: <http://champfreudienbg.org/index.php?option=com_content&view=article&id=32:lacanian-interpretation-patrick-monribot&Itemid=34&lang=bg>. Acesso em: 21 nov. 2014.

MONTAGNA, Plínio. Da neurose de ontem ao narcisismo de hoje. *Folha.com*, São Paulo, Equilíbrio e Saúde. Entrevista concedida a Déborah de Paula Souza. 27 set. 2011 às 8h00. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/981118-da-neurose-de-ontem-ao-narcisismo-de-hoje.shtml>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. A revolução freudiana. *Revista Mente e Cérebro*. Freud em questão. Edição Especial, n. 24, s/d, p. 48-51.

MORALES, Blanca de Souza Viera; INDURSKY, Freda. O real da língua e o real da história: considerações a partir do texto La lengua de nunca acabar. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Cristina Leandro (Org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 7-303.

MOTTA, Manoel Barros da. Apresentação à Edição Brasileira. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos*. Problematização do Sujeito, Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. v. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. VII-XLI.

MUCHAIL, Salma Tannus. A trajetória de Michel Foucault. In: Da mesma autora. *Foucault, Simplesmente*. Textos reunidos. Leituras Filosóficas. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 9-20.

MUITO Além do Cidadão Kane. Direção: Simon Hartog. Produção: John Ellis. UK: Channel Four, Documentário, 93min, 1993. Publicado no YouTube em 21 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=77TKLQ1op34>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

NEVEU, Érik. *Sociologia do Jornalismo*. Tradução de Daniela Dariano. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NÉE, Émilie. *Sûreté, sécurité, insécurité*. D'une description lexicologique à une étude du discours de presse: la campagne électorale 2001-2002 dans le quotidien Le Monde. Thèse de Doctorat. Université Sorbonne Nouvelle–Paris III, 2009.

NESTOR, Moritz. Inventor of ADHD's deathbed confession: "ADHD is a fictitious disease". *World Public Union*, 27 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.wrongplanet.net/forums/viewtopic.php?t=231327>>. Acesso em: 12 ma. 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, [1874] 2003, 104p. - (Conexões; 20).

_____. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral*. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho, 1873, 12p.

NOVO MANUAL da Redação. *Folha de S. Paulo* (Círculo Folha), São Paulo, 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_n.htm>. Acesso em: 23 ago. 2016.

NUNES, Everardo Duarte. Pequeno guia/vocabulário para a utilização da história arqueológica como instrumento de pesquisa qualitativa. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 6, n. 10, p.125-134, fev. 2002.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana. Hoje, no Brasil, só defende o hospital psiquiátrico quem faz gordo negócio com ele. *Abrasco 35 anos*, 18 ma. 2015. Entrevista concedida a Bruno C. Dias. Disponível em: <<http://www.abrasco.org.br/site/2015/05/hoje-no-brasil-so-defende-o-hospital-psiquiatrico-quem-faz-gordo-negocio-com-ele/>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

OKSALA, Johanna. Práticas de si. In: Da mesma autora. *Como ler Foucault*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão Técnica de Alfredo veiga-Neto e Karla Saraiva. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 114-124.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Piérre (Org.). *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 59-71.

OS 100 MAIORES jornais do mundo por Posição - Título - País - Circulação. *Associação Nacional de Jornais* (ANJ), História do Jornal no Mundo. Informação disponibilizadas pelos World Press Trends e World Association of Newspaper, 2013. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/os-100-maiores-jornais-do-mundo>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

OS 10 MELHORES jornais do mundo 2010. *Lista10*, Informações disponibilizadas pelo 4 International Media & Newspapers, 9 fev. Disponível em: <<http://lista10.org/diversos/os-10-melhores-jornais-do-mundo-2010/>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

PASSOS, Izabel C. Friche Passos. Apresentação. In: Da mesma autora. *Reforma Psiquiátrica: as experiências francesa e italiana*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009 [2009a], p. 19-31.

_____. A reforma italiana como experiência nacional polêmica e plural. In: Da mesma autora. *Reforma Psiquiátrica: as experiências francesa e italiana*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009 [2009b], p. 123-154.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. O DSM e a crise da psiquiatria. O uso maciço do manual tem como efeito colateral o esvaziamento da importância atribuída à relação psiquiatra-paciente. *Revista Cult*, Dossiê, n. 184, ano 16, out. 2013, p. 38-345.

PEREIRA NETO, André de Faria. Foucault, Derrida e a História da Loucura: notas sobre uma polêmica. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, Opinião, v. 14, n. 3, p. 637-641, jul./set. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1998000300022&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 abr. 2015.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (Org). *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49-57.
_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PERRET, Michèle. Construction du référent: les personnages du fait divers. In: HÄRMÄ, Juhani (Org.). *Le langage des médias: discours éphémères?* Actes du colloque organisé par la section de français du département des langues romanes de l'Université d'Helsinki à l'Institut Finlandais de Paris les 19 et 20 mai 2000. Limoges (France): L'Harmattan, 2003 [2000], p. 113-122.

PETER, Jean-Pierre; FAVRET, Jeanne. O animal, o louco, a morte. In: FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...* um caso de parricídio do século XIX, apresentado por Michel Foucault. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, p. 187-209.

PESSOTTI, Isaias. *Os nomes da loucura*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

PICCININI, Walmor J.; ODA, Ana Maria G. R. História da Psiquiatria. A Loucura e os Legisladores. *Psychiatry on line Brasil*. Março de 2006, v. 11, n. 3. Disponível em: <<http://www.polbr.med.br/ano06/wal0306.php>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

PINHEIRO, Tereza. A doença do século XXI. *Carta Capital*, Carta na Escola, 91. ed., out. 2014. Entrevista concedida a Tory Oliveira. Disponível em: <<http://www.cartanaescola.com.br/single/show/439>>. Acesso em: 16 out. 2014.

PONZIO, Augusto. O símbolo e o encontro com o outro na obra de Bakhtin. In: BAKHTIN, Mikhail; DUVAKIN, Viktor. *Mikhail Bakhtin em Diálogo*. Conversas de 1973 com Viktor Duvakin. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, 2. ed., p. 9-20.

PROZAC: Revolution in a Capsule. Producer: Sarah Gross. Reporter: Sarah Weiser. Editor: Anne Alvergue. Narrator: Zachary Green. *New York Times*. U.S. & Politics - Retro Report. Sept. 21, 2014 (9min16s), HD, color. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/video/us/100000003127845/revolution-in-a-capsule.html?playlistId=100000002148738>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

QUEIROZ, Edilene Freire de. Dor e gozo: de Freud a Lacan. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 851-867, dez. 2012.

RAMOS, Fernando. TDAH: diagnóstico positivamente falso ou falsamente positivo? *Café filosófico*. São Paulo: CPFL Cultura, Vídeo, 1h51min52s, gravado em 29 ago. 2014 e postado no site em 1 set. 2014. Disponível em: <<http://www.institutocpfl.org.br/cultura/2014/09/01/tdah-diagnostico-positivamente-falso-ou-falsamente-positivo-com-fernando-ramos/>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

RANDALL, Terada. *Objet a and Canadian Experience*. No prelo, 2014.

RATTON, Helvécio. *Em nome da razão*. Grupo Novo de Cinema e Associação Mineira de Saúde Mental. Fotografia: Dileny Campos. Montagem: José Tavares de Barros. Som: Evandro Lemos. Produção: Tarcísio Vidigal. Assistente de Fotografia: Maria Amélia Palhares. Assistente de Montagem: João Fernando Motta. Imagem: Líder. Som: Tecnison e Stúdio Hélio Barroso. Barbacena, outubro de 1979, 23min50s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=07p3y-OLDAA>>. Acesso em: 25 maio 2015.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: Conceitos Essenciais*. Tradução de Carlos Piozevani Filho e Milton Milanez. Revisão Técnica de Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz 2005, 96p.

REVELAÇÃO de Xuxa sobre abuso sexual na infância tem grande repercussão. *Agência Patrícia Galvão*, Violência, Notícia, 27 maio 2012, às 10h58. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/revelacao-de-xuxa-sobre-abuso-sexual-na-infancia-tem-grande-repercussao/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

RIBEIRO, Renato Janine. A internet não é tão democrática. *Observatório da Imprensa*. E-notícias, Planeta digital. Reproduzido do Valor Econômico. Postado em 15 ago. 2011, ed. 655. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_internet_nao_e_tao_democratica>. Acesso em: 5 mar. 2015.

RIOT, Philippe. As vidas paralelas de Pierre Rivière. In: FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...* um caso de parricídio do século XIX, apresentado por Michel Foucault. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, p. 239-258.

RODRIGUES, Alex. (da Agência Brasil) Denúncias crescem 30% após depoimento de Xuxa. *Exame.com*. Brasil, Notícia, 24 maio 2012, às 12h40. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?client=safari&rls=en&q=http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/denuncias-crescem-30-apos-depoimento-de-xuxa&ie=UTF-8&oe=UTF-8&gfe_rd=cr&ei=zgsFWP7aNanY8AeG6TQ>. Acesso em: 4 abr. 2015.

ROHDE, Luis Augusto et al. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 22, supl. 2, p. 7-11, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2016.

ROTH, Gerhard. Armadilhas do inconsciente. *Revista Mente e Cérebro*. Freud em questão. Edição Especial, 24. ed., s/d, p. 46-47.

ROUDINESCO, Elisabeth. Trinta anos depois. In: Da mesma autora. *Lacan, a despeito de tudo e de todos*. Tradução de André Telles. Revisão Técnica de Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 9-16.

_____. Michel Foucault: leituras de História da loucura. In: Da mesma autora. *Filósofos na Tormenta: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007, p. 105-152.

_____. PLON, Michel. Freudismo. In: Dos mesmos autores. *Dicionário de Psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Supervisão da edição brasileira de Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1998a], p. 280-281.

_____. Lacanismo. In: Dos mesmos autores. *Dicionário de Psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Supervisão da edição brasileira de Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1998b], p. 451-453.

_____. Loucura. In: Dos mesmos autores. *Dicionário de Psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Supervisão da edição brasileira de Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1998c], p. 478-479.

_____. Transferência. In: Dos mesmos autores. *Dicionário de Psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Supervisão da edição brasileira de Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1998d], p. 766-769.

RUDYARD Kipling - Facts. *Nobelprize.org*. Nobel Media AB, 2014. Disponível em: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/1907/kipling-facts.html>. Acesso em: 26 maio 2015.

SABRIA, Richard. Dis-moi comment tu m'appelles e je te dirai qui tu es. In: BRES, Jacques; DELAMOTTE-LEGRAND, Régine; MADRAY-LESIGNE Françoise; SIBLOT, Paul (Ed.). *L'Autre en discours*, Publications de l'université Paul Valéry – Montpellier 3, 1998, p. 69-84.

SAFATLE, Vladimir. O poder da psiquiatria. O que está por trás do DSM-5 e sua tentativa de transformar a experiência do sofrimento em patologia a ser tratada. *Revista Cult*, Dossiê, n. 184, ano 16, out. 2013, p. 22-23.

SAGAN, Carl. Hallucinations. In: Do mesmo autor. *The Demon-Haunted World*. Science as a candle in the dark. London: Headline Book Publishing 1996, p. 98-112.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. *Estudos Linguísticos*, n. XXXV, p. 181-190, 2006. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/vmos.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SÉRIOT, Patrick. *Vološinov, la philosophie de l'enthymène et la double nature du signe*. Préface a Marxisme et philosophie du langage. Les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage. Nouvelle édition bilingue traduite du russe para Patrick Sériot et Inna Tylkowska-Ageeva. Limoges: Lambert Lucas, 2010.

SIBLOT, Paul. Nomination et point de vue: la composante déictique des catégorisations lexicales. In: CISLARU, Georgeta; GUÉRIN, Olivia; MORIM, Katia; NÉE, Émilie; PAGNIER, Thierry; VENIARD, Marie (Ed.). *L'acte de nomme: une dynamique entre langue et discours*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007, p. 25-38.

_____. De l'un à l'autre. Dialectique et dialogisme de la *nomination identitaire*. In: BRES, Jacques; DELAMOTTE-LEGRAND, Régine; MADRAY-LESIGNE Françoise; SIBLOT, Paul (Ed.). *L'Autre en discours*, Publications de l'université Paul Valéry – Montpellier 3, 1998, p. 27-43.

SIMANKE, Richard. Schopenhauer: O impulso cego da vontade. *Portal Ciência & Vida*, Revista Filosofia, Reportagem, ed. 29. São Paulo, 2008, p. 56-63. Disponível em: <<http://psiquecienciaevida.uol.com.br/ESFI/Edicoes/29/artigo119558-3.asp>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

SITES dos principais jornais do mundo. # *luis.blog.br*, Utilidade Pública, 2010. Disponível em: <<http://www.luis.blog.br/sites-dos-principais-jornais-do-mundo.aspx>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (Org). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-36.

STAM, Robert. Bakhtin e a crítica midiática. In: RIBEIRO, Ana Paula G.; SACRAMENTO, Igor (Org.). *Linguagem, cultura e mídia*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010 [1989], p. 331-357.

STEUCKARDT, Agnès. Enemis de la *patrie*: les désignants de l'autre dans le discours révolutionnaire. In: BRES, Jacques; DELAMOTTE-LEGRAND, Régine; MADRAY-LESIGNE Françoise; SIBLOT, Paul. (Ed.). *L'Autre en discours*, Publications de l'université Paul Valéry – Montpellier 3, 1998, p. 105-125.

SZELÉNYI, Iván. Lecture 15 - Freud on Sexuality and Civilization. *Open Yale Courses*. SOCY-151: Foundations of Modern Social Theory. 22 out. 2009. Disponível em: <<http://oyc.yale.edu/sociology/socy-151/lecture-15>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

TEMAS. Os mais comentados pelos leitores na semana. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Infográfico, 19 abr. 2009.

TEZZA, Cristovão. A vida polifônica de Mikhail Bakhtin. Resenha de Mikhail Bakhtin de Katerina Clark e Michael Holquist. Revista *Cult*, maio de 1998. Disponível em: <http://www.cristovaotezza.com.br/textos/resenhas/p_9805_cult.htm>. Acesso em: 8 maio 2015.

THOMSON, Clive. Mikhail Bakhtin (parte 02). Entrevista concedida ao Programa Teodiversidade 15 da TVPUC. Entrevistador: Jorge Cláudio Ribeiro. São Paulo: TVPUC, 28 min, publicado no YouTube em 27 julh. 2012 [2012a]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GWdyeggHRmQ>>. Acesso em: 18 out. 2014.

_____. Rereading Mikhail Bakhtin's Toward a Philosophy of the Act. In: FALCONER, Rachel; OLIVER, Andrew. *Re-reading / La relecture: Essays in honour of Graham Falconer*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2012 [2012b], p. 167-178.

TRAQUINA, Nelson. O pólo ideológico do campo jornalístico. In: Do mesmo autor. *Teorias do jornalismo*. Porque as notícias são como são. v. 1. Florianópolis: Editora Insular. 2. ed., 2005a, p. 125-143.

_____. Introdução. In: Do mesmo autor. *Teorias do jornalismo*. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. v. 2. Florianópolis: Editora Insular. 2005b, p. 13-29.

_____. Ser ou não ser notícia? In: Do mesmo autor. *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. v. 2. Florianópolis: Editora Insular. 2005c, p. 61-102.

_____. A redescoberta do poder do jornalismo: análise da evolução da pesquisa sobre o conceito de agendamento (*agenda-setting*). In: Do mesmo autor. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001, p. 13-47.

VENIARD, Marie. *La nomination des événements dans la presse*. Essai de sémantique discursive. Annales de l'Université de Franche-Comté, n. 917. France: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2013.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich; BAJTÍN, Mikhail; VIGOTSKI, Lev. ¿Qué es el lenguaje? In: SILVESTRI, Adriana; BLANCK, Guillermo. *Bajtín y Vigotski: la organización semiótica de la consciencia*. Barcelona: Anthopos, 1993, p. 217-279.

_____. A construção da enunciação [1930] In: Do mesmo autor. *A construção da enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 157-188.

_____. *Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociológica*. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, 1926. Mimeografado.

WHITAKER, Robert. *Psychiatry's Untold History of Cruelty, Torture, Eugenics and Brain Damage*. Street Spirits, site, ago. 2005. Entrevista concedida a Terry Messman. Disponível em: <<http://www.thestreetspirit.org/August2005/madinterview.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

WOLF, Mauro. Da sociologia dos emissores ao newsmaking. In: Do mesmo autor. *Teorias da comunicação*. 8. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999, p. 177-252.

ZANIN, César. A imprensa e o papel das mídias no Brasil. *Pragmatismo Político. Democratização Comunicação*. Postado em 2 mar. 2015 às 22h31. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/a-imprensa-e-o-papel-das-midias-no-brasil.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

ZENKINE, Serge. Os desmascaradores incompetentes. Tradução por Heber Costa e Silva. *Bakhtiniana*, São Paulo, Número Especial, jan./jul. 2014, p. 184-194.

Referências do corpus restrito

ADVOGADO diz que estuda citar doença como defesa; médicos dizem ser raro. (da Reportagem Local) *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 20 fev. 2009.

AGÊNCIA Estado. Em julgamento na Suíça, brasileira diz ter sido agredida. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Brasil, Notícia, 16 dez. 2009, às 12h39, atual. às 12h40. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1417222-5598,00-EM+JULGAMENTO+NA+SUICA+BRASILEIRA+DIZ+TER+SIDO+AGREDIDA.html>>. Acesso em: 3 mar. 2012.

AGÊNCIAS Internacionais. Jornal soviético denuncia abusos em hospitais psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Primeiro Caderno, Exterior, Notícia, 13 nov. 1987.

AS DEFENSORAS do castelo eram loucas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Primeiro Caderno, Exterior, Notícia, p. 6, 19 fev. 1975. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1975/02/19/2/>>. Acesso em: 26 set. 2014.

ASSOCIATED Press. La jeune femme nie avoir inventé son agression. *20 minuten*, Zurique, Faits divers, Notícia, 16 dez. 2009, às 11h35, atual. às 11h43. Disponível em: <http://www.20min.ch/ro/news/faits_divers/story/21628512>. Acesso em: 3 mar. 2013.

ATIRADOR de Washington se dizia ‘transtornado’ e ouvia vozes após ataque de 11/9. Portal *Uol*, São Paulo, Internacional, Notícia, 17 set. 2013, às 8h35. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/09/17/atirador-de-washington-se-dizia-transtornado-apos-ataque-de-119.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

BENEVENUTI JÚNIOR, Paulo. O curioso caso de Paula Oliveira. Blog *na pele*, Minas Gerais, Dermatologia, Artigo de opinião, 13 fev. 2009, às 17h40. Disponível em: <<http://blognapele.blogspot.ca/2009/02/o-curioso-caso-de-paula-oliveira.html>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

BRASILEIRA na Suíça. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Painel do Leitor, Opinião, Cartas, 16 fev. 2009.

CORPOS de adolescentes encontradas mortas em SP são enterrados. Portal *Terra*, São Paulo, Polícia, Notícia, 16 set. 2013, às 18h06, atual. às 19h58.

CORPOS de adolescentes mortas em SP são enterrados; mãe é suspeita. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 16 set. 2013, às 17h42, atual. às 19h06.

DA REDAÇÃO da Folha. Internações de dissidentes acobertam torturas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Primeiro Caderno, Exterior, Notícia, 13 nov. 1987.

DANTAS, Carolina. Confira oito lugares silenciosos para fugir da loucura diária de SP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Revistas, São Paulo, Matéria, 25 jan. 2015, às 2h00. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/01/1579336-confira-oito-lugares-silenciosos-para-fugir-da-loucura-diaria-de-sp.shtml>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

FERNANDES, Sofia; DELGADO, Malu. Para chanceler, há evidências de xenofobia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 13 fev. 2009.

FLOR, Ana. (da Reportagem Local) Relatos de falsos ataques já levaram a condenações na Alemanha e na França. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 20 fev. 2009.

FRANCE PRESSE (em Houston). Começa julgamento da mãe que assassinou os cinco filhos nos EUA. *Folha de S. Paulo (on-line)*, São Paulo, Mundo, Últimas, Notícia, 18 fev. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u37219.shtml>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

GADÊLHA, Wilfred. Suspeitos de agredir brasileiros são presos. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 12 mar. 2009 [2009a].

_____. (Com colaboração de Cecília Ramos e Jorge Cavalcanti) Indignado, Lula exige respeito. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 13 fev. 2009 [2009b].

GULLAR, Ferreira. Uma lei errada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Ilustrada, Coluna, 12 abr. 2009.

HOSPITAIS psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Painel do Leitor, Opinião, Cartas, 15 abr. 2009.

HOSPITAIS psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Painel do Leitor, Opinião, Cartas, 14 abr. 2009.

HOSPITAL psiquiátrico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Painel do Leitor, Opinião, Cartas, 13 abr. 2009.

HUMBERTO, Cláudio. Corregedor só age se for acionado. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Brasil, Coluna, 14 fev. 2009.

JUSTIÇA da Suíça condena brasileira por forjar ataque neonazista. (Com informações de NZZ Online, SF Tagesschau, 20minuten online e agências internacionais). Portal *Uol*, São Paulo, Internacional, Notícia, 16 dez. 2009, às 14h10.

LA BRÉSILIEENNE auto-mutilée doit quitter la Suisse. *20 min.ch*, News, Suisse, Story. 11 mar. 2010, às 11h22, atual. às 11h47. Disponível em: <<http://www.20min.ch/ro/news/suisse/story/12333693>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

LAMBERT, Priscila; BIANCARELLI, Aureliano. Surto desencadeia acesso de violência. (Da reportagem local). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Folha Campinas, Notícia, p. 5, 7 nov. 1999.

LEAL, Aline. Especialista diz que transtorno bipolar é a doença que mais causa suicídios. Portal *Terra*, São Paulo, Capa, Brasil, Notícias, Brasil, 15 set. 2013, às 12h34. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/especialista-diz-que-transtorno-bipolar-e-a-doenca-que-mais-causa-suicidios,3844288dd7811410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html#comment>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

MANCZYK, Natalia. Sim, era tudo mentira. Revista *Veja*, São Paulo, Internacional, Justiça,

Notícia, 25 fev. 2009, p. 59.

MÃE suspeita de matar as filhas em SP tem três passagens por estelionato. Portal *Terra*, São Paulo, Polícia, Notícia, 16 set. 2013 [2013a], às 20h02, atual. às 20h12.

MÃE suspeita de matar as filhas passará por avaliação de psiquiatra. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 16 set. 2013 [2013b], às 10h58.

MÃE suspeita de matar duas filhas na zona oeste de SP é indiciada por homicídio. Portal *Uol* (com *Estadão Conteúdo*), São Paulo, Violência em São Paulo, Notícia, 16 set. 2013 [2013c], às 11h44, atual. às 14h53.

MAGENTA, Matheus. (Com colaboração de Marcelo Ninio na Suíça) Depoimento de Paula não é válido, afirma advogado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 26 fev. 2009.

MECA, Cidinha. Pseudociense. Blog *universofemininocom.blogspot.ca*, Atualidades, Artigo de opinião, 15 fev. 2009, às 21h27. Disponível em: <<http://universofemininopontocom.blogspot.ca/2009/02/pseudociense.html>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

MORA, Marcelo. Mãe ‘era rigorosa’ com adolescentes achadas mortas, diz delegado. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 16 set. 2013, às 18h12, atual. às 23h13.

MORAES, Maria Tereza. Mãe mata três filhos e se suicida em Guaratinguetá. *Folha de S. Paulo*, Folha Vale, São José dos Campos, 5 abr. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/vale/vl0504200108.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

MULHER suspeita de matar as duas filhas continua internada em São Paulo. Portal *Terra*, São Paulo, Polícia, Notícia, 16 set. 2013, às 10h18, atual. às 13h24.

MS: MULHER é presa por tentar matar a filha de 3 anos com veneno para rato. Portal *Terra*, São Paulo, Polícia, Notícia, 17 set. 2013, às 12h02.

NESTOR, Moritz. Um outro lado da história do TDAH. Blog *Cultivando o Equilíbrio*, Matéria, publicada em 19 maio 2013, e comentários postados *on-line* de 21 maio 2013 até 4 jun. 2013. Tradução de Jeanne Pilli. Texto traduzido do original Inventor of ADHD’s deathbed confession: “ADHD is a fictitious disease”, publicado em *World Public Union*, 27 mar. 2013.

NINIO, Marcelo. (Enviado especial a Zurique) Em qualquer circunstância, minha filha é vítima, diz pai. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 15 fev. 2009.

NO TRÁFEGO violento, cena de neurose e arbitrariedade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Primeiro Caderno, Polícia, Notícia, p. 12, 3 mar. 1982. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/03/03/2/>>. Acesso em: 16 out. 2014.

NOIVO surta, foge do altar e corre pelado nas ruas de Bauru (SP). Portal *Uol*, São Paulo, Especial Uol Notícias, Cotidiano, Notícia, 12 dez. 2011, às 11h32. Disponível em:

<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/12/noivo-surta-foge-do-altar-e-corre-pelado-pelas-ruas-de-bauru-sp.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

OLIVEIRA, Paulo. Vou ao extremo por minha filha. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Entrevista concedida a Wilfred Gadêlha, 21 fev. 2009.

PARA POLÍCIA, mãe matou filhas após surto ou por estar endividada. *Folha de S. Paulo* (com colaboração do *Agora*), São Paulo, Cotidiano, Notícia, 17 set. 2013, às 3h00.

PAULA Oliveira depõe em tribunal na Suíça. *Folha de S. Paulo* (de Genebra e da redação), São Paulo, Cotidiano, Notícia, 28 fev. 2009.

PERNAMBUCANA depõe na Justiça. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 28 fev. 2009.

RESPOSTA DA ABRASME a Ferreira Gullar. Blog *Saúde mental na UERJ*, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (NEPS), Artigo de opinião, 20 ago. 2009, às 13h07.

REZENDE, Rodrigo. Minha vida sem foco. Revista *SuperInteressante*. Capa, Matéria, publicada em jul. 2012, e comentários postados *on-line* de 9 maio 2014 até 8 fev. 2015. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/comportamento/minha-vida-sem-foco>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

SAÚDE mental, IR, estradas, cotas, Congresso, deputados. *Folha de S. Paulo* (da *Folha on-line*), São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 14 abr. 2009, às 2h30. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/secaodecartas/550060-saude-mental-ir-estradas-cotas-congresso-deputados.shtml>>. Acesso em: 23 out. 2014.

SARMENTO, Wagner. Pernambucana condenada a pagar multa por farsa na Suíça. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 17 dez. 2009.

SCHILLING, Voltaire. Os Estados Unidos da América e a paranoia americana. Portal *Terra*, São Paulo, Capa, Educação, História, Notícia, 28 ago. 2013, às 6h01, atual. 29 ago. 2013, às 21h06. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/historia/os-estados-unidos-da-america-e-a-paranoia-americana,709bed057d0c0410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

SCHUBERT, Alexandre. Eu confesso, o TDAH é uma mentira! Blog *TDAH-reconstruindo a vida*, Artigo de opinião, publicado em 24 jul. 2012, e comentários postados *on-line* de 1 ago. 2012 até 9 maio 2014. Disponível em: <<http://www.tdah-reconstruindoavida.com.br/2012/07/eu-confesso-o-tdah-e-uma-mentira.html>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

SEGURADO, Rosemary; CHAIA, Vera. Enquetes, sondagens e a agenda de debates da ciberpolítica. *Observatório da imprensa - você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito*. Diretório Acadêmico, Opinião Pública, 611. ed., 12 out. 2010. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/enquetes-sondagens-e-a-agenda-de-debates-da-ciberpolitica/>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

SILVA, Acácio. Mãe e filho são encontrados mortos em bairro de Passo Fundo. *Correio do Povo (on-line)*, Porto Alegre, Polícia, Notícia, 19 mar. 2016, às 18h19, atual às 18h58. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Policia/2016/3/582369/Mae-e-filho-sao-encontrados-mortos-em-bairro-de-Passo-Fundo>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

SP: MÃE e 4 filhos são encontrados mortos em apartamento. Portal *Terra*, São Paulo, Polícia, Notícia, 17 set. 2013, às 4h49, atual. 6 dez. 2013, às 17h35. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/sp-mae-e-4-filhos-sao-encontrados-mortos-em-apartamento,74b476d57ca21410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

SUÍÇOS perplexos com versão da brasileira. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 18 fev. 2009.

SURTO desencadeia acesso de violência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Folha Campinas, Notícia, p. 5, 7 nov. 1999. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1999/11/07/67/>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

SUSPEITA de matar as filhas em SP vai para hospital psiquiátrico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 02 out. 2013, às 17h31.

TOMAZ, Kleber. Mãe acusada de matar filhas é transferida para hospital psiquiátrico. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 02 out. 2013, às 15h45, atual. às 15h46.

_____. Defensoria Pública pede para soltar suspeita de matar filhas em SP. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 24 set. 2013, às 15h58, atual. 25 set. 2013, às 7h09. às 17h50.

_____. Suspeita de matar filhas fingiu dormir para evitar depoimento, diz delegado. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 23 set. 2013, às 11h56, atual. às 17h50.

_____.; PIZA, Paula Toledo. ‘Não restam dúvidas’, diz delegado sobre mãe ter matado filhas em SP. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 19 set. 2013, às 14h42, atual. às 20h21)

_____.; _____. Mãe pergunta ‘como estão as meninas’, diz advogado de suspeita. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 18 set. 2013, às 12h42, atual. às 16h33.

_____.; _____. ‘Sempre tratou muito bem as filhas’, diz pai sobre ex suspeita de mortes. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 18 set. 2013, às 7h03, atual. às 8h34.

WEDGE, Marilyn. Por que as crianças francesas não têm Déficit de Atenção? Blog *Cultivando o Equilíbrio*, Artigo de opinião, 16 maio 2013. Tradução de Jeanne Pilli. Texto traduzido do original Why French Kids Don't Have ADHD, publicado em *Psychology Today*, 8 mar. 2012.

ANEXOS

Anexo A

Corpus restrito⁴⁵⁷ (a partir da Reforma Psiquiátrica) (CRP)

Coluna

CRP-01 Uma lei errada

CRP-02 *Campanha contra a internação de doentes mentais é uma forma de demagogia*

CRP-03 A CAMPANHA contra a internação de doentes mentais foi inspirada por um médico italiano de Bolonha. Lá resultou num desastre e, mesmo assim, insistiu-se em repeti-la aqui e o resultado foi exatamente o mesmo.

CRP-04 Isso começou por causa do uso intensivo de drogas a partir dos anos 70. Veio no bojo de uma rebelião contra a ordem social, que era definida como sinônimo de cerceamento da liberdade individual, repressão “burguesa” para defender os valores do capitalismo.

CRP-05 A classe média, em geral, sempre aberta a ideias “avançadas” ou “libertárias”, quase nunca se detém para examinar as questões, pesar os argumentos, confrontá-los com a realidade. Não, adere sem refletir.

CRP-06 Havia, naquela época, um deputado petista que aderiu à proposta, passou a defendê-la e apresentou um projeto de lei no Congresso. Certa vez, declarou a um jornal que “as famílias dos doentes mentais os internavam para se livrarem deles”. E eu, que lidava com o problema de dois filhos nesse estado, disse a mim mesmo: “Esse sujeito é um cretino. Não sabe o que é conviver com pessoas esquizofrênicas, que muitas vezes ameaçam se matar ou matar alguém. Não imagina o quanto dói a um pai ter que internar um filho, para salvá-lo e salvar a família. Esse idiota tem a audácia de fingir que ama mais a meus filhos do que eu”.

CRP-07 Esse tipo de campanha é uma forma de demagogia, como outra qualquer: funda-se em dados falsos ou falsificados e muitas vezes no desconhecimento do problema que dizem tentar resolver. No caso das internações, lançavam mão da palavra “manicômio”, já então fora de uso e que por si só carrega conotações negativas, numa época em que aquele tipo [de] hospital não existia mais. Digo isso porque estive em muitos hospitais psiquiátricos, públicos e particulares, mas em nenhum deles havia cárceres ou “solitárias” para segregar o “doente furioso”. Mas, para o êxito da campanha, era necessário levar a opinião pública a crer que a internação equivalia a jogar o doente num inferno.

CRP-08 Até descobrirem os remédios psiquiátricos, que controlam a ansiedade e evitam o delírio, médicos e enfermeiros, de fato, não sabiam como lidar com um doente mental em surto, fora de controle. Por isso o metiam em camisas de força ou o punham numa cela com grades até que se acalmasse. Outro procedimento era o choque elétrico, que surtia o efeito imediato de interromper o surto esquizofrênico, mas com consequências imprevisíveis para sua integridade mental.

CRP-09 Com o tempo, porém, descobriu-se um modo de limitar a intensidade do choque elétrico e apenas usá-lo em casos extremos. Já os remédios neuroléticos não apresentam qualquer inconveniente e, aplicados na dosagem certa, possibilitam ao doente manter-se em estado normal. Graças a essa medicação, as clínicas psiquiátricas perderam o caráter carcerário para se tornarem semelhantes a clínicas de repouso. A maioria das clínicas

⁴⁵⁷ Este *corpus* é composto somente de textos verbais. Foram omitidas quaisquer imagens ou ilustrações que acompanham os textos que o compõem.

psiquiátricas particulares de hoje tem salas de jogos, de cinema, teatro, piscina e campo de esportes. Já os hospitais públicos, até bem pouco, se não dispunham do mesmo conforto, também ofereciam ao internado divertimento e lazer, além de ateliês para pintar, desenhar ou ocupar-se com trabalhos manuais.

- CRP-10** Com os remédios à base de ampicilil, como Haldol, o paciente não necessita de internações prolongadas. Em geral, a internação se torna necessária porque, em casa, por diversos motivos, o doente às vezes se nega a medicar-se, entra em surto e se torna uma ameaça ou um tormento para a família. Levado para a clínica e medicado, vai aos poucos recuperando o equilíbrio até estar em condições que lhe permitem voltar para o convívio familiar. No caso das famílias mais pobres, isso não é tão simples, já que saem todos para trabalhar e o doente fica sozinho em casa. Em alguns casos, deixa de tomar o remédio e volta ao estado delirante. Não há alternativa senão interná-lo.
- CRP-11** Pois bem, aquela campanha, que visava salvar os doentes de “repressão burguesa”, resultou numa lei que praticamente acabou com os hospitais psiquiátricos, mantidos pelo governo. Em seu lugar, instituiu-se o tratamento ambulatorial (hospital-dia), que só resulta para os casos menos graves, enquanto os mais graves, que necessitam de internação, não têm quem os atenda. As famílias de posses continuam a por seus doentes em clínicas particulares, enquanto as pobres não têm onde interná-los. Os doentes terminam nas ruas como mendigos, dormindo sob viadutos.
- CRP-12** É hora de revogar essa lei idiota que provocou tamanho desastre.

(Fonte: GULLAR, Ferreira. Uma lei errada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Ilustrada, Coluna, 12 abr. 2009)

Cartas dos leitores

CRP-13 Hospital psiquiátrico

- CRP-14** “Parabéns a Ferreira Gullar por propor a revogação da lei que acabou com os hospitais psiquiátricos (“Uma lei errada”, **Ilustrada**, ontem).
- CRP-15** Quem não conhece o problema de ter em casa uma pessoa com problemas mentais não faz ideia de como essa pessoa, sem querer, transtorna a vida de uma família inteira e causa um sofrimento indescritível.
- CRP-16** O desequilíbrio mental atinge, indiscriminadamente, todas as camadas sociais.
- CRP-17** Há que manter casas de acolhimento para pessoas portadoras dos diversos tipos de transtorno mental e ainda escolas especiais para crianças que apresentem problemas já na infância. É difícil criar um filho problemático entre os demais irmãos, pois estes acabam relegados por falta de tempo.” (ZAMBRANA, Perola Soares. São Paulo, SP)
- CRP-18** “Lamentável o artigo de Ferreira Gullar de ontem, que reúne uma série de informações equivocadas a respeito dos avanços nas políticas de atenção às pessoas com sofrimento psíquico intenso.
- CRP-19** Destaco apenas dois pontos-chave do texto: a lei mencionada pelo autor (10.216, de 6 de abril de 2001) não propôs o fim das internações psiquiátricas, mas a sua indicação apenas quando esgotados todos os recursos de tratamento em meio aberto (ambulatorios, hospitais-dia, centros de atenção psicossocial etc.); e o que é mencionado no artigo como uma ‘campanha’ se refere a um conjunto amplo de pesquisas científicas, práticas interprofissionais e discussões consistentes no âmbito das políticas de saúde e de inclusão social.” (GARRAFA, Thais Christofe. Psicanalista. São Paulo, SP)

- CRP-20 “O colunista Ferreira Gullar erra ao igualar a clorpromazina ao Haldol, que, embora tenham a mesma função, são substâncias diferentes. Tal detalhe, porém, não diminui em nada a relevância do tema por ele abordado.
- CRP-21 Há anos as políticas de saúde mental têm se pautado mais em questões ideológicas do que técnicas. O resultado disso é uma desassistência progressiva ao doente mental em várias cidades do país.
- CRP-22 Nesse processo, a psiquiatria e os psiquiatras foram excluídos, demonizados e acusados de serem meros instrumentos de controle social. É urgente que isso seja revisto.
- CRP-23 Não é possível nenhuma discussão séria sobre a assistência ao doente mental que não conte com a participação dos representantes da psiquiatria brasileira.” (RIBEIRO, Marcos Aurélio Martins. Médico psiquiatra, doutor em saúde mental pela FMRP-USP, professor-adjunto da Faculdade de Medicina da Universidade de Ribeirão Preto-Unaerp. Ribeirão Preto, SP)

(Fonte: HOSPITAL psiquiátrico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 13 abr. 2009)

Cartas dos leitores

CRP-24 Hospitais psiquiátricos

- CRP-25 “O artigo de Ferreira Gullar de 12/4 (‘Uma lei errada’, **Ilustrada**) merece todas as palmas possíveis. Sou profissional da área de psicologia e também não entendo o porquê da desarticulação do tratamento público de saúde mental. Ele está certo. Os que têm condições internam seus familiares em clínicas particulares. Os que dependem do tratamento público têm seus familiares ‘encaminhados’ para o convívio familiar. E, muitas vezes, estes vão parar nas sarjetas ou nos manicômios judiciários após cometerem crimes.” (CARDOSO, Nina. Psicóloga. Londrina, PR)
- CRP-26 “Excelente a crítica de Gullar. Como irmão de esquizofrênico, conheço bem a realidade dos doentes mentais, que muitas vezes necessitam, sim, de internação para que se evitem homicídios e suicídios. O fechamento dos manicômios é um ato de crueldade, principalmente com os pacientes mais humildes.” (SANTOS, Jerson dos. São Paulo, SP)
- CRP-27 “O Conselho Federal de Psicologia manifesta-se favoravelmente à lei que instituiu um novo modelo de tratamento aos transtornos mentais no Brasil. Muito mais que ‘demagogia’, como escreveu Ferreira Gullar, a lei 10.216/01 representa enorme avanço em relação à política de isolamento que há séculos o Brasil dispensa aos portadores de sofrimento mental.
- CRP-28 O movimento de luta antimanicomial que inclui profissionais que atuam diariamente com saúde mental, considera que a loucura pode e deve ter o seu lugar no mundo, que as subjetividades individuais contribuem na construção do todo social e que a aceitação das diferenças, sejam elas quais forem, faz parte do ideal de democracia da nossa sociedade. A luta antimanicomial, fundamentada no oferecimento de direitos de cidadania e de convivência social aos portadores de transtornos mentais, é um desafio epistemológico para as ciências da saúde.” (VERONA, Humberto. Presidente do Conselho Federal de Psicologia. Brasília, DF)

- CRP-29 “Curiosamente, o termo cretino - usado por Ferreira Gullar para classificar o proponente da Lei da Reforma Psiquiátrica - é um antigo diagnóstico psiquiátrico que nomeia os portadores de cretinismo, retardo mental causado pelo hipotireoidismo congênito.
- CRP-30 Os periódicos nos indicam que também o diagnóstico que Gullar informa ser o de seus filhos — a esquizofrenia — tem sido usado com frequência como xingamento. Esse contrassenso oculto evidencia a natureza obscura do estigma e revela como pode ser escorregadio redigir sobre o campo polêmico que é o dos cuidados públicos nessa área.
- CRP-31 Penso que o articulista poderia conhecer um pouco mais sobre os familiares satisfeitos com os espaços de excelência que existem dentro da reforma da saúde mental - sim, eles existem, e tendem a não estar nos serviços particulares.
- CRP-32 Sua energia direcionada para a revogação da lei poderia ser mais produtiva se ele viesse a reivindicar a expansão necessária dessa excelência para o maior número de cidadãos brasileiros.” (TÓFOLI, Luís Fernando Tófoli. Doutor em psiquiatria pela Universidade de São Paulo. Fortaleza, CE)

(Fonte: HOSPITAIS psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 14 abr. 2009)

Cartas dos leitores

CRP-33 Saúde mental

- CRP-34 “Excelente o artigo ‘Uma lei errada’ (**Ilustrada**, 12/4), provavelmente o mais importante desde a promulgação da lei 10.216 no Brasil. Apenas tem um erro do Ferreira Gullar, pois o PL do Paulo Delgado foi rejeitado por 23 votos a 4 no Senado. Portanto, não tem ‘Lei Paulo Delgado’, temos portarias do MS, que implantaram todo o viés do PL rejeitado, em detrimento do cumprimento da lei 10.216. Apenas para informá-lo, o coordenador de saúde mental do MS que está lá há dez anos é Pedro Gabriel Delgado, irmão do então deputado. Infelizmente, de 120 mil leitos públicos, temos apenas cerca de 38 mil. Em compensação, mais do que duplicaram os leitos privados. Uma triste realidade. A dessassistência em saúde mental reina no país.” (SILVA, Antônio Geraldo da. Presidente da Associação Psiquiátrica de Brasília (Brasília, DF)
- CRP-35 “O artigo ‘Uma lei errada’, de Ferreira Gullar, é uma ofensa a centenas de profissionais, pacientes e militantes dos direitos humanos e da saúde mental. É perfeitamente justo discordar da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica. O que é inconcebível é uma argumentação raivosa, vulgar, passional e totalmente destituída de embasamento. O poeta parece desconhecer toda a história de discussões, ações, projetos e políticas que tentam reverter o triste quadro de abandono e crueldade do encarceramento, propondo novas alternativas para os doentes psiquiátricos. Ele fala como se tudo tivesse surgido ‘do nada’, apenas de uma vontade superficial de ‘rebelião contra a ordem social’ (onde é feita uma contextualização esdrúxula do período de ‘uso intensivo de drogas’). Não cita os Caps (Centro de Atenção Psicossocial), as muitas pessoas que são beneficiadas pelas atividades destes lugares (cooperativas, atividades artísticas, participação de todos como sujeitos do processo). Mostra total desconhecimento da reforma, pois ignora a existência das residências terapêuticas (além de outros casos onde o paciente não necessariamente continuaria em casa), o

acompanhamento das famílias além de outros tópicos destas transformações.”
(SOTOMAIOR, Gabriel de Barcelos. Campinas, SP)

(Fonte: SAÚDE mental, IR, estradas, cotas, Congresso, deputados. *Folha de S. Paulo* (da *Folha on-line*), São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 14 abr. 2009, às 2h30. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/secaodecartas/550060-saude-mental-ir-estradas-cotas-congresso-deputados.shtml>>. Acesso em: 23 out. 2014)

Cartas dos leitores

CRP-36 Hospitais psiquiátricos

CRP-37 “A sobriedade de Ferreira Gullar em sua coluna é rara nos jornais (“Uma lei errada”, *Ilustrada*, 12/4). Os hospitais-dia e os Caps (Centros de Atenção Psicossocial) têm sua função e devem atender a pacientes psiquiátricos cuja patologia permita parte da jornada em suas próprias casas, contudo o fechamento indiscriminado de leitos psiquiátricos na rede pública impede a abordagem de pacientes nos quais a ação médica deve ser incisiva.

CRP-38 A internação prolongada é prescindível com as medicações de que dispomos atualmente. A classe média merece refletir sobre a questão psiquiátrica sem vieses políticos e de classe.” (ARAÚJO, Luís Fernando de. *Psiquiatra*. São Paulo, SP)

CRP-39 “Como pai, a dor expressada por Ferreira Gullar merece todo o respeito. Mas, como pessoa pública, ele faz exatamente aquilo que crítica em seu artigo: adere sem refletir e examinar detidamente o problema que apresenta. Sua opinião carece de fundamentos científico e empírico sobre as formas de atenção a pessoas com sofrimento mental e sobre as políticas públicas nessa área. O autor desconhece a história dos movimentos pela extinção dos manicômios e pela reforma psiquiátrica brasileira, que defendem a internação, quando necessária, em serviços preocupados com reabilitação (hospitais gerais, entre outros), ao contrário das instituições asilares, que cronificam sofrimentos e intensificam a segregação. Os problemas que vimos enfrentando, como ele menciona, e que tanto nos afligem são efeitos de um conjunto muito mais complexo de fatores do que de uma lei que nem sequer foi aprovada na íntegra.” (SCARCELLI, Ianni Regia. Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, membro da Associação Brasileira de Saúde Mental – Abrasme. São Paulo, SP)

CRP-40 “O artigo de Ferreira Gullar equivoca-se ao qualificar de ‘errada’ a lei 10.216/01, marco da reforma psiquiátrica no Brasil. Ao contrário de equivocarse, a lei acerta em cheio ao introduzir um novo olhar sobre a loucura. Um olhar humanizado, que concebe o sujeito portador de sofrimento mental não mais como mero objeto de tutela, mas como sujeito de direitos. É o conceito de cidadania introduzido à loucura.

CRP-41 Diferentemente do que foi dito, a lei não acaba com as internações psiquiátricas, mas as regulamenta. Em vez de ser tida como a principal alternativa terapêutica, a internação psiquiátrica passa a ser o derradeiro recurso, usado quando outras terapias ambulatoriais se mostrarem ineficazes. Ao repudiar as instituições totais como o principal tratamento da loucura, a lei agrega à sociedade o portador de sofrimento mental, possibilitando o exercício das diferenças na vida social, justamente o que se espera de um Estado democrático de Direito.” (MAGLIO, Maria Fernanda dos Santos Elias. Defensora pública. São Paulo, SP)

CRP-42 “Expresso aqui minha concordância em relação ao artigo de Ferreira Gullar. Sou pai de um jovem de 21 anos que vem de um surto psicótico, diagnosticado como esquizofrenia, e, por total incapacidade de controle e de ação, me vi obrigado a interná-lo. Não o fiz por recreação nem para me livrar do ‘problema’. Não foi essa minha intenção. Queria tão-somente tratá-lo -e, por que não dizer?, me tratar, pois desconhecia até aquele momento o que era. Se a estrutura pública inexistisse - bem o sei, ainda que tenha tido num primeiro momento o atendimento do Samu e do Pínel -, como disse Gullar, a ausência de serviços públicos dignos para atender uma população estimada em 800 mil pessoas merece ser considerada pelo poder público, e não ser objeto da ganância e da especulação de ‘clínicas para tratamento de louco’.” (SOUZA, Luiz Antônio de. Rio de Janeiro, RJ)

CRP-43 “Perfeito o texto de Gullar. Mostra conhecimento de causa. Já o admirava como poeta e admiro-o por sua lucidez. Sou psiquiatra de hospital público e, de dentro do ‘problema’, me senti representada por ele. Vivemos um tempo em que o ‘sucesso’ do tratamento é auferido pela brevidade da permanência do paciente no hospital, e não pela eficácia duradoura dos resultados.” (RAHMÉ, Margareth. Psiquiatra. São Paulo, SP)

(Fonte: HOSPITAIS psiquiátricos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Opinião, Painel do Leitor, Cartas, 15 abr. 2009)

Artigo de opinião

Resposta da ABRASME a Ferreira Gullar

Há um saudável interesse, ultimamente, no desenvolvimento do sistema de saúde mental do país. Este interesse vem suscitando tema de novela e artigos na imprensa, muitos destes parciais, demonstrando desinformação, ingenuidade ou, em certos casos, má intenção e tentativa de manipulação da opinião pública. Nesse sentido, o artigo Uma lei errada - Campanha contra a internação de doentes mentais é uma forma de demagogia, de autoria do jornalista Ferreira Gullar, serve como base para uma reflexão. De forma extremamente enfática, xingando pessoas como o Deputado Paulo Delgado, a quem chama de “cretino”, Gullar acusa a classe média de “quase nunca se deter para examinar as questões, pesar os argumentos, confrontá-los com a realidade”, pecado em que parece ele mesmo incorrer. Senão vejamos.

O artigo desqualifica todo um processo social complexo, que vem evoluindo nos últimos 30 anos no Brasil, com a participação de diversos segmentos sociais, desde médicos psiquiatras, outros profissionais de saúde mental e de saúde pública, poderes legislativo, executivo e judiciário, cientistas sociais, portadores de transtornos psíquicos, seus familiares e diversos outros setores, denominando-o simplesmente de “campanha contra a internação de doentes mentais”. Gullar deixa a desejar como jornalista, ignorando a complexidade deste movimento, que é de extrema importância para o avanço do sistema de saúde como um todo.

Processo que hoje consegue, inclusive, promover um diálogo intersetorial importante, envolvendo os ministérios da Saúde, da Justiça, da Cultura e do Trabalho, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério Público e várias associações profissionais do campo da saúde. O autor tem uma visão empobrecida do desenrolar do processo como fenômeno internacional. Cita a Itália, que realmente inspirou o processo no Brasil, embora não tenha sido a única inspiração. A Inglaterra, a França, a Espanha e a Austrália, entre outros, vêm desenvolvendo sistemas similares, com uma profundidade de impacto social, em

certas perspectivas, semelhante à Itália. Vale mencionar que na Itália não resultou em um desastre, como tenta fazer crer o autor, mas em um programa nacional que se tornou referência mundial, adotado pela ONU como modelo para outras nações. O programa italiano foi executado com enorme competência, envolvendo a sociedade como um todo; tem base comunitária e economiza bastante dinheiro público. Como se sabe, um cidadão internado gasta extremamente mais do que um que possa ser tratado junto a seus familiares, em sua comunidade e com apoio do sistema público de saúde.

O autor parece incorrer no mesmo vácuo de compreensão de muitos que confundem um amplo processo social de discussão das instituições com a ideia simplória da desospitalização. Nenhum profissional de saúde mental sério defende uma posição de não internação de uma pessoa quando necessário. Para isso, a Lei 10.216/01, conhecida como a Lei da Reforma Psiquiátrica, e a portaria GM 336/02, que a regulamenta, apontam para diversas formas de atenção que vão bastante além das únicas que Gullar parece conhecer, que são o ambulatório e o hospital-dia. Há toda uma rede de serviços proposta, incluindo Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), leitos psiquiátricos e emergências psiquiátricas em hospitais gerais, serviços residenciais terapêuticos, além do fortalecimento da atenção primária, o serviço que o Sr. Gullar, espero, ingenuamente, afirma não mais existirem.

Pois caro Sr. Gullar, sinto muito lhe trazer uma verdade incômoda e vergonhosa para o nosso país. Os manicômios continuam existindo, continuam sendo desumanos, tratando seres humanos como animais, produzindo mais doença e, com seu papel de depósito humano (temos milhares de pessoas internadas por 20, 30, 40 anos), continuam sangrando o dinheiro público. Caso o Sr. ou qualquer outra pessoa duvide, será muito fácil mostrar alguns endereços onde se pode constatar esta vil realidade. Há, também, interesses no velho sistema de internações que não têm nada a ver com a intenção de melhorar a saúde dos usuários, são herança da mentalidade do INPS, onde as internações, e por quanto mais tempo melhor, são negócios que dependem da hotelaria, dos serviços, das licitações e da medicalização excessiva dos pacientes. Muitas pesquisas financiadas pelo CNPq e MS têm acumulado evidências científicas de uma avaliação positiva, tanto por parte dos usuários quanto dos familiares, do tratamento realizado nos serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico.

O público muitas vezes não entende estas questões e a imprensa não tem ajudado muito. A maioria das manifestações dos órgãos de imprensa mais poderosos se coloca a favor desses interesses, praticamente não havendo matérias que aprofundem a questão em sua complexidade e denunciem as indignidades que se escondem por trás da desinformação e do sensacionalismo. Há que se entender que estão em jogo duas lógicas. Uma que defende o tratamento para os transtornos psíquicos, como vem sendo aplicado no ocidente desde meados do século XVII, baseada na exclusão no manicômio por tanto tempo quanto possível, dopando o paciente e usando indiscriminadamente o eletrochoque, e sustentada em mitos como o da improdutividade e da periculosidade absoluta do “doente mental”. Outra é a lógica que busca caminhos mais civilizados, inteligentes, eficientes, adequados e mais éticos no tratamento de pessoas que eventualmente necessitam de internações, geralmente curtas, e que podem ser efetivadas na rede de CAPS e hospitais gerais. Por esta outra lógica, entendemos que os problemas das pessoas em nossa sociedade atual são de graus variados e as novas formas de tratamento vêm permitindo a muitas destas pessoas contribuírem de forma admirável para nosso avanço social.

Pessoalmente, manifesto minha solidariedade para com o poeta Ferreira Gullar, por seu sofrimento como pai, que revelou em seu artigo. Compreendo, a partir daí, sua paixão, sua agressividade para com muitos de nós, que lutamos por um modelo de atenção que entendemos como melhor. Há, entretanto, muitos equívocos em seu artigo e um deles talvez seja não perceber que sua família poderia ter sofrido muito menos e tido muito mais apoio se todos nós lutássemos solidariamente pela efetivação de um sistema digno de saúde, que incluía

uma rede adequada de saúde mental, que, apenas por interesses escusos e pela ignorância de muitos de nossos políticos, ainda encontra resistências para sua ampliação e avanço.

Walter Ferreira de Oliveira, Ph.D.
Presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental – Abrasme
(Pela Diretoria e Conselho Deliberativo)

(Fonte: RESPOSTA DA ABRASME a Ferreira Gullar. Blog *Saúde mental na UERJ*, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (NEPS), Artigo de opinião, 20 ago. 2009, às 13h7)

Anexo B

Corpus restrito⁴⁵⁸ (do caso Paula Oliveira) (CPO)

Notícia

CPO-01 Para chanceler, há evidências de xenofobia

CPO-02 *Celso Amorim pediu rapidez à Suíça na investigação do caso da brasileira que sofreu cerca de 100 cortes por canivete*

CPO-03 *A advogada, que mora legalmente no país, estava grávida de gêmeos, no terceiro mês de gestação; ela perdeu os bebês*

CPO-04 *A estação de Stettbach, próxima a Zurique, na Suíça, onde a polícia local encontrou a brasileira [Legenda]*

CPO-05 O chanceler Celso Amorim disse ontem que há claras evidências de xenofobia na agressão contra a advogada brasileira Paula Oliveira, 26, na Suíça.

CPO-06 “A moça não foi assaltada, aparentemente não houve estupro. Não que essas outras coisas diminuíssem o caso, apenas denotam outra motivação.”

CPO-07 O ministro das Relações Exteriores telefonou para a cônsul-geral do Brasil na Suíça, Vitória Cleaver, pedindo que exija rapidez na investigação - nos meios diplomáticos, isso só ocorre em casos excepcionais.

CPO-08 Paula diz ter sido espancada e cortada com canivetes na segunda à noite em Dübendorf por três rapazes carecas, que ostentavam suásticas tatuadas.

CPO-09 A advogada, que mora legalmente no país, estava grávida de gêmeos, no terceiro mês de gestação. Ela perdeu os bebês e agora carrega cerca de cem marcas pelo corpo, de acordo com o pai da vítima, o assessor parlamentar Paulo Oliveira.

CPO-10 Nas pernas, os cortes formam a sigla SVP, iniciais em alemão do Partido Popular Suíço, de direita, contrário à presença de imigrantes no país.

CPO-11 Nos últimos anos, o SVP promoveu uma série de propagandas racistas. Em uma delas, ovelhas brancas chutavam para fora do mapa da Suíça ovelhas negras. Em outra, o partido afirma que o aumento da criminalidade na Suíça ocorreu por causa da imigração.

CPO-12 Grave e chocante

CPO-13 Amorim, que considerou o crime “grave” e “chocante”, disse que, caso fique provado que a agressão teve motivação xenofóbica, o crime ganha proporções muito mais graves. Constatada a xenofobia, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos pode entrar no caso, no sentido de pressionar a Suíça a endurecer a repressão a esse tipo de ato. “É preciso que fique claro que haverá uma investigação em todos os aspectos”, afirmou.

CPO-14 Vitória Cleaver afirmou que autoridades policiais que conduzem as investigações do caso disseram ontem que já há uma lista de “testemunhas indiretas” que serão ouvidas, pois Paula estava sozinha na estação de trem no momento em que foi abordada. “A

⁴⁵⁸ Este *corpus* é composto somente de textos verbais. Foram omitidas as imagens ou ilustrações que acompanham alguns dos textos que o compõem.

polícia tem cooperado. A conversa inicial não foi muito satisfatória. Mas hoje o nível da conversa foi elevado”, disse à **Folha**. A polícia suíça, relatou Vitória, enfatizou que conduzirá o caso com extremo sigilo, sobretudo para proteção de Paula e seus familiares. No entanto mostra-se disposta a concluir as investigações, disse a cônsul. “Vamos insistir exaustivamente nisso”, reiterou ela.

- CPO-15** O encarregado de negócios da Embaixada da Suíça, Claude Crottaz, disse, antes mesmo de ser questionado sobre a motivação da agressão, que o país condena todo tipo de racismo. Segundo ele, as investigações estão sendo conduzidas e ainda não há nenhuma conclusão, mas, caso seja constatado racismo, o episódio “não deve ser julgado de forma leve”. “Isso é muito grave”, disse Crottaz, que aceitou ontem o convite do Itamaraty para conversar sobre o caso.
- CPO-16** O presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB), entregou pessoalmente ontem um protesto à embaixada. O deputado se diz muito surpreso com o comportamento da polícia suíça e do pouco caso que a imprensa europeia tem dado ao assunto.
- CPO-17** Crottaz, que está substituindo o embaixador enquanto este faz uma viagem, pediu ao deputado que não enxergue o país como xenofóbico, já que 25% (cerca de 1,5 milhão) da sua população é de imigrantes. Não negou, contudo, a ação preocupante de grupos neonazistas, e disse que até os suíços partidários de uma maior abertura do país a imigrantes sofrem agressões.
- CPO-18** “Não vamos deixar essa coisa barato”, disse o deputado, dizendo estar receoso de que a Europa passe a tratar esses casos como corriqueiros. Gadelha aproveitou a visita à embaixada para pedir que o Partido Popular, que ocupa 40% do parlamento suíço, se pronuncie sobre o caso.

(Fonte: FERNANDES, Sofia; DELGADO, Malu. Para chanceler, há evidências de xenofobia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 13 fev. 2009)

Notícia

CPO-19 » ATAQUE NEONAZISTA

CPO-20 Indignado, Lula exige respeito

CPO-21 *No Recife, presidente cobrou das autoridades suíças punição para os agressores da advogada pernambucana Paula Oliveira, espancada e marcada por skinheads*

CPO-22 Em visita ontem a Pernambuco, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exigiu respeito aos brasileiros que moram fora do País, em seu primeiro comentário a respeito do ato de barbárie contra a advogada recifense Paula Ventura de Oliveira, 26 anos, atacada a socos e chutes por três skinheads neonazistas na cidade suíça de Dubendorf, próximo a Zurique, na segunda-feira à noite.

CPO-23 Grávida de três meses de gêmeas, Paula teve o corpo marcado a golpes de estilete que reproduziam a sigla SVP, do Partido do Povo Suíço, agremiação de extrema-direita que integra o governo do país europeu. Em consequência da agressão, a pernambucana perdeu os bebês. “O que nós queremos é respeito. Nós aqui no Brasil respeitamos os estrangeiros, desde o dia em que Cabral pôs os pés aqui”.

CPO-24 “Não podemos aceitar o que aconteceu e ficar calados diante de tamanha violência cometida contra uma brasileira. Pedimos que sejam punidos os agressores da nossa

companheira brasileira”, reagiu Lula. “O Brasil tem sido um exemplo de como receber os estrangeiros. Vivemos em paz com estrangeiros.”

CPO-25 As declarações de Lula foram feitas em entrevista na chegada ao Hotel Atlante Plaza, no Recife, no início da noite. O presidente determinou que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, entrasse no caso. Amorim solicitou a presença de um diplomata suíço no Itamaraty para pedir rigor nas investigações. O encontro no Itamaraty foi entre o ministro - conselheiro da Embaixada da Suíça em Brasília, Claude Crottaz, e o chefe do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, Eduardo Gradilone. O chanceler também ligou para a consulesa-geral do Brasil em Zurique, Victoria Cleaver, para pedir que acompanhasse o caso de perto. “É muito raro eu ter que ligar diretamente para um cônsul”, disse Amorim.

CPO-26 O ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos classificou o crime de “gravíssimo”: “Ele traz de volta toda a temática do horror do Holocausto. Não pode haver tolerância com esses intolerantes”. O governador Eduardo Campos (PSB) pediu a Lula que fizesse todos os esforços diplomáticos e políticos para a apuração do caso. Eduardo classificou a agressão sofrida por Paula como “uma barbárie inaceitável”. O governador ligou para o deputado federal Roberto Magalhães (DEM), de quem o pai da advogada, Paulo Oliveira, é assessor. Eduardo passou o celular para Lula, que pediu a Magalhães que informasse a Oliveira as providências tomadas pelo governo. “O presidente me disse de todas as providências e do seu inconformismo com a maneira que alguns brasileiros são tratados em alguns países”, afirmou o deputado.

CPO-27 No Itamaraty, Amorim disse que o crime tem todas as características de um ato xenofóbico. “É preciso que as autoridades suíças façam a investigação. Nós temos confiança de que farão, temos confiança que manterão a transparência.” Na Assembleia Legislativa, o deputado Pedro Eurico (PSDB) fez um pronunciamento sobre o caso. “Este processo de xenofobia odioso lembra o período de tortura da Inquisição”, sentenciou Eurico. Mais cedo, todas as comissões aprovaram um voto de repúdio à agressão, que será encaminhado à Embaixada da Suíça em Brasília, à Embaixada do Brasil em Berna e à representação brasileira junto às comunidades europeias.

(Fonte: GADÊLHA, Wilfred. (Com colaboração de Cecília Ramos e Jorge Cavalcanti) Indignado, Lula exige respeito. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 13 fev. 2009)

Artigo de opinião

CPO-28 O curioso caso de Paula Oliveira

CPO-29 É verdade, a vida, às vezes, parece um enredo de cinema. A aparente - não desejo entrar no mérito se o fato realmente ocorreu ou não - automutilação da brasileira na Suíça é algo mais comum do que parece e é descrita na literatura médica pelo nome de Dermatite Factícia.

CPO-30 Comprovando a afirmação da psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva de que o psicopata mora ao lado, quase todos os dias, em meu consultório, me deparo com pacientes que apresentam moléstias da área das Psicodermatoses. Da Tricotilomania à Onicofagia, passando pelas Escoriações Neuróticas, observamos que o território cutâneo é manifestação frequente de diversas doenças mentais - segundo alguns autores esta associação se explica justamente porque a pele e o Sistema Nervoso Central, quando em sua formação embrionária, derivam do mesmo tecido original, o Ectoderma.

CPO-31 Mas voltemos à Dermatite factícia:

CPO-32 Também chamada Dermatite artefacta ou pantomímica, consiste na provocação deliberada de lesões cutâneas pelo paciente, sem que este admita o fato na consulta. Geralmente representam um desafio diagnóstico, pois faltam informações verídicas na história. Podem, pelos inúmeros métodos de simulação empregados e pela variedade de lesões conseguidas (lesões lineares, bolhosas, cáusticas) simular diversas dermatoses diferentes, como Pênfigos, Porfíria, Vasculites. Nesse caso, resta ao dermatologista bancar o detetive, mas com extrema cautela.

CPO-33 Conforme trabalho publicado recentemente por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, “o confronto direto com o paciente poderá ser desastroso, resultando no abandono do tratamento”.

CPO-34 Seria uma tentativa desesperada, aberta e clara de socorro, visando atrair atenção, simpatia ou preocupação de familiares e amigos, quiçá para a obtenção de benefícios secundários. Estellita-Lins e colaboradores, em excelente abordagem, recorrem à psicanálise para explicar a origem da doença: “o masoquismo pode estar presente como atitude de autoflagelação ou como perversão sexual. Observações da clínica psicanalítica sugerem um processo de luto patológico no qual o aspecto de perda do objeto de amor implica ódio recalcado. (...) O paciente volta-se enigmaticamente contra si próprio, já que o lugar da pessoa amada (que está sendo pranteada) permanece na fantasia até o término da elaboração do luto. Esse tipo de auto-agressão seria uma represália real contra uma parte do objeto fantasmático perdido (morto) dentro de si próprio”.

CPO-35 Como disse o poeta Rimbaud, “a pele é o que há de mais profundo”.

(Fonte: BENEVENUTI JÚNIOR, Paulo. O curioso caso de Paula Oliveira. Blog *na pele*, Minas Gerais, Dermatologia, Artigo de opinião, 13 fev. 2009, às 17h40)

Coluna

CPO-36 Corregedor só age se for acionado

CPO-37 O novo corregedor da Câmara, deputado ACM Neto (DEM-BA), afirmou a esta coluna que só pode investigar os deputados que recebiam seus vencimentos na boca do caixa “se for acionado”. O expediente, que já foi suspenso por decisão do presidente da Casa, Michel Temer, era utilizado pelos deputados Luiza Erundina (PSB-SP), Aline Corrêa (PP-SP), Silvio Torres (PSDB-SP) e, claro, o deputado do castelo, Edmar Moreira (MG). Os deputados recebiam na boca do caixa para driblar ordens judiciais de bloqueio de saldo bancário. A obstrução caracterizaria quebra de decoro.

CPO-38 LIVRE E SOLTO

CPO-39 Livrado ontem do processo por quebrar o sigilo bancário do caseiro, Antonio Palocci (foto) deverá voltar ao ministério do governo Lula.

CPO-40 Suíça

CPO-41 O Ministério das Relações Exteriores se fechou em copas, ontem, após a perícia suíça constatar que a advogada Paula Oliveira, 26, não estava grávida quando supostamente três neonazistas a atacaram em Zurique, e que os ferimentos no corpo com as letras do partido de direita SVP seriam “autoflagelação”. A ordem agora é fechar o bico até o

final da investigação ou mantê-la “secreta”, como sugeriu Lula nesta sexta.

CPO-42 Suíço suspeito

CPO-43 O ultranacionalista suíço SVP, que prometeu punir o suposto ataque, quer as autoridades investigando o papel do companheiro dela, Marco Trepp.

CPO-44 Lenha

CPO-45 O SVP, contrário a benefícios imigratórios, sugere que a Suíça deve punir estrangeiros “mentirosos”, suspendendo vistos de trabalho.

CPO-46 “Doente”

CPO-47 Em nota aos jornais suíços, o SVP chamou Paula de “visivelmente doente”, e o caso de “escândalo insuflado por jornalistas estrangeiros”.

CPO-48 Infraero 1

CPO-49 A Justiça suspendeu ontem cerca de 50 transferências (até de cidades) ordenadas pelo presidente da Infraero, brigadeiro Cleonilson Nicácio.

CPO-50 Infraero II

CPO-51 O presidente da Infraero só soube do revés na Justiça ao desembarcar, tarde da noite, de um passeio em Dubai.

CPO-52 Rachid nos EUA

CPO-53 Dispensado da Receita Federal, Jorge Rachid recusou o cargo de secretário de Finanças do Rio. Conseguiu que Lula cumprisse a promessa de nomeá-lo adido tributário à embaixada em Washington.

CPO-54 “Quase todas as empresas brasileiras estão muito capitalizadas.” Presidente Lula, pedindo a cooperação de empresários contra a crise.

CPO-55 Fundos sem fundos

CPO-56 Os poderosos fundos de pensão dos EUA, que até aqui tinham se mantido incólumes à crise, acusaram o golpe. O Harbinger, um dos maiores acionistas do New York Times, fechou janeiro no vermelho.

CPO-57 Rápidos no gatilho

CPO-58 No período em que vigorou a MP da Pilantropia, rejeitada na Câmara, pelo menos 4 mil ditas cujas conseguiram renovar certificados junto à União. Mesmo com nome sujo na Polícia Federal e no Ministério Público.

CPO-59 Brizola e ACM

CPO-60 Coube ao líder do PDT na Câmara, Brizola Neto, a missão de demover o deputado Manato (ES), de concorrer à 2ª vice-presidência, abrindo caminho para ACM Neto (DEM-BA). Os avôs devem estar sorrindo à toa.

CPO-61 Valor da saúde

CPO-62 O governo do Pará explica que é diferente o contrato com o Pró-Saúde: além de gerir todo o hospital, dura um ano, ao contrário do firmado com a Ciap, rompido por “atrasos e irregularidades” reveladas em auditoria.

(Fonte: HUMBERTO, Cláudio. Corregedor só age se for acionado. *Jornal do Commercio*,

Pernambuco, Brasil, Coluna, 14 fev. 2009)

Notícia

CPO-63 » SUÍÇA

CPO-64 Muitas perguntas ainda sem resposta

CPO-65 *Especialistas identificam lacunas na versão da pernambucana Paula Oliveira, ao mesmo tempo em que questionam postura da polícia nas investigações*

CPO-66 A polícia de Zurique diz, desde o começo das investigações, que as circunstâncias do episódio envolvendo a advogada pernambucana Paula Oliveira não estão claras. Para especialistas ouvidos pela reportagem, há ainda muitos pontos obscuros tanto no suposto ataque neonazista como na condução da investigação policial.

CPO-67 O professor de direito constitucional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Paulo Estevam Serrano diz que houve precipitação das autoridades do país europeu, além de erros formais na investigação. “Como diz o pai da advogada, parece que estão desviando o foco, ressaltando a suspeita de que estão tentando incriminar a vítima e não punir os culpados”, enfatiza Serrano.

CPO-68 O professor destaca que, apesar de alardear que é uma entidade independente, o Instituto de Medicina Forense da Universidade de Zurique atua no caso como um agente público. “O instituto não é organicamente ligado à polícia, mas foi designado para preparar um laudo. Tornou público parte de uma investigação sigilosa”, salienta.

CPO-69 Serrano também condena a atitude lembrando que os exames médicos não foram concluídos. “Não houve sequer a cogitação de Paula ser examinada por um psiquiatra”, denuncia o professor, aconselhando a Embaixada do Brasil em Berna a contratação de um legista independente para a confecção de um laudo privado. “Isso sem o menor estremecimento nas relações entre os países.”

CPO-70 O presidente da Associação Pernambucana de Médicos Legistas (Apemol), Antônio Barreto, faz uma pergunta: “Onde estão os fetinhos que ela teria perdido?”. Segundo Barreto, os sintomas de uma gravidez não desaparecem de uma hora para outra após um aborto. “O útero demora a voltar a seu estado normal, há sangramento similar ao de uma menstruação e o colo do útero também involui. Pode ter havido até lesão vaginal.”

CPO-71 Em relação aos cortes vistos no corpo de Paula nas fotografias, Barreto salienta que as lesões não podem ser negadas. “Resta saber se ela fez, pediu para alguém fazer ou se foram feitos como ela disse. Há cortes nas costas? O que dá para dizer de longe é que são lesões superficiais, que parecem não ter atingido a parte subcutânea da derme.”

CPO-72 LÚPUS

CPO-73 Paula Oliveira é portadora de uma doença autoimune (quando o sistema imunológico se volta contra as células de defesa), o lúpus. Segundo a reumatologista e professora da Escola Pernambucana de Medicina Cláudia Matos, a doença não impede que uma mulher possa ser mãe. “Isso não existe mais. Quando a doença está controlada, a gravidez se desenvolve naturalmente. Mas no início da gestação, pode haver abortamento”, explica Cláudia.

CPO-74 O lúpus se caracteriza por manchas avermelhadas na pele, sobretudo no rosto. A doença pode provocar a chamada psicose lúpica, que deixa a pessoa suscetível a delírios, alucinações, mania de perseguição e depressão grave.

(Fonte: MUITAS perguntas ainda sem resposta. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Suíça, Notícia (vinculada à *Polícia nega gravidez e sugere que pernambucana se mutilou*), 14 fev. 2009)

Notícia

CPO-75 **Em qualquer circunstância, minha filha é vítima, diz pai**

CPO-76 *Brasileira ainda não sabe que polícia suíça desmentiu versão de gravidez*

CPO-77 *Segundo Oliveira, o estado psicológico da advogada pernambucana é grave e não há previsão de alta e retorno da família ao Brasil*

CPO-78 O estado psicológico da advogada pernambucana Paula Oliveira é “grave e se tornou mais preocupante”, disse ontem o pai dela, Paulo Oliveira. Segundo ele, não há previsão de alta.

CPO-79 Paula, 26, ainda não sabe que a polícia suíça desmentiu a versão de que ela estava grávida no momento da agressão que teria sofrido na segunda-feira passada, na estação de trem de Dübendorf, a 3 km de Zurique. Para poupá-la, o advogado também ainda não contou à filha que a polícia suspeita que ela mesma provocou os ferimentos em seu corpo. Um dia após ter afirmado que acredita na versão da filha - de que foi atacada por skinheads e que teria sofrido aborto de um casal de gêmeas num banheiro da estação -, Paulo fez ontem a primeira concessão em relação às suspeitas da polícia suíça.

CPO-80 “Em qualquer circunstância, a minha filha é vítima”, disse ele. “Ou é vítima de graves distúrbios psicológicos ou da agressão, que desde o início ela sustenta e [de que] não tenho motivos ainda para duvidar.”

CPO-81 Na sexta, a polícia apresentou os resultados de uma perícia independente, que descartou a gravidez de Paula no momento em que alega ter sido agredida. Sobre os cortes no corpo dela, o legista responsável pelo caso disse que há fortes indícios de automutilação.

CPO-82 Paulo disse que não tem exames que comprovem a gravidez da filha. “Como eu não morava com ela e nem moro, não sei onde estão os documentos”, contou o advogado. “Tudo o que tenho são as informações que ela transmitiu antes que esta tragédia se iniciasse.”

CPO-83 Ao chegar ao Hospital Universitário de Zurique, Paulo parecia desorientado. “Eu e ela estamos em estado de choque”, disse ele, que precisou de ajuda para achar o quarto de Paula. Segundo ele, não há data para a filha receber alta e que pretende levá-la ao Brasil quando isso ocorrer. Mas descartou uma saída apressada. “Não temos motivos para fugir.” Segundo ele, a família decidiu não contar à filha os resultados dos exames da polícia para não piorar o seu “grave estado psicológico”.

CPO-84 Apesar da reviravolta no caso, Paulo garante que a família não duvida da filha. “Não temos motivos para isso. Aliás, em qualquer versão proveniente de uma pessoa em estado de choque temos que esperar que ela recobre a serenidade para poder avaliar”, disse ele, visivelmente abatido. “Não durmo há quatro noites”, afirmou.

CPO-85 A imprensa suíça deu grande destaque à reviravolta no caso Paula. Alguns jornais

publicaram duros ataques. Um colunista do diário conservador “Neue Zürcher Zeitung”, um dos maiores do país, acusa a imprensa brasileira de inventar fatos “regularmente” e afirma que o Brasil é um dos países mais racistas do mundo.

(Fonte: NINIO, Marcelo. (Enviado especial a Zurique) Em qualquer circunstância, minha filha é vítima, diz pai. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 15 fev. 2009)

Artigo de opinião

CPO-86 Pseudociese?

CPO-87 Na novela “América” que a Rede Globo exibiu em 2005, a personagem Simone viveu uma Pseudogestação ou Pseudociese, ou seja, teve uma “barriga de mentira”, gravidez psicológica ou imaginária.

CPO-88 Segundo especialistas, essa síndrome é de origem mental, mas o corpo responde com sinais de uma real gravidez, com aumento do volume do abdome (barriga), náuseas, vômitos, sensação subjetiva de que o bebê está se mexendo, e até aumento de mamas com secreção de leite. A amenorréia (ausência de menstruação) é um sinal característico.

CPO-89 O Dr. Joel Rennó Jr., médico psiquiatra, coordenador do Pró-Mulher, programa de atenção à saúde psicológica da mulher desenvolvido no Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade São Paulo, esclarece que “algumas mulheres desejam tanto engravidar, ou pelo contrário, temem a gravidez por um medo inconsciente, e acabam apresentando quadro clínico de pseudociese. Ou seja, a falsa crença de estar grávida, associada com sinais objetivos de gravidez.”

CPO-90 Continuando em sua linha de raciocínio, Dr. Joel afirma que “embora o problema possa acometer mulheres de baixo nível de instrução, em sua maioria, não é incomum também acometer mulheres solteiras, magras e com profissões consideradas ‘intelectuais’. O histórico de problemas psicológicos, sexuais e traumas sócio-ambientais devem ser investigados”.

CPO-91 Fizemos tais considerações para chegar ao foco do tema escolhido: a jovem Paula Oliveira, advogada de 26 anos de idade, vivendo na Suíça, foi alvo da imprensa com grande repercussão no Brasil, ao afirmar ter sido alvo de ataque de neonazistas na noite de 9 de fevereiro de 2009, na estação de trem de Stettbach, em Zurick [sic], com ferimentos provocados por um instrumento cortante.

CPO-92 Ao ser socorrida, apresentando cortes em diversas partes do corpo, especialmente no abdome e pernas, Paula informou ter sofrido aborto espontâneo no banheiro da estação, logo após o ataque, e que se tratava de gravidez gemelar.

CPO-93 Durante as investigações os médicos que a examinaram afirmaram que a jovem não apresentava sinais de gestação recente, e que os cortes supostamente provocados por neonazistas, numa retaliação xenofóbica, na verdade tratavam-se de automutilação.

CPO-94 Cabe-nos, então, indagar se tantos especialistas envolvidos na investigação não pensaram na possibilidade de uma pseudogestação, com todas as implicações que o quadro apresenta, principalmente se considerarmos as afirmações do Dr. Joel Rennó Jr. acerca de possível trauma sócioambiental?

(Fonte: MECA, CIDINHA. Pseudociese. Blog universofemininocom.blogspot.ca, Atualidades, Artigo de opinião, 15 fev. 2009, às 21h27)

Cartas dos leitores

CPO-95 Brasileira na Suíça

CPO-96 “É no mínimo sem sentido a versão da polícia Suíça no caso da advogada Paula Oliveira. O que eles pretendem provar, que não existe xenofobia no país?” (MARCÍLIO, Eva. São Carlos, SP)

CPO-97 “O governo e a imprensa suíça estão tomando uma atitude que mostra mais xenofobia: acusam antes de encerrar o caso e destratam uma pessoa e uma família que no mínimo estão passando por um grande transtorno psicológico. Se um cidadão suíço fosse supostamente agredido aqui, eles teriam feito a mesma coisa que os brasileiros, e até mais, teriam duvidado da conclusão da nossa polícia. Além disso há questões éticas, porque informações da paciente foram repassadas pelo hospital para o mundo. E também, se não for comprovada a agressão, teremos visto o preconceito da imprensa e de autoridades suíças com pessoas sofrendo transtornos mentais.” (FONSECA, Fernando Rios. Pato Branco, Paraná)

CPO-98 “Morando em Pernambuco, assino a **Folha** para usufruir da leitura de Clóvis Rossi, Eliane Cantanhêde e Barbara Abramo. Com entusiasmo, li as análises dos dois primeiros sobre o caso da brasileira Paula Oliveira na Suíça. Com o surgimento das novas circunstâncias, aguardei, ansiosa, para ver o que diriam. Li-os ontem. A análise não deixa a desejar. O ponto crucial da questão, a xenofobia, não foi esquecido e nem se fez mea culpa, pois brasileiros menos favorecidos economicamente continuam a ser vítimas desse mal. Contudo, a banalização da xenofobia, com a provocação de escândalos, como escreveu Rossi, foi correta e perfeitamente repudiada.” (AMARAL, Maria José do. Recife, PE)

(Fonte: BRASILEIRA na Suíça. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Painel do Leitor, Cartas, 16 fev. 2009)

Notícia

CPO-99 Suíça

CPO-100 Era tudo mentira?

CPO-101 A polícia suíça diz que a advogada brasileira que teria sido vítima de ataque xenófobo não estava grávida e pode ter se automutilado

CPO-102 MARCADA Paula, em foto enviada a amigos anunciando a gravidez; acima, as marcas que os supostos agressores teriam lhe infligido [Legenda]

CPO-103 O caso da agressão à advogada brasileira Paula Oliveira, de 26 anos – que teria tido o corpo retalhado a faca por três homens na Suíça e perdido os bebês que esperava em decorrência do episódio –, terminou a semana de forma inesperada: em comunicado distribuído na sexta-feira, a polícia suíça afirmou que resultados de exames médicos apontaram que Paula, ao contrário do que havia dito, não estava grávida no momento em que diz ter sofrido a agressão. O aviso informa ainda que, de acordo com os exames,

não é possível afirmar que as marcas em seu corpo tenham sido feitas por terceiros. O legista suíço Walter Baer, que auxiliou a polícia nas investigações, declarou que “qualquer médico forense com experiência não hesitaria em afirmar que esse foi um caso de autoflagelação”. A madrasta de Paula, Jussara Britto, disse a VEJA que a família tem imagens de ultrassom que mostram que Paula estava, sim, grávida. Quanto à afirmação de que ela própria poderia ter se autoinfligido os cortes que aparecem nas fotos enviadas a jornalistas brasileiros por seu namorado, Jussara afirmou: “Quem conhece a Paula sabe que essa hipótese está fora de cogitação”.

CPO-104 Paula contou ao pai, o assessor parlamentar Paulo Oliveira, que se dirigia à casa onde mora com o noivo quando foi abordada por três homens carecas na saída da estação de trem de Dubendorf, cidade vizinha a Zurique. Eles a teriam arrastado para um terreno próximo, abaixado sua calça e levantado sua blusa. “Depois a estiletaram no corpo todo. Na barriga e nas coxas, fizeram as siglas do SVP”, disse o pai. O SVP, Partido do Povo Suíço, teve 29% dos votos nas últimas eleições e conquistou a maior parte das cadeiras do Parlamento suíço. O fato de ele pregar a expulsão de imigrantes reforçou a sugestão de que se tratava de um ataque xenófobo. Paula disse que, depois do ataque, se refugiou no banheiro da estação de trem. Lá, teria sofrido o aborto.

CPO-105 Logo que chegou a Zurique, em 2007, transferida da filial da empresa dinamarquesa Maersk em São Paulo, Paula conheceu o namorado, o economista suíço Marco Trepp. No dia 20 de janeiro, ela mandou um email para amigos, com uma foto sua, anunciando a gravidez: “Gente, novidades: tô grávida... de gêmeos! O susto foi grande, mas agora estamos superfelizes! Como perdi muito peso, já dá pra ver a barriguinha, espero que gostem!”. No dia 23, escreveu para a amiga Márcia Peixoto que esperava meninas e, no dia do suposto ataque, mandou outro e-mail dizendo que estava ansiosa pelo exame que faria no dia seguinte.

CPO-106 Diante de versões tão conflitantes, três hipóteses se desenham: 1) a polícia suíça mentiu ou se enganou ao dizer o que disse; 2) Paula, por alguma razão, inventou que estava grávida e criou a versão do ataque para camuflar a mentira; 3) além de fabular sobre a gravidez e o ataque, a advogada se automutilou, numa conduta que pode ser consequência de um distúrbio psiquiátrico ou de uma instabilidade emocional momentânea – o que, segundo especialistas, pode ocorrer em qualquer fase da vida. Contra essas duas últimas possibilidades, estão relatos colhidos por VEJA. A reportagem ouviu dois ex-colegas de faculdade da advogada, uma ex-professora de colégio, um amigo também dos tempos de escola e um advogado do escritório onde Paula estagiou no Brasil. Todos reiteram o que diz sua madrasta: que ela nunca apresentou nenhum distúrbio psicológico, era sociável, tranquila e afável. O episódio envolve dúvidas – gravidez ou não gravidez, ferimentos autoinfligidos ou não – cujas respostas, quando forem apresentadas, precisam ser incontestáveis. Quaisquer que sejam elas, o fato é triste.

(Fonte: ERA tudo mentira? Revista *Veja*, São Paulo, Internacional, Suíça, Notícia, 18 fev. 2009, p. 77)

Notícia

CPO-107 Suíços perplexos com versão da brasileira

CPO-108 Quando, na semana passada, veio a público a história contada pela pernambucana Paula Ventura de Oliveira, 26 anos, o Brasil foi contaminado por um clima de

indignação que chegou até ao presidente da República. Agora, depois de, na sexta-feira, a polícia de Zurique desmentir a versão de Paula, é a vez dos suíços ficarem perplexos. “As pessoas foram pegas de surpresa e não acreditam no que está acontecendo. Até mesmo os jornalistas estão consternados”, observa o carioca Alexander Thoele, repórter da Rádio Suíça Internacional, há oito anos morando em Berna, a capital suíça.

CPO-109 Thoele esteve na estação ferroviária de Stettbach, em Dubendorf, onde Paula afirma ter sido agredida por três skinheads neonazistas na noite da terça-feira 9. “É uma área movimentada, onde há muitas residências”, resume o carioca. Segundo ele, nenhum morador da região viu algo no dia do suposto crime. “Pelo contrário, quase fui agredido quando realizava entrevistas. As pessoas diziam que é invenção de Paula, que ela é louca e que uma coisa daquela não poderia ter acontecido no local”, explica Thoele (3).

CPO-110 “A imprensa suíça começou a entrevistar psicólogos, que disseram que Paula pode ter distúrbios como a síndrome de Borderline. Se a imprensa brasileira errou ao ouvir uma só versão, a suíça está cometendo erro semelhante.” A pessoa atingida por esta síndrome apresenta sintomas como depressão, redução da capacidade de sentir prazer, fadiga, diminuição da concentração, comportamento suicida, alterações no sono e no apetite e retraimento social.

CPO-111 Segundo Thoele, o silêncio das autoridades de segurança de Zurique é, além de uma estratégia para evitar influências externas no trabalho da polícia, uma prática comum no país. “A polícia fez uma opção pelo silêncio e orientou o Hospital Universitário, a Universidade de Zurique e até mesmo a família de Paula a evitar dar declarações à imprensa. Eles dizem que só se pronunciarão ao final das investigações.”

CPO-112 O brasileiro diz que o clima de tensão chegou até o noivo de Paula, o economista suíço Marco Trepp, que deixou Dubendorf rumo a destino ignorado. “Ele desligou até mesmo o telefone da casa onde mora com Paula. Além disso, também desligou o telefone celular”, revela Thoele.

CPO-113 Paula Oliveira se formou em direito em 2005, na Faculdade de Direito do Recife (FDR), vinculada à Universidade Federal de Pernambuco. Mas, de acordo com a seção pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), ela não fez o exame da Ordem. Portanto, não pode advogar nem no Brasil nem no exterior. O presidente da OAB-PE, Jayme Asfora, confirmou que Paula não pode ser chamada de advogada, mas sim de bacharela em direito. “Ou ela não fez o exame ou não passou, mas, segundo amigos dela, ela realmente optou por não fazer. Isso significa que ela não pode advogar. Mas não vejo isso como relevante na investigação”, afirmou Asfora.

CPO-114 A reportagem tentou contato com a A.P. Moeller-Maersk, a empresa de transporte marítimo em que Paula Oliveira trabalha como coordenadora de vendas na Suíça, para confirmar o cargo, mas a assessoria de imprensa não retornou a ligação.

(Fonte: GADÊLHA, Wilfred. Suíços perplexos com versão da brasileira. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 18 fev. 2009)

Notícia (agendamento)

CPO-115 Relatos de falsos ataques já levaram a condenações na Alemanha e na França

CPO-116 O relato de falsos ataques de neonazistas ou skinheads já levaram a condenações na Europa. Os dois episódios de maior repercussão ocorreram em 2007, na cidade alemã de Mittwaida, e em 2004, nos subúrbios de Paris.

- CPO-117** Em novembro de 2007, Rebecca Katzschmann, então com 17 anos, alegou ter salvo uma criança, filha de imigrantes, de um ataque de nazistas. Disse que quatro homens marcaram uma suástica em seu quadril. O caso repercutiu e Rebecca recebeu um prêmio. Depois, a Justiça condenou a jovem a prestar 40 horas de trabalhos sociais, alegando que havia indícios suficientes de que Rebecca havia desenhado a suástica no próprio corpo. Além disso, a criança que ela teria salvo não estava na cidade no dia do suposto ataque.
- CPO-118** Um episódio que causou constrangimento para o governo francês foi o falso ataque relatado por Marie-Leonie Leblanc, à época com 23 anos, em um trem do subúrbio de Paris, em julho de 2004. Ela inventou que fora atacada por “jovens africanos negros e árabes”, que a teriam espancado, rasgado suas roupas, cortado seu cabelo e desenhado suásticas no seu corpo por acharem que ela tinha origem judaica.
- CPO-119** Jacques Chirac, então presidente da França, foi a público pedir a investigação para punir os criminosos.
- CPO-120** Confrontada pela falta de testemunhas e ausência de imagens no circuito interno de TV do trem, Marie confessou ter inventado o incidente - e alegou que não esperava tamanha repercussão. Ela disse que desenhou as suásticas com a ajuda do namorado. Foi condenada a quatro meses de detenção por inventar um crime imaginário e a dois anos de tratamento psiquiátrico.

(Fonte: FLOR, Ana. Relatos de falsos ataques já levaram a condenações na Alemanha e na França. (Da reportagem local) *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 20 fev. 2009)

Notícia

CPO-121 Advogado diz que estuda citar doença como defesa; médicos dizem ser raro

- CPO-122** Roger Müller, advogado suíço que assumiu a defesa de Paula Oliveira, disse ontem à BBC Brasil que entre as estratégias que estuda adotar está o fato de a brasileira sofrer de lúpus. O pai de Paula já afirmara que ela tem a doença, que pode provocar transtornos psiquiátricos.
- CPO-123** Médicos ouvidos pela Folha disseram que as manifestações psiquiátricas do lúpus não estão entre as mais comuns e que não conhecem casos de pacientes que se automutilaram em razão delas, o que não significa que isso seja impossível, dizem.
- CPO-124** O lúpus é uma doença autoimune, ou seja, combate elementos do próprio organismo. (Era tido como uma doença de pele até 1832, quando foi descrito como sistêmico - pode atingir vários órgãos. O nome vem do latim “lobo”, pois as erupções na pele eram consideradas semelhantes a marcas de mordidas do animal. A doença é mais comum em mulheres em torno dos 20, 30 anos, e as causas não são claras.
- CPO-125** Segundo Lilian Tereza Lavras Costallat, presidente da comissão de lúpus da Sociedade Brasileira de Reumatologia, a doença manifesta-se principalmente na pele e nas articulações, mas também pode atingir rins e outros órgãos. De acordo com a médica, estudos mostram que 25% dos pacientes apresentam manifestações psiquiátricas, que vão de quadros de ansiedade e depressão leves até outros mais graves e também mais raros como psicose e alucinações.
- CPO-126** Ari Halpern, reumatologista do Hospital Albert Einstein, afirma haver casos em que a paciente manifestou primeiro os sintomas psiquiátricos, mas que é mais comum o lúpus aparecer antes como um sintoma físico. Ele afirma que podem ocorrer surtos

momentâneos, alternados ou haver um quadro permanente.

(Fonte: ADVOGADO diz que estuda citar doença como defesa; médicos dizem ser raro. (Da reportagem local). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 20 fev. 2009)

Notícia

CPO-127 Defesa cogita usar doença de Paula como estratégia

CPO-128 SÃO PAULO – Roger Müller, advogado suíço que assumiu a defesa de Paula Oliveira, disse ontem que entre as estratégias que estuda adotar está o fato de a brasileira sofrer de lúpus, uma doença autoimune, ou seja, em que o organismo produz anticorpos contra o próprio corpo. Médicos especialistas no tratamento de lúpus, no entanto, avaliam como remotas as chances de um paciente manifestar desvio de comportamento.

CPO-129 Amigos e familiares da pernambucana informaram que ela tem a doença, que traz complicações durante a gravidez e pode provocar uma variedade de psicose – sujeita a alucinações, delírios e mania de perseguição. O lúpus era tido como uma doença de pele até 1832, quando foi descrito como sistêmico – pode atingir vários órgãos, como pulmão, rim e pele.

CPO-130 O nome vem do latim lobo, pois as erupções na pele eram consideradas semelhantes a marcas de mordidas do animal. A doença é mais comum em mulheres em torno dos 20, 30 anos.

CPO-131 Embora as vítimas da doença possam ter surtos psicóticos, médicos afirmam que esse tipo de reação é menos comum do que os principais sintomas, como problemas na pele e nas articulações. “Na maioria dos pacientes, a doença se manifesta de forma leve. A incidência é de 50 a 100 pessoas para cada 100 mil. A manifestação de distúrbios cerebrais não chega a 10% dos casos. E no quadro psicótico, o número ainda é menor”, explicou o reumatologista Arnaldo Lichenstein, do Hospital das Clínicas de São Paulo. A incidência é de nove mulheres para cada um homem. Trata-se de uma doença não contagiosa e de forte tendência genética.

CPO-132 “O lúpus pode causar uma psicose, com transtorno de comportamento, mas se a doença já é rara, esse tipo de reação é ainda muito menos frequente”, explicou Barros. A doença que não tem cura, só controle, e o paciente deve ter acompanhamento contínuo.

(Fonte: DEFESA cogita usar doença de Paula como estratégia. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia (vinculada à *Promotoria confirma confissão*), 20 fev. 2009)

Entrevista

CPO-133 ENTREVISTA » PAULO OLIVEIRA “Vou ao extremo por minha filha”

CPO-134 *Em pouco mais de uma semana, a bacharela em direito pernambucana Paula Ventura de Oliveira, 26 anos, passou de vítima de ataques de skinheads suíços a acusada de enganar as autoridades de Zurique. Indiciada pela Procuradoria-Geral da cidade, a brasileira teve o passaporte apreendido e não poderá voltar ao País até a*

conclusão das investigações. Ela continua no apartamento onde morava com o namorado suíço Marco Trepp, na companhia dos pais – o advogado Paulo Oliveira e a professora Jeny Ventura. Ontem, Paula passou o dia no apartamento em Dübendorf “ouvindo música, tentando relaxar”, segundo disse ao JC Paulo Oliveira. “Ela está bem, se recuperando, os cortes estão cicatrizando”, contou Oliveira, referindo-se às marcas de estilete no corpo da filha – segundo ela, feitas por neonazistas que a agrediram na segunda-feira da semana passada, segundo as autoridades suíças, fruto de automutilação. Paula Oliveira deverá prestar depoimento ao promotor Marcel Frei na Quarta-Feira de Cinzas, segundo estimou seu pai. “Não tenho motivos para descrever em minha filha. Ficarei aqui protegendo-a até o limite de minha resistência”, disse Oliveira, por telefone. Na entrevista, o pernambucano alega que sua filha não confessou nada à polícia. E, se porventura o tivesse feito, o depoimento não teria validade por não ter sido feito diante de um advogado. “Só peço a Deus que isso acabe logo e possamos voltar o mais rápido possível.”

CPO-135 JORNAL DO COMMERCIO – Após a Procuradoria-Geral de Zurique abrir uma investigação contra Paula Oliveira, acusando-a de mentir sobre a história dos ataques, o senhor ainda acredita no que a sua filha diz?

CPO-136 PAULO OLIVEIRA – Eu encaro isso tudo com serenidade. Não tenho motivos para descrever em minha filha. Pelo que eu conheço dela, desde criança, por sua personalidade.

CPO-137 JC – Mas tanto a polícia quanto os promotores dizem que ela confessou que inventou tudo.

CPO-138 OLIVEIRA – Há muita informação distorcida, versões fantasiosas que foram divulgadas pela mídia tanto aqui na Suíça quanto no Brasil. Eu chamo isso de uma técnica de desconstrução de imagem.

CPO-139 JC – Por exemplo?

CPO-140 OLIVEIRA – Essa história que foi publicada na versão de uma suposta ex-colega de trabalho de minha filha, que falou sobre Paula ter afirmado que era casada e cujo marido, um francês chamado François, teria morrido na queda do avião da TAM (em 17 de julho de 2007, um Airbus A320 não conseguiu frear e passou direto na pista de Congonhas, se chocando contra um prédio, matando 199 pessoas). Primeiro, não foi uma queda de avião. Segundo, minha filha nunca foi casada, nunca disse que era casada. O que aconteceu na verdade é que uma das vítimas era amigo de Paula (o pernambucano Arthur Souto Maior). Eles trabalharam juntos na empresa Ernst & Young. A namorada dele também se chamava Paula. Quando houve a missa de sétimo dia, em Boa Viagem, a família me pediu para intermediar o assédio da imprensa, com quem eu tenho uma boa relação. Foi isso o que fiz, através de um jornalista amigo que estava lá. Aí, inventaram isso. Minha filha me pediu para que, quando falasse sobre isso com a imprensa, não falasse o nome da vítima, para não trazer mais dor à família. Publicaram ainda que ela havia trabalhado em Dallas (EUA). Ela nunca botou os pés lá, é outra história fantasiosa.

CPO-141 JC – E quanto às versões noticiadas pela mídia suíça de que Paula teria inventado a gravidez e o ataque com a intenção de obter uma indenização do Estado ou ainda garantir um visto de permanência no país?

CPO-142 OLIVEIRA – Isso é conversa fiada. Ela já estava morando com o namorado desde o ano passado. Ela não precisava disso para permanecer na Suíça. Ela veio para cá contratada. Quando o visto terminasse, ou ela voltaria ou teria renovado. A própria

empresa renovaria. Ela não teria motivo para fazer isso que dizem por causa de um visto. Minha filha não infringiu nenhuma lei suíça. Nunca cometeu um delito de trânsito, quebrou um copo ou matou uma barata na Suíça. Quando ela estudava no Colégio Nóbrega, fez parte de um grupo que distribuía comida aos sem-teto. Essa história da indenização é outra fantasia. Isso nunca foi cogitado. Vim para cá como pai, não como advogado. Não vim para cá com a intenção de processar ninguém que seja.

CPO-143 JC – Por que vocês recusaram os advogados sugeridos pelo Itamaraty e aceitaram o defensor público indicado pela Procuradoria-Geral de Zurique?

CPO-144 OLIVEIRA – Não preferimos nada. Esperamos primeiro que a Procuradoria-Geral dissesse oficialmente que há uma investigação contra a minha filha. Eles indicaram Roger Müller e nós aceitamos porque ele é uma pessoa séria. Nós somos pessoas simples, de classe média. Não somos ricos. Não temos recurso para pagar um advogado suíço. Aqui tudo é caro. Até para usar um carrinho de supermercado você tem que botar uma moeda. A cada saída que eu dou, não gasto menos de que R\$ 100. Até porque eu não conheço Zurique, tenho que andar de táxi para resolver as coisas. Já conhecia a Suíça, mas não vou gastar minha memória para ficar aprendendo roteiros. Se eu fosse fazer isso, desviaria o foco, que é apoiar e proteger a minha filha.

CPO-145 JC – Voltando à confissão, há informações de que Paula teria reconhecido a farsa diante da consulesa-geral do Brasil em Zurique, Victoria Cleaver. Isso é mentira?

CPO-146 OLIVEIRA – Estamos falando de uma suposta confissão. Esse assunto está em segredo de Justiça. Aliás, todo o processo é em segredo de Justiça. Tanto é que o Estado suíço está processando quem vazou as informações para a imprensa e quem publicou essas informações. Em tese – repito, em tese - essa suposta confissão não tem valor. Porque ela teria – repito, teria – sido feita sem a presença de um advogado ou de um juiz ou promotor, enfim, um representante da Justiça local. Qualquer coisa que tenha sido dita em um hospital por uma vítima, em estado de choque ou não, brasileira, suíça ou de qualquer nacionalidade, não existe. É considerado fato inexistente. Porque isso prejudicaria qualquer acusado, na Suíça.

CPO-147 JC – As pessoas têm se perguntado sobre o namorado de Paula, o economista suíço Marco Trepp. Por que ele não está com ela, dando o seu apoio?

CPO-148 OLIVEIRA – Vou lhe responder com toda a sinceridade: Trepp está com os pais dele, não sei se aqui em Zurique. A última conversa que tive com ele foi na sexta-feira (13), o dia que ele deixou a casa onde ele e Paula moram. Ele me disse literalmente: “Eu estou com medo. Tenho receio que essa pessoas venham aqui e batam na gente. O nosso endereço está nos jornais. Eles sabem quem somos e onde moramos”. Nos últimos dias, temos recebido pessoas enviadas por ele, que têm falado com Paula. Eu não o conhecia antes dessa encrenca. Em outubro, minha filha nos visitou no Recife para dizer que ia morar com ele.

CPO-149 JC – E eles mantêm o relacionamento após esse episódio?

CPO-150 OLIVEIRA – Esse é um assunto da vida privada da minha filha e que eu prefiro não comentar se acabou, se não acabou, se continua, se não continua. Se eu enveredar por esse caminho, vamos abrir muitas outras perguntas, do tipo “como eles se conheceram” e por aí vai. Eu nunca jantei, tomei um café, fui a um concerto ou fiz um passeio com ele. Não tive convivência. Se amanhã ele aparecer e disser qualquer coisa, é problema dele. O que eu sei é o que ele me disse, olho no olho.

CPO-151 JC – O lúpus que acomete sua filha traz muitos transtornos à vida dela?

CPO-152 OLIVEIRA – O lúpus é uma doença que jornalista tem, advogado tem, diplomata tem. Ela é tratada por reumatologistas e não por psicólogos ou psiquiatras – inclusive na Suíça. Muita gente diz que ele pode causar alucinações, mas isso é uma coisa que qualquer pessoa pode ter. Distúrbio psicológico não é causado exclusivamente por lúpus. O tratamento é feito com corticóide ou quimioterapia. Há algumas restrições, como não tomar sol e não comer sal. Radiação ultravioleta pode causar manchas avermelhadas na pele. E não comer sal porque, com o lúpus, a retenção de líquido é maior e a pessoa pode ficar inchada. Ela descobriu quando era adolescente, a empresa onde ela trabalha já sabia disso quando ela concorreu à vaga.

CPO-153 JC – Ela teve algum transtorno psicológico?

CPO-154 OLIVEIRA – Nunca. Nunca fui chamado na escola, na faculdade ou em delegacia porque minha filha estava causando problemas. Ela nunca causou problema algum para mim, de trocar tapa ou coisas do gênero. É uma pessoa tranquila.

CPO-155 JC – O senhor vai ficar na Suíça até quando?

CPO-156 OLIVEIRA – Meu dever é proteger a minha filha. Hoje não tenho uma data para voltar para o Brasil. Eu peço a Deus para isso acabar e voltarmos o mais rápido possível. Estou no limite da resistência física, mas disposto a ir ao extremo para proteger a minha filha. Vim para cá completamente despreparado. Está fazendo um frio danado. Saí do calor do verão para o general inverno, com temperaturas de 10 graus negativos. Sei que na próxima semana acontecerá a audiência com a Procuradoria-Geral, na quarta-feira, se não me engano.

CPO-157 JC – E como Paula está hoje?

CPO-158 OLIVEIRA – Ela está na sala, ouvindo música, tentando relaxar. Os cortes estão cicatrizando, ela foi bem tratada no hospital. Diria que está evoluindo satisfatoriamente. Ela não vai falar com ninguém agora. Depois da Justiça, quando acabar tudo, aí sim, ela fala. Minha ex-mulher, depois de Paula, é a pessoa mais fragilizada, não tem estrutura emocional para uma encrenca dessas.

CPO-159 JC – Como o senhor viu a repercussão do caso na mídia?

CPO-160 OLIVEIRA – Houve um episódio doloroso, o que eu chamei de segundo ataque, porque foi perpetrado por brasileiros. Um maluco qualquer enviou um despacho para a imprensa sobre um plano de fuga que estaríamos fazendo. Aí, quando Paula recebeu alta, um oficial de Justiça foi lá no hospital tomar o passaporte e os documentos dela. Ela ficou abalada, desestabilizada emocionalmente por essa razão. Isso só piorou a situação. É triste porque foi um jornal brasileiro. A embaixadora ficou indignada, disse que em todos anos de diplomacia, jamais tinha passado por isso. Mas eu não vou polemizar com esse pessoal. Não vou desviar o foco. Foi o segundo momento mais doloroso.

(Fonte: OLIVEIRA, Paulo. Vou ao extremo por minha filha. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Entrevista (concedida a Wilfred Gadêlha), 21 fev. 2009)

Notícia

CPO-161 **Justiça**

CPO-162 Sim, era tudo mentira

CPO-163 Perguntada por que se automutilou e mentiu sobre a gravidez, brasileira responde à polícia suíça: “Isso vocês têm de perguntar a um psiquiatra”

CPO-164 A CONFISSÃO Na reportagem com o testemunho da advogada, a revista suíça *Die Weltwoche* sugere que a farsa foi motivada por dinheiro [Legenda]

CPO-165 Ao contrário do que havia afirmado ao namorado, à polícia e à família, a advogada brasileira Paula Oliveira, 26 anos, não foi agredida por três skinheads (tal ataque jamais aconteceu), não teve o corpo retalhado à força por estilete (ela se automutilou) e também não sofreu um aborto de gêmeos (simplesmente não estava grávida). A confissão foi feita à polícia de Zurique no último dia 13, mas só veio à tona na semana passada, depois que uma revista suíça divulgou a notícia e a promotora de Zurique a confirmou. A semanal *Die Weltwoche* – que apoia o Partido do Povo Suíço, cujas siglas Paula gravou a faca nas pernas e no abdômen – publicou que a brasileira admitiu a mentira depois de ser confrontada com resultados médicos que indicavam que não esteve grávida recentemente. Perguntada sobre o motivo pelo qual teria inventado tudo, Paula, segundo a revista, respondeu: “Isso vocês devem perguntar a um psiquiatra”. A reportagem sugere que a advogada montou a farsa para receber a indenização prevista na Lei de Assistência às Vítimas de Agressão. A reparação, que pode chegar a 200 000 reais, é destinada a vítimas de agressão física, sexual ou psicológica. O objetivo da lei é estimular as pessoas a comunicar à polícia as agressões sofridas, sobretudo nos casos de violência doméstica.

CPO-166 Paula foi indiciada por indução da Justiça ao erro, crime que pode ser punido com até três anos de prisão. Seu advogado, Roger Müller, já declarou que pode usar como estratégia de defesa o argumento de que a brasileira é portadora de lúpus, distúrbio imunológico que pode acarretar transtornos psiquiátricos. A psiquiatra Daniela Werebe confirmou que a doença é capaz de provocar surtos psicóticos em seu portador. Disse, no entanto, que as manifestações mais frequentes, nesse caso, são alucinações e sensação de perseguição. “Já soube de casos envolvendo automutilação, mas são raros.” Paula está legalmente impedida de deixar a Suíça. Está com a família no apartamento de 70 metros quadrados em que morava com seu noivo – ou, a esta altura, ex-noivo. Marco Trepp, que havia pedido Paula em casamento fazia menos de um mês, permaneceu no apartamento até o dia 13, data em que a brasileira confessou a farsa. Desde então, desapareceu.

(Fonte: MANCZYK, Natalia. Sim, era tudo mentira. Revista *Veja*, São Paulo, Internacional, Justiça, Notícia, 25 fev. 2009, p. 59)

Notícia

CPO-167 Depoimento de Paula não é válido, afirma advogado

CPO-168 Feita sem presença de defensor, suposta confissão não serve como prova, diz ele

CPO-169 Roger Müller disse acreditar que, na pior das hipóteses, a brasileira acusada de mentir sobre ataque na Suíça deve receber uma multa

CPO-170 O advogado de Paula Oliveira - brasileira que disse ter sido vítima de ataques

neonazistas na Suíça e, dias depois, segundo a polícia local, afirmou ter forjado o crime - disse ontem que o depoimento em que houve a suposta confissão não tem validade jurídica.

CPO-171 Na semana passada, a Procuradoria Geral de Zurique confirmou que a polícia local ouviu de Paula, em um hospital, a confissão de que [era] mentira quando denunciou o suposto crime. “Sem a presença de um advogado, não há prova. Isso significa que, não havendo depoimento no Ministério Público, está tudo em aberto”, disse à reportagem o advogado de Paula, Roger Müller, por telefone. Ele afirmou também que prevê que o depoimento de Paula ao promotor do caso, Marcel Frei, seja concedido até o final desta semana.

CPO-172 Na quinta-feira, a procuradoria havia afirmado à Folha que as declarações feitas aos policiais no hospital não poderiam ser usadas como prova, mas que terão algum valor no processo, como indício de que a brasileira quis enganar as autoridades suíças, incorrendo no artigo 302 do código penal suíço - cuja pena prevista é de até três anos de prisão.

CPO-173 O advogado, no entanto, disse acreditar que a brasileira, se condenada, deve receber no máximo uma multa. De acordo com Müller, a multa seria condicional - a brasileira, por ser ré primária, não precisaria pagá-la caso não viesse a cometer outra infração nos próximos dois anos.

CPO-174 O advogado não quis dar detalhes a respeito de sua estratégia de defesa. Anteriormente, chegou a declarar que estudava de duas a três linhas para defendê-la, entre elas a de usar o fato de Paula sofrer de lúpus como atenuante por seu comportamento. A doença, em casos graves, pode causar transtornos psiquiátricos.

(Fonte: MAGENTA, Matheus. (Com colaboração de Marcelo Ninio na Suíça) Depoimento de Paula não é válido, afirma advogado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 26 fev. 2009)

Notícia

CPO-175 » SUÍÇA

CPO-176 Pernambucana depõe na Justiça

CPO-177 *Paula Oliveira, 26, que se diz vítima de neonazistas, prestou seu primeiro depoimento oficial ontem. Ela disse não se lembrar de ter admitido farsa sobre o caso*

CPO-178 ZURIQUE (Suíça) – Paula Oliveira, a pernambucana de 26 anos, que provocou um escândalo ao enviar para o Brasil fotos de seu corpo cheio de cortes, alegando ter sido atacada por neonazistas na Suíça – uma farsa, segundo a polícia suíça – prestou ontem o seu primeiro depoimento na Justiça em Zurique. Mas o sigilo foi total.

CPO-179 Nem as autoridades suíças nem o advogado da brasileira revelaram o essencial: se ela corroborou a confissão que fez à polícia de Zurique, de que mentiu, ou se manteve a versão inicial, de que foi agredida. “Agora não vamos dar respostas.... Por favor”, pediu o advogado, Roger Müller, à equipe da TV Globo, que conseguiu captar a primeira imagem da pernambucana, entrando às pressas no carro, na saída da Promotoria Pública de Zurique.

- CPO-180** Mas, em entrevista à emissora logo depois, Müller afirmou que sua cliente afirmou não lembrar do depoimento dado no dia 13. “É melhor dizer que não se lembra do que mentir à Justiça”, disse.
- CPO-181** Paula, de óculos e vestida com um casaco escuro, ficou impassível no carro, enquanto seu advogado dispensava os jornalistas. Ela foi interrogada pelo promotor encarregado de investigador o caso, Marcel Frei. Na sala da Promotoria, no terceiro andar do Tribunal de Justiça, só estariam Frei, um assistente, um tradutor, Paula e o advogado.
- CPO-182** A brasileira continua na Suíça, aguardando um desfecho para o caso. Seu passaporte, assim como todos os seus documentos no país, estavam confiscados até ontem. Para as autoridades suíças, o esclarecimento deste caso virou ponto de honra, já que o país se julga injustamente acusado de racismo.
- CPO-183** O processo de Paula na Justiça poderá durar meses, mas a defesa trabalha para que a brasileira tenha seu passaporte liberado. Müller havia descartado a possibilidade de ela ser condenada à prisão. Na pior das hipóteses, disse, “será uma pena pecuniária”.

(Fonte: PERNAMBUCANA depõe na Justiça. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 28 fev. 2009)

Notícia

CPO-184 Paula Oliveira depõe em tribunal na Suíça

CPO-185 Brasileira deve manter versão de ataque realizado por três neonazistas, afirma advogada de defesa

- CPO-186** A brasileira Paula Oliveira prestou depoimento ontem no prédio do Tribunal de Justiça de Zurique, na Suíça, conforme reportagem da Rede Globo. Paula se manteve calada na saída do tribunal.
- CPO-187** Antes do depoimento, a advogada Renata Cavalcanti Sonneveld, que trabalha no escritório contratado para defender Paula, havia afirmado à Folha que ela manteria a sua versão. A brasileira diz que foi atacada por três neonazistas no último dia 9, numa estação de trem perto de Zurique, e que a agressão a fez perder os gêmeos que esperava. “Ela mantém a sua versão”, diz Renata.
- CPO-188** No entanto, segundo a polícia de Zurique, Paula confessou ainda enquanto estava internada que havia inventado o ataque e a gravidez e que os ferimentos que tem na pele foram feitos por ela mesma.
- CPO-189** Depois que Paula deixou o Tribunal de Justiça de Zurique, o advogado Roger Müller declarou à Rede Globo: “Ela não negou o depoimento, mas, às vezes, é melhor dizer que não se lembra em vez de mentir (...). Houve um interrogatório de várias horas, ela não pode ter dito a toda hora que não se lembrava, mas eu não posso revelar o que ela disse.”
- CPO-190** Para a defesa da brasileira, a confissão colhida pelos policiais quando Paula ainda estava internada num hospital de Zurique não tem valor jurídico, pois foi feita sem a presença do advogado dela.
- CPO-191** A advogada Renata reiterou que a confissão não pode ser usada como prova. “Só conta o que ela disser a partir de agora, diante do procurador.”
- CPO-192** A Procuradoria Geral de Zurique confirma que a confissão não vale como prova, mas diz que ela não pode ser descartada e que pode ser usada nos interrogatórios.

(Fonte: PAULA Oliveira depõe em tribunal na Suíça. *Folha de S. Paulo* (de Genebra e da redação), São Paulo, Cotidiano, Notícia, 28 fev. 2009)

Notícia (agendamento)

CPO-193 » INGLATERRA

CPO-194 Suspeitos de agredir brasileiros são presos

CPO-195 *Segundo informações do cearense Shane Braga, espancado junto com um amigo por uma gangue de 20 jovens no domingo em Bristol, a polícia deteve quatro jovens e reforçou as rondas na região*

CPO-196 A polícia britânica prendeu ontem quatro jovens suspeitos de participar da sessão de espancamento de dois brasileiros em Bristol, cidade de 550 mil habitantes no sudoeste da Inglaterra e a 118 quilômetros de Londres, na madrugada de domingo. Segundo o cearense Shane Moraes Braga, 28 anos, e o capixaba Márcio Toso, 30, a motivação do ataque que sofreram teria sido racismo, já que os dois amigos conversavam em português no momento da agressão, na Crow Lane, uma via do bairro de Henbury.

CPO-197 Segundo disse Braga ao *Jornal do Comercio*, por telefone, as detenções lhe foram informadas por um funcionário do Consulado-Geral do Brasil em Londres, que está acompanhando o caso. “O pessoal do consulado está falando com a polícia constantemente e tem me passado informações que nem os policiais me disseram, como essa da prisão”, afirmou o cearense, que tem parentes no Recife e morou na capital pernambucana por um ano.

CPO-198 Braga disse que dois dos detidos são garotas que iniciaram a agressão. “Elas deram outra versão à polícia, mas um investigador me disse que não acredita no que elas disseram. Os outros dois presos são indivíduos que nos espancaram”, enfatizou o cearense, sem dar detalhes do que a polícia lhe confidenciou. “Eles dizem que algumas informações não podem vir à tona para não atrapalhar as investigações”, alegou.

CPO-199 A região de Henbury tem sido alvo de episódios de espancamento, roubo e estupro. Câmeras de vídeo foram instaladas na Crow Lane em janeiro do ano passado, em uma parceria entre comerciantes e moradores do bairro e a Prefeitura de Bristol. Segundo Braga, que mora com a esposa, o filho dela, de 7 anos, e a filha dele, de 5, em um flat de dois quartos no primeiro andar de uma galeria de lojas na avenida, essas câmeras registraram a agressão que ele e Toso foram vítimas. “Eles foram identificados pelas imagens. O investigador que viu o filme me disse que são 15 minutos de selvageria brutal. Mas eles não me deixaram ver as imagens”, contou o cearense, que trabalhava como vendedor mas está desempregado.

CPO-200 Ele lembrou o caso da pernambucana Paula Oliveira, acusada de ter simulado um ataque neonazista em Zurique, na Suíça, no mês passado. “As imagens registraram o que eu e Márcio sofremos. É brincadeira dizer que estamos mentindo. Só se eu e ele saímos no tapa”, ironizou.

CPO-201 Braga disse que os hematomas e escoriações no seu rosto estão sarando. “Agora eu estou menos inchado. Aliás, agora está tudo bem. Está cheio de polícia aqui, finalmente”, contou. De acordo com o jornal *Bristol Evening Post*, a polícia do distrito de Avon e Somerset, onde fica Henbury, reforçou o policiamento na área para coibir o que chama de “comportamento antissocial” dos jovens do bairro.

CPO-202 O cearense diz que, apesar disso, não se sente seguro e ainda não sabe se vai se mudar do bairro com a família. “Os policiais me dizem que está tudo bem, mas eles vão passar duas, três noites, uma semana ou um mês por aqui. E depois? Quando essas pessoas forem soltas? Meu rosto e meu endereço está na imprensa, na TV, nos jornais. Não sei de verdade ainda como agir”.

CPO-203 Toso e Braga foram agredidos na madrugada de domingo por cerca de 20 jovens ingleses. Eles tiveram roubados a chave dos seus carros e ainda o laptop de Toso.

(Fonte: GADÊLHA, Wilfred. Suspeitos de agredir brasileiros são presos. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 12 mar. 2009)

Notícia

CPO-204 BRÉSILIE NNE AUTOMUTILÉE

CPO-205 La jeune femme nie avoir inventé son agression

CPO-206 *Le procès de la Brésilienne de 27 ans accusée d'avoir inventé en février dernier une fausse agression à Zurich a commencé mercredi matin. Souffrant de problèmes psychiques, la jeune femme ne reconnaît pas s'être automutilée pour faire croire à une attaque par des néo-nazis.*

CPO-207 *Elle ne se souvenait pas s'être infligée les blessures elle-même [Legenda]*

CPO-208 Interrogée par le juge unique du Tribunal de district de Zurich, la prévenue a affirmé qu'elle ne se souvenait pas s'être infligée les blessures elle-même. «J'ai été agressée», a-t-elle déclaré à la barre après avoir pourtant rapidement avoué la supercherie durant l'enquête.

CPO-209 «Cette version-là des faits correspond à la vérité enregistrée dans ma tête», a souligné la juriste de formation travaillant en Suisse. Après de longs mois de thérapie, la jeune femme prétend que ses souvenirs ne correspondent toutefois pas à la vérité absolue. Elle a expliqué avoir fait des aveux en février «pour que l'affaire soit close le plus vite possible». Depuis, elle s'est rétractée.

CPO-210 Justice induite en erreur

CPO-211 Son avocat a annoncé avant le procès qu'il fournirait de nouvelles preuves de l'innocence de sa cliente. Le Ministère estime au contraire que la jeune femme a induit la justice en erreur. Il réclame une peine de 180 jours-amende à 30 francs avec sursis contre la prévenue et une amende de 1000 francs.

CPO-212 En février dernier, la prévenue alarme la police et les sauveteurs, prétendant avoir été agressée par trois néo-nazis près de la gare de Zurich-Stettbach. Son corps est marqué de coupures formant les lettres «SVP» («UDC» en français). Elle indique aussi avoir reçu des coups de pied au ventre qui auraient mené à une fausse couche de ses jumeaux dans les toilettes de la gare.

CPO-213 Quelques jours plus tard la jeune femme passe aux aveux: elle aurait inventé cette agression et se serait automutilée dans les toilettes de la gare. L'expertise gynécologique a en outre conclu qu'elle n'était pas enceinte.

CPO-214 Le juge unique de la Cour devra démêler le vrai du faux dans cette affaire. Il devra aussi évaluer le degré de responsabilité de la ressortissante brésilienne sur la base d'une expertise psychiatrique.

(Fonte: ASSOCIATED Press. La jeune femme nie avoir inventé son agression. *20 minuten*, Zurique, Faits divers, 16 dez. 2009, às 11h35, atual. às 11h43)

Notícia

CPO-215 Em julgamento na Suíça, brasileira diz ter sido agredida

CPO-216 A brasileira Paula Oliveira, acusada de forjar um ataque de neonazistas na Suíça, disse hoje a um juiz do tribunal de Zurique que não se lembra de ter se auto flagelado e manteve a primeira versão dada a polícia. “Eu fui agredida”, disse. “Essa versão dos fatos corresponde à verdade que está gravada na minha cabeça.” O advogado de defesa da brasileira tenta apresentar Paula Oliveira como alguém que sofre de problemas psiquiátricos.

CPO-217 Nos dias seguintes à suposta agressão, em fevereiro, Paula confessou à polícia de Zurique que tudo não havia passado de uma farsa. Agora ela apresenta uma nova versão dos fatos em seu julgamento. Paula, que até hoje tem seu passaporte retido pela Justiça, responde no Tribunal de Zurique pelo crime de “induzir a Justiça ao erro”. Segundo a reportagem apurou, a brasileira pode ser condenada a pagar uma multa de R\$ 10 mil pela armação.

CPO-218 A Procuradoria de Zurique, que por sete meses investigou o caso, não pediu que a brasileira seja presa por considerar que uma pena financeira já seria suficiente. Ainda assim, os suíços decidiram aliviar a situação da acusada. O pedido é para que ela pague os R\$ 10 mil apenas se cometer uma nova infração.

CPO-219 Em fevereiro, a brasileira chamou a polícia e contou que havia sofrido um ataque na periferia de Zurique. Ela dizia estar grávida e ter sido agredida por neonazistas. Em seu primeiro depoimento, Paula disse ter sofrido um aborto de gêmeos e o caso mobilizou a diplomacia brasileira. O governo chegou a preparar uma ação na Organização das Nações Unidas (ONU), alegando um ataque xenófobo, e um verdadeiro circo político foi montado para atender a brasileira.

CPO-220 Até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a fazer declarações, apontando para a “incrível violência contra uma mulher brasileira no exterior”. Outros ministros lembraram o Holocausto. O pai da brasileira, Paulo Oliveira, era assessor de um parlamentar.

CPO-221 Sigilo

CPO-222 Agora, a ordem é sigilo total diante da acusação de armação. Para a polícia, Paula confessou nos dias seguintes ao ataque que tudo não passava de uma armação. Um laudo médico feito pela Universidade de Zurique provou que ela não estava grávida.

CPO-223 Seu pai, Paulo Oliveira, continuou mantendo por semanas a tese de que não duvidaria da palavra de sua filha. Um processo foi aberto contra a brasileira e ela foi formalmente acusada. Caberá a um juiz do tribunal decidir a pena e se Paula sofria de distúrbios mentais. A procuradoria sequer citou o fator psiquiátrico na denúncia.

(Fonte: AGÊNCIA Estado. Em julgamento na Suíça, brasileira diz ter sido agredida. *Portal G1* (globo.com), São Paulo, Brasil, Notícia, 16 dez. 2009, às 12h39, atual. às 12h40)

Notícia

CPO-224 Justiça da Suíça condena brasileira por forjar ataque neonazista

CPO-225 A brasileira Paula Oliveira foi considerada culpada pela Justiça suíça por mentir que teria sido atacada por neonazistas no país europeu.

CPO-226 A brasileira afirmava ter sido agredida por três skinheads quando voltava do trabalho na noite de 9 de fevereiro na periferia de Zurique, mas admitiu que a história era falsa [Legenda]

CPO-227 Ela também dizia ter sofrido um aborto espontâneo após a agressão, mas a alegação de que estava grávida de três meses foi desmentida em seguida por exames ginecológicos e de laboratório [Legenda]

CPO-228 Segundo a decisão, anunciada na tarde desta quarta-feira (16), a brasileira foi condenada a pagar os custos do processo, que somam 2.500 francos suíços (cerca de R\$ 4.200), e uma multa condicional de 10.800 francos suíços (cerca de R\$ 20 mil), por induzir a Justiça a erro.

CPO-229 A multa condicional, segundo a lei suíça, deverá ser paga se a brasileira desrespeitar as indicações da Justiça ou cometer um crime nos próximos dois anos.

CPO-230 Paula, que é advogada, afirmou em fevereiro passado ter sido agredida na noite de 9 de fevereiro, na periferia de Zurique, por três neonazistas. Também disse que estava grávida e que havia sofrido um aborto depois da agressão, uma informação desmentida pelos exames ginecológicos.

CPO-231 O ventre e as pernas da ré apresentavam marcas feitas por um estilete, formando as letras SVP, a sigla de um partido suíço de ultradireita. A Justiça acatou a argumentação da promotora de que os ferimentos tinham sido causados pela própria Paula.

CPO-232 Defesa

CPO-233 Na abertura do julgamento, em um tribunal de Zurique, o advogado da brasileira havia pedido a absolvição de Paula, ao afirmar que ela não pode ser considerada responsável por seus atos e declarações.

CPO-234 Roger Muller alegou que Paula sofre transtornos neuropsicológicos provocados por uma doença autoimune, o lúpus sistêmico. “A doença exige muitas visitas médicas, muitos medicamentos e muitas terapias, que podem provocar delírios”, explicou o advogado.

CPO-235 A acusada, vestida de negro e acompanhada por seu pai, respondia às perguntas do juiz com a ajuda de um intérprete. Em sua primeira declaração à juíza Eleonora Lichti, Paula se retratou de sua confissão e negou que tivesse inventado a agressão.

CPO-236 “Fui agredida. Esta versão dos fatos correspondem à verdade que tenho registrada em minha cabeça”, disse.

CPO-237 A brasileira disse que confessou ter inventado a história “para que o assunto fosse fechado o mais rápido possível”. Durante todos os meses desde o incidente, em fevereiro, até o momento, Paula Oliveira esteve submetida a tratamento psiquiátrico.

CPO-238 Repercussão na imprensa suíça

CPO-239 O caso, que é acompanhado na imprensa suíça desde fevereiro, voltou a ganhar espaço nesta quarta-feira.

CPO-240 “Paula mentirosa é desmascarada” e “Mentir ficou caro para Paula O.”, são os títulos que o tabloide Blick usou para destacar o caso. A edição suíça do jornal “20 minutos” foi na mesma linha: “Veredicto para uma mentirosa”.

CPO-241 A versão online do jornal NZZ afirma “Paula O. é considerada culpada”, e abre espaço para o comentário dos leitores, que pedem para que ela “seja enviada de volta à América do Sul”.

CPO-242 “Com cada história mentirosa que é descoberta, os policiais acreditarão cada vez menos nas mulheres que fizerem denúncias verdadeiras”, escreve outro internauta.

(Fonte: JUSTIÇA da Suíça condena brasileira por forjar ataque neonazista. (Com informações de NZZ Online, SF Tagesschau, 20minuten online e agências internacionais). Portal *Uol*, São Paulo, Internacional, Notícia, 16 dez. 2009, às 14h10)

Notícia

CPO-243 » JUSTIÇA

CPO-244 Pernambucana condenada a pagar multa por farsa na Suíça

CPO-245 *Dez meses após afirmar ter sofrido ataque neonazista, Paula Oliveira foi julgada e multada por mentir às autoridades. Mas recebeu passaporte e poderá deixar o país*

CPO-246 A pernambucana Paula Oliveira, 27 anos, foi condenada ontem em Zurique a uma multa condicional no valor de 10.800 francos (R\$ 18 mil) por mentir à Justiça. Em fevereiro, a bacharela em direito simulou ter sido atacada por um grupo de neonazistas perto da estação do metrô de Dubendorf. A brasileira também terá que pagar os custos do processo judicial, estimados 2.500 francos (R\$ 4.200). Na prática, ela só pagará a multa condicional se, num período de dois anos, cometer um novo crime no país. O Ministério Público havia exigido o pagamento de 12.600 francos (R\$ 21.300). A Justiça decidiu devolver o passaporte de Paula, que afirmou que inicialmente não pretende voltar ao Brasil.

CPO-247 A juíza Eleonora Lichti-Aschwanden, do Tribunal Distrital de Zurique, declarou Paula culpada por tentar “induzir a Justiça ao erro” ao afirmar ter sido agredida por skinheads. A recifense teve braços, pernas e barriga talhados com estilete, alguns cortes formando as iniciais do partido de extrema direita SVP, considerado xenófobo pela oposição. Na época, ela também disse à polícia que estava grávida de gêmeos e que perdera os bebês. Dez dias depois, a polícia chegou à conclusão que a brasileira se automutilou e mentiu em depoimento. Paula era noiva do suíço Marco Trepp, com quem rompeu após o episódio, e trabalhava há dois anos na multinacional dinamarquesa de transporte marítimo Maersk em Zurique.

CPO-248 O portal suíço Tages Anzeiger detalhou que Paula Oliveira chegou ao tribunal às 9h33 locais vestindo um xale preto e usando óculos escuros. Estava acompanhada do advogado Roger Müller e do pai, Paulo Oliveira. Paula falou português e contou com ajuda de um tradutor. Olhou quase o tempo todo para baixo, roeu as unhas e esfregou as mãos. O veredicto foi lido diante de 20 jornalistas.

- CPO-249** A defesa pediu a absolvição e solicitou que os custos do processo fossem pagos pelo Tesouro. Müller alegou que sua cliente sofre de transtornos psicológicos causados por lúpus, doença que afeta o sistema imunológico. “A doença exige muitas visitas médicas, muitos medicamentos, que podem provocar delírios”, explicou, de acordo com o *Tages Anzeiger*. Na avaliação psiquiátrica, porém, constava responsabilidade de nível médio. Conforme a Agência Estado, a defesa alegou que, no momento do suposto ataque, Paula estaria em um estado de delírio e não reconheceria entre a verdade e sua versão dos fatos. Para Müller, Paula já foi suficientemente punida: “Sua reputação está destruída, seu namorado a deixou e ela não pode mais continuar sua carreira em uma empresa internacional”.
- CPO-250** Questionada sobre a simulação do ataque, Paula se mostrou confusa em vários momentos. “Não tenho lembrança nenhuma do incidente”, afirmou a princípio. Em seguida, insistiu na versão de que foi mutilada por neonazistas: “É a verdade. É o que está armazenado na minha cabeça”. A juíza mandou a ré se explicar melhor sobre a acusação de mentir em depoimento. Segundo o *Tages Anzeiger*, a pernambucana desistiu: “Não vou dizer mais nada sobre isso, porque não tenho certeza se isso aconteceu assim”.
- CPO-251** Paula pediu passaporte e documentos de volta. “Não posso nem me identificar se acontecer algo comigo”, reclamou. A juíza informou que ela terá seu passaporte e poderá deixar o país. Paula, no entanto, falou no tribunal que pretende permanecer na Suíça.
- CPO-252** Ao final do julgamento, Paula lamentou a superexposição que sofreu e garantiu que não foi ela quem divulgou a notícia do suposto ataque. “Eu nunca dei declarações ou publiquei fotos minhas. Depois de toda a atenção da mídia, não posso imaginar que serei capaz de trabalhar como advogada. Sempre terei que viver com o prejulgamento dos outros, apesar de só agora estar perante uma corte”, declarou.

(Fonte: SARMENTO, Wagner. Pernambucana condenada a pagar multa por farsa na Suíça. *Jornal do Commercio*, Pernambuco, Internacional, Notícia, 17 dez. 2009)

Anexo C

Corpus restrito⁴⁵⁹ (do caso da mãe suspeita de matar suas filhas) (CMF)

Notícia

CMF-01 Mulher suspeita de matar as duas filhas continua internada em São Paulo

CMF-02 Giovanna Victorazzo teria sido asfixiada pela própria mãe [Legenda]⁴⁶⁰

CMF-03 A corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53 anos, indiciada pela morte das filhas adolescentes no último final de semana continua internada no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP), para onde foi levada após ser encontrada pela polícia. Segundo o plantão policial do 14º DP (Pinheiros), onde a ocorrência foi registrada, a acusada permanecia em coma e não havia previsão de alta. Assim que deixar o hospital, a corretora deverá prestar depoimento.

CMF-04 Após essa primeira fase, ainda segundo a polícia, o caso deverá ser encaminhado para o 51º DP, no Butantã. As irmãs, Paola Knorr Victorazzo, 13 anos, e Giovanna Knorr Victorazzo, 14, foram encontradas mortas no sábado na casa onde moravam, no Butantã, na zona oeste de São Paulo. Segundo a Polícia Militar, a mãe das vítimas confessou o crime a policiais militares, que invadiram a residência na rua Doutor Romeu Ferro para impedir que ela cometesse suicídio. O cão da família também foi morto pela agressora.

CMF-05 Os corpos das vítimas serão enterrados às 15h, em um cemitério em Taboão da Serra, na Grande São Paulo.

CMF-06 O crime

CMF-07 De acordo com o tenente Santana, que atendeu a ocorrência, o filho mais velho de Mary Vieira Knorr acionou a Polícia Militar, relatando que não estava conseguindo entrar em contato com a mãe por algum tempo. “Ele relatou que ela estaria tentando se suicidar. A equipe entrou na residência com o apoio dos bombeiros, e encontramos a mulher muito perturbada. Falou algumas coisas das filhas, que passava por problemas financeiros, mas estava muito confusa”, relatou o PM.

CMF-08 A irmã mais nova Paola também foi morta dentro de casa [Legenda]

CMF-09 Ao perguntar sobre as irmãs, o filho decidiu procurar no quarto das meninas, onde encontrou as vítimas mortas. Segundo o tenente Santana, uma das meninas foi asfixiada pela mãe, e a outra, enforcada. “Ela estava muito perturbada, acabou confessando o crime, falou que tinha matado as filhas”, disse.

CMF-10 Em buscas pela residência, os policiais também encontraram o animal de estimação da família, que também foi morto pela mulher, asfixiado com o uso de uma sacola plástica.

⁴⁵⁹ Este *corpus* é composto somente de textos verbais. Foram omitidas as imagens ou ilustrações que acompanham alguns dos textos que o compõem.

⁴⁶⁰ Cada legenda inserida na notícia acompanha uma foto que é trazida ora numa coluna vertical ora numa horizontal ao texto. A localização dessas fotos nos textos deste *corpus*, a partir da inserção das legendas, é “aproximada” e não exata. Ademais, as fotos recorrem em boa parte das notícias e são dadas, geralmente, como vindas de rede social.

“Ela tomou muitos remédios antidepressivos e chegou a abrir o gás do fogão para se matar”, disse o tenente.

(Fonte: MULHER suspeita de matar as duas filhas continua internada em São Paulo. Portal Terra, São Paulo, Polícia, Notícia, 16 set. 2013, às 10h18, atual. às 13h24)

Notícia

CMF-11 Mãe suspeita de matar as filhas passará por avaliação de psiquiatra

CMF-12 A corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53, suspeita de matar as duas filhas adolescentes e depois tentar suicídio passará nesta segunda-feira (16) por novos exames psiquiátricos. Ela está presa desde ontem (15) no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo, na zona oeste de SP.

CMF-13 De acordo com a assessoria de imprensa do hospital, ela será avaliada no pronto-socorro da Lapa, onde já passou por exames ontem (15).

CMF-14 As meninas Giovanna Knorr Victorazzo, 14, e Paola Knorr Victorazzo, 13, foram encontradas mortas no beliche de um dos quartos localizado no segundo andar da casa, no Jardim Bonfigliani, na zona oeste. A suspeita é de que elas foram mortas por esganadura.

CMF-15 No banheiro da suíte onde as adolescentes foram localizadas, também foi encontrado um cachorro morto, asfixiado por uma sacola plástica.

CMF-16 Giovanna Victorazzo foi achada morta com a irmã [Legenda]

CMF-17 As adolescentes foram localizadas depois que o irmão mais velho, Leon Gustavo Knorr de Carvalho, 27, tentou entrar em contato com mãe, mas não obteve respostas. De acordo com a polícia, o filho tentava ligar para a mulher desde quinta-feira. Preocupado, foi até a casa, onde sentiu um forte cheiro de gás.

CMF-18 Ainda de acordo com os policiais, Mary foi encontrada deitada no chão da sala em estado de choque. O gás da casa estava ligado. Ela teria confessado o crime duas vezes e pedido para morrer. A mulher também gritava “onde estão as minhas meninas?”.

CMF-19 Segundo a polícia, pelo estado de decomposição dos cadáveres, é possível que as adolescentes tenham morrido entre quinta (12) e sexta-feira (13), mas a análise ainda não foi concluída pela perícia.

CMF-20 SUSPEITAS

CMF-21 Um vizinho que preferiu não ser identificado disse que não conhecia a mãe e as adolescentes e só ficou sabendo do crime quando chegou em casa por volta de meia-noite deste domingo (15). O guarda-noturno que faz vigília na rua também não conhecia a família. “Acho que ninguém suspeitava, foi surpresa para todo mundo”, diz.

CMF-22 Paola Victorazzo foi achada morta em casa [Legenda]

CMF-23 Ainda não há pistas sobre a motivação do crime. De acordo com testemunhas, a mulher estaria endividada. A garagem da casa de Mary, que é corretora de imóveis, estava cheia de entulhos e objetos velhos.

CMF-24 Mary Vieira Knorr é divorciada e mãe de outros dois filhos, de 27 e 31 anos. O caso

será investigado pelo 14º DP.

(Fonte: MÃE suspeita de matar as filhas passará por avaliação de psiquiatra. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 16 set. 2013, às 10h58)

Notícia

CMF-25 Mãe suspeita de matar duas filhas na zona oeste de SP é indiciada por homicídio

CMF-26 Casa onde mulher teria matado as duas filhas e tentado suicídio, no Butantã, zona oeste de São Paulo, amanheceu pichada e com cartazes e flores espalhados pelo portão nesta segunda-feira (16) [Legenda]

CMF-27 A corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53, foi indiciada por homicídio pelas mortes de duas filhas adolescentes no Butantã, zona oeste de São Paulo (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1342309-mae-mata-as-duas-filhas-e-o-cachorro-da-familia-na-zona-oeste-de-sp.shtml>). Os corpos das meninas foram encontrados no último sábado (14).

CMF-28 A suspeita está internada no pronto-socorro do Hospital Universitário da USP (Universidade de São Paulo) sob custódia da polícia. Segundo a assessoria de imprensa da unidade, ela passa bem e será submetida nesta segunda-feira (16) a uma avaliação psiquiátrica.

CMF-29 Mary Vieira Knorr foi presa e autuada em flagrante depois de, segundo a polícia, confessar ter matado as filhas Paola Knorr Victorazzo, 13, e Giovanna Knorr Victorazzo, 14.

CMF-30 Os corpos das adolescentes foram achados em um beliche em um dos quartos da casa onde moravam com a mãe na rua Doutor Romeu Ferro, no Butantã. A corretora estava agonizando na sala da casa. Segundo a polícia, ela tentou suicídio.

CMF-31 Uma denúncia sobre um vazamento de gás feita ao Corpo de Bombeiros levou à descoberta do crime. Quando os bombeiros chegaram à casa encontraram o imóvel trancado. Não havia sinais de arrombamento e ninguém respondia aos bombeiros.

CMF-32 Ao entrarem, a mulher estava na sala, e o gás aberto. O quarto onde foram localizados os corpos das meninas estava revirado e com fezes de animais - a perícia suspeita que as jovens estivessem mortas há dias. No box do banheiro do quarto havia ainda um cachorro morto com um saco plástico amarrado na cabeça.

CMF-33 Segundo a polícia, os corpos das adolescentes possuíam sinais de estrangulamento. O laudo do IML (Instituto Médico Legal) que apontará as causas das mortes deve ficar pronto em 30 dias.

CMF-34 Mary é divorciada e tem outros dois filhos, de 27 e 31 anos. Segundo a Polícia Militar, Mary tinha passagem pela polícia por periclituação de vidas (pôr em risco a vida de alguém) e estelionato. Uma amiga de Mary contou que ela tinha muitas dívidas.

(Fonte: MÃE suspeita de matar duas filhas na zona oeste de SP é indiciada por homicídio. (Com Estadão Conteúdo). Portal *Uol*, São Paulo, Violência em São Paulo, Notícia, 16 set. 2013, às 11h44, atual. às 14h53)

Notícia

CMF-35 Mãe suspeita de matar as filhas em SP tem três passagens por estelionato

CMF-36 A corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53 anos, que confessou ter matado suas duas filhas, as adolescentes Giovanna Knorr Victorazzo, 14 anos, e Paola Knorr Victorazzo, 13 anos, no sábado, foi indiciada em três inquéritos pelo crime de estelionato e em outro por periclitacão da vida e da saúde (pôr em risco a vida de alguém).

CMF-37 Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), apesar dos crimes, Mary não chegou a ser presa. A pasta não forneceu detalhes sobre os inquéritos em que a mãe das adolescentes foi indiciada. No caso com as filhas, a corretora de imóveis foi indiciada por homicídio.

CMF-38 Em nota divulgada nesta segunda-feira, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (Creci-SP) afirmou que Mary, que disse ser corretora de imóveis, não está registrada em seu banco de dados, “não tendo nenhuma ligacão com este Conselho ou com a categoria de profissionais”.

CMF-39 Adolescentes foram sepultadas nesta segunda-feira

CMF-40 Paola e Giovanna foram sepultadas às 15h desta segunda-feira no cemitério Valle dos Reis, em Taboão da Serra, na Grande São Paulo.

CMF-41 A cerimônia foi restrita a familiares e amigos das vítimas. Segundo o advogado José Paulo Arruda, que representa o pai das meninas, o empresário Marco Antônio Victorazzo, a família paterna não se pronunciará até a conclusão do inquérito. De acordo com Arruda, Marco Antônio está “extremamente chocado” com o fato.

CMF-42 Giovanna Victorazzo foi encontrada morta em sua casa, na zona oeste de São Paulo [Legenda]

CMF-43 Morte em família

CMF-44 As adolescentes Giovanna Knorr Victorazzo, 14 anos, e Paola Knorr Victorazzo, 13 anos, foram encontradas mortas no sábado na casa onde moravam, no Butantã, na zona oeste da capital paulista. Segundo a Polícia Militar (<http://noticias.terra.com.br/brasil/policia>), a mãe das vítimas, a corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53 anos, confessou o crime a policiais, que invadiram a residência na rua Doutor Romeu Ferro para impedir que ela cometesse suicídio. O cão da família também foi morto pela agressora.

CMF-45 De acordo com o tenente Santana, que atendeu a ocorrência, o filho mais velho de Mary acionou a Polícia (<http://noticias.terra.com.br/brasil/policia>) Militar, relatando que não estava conseguindo entrar em contato com a mãe por algum tempo. “Ele relatou que ela estaria tentando se suicidar. A equipe entrou na residência com o apoio dos bombeiros, e encontramos a mulher muito perturbada. Falou algumas coisas das filhas, que passava por problemas financeiros, mas estava muito confusa”, relatou o PM.

CMF-46 Ao perguntar sobre as irmãs, o filho decidiu procurar no quarto das meninas, onde encontrou as vítimas mortas. Segundo o tenente Santana, uma das vítimas foi asfixiada pela mãe, e a outra, enforcada. “Ela estava muito perturbada, acabou confessando o crime, falou que tinha matado as filhas”, disse.

CMF-47 A irmã mais nova Paola também foi morta dentro de casa [Legenda]

CMF-48 Em buscas pela residência, os policiais também encontraram o animal de estimação da família, que também foi morto pela mulher, asfixiado com uma sacola plástica. “Ela tomou muitos remédios antidepressivos e chegou a abrir o gás do fogão para se matar”, disse o tenente.

CMF-49 A mãe das jovens foi indiciada pela morte das filhas e continua internada no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP), para onde foi levada após ser encontrada pela polícia. Assim que deixar o hospital, Mary deverá prestar depoimento.

(Fonte: MÃE suspeita de matar as filhas em SP tem três passagens por estelionato. Portal Terra, São Paulo, Polícia, Notícia, 16 set. 2013, às 20h02, atual. às 20h12)

Notícia

CMF-50 **Corpos de adolescentes mortas em SP são enterrados; mãe é suspeita**

CMF-51 Os corpos das adolescentes Giovanna, 14, e Paola Knorr Victorazzo, 13, foram enterrados na tarde desta segunda-feira no cemitério Villa da Paz, em Taboão da Serra (na Grande São Paulo). A mãe das meninas, Mary Vieira Knorr, é suspeita do crime e deve passar por avaliação psiquiátrica.

CMF-52 O acesso da imprensa aos familiares das adolescentes não foi autorizado durante o enterro. José Paulo Arruda, advogado de Marco Antonio Victorazzo, pai das meninas, disse que seu cliente por enquanto não irá se manifestar.

CMF-53 Giovanna Victorazzo foi achada morta com a irmã [Legenda]

CMF-54 As irmãs foram encontradas mortas por esganadura nos beliches de um dos quartos da casa, no Jardim Bonfiglioni (zona oeste). No banheiro da suíte onde as adolescentes foram localizadas, também foi encontrado um cachorro morto, asfixiado por uma sacola plástica.

CMF-55 As adolescentes foram localizadas depois que o irmão mais velho, Leon Gustavo Knorr de Carvalho, 27, tentou entrar em contato com mãe, mas não obteve respostas. De acordo com a polícia, o filho tentava ligar para a mulher desde quinta-feira. Preocupado, foi até a casa, onde sentiu um forte cheiro de gás.

CMF-56 Ainda de acordo com os policiais, Mary foi encontrada deitada no chão da sala em estado de choque. O gás da casa estava ligado. Ela teria confessado o crime duas vezes e pedido para morrer. A mulher também gritava “onde estão as minhas meninas?”.

CMF-57 Segundo a polícia, pelo estado de decomposição dos cadáveres, é possível que as adolescentes tenham morrido entre quinta (12) e sexta-feira (13), mas a análise ainda não foi concluída pela perícia.

CMF-58 Paola Victorazzo foi achada morta em casa [Legenda]

CMF-59 Ainda não há pistas sobre a motivação do crime. De acordo com testemunhas, a mulher estaria endividada. A garagem da casa de Mary, que é corretora de imóveis, estava cheia de entulhos e objetos velhos.

(Fonte: CORPOS de adolescentes mortas em SP são enterrados; mãe é suspeita. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 16 set. 2013, às 17h42, atual. às 19h06)

Notícia

CMF-60 Corpos de adolescentes encontradas mortas em SP são enterrados

CMF-61 Os familiares não quiseram falar com a imprensa após o enterro das jovens [Legenda]

CMF-62 Os corpos das adolescentes Paola Knorr Victorazzo, 13 anos, e Giovanna Knorr Victorazzo, 14 anos, encontradas mortas na casa onde moravam na região do Butantã, zona oeste de São Paulo, foram enterrados às 15h desta segunda-feira no cemitério Valle dos Reis, em Taboão da Serra, na Grande São Paulo.

CMF-63 A cerimônia foi restrita a familiares e amigos das vítimas. Segundo o advogado José Paulo Arruda, que representa o pai das meninas, o empresário Marco Antônio Victorazzo, a família paterna não se pronunciará até a conclusão do inquérito. De acordo com Arruda, Marco Antônio está “extremamente chocado” com o fato.

CMF-64 Amigos das adolescentes assassinadas que compareceram ao funeral descreveram Giovana e Paola como brincalhonas, sorridentes e alegres.

CMF-65 Um adolescente de 14 anos, que se disse melhor amigo de Giovanna, afirmou que os dois conversaram por telefone há alguns dias e que ela afirmou que havia algo “estranho”. “Se tem relação com o ocorrido (o crime), não sei. Não posso dizer”, afirmou.

CMF-66 O adolescente afirmou também que planejava fazer junto com Giovanna uma viagem de intercâmbio aos Estados Unidos. Agora, com a morte da colega, ele disse que ainda não sabe se vai prosseguir com os planos. “Não sei se faço (o intercâmbio) em homenagem a ela, estou pensando ainda”, disse.

CMF-67 Conselho diz que mãe de adolescentes não tinha registro de corretora

CMF-68 Em nota divulgada nesta segunda-feira, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (Creci-SP) afirmou que a mãe das adolescentes, Mary Vieira Knorr, 53 anos, que disse ser corretora de imóveis, não está registrada em seu banco de dados, “não tendo nenhuma ligação com este Conselho ou com a categoria de profissionais”.

CMF-69 Morte em família

CMF-70 As adolescentes Giovanna Knorr Victorazzo, 14 anos, e Paola Knorr Victorazzo, 13 anos, foram encontradas mortas no sábado na casa onde moravam, no Butantã, na zona oeste da capital paulista. Segundo a Polícia Militar (<http://noticias.terra.com.br/brasil/policia>), a mãe das vítimas, a corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53 anos, confessou o crime a policiais, que invadiram a residência na rua Doutor Romeu Ferro para impedir que ela cometesse suicídio. O cão da família também foi morto pela agressora.

CMF-71 De acordo com o tenente Santana, que atendeu a ocorrência, o filho mais velho de Mary acionou a Polícia (<http://noticias.terra.com.br/brasil/policia>) Militar, relatando que não estava conseguindo entrar em contato com a mãe por algum tempo. “Ele relatou que ela estaria tentando se suicidar. A equipe entrou na residência com o apoio dos bombeiros, e encontramos a mulher muito perturbada. Falou algumas coisas das filhas,

que passava por problemas financeiros, mas estava muito confusa”, relatou o PM.

CMF-72 Ao perguntar sobre as irmãs, o filho decidiu procurar no quarto das meninas, onde encontrou as vítimas mortas. Segundo o tenente Santana, uma das vítimas foi asfixiada pela mãe, e a outra, enforcada. “Ela estava muito perturbada, acabou confessando o crime, falou que tinha matado as filhas”, disse.

CMF-73 Em buscas pela residência, os policiais também encontraram o animal de estimação da família, que também foi morto pela mulher, asfixiado com uma sacola plástica. “Ela tomou muitos remédios antidepressivos e chegou a abrir o gás do fogão para se matar”, disse o tenente.

CMF-74 A mãe das jovens foi indiciada pela morte das filhas e continua internada no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP), para onde foi levada após ser encontrada pela polícia. Assim que deixar o hospital, Mary deverá prestar depoimento.

(Fonte: CORPOS de adolescentes encontradas mortas em SP são enterrados. Portal *Terra*, São Paulo, Polícia, Notícia, 16 set. 2013, às 18h06, atual. às 19h58)

Notícia

CMF-75 Para polícia, mãe matou filhas após surto ou por estar endividada

CMF-76 A polícia paulista investiga a hipótese de uma corretora imobiliária de 53 anos ter matado duas filhas na zona oeste em razão de um surto psicótico ou por estar com dívidas, sem condições financeiras para criar as jovens.

CMF-77 Mary Vieira Knorr, mãe das duas adolescentes, continuava ontem internada e presa no Hospital Universitário.

CMF-78 Segundo a polícia, ela admitiu para uma médica ter assassinado as filhas Giovanna, 14, e Paola Knorr Victorazzo, 13, mas não disse qual teria sido a sua motivação.

CMF-79 “A casa estava toda revirada, suja e o cachorro da família também estava morto. Aparentemente a mãe teve um surto antes de matar as filhas, mas ainda não podemos descartar a questão financeira também”, afirmou o delegado Olívio Gomes Lyra.

CMF-80 Giovanna Victorazzo foi achada morta com a irmã [Legenda]

CMF-81 As jovens foram encontradas mortas na casa da família, no Jardim Bonfiglioli.

CMF-82 Mary foi detida em flagrante. Ela acumulava dívidas de mais de R\$ 50 mil e, conforme processos judiciais, teve um veículo apreendido por falta de pagamento. A corretora também é investigada sob a suspeita de estelionato – quatro boletins de ocorrência contra ela de um ano para cá a acusavam de ter se apropriado de R\$ 219 mil de clientes por falsas transações imobiliárias.

CMF-83 Ex-colegas de Mary que atuam em uma imobiliária disseram que em nenhum momento ela aparentava ter problemas psiquiátricos.

CMF-84 Segundo a polícia, as irmãs Giovanna e Paola foram mortas por asfixia. A dúvida é se elas foram impedidas de respirar porque foram estranguladas ou por inalarem gás.

CMF-85 “Havia marcas nos pescoços das duas, mas ainda não dá para afirmar que elas foram esganadas. Precisamos esperar os laudos”, afirmou o delegado Olívio Lyra.

CMF-86 A polícia só ficou sabendo do duplo homicídio na tarde de sábado porque vizinhos acionaram a PM após sentirem forte cheiro de gás.

CMF-87 Paola Victorazzo foi achada morta em casa [Legenda]

CMF-88 Quando chegaram ao local, os policiais encontraram a suspeita desmaiada no térreo e as duas meninas mortas no andar superior, perto do corpo de um cachorro. O botijão de gás estava com o registro totalmente aberto.

CMF-89 Segundo a polícia, pelo estado de decomposição dos corpos, é possível que as adolescentes tenham morrido entre quinta e sexta passada. Legistas elaboram um laudo para apontar o horário aproximado dos homicídios.

CMF-90 Ontem, a Folha não encontrou o defensor de Mary.

(Fonte: PARA POLÍCIA, mãe matou filhas após surto ou por estar endividada. (Com colaboração do Agora). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 17 set. 2013, às 03h00)

Notícia (agendamento)

CMF-91 SP: mãe e 4 filhos são encontrados mortos em apartamento

CMF-92 Cinco pessoas da mesma família foram encontradas mortas no final da noite dessa segunda-feira dentro do apartamento onde moravam em Ferraz de Vasconcelos, na região metropolitana de São Paulo. O imóvel fica localizado na rua Masato Sakai, segundo informações da Polícia Militar.

CMF-93 As vítimas são a mãe e os quatro filhos. Segundo informações preliminares da polícia, não há marcas de tiro ou sinal de agressão nos corpos, e a perícia esteve no local durante a madrugada para investigar o incidente. A mãe foi encontrada no quarto, enquanto os filhos – três meninas, de 17, 11 e 7 anos, e um menino, de 13 -, foram encontrados no banheiro, na sala e no quarto do apartamento.

CMF-94 O namorado da mulher, um boliviano que esteve com a família durante a noite de domingo, deixou o local junto com a filha. Depois de ligar várias vezes ao apartamento, desde o início da manhã de segunda, sem ser atendido, o companheiro foi até o local por volta de 23h, e encontrou a porta fechada. Ele então olhou pela janela e viu as duas crianças mais novas na sala. O companheiro chamou o síndico e ambos arrombaram a porta, quando encontraram toda a família morta.

CMF-95 Segundo a rádio CBN, a Polícia Militar afirmou que nada estava revirado no apartamento, e não houve vazamento de gás, de acordo com as informações preliminares. Foram encontrados, no entanto, fezes e vômito em alguns cômodos. O caso já está sendo investigado pela Polícia Civil.

CMF-96 Os corpos das vítimas foram encaminhados para o IML de Suzano, onde eram necropsiados.

(Fonte: SP: MÃE e 4 filhos são encontrados mortos em apartamento. Portal *Terra*, São Paulo, Polícia, Notícia, 17 set. 2013, às 04h49, atual. às 11h41)

Notícia (agendamento)

CMF-97 MS: mulher é presa por tentar matar a filha de 3 anos com veneno para rato

CMF-98 Uma mulher foi presa em flagrante em Cassilândia (MS), a 338 quilômetros da capital, por furto e tentativa de homicídio. Ednalva Leonel de Jesus, 28 anos, tinha planejado matar a filha de três anos e, em seguida, se matar. À polícia, ela contou que tinha

“cansado de viver e sofrer e que a sua mãe gostava mais do irmão do que dela”.

- CMF-99** O investigador da Polícia Civil Telmo Figueiró descobriu a intenção da mulher e frustrou o plano. De folga, o policial andava pela cidade quando foi avisado pelo proprietário de um supermercado que Ednalva, com uma criança no colo, furtou do estabelecimento um pacote de veneno para rato e saiu dizendo que iria matar a filha e cometer suicídio.
- CMF-100** Figueiró comunicou o fato ao plantão da polícia e passou a seguir a mulher. Ela foi abordada na praça São José. Quando percebeu a presença do policial, Ednalva tentou jogar a bicicleta em que estava na frente dos carros que passavam na rua.
- CMF-101** O investigador conseguiu detê-la e verificou que a mulher carregava o pacote de veneno de rato altamente potente. Ednalva está presa temporariamente na Delegacia de Polícia Civil de Cassilândia, onde aguarda transferência para o presídio. Já a criança foi entregue ao Conselho Tutelar.

(Fonte: MS: MULHER é presa por tentar matar a filha de 3 anos com veneno para rato. Portal Terra, São Paulo, Polícia, Notícia, 17 set. 2013, às 12h02)

Notícia

CMF-102 ‘Sempre tratou muito bem as filhas’, diz pai sobre ex suspeita de mortes

CMF-103 Marco Victorazzo declarou à Polícia Civil sobre assassinatos.

CMF-104 Ex-mulher foi presa em flagrante pelos crimes em São Paulo.

CMF-105 O pai das irmãs Giovanna, de 14 anos, e Paola Knorr Victorazzo, de 13, afirmou à Polícia Civil de **São Paulo** que a ex-mulher, mãe das adolescentes e principal suspeita de assassiná-las, “sempre tratou muito bem as filhas”. A investigação trabalha com a hipótese de que ela tenha tido algum surto psicótico, desencadeado por problemas com as filhas ou dificuldades financeiras.

CMF-106 A declaração do empresário Marco Antonio Victorazzo, de 59, sobre a comerciante Mary Vieira Knorr, de 53, foi dada no sábado (14), quando ela foi presa em flagrante após confessar os crimes.

CMF-107 Os corpos das vítimas foram encontrados por policiais militares na casa onde todas moravam juntas, no Butantã, Zona Oeste da capital. A suspeita é que elas tenham sido asfixiadas. Um cachorro de pequeno porte também foi localizado morto na casa, com um saco na cabeça. Ainda não foi esclarecido o que motivou todas as mortes.

CMF-108 O ex-marido, que viveu durante oito anos com a suspeita, disse à polícia que Mary “se apresentava uma pessoa normal que não fazia uso de nenhum tipo de medicamento, inclusive atualmente também desconhece que a mesma esteja fazendo uso de medicamentos”.

CMF-109 Victorazzo também disse que desconhecia que ela estivesse “passando por algum tipo de problema, sendo que sempre tratou muito bem as filhas”.

CMF-110 O **GI** não conseguiu localizar o pai das estudantes nesta terça-feira (17) para comentar o assunto. Por telefone, o advogado de Marcos, José Paulo Arruda, disse que, por enquanto, o comerciante não vai se manifestar sobre o assunto porque ainda está muito abalado com o que ocorreu com suas filhas.

CMF-111 Giovanna escreveu sobre conversa com a mãe [Legenda]

CMF-112 “Ele falou para mim que ficou chocado e surpreso, que jamais esperava isso da mãe das meninas”, disse o defensor sobre seu cliente. “A guarda delas ficava com a mãe, mas ele as via a cada 20 dias, quando saíam para pescar. Além disso pagava pensão para as meninas.”

CMF-113 De acordo com o delegado Gilmar Pasquini Contrera, o pai de Giovanna e Paola terá de ser ouvido novamente na condição de testemunha num depoimento formal. “O que ele falou para nós foi um termo de declarações durante o auto de prisão da ex”, disse o delegado do 14º DP. “Precisamos saber mais detalhes sobre a suspeita.”

CMF-114 Interrogatório

CMF-115 Como estava alterada no sábado passado, quando foi encontrada pela Polícia Militar, Mary ainda não foi interrogada pela polícia. Acabou sedada e levada para o Hospital Universitário da USP, no Butantã, onde seguia internada nesta terça. Lá, ela passará por exames psiquiátricos. Os resultados serão anexados ao inquérito policial. Serão necessários, no entanto, outros testes para a investigação saber se a mulher é inimputável (não responde pelos seus atos), semi-imputável (tem consciência parcial do que faz) ou pode responder criminalmente pelos assassinatos.

CMF-116 “Suspeito que ela tenha tido um surto psicótico. Só precisamos saber se isso era algo que já a acompanhava, se ela era doente e não podia responder por seus atos, ou se foi algo repentino, intencional e consciente”, explicou Gilmar Contrera.

CMF-117 Se Mary for considerada inimputável, por exemplo, ela não poderia ficar presa numa cadeia comum, teria de ser submetida a tratamento psiquiátrico em um hospital, onde ficaria detida até ser curada. Procurado, o advogado de Mary não retornou as ligações do **G1** até a publicação desta reportagem.

CMF-118 Investigadores do 14º DP pretendem interrogar Mary no Hospital Universitário. A data não foi confirmada, mas isso poderá ocorrer nesta quarta-feira (18). Procurada a assessoria de imprensa da unidade médica informou que a suspeita continua internada sem previsão de alta. “Para nós o caso está esclarecido no que se refere a autoria das mortes: tudo indica que foi a mãe das meninas que as matou”, disse Contrera.

CMF-119 Giovanna Victorazzo tinha 14 anos [Legenda]

CMF-120 Depoimentos

CMF-121 Além do ex-marido de Mary, a polícia já ouviu outros dois filhos da suspeita, um conhecido dela e os policiais militares que atenderam ao chamado de ocorrência de vazamento de gás de cozinha na residência onde ocorreu o crime.

CMF-122 O casal de irmãos contou à polícia que não notou “comportamento diferenciado em sua mãe” ou se ela “fazia uso de medicamentos”. Apesar de se falarem todos os dias por telefone, os dois que não conseguiram mais contato com a suspeita na sexta-feira (13). No dia seguinte, ambos resolveram ir à casa dela, onde ouviram Mary “gemendo e pronunciando palavras que não conseguiam entender”. Depois de um deles pular o muro, sentiu um cheiro de “gás de cozinha” e chamou o Corpo de Bombeiros.

CMF-123 O filho afirmou que “apenas ouviu [de sua mãe] os dizeres ‘as meninas’”. Ele falou que foi então até os quartos, onde encontrou as irmãs mortas. Giovanna estava numa cama, com o rosto coberto por um travesseiro, e Paola, em outra cama. As duas tinham marcas de sangue no rosto. De acordo com peritos da Polícia Técnico-Científica, as vítimas podem ter sido mortas entre quinta-feira (12) e sexta-feira (13), devido ao estado de decomposição dos cadáveres.

CMF-124 Os policiais militares que atenderam a ocorrência disseram no 14º DP que Mary confessou o assassinato das filhas ao dizer, por duas vezes, que “havia matado as filhas e queria morrer”. “As características são de quem surtou, matou o cachorro e as filhas e depois caiu na real. Daí, tentou se matar, abrindo o gás, mas não conseguiu, porque os filhos chegaram a tempo”, disse o delegado.

CMF-125 Nesta terça, um homem que não teve o nome divulgado contou à polícia que foi, na quinta (12), até a residência de Mary para comprar um móvel e uma geladeira por R\$ 200. Ele contou que não viu as meninas. Na sexta, o homem ligou para a casa da suspeita para cobrar as compras, mas não foi atendido. Ele acrescentou que só ficou sabendo das mortes no domingo.

CMF-126 Informações passadas por vizinhos aos investigadores do caso dão conta de que Mary ainda teria sido vista passeando com o cachorro da família na sexta, quando, em tese, as filhas já teriam sido mortas por ela. Peritos do Instituto Médico Legal (IML) e do Instituto de Criminalística (IC) estão elaborando laudos que poderão responder o dia e, possivelmente, o horário das mortes. A perícia trabalha com a hipótese de asfixia. Mary poderia ter esganado as vítimas ou liberado gás de cozinha que as intoxicou. Todos os corpos foram submetidos a exames toxicológicos que detectaram se os mortos foram dopados antes.

CMF-127 Paola Victorazzo tinha 13 anos [Legenda]

CMF-128 Estelionato

CMF-129 De acordo com a investigação, apesar de Mary ter se identificado como corretora de imóveis, ela não possui registro no Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci). Além disso, a mulher é investigada pela Polícia Civil por suspeita de estelionato e apropriação indébita porque estaria se passando por corretora e usando o nome de uma imobiliária de “fachada” para enganar pessoas que queriam comprar imóveis.

CMF-130 “São três boletins de ocorrência de estelionato e um de apropriação, nos quais ela teria lesado as vítimas em R\$ 214 mil. Valor este que ela cobrou dessa gente que pagou por casas que nunca receberam”, disse Contrera. “Tivemos informações de que ela estava fugindo da polícia para não ter de prestar esclarecimentos sobre essas suspeitas. Teria mudado de casa e tirado as filhas da escola”.

CMF-131 Em defesa da mãe, um dos filhos disse à polícia, que “como [Mary] é corretora de imóveis, seu salário não era fixo, razão pela qual tinha algumas contas atrasadas”.

CMF-132 Por meio de nota, divulgada nesta terça em seu site, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo - 2ª Região informou que não encontrou em seu “banco de dados nenhum registro em nome dessa pessoa [Mary]. Esclarecemos à sociedade que a sra. Mary Vieira Knorr não é, portanto, corretora de imóveis inscrita no Creci-SP, não tendo nenhuma ligação com este Conselho ou com a categoria de profissionais aqui inscritos”.

CMF-133 Segundo o delegado, a mãe respondeu também por maus-tratos. O policial, porém, não soube informar se a acusação era de que teria maltratado as filhas.

CMF-134 Quadro com tarefas destinadas a cada uma das adolescentes achadas mortas no Butantã [Legenda]

CMF-135 Internet

CMF-136 Depoimentos e bilhetes apontam que Mary era rigorosa com as filhas, segundo a

Polícia Civil. Papéis encontrados na porta da geladeira mostravam a programação das tarefas de cada uma das garotas, com a respectiva punição em caso de o dever não ser cumprido por uma delas. Dentre os castigos estão a proibição de entrar na internet por um determinado período e a não permissão para sair de casa para passear.

CMF-137 Giovanna publicou em seu perfil no Twitter que teve um “papo tenso” com a mãe, no dia 8 deste mês. “Tive um papo tenso com minha mae, senhor” (sic), escreveu Giovanna.

CMF-138 Em 11 de setembro, véspera do dia em que supostamente foi morta com a irmã, Giovanna publicou no Twitter que não iria à escola. “Ta, amanhã nao irei para a escola, minha mae aida nao sabe disso” (sic). “Gente, ninguem me entende quando eu falo q queria morrer e ver a reação das pessoas aqui na terra, sempre quis ver varias coisas.” (sic), escreveu a adolescente em um outro post no microblog, do dia 8 de setembro.

CMF-139 Giovanna usava muito a internet. Além do Twitter e da rede Ask, ela mantinha uma página no Facebook. “Sim, sou um anjo como asas agora”, postou a garota em 10 de setembro. A foto de uma menina de costas com asas de anjo foi postada um dia antes.

(Fonte: TOMAZ, Kleber; PIZA, Paula Toledo. ‘Sempre tratou muito bem as filhas’, diz pai sobre ex suspeita de mortes. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 18 set. 2013, às 07h03, atual. às 08h34)

Notícia

CMF-140 Mãe pergunta ‘como estão as meninas’, diz advogado de suspeita

CMF-141 Segundo defensor, mulher não confessou crime e fala que quer morrer. Mary Vieira Knorr é a principal suspeita de matar as duas filhas em SP.

CMF-142 Mary Vieira Knorr, de 53 anos, é suspeita da matar as filhas [Legenda]

CMF-143 Mary Vieira Knorr, presa suspeita de matar duas filhas adolescentes e o cão da família na casa em que moravam, no Butantã, Zona Oeste de São Paulo, não confessou o crime e pergunta pelas filhas no hospital onde está internada, segundo afirmou nesta quarta-feira (18) seu advogado, Lindenberg Pessoa de Assis.

CMF-144 Em entrevista ao **G1**, o defensor contou que a mulher está abalada e que não se lembra de nada do que aconteceu. Segundo ele, até agora a mãe não tem consciência de que as filhas estão mortas.

CMF-145 Além de perguntar “como estão as meninas?”, Mary também diz a todo momento que quer morrer, de acordo com o defensor. A defesa pretende pedir à Justiça a liberdade da mulher alegando que ela precisa da família e de um tratamento psiquiátrico. “Ela não deve ser tratada como uma criminosa”, afirmou Lindenberg de Assis.

CMF-146 Os corpos foram encontrados por policiais militares no sábado (14). A suspeita é que as garotas tenham sido asfixiadas pela mãe. Mary teria esganado as irmãs Giovanna, de 14 anos, e Paola Knorr Victorazzo, de 13, e o cachorro, segundo investigação da Polícia Civil. Outra hipótese é a de que ela liberou gás de cozinha na residência para sufocar as vítimas. Depois, a mulher teria tentado se suicidar permanecendo no local.

CMF-147 Ainda não foi esclarecido o que motivou todas as mortes, mas a investigação trabalha com as hipóteses de que Mary pode ter tido um surto psicótico desencadeado por problemas pessoais com as filhas ou dificuldades financeiras.

CMF-148 Em depoimentos dados no 14º Distrito Policial, em Pinheiros, os PMs que acharam as vítimas no imóvel relataram que Mary estava ‘alterada’ naquele dia, quando também confessou a eles os assassinatos das filhas dizendo que queria se matar. Ela acabou presa em flagrante, foi sedada e levada ao Hospital Universitário da USP.

CMF-149 Para o advogado de Mary, no entanto, sua cliente não confirmou a ele nesta manhã a confissão que teria dado aos agentes. Por esse motivo, Assis alegou que antes de a investigação apontar a mulher como culpada é preciso ouvi-la em depoimento. “Confissão de que matou não é prova. Temos um crime, mas não temos um bandido”, disse o defensor. “E quem disse isso, de que ela confessou, foram os policiais militares, não foi Mary. Ela ainda não falou formalmente com a Polícia Civil sobre o caso.” De acordo com o advogado, Mary ainda não tem condições psicológicas de prestar depoimento à polícia. “Ela ainda não voltou à consciência, não dá para saber o que aconteceu”, disse Assis. “Dependo de conversa com ela para saber. Não tenho nenhuma testemunha presencial. Ela está meio inconsciente, se tratando, sedada.”

CMF-150 O defensor falou à equipe de reportagem que perguntou a Mary se ela tinha matado as filhas. “Ela respondeu: ‘Não sei de nada. Não consigo me lembrar de nada’”, contou o advogado, que disse conhecer a suspeita desde 1996.

CMF-151 Ao sair do Hospital Universitário da USP, onde sua cliente está internada, Assis lamentou as mortes. “Fica a dúvida: será que foi Mary mesmo que matou as meninas? No meu entendimento, é uma grande tragédia. Agora, se ficar comprovado que foi ela que matou as meninas, é importante saber o motivo”, disse. “A mim ela não confessou o crime. O que eu tenho de informações é que ela sempre foi uma boa mãe e uma pessoa que trabalhava muito.”

CMF-152 Interrogatório

CMF-153 Apesar de estar internada no Hospital Universitário desde sábado, Mary ainda não conseguiu conversar com o psiquiatra da unidade médica que ficou de avaliar suas condições psicológicas para saber se ela pode prestar depoimento à polícia, segundo Assis. “Ela não consegue falar coisa com coisa. Não está concatenando as ideias muito bem. Está abalada. Está surtada”, disse o advogado sobre o especialista.

CMF-154 Apesar de os resultados desses exames serem anexados futuramente ao inquérito policial, serão necessários, no entanto, outros testes para a investigação saber se Mary é inimputável (não responde pelos seus atos), semi-imputável (tem consciência parcial do que faz) ou pode responder criminalmente pelos assassinatos.

CMF-155 Se Mary for considerada inimputável, por exemplo, ela não poderia ficar presa numa cadeia comum, teria de ser submetida a tratamento psiquiátrico em um hospital, onde ficaria detida até ser curada.

CMF-156 O delegado Olívio Gomes Lyra, adjunto do 14º DP, disse nesta quarta ao **G1** que pode concluir a investigação sem colher o depoimento da suspeita, caso Mary não tenha condições psicológicas de falar. “O inquérito está baseado nos depoimentos de dois PMs e de uma médica para os quais Mary confessou o crime”, disse.

CMF-157 Giovanna Victorazzo tinha 14 anos [Legenda]

CMF-158 Depoimentos

CMF-159 A polícia já ouviu o ex-marido da suspeita, Marco Antonio Victorazzo, que disse que ela “sempre tratou muito bem” as meninas. Também prestaram depoimento outros dois

filhos dela, um conhecido e os PMs que atenderam ao chamado de ocorrência de vazamento de gás de cozinha na residência onde ocorreu o crime.

- CMF-160** O casal de irmãos contou à polícia que não notou “comportamento diferenciado em sua mãe” ou se ela “fazia uso de medicamentos”. Apesar de se falarem todos os dias por telefone, os dois que não conseguiram mais contato com a suspeita na sexta-feira (13). No dia seguinte, ambos resolveram ir à casa dela, onde ouviram Mary “gemendo e pronunciando palavras que não conseguiam entender”. Depois de pularem o muro, foi sentido um cheiro de “gás de cozinha”. Por esse motivo, o Corpo de Bombeiros e a PM foram chamados.
- CMF-161** O filho afirmou que “apenas ouviu [de sua mãe] os dizeres ‘as meninas’”. Ele falou que foi então até os quartos, onde encontrou as irmãs mortas. Giovanna estava numa cama, com o rosto coberto por um travesseiro, e Paola, em outra cama. As duas tinham marcas de sangue no rosto. De acordo com peritos da Polícia Técnico-Científica, as vítimas podem ter sido mortas entre quinta-feira (12) e sexta-feira, devido ao estado de decomposição dos cadáveres.
- CMF-162** Os policiais militares que atenderam a ocorrência disseram no 14º DP que Mary confessou o assassinato das filhas ao dizer, por duas vezes, que “havia matado as filhas e queria morrer”. “As características são de quem surtou, matou o cachorro e as filhas e depois caiu na real. Daí, tentou se matar, abrindo o gás, mas não conseguiu, porque os filhos chegaram a tempo”, disse o delegado Gilmar Pasquini Contrera, titular do distrito policial que investiga o caso.
- CMF-163** Na terça-feira (17), um homem que não teve o nome divulgado contou à polícia que foi na quinta passada até a residência de Mary para comprar um móvel e uma geladeira por R\$ 200. Ele relatou que não viu as meninas. Na última sexta, o homem ligou para a casa da suspeita para cobrar as compras, mas não foi atendido. Ele acrescentou que só ficou sabendo das mortes no domingo.
- CMF-164** Informações passadas por vizinhos aos investigadores do caso dão conta de que Mary ainda teria sido vista passeando com o cachorro da família na sexta passada, quando, em tese, as filhas já teriam sido mortas por ela. Peritos do Instituto Médico Legal (IML) e do Instituto de Criminalística (IC) estão elaborando laudos que poderão responder o dia e, possivelmente, o horário das mortes. A perícia trabalha com a hipótese de asfixia. Mary poderia ter esganado as vítimas ou liberado gás de cozinha que as intoxicou. Todos os corpos foram submetidos a exames toxicológicos que detectarão se os mortos foram dopados antes.

CMF-165 Paola Victorazzo tinha 13 anos [Legenda]

CMF-166 Estelionato

- CMF-167** De acordo com a investigação, apesar de Mary ter se identificado como corretora de imóveis, ela não possui registro no Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci). Além disso, a mulher é investigada pela Polícia Civil por suspeita de estelionato e apropriação indébita porque estaria se passando por corretora e usando o nome de uma imobiliária de “fachada” para enganar pessoas que queriam comprar imóveis.
- CMF-168** “São três boletins de ocorrência de estelionato e um de apropriação, nos quais ela teria lesado as vítimas em R\$ 214 mil. Valor este que ela cobrou dessa gente que pagou por casas que nunca receberam”, disse Contrera. “Tivemos informações de que ela estava fugindo da polícia para não ter de prestar esclarecimentos sobre essas suspeitas. Teria mudado de casa e tirado as filhas da escola”.

CMF-169 Em defesa da mãe, um dos filhos disse à polícia, que “como [Mary] é corretora de imóveis, seu salário não era fixo, razão pela qual tinha algumas contas atrasadas”.

CMF-170 Por meio de nota, divulgada nesta terça em seu site, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo - 2ª Região informou que não encontrou em seu “banco de dados nenhum registro em nome dessa pessoa [Mary]. Esclarecemos à sociedade que a sra. Mary Vieira Knorr não é, portanto, corretora de imóveis inscrita no Creci-SP, não tendo nenhuma ligação com este Conselho ou com a categoria de profissionais aqui inscritos”.

CMF-171 Segundo o delegado, a mãe respondeu também por maus-tratos. O policial, porém, não soube informar se a acusação era de que teria maltratado as filhas.

CMF-172 Quadro com tarefas destinadas a cada uma das adolescentes achadas mortas no Butantã [Legenda]

CMF-173 Internet

CMF-174 Depoimentos e bilhetes apontam que Mary era rigorosa com as filhas, segundo a Polícia Civil. Papéis encontrados na porta da geladeira mostravam a programação das tarefas de cada uma das garotas, com a respectiva punição em caso de o dever não ser cumprido por uma delas. Dentre os castigos estão a proibição de entrar na internet por um determinado período e a não permissão para sair de casa para passear.

CMF-175 Giovanna publicou em seu perfil no Twitter que teve um “papo tenso” com a mãe, no dia 8 deste mês. “Tive um papo tenso com minha mae, senhor” (sic), escreveu Giovanna.

CMF-176 Em 11 de setembro, véspera do dia em que supostamente foi morta com a irmã, Giovanna publicou no Twitter que não iria à escola. “Ta, amanha nao irei para a escola, minha mae aida nao sabe disso” (sic). “Gente, ninguem me entende quando eu falo q queria morrer e ver a reação das pessoas aqui na terra, sempre quis ver varias coisas.” (sic), escreveu a adolescente em um outro post no microblog, do dia 8 de setembro.

CMF-177 Giovanna usava muito a internet. Além do Twitter e da rede Ask, ela mantinha uma página no Facebook. “Sim, sou um anjo como asas agora”, postou a garota em 10 de setembro. A foto de uma menina de costas com asas de anjo foi postada um dia antes.

(Fonte: TOMAZ, Kleber; PIZA, Paula Toledo. Mãe pergunta ‘como estão as meninas’, diz advogado de suspeita. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 18 set. 2013, às 12h42, atual. às 16h33)

Notícia

CMF-178 ‘Não restam dúvidas’, diz delegado sobre mãe ter matado filhas em SP

CMF-179 Segundo a polícia, mulher pode ter surtado por causa da vida que levava. Mary Knorr está presa suspeita pelo crime e internada em hospital de SP.

CMF-180 Mary Vieira Knorr, de 53 anos, é suspeita da matar as filhas [Legenda]

CMF-181 O delegado Gilmar Contrera afirma ter esclarecido o caso das duas adolescentes achadas mortas na região do Butantã, em São Paulo. “Para a investigação não restam

dúvidas: foi a mãe que assassinou as meninas. As provas são depoimentos de policiais e médicos que ouviram a confissão dela”, disse Contrera nesta quinta-feira (19) ao **G1**.

CMF-182 Segundo a investigação, Mary Vieira Knorr, de 53 anos, matou, na semana passada, as duas filhas e o cão da família na casa em que moravam. Agora, o delegado vai pedir à Justiça um exame de insanidade mental da mulher.

CMF-183 O resultado do teste servirá para eliminar dúvidas a respeito de seu perfil psicológico. Para a investigação, ela pode ter cometido um crime em decorrência de um surto psicótico.

CMF-184 Presa em flagrante pelos assassinatos, Mary teria confessado os crimes a policiais militares e a uma médica. Alterada, teria dito que queria se suicidar, foi levada para um hospital, onde permanece internada e sem previsão de alta. Por esse motivo, ainda não tem condições de prestar depoimento à polícia. O diagnóstico é de transtorno mental por conta do uso de medicamentos sedativos e hipnóticos.

CMF-185 A investigação quer saber se Mary tomou esses remédios antes ou depois das mortes e se eles teriam alguma relação com o crime. O mais provável, segundo os policiais, é que ela tenha sido medicada após os assassinatos, mas essa informação ainda não foi confirmada oficialmente. Testemunhas e parentes, no entanto, disseram à polícia que Mary não tinha problemas mentais.

CMF-186 Em relação à execução do crime, a hipótese mais plausível para a polícia é a de que a mulher pode ter surtado e, em seguida, asfixiado as irmãs Giovanna, de 14 anos, e Paola Knorr Victorazzo, de 13, e o cachorro. Laudos da Polícia Técnico Científica irão apontar se as vítimas foram esganadas pela mãe ou intoxicadas por gás de cozinha.

CMF-187 Informações preliminares da perícia dão conta de que as estudantes teriam sido mortas na última quinta-feira (12) devido ao estado de decomposição dos cadáveres. Vizinhos ainda disseram ter visto Mary passear com o cão na sexta-feira (13), o que aumenta a suspeita de que a mulher velou as filhas por dois dias. Os corpos foram encontrados no sábado (14) pela Polícia Militar, que foi à residência atender um chamado de vazamento de gás. Como Mary não atendia as ligações de seus filhos de outro relacionamento, eles acionaram a PM.

CMF-188 Para o delegado do 14º Distrito Policial, em Pinheiros, que investiga o caso, o inquérito que apura a autoria dos homicídios concluirá que Mary matou as filhas e tentou se matar em seguida após um possível surto.

CMF-189 Paola Victorazzo tinha 13 anos [Legenda]

CMF-190 No entendimento do delegado, apesar de parentes e conhecidos não relatarem transtornos mentais anteriores, Mary tinha problemas amorosos e de relacionamento com as filhas, dificuldades financeiras e praticava crimes de estelionato. “Para nós, todos esses ingredientes podem ter feito ela surtar e matar as meninas”, disse.

CMF-191 De acordo com Contrera, como Mary foi detida no sábado passado, o inquérito precisa ser concluído no prazo de dez dias para prisão em flagrante. Isso deverá ocorrer até a próxima segunda-feira (23).

CMF-192 Mesmo não tendo ido à delegacia, a mulher foi indiciada pelos homicídios, ou seja, responde formalmente como autora dos assassinatos. “O inquérito será relatado à Justiça. A polícia irá se manifestar a favor da prisão da mulher. Ela oferece riscos a outras pessoas e a si mesma, já que tentou o suicídio”.

CMF-193 Exames

- CMF-194** Como Mary ainda não teve autorização médica do Hospital Universitário, na Zona Oeste, para prestar depoimento à polícia sobre o crime, o delegado também vai pedir à Justiça a “verificação da capacidade de imputação nos incidentes de insanidade mental” da mãe. Se a solicitação for concedida, poderá ser feita no Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc)
- CMF-195** Policiais tentam interrogar Mary desde o dia em que ela foi internada, mas a mulher não tem condições de falar. Atestado médico do hospital informa que, de acordo com o Classificação Internacional de Doenças (CID), ela foi diagnosticada com F130, um transtorno mental e comportamental causado por ingestão de sedativos e hipnóticos.
- CMF-196** Esse transtorno leva a pessoa a ter comportamento anormal, como o que Mary apresenta nos últimos dias no hospital, mas dificilmente leva alguém a cometer um assassinato, segundo especialistas ouvidos pelo **G1**.
- CMF-197** “Acho que ela está transtornada pelos remédios que está tomando. Por isso não pode falar conosco ainda”, disse Contrera, que poderá concluir o inquérito sem ouvir Mary. “Nossa última tentativa será na sexta-feira [20].”
- CMF-198** O exame de insanidade do Imesc pode ser anexado posteriormente à conclusão do inquérito e servirá para a Justiça saber se vai responsabilizar Mary criminalmente ou se a suspeita necessita de tratamento psiquiátrico. Se a mulher for considerada inimputável (não responde pelos seus atos) ou semi-imputável (tem consciência parcial do que faz) poderá ir a um hospital psiquiátrico. Ela não poderia ficar presa numa cadeia comum, teria de ser submetida a tratamento, onde permaneceria detida até ser curada. Se for considerada imputável pode responder criminalmente pelos assassinatos.
- CMF-199** “Por enquanto, não posso afirmar se ela tem ou não tem problemas mentais, quem dirá isso será o resultado do exame de insanidade”, disse Contrera.

CMF-200 Giovanna Victorazzo tinha 14 anos [Legenda]

CMF-201 Internação

CMF-202 Na quarta-feira (18), o advogado de Mary, Lindenberg Pessoa de Assis, visitou sua cliente no centro médico e disse que ela não se lembra de nada do que aconteceu e pergunta pelas filhas. Além de perguntar “como estão as meninas?”, Mary também falou que quer morrer, de acordo com o defensor. A defesa pretende pedir à Justiça a liberdade da mulher alegando que ela precisa da família e de um tratamento psiquiátrico. “Ela não deve ser tratada como uma criminoso”, afirmou.

CMF-203 Polícia

- CMF-204** Em depoimentos dados no 14º Distrito Policial, em Pinheiros, os PMs que acharam as vítimas no imóvel relataram que Mary estava “alterada” naquele dia, quando também confessou a eles os assassinatos das filhas e disse que queria se matar. Ela acabou presa em flagrante, foi sedada e levada ao Hospital Universitário da USP.
- CMF-205** Para o advogado de Mary, no entanto, sua cliente não confirmou a ele a confissão que teria dado aos agentes. Por esse motivo, Assis alegou que, antes de a investigação apontar a mulher como culpada, é preciso ouvi-la em depoimento. “Confissão de que matou não é prova. Temos um crime, mas não temos um bandido”, disse o defensor. “E quem disse isso, de que ela confessou, foram os policiais militares, não foi Mary. Ela ainda não falou formalmente com a Polícia Civil sobre o caso.”
- CMF-206** De acordo com o advogado, Mary ainda não tem condições psicológicas de prestar depoimento à polícia. “Ela ainda não voltou à consciência, não dá para saber o que

aconteceu”, disse Assis. “Dependo de conversa com ela para saber. Não tenho nenhuma testemunha presencial. Ela está meio inconsciente, se tratando, sedada.”

CMF-207 Estelionato

CMF-208 De acordo com a investigação, Mary se identificava como corretora de imóveis, mas não possui registro no Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci). Além disso, a mulher é investigada pela Polícia Civil por suspeita de estelionato e apropriação indébita porque estaria se passando por corretora e usando o nome de uma imobiliária de “fachada” para enganar pessoas que queriam comprar imóveis. Há a suspeita que ela tenha conseguido R\$ 214 mil em golpes.

CMF-209 Segundo o delegado, a mãe respondeu também por maus-tratos. O policial, porém, não soube informar se a acusação era de que teria maltratado as filhas. Segundo a investigação, a mãe era rigorosa com as filhas, chegando ao ponto de pregar um papel na geladeira com tarefas das meninas e punições caso não as cumprisse. As filhas relatavam nas redes sociais divergências com a mãe.

(Fonte: TOMAZ, Kleber; PIZA, Paula Toledo. ‘Não restam dúvidas’, diz delegado sobre mãe ter matado filhas em SP. Portal *G1* (globo.com), São Paulo, Notícia, 19 set. 2013, às 14h42, atual. às 20h21)

Notícia

CMF-210 Mãe acusada de matar filhas é transferida para hospital psiquiátrico

CMF-211 Mary Knorr estava desde 14 de setembro no Hospital Universitário.

CMF-212 Ministério Público denunciou a mulher pelas mortes das adolescentes.

CMF-213 Mary Vieira Knorr, de 53 anos, é suspeita de matar as filhas [Legenda]

CMF-214 A mãe acusada de matar as próprias filhas e o cão da família em setembro foi transferida nesta quarta-feira (2) para o Hospital Psiquiátrico Pinel, em Pirituba, São Paulo. Mary Vieira Knorr, de 53 anos, estava desde 14 de setembro internada no Hospital Universitário da USP.

CMF-215 Também nesta quarta, o Ministério Público denunciou a mulher pelas mortes de Giovanna, de 14 anos, e Paola Knorr Victorazzo, de 13, na casa onde moravam no Butantã, Zona Oeste da capital.

CMF-216 Segundo o delegado Gilmar Contrera, do 14º Distrito Policial, em Pinheiros, a transferência foi autorizada pela Justiça. “Médicos recomendaram que ela permanecesse em tratamento psiquiátrico”, disse ao G1. Segundo a assessoria do Hospital Universitário, o quadro clínico de Mary era estável, tendo a paciente “todas as funções vitais preservadas”.

CMF-217 Acusação

CMF-218 Caberá a juíza Lizandra Maria Lapenna decidir se aceita ou não a denúncia contra Mary. Se aceitar, a mulher se tornará ré no processo que responde pelos crimes de

homicídios dolosos (com intenção) qualificados por meio cruel e recurso que dificultou a defesa das vítimas.

- CMF-219** A acusação contra Mary foi feita pelo promotor Rogério Leão Zagallo. Ele substituiu Mildred de Assis Gonzales, que está de licença médica. O G1 não localizou o advogado de defesa da acusada, Lindenberg Pessoa de Assis, para comentar o assunto. Até agora sua cliente não foi interrogada pela Polícia Civil.
- CMF-220** Mary foi presa em flagrante após confessar o crime a policiais militares e tentar se suicidar. Uma decisão judicial determinou que ela fique presa preventivamente até seu eventual julgamento.
- CMF-221** Peritos da Polícia Técnico-Científica analisam se as garotas e o cachorro foram asfixiados. Os laudos necroscópicos que apontaram as causas das mortes ainda não ficaram prontos. Eles irão apontar se houve esganadura ou intoxicação por gás.
- CMF-222** Para a Polícia Civil, Mary pode ter matado as filhas no dia 12 de setembro e o cachorro no dia 13. Para a investigação, ela pode ter tido um “surto” desencadeado por problemas financeiros ou divergências com as filhas. Por esse motivo, o 14º Distrito Policial, em Pinheiros, solicitou à Justiça a realização de um exame de insanidade mental na mulher para saber se ela é inimputável (não pode responder por seus atos), é semi-imputável (responde parcialmente por suas atitudes) ou é imputável (pode ser responsabilizada criminalmente pelo que fez).
- CMF-223** Rogério Zagallo, no entanto, discordou desse pedido por hora, alegando que todas as pessoas ouvidas pela polícia dizem que Mary era uma pessoa normal. “Vou aguardar a mais oitivas das testemunhas e da própria acusada para saber se há necessidade para instauração de incidente”, disse o promotor ao G1.
- CMF-224** “Assim, no dia dos fatos, Mary, em Paola e Giovanna, gerou edema pulmonar, quer seja a elas ministrando veneno, quer seja impedindo que as pequenas ofendidas respirassem, pois interrompera a entrada de oxigênio em suas vias aéreas, fatos que foram a causa efetiva de suas mortes, consoante será pormenorizado pelo laudo de exame de corpo de delito que oportunamente será juntado aos autos”, escreveu Zagallo na denúncia. “A denunciada, seja envenenando as vítimas, seja impedindo de alguma forma o fluxo de oxigênio em suas vias aéreas, para mata-las, valeu-se de meio cruel.”

CMF-225 O crime

- CMF-226** O crime provavelmente ocorreu em 12 de setembro, na casa onde todos moravam no Butantã. Vizinhos ainda disseram ter visto Mary passear com o cão no dia seguinte, o que aumenta a suspeita de que a mulher velou as filhas por dois dias. Os corpos, no entanto, só foram encontrados por policiais militares no dia 14, quando a mulher foi presa em flagrante porque teria confessado o crime. A Polícia Militar foi à residência atender um chamado de vazamento de gás. Como Mary não atendia as ligações de seus outros filhos, eles acionaram a PM.
- CMF-227** Segundo a Polícia Militar, a mulher estava “alterada” e confessou que matou as adolescentes. Segundo o delegado Gilmar Contrera, do 14º DP, a mulher se recusou a ser interrogada. “Ela fazia de conta que estava dormindo”, havia dito o delegado que concluiu o inquérito.
- CMF-228** De acordo com a investigação, Mary se identificava como corretora de imóveis, mas não possui registro no Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci). Além disso, a mulher é investigada pela Polícia Civil por suspeita de estelionato e apropriação indébita porque estaria se passando por corretora e usando o nome de uma imobiliária de “fachada” para enganar pessoas que queriam comprar imóveis. Há a suspeita que ela tenha conseguido R\$ 214 mil em golpes.

CMF-229 Segundo o delegado, a mãe respondeu também por maus-tratos. O policial, porém, não soube informar se a acusação era de que teria maltratado as filhas. Segundo a investigação, a mãe era rigorosa com as filhas, chegando a pregar um papel na geladeira com tarefas das meninas e punições caso não as cumprisse. As filhas relatavam nas redes sociais divergências com a mãe.

CMF-230 Giovanna e Paola Victorazzo [Legenda]

(Fonte: TOMAZ, Kleber. Mãe acusada de matar filhas é transferida para hospital psiquiátrico. Portal *GI* (globo.com), São Paulo, Notícia, 02 out. 2013, às 15h45, atual. às 15h46)

Notícia

CMF-231 VIOLÊNCIA

CMF-232 Suspeita de matar as filhas em SP vai para hospital psiquiátrico

CMF-233 A corretora de imóveis Mary Vieira Knorr, 53, foi transferida para o Hospital Psiquiátrico Pinel na manhã desta quarta-feira. Ela é suspeita de matar as filhas Giovanna, 14, e Paola, 13, na casa da família, no bairro Jardim Bonfiglioli, na zona oeste, no mês passado.

CMF-234 Knorr estava internada no Hospital Universitário da USP desde o dia 14 de setembro, logo após a localização dos corpos de duas das suas filhas. A transferência para o hospital psiquiátrico foi solicitada pela Polícia Civil e autorizada pelo juiz Kleber Leyser de Aquino, da Dipo (Departamento de Inquéritos Policiais).

CMF-235 Segundo a assessoria do Hospital Universitário, no momento da alta, o quadro clínico de Mary permanecia estável, com todas as funções vitais preservadas.

CMF-236 Foi encaminhado à Justiça na terça-feira (1º) a denúncia (acusação formal) contra ela, apresentada pelo Ministério Público. De acordo com a denúncia, as adolescentes sofreram edema pulmonar e foram impedidas de respirar em consequência do envenenamento causado pela mãe.

CMF-237 As adolescentes foram localizadas depois que o irmão mais velho, Leon Gustavo Knorr de Carvalho, 27, tentou entrar em contato com mãe, mas não obteve respostas. De acordo com a polícia, o filho tentava ligar para a mulher desde o dia 12. Preocupado, foi até a casa, onde sentiu um forte cheiro de gás.

CMF-238 A corretora estava na casa quando os corpos das garotas foram localizados. Segundo a polícia, ela estava deitada no chão da sala, alterada. Ela teria confessado o crime e disse que queria morrer de acordo com a polícia.

(Fonte: SUSPEITA de matar as filhas em SP vai para hospital psiquiátrico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 02 out. 2013, às 17h31)

Anexo D

Corpus restrito⁴⁶¹ (do TDAH) (CTH)

Matéria

CTH-01 Minha vida sem foco

CTH-02 Esta reportagem demorou dois anos para ser escrita. E a culpa não é (só) da minha desorganização. Eu tenho Transtorno de Déficit de Atenção. Aqui você vai entender como meu cérebro funciona.

CTH-03 Buzina de carro, latido de cachorro, choro de bebê, “Que horas são?”, “Rola algo no Facebook?”, “Que programa de TV é esse?”, “O que tem para comer?”, “Por que alguém vai ler esta matéria mesmo?”. Apenas 5 minutos sentado em frente ao computador e tudo isso já passou pela minha cabeça. Tudo ao meu redor fala mais alto do que escrever este texto. Fecho a janela, checo o relógio, surfo na net, desligo a tv, como chocolate. Só então consigo voltar para explicar o que você ganha ao continuar lendo esta matéria: uma visão sobre como funciona uma mente inquieta. Nas próximas páginas, você vai enxergar o mundo pelos meus olhos. Bem-vindo ao cérebro TDAH.

CTH-04 A redação da SUPER não é exatamente o lugar mais tranquilo para manter a atenção. Pilhas de livros nas mesas, revistas importadas nas paredes, gente falando ao telefone. Enquanto rabisco caoticamente num bloquinho, o diretor de redação me explica uma pauta: “Quero que você escreva sobre TDAH. Mas em primeira pessoa. Sua experiência pode ser interessante para o leitor”. Topo fazer a matéria imediatamente. Marcamos o prazo de um mês para entregar o texto que você lê agora. Prazo real de entrega: dois anos.

CTH-05 Se você tem TDAH, não é difícil se identificar com a história acima. Ela expõe um dos traços mais característicos do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade: dificuldade em gerenciar o tempo. O paciente TDAH também se reconhece facilmente na brincadeira de Douglas Adams, autor do Guia do Mochileiro das Galáxias: “Amo prazos de entrega. Adoro o som que fazem quando passam voando pela minha janela”. Quem sofre de TDAH tende a ser tachado de avoado ou incapaz. Mas julgamentos como esses não explicam as nuances da mente TDAH. Eu mesmo, por exemplo, perco as contas de quantas vezes chego atrasado a compromissos e esqueço datas de aniversário. Ao mesmo tempo, tenho a estranha capacidade de ler textos que me interessam por horas a fio nos ambientes mais caóticos possíveis.

CTH-06 É bem provável que você conheça mais pessoas com esse perfil. Estima-se que um em cada 20 adultos apresente sintomas suficientes para ser diagnosticado com TDAH. Um estudo afirma que o impacto da doença na produtividade dos EUA é de US\$ 77 bilhões de prejuízo por ano. Uma cifra que ultrapassa a da depressão (US\$ 43 bilhões) e a do abuso de drogas. Por isso, entender o TDAH é uma tarefa cada vez mais importante. E é isso que eu fiz, procurando alguém que conhece o assunto bem de dentro. Mais exatamente, de dentro de seu próprio cérebro.

CTH-07 Uma pilha de exames com cérebros coloridos. É o que mais chama atenção na mesa da psiquiatra e autora de livros Ana Beatriz Barbosa. Mas não consigo tirar os olhos de um outro objeto: um bloco de anotações. Dentro dele, vejo a prova física do que já sabia antes: não sou o único com problemas de atenção na sala. Os rabiscos caóticos só

⁴⁶¹ Este *corpus* é composto somente de textos verbais. Foram omitidas as imagens ou ilustrações que acompanham alguns dos textos que o compõem.

podem ter vindo de um lugar: outro cérebro TDAH.

CTH-08 Enquanto enche de riscos o seu bloquinho, Ana Beatriz explica o que há de errado em nossas cabeças: “O defeito está numa parte do cérebro chamada lobo frontal, que fica próxima à testa.” O lobo frontal é uma espécie de gerente executivo do cérebro. A função dele é coletar informações e enviar ordens em forma de impulsos elétricos para as outras partes do órgão. Mas, como todo bom gerente, exige um pagamento adequado para trabalhar. No caso, o pagamento é em dopamina, uma substância que regula a interação entre neurônios. Sem ela, os neurônios do lobo frontal não conseguem conversar direito. Quando isso acontece, o cérebro começa a funcionar como uma empresa sem CEO: ganha o setor que grita mais alto. Com medo da falência, a empresa cerebral ainda pode tentar criar uma espécie de caixa dois de dopamina. Aí começa uma busca desesperada por tudo que promove a produção do neurotransmissor: açúcar, sexo, nicotina, jogo, álcool, drogas ilegais. Não é à toa que 17 a 45% dos adultos com TDAH apresentam problemas com álcool, e que o risco de se viciar em drogas é o dobro para quem tem essa doença.

CTH-09 Mas como diagnosticar alguém assim? “Primeiro, é preciso sorte”, diz a psiquiatra. “Pessoas com TDAH muitas vezes não têm ideia de que sofrem de uma doença”. Sorte foi exatamente o que levou Ana Beatriz a ser diagnosticada. Atrasada para um curso na Universidade Berkeley (EUA) – “Começava às 8h. Cheguei 9h15.”-, foi obrigada a assistir à única palestra disponível no horário. O palestrante era Russell Barkley, um dos pioneiros no estudo do TDAH. Ao ouvir os sintomas da doença, Ana Beatriz não teve dúvidas: “Sou eu!”. Logo que a palestra acabou, foi atrás de Barkley e pediu para fazer um teste psicológico. Ele voltou com o resultado positivo. Assim que começou a se tratar para TDAH, Ana Beatriz, que cursou ao mesmo tempo Medicina, Física e Odontologia, conseguiu pisar no freio da mente e seguir uma estrada só: especializou-se em TDAH e hoje é autora de best-sellers sobre o tema.

CTH-10 Homo desatentus

CTH-11 Savana africana, 30 mil a.C. Em um pequeno grupo de Homo sapiens, alguém se esforça para entender a conversa. Não é tarefa fácil. Folhas balançando ao vento, pilhas de ossos ao lado, trilhas de animais no chão. Tudo capta seu olhar. Mas o TDAH pode ter sido uma vantagem para nossos ancestrais. Na luta pela sobrevivência entre caçadores-coletores, levava vantagem quem possuía uma misteriosa habilidade presente no cérebro TDAH: o hiperfoco. Hiperfoco é uma capacidade de superconcentração característica de muitas mentes desatentas. Você já deve ter topado com gente assim: o menino que não para quieto, mas joga 10 horas de videogame, ou a pessoa que não vai à aula, mas passa a tarde tocando violão. Seriam todos descendentes diretos do caçador distraído, mas supereficaz. Para ele, um animal na savana é como um videogame ou um violão: algo que monopoliza o cérebro. Essa capacidade de ver uma presa e apagar o resto do mundo conferiu vantagens evolutivas. E, em tese, possibilitou que os genes do caçador TDAH chegassem até nós. “Estima-se que 80% dos casos de TDAH têm origens genéticas”, diz o psiquiatra da New York University Lenard Adler.

CTH-12 Mas voltemos a 2012. Faz 4 horas que escrevo sem parar. Não bato na mesa, como de costume. Nenhuma janela aberta no navegador. Quem me conhece pode achar que estou possuído. E estou: por uma pílula. O mecanismo exato de funcionamento dos medicamentos para TDAH é desconhecido. Mas os efeitos mentais são bem familiares. Em alguns minutos, o cérebro, que funcionava como um rádio fora de estação, entra em sintonia. E o impossível se torna possível: executar uma só tarefa por vez.

CTH-13 Ritalin, Aderall, Concerta, Venvanse. São algumas das drogas mais eficazes da

indústria farmacêutica na guerra contra os problemas de atenção. Mas ainda não dá para afirmar que existem armas de precisão no mercado. É possível, por exemplo, ingerir um medicamento com um alvo em mente e acertar outro: engolir uma pílula com a intenção de escrever um texto e terminar arrumando a gaveta de meias. Muito menos existe uma espécie de bomba atômica contra o TDAH: um medicamento que funcione com 100% dos pacientes. Para tratar o TDAH, ainda é necessário alguém que entenda de estratégia de guerra: um psiquiatra capaz de testar os medicamentos mais adequados a cada caso.

CTH-14 Mas agora a pergunta que realmente interessa: como saber se você tem TDAH? Se você chegou sem interrupções até aqui, a resposta mais provável é não. (Mas pode ser que sim. E você está em hiperfoco agora). A verdade é que só um profissional vai saber responder. Mas, se a resposta for sim, não se desespere. Afinal, um simples TDAH não impediu você de ler este texto até o final, não é mesmo? E nem me impedirá de escrever muitos outros.

CTH-15 Para saber mais

CTH-16 Mentis Inquietas

CTH-17 Ana Beatriz Barbosa, Fontanar, 2009.

(Fonte: REZENDE, Rodrigo. Minha vida sem foco. Revista *SuperInteressante*, Capa, Matéria, 31 jul. 2012)

*Comentários (sobre a matéria *Minha vida sem foco*)*

CTH-18 Ainda bem que existem remédios para tudo, né?

CTH-19 Cada vez se “descobrem” mais doenças e mais “remédios”... (ARANTES, A. Universidade Mackenzie. Comentário, 8 fev. 2015, às 22h24)

CTH-20 Saber que tem tdah é fácil, quero ver conseguir Ritalin (SLONINSKI, P. UNINOVE. Comentário, 8 fev. 2015, às 13h46)

CTH-21 Não é doença, não somos doentes, temos um certo distúrbio apenas. (GROSSENFUBBER, H. Licenciatura em Ciências Biológicas. Comentário, 8 fev. 2015, às 15h07)

CTH-22 Demorei duas semanas pra ler esse texto. Neste momento tenho duas janelas do Chrome com diversas abas abertas cheias de leituras e “compromissos” atrasados. Pesquiso mil coisas ao mesmo tempo e me irrita porque perco o foco fácil e acabo esquecendo o que eu queria fazer por causa do turbilhão de tarefas que me “tomam” a concentração. Distração até com pensamentos. Sempre penso que devo procurar conselho médico, mas sempre me distraio na hora de ir atrás disso.

CTH-23 Sinceramente isso não me parece ser um problema muito grave, mas eu tenho que me esforçar muito quando quero terminar alguma coisa. Por enquanto eu consigo lidar com essa condição razoavelmente. Quem sabe um dia eu não procure um profissional pra saber se eu realmente tenho esse distúrbio ou é só “frescura minha” - como dizem meus pais, rs. (DIAZ, M. Comentário, 14 maio 2014, às 4h59)

CTH-24 Nossa acredito que eu tenha... vou procurar um profissional, de certa forma, ficarei feliz se tiver pois muita coisa será explicada na minha vida... (DAMASCENO, C. M. Faculdade FNC. Comentário, 12 maio 2014, às 15h49)

- CTH-25** Ótimo texto mas o TDAH não é uma doença e sim um distúrbio (ZITMAN, D. Universidade São Marcos. Comentário, 10 maio 2014, às 15h38)
- CTH-26** Fui diagnosticada. A questão, é que muitas características de TDAH, outras pessoas também tem, mas de forma isolada. Por isto, o teste e a análise com o psiquiatra especializado, pois muitos sintomas do transtorno podem ser somente traços, e também, podem pertencer a outro transtorno. E como TDAH, vem acompanhada de uma ou mais comorbidades (ansiedade, depressão), nunca que o que deu certo com um portador do transtorno, dará certo com outro. E ainda tem as subdivisões. Sou a TDAH mista sonhadora-faladeira. Existem os TDAH que não param quietos fisicamente. É um bocado de coisa, que somente um especialista íntegro pode verificar e ajudar. (SALGUEIRO, R. M. R. São José dos Campos. Comentário, 10 maio 2014, às 14h59)
- CTH-27** Recomendo aos leitores deste texto que tomem cuidados para não atirarem por todos lados que seus amigos, filhos e parentes teem TDAH. A neurociencia está debruçando sobre este tema e, somente a psiquiatria poderá fazer diagnósticos. (CARVALHO, T. A. UPE. Comentário, 10 maio 2014, às 14h38)
- CTH-28** mesmo já tendo sido diagnosticado com TDAH e já sabendo que era eu, antes mesmo de terminar de ler, parei 8 vezes para fazer outras coisas (GREGÓRIO, D. F. Felipe Saldanha Fotografia. Comentário, 10 maio 2014, às 2h22)
- CTH-29** Super, está na hora de outra reportagem depois da morte do descobridor da doença e sua revelação. A visão dos médicos, dos especialistas etc.. (JORD, F. Comentário, 9 maio 2014, às 21h38)
- CTH-30** chorei... sempre soube que eu era assim. Só não sabia que tinha nome... (MODOLO, B. Comentário, 9 maio 2014, às 20h17)
- CTH-31** Transtorno de Deficit de Atenção.
- CTH-32** Nunca me identifiquei tanto com uma matéria! Eu sou assim: um ambiente tumultuado é terrível pra aprender qualquer coisa. Nunca gostei de assistir aula porque não aprendo nada, mas se eu leio e busco aprender algo sozinha em casa consigo chegar muito alem dos outros. É o tal do “hiperfoco” descrito na matéria (que graças a Deus eu aprendi a usar ao meu favor). No mais, tudo me distrai e penso em trezentas coisas ao mesmo tempo sem terminar nenhuma.
- CTH-33** Mas ao contrario do que diz a matéria nunca vi isso como “doença”. Desde pequena percebi que eu aprendo de uma forma diferente do que as outras pessoas e aprendi a usar isso em meu favor. Tem dado certo! (XAVIER, F. Comentário, 9 maio 2014, às 19h53)
- CTH-34** Compreender esse mundo e se aceitar que tem Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade e que isso é neurológico e muito bom pois assim as pessoas podem procurar ajuda, e melhorar e se organizar melhor com ajuda de profissionais. (BARROS, S. O. Comentário, 9 maio 2014, às 19h41)
- CTH-35** <http://psicologia-ro.blogspot.com.br/2013/05/inventor-do-tdah-confessa-farsa-da.html>
- CTH-36** Liberte-se, seja feliz (REBELLO, B. Comentário, 9 maio 2014, às 19h18)
- CTH-37** farsa pra quem não sofre com esse problema sou tdah por 42 anos e só eu sei a dor e a

delícia de ser eu. (LIUMORYAL, L. Comentário, 9 maio 2014, às 19h21)

CTH-38 muito bem precisamos começar a dismitificar o TDAH para facilitar um pouco a vida de quem tem esta dificuldade (BALDIVIA, V. Itapevi. Comentário, 9 maio 2014, às 18h44)

CTH-39 Já tive muitos problemas com o TDAH, mas hoje procuro enfatizar seus benefícios em minhas necessidades, muito embora tenhamos muitas dificuldades de guardar regras gramaticais e matemáticas, somos ótimos em nos lembrar de coisas remotas e traços pessoais que nem o tempo consiga apagar. Na verdade, não tenho certeza que sofro do transtorno, entretanto me identifiquei muito com a reportagem. (MENDES NETO, L. N. Comentário, 9 maio 2014, às 17h56)

CTH-40 É assim mesmo. Depois que você acostuma fica até fácil de levar. Não mata. :D Sou a prova viva disso. E nada de remédios. (REIS, P. Chefe de Jornalismo da Câmara Municipal de Uberlândia. Comentário, 9 maio 2014, às 17h42)

CTH-41 O texto é chato pra caramba por isso eu não consegui ler e aposto que muita gente também não consegue por isso... a estratégia é ler um pouco de cada parte que já dá para entender... E eu sou contra esse negócio de medicação para isso e para aquilo... as pessoas tem que aprender que elas funcionam assim e aceitar isso... um é diferente do outro.... o mundo seria bem mais feliz e a indústria farmacêutica não seria tão rica.. (JULIAN, G. P. Comentário, 9 maio 2014, às 17h42)

CTH-42 Eu tenho TDAH. Faz tempo que descobri, pois meus pais já notavam diferenças entre eu e outras crianças, desde pequeno e, assim, logo fui tratado por psiquiatras. Embora eu tenha tomado e ainda estou tomando medicamentos disso, não melhorei 100%, contudo, melhorei muito. E isso do superfoco, realmente é uma verdade nata dos tdah, e isso é bom, já que, quando você gosta de uma coisa, geralmente você faz em menos tempo que pessoas que não tem esse Transtorno e ainda mais bem feita. Eu, por exemplo, parece até cômico, mas peça para um adolescente ou um jovem o que ele faz de hoobys, muitos, com certeza, dirão que navegam na internet, dormem (A vá, sério?) É que dormir é algo sobrenatural, né? ou melhor, é um talento.. E internet? Cada vez mais a internet também se tornou algo comum em nossa sociedade - algum dia essa será natural para as pessoas. Bom, veja, note que eu fugi um pouco do tema, né? Pois é, isso é que a redatora estava explicando, e isso é muito normal acontecer conosco - os indivíduos com TDAH. Mas o que eu estava falando mesmo antes de falar do hobby? Ah, sim, meu hobby não são esses exemplos, e tenho muito orgulho disso, meus hobbies são bem peculiares e curiosos por eu ter TDAH (eu jogo xadrez e sou obcecado por música eletrônica, por isso gosto de remixar (ser DJ e futuramente Produtor musical) Gostos discrepantes, eu diria, sendo que os dois pratico por gostar muito mesmo e então uso o superfoco, do que a Superinteressante havia dito. Em suma, ter TDAH não é fácil, pois você precisa se dedicar muito em melhorá-la (não é apenas com remédios que você melhora), tem que haver esforço de sua parte também, mas quando você “controla ela, você percebe, como mencionado no texto da Super, que você torna-a uma qualidade e não um malefício. (DE BACCO, R. Comentário, 9 maio 2014, às 17h24)

CTH-43 Ao começar a ler eu me identifiquei absolutamente com o texto. Tudo distrai minha atenção e tenho muita dificuldade em me concentrar quando leio ou estou em aula. Consegui ler ininterruptamente até o fim, até porque o assunto me prendeu a atenção. A boa notícia é que mesmo com toda essa dificuldade de déficit de atenção já passei em

dois concursos públicos e tenho uma capacidade de raciocínio rápido, portanto, pessoas que sofrem de déficit de atenção não são “lesadas”. Não é fácil conviver com isso, pois minha mente viaja mais que meu corpo em período de férias, executo mais de uma tarefa por vez e tudo me distrai. Mas, mesmo sem medicamentos, eu consigo “ensinar” ao meu cérebro como manter o foco. Temos poder sobre ele e, na verdade, o cérebro tem poder sobre ele mesmo... é só “adestrá-lo”. Parabéns pela matéria, Rodrigo Rezende! (SILBERNAGEL, V. Comentário, 9 maio 2014, às 15h26)

- CTH-44** Descobri que era TDAH com 20 anos... até então não sabia o porque era diferente de outros alunos. Era super talentosa em artes e desenvolvia projetos fora do comum para um aluno da minha idade mas, não prestava atenção em uma coisa por mais de 10 minutos, não ia bem em matemática, e química era meu pesadelo. Passava horas tentando decorar e entender as formulas, equações... (Já viram que exatas não é meu forte) mas, para esquecer bastava passar alguma coisa na minha frente ou um simples som ou barulho diferente para eu não saber mais o que estava estudando.
- CTH-45** A vida para quem é TDAH não é fácil, quando descobri que tinha o transtorno, fiz pesquisa e quis saber como tratava, não queria ser TDAH, queria ser “normal”. E descobri que seria assim pra sempre...não tem cura!
- CTH-46** Tomei vitaminas para o cerebro, até chegar na Ritalina (Apelidada hoje carinhosamente como Ritinha)
- CTH-47** Mas o melhor tratamento para ser feito, é você tratar com você mesmo. Claro, fazendo acompanhamentos médicos e com os medicamentos. Porém, o que quero dizer que só o profissional e os remédios não é o baste. Não somos maquinas, somos seres pensantes. O desafio é parar e analisar onde estão suas dificuldade mas também ver suas habilidade. Que para um TDAH são mais qualidades/habilidade do que defeitos. Garanto!
- CTH-48** Se reorganizar, sei, uma palavra difícil para que tem o transtorno. Mas possível! Usar o que tem de melhor ao seu favor e sanar aos pouco as dificuldades.
- CTH-49** TDAH tem habilidades absurdas, uma delas citada no testo da Super é o Hiperfoco. Já entrei em Hiperfoco muitas vezes você rende 1000 x no que você está fazendo, o mundo pode estar se acabando e você estará lá, concentrado no que está fazendo (Estou em hiperfoco no momento.. haha).
- CTH-50** A Criatividade de quem é TDAH é muito maior do que uma pessoa considerada normal, pois a capacidade de prestar atenção em varias coisas ao mesmo tempo e usar todos nossos sentidos juntos são bem maiores. Além de ser multitarefas, ágeis e proatividade. Há, e somos muito comunicativos. Isso é ótimo para se relacionar! Ousados e não temos medo de ariscar!
- CTH-51** Hoje, conheço meus pontos forte e os fracos muito bem, e faço o uso do remédio quando realmente preciso. (OLIVEIRA, J. Comentário, 9 maio 2014, às 15h02)

(Fonte: MINHA vida sem foco. Revista *SuperInteressante*, Capa, Matéria, Comentários postados *on-line* de 9 maio 2014 até 8 fev. 2015)

Artigo de opinião

CTH-52 EU CONFESSO, O TDAH É UMA MENTIRA!

CTH-53 Não adianta a ABDA tentar provar o contrário; o TDAH não existe. As minhas explosões de fúria que destruíram relacionamentos amorosos e amizades? Nunca

existiram. Procrastino por preguiça! Mesmo vendo minha vida afundar optei por não fazer nada, sei lá, talvez pra dar uma de coitadinho. A tortura mental que eu vivo quando procrastino (sim, ainda sou dominado pela ‘preguiça’) é invenção minha. Quatro casamentos desfeitos com traumas, dores e culpas inesquecíveis foram por falta de caráter. Os dois noivados que ruíram na adolescência nada mais eram do que embriões do cafajeste em que me transformaria mais tarde. Nunca quis ter uma vida estável! Jamais sonhei em envelhecer ao lado de uma esposa amada cercado de filhos e netos numa casa confortável, própria e quitada, resultado de uma vida financeira tranquila e bem planejada. Não! Desde adolescente sonhei com uma vida amorosa errante e instável, afinal, os embates que antecedem o fim de um casamento são absolutamente deliciosos. O prazer de ser pego em erro pela esposa não tem preço, como não tem preço cometer o mesmo erro pela milésima vez. Como é saboroso olhar pra trás e sentir-se responsável por destruir a própria vida, dinamitar todos os sonhos de infância e juventude. Claro que isso não é uma doença! Somos milhões de cretinos auto destrutivos que sabotamos a própria vida por prazer, por gosto. Deleitamo-nos ao ver o sofrimento de nossos pais com nossa vida errática e cambaleante. Quantos de nós conseguem sucesso profissional, mas destroem suas vidas afetivas e pessoais. Outros tantos dinamitam o sucesso quando estão ‘perigosamente’ próximos dele.

CTH-54 Quanta dor vivemos e causamos, quantas lágrimas derramamos – nossas e de quem nos ama – sempre por vontade própria! Quantas frustrações engolimos, quantas humilhações nos foram inflingidas por repetirmos os mesmos erros, os mesmos desatinos, por esquecermos pela enésima vez!

CTH-55 Não! O TDAH não existe! Cada um de nós é fruto da manipulação mesquinha de laboratórios farmacêuticos mal intencionados. Quanta cretinice, meu Deus! Como alguém pode vir a público tripudiar sobre o sofrimento de tanta gente! Quem são essas pessoas que se arvoram no direito de nos passar um atestado de cretinos e idiotas. Cretinos por tudo o que fizemos com as nossas vidas e a de todas as pessoas que cruzaram nossos caminhos; idiotas por acreditarmos que nossa falta de caráter poderia ser uma doença. Não! Eu não vou abaixar a cabeça para uns poucos incompetentes que sonham com seus quinze minutos de fama, ainda que o preço dessa fama seja atirar tanta gente no limbo da vida de TDAH sem tratamento. Deixo aqui o meu protesto: eu sou portador de TDAH sim! Saber-me TDAH mudou radicalmente minha vida. Ainda cometo enormes falhas, ainda magoo as pessoas, ainda procrastino, ainda esqueço muita coisa, ainda me saboto. Mas hoje me conheço melhor, hoje consigo enxergar muitos desses comportamentos antes que eles aconteçam e muitas das vezes consigo impedi-los. Continuo minha luta, mas hoje ao lado de milhares de pessoas que sofrem do mesmo mal e aprendo com cada uma delas a ser uma pessoa melhor. Não sei se consegui; mas quem sabe? Já temos inimigos demais – dentro de nós mesmos – para termos que enfrentar criaturas mesquinhas que só querem aparecer às nossas custas.

(Fonte: SCHUBERT, Alexandre. Eu confesso, o TDAH é uma mentira! Blog *TDAH-reconstruindo a vida*, Artigo de opinião, 24 jul. 2012)

Comentários (sobre o artigo de opinião Eu confesso, o tdah é uma mentira!)

CTH-56 *Eu não imaginaria este pensamento final seu... no meio do texto a estava raciocinando uma resposta para colocar nos comentários...

CTH-57 *Referente esse desejo q vc tem (ou tinha) de ser um amante errante, significa que

voce é um homem sexuado. Pois, praticamente, “todos” nós já sonhamos alguma vez em cheirar todas as flores do jardim. Em relação a vida sentimental, nós homens somos divididos em 2 partes...a que quer achar alguém especial para amar e ser amado, e a parte que quer ser don ruam e afajeste...

CTH-58 No meu caso, desde pequeno a vontade de ter alguém especial sempre foi maior que ser um cafajeste. (isso deve ser proveniente de experiÊncias de vida ou modos de criações distintas)

CTH-59 *Sobre as dúvidas e desacreditações... quantas vezes eu tive certeza de algo num certo dia, e pouco depois, mudei de idéia drasticamente.... O nosso otimismo variam para o pessimismo como uma montanha russa (e acabamos tendo esse trajeto apenas como se fosse realismo ao invés de pessimismo)... tudo depende de nosso estado emocional que influencia incrivelmente nas nossas decisões, formas de pensar e na qualidade desses pensamentos gerados. (PEREGRINO DDA, 24 jul. 2012, às 08h46)

CTH-60 Meu amigo Peregrino, bom dia! Acho que me dei um pouco mal nesse post. Já causei algumas confusões e estranhezas. Eu tentei ser irônico e acho que não me fiz explícito. Não, eu sempre sonhei com uma vida tranquila. Romper casamentos é de um sofrimento indescritível; imagine romper quatro! Odeio essa vida errante de TDAH. E pode ter certeza, ser esse homem ‘sexuado’ como vc diz é péssimo em determinados momentos da vida. Causa conflitos e aborrecimentos com as parceiras. E, sinceramente, essa pecha de cafajeste é injusta pois em todos os casos eu cheguei a um grau de insatisfação insuportável e meti os pés pelas mãos. É terrível, meu amigo! Um grande abraço. Alexandre (SCHUBERT, A. 1 ago. 2012, às 7h23)

CTH-61 Esse conflito que envolve o sentimento de culpa sempre me aparece vez por outra. Não se “vê” o TDAH como se “vê” um osso quebrado num raio x, por exemplo. E em muitas situações nossa estima já abalada se deixa levar por comentários como os que você bem colocou acima. Muitas pessoas dizem ser difícil explicar a quem não é portador do TDAH, como é que se sente...

CTH-62 Creio que talvez mais difícil seja entender como é ser portador de TDAH, sem nunca ter estado na pele de um. Muito bom texto! (BEATRIZ, A., 24 jul. 2012, às 10h40)

CTH-63 Oi Ana Beatriz, bom dia! É exatamente isso, não se vê, e nosso comportamento é aparentemente normal. Não saímos por aí falando sozinhos, babando ou agredindo os outros; não, agredimos a nós mesmos (e por tabela a quem convive conosco) somos nossas principais vítimas. Por isso me revolta essa postura de gente irresponsável que sai por aí pregando a inexistência do TDAH. Obrigado por suas palavras, um abraço Alexandre (SCHUBERT, A., 1 ago. 2012, às 07h26)

CTH-64 Preciso de ajuda. (A., 4 ago. 2012, às 20h21)

CTH-65 Muito bom texto! [2] Não consigo entender porque é tão difícil pras pessoas acreditarem/aceitarem a existência do TDA. Como é possível que depois de tantas coisas que fazemos que machucam os outros e a nós mesmos, que depois de tanto sofrimento, que depois de tantos fracassos, sempre cometendo os mesmos erros, que sabemos claramente que são erros, por sinal, alguém ainda consiga olhar pra algum de nós e dizer que TDA não existe? é frescura, é só pra vender remédio, chamar atenção, falta de interesse, falta de esforço... E nem adianta muito tentarmos explicar, porque pouca gente se dá ao trabalho de procurar entender. Acho que isso sim é crueldade. Taxar uma pessoa de desinteressada, preguiçosa, impulsiva desconsiderando

propositalmente um problema existente e que é o grande causador disso; fazer a pessoa se sentir ainda pior, acreditando ser mesmo essas coisas por pura falta de caráter; quando tantas coisas poderiam ser melhores se em vez de recriminarem, estendessem as mãos para ajudar. (CLEIANE, R., 24 jul. 2012, às 11h52)

CTH-66 Oi, Reily! O que mais me estranha é que é uma doença reconhecida pela Organização Mundial de Saúde! Somente no Brasil uma pessoa que se diz médica sai por aí desacreditando o TDAH (e por tabela a Organização Mundial de Saúde). E você tem toda a razão, se nos machucássemos fisicamente seríamos taxados de doidos, paranoicos, sei lá qual é o nome dessa doença, mas machucamo-nos emocionalmente, machucamos nossas vidas, e isso ninguém vê. Ou não quer ver. Um dia essa gente será banida da mídia e nós teremos mais credibilidade. Um abraço. Alexandre (SCHUBERT, A., 1 ago. 2012, às 07h31)

CTH-67 Ótimo texto, suas palavras me atingem diretamente como se tivéssemos sintonizados na mesma frequência...este texto em especial...sou filho único de mãe solteira, falecida a 2 anos, minha mãe foi a pessoa que mais sofreu comigo. Me culpo por não sentir culpa dos meus atos, nem se quer fui capaz de chorar em seu velório, porquê? não faço ideia. Desde criança fui uma pessoa difícil com ações problemáticas, como fugir de casa e ser encontrado dias depois, sem saber responder porquê havia feito isso, uma sensação de que tenho que fugir daqui e voltar, para onde? não sei!. Gostaria de conhecer estas "Ofensas" apenas em meus pensamentos, ouvir de outras pessoas que sou assim, como esta descrito no texto é realmente dolorido. Me aceitar assim e criar forças para lutar e tentar me recriar esta complicado, são praticamente 5 anos Procrastino, enclausurado em minha própria mente...meu próprio quarto. Seus textos estão sendo um essencial apoio para mim, obrigado (B., 24 jul. 2012, às 16h50)

CTH-68 Olá, meu amigo! Não adianta ninguém dizer o contrário, carregamos todas as culpas do mundo. Eu também tenho o meu fardo. Cometemos vários desatinos em nossa vida que não queremos cometer - ou pelo menos que não imaginávamos que fossem ter aquela consequência - e nos arrependemos ao ver a destruição que causamos nas pessoas queridas. Infelizmente ainda não existe uma cura, mas o tratamento ajuda muito. Diminui a impulsividade, a procrastinação, os ataques de fúria, além de aumentar a concentração. Procure tratar-se. Até a justiça brasileira já reconhece o TDAH como doença pois já dá liminares que obrigam o governo a fornecer o remédio de graça aos pacientes. A coisa tá melhorando pra gente. Cuide-se, vale a pena. Um forte abraço. Alexandre (SCHUBERT, A., 1 ago. 2012, às 7h39)

CTH-69 Ótimo depoimento Alexandre, so quem tem sabe o que e e que se passa. (COELHO, E. 28 jul. 2012, às 00h26)

CTH-70 Obrigado Evandro! É um leão por dia, né meu amigo! Tem dia que tem mais de um, rrsrs. Que foto feia essa sua, hein! kkkkkkkk Cara, amo viajar. Um dia terei uma foto dessas também! Um abraço. Alexandre (SCHUBERT, A., 1 ago. 2012, às 7h41)

CTH-71 Acabei de ver uma matéria sobre o uso indiscriminado da Ritalina no G1. E como sabem tudo que a globo diz tem grande repercussão. A matéria diz que muitas pessoas vem utilizando para melhorar os estudos para concursos. E que essas pessoas nem msm sofrem do transtorno. Isso me deixa preocupado porq pode dificultar o acesso para nós que realmente precisamos desse remédio. pra quem quiser ver ta aí o link

<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2012/07/candidatos-de-concursos-relatam-uso-de-tarja-preta-para-render-mais.html> (A., 29 jul. 2012, às 17h56)

CTH-72 Pois é, uma imprensa livre é fundamental na democracia, mas muitas vezes eles erram a mão. E não existe imprensa imparcial, as matérias acabam sendo parte do pensamento do jornalista, de suas crenças. Existem remédios que são usados como abortivos, como alucinógenos, como droga, como arma para suicídio ou homicídio. Existe até um ditado que diz: A diferença entre o remédio e a droga está na dosagem.

CTH-73 Só no Brasil a imprensa dá eco a uma meia dúzia de boçais que vão contra a OMS (Organização Mundial da Saúde. Somos terceiro mundo, não importa quanto nosso país cresça, nossa cultura é que tem nos tirar da lama. Um abraço e obrigado pela dica. Alexandre (SCHUBERT, A. 1 ago. 2012, às 7h46)

CTH-74 Olá Alexandre, tenho 26 anos e há exato 1 mês descobri ser portadora do TDA (o meu é sem o H mesmo, sou o subtipo desatento).

CTH-75 Encontrei seu blog enquanto pesquisava sobre o tema, e essa sua postagem, por tanta identificação com a minha própria vida, me arrancou umas boas lágrimas. Ainda não entendo muito bem, ainda não sei como lidar. Procurei uma médica que me receitou a Ritalina, porém tive alguns efeitos adversos que me obrigaram a interromper o uso (não sei se de forma permanente, farei diversos exames).

CTH-76 Sua descrição nesse post mexeu muito comigo, e é extremamente confortante saber que **realmente** não estou sozinha. Obrigada por nos escrever. Continue! Assinei o feed, estarei sempre por aqui. Um abraço. (A., 30 jul. 2012, às 00h39)

CTH-77 Bom dia! Que bom que você foi diagnosticada. Dá um certo alívio sabermos que não somos uns cretinos, idiotas ou burros. Olha, a Ritalina pode causar alguns efeitos desagradáveis que podem ser passageiros. No meu caso comecei tomando a Ritalina LA e fiquei nervoso demais, estava em tempo de ter um treco. Conversei com minha médica e mudamos para a Ritalina comum. Existem outro remédios, outras dosagens, outras posologias. No princípio a Ritalina pode causar uns tremores nas mãos, dor de cabeça, umas coisas assim que nosso organismo acostuma. Não desista do seu tratamento, você merece uma outra vida. Se puder, tente também um apoio psicológico ajuda muito. E leia sobre o TDAH, fique íntimo dele, conhecê-lo nos dá armas para combatê-lo. Obrigado por assinar o feed e por passar por aqui para comentar. Esses comentários me estimulam a continuar com o blog. Um grande abraço e boa sorte. Alexandre (SCHUBERT, A. 1 ago. 2012, às 7h58)

(Fonte: SCHUBERT, Alexandre. Eu confesso, o TDAH é uma mentira! Blog *TDAH-reconstruindo a vida*, Artigo de opinião, Comentários postados *on-line* de 1 ago. 2012 até 9 maio 2014)

Artigo de opinião

CTH-78 Por que as crianças francesas não têm Déficit de Atenção?

CTH-79 Nos Estados Unidos, pelo menos 9% das crianças em idade escolar foram diagnosticadas com TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade), e estão sendo tratadas com medicamentos. Na França, a percentagem de crianças diagnosticadas e medicadas para o TDAH é inferior a 0,5%. Como é que a epidemia de

TDAH, que tornou-se firmemente estabelecida nos Estados Unidos, foi quase completamente desconsiderada com relação a crianças na França?

- CTH-80** TDAH é um transtorno biológico-neurológico? Surpreendentemente, a resposta a esta pergunta depende do fato de você morar na França ou nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, os psiquiatras pediátricos consideram o TDAH como um distúrbio biológico, com causas biológicas. O tratamento de escolha também é biológico – medicamentos estimulantes psíquicos, tais como Ritalina e Adderall.
- CTH-81** Os psiquiatras infantis franceses, por outro lado, vêem o TDAH como uma condição médica que tem causas psico-sociais e situacionais. Em vez de tratar os problemas de concentração e de comportamento com drogas, os médicos franceses preferem avaliar o problema subjacente que está causando o sofrimento da criança; não o cérebro da criança, mas o contexto social da criança. Eles, então, optam por tratar o problema do contexto social subjacente com psicoterapia ou aconselhamento familiar. Esta é uma maneira muito diferente de ver as coisas, comparada à tendência americana de atribuir todos os sintomas de uma disfunção biológica a um desequilíbrio químico no cérebro da criança.
- CTH-82** Os psiquiatras infantis franceses não usam o mesmo sistema de classificação de problemas emocionais infantis utilizado pelos psiquiatras americanos. Eles não usam o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* ou DSM. De acordo com o sociólogo Manuel Vallee, a Federação Francesa de Psiquiatria desenvolveu um sistema de classificação alternativa, como uma resistência à influência do DSM-3. Esta alternativa foi a CFTMEA (*Classification Française des Troubles Mentaux de L'Enfant et de L'Adolescent*), lançado pela primeira vez em 1983, e atualizado em 1988 e 2000. O foco do CFTMEA está em identificar e tratar as causas psicossociais subjacentes aos sintomas das crianças, e não em encontrar os melhores *bandaids* farmacológicos para mascarar os sintomas.
- CTH-83** Na medida em que os médicos franceses são bem sucedidos em encontrar e reparar o que estava errado no contexto social da criança, menos crianças se enquadram no diagnóstico de TDAH. Além disso, a definição de TDAH não é tão ampla quanto no sistema americano, que na minha opinião, tende a “patologizar” muito do que seria um comportamento normal da infância. O DSM não considera causas subjacentes. Dessa forma, leva os médicos a diagnosticarem como TDAH um número muito maior de crianças sintomáticas, e também os incentiva a tratar as crianças com produtos farmacêuticos.
- CTH-84** A abordagem psico-social holística francesa também permite considerar causas nutricionais para sintomas do TDAH, especificamente o fato de o comportamento de algumas crianças se agravar após a ingestão de alimentos com corantes, certos conservantes, e / ou alérgenos. Os médicos que trabalham com crianças com problemas, para não mencionar os pais de muitas crianças com TDAH, estão bem conscientes de que as intervenções dietéticas às vezes podem ajudar. Nos Estados Unidos, o foco estrito no tratamento farmacológico do TDAH, no entanto, incentiva os médicos a ignorarem a influência dos fatores dietéticos sobre o comportamento das crianças.
- CTH-85** E depois, claro, há muitas diferentes filosofias de educação infantil nos Estados Unidos e na França. Estas filosofias divergentes poderiam explicar por que as crianças francesas são geralmente mais bem comportadas do que as americanas. Pamela Druckerman destaca os estilos parentais divergentes em seu recente livro, *Bringing up Bébé*. Acredito que suas idéias são relevantes para a discussão, por que o número de crianças francesas diagnosticadas com TDAH, em nada parecem com os números que estamos vendo nos Estados Unidos.
- CTH-86** A partir do momento que seus filhos nascem, os pais franceses oferecem um firme

cadre – que significa “matriz” ou “estrutura”. Não é permitido, por exemplo, que as crianças tomem um lanche quando quiserem. As refeições são em quatro momentos específicos do dia. Crianças francesas aprendem a esperar pacientemente pelas refeições, em vez de comer salgadinhos, sempre que lhes apetecer. Os bebês franceses também se adequam aos limites estabelecidos pelos pais. Pais franceses deixam seus bebês chorando se não dormirem durante a noite, com a idade de quatro meses.

CTH-87 Os pais franceses, destaca Druckerman, amam seus filhos tanto quanto os pais americanos. Eles os levam às aulas de piano, à prática esportiva, e os incentivam a tirar o máximo de seus talentos. Mas os pais franceses têm uma filosofia diferente de disciplina. Limites aplicados de forma coerente, na visão francesa, fazem as crianças se sentirem seguras e protegidas. Limites claros, eles acreditam, fazem a criança se sentir mais feliz e mais segura, algo que é congruente com a minha própria experiência, como terapeuta e como mãe. Finalmente, os pais franceses acreditam que ouvir a palavra “não” resgata as crianças da “tirania de seus próprios desejos”. E a palmada, quando usada criteriosamente, não é considerada abuso na França.

CTH-88 Como terapeuta que trabalha com as crianças, faz todo o sentido para mim que as crianças francesas não precisem de medicamentos para controlar o seu comportamento, porque aprendem o auto-controle no início de suas vidas. As crianças crescem em famílias em que as regras são bem compreendidas, e a hierarquia familiar é clara e firme. Em famílias francesas, como descreve Druckerman, os pais estão firmemente no comando de seus filhos, enquanto que no estilo de família americana, a situação é muitas vezes o inverso.

(Fonte: WEDGE, Marilyn. Por que as crianças francesas não têm Déficit de Atenção? Blog *Cultivando o Equilíbrio*, Artigo de opinião, 16 maio 2013. Tradução de Jeanne Pilli. Texto traduzido do original Why French Kids Don't Have ADHD, publicado em *Psychology Today*, 8 mar. 2012)

Matéria

CTH-89 Um outro lado da história do TDAH

CTH-90 Confissão de leito de morte do inventor do TDAH: o TDAH é uma doença fictícia

CTH-91 Felizmente, a Comissão Consultiva Nacional de Ética Biomédica da Suíça (NEK, presidente: Otfried Höffe) manifestou-se de maneira crítica acerca do uso do medicamento para TDAH, a Ritalina, no seu parecer de 22 de novembro de 2011, intitulado Aprimoramento humano por meio de agentes farmacológicos: “O consumo de agentes farmacológicos modificaram o comportamento da criança sem qualquer contribuição de sua parte”.

CTH-92 Isto leva à interferência na liberdade e nos direitos pessoais das crianças, porque os agentes farmacológicos induzem alterações comportamentais, mas não conseguem educar a criança para conseguir tais mudanças por conta própria. A criança é assim privada da experiência fundamental de aprender a agir autônoma e enfaticamente, o que “reduz consideravelmente a liberdade das crianças e prejudica o desenvolvimento de sua personalidade”, criticou a NEK.

CTH-93 Os críticos alarmados do desastre da Ritalina estão agora recebendo apoio de origem completamente diferente. Em sua reportagem de capa de 02 de fevereiro de 2012, o semanário alemão *Der Spiegel* citou o psiquiatra americano Leon Eisenberg, nascido

filho de imigrantes judeus russos em 1922. Aos 87 anos de idade e sete meses antes de sua morte, o “pai científico do TDAH” declarou, em sua última entrevista: “o TDAH é um excelente exemplo de doença fictícia”.

CTH-94 Desde 1968, no entanto, ao longo de cerca de 40 anos, a “doença” de Leon Eisenberg tem assombrado os manuais de diagnóstico e estatística, primeiro como “reação hipercinética da infância”, e agora como “TDAH”. Em apenas 18 anos, o uso de medicamentos para TDAH na Alemanha aumentou de 34 kg (em 1993) para um recorde de nada menos que 1760 kg (em 2011) – o que representa um aumento de 51 vezes nas vendas!

CTH-95 Nos Estados Unidos, um em cada dez meninos de 10 anos de idade engole um medicamento para TDAH diariamente. Com uma tendência crescente. Levando em conta o comprovado repertório de Edward Bernays, o pai da propaganda, para vender a Primeira Guerra Mundial a seu povo com a ajuda da psicanálise de seu tio, e para distorcer a ciência e a fé na ciência com o objetivo de aumentar os lucros da indústria – que tal investigarmos em proveito de quem o “pai científico do TDAH” produziu ciência? Sua carreira ascendeu muito rapidamente, e sua “doença fictícia” levou aos mais acentuados aumentos de vendas. Ele também atuou no “Comitê para a elaboração do DSM V e do CID XII, da Associação Psiquiátrica Americana” 2006-2009. Além disso, Leon Eisenberg recebeu o “Prêmio Ruane por Pesquisa em Psiquiatria da Criança e do Adolescente”. Ele tem sido um líder em psiquiatria infantil por mais de 40 anos, por meio de seu trabalho em estudos clínicos com drogas, pesquisa, ensino e políticas sociais, e por suas teorias sobre o autismo e a medicina social”. Fora isso, Eisenberg foi um membro do “Comitê Organizador da Conferência sobre Mulher e Medicina, Bahamas, 29 de Novembro – 3 de dezembro, 2006, pela Josiah Macy Foundation (2006)”. A Fundação Josiah Macy organizou conferências com agentes da inteligência da OSS, mais tarde CIA, como Gregory Bateson e Heinz von Foerster durante e muito depois da Segunda Guerra Mundial. Teriam esses grupos disseminado o diagnóstico de TDAH a serviço do mercado farmacêutico por meio de muita propaganda e relações públicas produzidas sob medida? É esta questão que a psicóloga americana Lisa Cosgrove e outros investigaram em seu estudo “Laços Financeiros entre Membros do Painel DSM-IV e a Indústria Farmacêutica”. Eles descobriram que “dos 170 membros do painel DSM, 95 (56%) tiveram uma ou mais associações financeiras com empresas da indústria farmacêutica. Cem por cento dos membros dos painéis sobre ‘Transtornos de Humor’ e ‘Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos’ tinham vínculos financeiros com empresas farmacêuticas. As conexões são especialmente fortes nas áreas de diagnóstico, onde as drogas são a primeira linha de tratamento para transtornos mentais”. Na edição seguinte do manual, a situação se manteve inalterada. “Dos 137 membros do painel do DSM-V que se manifestaram, 56% relataram ligações com a indústria – nenhuma melhoria em relação à porcentagem dos membros do DSM-IV.” “O próprio vocabulário da psiquiatria é agora definido, em todos os níveis, pela indústria farmacêutica”, disse o Dr. Irwin Savodnik, professor assistente de clínica psiquiátrica na Universidade da Califórnia, em Los Angeles.

CTH-96 Isso tudo é muito bem pago. Apenas um exemplo: o Diretor-Assistente da Unidade de Psicofarmacologia Pediátrica do Hospital Geral de Massachusetts e professor associado de psiquiatria na Harvard Medical School recebeu “US\$ 1 milhão em rendimentos de empresas farmacêuticas, entre 2000 e 2007”. De todo modo, não se pode descartar com facilidade o testemunho do pai do TDAH: “O TDAH é um excelente exemplo de doença fictícia”. A tarefa de psicólogos, educadores e médicos é não submeter as crianças a uma “coleira química” simplesmente porque a sociedade como um todo não consegue lidar com os produtos de suas teorias equivocadas sobre o homem e sobre a

criação de filhos, e, no lugar disso, entrega-os ao mercado livre farmacêutico. Voltemos à questão básica da psicologia pessoal e da educação: A criança deve adquirir responsabilidade pessoal e comportamento vigoroso sob orientação especializada – e isso inclui a família e a escola: nestes campos, a criança deveria ser capaz de ter a iniciativa mentalmente. Isso constitui a essência da pessoa humana.

(Fonte: NESTOR, Moritz. Um outro lado da história do TDAH. Blog *Cultivando o Equilíbrio*, Matéria, 19 maio 2013. Tradução de Jeanne Pilli. Texto traduzido do original *Inventor of ADHD's deathbed confession: "ADHD is a fictitious disease"*, publicado em *World Public Union*, 27 mar. 2013)

Comentários (sobre a matéria Um outro lado da história do TDAH)

CTH-97 Eu tenho dificuldade de fixar atencao. Distraio com facilidade. Isso é fato. Agora vamos aos porquês eu tenho essas dificuldades e aos como superar essas mesmas dificuldades. Nunca tomei remedio. Tenho 65 anos. Entao, no meu caso, acredito que a causa esta na educacao familiar e depois a escolar. Nao fui “ensinada”, apenas corrigida de maneira desagradavel quando me distraia. Ja aqui foi encontrada tecnicas de meditacao tanto dos pais como das crianças.

CTH-98 Vou agora pesquisar mais sobre como, se possivel, evitar que uma criança crie este aspect em sua vida e aqueles que ja criaram, como minimizar e quem sabe eliminar. Declaro que nós com essa dificuldade somos podados de nos desenvolvermos plenamente intelectual, profissional e socialmente.

CTH-99 Agradeço a quem oferecer-me fonts de leituras e livros. Obrigada, Maria Jose Berti (BERTI, M. J., 21 maio 2013, às 15h42)

CTH-100 Maria José:

CTH-101 Veja os outros posts do blog sobre cultivo da atenção plena.

CTH-102 Todos nós temos dificuldades em concentrar a atenção. Mas esta é uma habilidade que pode ser muito melhorada com técnicas de meditação, yoga e por tentarmos nos manter atentos ao que estamos fazendo, a cada momento. (PILLI, J., 21 maio 2013, às 15h51)

CTH-103 Maria, Tenho um um amigo que escreveu um livro bacana entitulado “Eu e meu DDA”, já ouviu falar? Vale a pena ler. (M., 1 jun. 2013, às 18h25)

CTH-104 Obrigado pela indicação do meu livro, mas o autor desta fundamentada reportagem sabe que o TDAH não existe, eu nunca existi e vocês nem devem conseguir ler esta mensagem... eu sabia que eu era uma ficção de alguém. sempre soube! Mas supondo que eu exista, intermitentemente, ao entreato de cada matéria fundamentada na cientificidade do achismo que o TDAH seja uma invenção, será que os mais de 8,5 milhões de brasileiros que sofrem com o TDAH além de não existirem, teria pelo menos que sofrer de uma outra psicopatologia. Decerto, bem mais grave! As mães que tratam seus filhos com ritalina existem? elas ouvem um diagnóstico e XAZAN! Acredita que seu filho tem o que o médico diagnosticou? e então, como toda mãe irresponsável, acredita tanto naquilo que aceita, com muito sofrimento (quando eu existo vejo como sofrem por submeter seus filhos a um medicamento de tarja preta) por pura inocência, estupidez, inexistência ou o que? Toda e qualquer pessoa que acredita ter o diagnóstico do TDAH, sofreriam de um transtorno psicossomático de personalidade que contamina sua família (que tb acredita)... ou quase 9 milhões de brasileiros não existem?

CTH-105 Quem replicou esse texto, afora os graves equívocos na tradução, mudando o que foi dito, onde e por quem, teria algum estudo sóbrio, que exista tanto quanto eu para argumentar que eu não existo? (DEMINCO, M., 2 jun. 2013, às 10h09)

CTH-106 Eu tbm não existo!!! Não existo porque aos 36 anos entrei em 4 faculdades e não consegui terminar nenhuma, onde um paragrafo de 10 linhas demorei 4 horas pra conseguir chegar ao ponto final e nem saber sobre o que falava... iniciei Inglês, espanhol, alemão, guarani, libras e esqueço de muitas palavras em português, repeti a 5°, a 6°, a 7° e a 8° serie do ensino fundamental passando a segunda vez pelo conselho e não em lembro absolutamente quase nada do que aprendi, na verdade eu nem estava ali, por nem existir... Também não existo por ter dificuldades de relacionamento com as pessoas por ser extremamente impulsiva, emotiva, muitas vezes agressiva e geralmente esquecida, esquecida. Amigos e família que achavam que eu não me importava com eles por nunca chegar no horário, sempre bem atrasada. Quantas vezes não existi por esquecer dos compromissos, do tempo, de voltar pra casa, do dever, dos objetos deixados em lugares imagináveis...do remédio do lado do copo vazio, da roupa na maquina, da chave da moto, da moto... Inúmeros psicólogos, sou quase mestre sem formação acadêmica e todos querendo me encaixar em um transtorno, meu nome era bicho carpinteiro, vichi tá chegando, Olha quem vem lá, prego na cadeira, doidinha, entre outros milhares de rótulos sociais que carrego até hoje. Qualquer coisa que saísse errado tinha o meu nome, nome que não existia. Meus filhos tbm não tem nome próprio... eles chamam ” o filho daquela lá”. Comecei a existir quando fui parar em um consultório psiquiátrico e após vários testes com medicações, consegui ler meu primeiro livro... Mentas Inquietas!!! Era EU!!! E agora?? O que fazer, desabei a chorar, pois minha vida podia ter sido muito diferente se houvesse alguma boa alma capacitada a me ler, a me ouvir, a me perceber!!! diagnosticar um TDAH, não é tarefa fácil, pois no mundo de hoje que temos que dar conta de tudo até mais... quem não tem um transtorno de ansiedade??? Traços todos temos. Agora permanecer nessa condição até que sua vida desabe sobre seus pés, é uma condição que ninguém quer e que muito pouca gente aguenta. Uma pena eu ainda não aceitar que um remedinho me faça eu ser apenas EU... Ainda é doloroso, em especial porque depois de tanta carga social, outros problemas surgiram, nos quais ficam difíceis enumerar. Minha mãe, meus filhos e com certeza meus professores acreditam que TDAH, não é fictício. Bem sabemos o que já passamos!!! Minha Ritalina LA 10 mg está acabando, depois apenas de maior mg que pra mim é uma carga excessiva de efeitos colaterais, mas eu sei que depois de 10 dias eu quase volto a não mais existir, por não conseguir mais sentar e estudar. Hoje o futuro da minha família depende disso. E pessoas que fazem mal uso das medicações que geram um lucro farmacêutico gigantesco e criticas iguais a essa, não permitem no momento a liberação de venda da medicação no país. E assim eu volto pra meu mundo de agitação sem produção completa. Assim fica melhor mesmo esquecer!!!! (S., 4 jun. 2013, às 22h21)

(Fonte: NESTOR, Moritz. Um outro lado da história do TDAH. Blog *Cultivando o Equilíbrio*, Matéria, 19 maio 2013. Tradução de Jeanne Pilli. (Texto traduzido do original Inventor of ADHD's deathbed confession: "ADHD is a fictitious disease", publicado em *World Public Union*, 27 mar. 2013) Comentários postados de 21 maio 2013 até 4 jun. 2013)

Anexo E

Corpus restrito⁴⁶² (de acontecimentos variados) (CAV)

Notícia

CAV-01 As defensoras do castelo eram loucas

CAV-02 TOULOUSE, França — Marie Agnes e Anne Portal, sobreviventes da família que durante três anos resistiu à ordem de despejo de seu castelo, defendendo-o com armas de fogo, foram declaradas ontem mentalmente irresponsáveis por uma junta de três médicos.

CAV-03 O laudo médico, que praticamente as considera loucas, ameaça criar novo clima passional na França.

CAV-04 O “France Soir” afirma que o diagnóstico foi realizado para evitar um julgamento que seria embaraçoso para o governo e que se trata de um caso parecido ao do Capitão Dreyfus.

CAV-05 As autoridades ocuparam o castelo de Montauban no sul da França. O imóvel foi vendido em 1972, por não poder pagar os impostos.

CAV-06 No tiroteio com a polícia, foi morto Jean Louis Portal, de 22 anos, descendente da família nobre. Sua irmã, Marie Agnes, de 24 anos, e sua mãe, Anne, foram detidas e postas sob observação psiquiátrica. São acusadas de resistir à polícia.

(Fonte: AS DEFENSORAS do castelo eram loucas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Primeiro Caderno, Exterior, Notícia, p. 6, 19 fev. 1975)

Notícia

CAV-07 No tráfego violento, cena de neurose e arbitrariedade

CAV-08 A cena passou-se no centro da cidade, onde, na verdade, ela não chega a se constituir em algo de novo, mas apenas num elemento a mais na escala crescente das irracionalidades que fazem mais difícil, quase insuportável, a vivência nesta Capital. Eram quase quinze para o meio-dia de ontem quando o sedan Volks 1.300, de cor branca, placa KT-9555, estaciona abruptamente frente a uma banca de jornais, quase que na confluência da rua Armani Gurgel com o largo do Arouche.

CAV-09 Seu motorista desce para comprar um jornal, pouco se importando com a posição em que havia deixado o veículo. O sinal abre em questão de instantes e os condutores dos demais carros se impacientam e começam a buzinar, já que, atravancados, não podem seguir seu percurso.

CAV-10 O homem do Volks branco não se abala, caminha em passos tranquilos, como se gozasse da mais absoluta impunidade. Quando resolve colocar seu carro em movimento é ultrapassado pelo táxi, também sedan Volks de placa HL-2476, conduzido por Domingos Leardi Sobrinho, profissional há 16 anos.

CAV-11 O homem do Volks branco se enfurece com a ultrapassagem do auto de praça, o que ele considerou como uma “fechada” proposital; e resolve sair em sua perseguição.

⁴⁶² Este *corpus* é composto somente de textos verbais. Foram omitidas as imagens ou ilustrações que acompanham alguns dos textos que o compõem.

Alcança o táxi na avenida Duque de Caxias, em frente ao hotel Comodoro, e intercepta-o com violência. Por pouco não ocorre um acidente. O homem do Volks branco, possesso, desce empunhando uma arma. É um revólver de calibre 38, de cano longo, sinistro, tão assustador quanto o homem que o porta:

CAV-12 “Desça daí safado, quero ver seus documentos, e vou levá-lo para o Distrito agora mesmo...”.

CAV-13 CENA ARMADA

CAV-14 O velho chofer se assusta, e não é para menos. O homem está excessivamente nervoso e agita aquela imensa arma negra para lá e para cá frente ao seu nariz. Uma pequena multidão forma-se e assiste, muda, a cena, na expectativa impiedosa, talvez, de presenciar um homicídio “ao vivo”, mais real do que aqueles cotidianamente mostrados pelas nossas televisões.

CAV-15 “Não tem conversa, safado. Mostre os seus documentos e saia daí logo. Está falando com uma autoridade, seu cretino...”.

CAV-16 As gotas de suor escorrer, coplosas, pela fronte do velho Leardi. Tenta justificar-se, dizendo que fora a “autoridade” quem interrompera o trânsito deliberadamente para comprar o jornal. O homem não quer saber de conversa, quer levá-lo preso mesmo. Não adianta explicar à enfurecida “autoridade” que é um homem de bem, trabalhador, que estava com pressa para ganhar a vida. Só isso, nada mais.

CAV-17 A multidão se torna mais compacta, mas ninguém diz nada. Ninguém tem coragem de interferir. Nisso surge um PM a serviço do DSV, pilotando uma motocicleta. O homem do Volks branco, a “autoridade”, põe o revólver no coldre, mas a arma – ele está sem o paletó – continua à mostra, assustadora, intimidante. O guarda do DSV pede que ele se identifique.

CAV-18 “Pois não” – responde em tom ríspido – “sou delegado de polícia”. Aponta para o motorista Leardi e explica as coisas à sua maneira: “Esse indivíduo aí me deu uma fechada, como tem cara de ladrão resolvi interceptá-lo e quero levá-lo ao distrito para averiguações”.

CAV-19 NUNCA UM LADRÃO

CAV-20 O PM, sereno, lança uma olhada no velho Leardi e conclui, possivelmente, que o velho motorista poderia ser até mesmo um congregado mariano, mas nunca um ladrão, como insinua a “autoridade”. Apazigua os ânimos e consegue convencer a “autoridade” a dar o caso por encerrado. O homem do Volks branco – que está registrado em nome de Paulo Roberto Malvazio, residente à av. Irerê, 1356, em Indianópolis – resolve então ir embora. É de estatura média, usa bigodes e tem cabelos grisalhos, tendendo para a calvície.

CAV-21 “Não é possível. Esse cara interrompe o trânsito para comprar jornal, sai me perseguindo pelas ruas como um louco e ainda coloca o revólver na minha cara...Que cidade é essa? Que policiais são esses? Se é que ele é mesmo da polícia...”.

CAV-22 O velho Leardi passa o lenço puído no rosto. Está indignado, diz que perdeu até a vontade de continuar trabalhando. “Imaginem, botou o revólver no meu rosto e disse ao guarda que eu tenho cara de ladrão... A quem vou me queixar? Só se for ao bispo...”.

CAV-23 Toda a cena acima descrita desenrolou-se no centro da cidade de São Paulo, sob pleno sol de meio-dia, assistida por centenas e centenas de pessoas, impassíveis, amedrontados, sobretudo. (M. Ch.)

(Fonte: NO TRÁFEGO violento, cena de neurose e arbitrariedade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Primeiro Caderno, Polícia, Notícia, p. 12, 3 mar. 1982)

Notícia

CAV-24 Surto desencadeia acesso de violência

CAV-25 *RISCO Esquizofrênicos têm de 5 a 6 vezes mais chances de se envolver com a Justiça, mas assassinatos são raros*

CAV-26 A associação entre alguns transtornos mentais e a violência existe e é científica, embora os especialistas ressaltem que a incidência de atos extremos, como assassinatos, é muito pequena.

CAV-27 Entre as dezenas de variações desses transtornos, algumas se destacam como mais prováveis de apresentar risco de violência.

CAV-28 Pessoas que sofrem de esquizofrenia se envolvem em problemas que acabam na Justiça com cinco ou seis vezes mais frequência que a população em geral.

CAV-29 “Mas raramente são atos tão violentos como homicídios, mas infrações pequenas”, afirma Jair Mari, professor titular de Psiquiatria da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).

CAV-30 O esquizofrênico é aquele que tem surtos psicóticos com ideias delirantes – tem mania de perseguição, ouve vozes. É durante esses surtos que ele sente necessidade de reagir contra os “perseguidores”, em alguns casos, violentamente. É esse o diagnóstico do estudante Mateus da Costa Meira, segundo seu psiquiatra, José Cássio Nascimento Pitta.

CAV-31 O esquizofrênico não consegue se relacionar afetivamente e suas ideias podem ser desagregadas – ou seja, em sua fala, as frases são soltas, embaralhadas.

CAV-32 A principal diferença entre o esquizofrênico e o paranoico é que este tem a personalidade mais preservada, não tem distúrbios afetivos nem pensamento desagregado. Ele tem delírios de perseguição e de ciúmes (pode agredir a mulher porque ela passou batom para ir à padaria).

CAV-33 Outro distúrbio que está relacionado à violência é o transtorno de personalidade anti-social, ou seja, o psicopata. Ele tem uma falha de caráter, é frio, impulsivo e, diferentemente dos outros, tem plena consciência de seus atos. É o caso, por exemplo, do motoboy Francisco de Assis Pereira, o “maníaco do parque”.

CAV-34 A periculosidade é expressivamente maior, segundo especialistas, em um portador de um desses transtornos mentais que seja dependente de álcool ou drogas, como a cocaína ou o crack – a dependência química é mais uma situação de distúrbio mental.

CAV-35 “As drogas e o álcool, mesmo para pessoas que não apresentam outro transtorno, são muito mais nocivos para a sociedade pelas distorções de percepção e agressividade que provocam”, diz Valentim Gentil, professor titular de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Usp.

CAV-36 Para todos esses transtornos há tratamentos considerados eficazes, com medicação e acompanhamento psiquiátrico, o que permite o controle dos surtos.

CAV-37 No entanto, esse controle fica prejudicado nos pacientes que não aderem ou que suspendem o tratamento por conta própria, como ocorreu com o estudante Meira. Segundo o psiquiatra da Unifesp, estima-se que 20% a 30% dos pacientes com diagnóstico de esquizofrenia estão sem tratamento hoje no Brasil.

CAV-38 *Seu filho tem um distúrbio mental?*

CAV-39 *Algumas atitudes podem ser indícios:*

CAV-40 Discurso defensivo, com argumentações de alguém que se sente perseguido

CAV-41 Indiferença pelos sentimentos alheios

CAV-42 Apego exagerado a atividades religiosas

CAV-43 Dificuldade de manter relacionamento social

CAV-44 Dificuldades de relacionamento sexual

CAV-45 Desrespeito a normas sociais ou obediência cega às normas

CAV-46 Dificuldade de assumir culpas e responsabilidades e propensão para culpar os outros

CAV-47 *Os principais distúrbios mentais*

CAV-48 *Transtorno de personalidade*

CAV-49 O portador tem um distúrbio de caráter, é frio, impulsivo, e tem plena consciência de seus atos (é personalidade psicopática). Pode ser uma pessoa manipuladora, chantagista.

CAV-50 *Transtorno afetivo bipolar*

CAV-51 Antiga psicose maníaco-depressiva. Os pacientes têm fase de euforia intercaladas com crises de depressão. Durante a fase eufórica, podem apresentar um quadro de irritabilidade e ficam mais predispostos a atos agressivos.

CAV-52 *Esquizofrenia*

CAV-53 Doença mental que provoca ideias delirantes, alucinações auditivas, dificuldades de relacionamento afetivo e desagregação do pensamento (ideias embaralhadas, ruptura de pensamento). Os pacientes têm uma diminuição da sensação de prazer e vontade. Principalmente durante os surtos pode haver comportamento de auto-agressão ou agressão aos outros. Os riscos se acentuam em pacientes jovens, com envolvimento com drogas e naqueles que não aderem ao tratamento.

CAV-54 *Paranoia*

CAV-55 Pacientes sofrem delírios que podem ser de quatro tipos: persecutório (mania de perseguição), de ciúmes, de grandeza e delírios religiosos místicos. A doença pode causar também alucinações auditivas. Mas o indivíduo paranoico não tem desagregação de pensamento como o esquizofrênico. Sua personalidade é mais preservada.

CAV-56 *Dependência ao álcool e às drogas*

CAV-57 Segundo especialistas, o abuso de álcool ou drogas excitantes, como cocaína e crack são importantes fatores desencadeantes de comportamentos violentos.

(Fonte: LAMBERT, Priscila; BIANCARELLI, Aureliano. Surto desencadeia acesso de violência. (Da reportagem local). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Folha Campinas, Notícia, p. 5, 7 nov. 1999)

Notícia

CAV-58 **Noivo surta, foge do altar e corre pelado pelas ruas de Bauru (SP)**

CAV-59 O que era para ser um dia de festa se tornou um pesadelo para uma família em Bauru

(329 km de São Paulo). Eder Francisco Pires, de 26 anos, teve um ataque de fúria durante o seu casamento no último sábado (10), bem no momento em que sua noiva ia entrar na igreja. Por motivos não explicados, o rapaz tirou o terno e saiu correndo do local, deixando todos os parentes e amigos sem saber o que estava acontecendo. Após ser sedado, foi levado para o posto de atendimento médico da cidade. Mas despertou e quebrou vários equipamentos da unidade de saúde, segundo informações do “Jornal da Cidade”, de Bauru.

CAV-60 Após Eder sair transtornado da igreja, familiares e amigos tentaram contê-lo. Como ele aparentemente retomou a calma, todos acharam que se tratava de uma brincadeira. O que os convidados não contavam é que Eder ficasse novamente fora dos seus sentidos e saísse correndo pela rua, se despindo e batendo a própria cabeça contra os muros das casas vizinhas e xingando quem tentasse agarrá-lo. O rapaz só foi controlado com a chegada do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), que o sedou.

CAV-61 Segundo alguns convidados, no dia do seu casamento, que teve a cerimônia civil realizada pela manhã, Eder participou de uma confraternização da empresa em que trabalha e não teria ingerido bebidas alcoólicas. Entretanto, quando retornou para casa para se preparar para a celebração da noite, estava calado e com o olhar distante. Os familiares contaram que Eder nunca apresentou qualquer problema psicológico ou envolvimento com drogas.

CAV-62 Eder foi encaminhado desacordado a um posto de atendimento médico localizado no bairro Mary Dota, na cidade de Bauru. No PS, foi amarrado à maca e ficaria em observação. Porém, o rapaz acordou, conseguiu se soltar das amarras e começou uma quebraadeira no local. Eder destruiu computadores, impressores, monitores, cadeiras, entre outros equipamentos.

CAV-63 O vigilante Dirceu Barsotti, de 42 anos, tentou contê-lo e o levou para fora do posto de atendimento, para evitar que ele batesse nas pessoas e funcionários que estavam no local. Porém, Dirceu foi agredido por Eder, que tentou estrangulá-lo com um fio de computador. O vigilante relatou aos policiais que perdeu a consciência por duas vezes, mas que conseguiu se soltar do fio e fugir de Eder, que saiu correndo atrás do vigilante gritando que ia matá-lo. Com a chegada da polícia, que foi acionada por funcionários do posto de atendimento, Eder foi pego nos arredores do PS totalmente nu.

CAV-64 O caso foi registrado na Polícia Civil como dano a patrimônio e lesão corporal. O vigilante fará exame de corpo delito, pois ficou ferido no braço e no olho e está com dores no peito. Já Eder, foi encaminhado para uma clínica particular de Bauru onde estaria internado em observação.

(Fonte: NOIVO surta, foge do altar e corre pelado nas ruas de Bauru (SP). (Com informações de Thiago Brandão e do Jornal da Cidade (Bauru)). Portal *Uol*, São Paulo, Cotidiano, Notícia, 12 dez. 2011, às 11h32)

Notícia

CAV-65 Os Estados Unidos da América e a paranoia americana

CAV-66 O que faz com que os Estados Unidos da América, a maior potência do mundo atual e de todos os outros tempos, tenham tanto receio, não apenas das possíveis ameaças vindas do exterior como dos seus próprios cidadãos? Como explicar a manutenção da supercentral de espionagem telefônica e eletrônica, como a NSA (National Security

Agency), instalada perto de Washington, atuando como um deus pagão oriental, vigiando e escrutando com seus milhões de olhos e ouvidos o que passa pelo planeta?

CAV-67Dois símbolos americanos: a águia e a bandeira do país [Legenda]

CAV-68Um estilo nacional

CAV-69Richard Hofstadter, um brilhante acadêmico americano, professor da Universidade de Columbia, NY, publicou um ano após o assassinato do Presidente John Kennedy um artigo-ensaio na Harper's Magazine que o tornou nacionalmente famoso. Intitulou-o *The Paranoid Style in American Politics (O estilo paranoico da política americana, 1964)*. É um resumo erudito e bem detalhado da retórica paranoica que se faz presente nos discursos e pronunciamentos de inúmeros homens públicos norte-americanos. Entre os selecionados estão presidentes, governadores, senadores, deputados, pastores, teólogos, líderes de todas as procedências, professores, acadêmicos, juristas e tantos outros mais.

CAV-70O ponto em comum dos que compõem a elite política e intelectual norte-americana, particularmente os conservadores e direitistas, é a convicta crença na existência de uma sinistra e incansável conspiração externa antiamericana. Uma “gigantesca e sutil maquinaria de influência” que tem como meta a “destruição do modo de vida americano” (*The Paranoid*, p. 29).

CAV-71Conspiração esta que tem com toda a certeza suas ramificações camufladas nas instituições públicas ou privadas como na sociedade em geral, especialmente nos sindicatos, mídia, cultura e educação. Para enfrentar esta dupla frente de solertes “inimigos da América” é que foram criados os dois pilares da Segurança Nacional: primeiro a CIA (Agência Central de Inteligência), voltada para espionagem e contraespionagem, criada no começo da Guerra Fria, mas sem autorização para agir em solo americano. E depois a NSA (National Security Agency), que tem a função de patrulhar o mundo das comunicações em geral (telegramas, telefonemas e, mais recentemente, os e-mails dos que recorrem à Internet).

CAV-72O ex-presidente George W. Bush, o mais recente exponencial do “estilo paranoico”, o explicitou claramente num discurso pronunciado no Congresso, em 2002, quando apontou o Iraque, a Coreia do Norte e o Irã, potências perigosíssimas como se sabe, como um *Axis Evil* (“Eixo do Mal”). Uma atualização da expressão usada 20 anos antes, em 1982, pelo falecido presidente Ronald Reagan quando afirmou que a URSS era um *Evil Empire* (“O Império do Mal”).

CAV-73Observe-se que ambos, Reagan e Bush, políticos republicanos e ultraconservadores, recorreram às expressões comuns aos sermões satanizantes dos pastores e dos padres em todos os tempos. Somente substituem o desacreditado “demônio” pelo “mal”. Nada a estranhar. O cristianismo sempre alertou ao longo da sua história para a existência dos poderes infernais (hereges, apostatas, islâmicos, agentes do demônio etc.), cabalando contra a paz e o sossego dos que seguem Jesus.

CAV-74Evidentemente que o comportamento paranoico não é exclusivo dos Estados Unidos. Ele se faz presente na maioria das potências e dos grandes impérios do passado. Os romanos, por exemplo, se mantinham sempre alertas contra as possíveis razias dos bárbaros nas suas fronteiras. E a paranoia americana é pouco expressiva se comparada com a da URSS na **Era Stalinista** (1924-1953) ou com a da Alemanha Nazista (1933-1945), sempre acusando o “judaísmo internacional” de querer destruí-la.

CAV-75A origem moderna da paranoia política

- CAV-76** É tida por todos como a pedra filosofal das teorias da conspiração que circulam entre nós a obra do abade Augustin Barruel, um jesuíta fundamentalista que se exilou na Inglaterra durante a Revolução Francesa, em 1792. Deixou um livro que causou impacto entre o pensamento contrarrevolucionário e os que eram inimigos acérrimos dos acontecimentos revolucionários que se processavam em Paris e nas demais cidades da França.
- CAV-77** Seu título era *Mémoires pour servir à l'Histoire du Jacobinisme* (*Memória para servir à História do Jacobinismo, 1797*), no qual defendeu a certeza de que a derrocada dos Bourbons e tudo que a seguiu resultou de um complô de sociedades secretas (formadas pelos filósofos franceses, os illuminati da Bavária e os da Maçonaria). Elas foram o principal esteio ideológico dos jacobinos, a quem fizeram de seu instrumento para destruir a monarquia, o poder da igreja e da ordem social: “aquelas foram as seitas quem moveram uma guerra clandestina da ilusão e do erro”.
- CAV-78** O assalto à Bastilha, a marcha das mulheres à Versalhes, a tomada do palácio das Tulherias, que pôs fim à autoridade de Luís XVI, para Barruel, foram engendrados pela Grande Conspiração que tornou o povo francês num bando de marionetes.
- CAV-79** As conspirações, segundo o jesuíta, eram de três tipos:
- CAV-80** 1^a) a da impiedade voltada para desmerecer Deus e o cristianismo;
- CAV-81** 2^a) a da rebelião, que instigava o povo a revoltar-se contra monarcas e príncipes;
- CAV-82** 3^a) a da anarquia que propunha a completa abolição da hierarquia social visando à destruição da sociedade como um todo.
- CAV-83** Os seus vilões preferidos eram Voltaire, Montesquieu e Jean Jacques Rousseau. Na época, a teoria da conspiração de Barruel foi um sucesso, sendo o seu livro traduzido para diversas línguas europeias, servindo como arma na luta ideológica dos contrarrevolucionários contra a República da França.

CAV-84A paranoia anticomunista

- CAV-85** Hofstadter lembra que nos Estados Unidos o furor paranoico tomou corpo a partir dos anos 1930, particularmente contra a política do *New Deal* (Novo Trato) levada a efeito pelo presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945). Os conservadores e os direitistas do Partido Republicano a entenderam como um escancarar de portas ao intervencionismo econômico, o que certamente conduziria o país ao socialismo senão que ao comunismo. O mesmo argumento foi usado mais tarde pelo neoliberal Friedrich Hayek no seu livro *The Road to Serfdom* (*A caminho da servidão*, de 1944), um libelo contra a política de Bem-Estar social a ser adotada pelo Partido Trabalhista na Grã-Bretanha.
- CAV-86** O momento máximo desta mania de perseguição na história americana contemporânea deu-se durante o funcionamento do *House Un-American Activities Committee* - HUAC (“Comitê de Atividades antiamericanas”), que tomou corpo nos anos iniciais da Guerra Fria (1946-1989). Tendo como inquisidor-chefe e figura central o senador Joe McCarthy. O doloroso episódio de histeria persecutória que maculou a democracia – popularmente chamada pela mídia americana como “caça às bruxas” – recorreu a inúmeros tipos de vilania para excluir das atividades profissionais os apontados como comunistas ou simpatizantes de Moscou. Um mar de denúncias e delações lotou os birôs do Comitê.
- CAV-87** O alvo principal da chamada *Red Scare* (Perigo Vermelho) liderada por Joe McCarthy eram os altos funcionários públicos (mais de 200 foram denunciados, ainda que estivesse em prática o Programa de Fidelidade do Funcionário Federal, desde 1947, destinado a investigar qualquer um que assumisse um novo emprego no serviço

público), seguidos dos artistas e diretores de Hollywood.

CAV-88A rede dos grandes estúdios da Califórnia foi apontada como uma espécie de usina de mensagens subliminares de simpatia para com o ideário “vermelho” - na verdade, se desconhece que algum estúdio tenha feito algum dia um filme comunista.

CAV-89Astros, estrelas, cantores, dramaturgos, regentes, escritores e roteiristas que lá trabalhavam foram colocados sob suspeição e proibidos de exercer seu ofício. Entre eles Dashiell Hammett, Waldo Salt, Lillian Hellman, Lena Horne, Paul Robeson, Arthur Miller, Aaron Copland, Leonard Bernstein, Hanns Eisler, Charlie Chaplin, Clifford Odets, Elia Kazan, Stella Adler W. Wyler, J. Houston, A. Litvak, H. Bogart, K. Hepburn, J. Losey, Mort Sahl, Edward R. Murrow, e tantos outros mais. Quem tinha seu nome colocado na “Lista Negra” jamais conseguiria exercer seu trabalho novamente.

CAV-90Ocorreu que o clima internacional era favorável àquele desatino. Em 29 de agosto de 1949, a URSS havia conseguido romper com o monopólio nuclear dos Estados Unidos ao explodir sua primeira bomba atômica. Naquele mesmo ano, em 1º de outubro, os guerrilheiros de Mao Tse Tung entraram em Pequim, expulsando o marechal Chang Kai-shek, aliado dos americanos. E, como que aproveitando o embalo do sucesso da revolução comunista na China, em 25 de junho de 1950, o líder norte-coreano Kim Il-sung mobilizou as forças militares da Coreia do Norte para ocupar a parte sul da península controlada pelos norte-americanos.

CAV-91Atrás dos maus americanos

CAV-92Para a mentalidade paranoica, nada do que ocorrera para os lados da Ásia poderia ter tido sucesso sem haver algum tipo de colaboração interna dos “quinta-colunas”, de falsos americanos colocados em posições-chave. Os “vermelhos”, aproveitando-se do curto período em que a URSS fora aliada dos EUA na **Segunda Guerra Mundial**, entre 1941 e 1945, tinham conseguido se infiltrar nas mais diversas instituições do país, agindo como cupins, corroendo as energias nacionais.

CAV-93Manipulavam a imprensa, o rádio, a televisão, os sindicatos, as escolas, as cortes, parte substancial dos Legislativos dos Estados e, pasmem, até o púlpito. Urgia assim um expurgo liderado pelo Comitê que afastasse para sempre a influência perversa e antipatriota que exerciam sobre a opinião pública, “amolecendo-a” frente ao enorme desafio comunista.

CAV-94A situação somente começou a aliviar com a morte do grande satã **Joseph Stalin**, em 8 de março de 1953, e as negociações que suspenderam a Guerra da Coreia por meio do armistício em 27 de julho daquele ano. Em 1954 o terrorismo irresponsável de Joe McCarthy ficou exposto quando ele tentou denunciar infiltração comunista no Exército Americano. Morreu alcoólatra três anos depois.

CAV-95Mesmo assim, com todo o estrago que a caça às bruxas fez na vida política, cultural e intelectual dos Estados Unidos, Robert H. Welsch Jr, herdeiro ideológico de McCarthy e fundador da reacionária John Birch Society, em 1958, foi enfático em dizer que “agora a influência comunista está por bem pouco no mais completo controle do nosso Governo Federal”. E isto em pleno governo de um herói de guerra, General Eisenhower.

CAV-96Num levantamento realizado, constatou-se que o comitê inquiriu 2.735 cidadãos e cidadãs, 400 deles foram para a prisão. Além disto, 9,5 mil indivíduos perderam seus empregos públicos, 16 mil renunciaram e uns 600 professores foram afastados do magistério. Qualquer um que mostrasse simpatia pelos pobres ou pelos operários era colocado sob suspeição, viam-no como “potencial comunista”. Até a história de Robin Hood, o aventureiro da floresta de Sherwood, foi proibida às crianças americanas

porque o personagem, como se sabe, roubava dos ricos e dava aos pobres. Era um protocomunista!

CAV-97 Sede da NSA em Fort Meade, Maryland [Legenda]

CAV-98A Central da Espionagem Universal

CAV-99 Para diversos jornalistas que cobriam e que cobrem o setor de espionagem e inteligência norte-americano, nunca restou dúvida alguma da posição hegemônica exercida pela NSA, criada por decreto presidencial em 1952. Dispõe de um orçamento aproximado a US\$ 10 bilhões e tem de 20 mil a 30 mil funcionários. Foi a CIA, porém, que atraiu mais a atenção da mídia - inúmeros filmes a transformaram na mais conhecida agência de espionagem e contraespionagem do planeta; com o tempo, ficou muito mais famosa do que a GESTAPO dos nazistas, o MI-5/SIS dos britânicos ou a KGB dos soviéticos.

CAV-100 Quem realmente é o sabe-tudo do que se passa no mundo é a NSA. E o motivo disto é muito simples. Ela é responsável pelo controle das comunicações e do sistema de satélites-espiões que rondam o mundo sem cessar. Aparelhos fantásticos que são não só capazes de fotografar uma placa de automóvel em qualquer cidade conhecida como auscultar os meios de comunicação de qualquer país que interesse. A justificativa das operações é “a segurança de vidas e propriedades americanas”. Aldous Huxley, o famoso autor de *Admirável Mundo Novo* já observara que o avanço célere da tecnologia provocaria de modo irreversível uma concentração espantosa de informações cada vez mais aperfeiçoada e centralizada. Os países patrulhados, principalmente os europeus, suspeitam que nos dias que correm, com o término da Guerra Fria, a NSA tenha se voltado para colher dados sobre as atividades econômicas, farejando oportunidades e prevendo operações nas mais diversas áreas que poderão ser úteis às empresas americanas.

CAV-101 A “Guerra ao Terrorismo”, desencadeada pelo presidente George W. Bush, em 2001, teria servido como cortina de fumaça para o que realmente importa ao Império, bons negócios! Um dano que poderá ser irreparável devido à obediência à atitude paranoica dos sucessivos governos norte-americanos – afinal, são 60 anos de espionagem – é o que atingirá a credibilidade das empresas que atuam na Internet, como a Google, YouTube, Microsoft e a Facebook.

CAV-102 Elas e outras tantas ligadas à telefonia se mostraram ativas colaboradoras ao permitir o acesso as suas fontes por parte da NSA. Milhões de usuários espalhados pelo mundo certamente não irão mais ter a tranquilidade em confiar seus dados pessoais ou em enviar mensagens recorrendo a elas sabendo que a águia imperial está lá nas alturas extremas atenta ao que se passa.

CAV-103 Em 1949, o escritor inglês George Orwell, um ex-esquerdista, denunciara o **regime stalinista** por meio de uma ficção política denominada *1984*. Descreveu, com notável precisão, um organismo social inteiramente controlado pelos meios de comunicação e técnicas behavioristas e pavlovianas de comportamento. Recorria basicamente à televisão, onde aparecia ininterruptamente a imagem do Big Brother, o Grande Irmão, que espreitava os cidadãos em qualquer instante do cotidiano deles. O livro de Orwell foi largamente utilizado no Ocidente durante a Guerra Fria como uma prova funesta do totalitarismo soviético e da cruel opressão com que tratava o homem comum.

CAV-104 Certamente bem poucos poderiam prever, naqueles tempos iniciantes da Guerra Fria, que o posto de Big Brother viria algum dia a ser ocupado pela Presidência dos Estados Unidos da América. Justo a chefia da nação que mais se orgulha da preservação dos direitos individuais e tanto exaltou a pouca intervenção do Estado na vida dos seus

concidadãos. Como supor que nos dias correntes a versão americana do Big Brother estaria a policiar não somente seus próprios cidadãos, mas parte considerável da humanidade como um todo?

(Fonte: SCHILLING, Voltaire. Os Estados Unidos da América e a paranoia americana. Portal Terra, São Paulo, Capa, Educação, História, Notícia, 28 ago. 2013, às 06h01, atual. 29 ago. 2013, às 21h06)

Notícia

CAV-105 Especialista diz que transtorno bipolar é a doença que mais causa suicídios

CAV-106 Entre 30% e 50% dos brasileiros portadores de transtorno bipolar tentam suicídio. Essa é a estimativa sustentada pela Associação Brasileira de Transtorno Bipolar (ABTB). De acordo com a entidade, dos que tentam se matar, 20% conseguem o objetivo. “De todas as doenças e de todos os transtornos, o bipolar é o que mais causa suicídios”, alerta a presidenta da ABTB, Ângela Scippa.

CAV-107 “Há um risco real de suicídio, principalmente nos estados mistos, essa mistura dos sintomas de depressão com sintoma de exaltação do humor é a situação mais crítica do ponto de vista do suicídio, a depressão também oferece muito risco à vida do paciente”, explicou a professora de psiquiatria da Universidade de Brasília Maria das Graças de Oliveira.

CAV-108 “É importante dizer que um dos maiores inimigos do paciente é o preconceito”, ressaltou a professora. Ela acrescentou que não é raro verificar pessoas que sofrem com o transtorno evitarem o tratamento porque tem preconceito contra o acompanhamento psiquiátrico e os medicamentos de controle da doença. “Essas pessoas precisam saber que vão viver muito melhor se fizerem o tratamento”, destacou a médica.

CAV-109 O professor de educação física Fernando Carvalho*, diagnosticado há 11 com a doença, conta que já chegou a pensar em suicídio. “Tem horas em que a gente se pergunta se tomou uma certa decisão porque estava em um momento de crise ou se foi uma decisão racional. Quando você deixa de acreditar em si mesmo dá vontade de terminar com tudo”, relatou à Agência Brasil.

CAV-110 O controle do transtorno bipolar é feito com estabilizadores de humor e complementado com terapia comportamental. “Quando a pessoa inicia o tratamento, fica mais atenta ao seu próprio comportamento e aprende a controlar os sintomas. Não existe a cura, mas existe o controle. Com o tratamento à base de medicamentos, o paciente não desenvolve mais os sintomas e assim pode ter uma vida tranquila e controlada”, explicou Ângela.

CAV-111 “O tratamento me deu discernimento para saber quando eu estou mudando de humor. Quando eu tenho uma crise de depressão eu ainda fico muito agressivo, mas eu consigo direcionar a raiva e preservar as pessoas de quem gosto”, disse Fernando. Ele acrescentou que “nas situações de crise machucava as pessoas, perdia amigos e namorada. É muito difícil viver nesse conflito”.

CAV-112 Fernando lembrou de uma ocasião em que decidiu suspender o tratamento porque se sentia bem e menos de seis meses depois teve uma crise, na qual expulsou toda a família da sua casa na noite de réveillon. “Meu padrasto nunca mais falou comigo, mesmo depois de pedidos de desculpa. Não dá para deixar o tratamento, as consequências podem ser permanentes”, lamenta.

- CAV-113** A tendência do paciente com transtorno bipolar sem tratamento é ter crises cada vez mais intensas, e com intervalos menores. Maria das Graças alerta que o humor patologicamente alterado refletirá na instabilidade de comportamento, o que se manifesta na vida profissional, social, familiar e acadêmica.
- CAV-114** O tratamento na maioria das vezes leva a uma remissão dos sintomas da crise, ou seja, tira o paciente da depressão, da mania ou da hipomania. “Uma vez que saiu da crise, a cada 100 pacientes que interrompem o tratamento, 47 voltam a ter uma nova crise em menos de um ano, e 92 em até dois anos. Como a taxa é muito alta, existe um consenso internacional de que o paciente tem que fazer um tratamento profilático, preventivo, para evitar futuros episódios”, explicou a psiquiatra.
- CAV-115** Ela conta que os tratamentos profiláticos diminuem pela metade a chance de novas crises, mas alerta que as pessoas portadoras de transtorno bipolar são muito sensíveis a estressores psicossociais. “A pessoa pode estar bem, e, se morre um ente querido, isso gera um estresse significativo e ela entra em uma nova crise. O medicamento sozinho não consegue resolver o problema.”
- CAV-116** Depois de se separar do marido, com quem foi casada por seis anos, a técnica de enfermagem Elizabete Couto, descobriu que ele tinha transtorno bipolar. “Ele teve todo tipo de problema relacionado ao transtorno bipolar, se envolveu com bebida, drogas, fazia barbaridades e depois pedia perdão chorando”, relembra.
- CAV-117** Ela conta que, depois da separação, o ex-marido foi diagnosticado como portador da doença. “Quando ele foi diagnosticado, nós voltamos, na condição de ele se internar para começar o tratamento. Hoje, ele ainda tem momentos depressivos, muito relacionados a eventos do dia a dia, mas mudou muito se comparado a (*às reações que tinha*) antes do tratamento”, relatou Elizabete.
- CAV-118** A técnica de enfermagem ainda contou que, antes do tratamento, foi agredida pelo marido. “Ele era totalmente perturbado, ouvia vozes, arrumava antipatia com todo mundo, era agressivo, me agredia, arrumava confusão com as pessoas da rua, vizinhos, sempre ficava comigo a parte de resolver os problemas da família e limpar a barra dele”.

(Fonte: LEAL, Aline. Especialista diz que transtorno bipolar é a doença que mais causa suicídios. (Da Agência Brasil). Portal *Terra*, São Paulo, Capa, Brasil, Notícia, 15 set. 2013, às 12h34)

Notícia

- CAV-119 Atirador de Washington se dizia ‘transtornado’ e ouvia vozes após ataque de 11/9**
- CAV-120** Único suspeito de ter matado 12 pessoas em um prédio da Marinha em Washington DC (<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/09/16/tiroteio-em-predio-da-marinha-dos-eua-deixa-feridos-policia-procura-atirador.htm>), na manhã de segunda-feira (16), Aaron Alexis, 34, disse à polícia em 2004 – após se envolver em um incidente com arma de fogo – que estava presente durante os “trágicos eventos de 11 de setembro de 2001” e que isso o deixou “perturbado”.
- CAV-121** O suspeito fazia tratamento psicológico desde agosto, financiado pela Administração dos Veteranos. Ele apresentava sintomas de paranoia e insônia, além de ouvir vozes.
- CAV-122** Fontes ouvidas pela agência AP disseram, no entanto, que ele não foi declarado “mentalmente incapaz”, o que teria revogado seu passe para acessar o complexo.
- CAV-123** De acordo com seu pai, que não teve o nome divulgado pelas autoridades, Aaron

sofria de estresse pós-traumático (conjunto de sintomas psicológicos que atingem pessoas que passaram por momentos trágicos como guerras ou grandes desastres) após os ataques terroristas contra o *World Trade Center*, em Nova York, e o Pentágono, em Washington DC.

CAV-124 Em maio de 2004, a polícia de Seattle (Washington) prendeu Alexis porque ele atirou contra os pneus do veículo de um operário de construção e, segundo confessou, o fez durante um ataque de raiva, mas argumentou que não se lembrava do incidente até uma hora depois do mesmo.

CAV-125 Atualmente, Alexis trabalhava como funcionário terceirizado da Hewlett-Packard para atualizar os sistemas de computadores nas instalações da Marinha no mundo todo.

CAV-126 Outro tiroteio

CAV-127 Em 4 de setembro de 2010, Alexis foi acusado de envolvimento em um tiroteio no local onde vivia, um complexo residencial em Oak Hill Circle, quando atirou contra o teto de seu apartamento e em direção à residência de uma vizinha que, dias antes, tinha reclamado com ele no estacionamento por fazer muito barulho.

CAV-128 No documento da polícia de Fort Worth (Texas), consta o depoimento da mulher, que afirmou que se sentiu “aterrorizada” por Alexis desde esse dia e considerou que o tiro não foi acidental, como alegou o acusado.

CAV-129 Alexis foi membro das reservas da força naval em Fort Worth entre 2007 e 2011, onde trabalhava em vários sistemas de engenharia elétrica em equipamentos de aviação.

CAV-130 Frequentador de templo budista

CAV-131 Segundo reportagem do jornal *The Washington Post*, Alexis ia com frequência a um templo budista em Fort Worth e falava tailandês (<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/09/16/atirador-que-morreu-em-predio-da-marinha-serviu-na-reserva-e-falava-tailandes.htm>), assim como outros frequentadores. Ele também trabalhava como garçom em um restaurante de comida tailandesa.

CAV-132 Duas vezes por semana, Alexis fazia meditação no centro Wat Busayadhammavanaram, onde se mostrava uma pessoa gentil.

CAV-133 “Eu não achava que ele podia ser tão violento”, disse J. Sirun, assistente dos monges no centro. “Não teria me surpreendido se soubesse que ele se suicidou, mas não pensava que ele pudesse cometer assassinato.”

CAV-134 Suspeito serviu na reserva da Marinha dos EUA

CAV-135 Nascido no Brooklyn, em Nova York, e morador de Fort Worth, no Estado do Texas, Alexis era um ex-prestador de serviços das Forças Armadas dos EUA e teria servido na reserva da Marinha entre maio de 2007 a janeiro de 2011, segundo agências de notícias.

(Fonte: ATIRADOR de Washington se dizia ‘transtornado’ e ouvia vozes após ataque de 11/9. (Com agências internacionais). Portal *Uol*, São Paulo, Internacional, Notícia, 17 set. 2013, às 08h35)

Matéria

CAV-136 Confira oito lugares silenciosos para fugir da loucura diária de SP

CAV-137 Ficar de 10 a 15 minutos diários no silêncio. É o que recomenda Alexandrina Meleiro, 60, membro da Associação Brasileira de Psiquiatria.

CAV-138 De acordo com ela, os ruídos foram potencializados e estar sempre escutando algo se tornou um vício para muitos paulistanos. Alguns minutinhos sem barulho diminuem os batimentos cardíacos e a frequência da respiração. Para ajudar, a **sãopaulo** selecionou oito lugares que costumam ser silenciosos.

CAV-139 Silêncio em São Paulo [Legenda]

CAV-140 Templo Odsal Ling

CAV-141 O templo budista está localizado na cidade de Cotia, a cerca de uma hora de carro de São Paulo. A programação deste ano contempla cursos introdutivos à religião, além de retiros espirituais. O único esforço será subir a escadaria de pedra para chegar ao prédio. A arquitetura é inspirada na cultura oriental. (R. dos Agrimensores, 1.461, Cotia, tel. 4703-4099. Sáb., dom. e fer., das 10h às 16h. Grátis)

CAV-142 Praça Pôr do Sol

CAV-143 Durante o início da manhã, de segunda a sexta-feira, a praça se torna um lugar fresco e silencioso. É bom para esticar a canga e ler um livro, como dizem os moradores da região. Aos fins de semana, o clima é completamente diferente: o gramado enche de gente interessada em assistir ao pôr do sol, ouvir música e papear com os amigos. (Rua Desembargador Ferreira França, Alto de Pinheiros, zona oeste. Sempre aberto. Grátis)

CAV-144 Pavilhão Japonês, parque Ibirapuera

CAV-145 Inspirado no Palácio Katsura, em Quioto, o pavilhão foi entregue pela colônia japonesa em 1954. Por ali, é possível sentar e se distrair com um lago cheio de carpas, ou simplesmente admirar a tradicional arquitetura do local. (Portão 3 e 10 do parque Ibirapuera, av. Pedro Álvares Cabral, zona sul. Qua., sáb., dom. e fer., das 10h às 12h e das 13h às 17h. Entrada: R\$ 6 (inteira) e R\$ 3 (meia))

CAV-146 Biblioteca Alceu Amoroso Lima

CAV-147 A biblioteca fica em Pinheiros e, de fato, as pessoas respeitam o silêncio nos ambientes. O segundo andar é o indicado para relaxar: tem mesas para estudo e alguns pufes para apreciar um bom livro. (Rua Henrique Schaumann, 777, Pinheiros, zona oeste, tel. 3082-5023. Seg. a sex., das 10h às 19h. Sáb., das 9h às 16h. Grátis)

CAV-148 Núcleo da Pedra Grande, parque estadual da Cantareira

CAV-149 São três trilhas: a da Bica, a das Figueiras e a da Pedra Grande. A última é onde se chega até a rocha, localizada a 1.010 metros de altitude. De lá, observa-se grande parte de São Paulo e, em dias claros, trechos da serra do Mar. (Rua do Horto, 1799, Tremembé, tel. 2203-0115. Sáb., dom. e fer., das 8h às 17h. Entrada: R\$ 12)

CAV-150 Parque Esportivo dos Trabalhadores

CAV-151 Localizado na zona leste, o parque é mais conhecido pela quantidade de espaços destinados à prática de esportes — são 17 locais para diferentes atividades. Assim como a praça Pôr do Sol, o ideal é ir nas primeiras horas da manhã. (Rua Canuto de Abreu, s/no, Vila Formosa, zona leste, tel. 2671-8788. Seg. a sex., das 6h às 22h. Sáb., dom. e fer., das 6h às 19h. Grátis)

CAV-152 Vrinda São Paulo

CAV-153 É preciso agendar uma visita para conhecer o retiro espiritual Vrinda. Eles promovem palestras, aulas de yoga e meditação. No período da tarde, pouco depois das 15h, o local fica mais adequado para passar um tempo sozinho. (Rua Muniz de Sousa, 774, Aclimação, centro, tel. 5908-1361. Seg. a sex., das 7h às 21h. Sáb., das 8h às 20h30. Dom., das 10h às 22h. Grátis para visitação. Valor médio por curso: R\$ 50)

CAV-154 Mirante de Santana

CAV-155 A estação do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia) está na lista dos melhores locais para ver São Paulo do alto. O ideal é agendar uma visita para bem cedo, no início da manhã, e conhecer o lugar que está a 792 metros acima do nível do mar. (Praça Vaz Guaçu, s/no, Jardim São Paulo, zona norte, tel. 5051-5700. É necessário marcar um horário. Grátis)

(Fonte: DANTAS, Carolina. Confira oito lugares silenciosos para fugir da loucura diária de SP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Revistas, São Paulo, Matéria, 25 jan. 2015, às 02h00)